**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

JOSÉ CARLOS VILARDAGA

**SÃO PAULO NA ÓRBITA DO IMPÉRIO DOS FELIPES:
CONEXÕES CASTELHANAS DE UMA VILA DA AMÉRICA
PORTUGUESA DURANTE A UNIÃO IBÉRICA (1580-1640)**

**SÃO PAULO
2010**

JOSÉ CARLOS VILARDAGA

SÃO PAULO NA ÓRBITA DO IMPÉRIO DOS FELIPES:
Conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União
Ibérica (1580-1640)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina
Cortez Wissenbach

SÃO PAULO

2010

Para Stella e Anita

AGRADECIMENTOS

Realizar um doutorado exige um forte envolvimento e dedicação. Por quase cinco anos estive atrelado à perspectiva de concretizar a pesquisa e a escrita sobre um tema que absorveu parte importante de minhas atenções, determinou meus esforços e moveu meus desejos. Claro que um empreendimento desta natureza nunca é o resultado de um trabalho solitário. Ao longo destes anos, foram várias as pessoas que me ajudaram, concederam parte de seu próprio tempo, de suas idéias e de sua compreensão. A todos elas dedico este trabalho.

Inicialmente, agradeço à minha orientadora, Profa Maria Cristina Cortez Wissenbach. Apesar do tema da tese não se adequar inteiramente a sua área de pesquisa, aceitou embarcar nesta aventura junto comigo e, muitas vezes, desdobrou-se para atender as necessidades de seu orientando. Agradeço também aos professores John Manuel Monteiro e Carlos Alberto Ribeiro Zeron pelos brilhantes comentários e intervenções feitos em meu exame de qualificação.

Entre 2007 e 2008, morando em Viçosa, Minas Gerais, e dando aulas na Universidade Federal de Ouro Preto, contei com a ajuda de amigos, colegas e alunos. Dentre eles, agradeço a Anália, Silvia, Rubens, Luciana, Renato Boy, Maro, Isis e Marco Antonio. Faço uma menção especial ao professor da Universidade Federal de Viçosa, Francisco Cosentino, sempre amigo e generoso no empréstimo de livros, troca de textos, realização de contatos, dicas de arquivos e debates de ideias sobre o Antigo Regime e outros tantos temas somente agradáveis aos historiadores. Por fim, agradeço também ao professor Ângelo Assis, pelas boas dicas de leitura.

Entre 2008 e 2009 pude empreender uma viagem de cinco meses à Espanha e Portugal para pesquisa. Ela só foi possível graças ao apoio do programa “Mobilidade Internacional de Pós Graduandos/Santander-Banespa”, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Ao longo de todo meu tempo na Península Ibérica, recebi a ajuda, como supervisor, do professor Rafael Valladares, do CSIC/Madrid. De maneira muito simpática, me recebeu e me estimulou no trabalho pelos arquivos espanhóis. De Madri, agradeço aos funcionários da Biblioteca e do Arquivo Nacional, e aos amigos Cecília Criado, Victor Garcia e Luis Badolato. Do Arquivo de Simancas, agradeço aos seus funcionários, em especial a “comandante” da sala de pesquisadores, Isabel Aguirre, que conhece profundamente os caminhos deste impressionante arquivo e foi bastante generosa em suas dicas e informações. De minha

“base” em Valladolid, agradeço ao pessoal da “Residencia Universitaria de Postgrado Reyes Católicos” e aos colegas de pesquisa e *cañas*, Jorge Gil, Anne Blondé e ao amigo Daniel Hershenzon.

Em Sevilha, tive o apoio da “Escuela de Estudios Latino-Americanos” do CSIC. Fui acolhido em nome de seu Diretor, Professor Salvador Bernabeu e tive também o prazer de dialogar com a Professora Berta Ares. No incrível mundo do Arquivo das Índias contei com a amizade e tive a oportunidade de trocar ideias e boa diversão com os colegas Jakob Fallman, César Manrique, Fabíola Azpicotea, Maria Inés Moraes e Daphne Corona. Agradeço ainda à companhia e as conversas agradáveis com a professora brasileira Adriana Romeiro (UFMG), que também pesquisava na Espanha naquela oportunidade.

Em Lisboa, fui recebido pelos professores Tiago Miranda e Mafalda Soares da Cunha, a quem agradeço a abertura para o diálogo. Dedico um agradecimento especial ao Professor Pedro Cardim, que me acolheu calorosamente, abrindo sua biblioteca e me convidando para permanecer em Portugal como pesquisador visitante do CHAM (Centro de História do Além-Mar). Aos funcionários da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Arquivo Ultramarino, Biblioteca D’Ajuda e Biblioteca Pública de Évora meu reconhecimento pelo importante trabalho.

Em julho de 2009 ainda estive em Assunção, no Paraguai, para efetuar pesquisas no Arquivo Nacional. Os funcionários foram muito atenciosos e a eles agradeço muitíssimo. Ali, fui recebido pela professora Adelina Pusinere, do Museu Andrés Barbero, e pelo professor Ignacio Telesca, da Universidade Católica de Assunção. Ao acadêmico Roberto Quevedo agradeço imensamente pelo caloroso acolhimento. Abriu-me sua casa, sua biblioteca, as portas da Academia Paraguaia de Historia e me inseriu inclusive em seu cotidiano familiar. Suas preciosas dicas me facilitaram a pesquisa e a elaboração de hipóteses sobre as relações entre São Paulo e o Guairá.

Foram também vários os que me ajudaram em questões pontuais, livros emprestados, documentos, textos e dicas ao longo deste tempo todo. Nesse sentido, agradeço a Iris Kantor, Rodrigo Bonciani, Rafael Ruiz, Edval de Souza Barros, Amon Pinho, Luis Felipe Viel Moreira, Benedito Prezias, Amílcar Torrão Filho, Fernanda Sampaio e Aldair Rodrigues. Ao grupo de orientandos da professora Maria Cristina Wissenbach também dedico uma calorosa saudação, em especial à grande amiga Rosana Gonçalves que muito me incentivou para iniciar a jornada do doutorado. A Maria Aparecida Borrego Menezes, pelo apoio e oferta generosa de diálogo. A Maria Alice

Sampaio pela leitura atenta dos originais; e ao pessoal do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH/USP), em nome de sua diretora, Professora Silvia Basseto, pelo empréstimo da leitora de microfilme.

Aos amigos, colegas e alunos dos colégios Rainha da Paz e São Domingos pelo inestimável apoio nestes anos. Aos parentes que estiveram comigo nas horas mais complicadas, em especial meu irmão Vicente, meus tios Rinaldo, Luzia e Zelinda, meu sogros Antonio e Elena e meus cunhados Marcelo, Silvana e Jean.

Aos amigos Flavio, Dani, Marcão, Magaly, Marco Cabral, João Paulo, Andréa, Natalino, Madalena, Vieira, Fábio, Gabriela, Marcos, Tales, Bia, Tieza, Lia, Fáustulo, Mariana Joffily, Luiz de Barros, Matias, Hamilton, Gabriel, Renato, Andrés, Renata, Frank, Nelmara, Luciano, Gilberto, Cris, Maíta e Dodo. Obrigado pelas horas divertidas e palavras de estímulo.

A Stella Maris Scatena Franco, esposa, companheira, amiga e colega de profissão, agradeço por tudo, principalmente por ter suportado as horas, dias, meses e anos de tensões, queixas e ansiedades expressas por um doutorando sempre aflito. Obrigado! Espero poder recompensá-la sempre! A minha amada filha, Anita Franco Vilardaga, pela companhia, cumplicidade, apoio, solidariedade e carinho nesses anos todos. Sem vocês duas este trabalho simplesmente seria impossível.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, e ao CNPq, pela bolsa com que fui contemplado nestes últimos dois anos de doutorado.

Novembro de 2010

Piloto castellano: aquello blanco es arena.

Fadrique: Mira bien, descubre más.

Piloto castellano: Todo el Brasil descubierto se mira

*Fadrique: Dichoso el día que tome en su playa
puerto, que allí la esperanza mía tiene el suceso por
cierto.*

*Manuel: Virtuosa emulación de Castilla, o fidalguia
de Portugal, con razón ha de ganar este día nombre,
laurel y opinión.*

*Fadrique: Aunque nos reciba mal, Brasil, espero en
tu orilla nombre y laurel immortal. ¡Vivan Felipe y
Castilla!*

Manuel: ¡Tierra, tierra, Portugal!

(VEGA, Lope de. *El Brasil restituído*. 1625. Ato 2º.)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.14
CAPÍTULO 1	
<i>SÃO PAULO NO HORIZONTE DO IMPÉRIO DE FELIPE II.....</i>	<i>p.25</i>
<i>A união das coroas ibéricas.....</i>	<i>p.25</i>
<i>De Sevilha para o império.....</i>	<i>p.44</i>
<i>A trajetória de uma armada.....</i>	<i>p.51</i>
<i>Uma vila miúda.....</i>	<i>p.81</i>
<i>Homens do império em São Paulo de Piratininga.....</i>	<i>p.93</i>
<i>A integração.....</i>	<i>p.103</i>
CAPÍTULO 2	
<i>D. FRANCISCO DE SOUZA E O IMPÉRIO NA VILA DE SÃO PAULO.....</i>	<i>p.113</i>
<i>Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro.....</i>	<i>p.113</i>
<i>Idas e vindas de um governador.....</i>	<i>p.121</i>
<i>A trajetória de Francisco de Souza e sua chegada em São Paulo.....</i>	<i>p.129</i>
<i>São Paulo: do burel ao libré.....</i>	<i>p.144</i>
<i>Um projeto integrado e integrador: mina, agricultura, indústria e comércio.....</i>	<i>p.152</i>
<i>Formando elites e redes.....</i>	<i>p.163</i>
<i>Sobre ouro, ferro e os desejáveis metais.....</i>	<i>p.172</i>
<i>Despojos e heranças.....</i>	<i>p.185</i>
CAPÍTULO 3	
<i>CAMINHOS E CONEXÕES NA AMÉRICA MERIDIONAL.....</i>	<i>p.189</i>
<i>Uma vila conectada.....</i>	<i>p.189</i>
<i>La ciudad madre de las ciudades.....</i>	<i>p.200</i>
<i>Caminhos que se cruzam.....</i>	<i>p.217</i>
<i>Laços guairenhos em São Paulo.....</i>	<i>p.229</i>
<i>Trânsitos e intercâmbios pela via proibida.....</i>	<i>p.239</i>
<i>Os disputados carijós.....</i>	<i>p.254</i>
<i>O governo do Paraguai passa por São Paulo.....</i>	<i>p.270</i>
<i>Concluindo.....</i>	<i>p.278</i>
CAPÍTULO 4	
<i>IDENTIDADES E CONFLITOS.....</i>	<i>p.281</i>
<i>O fim do Guairá e o início da “lenda negra” dos moradores de São Paulo.....</i>	<i>p.281</i>

<i>Um típico produto da Monarquia Católica.....</i>	<i>p.293</i>
<i>Castelhanos, portugueses e espanhóis.....</i>	<i>p.305</i>
<i>Castelhanos, identidades e partidarismos em São Paulo.....</i>	<i>p.319</i>
<i>Anos tumultuados.....</i>	<i>p.336</i>
<i>Sobre aclamações.....</i>	<i>p.347</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.364
ARQUIVOS E FUNDOS CONSULTADOS.....	p.368
FONTES E DOCUMENTOS PUBLICADOS.....	p.370
BIBLIOGRAFIA.....	p.373
Anexo.....	p.394

LISTA DE SIGLAS

ABNB – Arquivo Nacional da Bolívia (Bolívia)

ACVSP – Actas da Câmara da Vila de São Paulo

AGI – Archivo General de Índias (Espanha)

AGS – Archivo General de Simancas (Espanha)

AHU – Arquivo Ultramarino (Portugal)

ANA – Archivo Nacional de Asunción (Paraguai)

BNE – Biblioteca Nacional de España (Espanha)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (Portugal)

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil)

BPME – Biblioteca Pública Municipal de Évora (Portugal)

I&T – Inventários e Testamentos

INTT – Instituto Nacional da Torre do Tombo (Portugal)

RGCSPP – Registro Geral da Câmara da Vila de São Paulo

RESUMO

VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns dos impactos do processo macro-político gerado pela União das Coroas Ibéricas (1580-1640) na lógica local, de um espaço colonial, representado pela vila de São Paulo de Piratininga. Entende-se que, efetivamente, o mundo português, tanto em seu viés peninsular, quanto colonial, foi incorporado aos quadros da monarquia católica liderada pelos reis castelhanos, da dinastia Habsburgo – os Filipes -, nesse contexto. Assim sendo, os projetos, as políticas, intenções e práticas emanados do império chegavam, de maneira não necessariamente linear nem homogênea, aos mais diversos rincões de sua espacialidade. De qualquer forma, buscou-se aqui compreender como estas normas e determinações da monarquia foram atravessadas pelos agentes de poder, pelas elites locais, instituições, realidades econômicas e disputas políticas.

Sob esta perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação e posse da Capitania de São Vicente na nova lógica monárquica implantada em Portugal a partir de 1580; os sonhos minerais projetados e implantados em São Paulo pelo governador geral D. Francisco de Souza, bem como sua prática política na vila em expansão; as conexões horizontais estabelecidas entre a vila paulista e a região paraguaia, em especial o Guairá, numa perspectiva que nos permita ir além das bandeiras de puro apresamento; e os processos de demarcação e definição de identidades, vivenciados pela Península, *pari passu* com as colônias nas décadas de 1630 e 1640, e os reflexos da distensão representada pela “Restauração” portuguesa na vila de São Paulo. Como elemento que norteia todo o período, o trabalho procura recuperar alguns dos vestígios da presença de uma população de origem castelhana, marcante na vila paulista do período, bem como identificar alguns de seus laços e conexões.

PALAVRAS-CHAVE

União Ibérica, São Paulo, império, castelhanos, histórias conectadas.

ABSTRACT

VILADAGA, José Carlos. **São Paulo in the orbit of the empire of Philip: connections of a Castilian village of Portuguese America during the Iberian Union (1580-1640).** Thesis (Ph.D.). Faculty of Philosophy and Humanities, University of São Paulo: São Paulo, 2010.

This study aims to examine some of the impacts of the macro-political process generated by the Union of Iberian Crowns (1580-1640) in the local logic of the colonial space represented by the village of São Paulo of the Piratininga. It is understood that the Portuguese world, both in its peninsular and colonial bias, was indeed incorporated into the framework of the Catholic monarchy led by the Castilian monarchs, the Habsburg dynasty - the Philips - in this context. Thus, projects, policies, intentions and practices emanating from the empire came, not necessarily in a linear or homogeneous manner, to the most diverse corners of its space. In this paper, we have attempted to understand how these rules and regulations of the monarchy were traversed by the agents of power, by local elites, institutions, economic realities and political disputes.

From this perspective, the paper analyzes the process of incorporation and ownership of the Captaincy of São Vicente in the new monarchical logic implemented in Portugal since 1580; dreams of minerals designed and deployed in São Paulo by the Governor General D. Francisco de Souza, as well as his political practice in the expanding village; the horizontal connections established between the village of São Paulo and the region of Paraguay, in particular La Guaira, a perspective that allows us to go beyond the *bandeiras* (exploration groups) of sheer capture; the processes of demarcation and definition of identity, experienced by the Peninsula, *pari passu* with the colonies in the 1630s and 1640, and the effects of détente represented by the "Restoration" in the Portuguese town of São Paulo. As an element that guides the entire period, the paper seeks to recover some of the traces of the presence of a population of Castilian origin, a striking presence in the village of São Paulo at the time, as well as identify some of their ties and connections.

KEYWORDS

Iberian Union, São Paulo, empire, Castilian, connected histories.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender como uma pequena vila da América portuguesa – São Paulo – foi integrada ao grande império filipino durante o período da União das coroas ibéricas (1580-1640). Neste sentido, pretendemos analisar os impactos diretos da realidade política peninsular na vila de São Paulo, bem como os eventuais processos de cunho local e regional dinamizados pela nova situação imposta pela soberania filipina sobre Portugal e suas colônias. Claro deve estar, desde o princípio, que o período conhecido como União Ibérica, que reuniu as coroas de Portugal e Espanha, não será tomado, aqui, como um contexto homogêneo e fechado, mas sim aberto, dinâmico e atravessado por suas próprias contradições. Assim, buscaremos não uma única característica essencial do período da União, mas suas oscilações, ambiguidades e clivagens.

A temporalidade que norteou a pesquisa tem, de fato, duas dimensões. Uma delas é a definida pelos marcos políticos que balizam o contexto da União, ou seja, o processo de tomada de posse de Felipe II da coroa portuguesa, a partir de 1580, e a chamada “Restauração” de dezembro de 1640, que inaugurou uma nova dinastia na recém-autônoma coroa lusitana. Por outro lado, uma segunda dimensão obriga a uma flexibilização nestes marcos. Ela se impõe quando o foco recai sobre a vila de São Paulo. Nela, os primeiros sinais de nova coroa filipina só se fizeram sentir a partir de 1582, e seu processo de distensão ecoou ainda pelos anos de 1641 e 1642. De qualquer maneira, a questão fundamental que perpassa o trabalho é o processo político vivenciado na Península Ibérica, que se reflete de maneira não linear e automática em São Paulo – como também em outras partes -, mas que, de todo modo, informa e demanda os posicionamentos e as reações nas mais diversas áreas do império.

Narrando um pouco o nosso processo de pesquisa, cabe pontuar que, ainda inicialmente, o projeto visava analisar também uma suposta comunidade castelhana em São Paulo durante este período. Ela, de fato, despertava nossos interesses primevos, mesmo porque pairava certa dúvida na historiografia a respeito de seu envolvimento num provável levante anti-bragancista em 1641.¹ Além disso, diversos trabalhos recentes sobre comunidades lusitanas em áreas da América de Castela nos instigavam a

¹ Trata-se do controverso episódio da aclamação do filho de sevilhanos, Amador Bueno, por um “partido espanhol” em São Paulo em 01/04/1641.

empreender um esforço semelhante, só que no sentido inverso: buscar comunidades castelhanas em espaços lusitanos.² Percebemos, contudo, que um trabalho desta natureza exigiria um esforço de pesquisa monumental no sentido de tentar mapear outras comunidades no Brasil, na África e também no Oriente. Perspectiva, aliás, interessantíssima, mas impossível no cenário deste doutorado. Por outro lado, a pesquisa deixou claro que a efetiva presença de castelhanos em São Paulo foi apenas uma das facetas da influência da União Ibérica sobre o espaço paulista. Neste sentido, debater estas facetas nos pareceu um melhor enquadramento para o trabalho.

Uma população castelhana que vivia em São Paulo nos séculos XVI e XVII já havia sido percebida por parte da historiografia.³ Os sobrenomes Bueno, Camargo, Munhoz, Rendon, Bonilha dentre outros, frequentes na documentação do período, geraram uma série de reflexões e especulações, mas, acima de tudo, trabalhos de caráter genealógico. A maior parte das vezes os castelhanos em São Paulo foram entendidos como uma espécie de “efeito colateral” do processo da União e como personagens gradativamente absorvidos no caldeirão de casamentos mestiços do planalto. Outros, como Nilo Garcia, Aracy de Amaral e mesmo Sérgio Buarque de Holanda, viram a presença castelhana em São Paulo como algo não fortuito e isolado, mas como parte de uma rede de relações e integração proporcionada pela conjuntura da reunião ibérica.⁴

Foi então a essa historiografia que nos alinhamos em primeiro lugar. Mas, para além desse viés sobre a presença de castelhanos, vale sublinhar que também nos filiamos a uma perspectiva historiográfica que percebe a União Ibérica como um processo de nítida interferência na governança de Portugal e suas colônias; portanto, suas posturas, normas, projetos e embates repercutem necessariamente em todos os cantos do império, com maior ou menor intensidade, com maior ou menor sucesso.⁵ Nesta direção, não acreditamos numa história de São Paulo que possa ser considerada excepcional. Tanto a presença de castelhanos, quanto os reflexos da União, não foram situações atípicas; mas, pelo contrário, foram comuns ao espaço imperial da monarquia

² Falamos aqui de MANGAS, Fernando Serrano. *La encrucijada portuguesa. Esplendor y quiebra de la Unión Ibérica em las Indias de Castilla. (1600-1668)*. Badajoz: Diputación de Badajoz; 2001; VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005; STUDNICKI, Daviken F. *A nation upon the ocean sea. Portugal's Atlantic diáspora and the crises of the spanish empire, 1492-1640*. Oxford University Press, 2006. Além do clássico MACHAIN, Lafuente. *Los portugueses en Buenos Aires, siglo XVII*. Buenos Aires: Libreria Cervantes, imp. 1931.

³ Uma apreciação a respeito desta historiografia está no Capítulo 4 do presente trabalho.

⁴ AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo: Livraria Nobel, [1981?]; GARCIA, Nilo. *A aclamação de Amador Bueno. A influência espanhola em São Paulo*. Tese de Livre Docência; Universidade do DF, Rio de Janeiro; 1956; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵ Uma breve análise desta historiografia está no Capítulo 1 desta tese.

católica. A pergunta que se desdobra e perpassa este trabalho é como a vila paulista foi atravessada pelas questões postas pela monarquia filipina e qual o papel dos castelhanos neste processo.

A reflexão sobre os impactos do império filipino em São Paulo obriga-nos a empreender um esforço inicial de aproximação do conceito de *império*, de como ele organiza as relações entre o centro e suas partes. O termo tem despertado contínuos debates sobre seu sentido e sua aplicabilidade em diferentes contextos. Destacamos, a princípio, o texto de Maurice Duverger, publicado em um trabalho recente que reúne discussões sobre o tema.⁶ Nele, o autor tenta promover uma síntese dos principais eixos de debate e mostra como é um conceito de difícil precisão. Acrescenta ainda que, quanto mais se tenta defini-lo, mais se inviabiliza sua utilização, já que sob este nome se escondem múltiplas possibilidades e experiências. O grande desafio é, portanto, conceituar de maneira que se possa transcender as temporalidades sem que isso signifique anular a necessidade de analisar o específico e singular de cada experiência imperial. Nesse sentido, o autor parece concordar com algumas características elementares. Todo império pressupõe uma vastidão espacial, um amplo território, não necessariamente contíguo. Ademais, a espacialidade “influencia toda a sua estrutura”, condicionando relações e políticas.⁷ Os impérios guardam dentro de si, e de sua vastidão, uma, no mínimo, razoável diversidade cultural e humana. Por conseguinte, diversidade e ampla espacialidade exigem diferentes formas de articulação e comunicação para viabilizar as relações entre grandes distâncias, mantendo as partes minimamente atreladas ao centro. Por fim, cada império oscila fundamentalmente entre a centralização e a autonomia de suas partes. O equilíbrio básico a ser atingido é a articulação das diversidades sob algum manto de unidade. Força bruta, imposição de padrões, institucionalização de autonomias, cooptação de elites regionais... Enfim, são várias as possibilidades que não anulam esta questão essencial posta pela pauta imperial.

Ao historiador cabe, portanto, se colocar a questão chave de como cada império pôde realizar essa experiência. Pensando especificamente no nosso caso, perguntamos como o império filipino, ampliado pela união com Portugal, efetivamente articulou

⁶ DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério & SILVA, Luiz Geraldo. *Facetas do império na História. Conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo&Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008. Trata-se da tradução do texto “O conceito de império”, de Maurice Duverger, feito originalmente como apresentação de uma obra sobre o tema “império” em 1980.

⁷ *Idem, ibidem*; p.23.

suas partes e administrou tão grande diversidade sob o manto da unidade da Monarquia Católica. Com a União Ibérica, a monarquia ainda teve de exercer seu poder sobre o espaço americano do antigo império luso, tendo como regulador o chamado Acordo de Tomar, jurado por Felipe II em 1581, que garantia uma suposta autonomia da coroa portuguesa. Assim, na preservação das unidades dispersas pela vastidão - na espacialidade única do império -, oscilou o jogo da monarquia. Como afirma Duverger, quando o império reúne a diversidade, “sua combinação pode assumir diversas formas.”

⁸ Por fim, é oportuno ainda ponderar que um império só pode ser bem-sucedido na preservação de seus laços de articulação quando efetivamente traz vantagens aos dominados. As fidelidades só se mantêm sob algum benefício e retribuição.

Isto posto, nossa tarefa é exatamente tentar compreender como um determinado império, o filipino, herdeiro de outro império, o português, articulou a unidade intrínseca à condição imperial, conservando maior ou menor autonomia, e se fez sentir nas partes mais distantes, no nosso caso específico, São Paulo. A diversidade de culturas, entidades políticas e poderes do império filipino é bastante conhecida. Com amplos domínios na Europa, que envolviam os reinos de Castela e Aragão, ainda atingia os Países Baixos, possessões na Itália e Alemanha. Além disso, incluía a América, englobando antigos impérios, cacicados, tribos variadas e grupos culturalmente bastante heterogêneos. Com a União Ibérica, passou a abarcar Portugal e suas possessões na América, África e Ásia. Tornava-se, assim, um dos maiores impérios do mundo. O meio encontrado para articular tamanha multiplicidade e amplitude foi a preservação das autonomias e instâncias representativas dos vários poderes locais e regionais.

Entretanto, a articulação destes no “feixe” de poder representado pela realza foi uma solução controvertida.⁹ Para Perry Anderson, a ausência de instituições verdadeiramente imperiais – além do próprio rei – foi sempre a grande fragilidade do enorme e paradigmático império dos Filipes.¹⁰ Para Vicens Vives, por outro lado, foi precisamente esta solução adotada que garantiu a preservação da integridade do império por longos anos. A articulação dos diversos níveis de poder teria assegurado alto grau de centralização no vértice, apesar de implicar uma “mínima irradiação” nas bases locais, regionais e corporativas variadas. De qualquer forma, Vives não considerava o

⁸ DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério & SILVA, Luiz Geraldo. *Facetas...op.cit.* p.25.

⁹ Tomamos a expressão emprestada de LADURIE, Emmanuel. *O Estado Monárquico. França. 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Em análise da monarquia moderna, o autor entende que ela “confedera em feixe” as diversas comunidades.

¹⁰ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ideal de poder absoluto e centralizado somente como pura abstração.¹¹ Pressupunha sim ações reais. Ao lado do simbólico poder majestático, fundamental na legitimação de um poder central em plena era barroca, como mostrou José Maravall, existiriam ações concretas – não necessariamente bem-sucedidas, nem absolutas – de forte cunho centralizador. O próprio Maravall, aliás, entende que, no universo de poderes que se articulam no Estado Moderno da era barroca, o poder real efetivamente se sobrepõe. Centralizado, mas não absoluto.¹²

Já no caso português, Luiz Felipe Thomaz, ao analisar o império luso no Oriente, desvelou seu sentido marítimo e comercial. Identificou uma rede de feitorias e enclaves, articulada pelas rotas comerciais, que tornava o império português múltiplo e multifacetado, costurado por uma trama estruturada em torno dos interesses comerciais e de um cristianismo militante. O império *talassocrático* de Portugal ganhava uma dimensão muito específica e diversificada, já que, em cada um dos espaços e enclaves imperiais, moldava uma forma típica de relação com os poderes locais.¹³ Esta análise se somou aos trabalhos de António Manuel Hespanha, que, sob o conceito de monarquia *polissinodal*, articulou os corporativismos e autonomias do império numa estrutura monárquica essencialmente compósita. Desse modo, não fazia o menor sentido falar em absolutismo, somente em alguma centralização vaga, mesmo assim marcada muito mais pela necessidade de assegurar os poderes autônomos. O império português era então uma rede descentralizada e multiforme.¹⁴ Por outro lado, John Elliott mostra como a perspectiva de monarquias compósitas era, no século XVI, o padrão de organização imperial da Europa. Referenciado nos exemplos da Espanha, Inglaterra e do Sacro Império, revela que, atravessadas ou não pelo mar, contíguas ou fragmentadas, as monarquias compósitas consituíram um modelo simples para a expansão imperial, pois prescindiam inclusive do domínio militar, exigindo somente a criação de instituições mediadoras, como, por exemplo, os Conselhos da monarquia filipina. Para Elliott, somente no século XVII, com o surgimento de uma nova monarquia, poderosa e unida,

¹¹ VIVES, Vicens J. “A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII” in: HESPANHA, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Coletânea de Textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

¹² MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*. Tomo I, Madrid: Alianza Editorial, 1986.

¹³ THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

¹⁴ HESPANHA, António Manuel & SANTOS, Maria Catarina. “Os Poderes num império oceânico.” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. HESPANHA, António. *Visperas del Leviatán. Insituciones e poder político (Portugal, siglo XVII)*. Madrid: Taurus, 1989.

simbolizada pela França, se confrontariam novos modelos. Contudo, Elliott não retira do império estruturado sob uma monarquia compósita, seu sentido centralizador.¹⁵

O debate chegou obviamente ao Brasil. Não iremos reproduzir aqui toda a sua extensão, mas, de modo geral, concentrou-se mais na relação Metrópole-Colônia, do que no viés imperial. De um lado, uma lógica sistêmica, que denotava um eficiente mecanismo para informar suas partes constituintes, delas extraíndo o máximo de lucro; de outro, uma infinidade de partes e poderes locais que se impunham diante da lógica central e normativa, geralmente pouco eficaz, visto as enormes distâncias e as realidades muito distintas que a compunham.¹⁶ Entre a norma eficaz e ineficaz, entre a forte centralização e a negociação: o debate se articulou nesta polarização e ainda rende algumas celeumas. A construção da noção de um espaço Atlântico, conectivo entre a realidade brasileira e a africana, trouxe, de fato, a noção de império para o centro das discussões.¹⁷ Nesta direção, uma nova espacialidade e territorialidade era formada pelas necessidades econômicas que, apesar de contar com a presença assídua dos poderes imperiais em sua regulação, não evitou o surgimento de personagens e elites locais, bem dispostas a impor suas demandas, necessidades e visões. Além disso, retirava do olhar sobre as relações coloniais um sentido unilateral inspirado no caminho Metrópole-Colônia, abrindo-o para as ligações inter-coloniais.

Obviamente, a perspectiva de um poder imperial efetivo, mas mediado por questões locais, políticas ambíguas, e relações regionais, num território que se constrói dentro da espacialidade do império, nos pareceu extremamente atraente. Contudo, ao estudarmos a vila de São Paulo, ainda nos deparamos com uma espécie de “limbo analítico”, já que desde sempre a vila paulista foi considerada “marginal” no circuito atlântico, e igualmente marginal em seu equivalente castelhano, o chamado circuito potosino.¹⁸ Na geografia dos circuitos econômicos – Atlântico ou potosino -, São Paulo

¹⁵ ELLIOTT, John H. *España en Europa. Estudios de historia comparada*. Col Lecció Honoris Causa. Valencia: Universitat de Valencia, 2003.

¹⁶ A lógica sistêmica pode aqui ser representada pela noção de Antigo Sistema Colonial, de NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1989. Uma parte significativa das perspectivas “negociadas” do império está reunida em BICALHO, Maria F.; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Os trabalhos na linha da negociação são em parte tributários das ideias pioneiras de GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

¹⁷ ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸ Na historiografia sobre a América espanhola, o circuito econômico predominante costuma ser o que se articula em torno de Potosí, que faria orbitar e subordinar as várias dinâmicas regionais. Por outro lado, mais recentemente, alguns trabalhos vêm tornando autônomos os circuitos regionais sem deixar de ressaltar a importância de Potosí. ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial: el mercado interior, regiones y espacio económico*. México: Editorial Nueva Imagem, 1983; GARAVAGLIA, Juan Carlos & MARCHENA, Juan. *Historia*

ocupava o espaço vazio deixado entre eles. Neste sentido, a possibilidade que se colocou a esta pesquisa foi a de procurar analisar a vila paulista em suas conexões regionais e seus laços com outras áreas, retirando dela este isolamento renitente. No contexto específico da União, portanto, esta possibilidade se incrementa com os diálogos estabelecidos dentro dos dois espaços imperiais reunidos – o luso e o castelhano.

Nesta direção, alguns historiadores têm proposto uma análise estruturada em torno das conexões entre espaços e impérios. As perspectivas de compreensão da monarquia católica filipina pelo mecanismo das *histórias conectadas*, trazidas à tona por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, fizeram escola e abriram oportunidades para estudos que ultrapassam os limites geográficos e jurisdicionais, criando territórios amplos e percorridos por vasta gama de personagens.¹⁹ Nathan Wachtel experimentou esta proposta em trabalho recente sobre os cristãos-novos na América.²⁰ De qualquer forma, John Elliott pode ser considerado ainda uma referência num trabalho de cunho comparativo, marcado pelo profundo diálogo entre os impérios conectados, mas delimitados pelas disputas de poder e hegemonia.²¹ De fato, pode-se enxergar certa oposição entre uma história que busca mais as conexões, e outra preocupada com a temática da centralização e autonomia.²² Esta armadilha, gostaríamos de evitar. Aqui, buscamos os elementos conectivos, mas também procuramos a mediação do elemento político centralizador. Uma perspectiva não deve anular a outra. Parece-nos possível fazer uma história balizada pelas conexões e pelas questões de poder manifestadas pela lógica política do império.

Ademais, a ênfase colocada na perspectiva local, e também regional, não deve destruir a noção de um estado imperial que informa e tem sua razão de ser.²³ Na monarquia filipina, os laços e cruzamentos horizontais, estabelecidos entre elites e

de America Latina de las origens a la independencia (I). América Latina y la consolidacion del espacio colonial. Barcelona: Editorial Critica, 2005.

¹⁹ GRUZINSKI, Serge. “Mondes meles de la monarchie catholique et autres ‘connected histories’”. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 Année; no 1; Janvier-Février 2001; p. 85- 117. SUBRAHMANYAM, Sanjay “Du Tage au Gange au XVI Siècle: une conjoncture millénariste à l’échelle eurasiatique” IN: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 Année; no 1; Janvier-Février 2001; p.51- 84;

²⁰ WACHTEL, Nathan. *A fé na lembrança. Labirintos marranos*. São Paulo: Edusp, 2009.

²¹ A perspectiva comparada está em ELLIOTT, John H. *Impérios del Mundo Atlântico. Espana y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006. Um ensaio deste autor sobre as virtudes da perspectiva historiográfica comparativa para a compreensão das questões imperiais do mundo moderno está em ELLIOTT, J. *Espana en Europa...op.cit.*

²² Luis Felipe Silvério Lima, em artigo crítico presente na coletânea *Facetas do Império*, sugere a existência desta divisão na historiografia atual. Análise com a qual concordamos. DORE, Andrea ...*Facetas...op.cit.*

²³ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

grupos regionais, e as redes descentralizadas de poder não atuam fora do espaço e do controle imperial, mas são partes intrínsecas dele.²⁴ O que importa é perceber que a diversidade de relações, de poderes, de grupos, corresponde à diversidade de meios sacados pelo império para lidar com tal multiplicidade. Portanto, não houve uma maneira única de relação, senão variada e condicionada por uma série de interferências, das locais às nascidas no seio do poder central. “O Estado esteve indiscutivelmente presente na colonização e na administração das possessões ultramarinas: o que se deve perscrutar é a expressão e a lógica dessa presença, pois podem, constantemente, nos iludir”.²⁵ Como já afirmou Russell-Wood, em relação ao império português, foram vários os mecanismos utilizados pela monarquia para lembrar de sua vassalagem e cobrar suas fidelidades.²⁶ Na “coreografia das forças centrífugas e centrípedas”²⁷ executada pelas relações monárquicas e imperiais, e no jogo constante entre a centralidade do rei e as práticas da negociação local, é que buscamos enquadrar nosso trabalho.

Para a discussão que opõe central e local, ou centro e periferia, Xavier Pujol traz uma excelente contribuição ao fugir da dicotomia entre estas duas instâncias.²⁸ Falsa dicotomia, segundo ele, pois ambas são interdependentes. E ainda assim, entre elas, existe uma vasta rede de relações e poderes intermediários, sobre os quais o Estado exerce fundamentalmente o papel de árbitro. De fato, Pujol reconhece um relativo paradoxo, pois percebe que o Estado moderno concentra o poder no centro, mas é profundamente dependente das forças sociais locais, vulgarmente chamadas de periféricas. Para além da dicotomia, resta ao historiador “estudar o impacto do Estado moderno no microcosmo da vida local”²⁹, entendendo esse local como agente ativo que se utiliza, inclusive, da dissimulação como arma de negociação no debate que se estabelece com os núcleos de poder central – comportamento típico do “pensamento político do barroco”. Portanto, a centralização política, bem como a representação de um poder real absoluto e unitário, convive com práticas ambíguas e negociadas.

²⁴ CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.). *Las redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*. Madrid: Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009.

²⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *Sol e sombra...op.cit.* p.51.

²⁶ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés, Portugal: DIFEL, 1998.

²⁷ Expressão retirada de HESPAÑA, António Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa?” In; BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Junia Ferreira & SOUZA, Laura de Mello e (orgs). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁸ PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII”. In: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. Edições Cosmos, n.6, 1991; p.119-143.

²⁹ *Idem, ibidem*, p.132.

Acreditamos que não foi só na emanção da norma que se fez a inserção da vila de São Paulo no império filipino, mas também através de mecanismos múltiplos e policêntricos que a incluíram na rede de intercâmbios propiciada pelo império. Portanto, entre o império filipino e a realidade nua e crua da vila de São Paulo o diálogo, muitas vezes, não se fez diretamente, mas sim mediado por instâncias variadas, autonomias jurisdicionais, agentes de poder, e ainda por identidades sobrepostas, necessidades elementares de sobrevivência, contingências cotidianas, alianças familiares e intercâmbios regionais.

Com isso, esperamos que o presente trabalho coloque em pauta não apenas a perspectiva da centralização imperial, como também das conexões propiciadas pelo império, trazendo para o debate as relações horizontais estabelecidas entre regiões e elites locais, a partir de redes familiares, comerciais e políticas. Além disso, ao pensar a história da monarquia católica como um grande espaço de conexões e trânsito, inserimos a vila de São Paulo, como mais um palco destes personagens que percorrem o império e suas tramas estruturadas, no eixo comum da vassalagem à monarquia e na mais suposta, que efetiva, unidade do catolicismo. A pretensão universalista da monarquia filipina, ao costurar diversidades nas unidades da realeza e do cristianismo, criou uma condição interessante para o movimento de pessoas e ideias, compondo espaços comuns e trânsitos, para além das jurisdições e limites mais formais.

Assim, nessa busca, estruturamos nosso trabalho em quatro grandes capítulos. No primeiro, discutimos algumas questões elementares sobre o próprio processo de constituição da União Ibérica, seus mecanismos jurisdicionais e os referentes debates historiográficos. Por outro lado, nos sentimos premidos a apresentar um breve panorama da história da vila de São Paulo no momento em que entrou para a órbita do império filipino. O objetivo é tentar demarcar as duas instâncias que se encontraram a partir do juramento de Felipe II. O veículo fundamental deste encontro foi a chegada, nas costas brasileiras, da grande armada liderada pelo almirante Diego Flores Valdés, que partiu rumo ao Estreito de Magalhães, em 1582, com a missão agregada de fazer as partes do Brasil obedecerem à nova realidade peninsular e seu novo rei. No processo de tomada de posse, o primeiro capítulo aborda a trajetória da armada e sua presença na capitania de São Vicente. Muitos castelhanos vindos na armada se espalharam pelo planalto, ocupando seu lugar na pequena vila paulista. A forma como chegaram e se integraram faz parte das preocupações deste capítulo.

No segundo capítulo, buscamos analisar a presença do governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, em São Paulo, onde permaneceu entre os anos de 1599-1605 e de 1608-1610. Articulado às redes de governo da monarquia filipina, fez cumprir um desejo de prospecção mineral em São Paulo, que não era só dele, mas de toda a monarquia, instável em seu equilíbrio financeiro. As práticas governativas de Souza, típicas da governança no Antigo Regime, alargaram horizontes e possibilidades na até então miúda vila paulista, levando a cabo, inclusive, um amplo projeto econômico integrado.

No terceiro capítulo, pretendemos analisar as conexões: redes e relações, amistosas e conflituosas, entre São Paulo e o território do Guairá, na antiga Província do Paraguai. Assim, neste pedaço do continente, procuramos desvendar os pontos de contato entre a América portuguesa e castelhana. Além disso, intencionamos situar o fenômeno das bandeiras paulistas neste movimento de aproximação entre as duas áreas coloniais.

No quarto e último capítulo discutimos a separação. Tempos de demarcações de identidades e partidarismos, os anos de 1620 a 1640, alvo do capítulo, propiciaram tanto na península quanto nas colônias, movimentos conflituosos num império que vivia o desejo de unificação na figura do *valido* Conde-Duque de Olivares, contudo atravessado pelos embates de separação, de Flandres, de Portugal e da Catalunha. Procuramos discutir também como todo este processo se alinhava com o crescimento econômico da vila e uma maior complexificação social. Enfim, o percurso sugerido, neste trabalho, que vai do momento da posse e reunião ao da separação, revela-se justamente o trajeto na Europa, não apenas refletido, mas vivido, na vila de São Paulo.

Consideramos esta pesquisa um trabalho que vislumbra a síntese em vários momentos. Tenta reunir, em cada capítulo, uma discussão que se encaixa no arcabouço geral do império e de seus mecanismos de articulação com o microcosmo da realidade de São Paulo, sem, contudo, deixar de abrir algumas portas para sondar questões típicas e específicas da historiografia paulista. A armada de Valdés e seus castelhanos; a presença de D. Francisco de Souza em São Paulo e a questão mineral; as bandeiras e as relações com o Paraguai; os conflitos com os jesuítas e as temáticas relacionadas à suposta “Aclamação” de Amador Bueno. Em cada uma delas, procuramos também trazer alguma contribuição, através de um documento ou informação nova, ou mesmo ao abordar um ou outro foco pouco iluminado. Pretendemos, desse modo, poder somar

algumas peças no quebra-cabeça formado pela história de São Paulo neste contexto peculiar.

CAPÍTULO 1

SÃO PAULO NO HORIZONTE DO IMPÉRIO DE FELIPE II

O presente capítulo propõe-se a analisar as possíveis formas pelas quais o império erguido em torno de Felipe II, a partir de 1580, alçou seus poderes sobre uma parcela distante - e vulgarmente considerada abandonada - do recém-incorporado império ultramarino português. Este lugar, a pequena vila de São Paulo, tinha tudo para passar ileso pelos grandes acontecimentos peninsulares e mesmo pelas renhidas disputas europeias, já que se configurava num pequeníssimo núcleo, interiorizado e instável, de portugueses na América. Entretanto, o amplo império de Felipe II, de base solidamente castelhana, não só se faria legitimar e conhecer nos rincões de seus domínios, como faria replicar, de maneira irregular, os planos de integração peninsular nos espaços coloniais ibéricos. Nesse sentido, o roteiro deste capítulo se organiza de modo a apresentar algumas discussões sobre o próprio processo de unificação peninsular, o envio de uma armada castelhana para assegurar os domínios na costa do Brasil e os impactos diretos desta armada na vila de São Paulo.

A união das coroas ibéricas

Em 16 de abril de 1581, Felipe II, da Casa dos Áustrias e rei de Espanha desde 1556, foi jurado rei de Portugal nas Cortes organizadas na vila de Tomar, uma vez que a cidade de Lisboa, cabeça do reino português, atravessava uma epidemia de peste. Na verdade, desde dezembro de 1580 Felipe já se encontrava no reino português articulando a posse definitiva do trono vago com o desaparecimento de Dom Sebastião em 1578. Felipe II, coroado na ocasião de Tomar como I de Portugal, permaneceu no reino português de 1580 a março de 1583, assegurando seu poder, acariciando egos, eliminando e cooptando opositores e incorporando o império português ao seu próprio.

Mas de que maneira os movimentos manejados pelo rei espanhol para se legitimar junto ao império luso poderiam fazer-se sentir numa pequena vila chamada São Paulo de Piratininga, localizada nas margens do império português na América? As poucas atas da Câmara da vila, restantes desta época, silenciam sobre qualquer processo sucessório. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é tentar desvendar, ou revelar, possíveis vínculos entre o jogo geopolítico que se articulava na Península Ibérica e as pontas do império católico que se formava sob a liderança de Felipe II.

Os fatos que levaram este neto por linha materna do rei D. Manuel, o Venturoso, a assumir o trono de Portugal e realizar a tão desejada união da Península Ibérica são bem conhecidos. Ao retomar factualmente o contexto, temos que, com o desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, o trono português foi assumido provisoriamente pelo tio-avô do rei morto, o cardeal D. Henrique, celibatário e idoso. A disputa e a expectativa pela sucessão apresentaram vários momentos e concorrentes, mas, após uma bem-sucedida campanha diplomática, de cooptação de grupos sociais, de disputa militar e de afirmação da legitimidade dinástica, Felipe II da Espanha assumiu formalmente o trono português em 1581, com a assinatura do Acordo de Tomar, a princípio um compromisso que garantia a autonomia de Portugal dentro da estrutura do império espanhol.³⁰

A sacralização da expressão supostamente atribuída a Felipe II quanto à forma pela qual assumiu o trono de Portugal - “yo lo heredé, yo lo compre, yo lo conquiste” – de certa maneira pretendeu resolver a questão dos amplos recursos mobilizados pelo monarca.³¹ Bouza Álvarez retomou a temática e, num trabalho referencial, afirmou a importância das negociações políticas no processo, apesar de não descurar da questão militar: “o peso das negociações foi maior que o das armas, embora nunca se deva esquecer que são estas que, em última instância, lhe conseguem a posse do reino.”³²

Mais recentemente, Rafael Valladares discutiu o tema de forma a, segundo ele, recuperar a “dimensão da violência” no processo de “anexação” e promover a revisão do que chamou de tese do “triunfo político”.³³ Seu trabalho reforça o peso da guerra e da conquista militar no processo de anexação. Portanto, longe de estar encerrado, o debate sobre a incorporação da monarquia portuguesa ao império filipino, além de ainda candente, é apenas uma das inúmeras controvérsias que cercam o tema.

O alcance e o grau de respeitabilidade quanto ao Acordo de Tomar pelos três Filipes que reinaram durante a vigência da união são exatamente outro dos pontos fulcrais das discussões. Fernando Bouza afirma ainda que “a historiografia relativa ao

³⁰ Dentre outras coisas, Tomar garantia a guarda das graças, privilégios e mercês aos habitantes do reino; mantinha as Cortes em Portugal; jurava que o príncipe herdeiro D. Diogo seria educado em Portugal; reservava os ofícios do governo aos naturais e observava as leis e usos do país; não levantaria mais tributos; manteria as cunhas e armas na moeda corrente; acabaria com as guarnições castelhanas e facilitaria a liberdade de comércio entre Portugal e Espanha.

³¹ A expressão é amplamente utilizada para explicar o processo de anexação, sempre com a intenção de resolver a questão de pronto. Segundo Rafael Valladares a expressão é apócrifa e foi reproduzida por Oliveira Martins sem citação de fonte. VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008; p.33.

³² BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000; p.73-74.

³³ VALLADARES, Rafael. *La conquista... op.cit.*

Portugal Habsburgo tem sido dominada, com demasiada frequência, pelo conhecimento do seu desenlace final...” O olhar retrospectivo que marca esta historiografia foi, portanto, o responsável pela transformação do período numa espécie de “intervalo histórico”, tomado como um bloco fechado que contém em si o processo de incorporação e a progressiva e “natural” distensão, pois, nessa visão, a união esteve desde sempre fadada ao fracasso.³⁴

De modo geral, concebe-se a história da União Ibérica como dividida em três grandes períodos que correspondem literalmente aos reinados dos três Habsburgos. Um primeiro, de 1580 a 1598 - coincidente com o reinado de Felipe II -, que teria sido marcado pelo respeito ao Acordo de Tomar, preservando a autonomia portuguesa, garantida pelo próprio soberano; um segundo, de 1598 a 1621, já atravessado pelo desgaste entre o Conselho de Portugal e a Corte de Felipe III; e um terceiro, de 1621 a 1640, quando as sedições regionais foram promovendo a ruptura com Felipe IV e seu valido Conde-Duque de Olivares. Esta “tradicional visão ternária” consolidou a ideia de que Felipe II teria sido pessoalmente responsável pela autonomia portuguesa negociada em Tomar.³⁵

Beneficiado pela rede de casamentos dinásticos, e dispondo de enormes fluxos de metal vindos das Américas, Felipe II teria levado o império espanhol ao máximo de seu esplendor e ambição; entretanto, estes mesmos metais que financiaram as conquistas e guerras sucessivas na Europa conduziram a Espanha à ruína.³⁶ Os sucessores do monarca, diante da crescente necessidade de controlar e manter a estrutura imperial, tiveram de enfrentar sucessivas bancarrotas e conflitos na maior parte do império, principalmente com os Países Baixos, o que aumentou a pressão fiscal e a demanda de recursos e soldados, com os custos recaindo inclusive sobre Portugal. Nesse contexto, Felipe III e Felipe IV transferiram parte do poder e da administração aos chamados validos, o Duque de Lerma e o Conde-Duque de Olivares, respectivamente. Este último, em especial, teria sido partidário de um governo ativo, interventor, reformista e racionalizador. Tais “virtudes” teriam desagradado aos portugueses – não só –, que

³⁴ BOUZA ÁLVARES, Fernando. *Portugal no tempo...op.cit.* p.21

³⁵ Sobre a crítica a esta visão tradicional da União Ibérica, ver: SCHAUB, Jean Frederic. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros do Horizonte, 2001 e BOUZA ÁLVARES, F. *Portugal en la Monarquia hispánica (1580-1640)*. Madrid: Universidad Complutense, 1987.

³⁶ A entrada excessiva de metais e a consequente inflação, bem como o papel que a riqueza metálica teve na destruição de qualquer desenvolvimento burguês na Espanha, alimentando o espírito aristocrático e arredo ao trabalho e à mercancia, são a tônica dos trabalhos de Perry Anderson e Pierre Vilar sobre a estrutura do império espanhol e as razões de sua decadência. ANDERSON, Perry. *Op.cit.* e VILLAR, Pierre. “O Tempo de Quixote” in *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Presença, 1982.

perderam parte de sua autonomia preservada durante o reinado de Felipe II, e consequentemente mobilizado as forças que promoveram a Restauração em dezembro de 1640. Assim sendo, de acordo com esta visão bastante tradicional, somente a partir do reinado de Felipe III a Espanha tentaria, gradativamente, apertar os laços que uniam as várias pontas do império, limitando o grau de autonomia, que era o cerne da administração e do reinado de Felipe II, e desencadeando as forças centrífugas da estrutura imperial.³⁷

De qualquer forma, o reinado de Felipe II costuma ser visto como aquele em que a autonomia de Portugal teria sido essencialmente preservada. Na verdade, para uma parcela da historiografia espanhola, o domínio filipino sobre Portugal é considerado até mesmo bastante permissivo. Esta historiografia, fundamentalmente da primeira metade do século XX, era de cunho crítico ao reinado de Felipe II e esperançosa em relação a uma nova união pan-ibérica. Ressaltava a frouxidão do *Prudente*, materializada em Tomar, como uma das causas da perda do reino português e da oportunidade de união peninsular, revivida como utopia naquele momento.³⁸ Do ponto de vista português, segundo Bouza Álvarez, somente com o surgimento de uma historiografia pró-bragancista, Felipe II passou a ser alvo de críticas, pois, até então, era visto com certa benevolência, ressaltando-se seu caráter “liberal”. Há de se lembrar, entretanto, que Felipe II cumpriu também, num momento de crise do reino português, certo papel salvacionista, propagandeado por seus defensores. Para amplos setores portugueses, Felipe foi desejado como “panaceia dos problemas” do reino.

Devemos deixar claro, contudo, que, para os contemporâneos, a União Ibérica, instalada e formalizada a partir de Tomar, não tinha prazo de validade. Assim sendo, além do reconhecido sentimento anticastelhano - verdadeiro elemento identitário português nas circunstâncias da União e uma das fontes de protestos e revoltas -, houve ainda uma grande parcela social que ficou dividida entre a resignação e até um relativo entusiasmo com a nova realidade peninsular. Tampouco se deve esquecer que o próprio

³⁷ Para Elliott, aliás, a política de Olivares, preocupada essencialmente em recuperar o poder e o brilho da Espanha, ancorou-se na tentativa de equalizar as partes do império, colocando-as no mesmo nível, inclusive na contribuição tributária e no fornecimento de homens para os exércitos. Ou seja, Olivares tentou “descastelhanizar” o império, mas somente o ônus desta política parece ter repercutido nas diversas partes. Uma análise sobre o governo de Olivares está em: ELLIOT, John. “Conservar el poder: El Conde-Duque de Olivares” In: ELLIOT, J. & BROCKLISS, L. (Orgs.) *El Mundo de los Validos*. Madrid: Taurus, 1999.

³⁸ Como exemplo, citamos Julian Maria Rubio, que acusava “defectos de origem” para explicar 1640. Defeitos esses que serviam para atender as demandas de um povo arruinado e desejoso de mercês, qual seja, o português. RUBIO, Julian Maria. *Felipe II de España. Rey de Portugal*. Madrid: Cultura Espanhola, 1939. Para Alfonso D’Avila, a versão de que a causa da independência de Portugal fora a “brandura” de Felipe II começou a circular ainda no tempo do Conde Duque de Olivares. D’AVILLA, Alfonso. *Felipe II y la sucesion de Portugal*. Madrid: Calpe, 1956.

Acordo de Tomar, que sacralizou a posse de Felipe II, foi inspirado nos Artigos de Lisboa de 1499, elaborados pela corte de D. Manuel, que vislumbrava a união peninsular sob a coroa de seu filho Miguel. O que Bouza, então, chamou de “exclusivismo português” no império, ou seja, certo privilégio autônomo legal materializado em Tomar, teria sido em parte informado pelos próprios portugueses. Portanto, não foi só de indignação, revolta e sentimentos nativistas que se compôs a incorporação de Portugal. Assim como a euforia não foi sentimento exclusivo e predominante em Castela, já que alguns grupos viam com temor esse enorme acréscimo de poder em favor do monarca de Madri.

Convém lembrar que “a união de Portugal aos domínios de Felipe II não trouxe unicamente um reino a mais à Espanha, mas se constituiu no maior império até então herdado por um monarca europeu”.³⁹ O império português herdado, ou que se fez herdar, incluía feitorias ao longo do Oceano Índico e do litoral africano, ilhas no Atlântico e domínios na América, e se somava ao império que Felipe II, por sua vez, havia herdado de seu pai, o imperador Carlos V, em 1556.⁴⁰ Este último incluía Castela, Aragão, Nápoles, Milão, os Países Baixos, a Franche-Comté e as possessões americanas. Era um império “cuya vastedad provocaba la admiración y el asombro, era el mayor jamás conocido en la historia. Era, como escribió con orgullo un español, ‘mas de veinte veces mayor que lo fue el Romano’.”⁴¹ Nesta imensidão espacial, o também vasto império português cumpriu um papel bastante importante na estruturação e consolidação da monarquia filipina, assim como foi peça chave no seu desmonte a partir dos anos 1640.

Para Geoffrey Parker, o período da incorporação de Portugal coincide com o momento de maior otimismo no império e contribuiu, junto com Lepanto e os Países Baixos, com os motivos que “instaban a los Austrias a hacerse con la Monarquía universal.”⁴² A união permitiria a Felipe II assumir, com relativa precisão, o epíteto de *Hispaniorum rex*. Bouza Álvarez também revela o entusiasmo da corte de Madri por incorporar Portugal à monarquia, já que lhe traria maior destaque e melhor posição

³⁹ STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español, 1580-1640*. Madrid: Fundación Hernando de Larramendi, 2000; p.19.

⁴⁰ Na altura que Felipe II incorpora Portugal, as possessões deste último incluem, dentre outras: Ceuta, no norte da África; ilha da Madeira, arquipélago dos Açores, Cabo Verde e ilha de São Tomé e Príncipe no Atlântico; enclaves e feitorias na Costa do Ouro, Sene Gâmbia e Angola, na África ocidental, e Moçambique na África Oriental. No Oriente, em torno de Goa, centro do Estado da Índia, os enclaves de Macau, Málaga, Ormuz e Timor.

⁴¹ KAMEN, Henry. *Felipe de España*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1997; p.257.

⁴² PARKER, Geoffrey. *La gran estrategia de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

internacional, além de abrir novas oportunidades de negócios.⁴³ Verdadeiramente, “não se enganavam as numerosas fontes da época que faziam de Portugal uma das encruzilhadas do panorama internacional.”⁴⁴ Na época da incorporação de Portugal à monarquia filipina, o cosmógrafo italiano, Giovanni Baptista Gesio, chegou a sugerir a Felipe II que Portugal valia mais que Flandres. De fato, com Portugal e seus domínios, o império filipino seria efetivamente “el primer imperio mundial de la história”, e a voz da monarquia ouvida em praticamente todos os cantos. Este objetivo não deve ser descuidado nas análises sobre a União Ibérica, pois contribui decisivamente para encorpar o que Parker chamou de “la gran estrategia de Felipe II”, que englobava a disputa renhida contra franceses e ingleses, a luta contra os turcos e a criação de um império católico com forte sentido universalista.⁴⁵ Portanto, Portugal foi profundamente desejado por Felipe II, e sua importância para os interesses globais do império nunca descurada.

Devemos ainda examinar brevemente a natureza mesma da União Ibérica, em seu sentido jurídico, institucional e político, que foi ambígua – assim como o caráter dos portugueses no império –, pelo menos para a historiografia. A discussão teórica sobre as formas de entrelaçamento das duas Coroas no continente europeu e suas implicações nos espaços coloniais tem sido tema de vários estudos, e, aqui, pretendemos fazer apenas uma síntese destes.⁴⁶

As análises sobre a União Ibérica produzidas pela historiografia portuguesa foram marcadas, no geral, por dois sentimentos bastante complementares. De um lado, uma tentativa anacrônica de encontrar a nação portuguesa no final do século XVI; de outro, uma forte “hispanofobia” que rejeitou reiteradamente qualquer interferência espanhola nos destinos portugueses, ressaltando o que teria sido um escrupuloso respeito filipino ao Acordo de Tomar.⁴⁷ Assim, para alguns autores, a União Ibérica não produziu repercussão alguma no reino português, tampouco interferiu em sua dinâmica.

⁴³ Entretanto, Bouza ressalta que parcelas da nobreza castelhana não viam com bons olhos a incorporação de Portugal, já que aumentaria os poderes do rei e daria novo impulso às guerras européias levadas a cabo por Felipe II, trazendo, por conseguinte, a certeza de que os gastos recairiam, como sempre fora, sobre os cansados ombros de Castela. BOUZA, Fernando. *D. Filipe I. Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

⁴⁴ BOUZA ALVARES. *D. Filipe...op.cit.* p. 51

⁴⁵ PARKER, Geoffrey. *op.cit...*

⁴⁶ Um balanço recente desta historiografia é: STELLA, Roseli Santaella. *Brasil...op.cit.* BOUZA ÁLVARES, F. *Portugal...op.cit.* CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988; OLIVEIRA, Antônio. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino, 1580-1640*. Lisboa: Difel, 1990. SCHAUB, Jean Frederic. *Portugal...op.cit.*; VALADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquia Hispânica, 1580-1668*. Madri: Arco/Libros.S.L.

⁴⁷ STELLA, Roseli Santaella. “Brasil e Espanha: do Tratado de Tordesilhas ao governo dos Felipes, rumo às novas fronteiras sul-americanas” in: *Brasília na Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

Para Joaquim Veríssimo Serrão, tratou-se de uma Monarquia Dualista na qual, “ponto assente, não há integração”; e Portugal apenas sofreu “as consequências militares e financeiras da ambição de Felipe II à hegemonia europeia”.⁴⁸ Mesmo para alguns historiadores não portugueses, como Perry Anderson, a “autonomia constitucional e jurídica dos portugueses foi *escrupulosamente respeitada*”; e para Charles Boxer os monarcas Habsburgos “*respeitaram escrupulosamente* esse compromisso durante as primeiras décadas do regime”.⁴⁹ Além destas vertentes, existe uma historiografia de teor mais nacionalista que tendeu a interpretar o período como uma fase de “opressão” espanhola, qualificando-a como “os 60 anos de cativo”, e o domínio espanhol tendo se dado sempre em oposição aos interesses portugueses.⁵⁰ Nesta linha de análise, a chamada “Restauração” de 1640 se tornou uma espécie de “Terra Prometida”.

Em estudos mais recentes, estas perspectivas crivadas de nacionalismo vêm sendo substituídas por abordagens mais equilibradas que trafegam no universo das continuidades e rupturas simultâneas engendradas pela União das coroas. Assim, o que poderia parecer abrupto, por um lado, ou indiferente, por outro, revela-se como uma rede de interesses mútuos, costurados com habilidade pela corte dos Áustria, mas com o apoio português. Para Frederic Schaub, a União Ibérica aconteceu em meio aos “continuísmos” entre os dois reinos, sendo estes visíveis na estrutura burocrática, na relação íntima entre as casas aristocráticas e nas semelhanças culturais.⁵¹ Ressaltou ainda os interesses das altas camadas portuguesas nas vantagens advindas da União, em especial de uma parcela da burguesia lusitana que emprestara apoio à união com a Espanha porque teria percebido, além da nítida força do partido de Felipe II, que se abririam boas possibilidades comerciais com a inclusão dos mercados ultramarinos espanhóis e com a segurança oferecida pelo sistema de *frotas* espanholas. Como afirmou Rodrigo Bentes, “nas consciências de grande parte dos portugueses, a união com a Espanha era uma fatalidade inevitável, da qual era preciso tirar vantagens e evitar os inconvenientes possíveis”.⁵²

⁴⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Felipes em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Colibri, 1994.

⁴⁹ ANDERSON, Perry. *Linhagens...op.cit.* (grifo nosso); BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, Edusp, 1973. (grifo nosso).

⁵⁰ Para uma bibliografia que analisa este caráter nacionalista de uma determinada historiografia portuguesa ver: BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002; STELLA, Roseli Santaella. *Op. cit.*; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Felipes...op. cit.*

⁵¹ SCHAUB, J.F. *Portugal... Op.cit.*

⁵² MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002; p. 80.

De fato, só o chamado *asiento*, que concedeu aos portugueses o monopólio do fornecimento de africanos para a América espanhola, gerou grandes lucros, desalojando os genoveses que até então controlavam o tráfico para a América espanhola.⁵³ As promessas econômicas da União eram grandes. Aos comerciantes portugueses, o mercado americano e o acesso a Potosí soavam como música; e, enquanto isso, as promessas minerais do Brasil, o contato com as riquezas africanas e asiáticas, e a importância das ilhas do Atlântico para a Carreira das Índias acalentavam os castelhanos.⁵⁴ A complementaridade econômica na perspectiva colonial somava-se, portanto, às promessas do fim das taxas comerciais entre os dois reinos e ao acesso irrestrito, para os portugueses, ao tão desejado trigo castelhano. As continuidades econômicas e comerciais entre os dois reinos e suas possessões eram, nesse sentido, igualmente importantes, da mesma forma que em outros campos, como o político e o cultural.

A maneira pela qual Portugal passou a fazer parte da estrutura do governo imperial filipino pode ser chamada de *polissinodal*⁵⁵, ou seja, a monarquia espanhola teria articulado uma rede de instituições com relativos graus de autonomia que, em última instância, se encerravam na realeza, numa estrutura essencialmente corporativa. As principais destas instituições eram os Conselhos – o de Portugal foi criado em 1582 -, ocupados por naturais das regiões e com um razoável grau de autonomia, mas que deveriam se remeter, ao final, a Madri. De fato, o próprio Conselho funcionava em Madri e seus componentes eram integrados à sociedade cortesã castelhana. Restava ao império espanhol conciliar interesses antagônicos, e “por debaixo do monarca havia diversas instâncias submetidas, em última resolução, à sua vontade soberana”.⁵⁶ Assim, “através do Conselho de Portugal, Brasil e os demais patrimônios da coroa lusa foram

⁵³ ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵⁴ As ilhas em questão, pontos importantes de parada nas rotas para a América, eram a Ilha da Madeira e o Arquipélago dos Açores.

⁵⁵ O conceito de *polissinodal* é normalmente utilizado para definir as formas jurídicas e institucionais tanto de Portugal quanto de Espanha, antes mesmo da União Ibérica. A percepção de que o poder centralizador da monarquia do Antigo Regime convivia com instituições que possuíam forte autonomia foi interpretado inicialmente como um sinal de fraqueza destes Estados, considerados até então Absolutistas. As teses de Hespanha e Vicens Vives, que ressaltaram que a composição destas instituições autônomas em torno do Estado corporativo era da própria natureza do regime, abriu uma nova linha de análise. Os textos de Hespanha e de Vives estão em: HESPANHA, António Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Hespanha desenvolveu o tema com mais vagar em HESPANHA, António. *Vesperas del Leviatã...op.cit.* e HESPANHA, A. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes” IN: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵⁶ STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante...op. cit.* p.17.

incluídos na estrutura do Estado espanhol”.⁵⁷ E, elemento da maior relevância, a “administração central espanhola não sofria alteração quando um novo reino era anexado aos demais da Coroa. Ao contrário, o Estado estava preparado para expandir-se”.⁵⁸ Efetivamente, foi por via da criação do Conselho de Portugal que tanto o reino português quanto suas colônias passaram a fazer parte do sistema imperial espanhol. O que não impediu, como veremos, que temas ligados ao Brasil, por exemplo, fossem discutidos nos Conselhos de Estado e de Guerra, dois basilares conselhos da estrutura imperial castelhana.

Este Estado, “Absolutista”, organizava-se numa sociedade composta por conglomerados de grupos de natureza corporativa, dotados de dispositivos institucionais e que tinham seus interesses correspondidos por uma espécie de “economia das mercês” - um dispositivo central desta sociedade que sobrevivia “ao bafo do rei”, constituindo uma monarquia patrimonialista e *polissinodal*.⁵⁹ De fato, este “sistema polissinodóico tinha a vantagem de incorporar vários domínios à Coroa de Castela sem alterar, aparentemente, a administração do reino anexado”.⁶⁰ Aparentemente porque, no fundo, a interferência se fez em diversas instâncias e através de mecanismos os mais variados.

Para Ana Paula Megiani, Felipe II atuava com certa ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que possuía um caráter altamente centralizador, permitia a constituição de instituições locais fortes. No fundo, tratava-se de uma ambiguidade aparente, já que o monarca tentava articular aos particularismos o corporativismo do Estado ibérico.⁶¹ Efetivamente, Felipe II era propenso à centralização e à burocratização, segundo seus biógrafos e analistas.⁶² Depois do reinado do pai, Carlos V, belicoso e guerreiro, a alternativa para a administração do império parecia estar

⁵⁷ STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante...op. cit.* p. 18.

⁵⁸ *Idem, ibidem.* p. 31

⁵⁹ OLIVAL, Maria Fernanda de. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. Um ingrediente desta discussão, e que mereceria um estudo mais aprofundado, é a existência de uma “razão de Estado Católica”, e Ibérica. Luis Reis Torgal apresenta um debate sobre a influência do pensamento de Giovanni Bottero e Jean Bodin em Portugal do século XVII. TORGAL, Luis R. *Ideologia política e teoria do estado da restauração*. Lisboa: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-82. Bentes Monteiro também aborda a penetração do pensamento absolutista em Portugal. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Op. cit.* e MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Família, soberania e monarquias na República de Jean Bodin” IN: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar...Op.cit.*

⁶⁰ STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante...Op.cit.* p. 213.

⁶¹ MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

⁶² Dentre elas, a de KAMEN, Henry. *Felipe...op.cit.*; PARKER, Geoffrey. *Philip II*. Open Court Publishing Company, 1995; BOUZA ALVAREZ, Fernando. *Felipe II...op.cit.*

numa estrutura administrativa bem acertada, ampla e tocada por uma rede de letrados e juristas. Segundo Elliot:

*La sustitución de Carlos V, monarca guerrero, por el sedentario Felipe II, que se pasaba el día en su despacho rodeado de montañas de documentos, simboliza la transformación del imperio español al pasar de la era del conquistador a la del funcionario civil.*⁶³

Era o “governo de papel” de Elliott ou o “rei de papel” do qual nos falou Kamen.⁶⁴ Este comportamento dúbio de Felipe II, que, segundo Hespanha, atuava “escondendo na mão esquerda o que resolvia com a direita”, levou à interpretação de que as primeiras intervenções no Conselho de Portugal teriam se dado somente a partir de Felipe III.⁶⁵ A “castelhanização” seria simbolizada pela nomeação, em 1606, do castelhano de ascendência portuguesa Diego da Silva y Mendoza para o Conselho, o que feria abertamente o Acordo de Tomar. Além disso, a interferência se fez sentir também nos aumentos dos impostos promovidos principalmente no final da década de 1630. Em 1612, o Conselho chegou a ser fechado para “reformas” pelo Duque de Lerma e, em 1621, Olivares questionava a capacidade de discernimento e julgamento dos conselheiros, contestando a validade do órgão.⁶⁶ Não obstante, no reinado de Felipe II, a intromissão nos assuntos portugueses também foi uma constante. Os aumentos sucessivos de impostos das décadas de 1580 e 1590 atingiram Portugal, e, nas guerras promovidas pelo monarca na Europa - que culminaram com a derrota da “Invencível Armada” em 1588 -, os portugueses contribuíram com dinheiro, soldados e naus. No governo de Felipe III, Fernanda Olival identificou ainda um processo de castelhanização do processo de União, já que, através das Juntas da Fazenda, o rei atuava com conselheiros dos dois reinos e recomendava políticas de intervenção. Segundo esta autora, a política do Duque de Lerma, *valido* do rei, foi o de tornar Portugal autossuficiente na lógica do império, que naquela altura se demonstrava deficitário.⁶⁷

O vice-reinado, máximo estatuto de Portugal no império espanhol, foi ocupado primeiramente pelo arquiduque Alberto, entre os anos de 1583 a 1593, que, apesar de bisneto de D. Manuel, não era português de nascimento; e por D. Cristóvão de Moura (1593-1605) e Diego de Silva (1605-1615), todos comprometidos com a causa

⁶³ ELLIOT, J. H. *La España Imperial. 1469-1716*. 6ª ed. Barcelona: Vicens-Vives; 1998, p.180.

⁶⁴ *Idem, ibidem*.

⁶⁵ HESPANHA, Antonio M. *Vesperas del Leviatã...op.cit*; p.289.

⁶⁶ Carta do Duque de Olivares. Archivo Nacional de Espanha (Madrid), Consejo de Portugal, Negociaciones Diplomaticas, Legajo 728, f.8.

⁶⁷ OLIVAL, Fernanda. *Felipe II*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

espanhola e formados na corte de Madri. De fato, mesmo durante o reinado de Felipe II, a interferência em Portugal e suas colônias foi uma constante, apesar da aparente preservação da autonomia do reino português. Via corporativismo e centralização das decisões no topo da pirâmide deste estado patrimonialista, o Acordo de Tomar foi “letra morta” na sua essência. Assim, a fórmula “dois reinos, um mesmo rei” parecia preservar, ao mesmo tempo e de modo aparentemente ambíguo, a autonomia portuguesa e os interesses régios dos felipes.

Num outro sentido, para além das questões jurídicas e administrativas, Schaub já alertava para as íntimas conexões culturais, linguísticas e religiosas entre os reinos de Portugal e Espanha, revelando uma espécie de continuidade ibérica, que ele chamou muito apropriadamente de *koiné*.⁶⁸ Essa foi também a linha de análise de Bouza Álvarez e Rafael Valladares, que avaliaram os traços comuns e intersecções entre os reinos na Península, levando, obviamente, em conta a questão de tal continuidade ser atravessada por discontinuidades políticas, econômicas e por redes de interesses e alianças.⁶⁹

De qualquer maneira, a posse de Felipe II precisou ser acompanhada de um processo de legitimação diante de Portugal, o que ele fez permanecendo no reino entre 1581 e 1583, quando procurou se fortalecer diante da fidalguia e do povo português, para consolidar-se frente às ainda candentes disputas dinásticas e costurar arranjos locais. A entrada régia em Portugal constituiu-se, portanto, importante mecanismo de apresentação e legitimação, como bem analisaram Bouza Álvarez e Megiani.⁷⁰ O rei apelaria, de modo bastante inteligente, à identidade hispânica como mecanismo de acomodação:

*O sentimento de identidade hispânica mostrara a sua eficácia política na preparação e na sustentação da monarquia dual; no plano cultural, explicava o bilinguismo e a atracção castelhanizante de muitos escritores portugueses; no plano jurídico, justificava a aplicação em Portugal do direito castelhano (como ius regni vicinioris).*⁷¹

⁶⁸ SCHAUB, J.F. *Portugal...Op.cit.* O termo *Koiné* (do grego “comum”) foi o dialeto surgido no período helenístico e que serviu de base linguística comum para o fragmentado mundo grego. Schaub o utiliza para falar mais de uma base cultural comum do que de uma língua propriamente, apesar de o termo também poder servir como uma referência ao castelhano. Oliveira França já se referia a essa base comum em seu clássico trabalho. FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC; 1997.

⁶⁹ BOUZA-ÁLVAREZ. *Op.cit.* e VALLADARES, Rafael. *Op. cit.*

⁷⁰ MEGIANI, Ana Paula. *Rei ausente...op.cit.* e BOUZA-ÁLVAREZ, *Portugal...op.cit.*

⁷¹ SILVA, Ana Cristina Nogueira da & HESPAÑA, Antonio. “Identidade portuguesa” In: HESPAÑA, Antonio (coord.) *O Antigo Regime (1620-1807) História de Portugal*. Dir. José Mattoso; Volume IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p.23.

Para Rafael Valladares, a incorporação de Portugal por Felipe II, seja sob a forma violenta, seja negociada, exigiu do monarca um amplo esforço de legitimação; questão, para este historiador, essencial do processo de unificação. Nesse sentido, tanto a vitória militar, quanto as mercês, perdões, subornos e promessas cumpriram uma missão apaziguadora e legitimadora de seu poder e reinado.⁷²

A permanência de Felipe II em Portugal também teria gerado um processo de efeito bastante duradouro. Segundo Fernand Braudel, foi durante a estadia em Lisboa que o monarca reverteu seu interesse do Mediterrâneo para o Atlântico; uma decisão que, como bem ressaltou, fora marcada pelos avanços franceses, flamengos e ingleses no oceano. Além disso, de Lisboa, Felipe II promoveu uma série de esforços para neutralizar as investidas do inconformado e preterido pretendente à coroa portuguesa, D. António, o Prior do Crato, filho ilegítimo do infante D. Luis e de Violante Gomes.⁷³ Ainda na capital do reino português, Felipe II fomentou uma política de aproximação com os portugueses, tanto os da nobreza quanto os das camadas populares, que não lhe eram simpáticos. Para legitimar-se, utilizou Cristóvão de Moura como intermediário, e “afagou” a cidade de Lisboa, dando a entender que a tornaria centro do império, o epíteto de *ubilicus mundi* ao qual a cidade já se habituara.⁷⁴ O problema maior era que o centro do mundo já havia se mudado para Sevilha ao longo do século XVI, e os afagos filipinos apenas protelavam a dolorosa constatação de que Portugal tornara-se um reino sem rei e passara para a órbita da Espanha.

De maneira efetiva, entre 1580 e 1583, Felipe II tratou de firmar-se como cabeça do trono de Portugal, ao mesmo tempo em que inseriu o reino no seu império. Habilmente, ou prudentemente - a fazer jus a seu epíteto -, Felipe II colocou o reino luso em sua órbita *polissinodal*, mas sob uma aparente aura de autonomia, ou de um alegado “exclusivismo”. Exemplarmente, o português fazia parte do império, mas nunca foi visto como natural do império. No retórico ideal de “Monarquia universal católica”, incorporado pelo império principalmente entre a segunda metade do XVI e a primeira do XVII, Portugal foi integrado num projeto que guardava, em si e contraditoriamente,

⁷² VALLADARES, Rafael. *La conquista...op.cit.*

⁷³ As origens e “qualidades” de Violante Gomes é tema bastante controverso. Em alguns momentos, ela foi identificada como membro da pequena nobreza católica, e, em outros, como uma prostituta de origem judaica. Obviamente, tais definições variavam em função da qualificação da própria figura de D. António. Este promoveu tentativas de aproximação com a Inglaterra e com a França até um desembarque em Lisboa, em 1585, que se revelou um enorme fracasso. De fato, o núcleo de resistência do Prior nas ilhas açorianas (Terceira) somente se renderia em maio de 1583.

⁷⁴ A transferência da capital do império para Lisboa chegou a ser sugerida pelo Cardeal Granvela, regente em Madrid durante a permanência de Felipe II em Lisboa.

um forte cunho castelhano e centralizador, o que contribuía para a existência de uma relativa ambiguidade, tanto em termos jurisdicionais como identitários. O que devemos, contudo, ressaltar é que poucas foram as medidas, decisões e ações, que envolveram Portugal e seus domínios, durante o reinado de Felipe II, que não passaram, em algum momento, pelas vistas do rei ou de seu secretário.

As virtudes e fraquezas na articulação do grande império filipino foram analisadas por Geoffrey Parker, tanto no campo político, diplomático, quanto no inovador – neste caso específico – sentido burocrático. As distâncias do império, a excessiva pretensão burocrática e a personalização exagerada das decisões na figura do rei foram, para este historiador, as grandes fraquezas da monarquia, mas, por outro lado, estas mesmas características lhe conferiram seu sentido moderno. Dizia-se de Felipe II que “con su pluma y su bolsa gobernaba el mundo.”⁷⁵ A burocracia imperial, nascida já com Carlos V, ganhou ares obsessivos com Felipe II, que pessoalmente lia e despachava centenas de documentos diários sobre assuntos de significado e impacto bastante variados. O domínio sobre a papelada acarretava a inegável sensação de controle sobre um vasto, longínquo e heterogêneo império. Se por um lado, esse controle pode soar ilusório, por outro, a prática escriturística, e burocrática, foi efetivamente um dos mecanismos centrais na construção e manutenção das tramas e redes que alimentaram a legitimidade das partes do império, ligando-as ao seu centro emanador e receptor de mercês, demandas, petições, ordens e recursos. Assim, não seria de surpreender, por exemplo, a presença da capitania de São Vicente, e sua pequena vila de São Paulo, nos documentos da vasta burocracia do império filipino.

Apresentadas, em linhas gerais, as perspectivas de análise das formas de integração do reino de Portugal no império filipino, cabe agora discutirmos como o universo colonial português foi integrado neste mesmo império. Antonia Pacca Wright já se perguntava, diante do rico universo de fatos que compreendeu o período da União Ibérica no Brasil, “se tais acontecimentos, ou pelo menos alguns deles, foram decorrência de uma política espanhola propriamente dita, referente ao Brasil”.⁷⁶

Os efeitos da União teriam sido, afinal, o resultado de uma política deliberada, ou da simples ausência dela, num universo de imponderáveis acontecimentos

⁷⁵ Lippomano a Venecia, Calendar of State Papers...Venice. VIII, p.266, 14/04/1587, apud PARKER, Geoffrey. *Op.cit.* p. 77.

⁷⁶ WRIGHT, Antonio Pacca de Almeida. “O Brasil no período dos Felipes” In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Época Colonial*. Tomo 1, Vol.1. São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1968; p. 176.

estimulados pelo desgoverno e autonomia coloniais? Nesta discussão, Charles Boxer defende a perspectiva da ausência de um projeto e de intenções, mas não de efeitos. Para ele “a união das coroas de Espanha e Portugal nas pessoas dos Habsburgos, acelerou, de certo modo, o progresso do Brasil”, sobretudo através da emigração de pessoas de espírito empreendedor, em especial cristãos novos.⁷⁷ Foi essa linha do efeito involuntário que predominou nas análises do bandeirantismo e da suspensão das fronteiras, bem como da impactante invasão holandesa, espécie de “herança maldita” para Portugal dos conflitos espanhóis.

Alinhamo-nos, contudo, a uma perspectiva que percebe a existência de uma política efetiva, emanada fundamentalmente de Madri, para as colônias lusas:

*O adensar da rede de oficiais régios no Brasil, a reorganização das capitanias, a criação de novas circunscrições administrativas, e, ainda, a fundação de um tribunal na cidade da Bahia, são fenômenos que remetem, todos eles, para um dado fundamental: as mutações ocorridas no Brasil, durante a União Ibérica, possuem uma incontornável dimensão política.*⁷⁸

Política e deliberada. Desde os trabalhos de Stuart Schwartz⁷⁹ sobre a influência espanhola na formatação burocrática administrativa da colônia nos é possível concluir, junto, por exemplo, com Maria de Fátima Gouvêa, que “foi no período da União Ibérica que se pôde assistir a um significativo enraizamento da estrutura político-administrativa nas duas regiões”, ou seja, em Portugal e na colônia.⁸⁰

Além do sentido administrativo e jurídico, acreditamos que o momento da União Ibérica foi aquele no qual “o Brasil se integrou plenamente no sistema imperial, suscitando um interesse crescente por parte da metrópole.”⁸¹ Esta inserção no império se fez com base em um arcabouço jurídico e institucional que o formalizou (com claros assentos castelhanos), mas também numa série de desdobramentos não necessariamente formais e legais. Assim, da mesma maneira que na Península Ibérica, a união das coroas aconteceu através da formatação legal (Tomar) e institucional (Conselho de Portugal), mas também nas costuras políticas, nas relações econômicas, nos intercâmbios culturais

⁷⁷ BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá...op. cit.*, p.31.

⁷⁸ MARQUES, Guida. “O Estado do Brasil na União Ibérica” in: *Penélope. Fazer e desfazer a história*. N.27, 2002, p.7-35; p.7.

⁷⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

⁸⁰ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)” In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo regime...op.cit.*; p. 289. Gouvêa tem em mente o trabalho de Hespanha sobre a modernização da estrutura do Estado em Portugal efetuado pela União. HESPANHA, Antonio. “O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa” IN: *Penélope. Fazer e desfazer a história*. No 2; fev.1989.

⁸¹ MARQUES, Guida. *Op. Cit.* p.8.

e filiações identitárias. Na América portuguesa, este processo não foi, em essência, diferente.

Enquanto se firmava no reino português, Felipe II não descuidou de sua legitimação nas possessões ultramarinas. Nos Açores, tão próximo a Portugal, a resistência dos grupos leais ao pretendente ao trono, D. António, desdobrar-se-ia em conflitos até 1583 - somente resolvidos com a intervenção da armada capitaneada por D. Álvaro de Bazan, o Marquês de Santa Cruz. Mas, em Goa, Felipe II foi reconhecido já em setembro de 1581; em Málaca, em novembro do mesmo ano, e em Macau, por sua vez, em março de 1582. Para Bouza Álvarez, Felipe II estava “ocupado a fazer que o seu nome fosse ouvido de Macau a Acapulco e de Antuérpia a Angola.”⁸² Ou seja, inserir as possessões no império mobilizou a monarquia desde os primeiros anos. Em relação ao longínquo mundo asiático, relegado, de modo geral, a segundo plano pela historiografia da União, e visto como região de pouca ou nenhuma presença castelhana, tendemos a concordar com Rafael Valladares quando afirma que:

*custa creer, como a veces se há pretendido, que um regimen como el de los Austrias se dejara sentir abrumadoramente em Portugal hasta provocar una sucesión mientras el resto del império lograba mantenerse extrañamente autónomo, excepto para sufrir el acoso de los enemigos de Madrid*⁸³

O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam também reforça o impacto castelhano nos domínios orientais portugueses e, a ele, tributa a territorialização do “Estado da Índia” no último quartel do século XVI, processo igualmente diagnosticado por Luis Felipe Thomaz.⁸⁴ De pronto, a nova realidade política peninsular impactou verdadeiramente as percepções coloniais e trouxe novos ingredientes para as estratégias, ações e possibilidades disponíveis no império. Desde 1583, por exemplo, o governador das Filipinas fazia chegar a Felipe I seus projetos de conquistar a China a partir de Macau, a fim de estabelecer um verdadeiro império territorial asiático.⁸⁵

Contudo, claro deve estar que um dos motivos mais significativos na mobilização das ações da monarquia foi mesmo a disputa estabelecida com a Inglaterra e a França na problemática diplomacia europeia. A rivalidade com a Inglaterra foi uma das obsessões de Felipe no último quartel do século XVI, de modo que, em nenhum

⁸² BOUZA.ALVARES, Fernando. *Portugal no tempo...op.cit.* p. 27.

⁸³ VALLADARES, Rafael. *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptacion*, Leuven: University Press, 2001; p. VIII.

⁸⁴ SUBRAHMANYAN, Sanjay. *The portuguese empire in Asia (1500-1700)*. Longman Sc & Tech, 1992; e THOMAZ, Luis F. *De Ceuta...op.cit.*

⁸⁵ PARKER; Geoffrey. *op.cit.* p. 42.

momento, a oportunidade de invadir a ilha abandonou seus planos. Embora a questão religiosa tenha sido essencial nestas intenções, as disputas comerciais e marítimas também constituíram motivos nada desprezíveis. Tanto que as ações do corsário preferido da rainha Isabel, Francis Drake, atormentaram as populações castelhanas nas colônias americanas e assustaram as frotas carregadas das imprescindíveis cargas minerais das Índias.

Em 1571, Felipe e D. Sebastião ensaiaram um primeiro acordo de combate mútuo à pirataria e corso no Mediterrâneo e Atlântico.⁸⁶ Entre 1572 e 1577, a Inglaterra enviou onze expedições ao Caribe espanhol. Ainda em 1577, Isabel deu os recursos para Drake iniciar sua viagem de três anos que pôs em xeque a expressão de que o Pacífico era “um lago espanhol”.⁸⁷ Mas o conflito passou a envolver a questão portuguesa quando a rainha da Inglaterra começou a dar abrigo e apoio ao concorrente do trono, D. António, o Prior do Crato.⁸⁸ A rede de espias de Felipe dava conta de controlar a articulação que D. António fazia com a Inglaterra, e também com a França, em promessas que, inclusive, envolveriam o Brasil.⁸⁹ Além disso, as notícias alertavam sobre navios destes dois reinos que ancoravam e navegavam livremente pela costa do Brasil. Legitimar-se e assegurar o domínio sobre a costa brasileira revelaram-se, então, ações de caráter urgente, não só porque, efetivamente, aqueles territórios faziam parte da herança incorporada pelo monarca - e a garantia da integridade da própria herança sempre fora ponto de honra para Felipe -, como também aliavam-se à luta global estabelecida contra ingleses e franceses.

Na verdade, os domínios do Brasil já faziam parte dos cenários estratégicos da monarquia filipina desde a década de 1560, época em que o Conselho de Estado demonstrava preocupação com a fragilidade defensiva das capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro; sobretudo pela vulnerabilidade que apresentavam, considerando-se a presença francesa na Baía de Guanabara e sua proximidade do rio da Prata e consequentemente das possessões do interior, em especial das “jóias da coroa”, as minas de prata de Potosí. As costas do Brasil foram percebidas, naquela altura, como estratégicas para a salvaguarda da América espanhola. Pode-se deduzir, nesse sentido,

⁸⁶ BOUZA ALVAREZ. *D. Felipe I...op.cit.*

⁸⁷ PARKER, Geoffrey. *op.cit.* e KELSEY, Harry. *Francis Drake: el pirata de la reina*. Barcelona: Ariel, 2002.

⁸⁸ KELSEY, Harry. *Op.cit.* Neste trabalho, o autor mostra a correspondência de Bernardino de Mendonza, embaixador espanhol na Inglaterra, com Felipe II. As missivas relatam como a rainha Isabel articulava no começo de 1581, com Francis Drake, o apoio às pretensões de D. Antonio. Neste apoio é que se teria decidido pelo envio de naus inglesas ao Açores e o eventual ataque a navios espanhóis no caminho das Índias. O plano, chamado de “Primeira empresa”, acabou sendo bastante adaptado e desfigurado em função da desconfiança da rainha de que ele desse certo.

⁸⁹ AGS, Secretaria de Estado, K1559.

que a mudança significativa no contexto da União Ibérica teria sido somente a possibilidade real de interferir nessa dinâmica.⁹⁰ Roseli Santaella diagnosticou o que seria uma percepção imediata de Felipe II quanto à importância do Brasil, e foi bastante enfática na afirmação do caráter estratégico que este passou a ter para a coroa espanhola no contexto da União, como um espaço de contenção e proteção das riquezas de Potosí e mesmo para frear o contrabando luso-espanhol.⁹¹

Em relação especificamente à capitania de São Vicente, sabe-se que, desde os anos de 1550, o litoral da capitania e o interior da América espanhola se conectavam regularmente. Intercâmbio que, ao longo do século XVI, só aumentou, principalmente entre a vila de São Paulo e a Província do Paraguai e Rio da Prata.⁹² Tal questão não escapou ao olhar da coroa de Espanha – como não passara em branco ao olhar de Portugal –, temerosa e desconfiada destes intercâmbios em espaços ainda indefinidos em termos de jurisdições. A posição estratégica da capitania, cujo interior era “cabeça de ponte” para o acesso à região sul e ao interior, foi tema constante das preocupações espanholas, que se tornaram maiores na medida em que a região passou a ser cada vez mais frequentada por ingleses.

Para Sérgio Buarque de Holanda, “na segunda metade do século XVI, quando os ingleses atingiram o sul do Atlântico, as relações com o Brasil foram um dos aspectos dessa nova expansão”.⁹³ Ainda segundo ele, isto teria gerado um fato novo que “foi o aparecimento de um interesse inglês pelas regiões meridionais do Brasil, em especial pela Capitania de São Vicente”,⁹⁴ uma vez que ela se tornara escala para o Estreito de Magalhães, região cada vez mais frequentada pelos navios ingleses. Portanto, no quadro da disputa geopolítica travada na época, as costas do Brasil pareciam ocupar um lugar importante, e a própria Capitania de São Vicente, em particular, passou a guardar certo interesse comercial. Nesse sentido, cabe destacar o notório caso de John Withall (João Leitão): inglês estabelecido em Santos, que intermediou relações comerciais bem-sucedidas da capitania com navios ingleses, dentre eles o navio *Minion*, em fevereiro de

⁹⁰ Sínteses deste interesse estratégico estão em STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante...op.cit.* e RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2004.

⁹¹ SANTAELLA, Roseli. *Brasil...op.cit.*

⁹² MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Op. Cit.* Não podemos confundir a Província jesuítica do Paraguai com a Província do Paraguai e Rio da Prata. Para o próprio Bentes, esta “confusão de nomes é expressiva também do conflito de poderes aí existentes”; p. 50. Este intercâmbio terrestre entre São Paulo e as províncias do Paraguai também serão tema de discussão mais pormenorizada no Capítulo 3.

⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de; PANTALEÃO, Olga. “Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial*. Tomo I, Volume I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968; p. 168.

⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 170.

1581.⁹⁵ De qualquer maneira, entre as décadas de 1580 e 1590, vários foram os navios ingleses a ancorar no litoral vicentino, em busca de aguadas, comércio ou simples saques corsários.

Ademais, talvez seja necessário dimensionar um pouco melhor o cunho estratégico que as costas do Brasil pareciam ter. Elas não despertavam o interesse somente pela defesa das Índias de Castela, mas também porque eram em si parte das disputas da geopolítica europeia, tanto com Inglaterra e França quanto na afirmação filipina junto aos adeptos de D. António. Assim, o discurso do interesse do Brasil simplesmente pela defesa das Índias de Castela guarda uma visão que reputa as costas do Brasil não por seu valor intrínseco, mas tão somente por sua função na defesa das colônias espanholas. O que parece mais pertinente é perceber que, ao lado dessa necessidade de defesa das Índias de Castela – que é evidente –, as costas do Brasil também interessavam por serem, indubitavelmente, parte dos domínios da Coroa de Felipe II. Portanto, valiam por si, e não por outrem!

Em relação à legitimação de Felipe nas *partes* do Brasil, Joaquim Serrão relata que “já em 25 de setembro de 1580, houvera em Badajoz uma *lembrança* para Felipe II, sobre a redução das capitanias da costa do Brasil”, sendo solicitado, na ocasião, que um navio levasse cartas aos capitães e oficiais das câmaras.⁹⁶ Estes debates de setembro se pautaram pela conveniência de atropelar a autoridade do governador Lourenço da Veiga, antonista notório, com o envio das cartas aos capitães e câmaras através de um tal de Janc Mendes de Vasconcelos e Colaço, embarcado ao Brasil e que deveria percorrer as capitanias levando correspondências a todos. A decisão final do rei acabou fazendo prevalecer o respeito à hierarquia cortesã, e optou-se pelo envio de “cartas em navios de mercadores por vias dirigidas ao governador fazendo nisso delle cabeça com é razão (...) e como bom fidalgo o fará tudo muito bem e mandara caravela com as pessoas que lhe bem parecer.”⁹⁷ Nesta ocasião, o rei foi ainda informado sobre as capitanias da costa do Brasil, em especial sobre o problema da presença de corsários na Paraíba. Em função disso, o rei decidido a encerrar qualquer dúvida quanto a sua autoridade em relação aos domínios portugueses na América mandava que “a pessoa que for (ao Brasil) leve certidão autentica da cidade de Lisboa como Ella e as cidades do

95 Sobre John Withall e as relações comerciais inglesas na capitania de São Vicente ver HOLANDA & PANTALEÃO, *op.cit.* VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (coord.). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

96 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Felipes...* *op.cit.* p.324.

97 Biblioteca da D'Ajuda, Códice 49-X-2, f.238 e 238v “lembrança para el Rey nosso senhor sobre a redução das capitanias da costa do Brasil”. 25 de setembro de 1580.

reyno e do algarve estão a obediência del Rey nosso senhor por ser o verdadeiro sucessor na coroa destes reynos.”⁹⁸

Pairava sobre o governador-geral Lourenço da Veiga, segundo Frei Vicente de Salvador, a suspeita de que levantaria o Brasil contra Felipe, pois seria adepto do Prior do Crato, mas sua morte em 1581 teria eliminado de imediato a ameaça.⁹⁹ De qualquer forma, a visão que prevalece na historiografia dá conta de certa indiferença no Brasil em relação à sucessão. Para Joaquim Serrão, por exemplo, o Brasil “obedecia a outros condicionalismos que pouco ou nada tinham a ver com a situação que se vivia na metrópole.”¹⁰⁰ Daí a justificativa de que o Brasil “tenha aceito sem reservas – mas, de igual modo, sem demasiado calor – a notícia da conquista de Portugal e da consequente realza de Felipe II.”¹⁰¹ Esta presumível apatia dos colonos diante da situação metropolitana não parece, contudo, condizer com as notícias que chegavam a Madri e que mobilizaram debates no Conselho de Estado sobre o envio de uma armada para assegurar o Brasil e acalmar os ânimos.¹⁰²

Ainda em meio aos conflitos com as tropas leais a D. António, na campanha pró-filipina liderada pelo veterano Duque de Alba, somente em 1581, depois de Tomar, medidas efetivas foram tomadas no sentido de inserir o Brasil na nova lógica política. Uma delas foi a nomeação de Manuel Teles Barreto como primeiro governador-geral do Brasil do período filipino, em novembro de 1581. Irmão de Antonio Moniz Barreto, que fora governador na Índia, Teles Barreto era um homem de cerca de 60 anos, identificado como pró-filipino.¹⁰³ Não teria vindo ao Brasil com um *regimento* próprio, seguindo assim as atribuições do governo-geral que foram de Tomé de Sousa, entretanto, competia-lhe a função de fazer jurar o novo rei.

Não se tem a data precisa da chegada do novo governador à Bahia, estima-se entre abril e maio de 1582. Segundo Frei Vicente de Salvador, ainda em 1582, o novo governador despachou cartas para as capitanias comunicando os mais recentes fatos

⁹⁸ Biblioteca da D’Ajuda, Códice 49-X-2, f.405.

⁹⁹ Frei Vicente chega a dizer que Lourenço da Veiga enferrou e morreu de desgosto, pois “como se prezava de português” sofreu muito quando soube que seu irmão tinha sido derrotado pelas tropas do Duque de Alba e aberto os caminhos para a tomada de Lisboa. VICENTE do SALVADOR, Frei. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp: 1982. Livro Quarto, Capítulo 1, p.216, Livro III. Capítulo XVI.

¹⁰⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. “Do Brasil filipino ao Brasil de 1640” in TORRES, Ana Maria Carabias (Ed). *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991; p.320.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 321.

¹⁰² Os documentos aqui referidos serão trabalhados ainda neste capítulo, quando da análise da organização da armada de Diego Flores Valdés.

¹⁰³ Esta adesão filipina de Manoel Teles Barreto foi colocada sob suspeita por Diego Flores Valdés, e será analisada mais adiante no texto.

peninsulares. De todo modo, o juramento solene de Felipe II no Brasil se fez em 25/05/1582 na Baía de Todos os Santos.¹⁰⁴ A afirmação de Felipe II nas capitânias do Brasil não só deveria consolidar seu poder diante de Portugal, como também diante de possíveis pretensões inglesas e francesas na colônia. Segundo Frei Vicente, em 1582, algumas cartas de D. António – o Prior do Crato - chegaram ao Rio de Janeiro através de navios franceses. Elas teoricamente revelavam as costuras políticas efetuadas entre o pretense herdeiro e a corte de Catarina de Médicis. Para Serrão, este fato gerou rumores de que D. António havia trocado o Brasil pelo apoio francês à sua causa; suspeita infundada, segundo a perspectiva fortemente nacionalista deste autor. De qualquer maneira, em Frei Vicente, encontramos uma passagem que narra como o capitão interino do Rio de Janeiro, Bartolomeu Simões Pereira, perante os franceses “lhes respondeu que fossem embora, porque já sabiam quem era seu rei”.¹⁰⁵

Mas não seria apenas por meio das missivas encaminhadas às suspeitas autoridades portuguesas na Bahia que Felipe II confiaria a missão de dar a conhecer sua sucessão no trono português e a necessidade de colocar o Brasil sob sua obediência. Efetivamente, organizou-se uma grande armada em Sevilha e Cádiz, em cujo comando foi colocado o almirante asturiano Diego Flores de Valdés. Sua missão principal: fortificar o Estreito de Magalhães e limpar o Atlântico Sul de corsários e hereges. Segundo Parker, “apenas caída Lisboa, (Felipe) decidió encontrar la forma de desquitarse de las correrias de Drake en el Pacifico y de la ayuda prestada por Isabel a los holandeses...”¹⁰⁶ Entretanto, caberia a esta armada muito mais do que isso. Junto ao Conselho de Guerra e ao Conselho de Portugal, debateu-se o papel que ela deveria ter na costa do Brasil. As cartas do rei e a nomeação do governador foram somente o primeiro passo. O seguinte foi assegurar o domínio, o que só poderia ser feito com a presença intimidadora da vistosa armada que se armava na brilhante e palpitante cidade de Sevilha.

De Sevilha para o império

Na margem direita do Guadalquivir, em meio à planície, se estendia Triana, bairro de uma das cidades mais populosas, efervescentes e extensas da Europa no século XVI, Sevilha. Em Triana, bairro dos entrepostos dos navios que iam e vinham das

¹⁰⁴ SANTOS, Ricardo Evaristo dos. *El Brasil filipino: 60 años de presencia española en Brasil, 1580-1640*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1993.

¹⁰⁵ VICENTE do SALVADOR, Frei. *História...op.cit.*. Livro Quarto, Capítulo 1, p.216.

¹⁰⁶ PARKER; Geoffrey. *op.cit*; p. 289.

Índias, reuniam-se os mais variados artífices que, de uma forma ou de outra, tinham suas vidas atreladas ao ritmo das partidas e chegadas das frotas.

As diversas oficinas se organizavam em corporações que se concentravam nas ruas especializadas. Em Triana, uma das mais movimentadas era a rua dos carpinteiros, mas havia a das olarias, a dos calafetes, a dos marceneiros, dentre outras. Ao lado dos oficiais, agregava-se uma diversificada e internacional população marinheira. Homens que viviam do mar e das oportunidades abertas a cada organização das frotas. Em Triana chegavam os visitantes que por terra vinham da região da Estremadura e de Portugal. De lá, se acessava o coração de Sevilha, do outro lado do rio, através da ponte das barcas, um verdadeiro improvisado da transposição fluvial. Na outra margem, antes de se atravessar as muralhas da cidade, que se estendiam por seis quilômetros e que lhe davam certo aspecto de fortaleza, chegava-se ao Arenal, bairro das feiras e de movimento febril, mas sazonal. Lá também se vivia ao sabor do vaivém das frotas, pois era quando a chegada das mais diversas mercadorias tornava o bairro sensorialmente colorido, cheiroso e saboroso. Faziam de Sevilha um dos “verdadeiros arquivos da riqueza do mundo”.¹⁰⁷

Na primeira metade do século XVI, Sevilha havia sofrido a mutação que a levou de extremo da Europa a centro do globo, onde, conforme Ferdinand Braudel, “pulsara o coração do mundo”. Segundo Pierre Chaunu, “a passagem de Sevilha de simples capital regional à categoria de capital mundial foi adquirida na primeira metade do século XVI”.¹⁰⁸ Uma cidade que se tornou “bulliciosa, floreciente, con todas las señales de la nueva prosperidad, que provenía de su contacto con el exótico mundo de las Indias; una ciudad que, como decía Guzmán de Alfarache, tenía ‘un olor de ciudad, un no sé qué, otras grandezas’”.¹⁰⁹

Sevilha representava, ainda nos dizeres de Braudel, a passagem da Espanha mediterrânea para a Espanha Atlântica.¹¹⁰ Porto fluvial, distante 84 quilômetros de Cádiz, na foz do Guadalquivir, Sevilha havia sido o eixo comercial de Al-Andalus¹¹¹ e já possuía uma estrutura portuária e uma razoável concentração de homens práticos nas

107 Citação de Jerônimo de Alcalá, reproduzido em SHAW, Carlos Martinez (direc). *Sevilha, século XVI. De Colombo a D. Quixote, entre a Europa e as Américas – o coração e as riquezas do mundo*. Lisboa: Terramar, 1992; p.10.

108 CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos*. Rio de Janeiro: Editora Pioneira; p. 290.

109 ELLIOT, John. *La España Imperial (1469-1716)*. Barcelona: Vicens-Vices, 1984; p.197.

110 BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico nos tempos de Felipe II*. Rio de Janeiro, Ed. Martins Fontes, 1984.

111 *Al-Andalus* era o termo utilizado pelos próprios muçulmanos para a nomeação de seu território na Península Ibérica. Não obedecia a critérios necessariamente geográficos, variando sempre em função da dimensão dos reinos muçulmanos.

questões da marinharia. Além do mais, sua condição de porto fluvial a tornava abrigada de possíveis ataques de inimigos e corsários. O trânsito marítimo entre Sevilha e América passou a funcionar a partir da segunda metade do XVI no modelo de *frotas* – obrigatoriedade da partida em forma de comboio de navios mercantes e de guerra –, que partiam duas vezes por ano. O sistema permitia um maior controle dos navios, criava certa sensação de segurança, mas tinha também a função de contornar a carência de pilotos experientes.¹¹² Segundo Chaunu, no Atlântico espanhol, 85% dos navios navegavam em comboio.

Num prazo de vinte anos, nos princípios do século XVI, a antiga cidade medieval, estreita entre os muros, se expandiu e ganhou novas construções, o que lhe teria dado um ar renascentista. De cerca de 70.000 habitantes no início do século, Sevilha chegou à década de 1590 beirando os 150.000. Levando em conta que a cidade era ponto de partida para as Índias, não deixa de impressionar o ritmo de crescimento, demonstrado não apenas pelos habitantes que ali se estabeleceram, mas também por uma constante e abundante população flutuante.¹¹³

Esta população que chegava à “muy populosa cidade de Sevilha” era majoritariamente composta por migrantes dos campos de Castela. Nos dizeres de Elliott, a cidade cumpria o papel de “imán irresistible sobre los habitantes del Norte y del Centro de España, que la consideraban como una espécie de El Dorado y como la puerta de acceso a las incontables riquezas de America.”¹¹⁴ A densidade populacional e o fluxo de riquezas teriam, segundo testemunhos de época, tornado a cidade um centro de atração também para aventureiros e especialistas na arte da *rapinagem*. A futura santa Teresa D’Avila teria fortalecido sua fé, de acordo com ela mesma, exatamente diante dos inúmeros pecados que vicejavam em Sevilha.¹¹⁵ No teatro popular, a cidade foi considerada o “centro universal para onde convergem todos os estratos da malandragem”.¹¹⁶ A “Nova Babilônia” de Lope de Vega e o cenário picaresco de Cervantes nas suas *Novelas Exemplares*.

112 CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980. Neste trabalho, como em outros de sua autoria sobre Sevilha e suas conexões econômicas, Chaunu reforça a ideia de que o sistema de frotas obedecia também às necessidades de compensar a falta de pilotos experientes.

113 LUXÁN MELENDEZ, Santiago de. “A Colônia portuguesa de Sevilha. Uma ameaça entre a Restauração Portuguesa e a Conjura de Medina Sidónia?” in: *Penélope. Fazer e desfazer a História*. No. 9/10; 1993; p.127-133. segundo cálculos apresentados por Melendez, a população de Sevilha em 1588 era de 27.000 vizinhos sobre os quais incide a multiplicação de 4,7, membros por família.

114 ELLIOT, John. *La España Imperial...op.cit.* p. 197-98.

115 GONZALES, Antonio Garcia Baqueiro. “Aristocratas e mercadores” in *Sevilha: século XVI...op.cit.*

116 *Idem, ibidem*. p. 116.

Além de pessoas das mais diversas procedências e ocupações, em Sevilha era marcante a presença de marinheiros e de trabalhadores do mar, que encontravam na cidade um centro de recrutamento. Nela existiam importantes colônias de comerciantes estrangeiros, como genoveses, flamengos, portugueses, franceses, e também de variados reinos da chamada Espanha, como bascos, aragoneses e navarros. Os mercadores da castelhana cidade de Burgos eram numericamente superiores, seguidos da significativa comunidade de bascos e, por fim, os de outras áreas da Europa.

Os portugueses formavam a maior comunidade *extranjera*, que só tendeu a crescer ao longo do século XVI, já que passou a ser incrementada em função da União Ibérica a partir de 1580. Segundo Baqueiro Gonzales, os “portugueses, embora instalados em Sevilha há vários anos, vão reforçar a sua presença e suas atividades a partir de 1580”.¹¹⁷ Para Santiago de Luxán Melendez, “a formação de Portugal dos Felipes a partir de 1580 incrementou o número de portugueses, muitos deles conversos, que habitavam Sevilha”.¹¹⁸

A diversidade humana da cidade refletiu-se nos cultos e nas igrejas: a Nossa Senhora do Pilar dos aragoneses, a Nossa Senhora de Montserrat dos catalães e a capela dos bascos, avizinhada dos portugueses na grande Igreja de São Francisco de Assis. Entre os marinheiros, a preponderância portuguesa era ainda maior. Maria da Graça Ventura atesta que os marinheiros portugueses formavam o segundo maior contingente em número nas frotas espanholas, perdendo somente para os andaluzes. Destes portugueses, 70% provinham da região do Algarve, na segunda metade do século XVI.¹¹⁹ Tal número cresceu acentuadamente a partir da lei de 1551 que permitiu a contratação de “estrangeiros” nos navios, principalmente na função de pilotos, e os mais experientes costumavam ser bastante disputados. Luis Fernando Mangas, em análise sobre as relações ibéricas na região do Algarve português com a Guadiana espanhola, apontou como os limites entre estas regiões foram quase nulos. Laços de sangue e parentesco uniam a população dos dois lados, tornando Badajoz praticamente uma cidade portuguesa. Desta cidade fronteiriça, Felipe II articulou apropriadamente sua entrada em Portugal em 1580. Um sentimento de irmandade e solidariedade ligava os

117 GONZALES, Antonio Garcia Baqueiro. “Aristocratas e mercadores” in *Sevilha: século XVI...op.cit.*, p.105.

118 LUXÁN MELENDEZ, Santiago. “A Colônia portuguesa...”*op.cit.* p.27.

119 VENTURA, M. da Graça A. M. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*. V. I e II. Lisboa: Imp. Nac.- Casa da Moeda, 2005.

habitantes da ribeira andaluza e do Algarve de tal maneira que o estatuto dessa população dentro do reino de Espanha foi acentuadamente discutido.¹²⁰

Situada no sudeste de Portugal, a região fazia divisa com a Espanha e juntamente com a Galícia constituía os dois espaços mais misturados da península no que tangia os limites entre Castela e Portugal. Seria também um dos mais movimentados centros de emigração para as Índias, resultado de seu longo histórico comercial com o Atlântico, como prova Maria das Graças Ventura em sua análise do périplo de João Fernandes, “natural de Vila Nova en el Algarve del *Reyno de Portugal de los reynos de Castela em Espana*.”¹²¹ A região era uma daquelas antigas áreas sobreviventes ao gradativo processo de territorialização do poder central, que tentava se sobrepor aos poderes dos senhorios e castelos locais, bem como às práticas econômicas transfronteiriças: “la vida económica con dificultad se deja aprisionar por el derecho.”¹²²

Se, no Algarve, as relações eram harmoniosas, em Sevilha, onde a população portuguesa beirava ¼ do total, não se pode dizer que os portugueses eram propriamente bem-vindos, apesar do ar “cosmopolita” da cidade. Conforme Mangas, em Sevilha a “oligarquia e o povo, nunca enxergaram com olhar benévolo aos nascidos além da fronteira de Portugal e, inclusive, a seus descendentes, apesar de contar com uma das colônias lusas mais numerosas e qualificadas de toda a Monarquia”.¹²³

Neste momento, nos interessa afirmar que, na Sevilha do último quartel do século XVI, se concentrou uma população bastante heterogênea - quer natural quer estrangeira - do grande império filipino, que participou ativamente do fluxo atlântico que se estruturava como o mundo imperial espanhol. Independente dos variados estatutos jurídicos no interior do império, esta população teve efetivas possibilidades de participar do amplo espaço aberto ao movimento que se configurava com o império dos felipes, marcado, segundo Gruzinski, pelas mobilidades intercontinentais, nomadismos, “e pela facilidade para deixar um lugar pelo outro”.¹²⁴ Estes movimentos e mobilidades, materializados em parte no embarque nas frotas de Sevilha, poderiam ter como

120 MANGAS, F.Serrano. *La Encrucijada portuguesa...op.cit.*

121 VENTURA, M. G. “João Fernandes - Périplo de um marinheiro entre Vila Nova de Portimão e Santiago de Guayaquil. Ou da importância dos ‘autos de bienes de difuntos’ para a História social.” In: VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (coord.). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Edições Colibri, 1997; p.134.

122 MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Fronteras y espacios: Portugal y Castilla” In: TORRES, Ana Maria C. (org.) *Las relaciones...op.cit.*; p.97.

123 MANGAS... *op.cit.*; p.51.

124 GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e o centauro: a história cultural no novo milênio”. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, vol.17; n.49, 2003.

motivação as mais diversas questões. Segundo Bennassar, Sevilha vivia “de uma maneira instantânea la coyuntura del siglo, las noticias de los naufrágios y de las capturas de los corsários, la marcha de las frotas y el largo período de preparación y carga que le precede, y, sobre todo, sul legada, que es tiempo de frenesi.”¹²⁵ E aos dilemas, políticas, fluxos e influxos do império e de sua ação ultramarina, a cidade respondia com a oferta e disponibilização humana nos momentos de esplendor e crise do império espanhol, refletindo na própria realidade sevilhana as ondulações de Espanha.

Segundo Antonio Garcia Baqueiro Gonzales, a década de 1580 seria particularmente tensa na cidade, visto que o aumento do custo de vida havia atingido a população de artesãos, que passaram a ter maiores dificuldades com a venda de seus produtos. Além disso, uma parte das tarefas relacionadas ao carregamento das frotas e aos reparos de navios estava sendo feita por escravos africanos cada vez mais presentes no ambiente urbano, introduzidos, em grande parte, através de mercadores portugueses. Havia também o visível aumento da mendicância, e, até o final do século, foram feitas várias tentativas de controlá-la. Ainda no ano de 1580, a descoberta de um suposto plano de levante de mouros na cidade deixou as autoridades e a população em suspensão. Os boatos de rebelião continuariam a fazer parte da rotina da cidade até a expulsão dos mouros do reino em 1611. O ano de 1580 também foi marcado por uma epidemia de peste que mataria cerca de 12.000 pessoas; novas crises de peste atingiriam a cidade em 1582, 1594, 1599 e 1601.¹²⁶

Neste cenário, portanto, as razões para a emigração eram muitas. No quadro da população embarcada nas naus que partiam de Sevilha era nítida a presença de portugueses, bem como de naturais de outros reinos da península. O fenômeno da migração colonial em Portugal foi estudado com excelência por Russell Wood, e algumas de suas conclusões podem ser projetadas para o caso de Espanha. Segundo este autor, “o processo migratório raramente teve início no porto de embarque, estando, ao invés, fundamentado por uma decisão prévia de fugir às limitações impostas ao trabalho em áreas rurais ou à falta de oportunidades numa aldeia, vila ou mesmo cidade do interior do país, ou de uma vila ou cidade portuária”.¹²⁷ Assim, grande parte dos emigrados, inclusive portugueses, tinha em Sevilha, por exemplo, apenas uma espécie

125 BENASSAR, Bartolomé. *La España del siglo do oro*. Barcelona: Crítica, 2001; p.325.

126 DIAZ, Maria Teresa Lopes. “Fomes, pestes e inundações” In: *Sevilha, século XVI...op.cit.*

127 RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Fluxos de emigração”. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Vol.1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998; p.225.

de “domicílio temporário”. De certa forma, Elliott chegou a mesma conclusão, ao afirmar que “los emigrantes procedían en su inmensa mayoría de la corona de Castilla, um tercio de los cuales tenía origen andaluz”.¹²⁸ Na verdade, segundo este autor, eram castelhanos atraídos ao sul andaluz, empurrados pelo crescimento demográfico de Castela, e dispostos a utilizar a região como trampolim para as Índias.

No que se refere ao perfil desta população emigrante, Russell Wood esboça uma classificação: eminentemente masculina; composta por “homens de armas” (de soldados recrutados à força até uma “classe fidalga” em busca de mercês), degredados, uma esmagadora maioria de plebeus, artífices e operários especializados que gozavam de grande procura, e “descontentes e desajustados que eram apanhados em buscas periódicas pelas prisões, ruas e tabernas, e alistados como soldados e marinheiros”. Além disso, adotou-se regularmente em Portugal o expediente de recrutar colonos estrangeiros, sobretudo em virtude da carência demográfica no reino português.¹²⁹

No caso de Castela, não se verificava tal carência, mas a amplitude geográfica do império, as possibilidades de naturalização, bem como a efetiva falta de castelhanos em algumas funções - pilotos, por exemplo - ajudaram a dar um perfil também bastante variável a esta população. Segundo Elliott, o número total de emigrantes que partiram de Castela para as Índias no século XVI ficou entre 200.000 e 250.000, sendo que 36% deles teriam se dirigido ao Peru. Na comparação com a emigração portuguesa, constata-se que, no início, predominaram os homens, mas o número de mulheres aumentou consideravelmente ao longo do século XVI. Já no XVII, segundo o mesmo autor, 60% dos andaluzes se trasladaram em unidades familiares completas, construindo verdadeiras redes de parentesco.¹³⁰ De qualquer maneira, concordamos com a hipótese que afirma que “para muitos, a emigração constituía menos uma janela de oportunidades do que uma fuga à pobreza, à discriminação, à condição de vida inaceitável e à coação”.¹³¹

Nessa mesma populosa, heterogênea e fluida cidade de Sevilha - porta de entrada e coração do império espanhol -, em meio a crises de peste, inflação e trabalho na década de 1580 - período justo de maior apogeu do império -, os sevilhanos Bartolomeu Bueno e Francisco Martins Bonilha, os castelhanos Josepe de Camargo, Juan Martins Barragã, Diego Sanches e Marcus Lopez e os portugueses Antonio Raposo

¹²⁸ ELLIOTT, John H. *Impérios del Mundo Atlântico...op.cit.*; p.92.

¹²⁹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Fluxos de emigração” *op.cit.*; p. 235-236.

¹³⁰ ELLIOTT, John H. *Impérios del...op.cit.*

¹³¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Fluxos de emigração” *op.cit.*; p. 228.

e Antonio Preto embarcaram na armada comandada pelo almirante Diego Flores Valdés que partiu rumo ao Estreito de Magalhães. Através dessa aventura iniciada em setembro de 1581, estes homens chegaram, de forma até certo ponto imprevista, à vila de São Paulo de Piratininga, nos altos do planalto da Capitania de São Vicente, para além dos contrafortes da Serra do Mar, e pertencente ao donatário Lopo de Sousa, neto do fidalgo Martim Afonso de Sousa. Vejamos, então, como estes personagens foram embarcados e as vicissitudes de sua viagem.

A trajetória de uma armada

Observar a trajetória da armada de Valdés, desde sua preparação até seu desfecho, nos interessa, sobretudo, por duas razões. Em primeiro lugar, porque nos ajuda a compreender um pouco quem eram esses homens embarcados e o que os teria levado a terminar sua jornada estabelecendo-se na vila de São Paulo. Em segundo, porque tanto o momento de organização, quanto todo o período de preparação da armada – que contou com um razoável atraso – correspondem ao contexto de legitimação de Felipe II em Portugal. Neste sentido, as várias instruções, e missões, que a armada recebeu ao longo do tempo, revelam um pouco como o Brasil e a capitania de São Vicente entraram no universo de preocupações de Felipe II.

A armada foi colocada sob o comando do almirante Diego Flores de Valdés y Dóriga. Nascido, por volta de 1530, em Las Morteras, Somiedo, Astúrias, desde muito jovem atuou na carreira das Índias. Na década de 1560 teria atuado com bravura na Flórida, o que lhe rendeu o hábito de Santiago em 1566. Sua escolha e preferências, durante a viagem, já geraram algumas interpretações, de modo geral, negativas, em especial quanto a sua coragem e idoneidade. Não nos cabe entrar nessa polêmica, apesar de ser inevitável quase resvalar em algumas de suas nuances.¹³²

A armada começou a ser organizada em 1581, na sequência do sucesso de Portugal. Seu objetivo imediato era perseguir parte da frota organizada por Drake que, depois de passar pelos Açores para auxiliar D. António, teria escapado para os mares do sul.¹³³ Além disso, caberia a armada castelhana, seguindo os informes de Pedro Sarmiento de Gamboa - experiente capitão e marinheiro com histórico de

¹³² As referências negativas em relação a Valdés começaram durante a montagem da armada e propagaram-se pela historiografia. Na verdade, seu concorrente, Pedro Sarmiento de Gamboa, com histórico de perseguição à Drake nos anos 1579-1580, tornava a comparação sempre prejudicial a Valdés. Gamboa colocou toda a culpa pelos “fracassos” de sua missão no almirante asturiano.

¹³³ PARKER, Geoffrey. *Op.cit.*

enfrentamentos contra Francis Drake no Chile -, providenciar a construção de dois fortes no Estreito de Magalhães, um de cada lado. Por fim, levaria consigo o recém-nomeado governador do Chile, Don Alonso de Sotomayor, com seis centenas de povoadores. Portanto, a operação estava inteiramente integrada à política estratégica do império para o Atlântico Sul. Segundo suas *Instruções*, a armada deveria:

*Castigá-los (os corsários) com rigor para que com este exemplo se corrigisse o atrevimento que outros poderiam ter de fazer coisas semelhantes. Havemos acordado mandar juntar no rio de Sevilla e outros portos de Andaluzia uma armada de navios e provido por capitão general dela a vos Diego Flores de Valdés, cavaleiro da Orden de Santiago (...) e vá visitar e correr aqueles mares e limpá-los dos ditos corsários e castigá-los.*¹³⁴

Ainda conforme tais instruções, a armada haveria de transportar mil e quatrocentos homens de guerra, sendo quatrocentos direcionados a permanecer nos dois fortes a serem construídos; e “assim mesmo haveis de levar seiscentos homens de mar ou os que mais parecer necessários”. Recomendava que se mantivesse segredo quanto à missão da armada, revelando apenas que era para “a guarda das Índias”. O objetivo era partir o mais rapidamente possível, para tentar surpreender eventuais corsários ingleses. Por fim, instruía que se levassem castelhanos para povoar e ocupar os fortes, artífices para construí-los, e um capitão de artilharia e um engenheiro para cada um deles.¹³⁵

Além do próprio Valdés como general da armada, as instruções proviam Pedro Sarmiento de Gamboa como governador e capitão dos futuros fortes e povoações no Estreito de Magalhães e Alonso de Sotomayor como governador do Chile. As relações entre as três autoridades parecem ter se deteriorado muito rapidamente. Pelo que restou dos relatos produzidos por Gamboa, ele e Valdés conflitaram ainda em Sevilha em torno das ações e providências para a guarnição da armada.¹³⁶ Segundo Pastells, que analisou a viagem de maneira bastante partidária, “Flores estaba obstinado, resuelto a impedir la poblacion del Estrecho y a atravesarse sempre en el camino de Sarmiento.”¹³⁷

O universo documental gerado pela preparação e ação de armada é abundante e está, basicamente, distribuído entre o Arquivo das Índias e o Arquivo de Simancas. Ao abordarmos esta documentação, ao contrário de análises anteriores, não buscamos identificar culpados de um ou outro fracasso, mas compreender as contingências

134 AGI, Patronato, 33, N.3, R.5/1, f.2, “Instrucción del Rey a Diego Flores de Valdes”.

135 *Idem, ibidem*.

136 GAMBOA, Pedro Sarmiento de. *Los viajes al estrecho de Magallanes*. Madrid: Alianza Editorial, 1992. Segundo Gamboa, Valdés fora nomeado “general de mar, costas del Brasil y estrecho” p.199.

137 PASTELLS, P.P. *El descubrimiento del estrecho de Magallanes*. Parte Segunda. Biblioteca de Historia Hispano-Americana. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1920; p.16.

envolvidas na preparação de uma expedição daquele porte. As dificuldades, ingerências, partidarismos e linhas de força que envolveram sua partida, de certa forma, ditariam seus rumos e ações.

O que impressiona nas instruções e diretrizes da armada de Valdés é sua amplitude. Elas parecem revelar, de fato, a cobertura de um extenso território americano, que ia da costa atlântica brasileira à costa chilena no Pacífico. O Chile mesmo entrou nas instruções, pois de lá vinham notícias nada alentadoras. Em 1580, avisava-se a Felipe II da presença de “luteranos por el Estrecho de Magallanes y en el mar del sur costa del reino del Chile”¹³⁸ Ademais, relações e avisos davam conta de alguns embates entre castelhanos e ingleses na costa chilena.¹³⁹ Junto com Alonso de Sotomayor, nomeado governador da região, ia o próprio Gamboa que havia perseguido Drake em águas chilenas entre 1579 e 1580. Estes recorrentes informes se repetiam em relação ao Rio da Prata e também nos alertas sobre a presença de corsários ingleses e franceses, apesar de muitos serem de fato mercadores, na costa do Brasil e mares do sul. Em fevereiro de 1581, em meio aos primeiros preparativos para a organização da armada, notícias advertiam que “particularmente corsários franceses armam y amenazam las minas del Brasil...”¹⁴⁰ Assim, muito rapidamente, a diplomacia da monarquia já se mobilizava para dar conta da nova realidade peninsular e colonial.

A luta global que a Espanha empreendia contra a Inglaterra, e a França, obrigava Felipe a manter uma extensa rede de agentes e espias no exterior, bem como recorrer, em algumas situações, ao suborno e ao assassinato. A nova situação, colocada pela união com a coroa portuguesa, exigiu trabalho redobrado destes agentes. A incorporação de Portugal aos domínios de Felipe II assustava e incomodava seus rivais europeus, como prova uma carta do embaixador em França, Juan Baptista de Trassis, que informava ao rei, em janeiro de 1581, sobre o espanto que causava aos vários príncipes europeus a grandeza de Espanha depois da “conquista” de Portugal. O aviso vinha como alerta, pois recomendava ao rei tomar remédio das reações dos inimigos. Na mesma ocasião, o embaixador comunicava sobre a formação de uma grande armada em Ruen, Normandia, direcionada ao Brasil, às ilhas e às Índias “en nuestro daño”¹⁴¹ Já em

¹³⁸ AGI, Charcas, 40, “Carta de Alonso Vera de Aragón, de 11 de maio de 1580.”

¹³⁹ AGI. Patronato, 33, N.2, R.10. “Relação dos sucessos dos navios que o vice-rei do peru despachou a descobrir o estreito por onde desembarcou o corsário inglês, que lhe deu Bartolomeu Bueno piloto do navio nomeado Santa Cruz del Aguila que surgiu no porto de Guatulco a 09 de outubro de 1580”.

¹⁴⁰ AGS, Guerra Antigua, Felipe II, Legajo 110. 28/02/1581.

¹⁴¹ AGS, Secretaria de Estado, K1559, 17/01/1581. Doc1.

fevereiro, o mesmo embaixador noticiava que a armada estava pronta e era composta de doze navios.¹⁴²

Como se não bastassem as notícias sobre a articulação francesa, as que vinham da Inglaterra também não eram nada alentadoras. O embaixador Francisco Giraldes - que mais tarde seria nomeado governador-geral do Brasil -, dava informação de que navios de D. António, o Prior do Crato, levavam um sujeito chamado Brito Pimentel para negociar a ilha de São Tomé em troca de apoio.¹⁴³ A espionagem, de fato, era mútua. Em janeiro de 1582, Tassis, ainda na França, avisava ao rei que a rainha da França sabia que a armada do Estreito, enviada por Felipe II, tinha como objetivo “assegurar el Brasil” e ainda dava conta de reportar que D. António enviara cartas ao Brasil.¹⁴⁴ Em 1582, o rei espanhol ainda tinha pesadelos com a armada de Drake, que, conforme informações, se dirigia ao Estreito com 12 naus para fortificá-lo.¹⁴⁵ Em 1583, o mesmo embaixador Tassis narrava de Paris que D. António então se articulava na França, participava do apresto de 12 naus e concedia a pelo menos oito particulares contratos em São Tomé e Pernambuco e que “la gente de guerra para meter enellas también se pensa tomar en Flandres”¹⁴⁶

As ameaças inglesas e francesas sobre os domínios americanos da monarquia eram antigas, mas, agora, frente à plena posse do império português, incluíam o Brasil e ganhavam uma nova dimensão, já que as investidas e intenções de D. António davam sobrevida e alento a estes conflitos, jogando o império luso para o centro da disputa geopolítica que se operava. Neste sentido, a armada que se preparava em Sevilha desde 1581 teria um papel essencial nas pretensões de estabilização daquele espaço atlântico. A constituição de uma grande armada era de extrema complexidade, e a que se principiou a montar em Sevilha, bem ordenada e portentosa, demandou ainda mais trabalho.

Os planos eram que a armada estivesse pronta para zarpar já em abril de 1581, mesmo momento em que Felipe jurava em Tomar, mas uma série de percalços atrasou a partida.¹⁴⁷ Para se ter uma ideia, em março, os responsáveis pela organização e provimento da armada ainda sofriam com a arregimentação de naus, e as autoridades escolhidas para os aprestos necessários pareciam conflitar. D. Francisco de Tello,

¹⁴² AGS, Secretaria de Estado K1559, 04/02/1581. Doc.6.

¹⁴³ AGS, Secretaria de Estado, K1559, idem, f.2.

¹⁴⁴ AGS, Secretaria de Estado, K1447, 114, janeiro a junho de 1582.

¹⁴⁵ AGS, Secretaria de Estado, K1447, 123,28/01/1582.

¹⁴⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 144, doc.238, 29/02/1583.

¹⁴⁷ AGS, Guerra Antigua, Felipe II, Legajo 110. 27/02/1581. Doc.286. “Carta de SM ao Conselho de Guerra”.

tesoureiro da Casa de Contratação de Sevilha, solicitava, para compor a armada, navios portugueses e biscaínos; Francisco Duarte, feitor da armada, reclamava, por sua vez, junto à mesma Casa de Contratação nove navios que estavam embargados, além de cobrar a demora na liberação de dinheiro para a compra de mantimentos.¹⁴⁸ As tais naus embargadas eram portuguesas e tinham sido confiscadas por terem auxiliado D. António em sua perseverante luta pelo trono português.¹⁴⁹ Mais do que as próprias embarcações, a maior dificuldade para a organização da armada foi preenchê-la com homens.

No mês de abril, prazo previsto e desejado pelo rei para a partida da armada, Don Alonso de Sotomayor ainda lhe solicitava instruções sobre como deveria arregimentar gente para a viagem e para compor o pessoal destinado ao Chile.¹⁵⁰ Efetivamente, apesar de Sevilha apresentar uma população disposta a fazer parte das frotas para as Índias, esta viagem ao Estreito apresentava dois problemas: o primeiro era que demandava grande contingente, o segundo era, conforme o licenciado Santillan, que

*esta jornada del estrecho la tienen por trabajosa y peligrosa asi por la navegacion como porque entendiem que van a encontrar con ingleses franceses y luteranos inimigos suios e de nuestra religion y a tierras no bien sabidas ni conocidas y donde se an perdido casi todos los que ali an ido...*¹⁵¹

De fato, tanto o rio da Prata quanto o Chile ainda constituíam áreas recentes e sem riquezas evidentes. O Estreito era, então, desabitado, quase nos confins do mundo. Portanto, os atrativos não eram muitos, de modo que até mesmo oficiais e capitães demoraram a se apresentar para a viagem.¹⁵² Para piorar o quadro, uma enfermidade, provavelmente a peste que atingiu Sevilha entre 1580 e 1582, se disseminou entre muitos dos interessados, colocando fora de combate, inclusive, responsáveis por arregimentar gente em Sanlúcar de Barrameda.¹⁵³ O próprio almirante e general da armada, Diego Flores de Valdés, contraiu uma doença que o fez convalescer por quase um mês.¹⁵⁴ Francisco Duarte relatava ao rei como, na procissão de Corpus Christi, em

¹⁴⁸ AGS, Guerra Antigua, Felipe II, Legajo 111. 06/03/1581. Doc.20 “Carta de Francisco de Tello”; Legajo 111, 09/03/1581 e 11/03/1581. Cartas de Francisco Duarte junto à Casa de Contratação.

¹⁴⁹ AGS, Guerra Antigua, Felipe II, Legajo 111, 15/03/1581. Doc.191 – Carta de Andres de Alva. Na ocasião, um dos representantes dos embargados alegava que as naus eram de particulares, e que só serviram ao sedicioso por não terem forças para resistir.

¹⁵⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 112, 10/04/1581. Doc.163, Carta de Alonso de Sotomayor feita em Madrid.

¹⁵¹ AGS, Guerra Antigua. Legajo 113, 02/05/1581. Doc.15, Carta de Sevilha do Doctor Santillan.

¹⁵² AGS, Guerra Antigua. Legajo 113. 02/05/1581. Doc.2.

¹⁵³ AGS, Guerra Antigua, Legajo 113, 25/05/1581. Doc.18. Dr. Santillan, de Sevilha.

¹⁵⁴ AGS, Guerra Antigua. Legajo 113 *idem*.

Sevilha, faltou gente devido à peste¹⁵⁵, já Baptista Antonelli, engenheiro, ressaltou a dificuldade que foi encontrar um oficial canteiro em função da enfermidade que pairava em Sevilha.¹⁵⁶

Além dos colonos e oficiais, o grosso da tripulação seria composto de soldados, e encontrá-los também não se revelou tarefa fácil. Uma série de ordens foi emitida para que os mais diversos capitães o fizessem à força, *quintando*, se necessário, em diversas partes da Espanha.¹⁵⁷ E assim foi feito, pois o licenciado Gasca comentava que os capitães da armada do Estreito cometiam alguns excessos nos povoados por onde passavam, tentando arregimentar gente à força, e, por isso, solicitava a nomeação de um comissário a fim de coibir os abusos.¹⁵⁸ O Marquês de Ayamonte lamentou, em julho, que a jornada do Estreito já tivesse ganhado semelhante má fama, fazendo com que até os pescadores da região fugissem por medo de serem recrutados com violência.¹⁵⁹

A sucessão de problemas parecia, portanto, justificar o atraso da partida da armada. Falta de gente, peste, dificuldade de conseguir mantimentos, liberar dinheiro, obter naus, pagar fornecedores... O atraso da armada levava, mais e mais, a protelações e adiamentos. De qualquer maneira, as perspectivas não eram animadoras. Pedro Sarmiento, em carta de 26 de maio, comentava o cenário de penúria que se encontrava em Sevilha e, aproveitava, naturalmente, para ressaltar seus próprios serviços. Falava de fragatas velhas, de gente sem esperança e que não acreditava mais que a armada fosse partir. Gente sem soldo, com fome e desnuda. Alegava que gastara mais tempo resolvendo problemas que preparando a armada. Sugeriu que se fizessem listas de povoadores e casados para assegurar a viagem e evitar fugas. Ainda em maio, quatro dias depois, transferiu suas queixas para a Casa de Contratação, que, segundo ele, dificultava a liberação de verbas. Dizia que ia duas vezes ao dia até lá e nada conseguia.¹⁶⁰

As lamúrias quanto ao estado de indigência dos casados e colonos que seriam embarcados não foram exclusividade de Sarmiento. Alonso de Sotomayor se queixava do mesmo problema em setembro. Lamentava o fato de que muitos homens tivessem vendido suas fazendas para embarcarem na viagem e, ainda assim, padecessem de fome.

¹⁵⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 113, 26/05/1581. Doc. 65.

¹⁵⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, 12/09/1581. Doc. 56.

¹⁵⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 113, 30/05/1581. Doc. 129. Pareceres de Valdés citados por Don Diego Maldonado em Sevilha no dia 30/05/1581. Dizia que levantar gente de guerra não era função dele, ficando tal tarefa para os capitães de outras partes o fazer à força, se necessário.

¹⁵⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 115, 03/07/1581. Doc. 271.

¹⁵⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 115, 07/07/1581. Doc. 6.

¹⁶⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 113, 26/05. Doc. 150 e Doc. 151, de 30/05/1581. Cartas de Sarmiento a VM.

Muita gente “se queda perdida”, dizia ele, principalmente os que vinham de Castela. No final do mês, com todos os seiscentos homens já embarcados, persistia nas queixas, e dizia que faltava de tudo, de mantimentos a alimentos, e que estavam no limite das condições para uma grande viagem.¹⁶¹ Para Alonso, só restava rezar...¹⁶²

Além dos potenciais colonos, a armada demandava também marinheiros, engenheiros, oficiais mecânicos e pilotos. Foi ainda o tesoureiro Francisco de Tello quem disse que, apesar de já ter alguns marinheiros, precisaria de muitos mais, portanto, não poderia abrir mão dos portugueses e mesmo de outros estrangeiros que haviam tentado fugir.¹⁶³ Por fim, cobrava urgência em arregimentar gente através de cédulas nas cidades de Cádiz e Málaga.¹⁶⁴ Somente a partir de setembro, as notícias passam a ser reconfortantes quanto à gente para a armada.

Soldados castelhanos arregimentados à força, gente vinda da Sicília, biscaínos, dentre outros, vão compondo o cenário humano da armada. De repente, a virada: a tendência se reverte e começa a sobrar gente. Mas a que custo? Francisco Telles comentava, no dia 4 de setembro, que “la gente de guerra viene llegando a priessa y se va embarcando en los navios donde desde luego los he mandado dar de comer porque no aya ocasion de huyrse...”. Pedro de Hassis, no dia 22, diz que a quantidade de gente era já tão grande que se podia escolher gente de mar.¹⁶⁵ De qualquer maneira, o desgaste físico e emocional dos responsáveis pela armada era tão evidente, que Francisco de Tello dizia esperar que “en dios que hemos de tener tiempo por que yo no tengo ya fuerças ni cabeça por lidar con esta gente.”¹⁶⁶ Não era para menos...pelo que ele próprio narrava, parte da gente do mar era de marinheiros recém-chegados das Índias na frota daquele ano, e que, sendo “muy hustil”, era mantida presa nas galeras para que não fugisse. Portanto, gente arregimentada e mantida à força foi uma constante na preparação da armada, e nada nos leva a crer que isto fosse uma excepcionalidade.

De todo modo, Tello comunicava, em setembro, que o pessoal de Sarmiento e Sotomayor já estava embarcado e acomodado nas naus.¹⁶⁷ Em sua descrição, Tello falava de gente de Sevilha, de Castela, de Cádiz, de Gibraltar e também “que veio das Índias.”¹⁶⁸ No relatório geral enviado no dia 09/10, um dia antes da tormenta que

¹⁶¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, doc. 81 de 06/09/1581 e doc.82, de 25/09/1581.

¹⁶² AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, 25/09/1581. Doc. 83.

¹⁶³ AGS, Guerra Antigua, Legajo 115, 02/07/1581. Doc.07. Carta de Francisco de Tello.

¹⁶⁴ AGS, Guerra Antigua, Legajo 115, 21/07/1581. Doc.130.

¹⁶⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajos 117, 116 e 109. 04/09 e 22/09/1581.

¹⁶⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, 21/09/1581, doc.127.

¹⁶⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, 21/09/1581. Doc. 127.

¹⁶⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, 29/09/1581. Doc. 299.

afundaria e inutilizaria sete embarcações, ele contabilizava 1.332 pessoas de guerra e 672 de mar; relembra os 280 marinheiros presos num cárcere em Sanlúcar e nas galeras para que não fugissem, e falava de uma população de *quintados* de Málaga, Maruella, Gibraltar, Cádiz “y delos lugares de Niebia.”¹⁶⁹

A preparação da viagem incluía ainda o embarque de engenheiros para a planificação e construção dos fortes do Estreito. Na lista de nomes para engenheiros, estava o sobrinho de Juan Baptista Antonelli, Cristovão, que residia na Catalunha, o próprio Juan Baptista, um genro seu, Tiburcio Spanochi, e Phelipe Terao, que vivia em Lisboa.¹⁷⁰ Mais tarde, documentos fazem referência a um irmão de Antonelli, que assinava somente Baptista Antonelli.¹⁷¹ Estes engenheiros e oficiais deveriam compor fundamentalmente a população de embarcados para ocupar o Estreito, junto com Sarmiento, como podemos deduzir do mandato expedido por Francisco Duarte para que o capitão levasse albanires, ferreiros, carpinteiros e canteiros.¹⁷² Assim, grande parte dos oficiais mecânicos levados na armada estava destinada aos navios de Pedro Sarmiento, como o carpinteiro Bartolomeu Bueno, sevilhano, o malaguenho Marcus Lopez e o *albañil* português Antonio Preto, que tiveram seu destino atrelado à vila de São Paulo.

Além das dificuldades logísticas, outro ponto recorrente na documentação são os comentários sobre a disposição e prontidão do almirante Valdés para a liderança da armada. A ansiedade do rei, que continuamente pressionava o general para agilizar a saída da expedição, diante das frequentes notícias dos embaixadores de que, na Inglaterra, se armavam naus para o Estreito,¹⁷³ também chegava aos ouvidos dos envolvidos na logística. Em resposta, começaram a surgir, já em julho, suspeitas sobre a firmeza e a disposição de Valdés. O Duque de Medina Sidonia, por exemplo, comentava como teria chamado o almirante para conversar e cobrar dele maior rigor, já que percebia certa “tibieza” em suas ações.¹⁷⁴ O próprio Duque reforçaria o caráter “tíbio”, ou indiferente, de Valdés em setembro.¹⁷⁵ O Doutor Santillan, no mês de outubro, falou sobre as dificuldades impostas pelo tempo para a saída da armada, sem deixar de também mencionar a impressão sobre a tal tibieza de Valdés. Dizia que sob o então

¹⁶⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 118, 09/10/1581. Doc. 347.

¹⁷⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, Docs. 95 e 98.

¹⁷¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, Doc.95, 26/05/1581.

¹⁷² AGS, Guerra Antigua, Legajo 115, 09/07/1581. Doc. 102.

¹⁷³ AGS, Guerra Antigua, Legajo 113, 22/05/1581. Doc.212. Cópia da carta do Rey a Diego Flores.

¹⁷⁴ AGS, Guerra Antigua, Legajo 115, 14/07/1581. Doc. 20.

¹⁷⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, 07/09/1581. Doc.09.

vigente pretexto de enfermidade, escondia-se um homem que agiu com indiferença e pouco ânimo, apesar de avisar que “hize con el todas las diligencias que me parecia para animarle y ponerle calor”. Por fim, comenta que, se outro tivesse sido o general da armada, ela já teria saído.¹⁷⁶ De fato, percebemos pela documentação que o almirante, dentre os envolvidos na preparação da jornada, contava com mais inimigos que amigos.

Independente dos percalços e desconfianças, a armada tinha uma missão a cumprir. Mas, além das *Instrucciones* expedidas pelo rei a Valdés ainda no dia 01 de maio de 1581, outras várias “tarefas” foram se agregando à expedição ao longo dos meses de atraso, e podem ser recuperadas inclusive nas fragmentárias e esparsas informações da documentação. As instruções enviadas pelo rei guardavam em seu final uma significativa amplitude, ao dar a Valdés o livre arbítrio diante de coisas que não fossem imaginadas nem previstas nelas mesmas. Cabia, portanto, à “yurisprudencia y inteligencia” do almirante fazer o que se devia no momento certo, sempre com o sentido de manter a “reputacion”.¹⁷⁷

Em agosto, chegava carta do rei informando Valdés, e também o Duque de Medina Sidonia, a quem competia supervisionar e despachar a armada, que entre as funções principais da jornada estava “limpar a costa de corsários”, o que já deveria ser feito logo de saída, no caminho para a Ilha Terceira, nos Açores.¹⁷⁸ A intervenção de Alonso Pérez de Guzmán, o Duque, nos preparativos começou efetivamente em agosto, sob os apelos desesperados do rei que pretendia acelerar o processo com a máxima urgência.¹⁷⁹ Sua participação era apropriada já que, sob a responsabilidade do Duque, estavam as frotas anuais para as Índias e também grande parte das armadas reais espanholas.

De qualquer forma, em setembro – lembremos que a segunda previsão de saída era julho – finalmente foram embarcados 1.300 infantes, embora ainda faltassem muitos marinheiros¹⁸⁰. Nessas circunstâncias, o Duque propôs ao rei a divisão da armada em duas. Ele sugeria que uma parte fosse fortificar o Estreito, e outra combater os corsários e os aliados de D. António na Ilha Terceira, para depois perseguir a armada organizada por Francis Drake.¹⁸¹ Uma parte, portanto, com missão povoadora e a outra, punitiva.

¹⁷⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 118. Docs. 21, 10/10/1581 e 23, 16/10/1581.

¹⁷⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 115, 01/05/1581. Doc.135.

¹⁷⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 29/08/1581. Doc. 239.

¹⁷⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, Docs. 04, 04/09/1581 e 06, 04/09/1581.

¹⁸⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 10/09/1581. Doc.224.

¹⁸¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 09/09/1581. Doc.225. Importante ressaltar que, apesar de a documentação sempre referir a armada de Francis Drake, as naus foram somente armadas e organizadas por este famoso corsário. Composta por quatro navios, a armada foi, de fato, liderada por Edward Fenton e contou com um primo de Drake,

Tanto o Conselho de Guerra quanto o rei rejeitaram a proposta. Em resposta, o rei afirmou que a divisão exigiria muita estrutura, muita gente e ainda mais mantimentos. Assim sendo, mesmo que a missão se dilatasse em 40 ou 50 dias, a armada deveria levar Pedro Sarmiento ao Estreito, Alonso de Sotomayor ao Chile, passar pelas Ilhas dos Açores e dar a “vuelta pelas Índias” combatendo corsários.¹⁸² Ainda em setembro, já conformado, o Duque recomendou que, depois da missão do Estreito, a armada subisse a costa das Índias para “limpiárlas de corsarios” até Porto Rico, quando então acompanharia a Frota daquele ano até a Espanha.¹⁸³

No entanto, aos poucos, o Brasil foi ganhando cada vez mais significado na viagem e na missão da armada. Na ocasião da “limpeza” de corsários a se fazer no litoral sul-americano, o rei enviou através de Valdés uma carta a ser entregue às autoridades no Brasil. Nela, o rei ordenava às autoridades locais que prendessem e entregassem ao almirante todos os corsários ingleses que já estivessem presos, por “el aviso que se tiene”. O objetivo era trazê-los ao reino para serem julgados.¹⁸⁴

Contudo, a passagem da armada pelo Brasil esbarrava na dúvida quanto ao melhor porto para ancorarem. No Conselho de Guerra, debatia-se onde, na costa brasileira, a armada deveria invernar, e sobre a conveniência de “reduzir” a mesma costa antes ou depois de cumprir a missão principal de fortificar o Estreito. Alguns conselheiros avisaram ao rei que chegavam notícias reportando que parte da costa do Brasil “no esta reducida al servicio de VM”, e, portanto, convinha “deixar alguna gente en terra y pelear”. Cautelosos diante de qualquer desvio da função principal, eles recomendavam, se não fosse possível à armada de Valdés reduzir o Brasil ao império, que se mandassem, em separado, pelo menos uma caravela abastecida e algumas naus para fazê-lo.¹⁸⁵

Apesar de ficar conhecida como “armada do Estreito”, essa parecia ser apenas uma parte de suas inúmeras tarefas. Tantas funções foram agregadas, que a principal delas foi sendo praticamente esquecida. Os mesmos conselheiros fizeram o primeiro roteiro que a armada deveria seguir. Por meio dele, sabemos que ela deveria sair de Sanlúcar e seguir até as Canárias, dali até Cabo Verde. Do Cabo, descer para o Espírito

John Drake, na capitania de uma das naus. Este parente acabou se separando da armada, por conflitos com o almirante, e encalhou no Rio da Prata, onde os tripulantes foram capturados por índios e feitos escravos por mais de um ano. Depois de conseguir fugir e chegar a Buenos Aires, J. Drake foi preso e julgado pela Inquisição de Lima, na qual renegou o luteranismo e foi condenado a viver o resto da vida em terras espanholas. KELSEY. *Op.cit.*

¹⁸² AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 11/09/1581. Doc.229.

¹⁸³ AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, 19/07/1581. Doc.12.

¹⁸⁴ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 11/09/1581. Doc.230.

¹⁸⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 11/09/1581.

Santo, no Brasil, e, depois, para Cabo Frio e Rio de Janeiro. Por fim, seguir ao Rio da Prata e ao Estreito. No Rio de Janeiro se sugeria que a armada fizesse água e invernasse, e depois descesse a costa “y asi sin perder tempo podran ir limpiando la de los corsários”¹⁸⁶

Entretanto, a partida da armada ainda sofreria dois sérios contratempos. O primeiro, anteriormente mencionado, foi a enfermidade que atingiu Valdés e o deixou por quase um mês fora de combate.¹⁸⁷ Situação que serviria de pretexto para que Santillán propusesse que a armada fosse entregue a Sotomayor, que, segundo ele, conseguiria “hazer las diligencias que conviene hasta desembarcar en el estrecho...”¹⁸⁸ O segundo contratempo foi uma forte tempestade na saída da baía de Cádiz que fez com que a armada perdesse diversas naus, e tivesse que retornar ao porto. “Tantos tropecones”, segundo o Duque de Medina Sidonia, impressionavam a todos. Depois de tanta dificuldade em arregimentar naus, gente, mantimentos e coragem, quando finalmente a armada consegue zarpar em novembro, com sete meses de atraso, logo, na saída, enfrentou uma tempestade que a obrigou a voltar ao ponto de partida!

Mas a situação, que já era desesperadora desde antes da partida, se tornou efetivamente pior depois do acidente inicial. Das 23 naus inicialmente preparadas, sobraram apenas 19 e apenas 14 tinham condições imediatas de navegar.¹⁸⁹ Naus perdidas, mantimentos desperdiçados e homens mortos. Sotomayor reclamava que uma de suas naus tinha se perdido, mas comemorava que “só” perdera 23 homens e alguns arcabuzes.¹⁹⁰ No final de outubro, Valdés parecia ter melhorado de sua enfermidade e, segundo Pedro de Tassis, contrariando a opinião geral, o almirante se dispunha a partir o quanto antes.¹⁹¹ Reuniões entre todos procuraram remanejar e readequar a viagem à nova realidade humana e material, inclusive subtrair gente que ia ao Chile para outras funções e dispensar os casados, a fim de diminuir as bocas para alimentar.¹⁹²

De qualquer maneira, uma das sugestões levantadas nesse contexto foi a de que as naus que deveriam ir ao Chile fossem separadas da armada do Estreito, e acompanhassem a armada da Terra Firme, como todas que iam àquelas partes.¹⁹³ O Duque de Medina, partidário desta solução, a recomendava inclusive por “las

¹⁸⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 13/09/1581. Doc.233.

¹⁸⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 21/10/1581. Doc.394.

¹⁸⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 118, 23/10/1581, Doc.24.

¹⁸⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 118, 16/10/1581. Doc.29.

¹⁹⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 118, 14/10/1581. Doc.125.

¹⁹¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 118, 30/10/1581. Doc.69.

¹⁹² AGS, Guerra Antigua, Legajo 118, 16/11/1581. Doc.128.

¹⁹³ AGS, Guerra Antigua, Legajo 118, Doc. 358.

diferencias que havia entre los generales los cuales aun desde las partidas se empezaram”.¹⁹⁴ Para o Duque a culpa principal pelas dificuldades da armada eram os desentendimentos entre Valdés, Sarmiento e Sotomayor.¹⁹⁵ Respondendo a isso, o rei não só recusou mais uma vez qualquer separação, como enviou uma carta a todos os capitães reforçando a autoridade do general Valdés e de seu comando maior.¹⁹⁶

Além de colocar novamente a armada centralizada em torno de Valdés, a carta reiterava que a missão central era assegurar o domínio filipino sobre a costa atlântica da América, através também do combate aos corsários. O que obviamente incluía o Brasil, agora parte integrante do império. Um Conselho reunido em Lisboa em outubro de 1581 juntou documentos com a descrição dos portos e das capitânicas do Brasil, bem como da melhor monção para a partida.¹⁹⁷ Nessa ocasião, os conselheiros deliberaram sobre as informações trazidas por Luis Cesar Delgado a respeito da costa do Brasil e do melhor lugar naquelas partes para a armada invernar.

Os conselheiros envolvidos, Cristóvão de Moura, Pedro de Alcaçava, Miguel de Moura, o próprio Luis Cesar Delgado, Juan Nunes de Viegas e Antonio de Eraso, resolveram recomendar que a armada aportasse no Rio de Janeiro, “por ser mui bueno, tener muchas comodidades, buena vecindad y abundancia de carnes, milho, harina de pao, muchas aguas...” Além disso, não tinha nevoeiro, era lugar salutar “y por los franceses y corsários acudem mas de ordinário e por que dele se pode acudir a la necesidad que se ofrecer na banda do norte...” Os elogios à invernada no Rio não paravam por aí, pois sua proximidade com o Estreito também reforçava a decisão. Os conselheiros sugeriam que não se levasse dinheiro vivo, mas mercadorias que pudessem ser vendidas ou trocadas por mantimentos. Por fim, acrescentava-se mais uma tarefa à armada: com a recém-chegada notícia da morte do governador do Brasil, Lourenço da Veiga, e temendo algum tipo de levante, a Junta aconselhava que “que el general de la armada lleve orde de lo q ha de hacerse y si en la tierra ubiesse algun desasossiego y novedad para acudir con su gente y armada a la pacificacion dela...”¹⁹⁸ E, assim, a interferência direta na realidade das *partes* do Brasil aparecia explicitamente pela primeira vez.

¹⁹⁴ AGS, Guerra Antigua, Legajo, 119, 02/11.1581. Doc.1.

¹⁹⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 08/12/1581. Doc.405.

¹⁹⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 08/12.1581. Doc.443.

¹⁹⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, Doc.451.

¹⁹⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 27/10/1581. Doc.452.

Inverno no Rio de Janeiro parece ter sido a primeira opção do Conselho de Portugal, muito instigado pelas informações colhidas por Luis César, que destacava, entre as possibilidades, o próprio Rio de Janeiro, por ser “mais abastado de mantimentos que todos os outros por que pode participar dos da povoação do espirito santo que he da banda do norte e dos de sanvicente que he da banda do sul...” A posição estratégica do Rio de Janeiro, tanto em relação à Bahia, quanto ao Estreito, pesou decisivamente. Luis Cesar a justificou no dia 14 de novembro, dizendo que, ao conversar com “pilotos práticos”, constatou – estranhamente, diga-se de passagem - que a armada pesaria mais aos moradores da Bahia que aos do Rio de Janeiro. Curiosamente, dizia que a Bahia era de “gente pobre e necessitada” e o Rio de Janeiro seria porto de muito movimento e melhor preço, “por respeito do muito comércio que desta cidade e de todos os portos do mar ante Douro e Minho a ela de ordinário vão...” Além disso, os quinhentos vizinhos da vila eram mais que suficientes para abastecer a armada.¹⁹⁹

Entretanto, houve vozes contrárias a essa escolha do Rio de Janeiro. Para o Duque de Medina, por exemplo, invernar no Brasil era uma decisão acertada, mas discordava enormemente da opção pelo Rio de Janeiro, já que considerava a Bahia melhor alternativa. Nesse sentido, o Duque parecia mais bem informado que o Conselho de Portugal, já que identificava na sede do governo-geral maior disponibilidade de mantimentos, pois era “tierra mas abastecida que el rio de genero”. Em divergência às opiniões de Luiz César no Conselho, afirmava também que as “brumas” eram mais recorrentes no Rio de Janeiro do que na Bahia. Reconhecia ainda a relevância que teria para a população da “parte más importante dela costa” ver-se diante da poderosa armada real para que se colocassem aqueles “suditos en la obediencia devida”, visto que aquele governo (Bahia) estava sem capitão. Além disso, ele advertia que a Bahia e a Paraíba eram de fato os locais preferidos dos corsários franceses, e não o Rio de Janeiro. O Duque, por fim, apontava a conveniência de enviar o novo governador-geral do Brasil através da própria armada, caso a que se preparava para levá-lo ainda não estivesse pronta.²⁰⁰ De toda maneira, a percepção política do Duque era de que a armada poderia acudir, de fato, tanto na legitimação do rei quanto na do novo governador a ser empossado na “rebelde” e insubmissa Bahia.

Entre os oficiais da armada tampouco havia consenso. Alonso de Sotomayor lastimava ao rei ter de invernar no Brasil, em qualquer parte, pois isso só atrasaria mais

¹⁹⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 14/11/581. Docs.460 e 461.

²⁰⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 119, 08/11/1581. Doc.7.

a viagem.²⁰¹ Pedro Sarmiento, que consultou “buenos pilotos”, achava bom invernar no Rio de Janeiro. Já o almirante Diego Flores, o capitão Pedro de Tassis e outros pilotos da armada, depois de ouvirem alguns pilotos portugueses acostumados com o Brasil, concordavam em invernar no Rio de Janeiro, já que se situava duzentas léguas mais perto do Estreito, tinha uma boa entrada e “poblacion de portugueses”; mas ressaltavam que era um povoado recente, com poucas condições de receber uma armada equivalente à do Estreito, visto que, conforme algumas informações, faltavam calafates e recursos suficientes. Em compensação, a Bahia, no meio da nação, “es metropolis donde esta el governador y dealli se puede salir a socorrer a parahyba donde se dice van a poblar corsários”, sem contar que era terra antiga de muitos engenhos e farinhas.²⁰² No seio do debate sobre onde invernar, as costas do Brasil passaram a ter relevância política na trajetória da armada, já que o momento coincidia com o da morte do governador, com a presença de corsários e as notícias sobre áreas insubmissas ao novo monarca.

Ao final do processo, a armada foi mesmo invernar no Rio de Janeiro em seu caminho de ida, mas, na volta do Estreito, passou pela Bahia. De qualquer maneira, somente em dezembro de 1581, com 17 navios, após muitos reparos e a reposição de alguns homens mortos, a armada definitivamente tomou seu rumo. Segundo a “Relação da gente da armada”, nela foram 971 soldados, 722 homens de mar, 170 povoadores para o Estreito e 545 soldados para o Chile.²⁰³

O almirante Valdés, apesar das desconfianças, liderava a jornada e levava consigo uma série de despachos e cartas providenciados pelo secretário do rei, Miguel de Moura, que nos dizem muito sobre o que se esperava da armada. Dentre estes documentos, emitidos pelo Conselho de Portugal, estava uma provisão geral para as ilhas e outros “puertos de la corona de Portugal donde la dicha armada llegar le hagan buen acogimiento y acudan com sus bastimientos y otras cosas de que tubien necessidade.” Idêntica a esta, havia uma carta para a cidade de Funchal, na ilha da Madeira, e outra endereçada ao ouvidor e capitão corregedor da cidade de Santiago de Cabo Verde. Para o governador do Brasil seguia uma sobre os ingleses corsários a serem remetidos ao reino; havia uma provisão geral para a costa do Brasil; outra para o governador e uma terceira para o capitão da fortaleza e cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; além de mais seis cartas com nomes em branco para alguns particulares do

²⁰¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 119, 06/11/1581. Doc.34.

²⁰² AGS, Guerra Antigua, Legajo 119, 05/11/1581. Doc.41. Este trecho denota que socorrer a Paraíba a partir da Bahia, como de fato foi feito, já era um objetivo desde antes da partida da armada de Sevilha.

²⁰³ AGI, Patronato, 33, N3, R15. “Relacion de la gente da armada de Diego Flores de Valdés”.

Brasil e outras seis igualmente em branco para povoações. Por fim, uma carta para o governador do Brasil sobre a correspondência que haveria de ter com o governador do Estreito, ou seja, Pedro Sarmiento, que também carregava uma cópia para entregar ao mesmo governador.²⁰⁴

Nesta carta direcionada ao governador do Brasil, ainda nomeado como Lourenço da Veiga – já defunto nessa altura –, lhe era solicitado que mantivesse correspondência com o general da armada e também com o governador do Estreito, o que configurava mesmo uma estratégia de defesa da costa que iria da Bahia à Magalhães, e que, portanto, inseria o Brasil nos planos de defesa da monarquia.²⁰⁵ A provisão requeria às autoridades competentes toda a assistência à armada, com a ressalva de que ela deveria “pagar tudo às partes pelo preço e estado da terra.”²⁰⁶

Já a carta para as autoridades da Bahia era mais específica e direta. Nela, liam-se os alertas sobre as notícias de que franceses e ingleses aprestavam navios para enviar ao Brasil e que, por via das dúvidas, o rei mandava a armada para o Estreito com 15 navios e gente suficiente para “defender essa partes e ofender os que as quiserem cometer e fazer-lhe dano”. Falava que a armada invernaria no Rio de Janeiro, pelas comodidades, mas que, quando passasse pela Bahia, deveria agir na defesa dessa terra como se fosse o governador dela. O fundamental era evitar qualquer conflito entre a gente da armada e as populações e colocar a força da expedição a serviço do governador e autoridades “por que posto que o meu principal intento seja agora mandar acudir ao Brasil como cumpre ao meu serviço”, entretanto:

Também convém ao mesmo meu serviço que depois desse conseguir este efeito estando para isso tantos meses a dita armada nessas partes senão embarace nellas infrutuosamente, com que deixe de hir fazer a seu tempo o outro efeito do estreito de Magalhães...

Assim, a ação deveria ser combinada entre a defesa e garantia do Brasil e do Estreito, sem que uma coisa atrapalhasse a outra. Por fim, a carta comunicava a nomeação de Manuel Telles Barreto como governador e previa sua chegada para breve,

²⁰⁴ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 20/09/1581, Doc.454. Pedro Sarmiento também levava consigo uma carta, intitulada “instruccion secreta” para apresentar ao governador do Brasil. De fato, era o pedido para que se estabelecessem canais de comunicação entre o Estreito, o rio da Prata e o Brasil, o que mais uma vez revela como a monarquia filipina visualizava os espaços ultramarinos como um território único e articulado. BNE, Manuscritos, Libro 2345.

²⁰⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109. Lisboa, 06/09/1581. Doc.451.

²⁰⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109. Lisboa 14/09/1581. Doc.456.

com as instruções que “esta matéria com as particularidades que ella requiere”²⁰⁷ O mesmo tom tinha a carta enviada a “Hieronimo (sic) Correa”, capitão do Rio de Janeiro, que parece misturar os nomes de Salvador Correia e Jerônimo Leitão.²⁰⁸ A carta enviada à Bahia revela que a armada tinha sim funções específicas quanto ao Brasil, tanto no sentido de protegê-lo dos corsários, quanto de assegurar a pacificação dos ânimos e a legitimidade de Felipe II. A carta ao capitão da Fortaleza de São Sebastião comentava as notícias de que o porto era muito frequentado por corsários e, por isso, muito deveria “folgar todos os dessa capitania com a vizinhança desta minha armada”.²⁰⁹ Para o governador morto, a carta reiterava a múltipla utilidade da armada, já que:

*Alem do efeito a que principalmente a mando poderá juntamente fazer outro efeito importante como he alimpar essa costa dos corsos que a vão andar tantas vezes como sou informado e também poderá pelejar com quaesquer navios de inimigos que achar nessas partes e dar-lhes o castigo que merecem.*²¹⁰

E comunicava que, caso não parassem na Bahia, assim que recebesse a presente carta, que também iria em navios da carreira, o governador deveria avisar o capitão do Rio de Janeiro sobre a chegada da armada, assim como outras povoações. Por fim, Valdés levava uma carta de apresentação para as mais diversas situações. Deve ter sido uma dessas que foi apresentada, em São Vicente, ao capitão Jerônimo Leitão. Nela, lia-se que:

*Eu ElREy vos envio muyto saudar eu mando ora uma armada ao estreito de Magalhães aos feitos que o general della leva por instruções e por que pode ser que tome algum porto...nessa costa do Brasil vos encomendo que indo ter ao lugar onde estiverdes façais de vossa parte tudo o que da minha nos deber o dito general q convém ao meu serviço para bem da dita armada cumprindo assim inteiramente com toda a diligência como o eu de vos confio servir.*²¹¹

Efetivamente, a primeira parada da armada foi em Santiago de Cabo Verde, em janeiro de 1582. De lá o almirante foi avisado que uma nau havia saído de Sanlúcar com mais mantimentos para abastecê-lo. Por outro lado, Sarmiento, contraditoriamente ao que havia dito antes de partirem, escrevia ao rei reclamando que “Dios selo perdone quien a SM aconsejo que fussemos a invernar al Rio de Janero que todos los desta tierra estan espantados de tal acuerdo sobre esto”. Aproveitava para elogiar a lealdade dos

²⁰⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 15/11/581. Doc. 458.

²⁰⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 15/11/581. Doc. 459.

²⁰⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, Doc. 467.

²¹⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 14/11/581. Doc. 468.

²¹¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, 15/11/581. Doc. 470.

portugueses, apesar dos comentários contrários, e recomendava a fortificação das ilhas contra o assédio de inimigos.²¹²

A viagem prosseguiu naturalmente até o Rio de Janeiro, onde chegaram com 16 naus no dia 24 de março. Do Rio de Janeiro o almirante enviou Diego de la Rivera à São Vicente com algum dinheiro, ferro e tecidos para negociar com vistas ao reabastecimento da armada.²¹³ Sabemos que, entre as mercadorias compradas, esteve gado solicitado junto à vila de São Paulo.²¹⁴ Em outubro, os 16 navios partiram, finalmente, rumo ao Estreito de Magalhães para o cumprimento da missão, mas um temporal barrou sua passagem na foz do rio da Prata, obrigando-os a retroceder para a ilha de Santa Catarina após terem perdido mais um navio. De lá, três naus teoricamente avariadas se desprenderam da armada e se dirigiram a São Vicente para os reparos necessários. Segundo a análise do padre Pastells, baseado fundamentalmente em Gamboa, Valdés “embarco a los pobladores em tres naos, que fingió inútiles para navegar y los envío atras, al puerto de San Vicente.”²¹⁵ Ao chegarem a Santos em janeiro de 1583, os três navios capitaneados pelo castelhano André Higino se depararam com os dois galeões do inglês Edward Fenton. A peleja, que teve como resultado a vitória de Higino, redundou no afundamento de um navio inglês e um espanhol.²¹⁶

Podemos, no fundo, compreender esta batalha travada nas águas de São Vicente como um desdobramento direto das disputas entre a monarquia filipina e a aliança estabelecida entre D. António e a Inglaterra. Segundo Geoffrey Parker, parte dos navios reunidos por Drake para auxiliar a luta do Prior do Crato na sua base de resistência nos Açores foi prestar socorro, mas outros “hicieron vela en el problemático viaje guiado por Edward Fenton em 1582, com ordenes de establecer uma base comercial em las Molucas (con licencia de D. Antonio) y enviar a la metropoli abundantes cargamentos de especias”²¹⁷ Assim, fragmentos da armada de Drake encontraram fragmentos da armada de Valdés em pleno litoral vicentino.

Don André de Higino era vizinho da vila de Verguara, na província de Guizpuzcoa, e, conforme seu memorial, para tornar-se vedor e contador da armada dizia-se “hombre mui conosciado y a servido en las armadas de Don Luis de Caravajal, Pero Menendez y Don Cristoval de Erasso (...) y a tenido ese oficio en la armada que

²¹² AGS, Guerra Antigua, Legajo 122, Doc.98, 19/01/1582 e 185, 31/01/1582.

²¹³ AGI, Patronato, 33,N3, R32; f.2. “Relacion de la armada de Diego Flores Valdes”.

²¹⁴ ACVSP, 15/06/1583 e 16/08/1583. Nestas se faz referência aos pedidos de gado do ano anterior.

²¹⁵ PASTELLS, P...*op.cit.* p.19.

²¹⁶ O relato deste encontro está em: AGI, Patronato, 266, R45. “Andres de Eguino: encuentro con el corsário inglês”.

²¹⁷ PARKER, Geoffrey. *Op.cit.* p. 289.

lebo Don Alonso de Vaçan a las islas...” Tratava-se, portanto, de homem experimentado já nas armadas espanholas. Através de sua carta, enviada de Santos em 16 de fevereiro de 1583, ficamos sabendo que a armada saiu do Rio de Janeiro rumo ao Estreito em 02/11/1582, com 15 naus. Depois de enfrentarem uma tormenta e o naufrágio de uma das naus, fizeram uma conferência entre os capitães na qual se resolveu que todos voltassem à ilha de Santa Catarina. Em 14/12, encontraram com a nau de alguns freis que se dirigiam ao Rio da Prata, e por meio deles foram avisados da presença de navios ingleses na costa, e que haviam sequestrado pilotos e um “cavalero con cartas”.²¹⁸ O almirante Valdés pediu, então, que retornassem a São Vicente, onde encontraram os galeões ingleses no dia 24 de janeiro de 1583. Ressaltava que “por miedo delles quales estaban despoblados este pueblo (Santos) y el de sanvicente...” Segundo relato do português Juan Pinto, que estivera na nau dos freis franciscanos e fora sequestrado pelos ingleses, estes haviam chegado a São Vicente e pedido contratos ao governador Jerônimo Leitão, que, ao lhes negar, acabou motivando as maiores ameaças de descabros por parte dos ingleses.²¹⁹ De todo o modo, depois do embate vitorioso contra os ingleses, Higino lembrava que “el gobernador desta capitania y los regidores me an requerido por dos veces que no salga deste puerto sin aberles en el un fuerte para que se puedan defender...”²²⁰

A carta de Baptista Antonelli, do mesmo dia, relata com um pouco mais de detalhes o episódio. Segundo ele, depois de chegarem a barra de São Vicente “pelean con navios ingleses(...) dos horas despues de anohecer y duro la pelea hasta el dia seguinte dos horas despues del médio dia...” De acordo com o engenheiro, as notícias colhidas davam conta de que os ingleses queriam fortificar a região, pois dali haveria comodidade para os corsários arremeterem as armadas que iam às Índias, Angola e Rio da Prata e “y toda esta costa porque esta he tierra de muchos mantimientos y demas desto hay muchas minas de oro, plata, cobre, hierro...”²²¹ Por fim, alegava que, com o parecer positivo de todos - do contador ao governador da terra e seus moradores -

²¹⁸ Os registros sobre a viagem do frei Juan de Ryvadeneira permeiam os *legajos* com os documentos da viagem de Valdés. O frei teve uma viagem tumultuada e pleiteou acompanhar o almirante, o que lhe foi recusado. Acabou saindo de Lisboa e enfrentou sérios problemas com corsários na costa do Brasil. Frei Juan ia acompanhado de vários franciscanos para assumir a missão evangélica em Tucumã e no rio da Prata. Encontrou com a armada de Valdés em Santa Catarina.

²¹⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 130, Doc.130.

²²⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo, 142, 16/02/1583, Doc.5.

²²¹ Segundo Kelsey, baseado em carta do primo de Drake, Fenton não desejava dobrar o Estreito desde que saíra da Inglaterra. A decisão só viria a se fortalecer com as notícias da armada de Valdés. Portanto, havia decidido permanecer comerciando na costa do Brasil, onde vislumbrava bons negócios. O próprio Francis Drake chegou a pensar em ter algum ponto comercial no Brasil. KELSEY, H... *Op.cit.*

decidiu-se pela construção de um “fuerte en lugar mas comodo....” Como faltavam oficiais para lavrar, resolveu construí-lo de taipa com uma mão de crosta de cal para proteger das águas. Mas frente à necessidade de acudir um reparo no Rio de Janeiro, teve que deixar um ajudante, Gaspar de Sampera, em Santos para terminar o forte. Em outra carta, enviada ainda de Santos, Antonelli questionava diretamente a possibilidade de montar dois fortes no Estreito, visto que, conforme informações colhidas com pessoas que lá estiveram, a largura entre as duas pontas era maior do que se imaginava. De todo modo, faltavam oficiais mecânicos, pois, dos poucos que Sarmiento trouxera de Espanha, vários estavam mortos e outros tinham fugido.²²²

A carta de Diego Flores escrita da Bahia em agosto de 1583 dá conta de sua versão dos acontecimentos²²³. Segundo ele, escolhera três das maiores naus da armada, com seiscentos homens, para que voltassem a São Vicente e Rio de Janeiro, e ali estacionassem e fortificassem a região até receberem novas ordens. Em São Vicente, recomendou que desembarcassem povoadores casados com seus filhos e mulheres para receber mantimentos, pois faltava muito na armada. Depois de enviar Alonso de Sotomayor, pelo rio da Prata, ao Chile, empreendeu uma nova tentativa de cruzar o Estreito, mas de novo foi malsucedido. Para ele, tanto Sarmiento quanto o piloto Anton Pablo tinham dado informações erradas sobre a largura do Estreito, opinião, aliás, compartilhada por Antonelli.

Diante das dificuldades, Valdés diz que resolveu voltar a São Vicente, onde chegou em 15 de abril de 1583, ocasião em que encontrou Higino. Depois de valorizar a própria decisão de ter mandado as três naus a São Vicente - que resultou na vitória sobre os ingleses -, o almirante fala sobre a construção do forte da Barra Grande, em São Vicente, que, segundo ele, teria sido solicitado pelos moradores locais e pelo capitão Jerônimo Leitão. “Y asi el contador lo comenzo a fabricar conforme la traza que para ele dio Bautista Antonelli el ingeniero que VM embio para los fuertes de lo estrecho...”. Ao chegar a São Vicente, resolveu acelerar o término do forte e aparelhá-lo com artilharia de bronze e “ferro colado” e cem homens de guerra, nomeando por alcaide Thomas Garri, que ia nesta função para um dos fortes do Estreito, “persona diestra para aquello efecto”. Nomeou também por capitão um sujeito chamado Fernando de Miranda, seu sobrinho, que tinha ordem para acabar a fortaleza. Garri, de 45 anos, fora deão de

²²² Tanto a carta de Higino (doc5) quanto as de Antonelli estão em: AGS, Guerra Antigua, Legajo 142, Docs. 5 e 6.

²²³ Nesta narrativa prepondera a versão de Valdés. Na versão de Gamboa, conforme ressaltado, Valdés fez de tudo para boicotar a missão ao Estreito.

Cartagena, em Múrcia, e escapou a nado de uma das naus afundadas na baía de Cádiz, quando, então, foi nomeado alcaide de um dos fortes do Estreito por intervenção do Duque de Medina Sidonia, já que o primeiro nomeado morrera afogado no mesmo naufrágio²²⁴. Garri teria se integrado bem à região, visto que, alguns anos mais tarde, ressurgiu num caso de tentativa de enforcamento. Como capitão da fortaleza, quis enforcar, em surdina, um tal de Antonio Gonçalves que tentara matar o capitão Jerônimo Leitão. Segundo testemunhos, o caso não teve desfecho trágico porque Anchieta interveio no episódio alertando a todos das intenções de Garri.²²⁵ Já o sobrinho de Valdés, Miranda, casou-se com a filha do capitão Jerônimo Leitão por intervenção do almirante. De acordo com sua missiva, Valdés imaginava que a terra, mesmo pobre, tendia a aumentar e prosperar. As apostas pareciam mesmo elevadas, já que, até um cunhado do almirante, chamado Francisco Martins Bonilha, que viera com mulher e filhos, resolveu ficar na capitania e se instalou na vila de São Paulo.

A aliança de Valdés com o capitão Jerônimo Leitão foi de fato bastante profícua. Rendeu, à capitania, um forte aparelhado, e um casamento, ao capitão. Vinte anos depois, um filho de Jerônimo, o mameluco Simão Leitão, lembrava desta ajuda do pai em seu memorial, no qual pedia mercês ao rei Felipe III, no Maranhão. Dentre o enorme rol de serviços do pai, constava que:

Ajudou no provimento da armada do estreito de Magalhães de Diego Flores Valdés ambas as vezes que por ali passou e na briga que três navios dela tiveram com dois galeões ingleses lhe acodiu com gente deixando o mesmo Diego Flores encarregado da capitania do forte que na paragem da Paraíba se fez para que acabasse a obra dele e o sustentou por espaço de sete anos.

Ainda apresentou como prova “seis cartas do dito Diego Flores porque se mostra que teve com ele boa correspondência nas cousas do serviço de VM”.²²⁶

De São Vicente, Valdés foi para o Rio, e lá encontrou a armada liderada por Diego de Alcega, enviada pelo rei para abastecer a do Estreito. No Rio de Janeiro, onde chegou no final de maio, foi ter com o provincial do Brasil, José de Anchieta, com quem já havia se comunicado na vinda. Anchieta entregou-lhe algumas cartas, inclusive uma a Felipe II, o que revela uma comunicação direta entre o provincial e o novo rei de Portugal, estabelecida antes mesmo da chegada da armada de Valdés. Nesta carta,

²²⁴ As informações sobre Garri estão em: AGS, Guerra Antigua, Legajo 117, Doc.20; Legajo 118, Doc.40; e Legajo 120, Doc.383.

²²⁵ VIOTTI, Hélio Abranches. “O processo remissorial de 1627-1628 em São Paulo relativo à canonização de Anchieta” in: *Revista do Arquivo Municipal* São Paulo, CLIX (159), 1957.

²²⁶ AGS, Secretarias Provinciales. Conselho de Portugal, Libro 1467, fls 497-501. Memorial de Simão Leitão.

narrava ao rei como Valdés “dexo muy quietas (as capitanias de São Vicente e Rio de Janeiro) en la obediência y servicio de VM como lo esta toda la costa”.²²⁷

No Rio, o almirante resolveu dividir a armada. Segundo ele, deixou cinco dos seus melhores navios, com 500 homens, para seguir em direção ao Estreito, enquanto ele próprio decidiu subir para a Bahia, o que lhe parecia conveniente considerando que a terra estava “alborotada y puesta en bandos muy diferentes los unos de los otros.” O tema da insubordinação da Bahia voltava à tona e agora servia de justificativa para uma polêmica decisão, já que a missão do Estreito não havia sido efetivamente cumprida.

Valdés pretendia colocar a costa do Brasil em segurança, “adonde VM tiene mucha riqueza como yo tengo experimentado y sacado muestras dello...”. Para reforçar os próprios argumentos, valorizou sua atuação na costa do Brasil, em detrimento da construção dos fortes, justificando que “si esta armada no obiera venido a esta costa ella estubiera de manera que VM hubiera necesidad de gastar mucha cantidad com el desasosiego della”.²²⁸ A carta de Valdés tinha o objetivo de ressaltar a importância estratégica de sua presença e atuação na Bahia. Claro que, em parte, procurava compensar a pífia ação da armada, no que tangia à construção dos fortes do Estreito, mas, ao alertar sobre o clima de insubordinação da sede do governo das partes do Brasil, o almirante sabia adentrar um ponto sensível da política filipina.

A armada capitaneada por Diego de Alcega fora preparada e enviada ao Brasil logo na sequência da partida de Valdés. Sua função era dar assistência, suprir e complementar a desfalcada e empobrecida armada do Estreito. Composta inicialmente por cinco naus, sabemos que a nau capitânia naufragou também na saída da baía de Cádiz, fato profundamente lamentado pelo Duque de Medina, uma vez que ela sozinha levava 1/3 dos mantimentos. Temia-se ainda que duas naus “levantiscas” não conseguissem chegar ao Brasil e solicitava-se navios biscaínos.²²⁹ De qualquer maneira, a saída da armada de Alcega coincidiu com a saída das três caravelas que levariam o novo governador do Brasil, Manuel Telles Barreto.²³⁰

²²⁷ ARMAS, Antonio Rumeu de. “Una carta inédita del apostol del Brasil, beato José de Anchieta, al rey Felipe II” in *Anuário de estudos Atlânticos*. Madrid/Las Palmas, 1997, 43, p.469-500. Rumeu de Armas, neste trabalho, levanta a possibilidade de existir pelo menos mais quatro cartas de Anchieta ao rei, algumas anteriores à chegada de Valdés. Para este autor, Anchieta encontrava-se no Rio de Janeiro – quando deveria estar na Bahia – exatamente porque fora avisado da chegada do almirante. Informação que deu até munição para que Roseli Santaella sugerisse que Anchieta era “espião” de Felipe II no Brasil. SANTAELLA, Roseli...*op.cit.*

²²⁸ AGI, Charcas, 42, Carta de Diego Flores de Valdés. Bahia, 05 de agosto de 1583.

²²⁹ Os documentos sobre a armada de Alcega estão em: AGS, Guerra Antigua, Legajo 130. Docs.3 e 135.

²³⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 130, 08/09/1582. Doc.186.

O governador, reconhecido por frei Vicente de Salvador como homem pró-filipino, parece ter causado outra impressão em alguns castelhanos seus contemporâneos. O Conde de Lançarote, governador do presídio espanhol instalado na Ilha da Madeira, relatou ao rei em 14/03/1583, dentre outras coisas, que desembarcara na ilha Manuel Telles Barreto, governador do Brasil, e, por conversações e práticas que tivera com ele, dizia não ter ficado muito satisfeito. O governador castelhano recomendava ao rei ter cuidado, pois Barreto bem poderia ter articulado alguma coisa com antonistas na Madeira. Além disso, levantou dúvidas sobre o ouvidor-geral que acompanhava o governador-geral e de quem parecia muito próximo. Nos relatos do Conde, a Madeira parecia ser um antro de pró-antoninos e os portugueses, gente para se desconfiar. Em outra carta, ele narrou uma briga entre um marinheiro português, da armada do governador Barreto, e um soldado castelhano do forte, que resultou na morte do marinheiro e num levante anticastelhano liderado por um certo Juan de Bettencourt. O Conde lamentava a quantidade de “pesadumbres y quien vivere entre portugueses bien se las a de pasar siempre porque aun que sea un sancto caído del cielo entiendo que entre ellos no sea de poder conservar...” Por fim, conta que foi obrigado a enforcar o soldado para acalmar os ânimos, mas este morreria como mártir, ressaltava o conde.²³¹

As desconfianças em relação à Barreto também foram partilhadas por Valdés. Em carta ao rei, comentou como:

*en lo que toca a Manuel Tellez Barreto que VM alli imbio por governador combiene como tengo dada relacion a VM le embie a llamar porque si alla no estubiese algunos dias la tierra acabaria de perder-se porque de mas de no tener las partes que se requieren para aquel cargo es demasiada la aficion que tiene a las cosas de Don Antonio y como tal tiene sus criados en su servicio y algunos deudos de Don Antonio*²³²

Tais desconfianças bem poderiam servir para justificar sua presença na Bahia, enquanto dividia a armada e despachava parte dela para o Estreito, mas o clima de turbulência na cidade baiana antecedia, inclusive, a nomeação de Barreto, e já havia preocupado até mesmo o Duque de Medina Sidonia, quanto à necessidade de legitimar o rei na que era a parte mais importante da costa do Brasil. De todo modo, filipino ou antonino, Barreto recebeu a ajuda de Valdés, que foi à Bahia e, de lá, participou da expulsão dos franceses da Paraíba. “Com uma força metade espanhola, sob o comando

²³¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 143, Docs 181, 183 e 225.

²³² AGS, Guerra Antigua, Legajo 165. Doc. 244.

de Diego Flores Valdés, e metade portuguesa, com Frutuoso Barbosa à frente. (...) A esquadra de Valdés queimou navios franceses, fundou um forte na região e aí deixou uma guarnição de espanhóis”.²³³ Ali participou ainda da fundação do forte de São Felipe, mais tarde vila de Filipéia, uma homenagem direta ao monarca.

A questão pendente da viagem ficou sendo, sem dúvida, a fortificação do Estreito. As desculpas do almirante sublinhavam os erros nas informações, e, a despeito deles, a dupla tentativa de atravessá-lo, embora sempre sem sucesso. De qualquer modo, Valdés acreditou que largar Sarmiento em algum ponto da costa já serviria para o cumprimento da tarefa.²³⁴ Em seguida, ordenou a Alcega que organizasse uma expedição de naus para abastecer os povoadores de Sarmiento. Ao longo dos meses de março a junho de 1583, os personagens que permaneceram no Rio de Janeiro, se preparando para ir ao Estreito, comunicaram-se proficuamente com o rei; e nas missivas a questão era sempre a mesma: apelos para não ir ao Estreito!

Na verdade, desde janeiro, por exemplo, Alonso de Sotomayor, desembarcado no Rio da Prata com seus povoadores, pedia para voltar para a Espanha. Alegava que a guerra havia acabado e que o caminho por terra era dificultoso. Dizia que seu irmão Luis poderia substituí-lo. Como lhe fora negado o pedido, Alonso partiu para o Chile com seus homens, apesar de muitos deles terem ficado em Buenos Aires, re-fundada em 1580.²³⁵ O engenheiro Antonelli, depois de construir o forte de São Vicente, elaborar a traça para a construção de mais um no Rio de Janeiro - que enviou ao rei -, e dar sugestões sobre como fortificar a vila fluminense, também pedia para voltar à Espanha. Alegava padecer desde a arribada em Santa Catarina, quando “me quebre de un lado y en el fuerte que se hizo de sanctos me acabe de manera que no soy de ninguno efecto y cada dia voy piorando...”. Reclamava da penúria, de ter precisado vender todas as suas roupas para conseguir comer, e ainda dizia “despues que salimos de Espana no me an

233 HOLANDA & PANTALEÃO. *op. cit.* p.182-183.

²³⁴ Sarmiento e Alcega passaram por Santos, em dezembro de 1583, onde recolheram alguns povoadores e dois freis franciscanos. Dali partiram para o Estreito, ao qual chegaram em fevereiro de 1584. Segundo as cartas de Sarmiento, os povoadores o odiavam mortalmente, já que a maioria pretendia ter ficado no norte. Ainda em fevereiro, o próprio Alcega, com três naus, voltou ao Brasil sem aviso prévio. De qualquer forma, ficaram no Estreito cerca de 330 pessoas, que atravessaram todo tipo de dificuldade. Sarmiento foi ao Brasil buscar mantimentos para os colonos, mas enfrentou problemas de navegação e um motim de marinheiros – punidos com prisão no forte de São Vicente -, mas jamais voltou ao Estreito, deixando os povoadores à mercê de sua sorte. Ainda em 1591 clamava na corte de Espanha pelo socorro dos que haviam ficado no Estreito. BARROS, José Miguel. *Pedro Sarmiento de Gamboa. Avatares de un caballero de Galicia*. Santiago do Chile: Editorial Universitaria, 2006.

²³⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 146, 08/01/1583. Doc.37. O tesoureiro Francisco Duarte, envolvido na preparação da armada, ainda em março de 1581, recomendara que Alonso e seus colonos fossem, por terra, de Buenos Aires ao Chile, já que ouvira dizer que eram somente 200 léguas de bom caminho e cruzar a cordilheira não era assim tão difícil. O que revela, na verdade, como o desconhecimento completo da geografia da América acabava por marcar algumas decisões infelizes. AGS, Guerra Antigua, Legajo 111, Doc.50.

dado lo que mandava V mag y son tantas las tiranias que an hecho los capitanes y oficiales reales de Vmag que yo no me pondre a contar las porque las piedras seran testigos dellas”. Ao final, pontuava que não seria de nenhuma utilidade ali, já que os fortes do Estreito não seriam construídos, pois a parte da armada que iria até lá não tinha condições de fazê-los.²³⁶

As queixas se sucediam. A miséria dos homens que permaneceram no Rio de Janeiro era, conforme os relatos, realmente dramática. Segundo Alcega, “sy no se da orden en que esta fragata sea luego despachada (para o Estreito) la gente que ali quedar perecera sin remédio” pois era gente desnuda e mal paga.²³⁷ O contador Francisco Espinosa denunciava o que chamava de coisa “mui desordenada” e afirmava que todos não fizeram coisa alguma, senão em desserviço do rei, gastando a fazenda real inteira. Ele dizia querer voltar para a Espanha, mas Valdés não o havia deixado, ordenando-lhe que fosse ao Estreito. Isso o desesperou, pois contava ter ficado quatro meses doente, sofrendo com “calenturas y enfermo y manco del brazo derecho”. A falta de rações, realidade desde março de 1582, dificultava ainda mais as coisas, já que tivera de vender todas as suas roupas para comprar comida. E sem roupas, dizia, não resistiria ao frio do Estreito.²³⁸

Diego de La Ribera, que também ficou no Rio de Janeiro com a missão de liderar a armada em direção ao Estreito, comentava o alívio que representou a chegada das quatro naus com Alcega, mas que elas seriam insuficientes para a missão de abastecer Sarmiento. Reclamava da pobreza e pedia socorro.²³⁹ De fato, de acordo com o capitão Marcos de Aramburu, a parca quantidade de mantimentos que vieram com Alcega pesou na decisão de Valdés em partir para a Bahia, que resolveu dividir a armada e, da Bahia, mandar mais uma nau carregada com suprimentos.²⁴⁰ Por fim, temos o testemunho do piloto português Pedro Jorge, dizendo como os capitães, e o general, roubaram tudo e deixaram os homens daquela maneira deplorável, todos desnudos. Recomendava que se mandassem roupas, pois, caso contrário, morreriam todos de frio em Magalhães.²⁴¹

As culpas pareciam recair sobre Valdés. De fato, desde Sevilha, a tibieza do almirante chamava a atenção. Pedro Sarmiento era recorrente nas cartas quanto às

²³⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 145, Maio de 1583. Docs.14 e 15.

²³⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 146, 07/06/1583. Doc. 224.

²³⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 146, 225, 06/1583. Doc. 225.

²³⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 146, 240, 01/06/1583. Doc. 240.

²⁴⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 146, 01/06/1583. Doc. 242.

²⁴¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 146, 01/06/1583. Doc. 243.

difficultades que Valdés colocava ao bom andamento da expedição. Ao que tudo indica, ir ao Estreito não deve ter empolgado muito o general asturiano, assim como não deve ter empolgado uma boa quantidade de potenciais povoadores e membros da armada que estavam estacionados no Rio de Janeiro. Dentre os defensores de Valdés, citamos a significativa carta do capitão Martim de Zumbieta, escrita também em 01 de junho de 1583, do Rio de Janeiro. Como a própria carta de Valdés, Zumbieta reforçava a importância do Brasil para os interesses da Coroa.

Segundo Zumbieta, o problema das costas do Brasil era seu tamanho, além de serem “continuadas con las del piru...y no lejos de la costa da mina e santomé...” E arrematava: “las dilaciones siempre traen consigo grandes inconbenientes...” Via como única solução a fortificação, a exemplo do que fora feito em São Vicente. Como Antonelli, sugeria a fortificação do Rio de Janeiro. Entretanto, parecia não se fiar muito nos portugueses e, sob uma verdadeira proposta integracionista, recomendava que, “en todos los puertos e poblaciones desta costa del Brasil”, se colocassem gente de Castela.²⁴² Identificava certo clima de tensão, por causa dos padres, bispos e administradores leigos muito “aficionados”, e aconselhava nomear gente de condições mais “mansos quietos humanas y bien inclinados”, porque onde havia gente levantada havia padres. Ao final, defendia as ações de Valdés, e dizia o quanto se apiedou do almirante quando o encontrou em São Vicente “muy desconsolado de ber que la fortuna le abia sido tan contraria em nesta jornada”. Para isentá-lo, desconfiava da real possibilidade de defender o Estreito. Acreditava que a chave para a defesa da costa estava no Brasil e no Rio da Prata, e não em Magalhães.

Mesmo que a desconfiança pairasse sobre Valdés, notícias boas de sua armada também chegavam a Espanha. O Duque de Medina Sidonia, um dos que mais suspeitavam dele, avisava ao rei que “han llegado nuevas de aver Diego Flores tomado 13 navios franceses sobre la costa del Brasil y aver salido herido en un brazo”²⁴³ Dois portugueses, Gaspar Luis e Manuel Pereira, mercadores da cidade do Porto, foram interrogados em Sanlúcar de Barrameda em dezembro de 1583. Vinham de Pernambuco e informaram que, na Ilha da Madeira, estiveram com um sujeito “alto de corpo moreno de rosto” que se dizia Juan Medina, natural de Cádiz e almirante, e que alegava ter ido encontrar Valdés na armada de Alcega, deparando-se com ele no Rio de Janeiro onde entregaram todos os mantimentos. Segundo Medina, de lá voltaram à Espanha, mas

²⁴² AGS, Guerra Antigua, Legajo 146, 01/06/1583. Doc. 241.

²⁴³ AGS, Guerra Antigua, Legajo 144, 17/04/1583. Doc. 204.

Valdés ficou na ilha. Contou ainda que Valdés havia enfrentado naus inglesas. Os portugueses disseram, por sua vez, ter visto um navio inglês saído de Londres, de 400 toneladas, em Pernambuco, que, naquele porto, trocava “panos e aceites”, mas estava carregado de artilharia.²⁴⁴ Este deveria ser o mesmo navio que deixou dois ingleses em Pernambuco, que, depois de presos por Valdés, foram levados a Cádiz e remetidos à Inquisição de Lisboa, conforme relato de julho de 1584. Nele, o almirante falava destes ingleses capturados no tempo em que chegou a Pernambuco, e que haviam desembarcado de uma nau inglesa que ali fizera trato comercial sem licença com a gente da terra.²⁴⁵

Pouco mais de dois anos e meio depois de sua tumultuada partida, Diego Flores finalmente regressou a Cádiz no dia 21 de julho de 1584. Segundo Francisco de Rivera, deveriam dar graças por terem conseguido voltar após tantas misérias, fomes e calamidades, tendo chegado a ponto de vender “hasta las camisas para comer porquenellas no habia comida”. Don Diego de Suniga se dizia impressionado que “la gente de mar y guerra de la armada (...) vino mui pobre y desnuda que ha sido compasion...” Solicitava-lhes a concessão de um real por dia para poderem comer. Muitos dos que regressaram nas cinco naus teriam, de fato, muito pouco o que comemorar, visto que cerca de 800 homens foram reembarcados imediatamente na Frota da Nova Espanha, que estava de partida.²⁴⁶

Sobre o almirante, recaiu, novamente, a desconfiança. Pouco pudemos investigar a respeito da trajetória de Valdés pós-viagem, mas, quatro anos depois, em 1588, já se falava de suspeitas em relação a desmandos seus em uma armada que fizera a Carreira das Índias. Além disso, parecia apresentar problemas de saúde e, ainda mais grave, problemas com a *hacienda*.²⁴⁷ Também não conseguimos descobrir as verdadeiras razões da prisão do almirante um pouco depois. De qualquer forma, o licenciado Dr. Rodrigo de Santillán, que já não nutria muita empatia pelo almirante desde os tempos da preparação da armada do Estreito, seria o mandatário de sua ordem de prisão no mesmo ano de 1588, quando Valdés foi enviado preso a um castelo, em Burgos.²⁴⁸

Assim que retornou das costas do Brasil, em 1584, Valdés participou de debates sobre possíveis fortificações com o secretário Antonio de Eraso, a quem recomendou,

²⁴⁴ AGS, Guerra Antigua, Legajo 152, Doc. 127.

²⁴⁵ AGS, Guerra Antigua, Legajo 165, 24/07/1584. Doc. 72.

²⁴⁶ AGS, Guerra Antigua, Legajo 165, Doc.133 (Francisco de Rivera, 08/08/1584), Doc.71 (Diego de Suniga, 06/08/1584) e Doc. 88 (ordem de embarque de 28/08/1584).

²⁴⁷ AGS, Guerra Antigua, Legajo 235, 26/11/1588. Doc.184.

²⁴⁸ AGS, Guerra Antigua, Legajo 228, Doc. 131 (23/12/1588) e Legajo 244, Doc. 206 (30/12/1588).

em especial, a fortificação do Rio de Janeiro.²⁴⁹ Produziu ainda suas “advertências ao rei”, nas quais apresentava o que seria a estratégia ideal para a submissão e aproveitamento da costa do Brasil, principalmente de sua parte sul, do Cabo Frio ao Rio da Prata. Mas em outra carta, redigida no mesmo contexto, promoveu algumas apreciações sobre o governo do Brasil e sua banda norte. Na missiva, chegou a sugerir a instalação de uma Audiência e também de um Tribunal da Inquisição na Bahia, pois, embora fosse rica, a cidade sofria “por falta de justicia que los gobernadores que alli arriban no acuden mas do que a sus fines(...) y particulares intereses”. Além disso, enxergava um clima de dissolução da fé, visto que “las cosas mui graves tocantes a nossa santa fe se pagan y absolvem alli con dinero por estar a cargo delas os bispos...”.

Para o almirante, muita gente fugia de Portugal, e se refugiava no Brasil, para ofender a Deus e praticar seus ritos e “maldades”. O clima antonista também era perceptível, e ele chegou a identificar no bispo, no provedor mor e em mais alguns “principaes” da terra “personas que inquietan mucho la tierra y en qualquier tiempo que sea no dejaran de acudir segun tienen el pecho inclinado no al servicio de VM y conbiene mucho que salgan de aquele estado”.²⁵⁰

As críticas e suspeitas, como vimos, chegaram também ao recém-empossado governador-geral do Brasil, Manuel Telles Barreto. Valdés sugeriu que se povoasse a região do rio São Francisco com portugueses e castelhanos, já que a área parecia rica em salitre. Ao final, recomendava em relação a Pernambuco que “seria bien que estubiese en la corona de VM por ser província rica que renta a VM mas que ninguna...” e pedia a provisão com mantimentos e gente para o forte da Paraíba, onde deixara o alcaide castelhano Francisco de Castejon com 250 soldados.²⁵¹

Valdés organizou suas apreciações sobre o Brasil dividindo-o em duas partes. O norte, com sede na Bahia, que merecia uma intervenção assertiva da Coroa para punir abusos contra a fé e contra o rei; e o sul, do Cabo Frio em diante, sobre o qual produziu, aliás, interessantes observações. De qualquer maneira, a perspectiva de manter aquelas partes sob regime português, protegido na autonomia garantida em Tomar, parecia fora

²⁴⁹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 173, 18/09/1584. Doc.311. Na verdade, em uma de suas relações ao rei, Valdés defendeu, como estratégia básica de “seguridad de las Índias”, a construção de uma série de fortificações no litoral americano, inclusive em Havana e na Flórida, o que revelava um olhar bastante global e totalizante do almirante. AGI, Patronato, 255, N3, G1, R10. “Relação de Diego Flores Valdes ao Rey”.

²⁵⁰ AGS, Guerra Antigua, Legajo 165, Doc. 244. As *adbertencias* fazem parte do mesmo Legajo, sob o número 243. O provedor mor é nomeado como Cristóvão de Barros, e, dentre os “principais”, ele cita nominalmente Manuel Ribeiro e Gabriel Soares.

²⁵¹ AGS, Guerra Antigua, Legajo 165, 244. As *adbertencias* fazem parte do mesmo Legajo, sob o número 243.

de propósito ao almirante, que, em todos os momentos, procurou recomendar que a coroa povoasse com castelhanos as áreas mais sensíveis.

Para as ideias que aqui mais nos interessam, as “advertências” de Valdés ao rei revelam-se bastante elucidativas. Nelas, avisava ao monarca como era importante que “donde este Cabo Frio para adelante (...) estubieje debajo del governacion del consejo de las indias porque son puertos de mucha ymportancia y muy ricos de mucho oro y platta y no combiene al servicio de VM que por ahora se fie de portugueses”. A proposta era uma afronta direta a Tomar, já que pressupunha a transferência de jurisdição de uma área, em grande parte, reconhecidamente lusitana para o Conselho das Índias. Incluía naturalmente São Vicente, lugar do ouro e da prata e onde, segundo o general, o porto e os fortes estavam em poder de castelhanos a pedido e com o consentimento dos “naturais da terra”.²⁵²

Além do sentido estratégico, a região prometia também inúmeras riquezas. Consta que, após receber notícias sobre a existência de metais serra acima de São Vicente, Valdés teria enviado à vila de São Paulo o almirante Diego de la Rivera e o artilheiro André de Spinosa para tirar a prova. Nas “Advertências”, o almirante demonstra ter realmente se convencido da existência de metais valiosos no interior da capitania. Além de defender a fortificação e povoamento, com castelhanos, do Rio de Janeiro e de São Vicente, Valdés solicitava, por meio do documento, o envio de mantimentos aos cem homens deixados no forte vicentino, que estariam desprovidos de “ropa de bestir e vino e azeite”, e que também fossem mandados mais povoadores castelhanos “que llebem mujeres e hijos” e para que se “casem portugueses con castellanos”, pois assim a terra estaria “mais quieta e esto tengam de ordinário”.²⁵³ A proposta de casar e juntar portugueses com castelhanos já havia sido feita em relação à região do rio São Francisco, e, aos olhos do almirante, parecia uma boa forma de assegurar a posse, equilibrar forças, dissolver núcleos de resistência portuguesa, em prazo imediato, e de proporcionar uma maior fidelidade à Coroa, em longo prazo. De fato, em São Vicente Valdés cumpriu à risca sua proposta, já que havia deixado cem soldados no forte da Barra e casado seu sobrinho com a filha do capitão-mor português.

O conhecimento sobre o interior da Capitania, que incluía obviamente a vila de São Paulo, parece ter despertado o interesse de Valdés. Como última de suas

252 Uma cópia das “Advertencias de Diego Flores de Valdés ao Rey” pode ser encontrada em AGI, Patronato, 33, N.3, R.4.

253 *Idem, ibidem.*

advertências, pedia o envio de especialistas em minas para investigar a região e alertava que “deste puerto de san Vicente ay camino abierto por tierra que va al rio de la Plata y al Paraguay y a Sancta Fé”.²⁵⁴ Portanto, ele já vislumbrava, e comunicava, as conexões existentes entre o interior da América castelhana com a costa da América portuguesa, agora toda a área sob jurisdição de um único rei.

A visão de Valdés revela uma percepção bastante ampla dos assuntos mais candentes do momento. A defesa das Índias de Castela, as possibilidades de riqueza das partes do Brasil, a necessidade de submeter essa região ao novo rei, a luta global contra ingleses, franceses e antoninos, e as dificuldades de administrar uma nova terra, larga e diferenciada. Nesse sentido, o almirante expressa, em seus documentos, algumas das questões fundamentais que seriam postas e norteariam anos imediatos e posteriores, inclusive um olhar *bipartite* sobre o Brasil. A suposta riqueza da capitania de São Vicente e suas conexões com o mundo castelhano do interior do Paraguai desdobrar-se-iam em políticas e ingerências diretas e indiretas por parte de Madri. A administração civil e eclesiástica na Bahia, como vimos, foi uma das influências mais visíveis da presença castelhana no período, e a luta contra os inimigos da coroa, nesse contexto, resultaria na maciça fortificação das costas brasileiras. Por fim, a divisão do Brasil se efetivaria em 1609.

A viagem de Valdés não deve ser, portanto, analisada pelo seu suposto malogro ou sucesso. Como observamos, seus objetivos foram bastante amplos e também carregavam forte carga de livre-arbítrio. Embora o fracasso da armada em seus intentos de navegar no Estreito tivesse ficado na memória da colônia brasileira,²⁵⁵ mesmo assim foi possível encaminhar Alonso de Sotomayor e seus povoadores ao Chile, fazer com que Sarmiento e parte de seus homens chegassem ao Estreito, fortificar a costa em São Vicente e na Paraíba, combater inimigos nas bandas sul e norte, legitimar o governador e a própria Coroa na Bahia, povoar algumas áreas com castelhanos, promover prospecções e elaborar projetos. Essas ações devem, indubitavelmente, ser enquadradas numa perspectiva maior de afirmação da presença castelhana nas partes do Brasil. A

254 AGI, Patronato, 33, N.3, R.4.

255 Nos referimos, aqui, ao personagem Alviano, nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, que em certa altura lembra as dificuldades da navegação naquelas águas através do general asturiano: “de maravilha pode ser bem navegado, como se experimentou na armada de Diego Flores de Valdés, e outras, que da boca dele tornaram a arribar por causa dos tempos tormentosos, que naquela paragem de ordinário cursam.” BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. Entretanto, a passagem de Valdés também gerou memória positiva, como sua atuação na Paraíba, onde ganhou fama de conquistador; e mesmo no Rio de Janeiro, onde foi considerado o benemérito da fundação da Santa Casa de Misericórdia da cidade, conforme Gabriel Soares de Souza.

parte “brasileira” da missão de Valdés sem dúvida prevaleceu, mas suas instruções davam margem para isso. No fundo, quiçá fosse nela que o almirante visse as melhores possibilidades. Ressaltemos que o próprio Gamboa, talvez jocosamente, chamava Valdés de “general das costas do Brasil”. Além do mais, na burocrática e amplamente informada monarquia filipina, as missivas do almirante, com sugestões, análises e propostas, certamente não passaram em branco.

No quadro da viagem de Valdés, a capitania de São Vicente teve um papel bastante relevante. Segundo carta ao rei enviada em agosto de 1583, o almirante ressaltava a necessidade de que VM “no estime poco el Brasil”, pois apesar de pouco povoada, tratava-se de terra rica. A carta exaltava, recorrentemente, a importância de sua chegada num lugar que vivia sob clima de agitação e subversão, visto que a maioria das pessoas da terra era de gente vinda de Portugal e em quem não se podia confiar; além disso, ingleses e franceses frequentavam livremente o litoral.²⁵⁶ Mas, nesse sentido, São Vicente parecia-lhe diferente, já que era “la (capitania) que VM tiene mas obediente en esta costa y de mejor gente y que es tierra de mas ymportancia que ay em estas partes..”

As causas enumeradas, com base nas notícias que colhera, sustentavam a tese de que a terra era rica em minérios. E essa riqueza seria de tal monta que a prata era melhor que a de Potosí. Existiriam ainda cerros de ouro e muito cobre, este último utilíssimo para os engenhos de açúcar. Havia indícios que mostravam a proximidade com as minas de Potosí de, no máximo, trezentas léguas: a circulação de muitos índios *chiriguano*s e de boatos, junto aos índios, de que no interior existiam homens brancos barbados. Por fim, cita o caso de um português que matara alguém em São Vicente e fugiu a pé para o Peru, onde recolheu certa quantidade de prata antes de voltar a Portugal. Essas notícias davam a certeza a Valdés de que era temerário que a capitania ficasse sob a jurisdição de um homem só, como o donatário Pero Lopes de Souza. Ela deveria, isto sim, por sua importância e riqueza, pertencer ao rei, que poderia “recompensar aquello en outra cosa antes que nada desto se entenda”.²⁵⁷ Antecipando uma opinião que se generalizaria entre

²⁵⁶ A desconfiança castelhana sobre os portugueses foi a tônica do período da União. Como afirma Juan Gil, “todo português, por el mero hecho de serlo, fue considerado sospechoso en suelo del ultramar hispano.” (p.370) Em tempos de D. António, as suspeitas sobre espões, infiltrados e conspirações foram frequentes. Na atual Venezuela, os portugueses chegaram a ser expulsos em 1578 por suposto envolvimento com piratas ingleses, e as conexões dos lusitanos com os rebeldes holandeses só pioravam o quadro. GIL, Juan “Balance de la union ibérica. Exitos y fracasos!” in VENTURA, Maria (org) *União Ibérica e o mundo atlântico...op.cit*

²⁵⁷ AGI, Charcas, 41, Carta de Diego Flores de Valdés.

autoridades castelhanas na América durante a União, Valdés já propunha a incorporação, ao patrimônio da Coroa castelhana, da capitania de São Vicente.

Não foi à toa, nesse sentido, que o almirante ergueu uma fortaleza em São Vicente, já que essas construções serviam “como instrumentos de conhecimento, de apropriação e de controle do território, ao mesmo tempo em que funcionavam como veículo da presença régia, materializada, na colônia, em fortalezas mandadas erigir pela Coroa.”²⁵⁸

Os documentos oficiais da armada não fazem menção explícita à pequena vila de São Paulo, mas sua presença é percebida nas referidas análises sobre a capitania, suas potencialidades minerais e seus intercâmbios com o interior. Efetivamente, ela foi tocada pela armada e participou do mapa de possibilidades traçado pelo almirante. Por meio de outras fontes, podemos, contudo, desvendar mais precisamente de que forma a armada se fez sentir na vila, e como aquele império mundial, que dera seus primeiros passos em Tomar, conseguiu chegar às suas partes mais remotas.

Uma vila miúda

Não podemos prescindir de uma breve apresentação da vila de São Paulo na altura em que Felipe II assumiu o trono de Portugal. Mesmo porque tentar construir um retrato da vila neste momento, em contraste com o império do qual passaria a fazer parte no ano de 1581, nos permite compreender melhor, ao longo do período, suas possíveis transformações e mudanças, muitas delas resultado direto da nova realidade macropolítica instaurada pela União das coroas ibéricas.

O microcosmo da pequena vila, acantonada no alto do planalto da capitania de São Vicente, das partes do Brasil, pode parecer irrisório, e quase insignificante, diante do grande império filipino, envolvido em épicas batalhas navais, deslocamentos de *tercios* nos inúmeros conflitos europeus travados pela monarquia, e numa exaltada e “heróica” conquista americana de quase cem anos. No entanto, o que mais nos surpreende é justamente perceber que, no fundo, a burocracia imperial emanada de Madri era tão ampla, e tão pretensiosa, que mesmo um pedacinho de solo luso nas entranhas da América portuguesa poderia despertar alguma atenção e interesse. A monarquia filipina parecia cumprir, assim, sua mítica função real de a todos os súditos escutar e zelar.

258 MARQUES, Guida, *op.cit.* p.21.

Dimensionar a vila de São Paulo no império também nos parece útil para evitar o outro extremo: superestimar sua importância. Ao mirar com lentes de aumento uma realidade local, embrenhando-nos em sua documentação, corremos, inegavelmente, o risco de supervalorizar episódios e processos que são de profunda importância local, mas de pouca monta na dinâmica regional. O que este trabalho visa, portanto, é fazer uma análise que encontre os fios que conectam a vila de São Paulo à dimensão imperial filipina, tanto em seus vínculos diretos com Madri e Lisboa, ou seja, com os centros de poder, e, portanto, mais verticais, quanto em seus vínculos locais, mais horizontais, que permitiram verdadeiros momentos de comunhão e troca entre os espaços americanos e regionais dentro dos domínios do próprio império.

O império filipino incluía desde grandes cidades europeias na Itália, Países Baixos, Espanha e Portugal, até cidades, vilas e aldeias da América, África e Ásia. Neste sentido, a vila de São Paulo de Piratininga, “velha” de 21 anos, quando o rei castelhano fez seu juramento em Tomar, se inseria no rol das pequenas vilas do interior da América, considerada, portanto, área de fronteira da expansão colonial, mas também terra de convergência de caminhos e culturas.

Pretendemos, aqui, tão somente apresentar uma espécie de “radiografia” de São Paulo entre 1560 e 1580. Resultado tardio do colégio jesuítico erguido em 1554, esta vila nasceu formalmente no ano de 1560, depois que o governador-geral Mem de Sá ordenou o esvaziamento no núcleo inicial de Santo André da Borda do Campo e a transferência dos moradores para junto do colégio, no alto da colina situada entre o Tamanduateí e o Anhangabaú.

Pelo que se depreende das crônicas de época, morar em São Paulo, ao menos em termos climáticos, deveria ter lá o seu encanto. Há quase uma unanimidade em apontar o bom clima do lugar. Para Gabriel Soares de Souza, que estendeu a observação para toda a capitania, “são os ares frios e temperados, como na **Espanha**, cuja terra é mui sadia e de frescas e delgadas águas...”²⁵⁹ Para Fernão Cardim, “é terra muito sadia, há nela grandes frios e geadas e boas calmas.”²⁶⁰ Já sob o aspecto visual, de quem chegava à vila por um de seus quatro caminhos - cada um numa das direções do horizonte -, o que provavelmente chamava a atenção era o muro de taipa de pilão que contornava toda a extensão da colina, margeada, de um lado, pelo Tamanduateí e, do outro, pelo Anhangabaú, e onde se metia o casario. Com aproximadamente oito metros de altura

259 SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil*. 1587. São Paulo, Brasília, DF: Ed. Nacional, 1987; p.114.

260 CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; p. 173.

por um de largura, deveria contar ainda com um andaime de proteção para os vigilantes e defensores da vila.²⁶¹ Seu caráter defensivo era, assim, visualmente, evidente.

De fato, desde o princípio da vila, a manutenção dos muros de taipa figurou como uma preocupação oscilante em função dos momentos mais, ou menos, ameaçadores. Na década de 1560, por exemplo, a vila viveu sob assédio constante dos índios que habitavam o entorno. Verdadeiramente, seus primeiros anos não foram nada fáceis. Em julho de 1562, uma reunião de índios que resistiam à presença portuguesa no planalto, somada a grupos já supostamente catequizados, e bastante insatisfeitos, promoveu violento ataque à vila, colocando, pela primeira vez, em xeque a rede de alianças costuradas pelos colonos com as lideranças indígenas locais. Do lado dos padres e colonos, o cacique Tibiriçá, aliado de primeira hora, lideraria o exército defensor. Mas, ao final, ele mesmo seria abatido pelo inimigo que não poupou vítimas entre os índios agressores ou defensores da vila: o vírus da varíola. Ao lado do famoso cacique, seu genro, o ressentido João Ramalho, foi decisivo na defesa da vila de São Paulo neste crítico ano de 1562. Ramalho guardava consigo a insatisfação do desmanche da antiga vila de Santo André, onde fora patriarca e peça chave.²⁶²

Nas *Atas* dos anos de 1562 e 1563, encontramos a aflição dos oficiais que pediam, com recorrente urgência, para se “acabar os muros e baluartes”, “fechar as portas com cadeados” e “construir guarita”. Em novembro de 1562, os oficiais deram um ultimato para que os moradores terminassem os muros da vila. Ainda em dezembro do mesmo ano, Salvador Pires, procurador e povoador dos antigos, foi enviado “ao mar” para comprar coisas importantes para a defesa da vila.²⁶³ Salvador era filho de João Pires, o Gago, que viera com Martim Afonso de Sousa em 1531. Residiu em Santo André da Borda do Campo, vila em que seu pai foi o primeiro juiz ordinário, e depois se transferiu com outros colonos para São Paulo, onde ganhou sesmaria do capitão-mor Jerônimo Leitão. Foi o procurador do concelho, em 1563, juiz, uma década depois, e vereador, em 1578. Casou-se com Mécia Fernandes, ou Mécia Açu, num dos típicos casamentos do planalto de Piratininga, ocorridos entre um colono branco e uma índia, e

261 Descrição do muro retirada de Nestor Goulart Reis, que o reproduziu inspirado em Frei Vicente e sua descrição do muro de Filipéia, na Paraíba, do mesmo período. REIS, Nestor Goulart. *São Paulo, vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Via das Artes, 2004.

262 Uma boa descrição dos conflitos de 1562 está em: MONTEIRO, John. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo” in: *História da Cidade de São Paulo. Volume 1. A Cidade Colonial*. Paula Porta (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

263 ACVSP, 05/11/1562 e 08/12/1562.

com nítida função de estabelecer alianças. Ela, Mécia, era filha do cacique Piquerobi, de Ururay, mais tarde aldeamento de São Miguel.²⁶⁴

O clima de guerra e de preocupação com a ameaça indígena só fez crescer ao longo destes anos, tanto que os oficiais da Câmara recomendaram, em fevereiro de 1563, que todas as portas da vila fossem fechadas com cadeados para evitar possíveis ataques indígenas.²⁶⁵ Outro personagem de proa na pequena vila, peça chave na sua defesa, ao lado de Salvador Pires, foi Domingos Luis, o Carvoeiro, eleito “capitão do gentio” em 1563. Domingos Luis teria recebido tal epíteto por ter nascido em Marinhota, freguesia de Santa Maria da Carvoeira. Foi casado com Ana Camacho, bisneta de João Ramalho, e, muito provavelmente, era oficial mecânico, uma vez que havia participado da construção da igreja dos jesuítas e, mais tarde, da igreja do Guaré, origem de Nossa Senhora da Luz. Deveria ser um sujeito um tanto irascível, visto que Anchieta chegou a avisar ao capitão-mor Jerônimo Leitão que Domingos Luis estava acabando a Igreja, mas que os índios se achavam meio amotinados, pois tinham “medo do carvoeiro”.²⁶⁶ Apesar de desempenhar funções no *concelho* desde os anos 1570, em 1584 houve uma tentativa de impedir que Domingos Luis assumisse cargos na *república*, por “não haver entrado até agora em ofício”.²⁶⁷ Naquele momento, seu passado de oficial mecânico deve ter pesado contra ele.

Retomemos o ano de 1563, mais especificamente junho, quando Pires recomendou que nenhum índio fosse levado para fora da vila e que se recolhessem os que estivessem espalhados pelas “taperas”, porque as notícias de uma guerra eminente aumentavam a dependência dos colonos em relação aos *gentios* aliados para sustentar a defesa de São Paulo. Assim, reforçava-se a proibição de que índios fossem mandados ao sertão e ao “quãoopo” (campo).²⁶⁸

Em maio de 1564, os oficiais da câmara redigiram uma carta a Estácio de Sá, capitão-mor da armada do rei, estacionada em São Vicente, reclamando sua ajuda para enfrentar os índios tamoios que ameaçavam a vila. Falavam da importância de São Paulo, seja para a criação de gado e o abastecimento de São Vicente, seja pelo papel do mosteiro de São Paulo, da Companhia, e seu trabalho missionário. Ressaltavam que a capitania de São Vicente estava na fronteira, “entre duas gerações de gente de várias

²⁶⁴ LEME, Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana. Volume 2. Pires*. São Paulo: Duprat&Cia, 1904.

²⁶⁵ ACVSP, 13/02/1563.

²⁶⁶ “Carta de Anchieta, de Piratininga, ao cap. Jerônimo Leitão”. 15/11/1579. *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

²⁶⁷ ACVSP, Vol.1, 04/08/1584.

²⁶⁸ ACVSP, 26/06/1563.

qualidades e forças que há em toda a costa do Brasil como são os tamoiros e tupiniquins”, e que era constantemente ameaçada e cercada por inimigos. Lembravam com pesar a morte de homens brancos que haviam perecido no sertão, como Francisco de Serzedo e João Fernandes. Por fim, constava um alerta com tom de ameaça: se não fossem socorridos, abandonariam a vila. A ameaça não foi, como sabemos, verdadeiramente cumprida, e os moradores não só reagiram como, mais tarde, partiram para a ofensiva.²⁶⁹

Já nos anos 1570, como as tensões se amenizaram, os sinais de relaxamento quanto à defesa da vila foram notórios. Em 1575, por exemplo, Domingos Rodrigues abriu uma porta indevida no muro de taipa, por sua conta e risco, somando assim mais uma às duas “oficiais”. Por notificação da Câmara, foi obrigado a fechá-la e ainda pagar uma multa. O sujeito não se deu por vencido e, via petição junto ao capitão-mor, explicou que sua roça ficava do lado de fora do muro e que, se não tivesse aquela porta, sua mulher e “escravos” teriam que andar demais para executar o serviço. Ao final, ressaltou sua pobreza - e a da terra - como justificativa. O despacho final liberou Domingos da dívida, mas negou-lhe a reabertura da porta, afinal “por enquanto é necessário ficar a vila cercada”.²⁷⁰

Nesta década de 1570, a ameaça mais imediata de ataques de índios inimigos parecia estar afastada, mas a preservação dos *gentios* aliados e de serviço na vila ainda era uma preocupação. Em junho de 1572, num auto de ajuntamento, “todo o povo da vila” recomendava que ninguém ajuntasse índios para serem levados ao Rio de Janeiro sob pretexto de irem à guerra ou prestar socorro, uma vez que nenhum pedido oficial deste tipo chegara a São Paulo. Dentre os que deveriam ser notificados estava Domingos de Braga, parente provável de Diogo de Braga, que em 1562 já havia sido notificado por recolher índios de São Paulo e andar pra fora da vila com eles e os Lucena.²⁷¹ Portanto, a disputa e a administração em torno desta população indígena, cada vez mais essencial tanto na guerra, quanto na paz, tanto no trabalho quanto na manutenção da vila, foram, nos anos de 1560-1570, das questões que mais mobilizaram os moradores. Ao mesmo tempo, os Braga e os Lucena parecem revelar que, desde muito cedo, alguns núcleos familiares da vila se especializaram na arregimentação e traslado de índios pelos caminhos da vila de São Paulo, que não eram poucos.

²⁶⁹ ACVSP, 15/05/1564.

²⁷⁰ ACVSP, 11/06/1575.

²⁷¹ ACVSP, 22/06/1572.

Também na década de 1570, surgiram as primeiras medidas para a regulação da vida urbana, o que denotava certa estabilização e incremento populacional. Neste sentido, citamos medidas e notificações quanto ao uso das muradas, usadas, por alguns moradores, para abrir portas ilegais ou como paredes de casas ou apoio para chiqueiros, e pedidos para “alimparem” as frentes das casas. Na parte interna aos muros, um universo modesto de casas de taipa e cobertura de palha predominava numa espécie de polígono permeado de ruas tortuosas, becos e azinhagas. Ainda em 1581, o único lugar de culto era a igreja do colégio dos jesuítas, de certa forma a origem da vila cerca de trinta anos antes. Fernão Cardim, circulando por São Paulo um ano depois, comentava que, na vila, não havia cura “nem outros sacerdotes senão os da Companhia, aos quais tem grande amor e respeito e por nenhum modo querem aceitar cura”. E complementava que não tinham “igreja na vila senão a nossa. Os moradores sustentam seis ou sete dos nossos, com suas esmolas e com grande abundância”.²⁷² Tal situação não perduraria, e, poucos anos mais tarde, a igreja do colégio começaria a enfrentar a concorrência espiritual da Matriz, iniciada em 1588.

A população do planalto era bastante espalhada, e costumava refugiar-se no núcleo urbano nos momentos de tensão. Grande parte dos povoadores vivia na área rural, extra-muros, onde mantinha suas terras, lavouras e criações. Alguns colonos também conservavam casas de taipa na vila para assistir às procissões, missas ou participar de eventos extraordinários. Dentre os espaços rurais ocupados entre os anos 1560 a 1580, o principal acompanhava o Tamanduateí e englobava o Ipiranga e a região onde hoje é Santo André. Iniciou-se também o avanço na direção de Carapicuíba e Nossa Senhora do Ó. A partir de 1580, já havia alguns colonos em torno dos aldeamentos de Pinheiros, São Miguel e Guarulhos.

Nas décadas iniciais, a vila apresentou um pequeno desenvolvimento populacional. Em carta de 1561, a recém-formada Câmara de São Paulo informava à rainha Catarina que conseguira mobilizar “trinta homens brancos” e outros “trinta mancebos mestiços da terra” para se juntar aos índios na defesa da vila. Era ainda o momento em que se solicitava à rainha que “os degredados que não sejam ladrões sejam trazidos a esta vila para ajudarem a povoar porque há aqui muitas mulheres da terra mestiças com quem casarão e povoarão a terra”.²⁷³ Cardim falou de “120 vizinhos”, em

272 CARDIM, Fernão. Tratado... op.cit. p.173

273“Carta dos oficiais da Câmara de São Paulo para D.Catarina”. CORTESÃO, J. (comp.) *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*. I Volume (1494-1600). Lisboa: Real Gabinete Português, 1956, p.351-355.

1582, dado reproduzido por Anchieta, em sua *Informação do Brasil*, de 1584.²⁷⁴ Em 01 de maio de 1589, os oficiais da Câmara requereram junto ao governador-geral, através de carta, a nomeação de um vigário, visto que a Matriz já havia sido iniciada, o povo estava finto e a população ultrapassado os 150 moradores. Segundo levantamento de Nuto Sant'Anna, no período de 1554 a 1570, havia cerca de 80 “homens livres” (brancos e mestiços) e, entre 1581 e 1590, foram localizados 171 moradores, apresentados por ele nominalmente. Podemos então, com relativa segurança, afirmar que, por volta de 1580, o planalto contava com uma população de 120 moradores, considerando-se os mencionados homens livres (brancos e mestiços), mas não necessariamente chefes de família e donos de bens de raiz.²⁷⁵ A levar em conta o levantamento de Nuto Sant'Anna, esta população teria sofrido um incremento de 50 novos moradores até o final da década, que bem podem ser, em parte, filhos tornados independentes, mas que devem, certamente, incluir levas de forasteiros recém-chegados.²⁷⁶ Naquele contexto, e em termos relativos, representavam cerca de 40% de incremento populacional em uma década.

Além de diminuta, pouco variada: esta poderia ser a descrição do perfil da população da vila em seus primeiros anos. A maioria esmagadora era lusitana e mameluca e, apesar do trânsito assíduo no mundo paraguaio desde os anos 1550, eram poucos os castelhanos, à primeira vista, que se estabeleceram em São Paulo. Somente nos anos de 1580, surgem, por exemplo, Alonso Peres Cañamares, vindo do Paraguai no retorno de uma expedição paulista, os Saavedra, provavelmente de mesma procedência, e alguns homens de origem flamenga, como Francisco Teixeira Cid e Jacques Felix.²⁷⁷ Muitos nomes, portuguesesados, escondem as origens de diversos personagens, embora alguns poucos possam ser minimamente identificados, como os Malio, de origem italiana, ou os Furquim, de origem francesa. De qualquer modo, entre 1560 e 1580, a população da vila era reduzida e marcada por algumas figuras relevantes como os já

²⁷⁴ *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

²⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos de população na São Paulo do século XVIII” in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, no.1: 55-111, São Paulo: 1966. Neste artigo, Sérgio Buarque buscou definir e aproximar os termos *vecinos* da América Espanhola e *moradores* da América portuguesa. Para ele, ser vizinho significava “estar domiciliado e com família no recinto urbano por determinado período e cumprir as obrigações estipuladas no *fuero*”. Além disso, ele poderia participar das eleições. Para Lafuente Machain, ancorado nas Leis das Índias, *vecino* era aquele que deveria “asentar casa poblada, sustentar armas, estar presto para cualquier servicio y, em caso de ausentarse, dejar personero despuesto para acurdir”. Neste sentido, diferente de *morador* que não possuía obrigações, mas também não tinha direitos. MACHAÍN, Lafuente. *Los portugueses em Buenos Aires...op.cit.* p.12.

²⁷⁶ SANT'ANNA, Nuto...*Metrópole...op.cit.* p.9-15.

²⁷⁷ O biscaíno Diego de Onhate vivia na vila desde a década de 1570, mas depois se estabeleceu em Santos. Era provavelmente o Onhate que chegou com Sanabria, em 1572. BONORIO, Jorge F & LUX, Hernan Carlos. *Coleccion de documentos sobre los conquistadores y pobladores del rio de la Plata*. RIHM, San Isidro: 2001.

apresentados Salvador Pires e Domingos Luis, ou Jorge Moreira, este último um dos maiores potentados da vila nestes tempos. Segundo Leme, Moreira nasceu em Rio Tinto, Porto, e foi dono de datas de terras num lugar chamado *Urrutantan* (Butantã) em 1566, no Ipiranga, em 1571, e no rocio da Câmara, no núcleo da vila, em 1598.²⁷⁸ Além de capitão-mor da capitania em 1575, teve larga preeminência nas funções do *concelho* da vila de São Paulo entre os anos 60 e 90 do século XVI. Foi vereador em 1562, 78, 80, 82, 84, 86, 89 e 95; e juiz ordinário em 1573, 76 e 90. Homem poderoso em São Paulo, desde a década de 1560, demonstrou, mais tarde, uma curiosa preferência por genros não portugueses, recebendo de braços abertos os forasteiros que para a vila afluíam. Cumpriu, de fato, sua promessa, feita em carta escrita para a rainha regente D. Catarina, e casou suas filhas com dois castelhanos e um francês. Maria Moreira com Francisco de Saavedra, Paula Moreira com Balthazar Godoy e Suzana Rodrigues com Estevão Furquim.

Ao redor da vila, um cinturão de aldeias - ou, mais apropriadamente, aldeamentos de indígenas descidos do *sertão* - representava uma reserva de defensores, mas, sobretudo, de mão de obra. O surgimento das aldeias acompanhou a própria criação formal da vila de São Paulo. Em 1560, ao mesmo tempo em que ordenou o desmanche de Santo André e a reunião dos colonos na recém-criada vila de São Paulo, o governador-geral também criou as chamadas “aldeias d’El Rei”, aldeamentos que reduziam índios para serem catequizados, formando assim uma espécie de “reserva”, tanto de mão de obra quanto de guerreiros para eventuais conflitos. Estas aldeias passaram imediatamente para as mãos dos jesuítas que tinham, sobre estes, todo o poder:

*Coube aos jesuítas do Colégio a administração dessas aldeias, tanto no âmbito espiritual quanto no “temporal”, o que incluía o controle sobre a repartição dos trabalhadores entre os colonos. (...) o estabelecimento e o desenvolvimento dessas comunidades estiveram na raiz de uma série de conflitos envolvendo lideranças indígenas, jesuítas, colonos e a própria Coroa.*²⁷⁹

O controle jesuítico sobre a mão de obra indígena configuraria, aliás, o cerne de inúmeros conflitos surgidos entre colonos e membros da Companhia ao longo de décadas em São Paulo. De qualquer forma, subindo o rio Grande, mais tarde Tietê, atingia-se um dos primeiros aldeamentos criados ainda na década de 1560, em torno da

²⁷⁸ LEME, Luiz Gonzaga da Silva...*op.cit.* Volume 8.

²⁷⁹ MONTEIRO, John. “Dos Campos de Piratininga...”*op.cit.*

aldeia indígena de Ururáí, do chefe Piquerobi. A aldeia foi batizada de São Miguel pelo próprio José de Anchieta, provavelmente inspirado no padroeiro de sua terra natal, Tenerife. No final da década de 1570 e início dos anos de 1580, a aldeia foi bastante assediada pelos moradores da vila de São Paulo, que disputavam sua força de trabalho e terras. Nesse sentido, a Câmara se viu pressionada a tentar frear o ímpeto de avanço sobre os índios:²⁸⁰

*Nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja não façam casas nas aldeias dos índios nem em seus arrabaldes menos de duzentas braças e querendo a fazer menos pedirá licença aos oficiais que ao tal tempo servirem e isto por razão de muitos inconvenientes e agravos que se fazem aos índios...*²⁸¹

Buscava-se, assim, disciplinar uma população que parecia cada vez mais ansiosa e necessitada da mão de obra indígena, teoricamente disponibilizada pelas aldeias. A concessão de uma sesmaria efetuada pelo capitão-mor Jerônimo Leitão em 1580, sob pressão dos jesuítas, revelava o início das tensões e contradições que só se ampliaram ao longo das décadas seguintes.²⁸² Nos anos 1580, com a vila ainda bastante vulnerável em suas defesas e estabilidade, o poder de pressão ou mesmo as necessidades econômicas não permitiram que os colonos do planalto estabelecessem um desafio aberto à autoridade dos padres.

Em termos econômicos, a vila, nestes anos de 1570 e 1580, tinha um perfil basicamente de subsistência, produzindo ainda um excedente pouco representativo para o comércio. Desde as análises de John French até as mais recentes, o que se percebe é que a virada econômica substancial da vila de São Paulo teria ocorrido a partir dos anos 1590, e, para isso, concorreram a estabilização dos conflitos com os indígenas dos arredores, ou seja, a pacificação do planalto, e a disponibilização de terras de um rocio em expansão sucessiva. A busca pela mão de obra passou, então, a mover e mobilizar as energias da vila em torno do suprimento de trabalho para as lavouras em expansão.²⁸³

Nos anos iniciais da década de 1580, a produção, ainda bastante exígua, era de trigo, algodão, cana-de-açúcar para aguardente, vinha, marmeleiras, rosas, gado, “suínos

280 PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

281ACVSP, 01/06/1583,

282 RGCSP. Volume 1 (1586-1636) “e para os da aldeia de Ururay outras seis léguas em quadra começando donde se acabam as terras que se deram a João Ramalho e Antonio de Macedo que dizem que eram até onde chamam Jaguapore...” “correndo tanto de uma parte quanto de outra” – ao longo do rio Ururay p. 354-355 A carta de data de sesmaria de Jerônimo Leitão é de 12/10/1580, mas seu registro na Câmara só foi feita em 04/06/1622, já em meio ao alto grau de tensões entre colonos e jesuítas.

283 FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência, 1596-1625”. *Revista do Arquivo Municipal*, 45; 195, 1982. 79-107. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; ALENCASTRO, Luis. F. *Op.cit.*

a fartar”, carneiros, ovelhas e cavalos. Revelando um pouco da ambiguidade dos tempos, segundo Gabriel Soares, as carnes “de que nestas capitânias há muita quantidade por se na terra darem melhor que na **Espanha**, onde as carnes são muito gordas e gostosas, e fazem vantagem às das outras capitânias, por a terra ser mais fria” e, conforme Cardim, as vacas em São Paulo bem se aclimatavam, “e principalmente nos campos de Piratininga, por ter bons pastos, e que se parecem com os de **Portugal** é uma formosura ver a grande criação que há.”²⁸⁴

A criação de gado era uma das atividades centrais dos habitantes do planalto, e, por isso mesmo, o produto costumava ser sempre solicitado pelas armadas reais que ancoravam em São Vicente. Era também o mais sensível às economias pessoais dos moradores da vila de São Paulo. A importância e quase onipresença do gado no planalto se torna patente nas atas da Câmara, em especial, na frequente necessidade de regulamentação do rebanho. Em 1564, o procurador propôs a realização de uma contagem do gado para que “soubessem os bois que havia nesta dita vila dos moradores dela”. Buscava-se, por outro lado, impedir que o gado andasse livremente pela vila, destruindo cercas e roçados dos vizinhos, preocupação que foi manifestada pelos vereadores, quando em 1576 ordenaram “que não se passasse gado para dentro da vila”, inclusive pelo adro da Igreja, como se fazia.²⁸⁵

O gado criado livremente misturava-se todo nos campos do rocio do núcleo. Exigia-se, então, a separação do gado para evitar abusos, e ficava proibido aos moradores “bulir com o gado alheio”. A partir de 1578, iniciaram-se as demandas pela marcação do rebanho. Além do gado solto, os preços da carne eram outra preocupação da Câmara, tanto que, no mesmo ano de 1578, a vereança solicitou que os preços da carne vendida na vila fossem reduzidos aos da carne vendida em Santos. Pelo que transparece nas Atas, ainda assim os paulistas teriam muita dificuldade de conseguir carne fresca por não “haver quem quisesse matar carne”.

Outra produção que tinha certo destaque naquele início da década de 1580 era a marmelada. Vejamos novamente Fernão Cardim:

No Rio de Janeiro, e São Vicente, e no campo de Piratininga se dão muitos marmelos, e dão quatro camadas uma após outra, e há homem que em poucos marmeleiros colhe

284 SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado. op.cit.* p.114 e CARDIM, Fernão. *op.cit.* p.173. Colocamos em negrito somente para chamar a atenção sobre a dubiedade comparativa Portugal/Espanha.

285 ACVSP, 24/04/1564 e 27/05/1576.

*dez, e doze mil marmelos, e aqui se fazem muitas marmeladas e cedo se escusarão as da ilha da Madeira.*²⁸⁶

A venda de marmelada para outras regiões deveria render algum lucro e a feitura das caixas constituía, sem dúvida, uma das atividades dos carpinteiros da vila. Os chamados oficiais mecânicos, categoria a qual os carpinteiros pertenciam, não eram abundantes na vila até a virada da década de 1570. De fato, ainda em 1575, diante da necessidade de se fazer uma caixa para a guarda de papéis da Câmara, os oficiais comentavam que “nesta vila não há carpinteiro”.²⁸⁷ Seu aumento numérico poderia significar um certo aumento da prosperidade da vila, mas, segundo algumas análises, no caso de São Paulo, a autossuficiência dos moradores - geralmente entocados em suas casas rurais, dispendo de razoável mão de obra servil, e alguns deles introduzidos nos próprios ofícios - impedia que essa possível prosperidade se alastrasse ou se descentralizasse para outros setores.²⁸⁸

A regulação e fiscalização dos ofícios mecânicos foi tema frequente entre os oficiais do concelho. Ilustrativo disso é o caso de Bartolomeu Fernandes, ferreiro, que foi multado em dez cruzados por ensinar o ofício a um índio, em sessão de 1578. Nesta mesma sessão, estabeleceram-se “taxas nos oficiais sapateiros, ferreiros, carpinteiros, carniceros e alfaiates”. Dois anos depois, Bartolomeu foi multado novamente, pela mesma razão: continuava a ensinar o ofício ao mesmo índio, que, nessa altura, já deveria ser hábil ferreiro. Aos carpinteiros, além das caixas de marmelada, coube muito das funções de marceneiros, como, por exemplo, a produção de um rústico mobiliário. Foram também importantes na construção de um casario, tanto urbano quanto rural, que ganharia maior concretude e solidez na mesma medida em que a vila se estabilizou e se consolidou.

De todo modo, diante das cobranças das autoridades do reino ou da capitania, a pequena população do núcleo tentava, sempre que possível, fazer valer sua vontade. Assim, reagiu à demanda de entregar gado à armada de Estácio de Sá estacionada em São Vicente, nos anos 1560, e à tentativa, em 1576, do almoxarife de sua alteza, Martim da Costa, de cobrar os dízimos dos peixes retroativos a nove anos, formando dois ajuntamentos do povo, em 25 de julho e 30 de setembro, para rejeitar a ideia. Alegavam simplesmente não ter dinheiro e que o foral de doação da capitania impedia a

286 CARDIM, F. *op.cit.* p.173.

287 ACVSP, 16/05/1575.

288 FRENCH, John. *op. cit.*, p.91.

cobrança.²⁸⁹ Sob a ótica do “povo”, tornava-se urgente enviar gente para contestar a cobrança.

Já no final da década de 1570, a vila começou a ter seus primeiros criminosos, mas ainda carecia de aparelho carcerário. Os oficiais camarários reclamavam que, quando havia um preso, não poderia haver sessão da Câmara, visto que compartilhavam o mesmo aposento. O juiz de 1579, Antônio Bicudo, declarava acintosamente que não mandaria prender ninguém, já que não adiantava nada, pois um preso acusado de furto era visto andando livremente pela vila.

São Paulo era, verdadeiramente, uma pequena, miúda, vila do império português na América prestes a mudar de mãos a partir de 1581, com o juramento de Tomar. Neste ano, exerciam seus ofícios na Câmara os juízes Domingos Dias e Manuel Ribeiro; os vereadores Manoel Fernandes, o moço, e Antônio Bicudo; e o procurador Salvador de Paiva. Todos eles eram moradores pioneiros e estavam organizados no modelo generalizado de *concelhos* municipais na estrutura administrativa portuguesa, com mínimas variações no número de vereadores (de dois a três) ou na existência, em algumas vilas maiores, de um juiz de fora. São poucas as atas restantes deste ano, e nenhuma delas dá conta da virada política no destino do reino de Portugal e suas possessões. A posse da nova dinastia castelhana passou em branco, ao que parece, na documentação oficial paulista. Por meio das atas e à primeira vista, a vida parecia ter seguido sem sobressaltos e sem reviravoltas.

Segundo Carvalho Franco, 1581 também foi o ano da primeira grande expedição dos colonos da capitania à região do Paranapanema, alcunhada pelos castelhanos assuncenhos de Guairá. O capitão Jerônimo Leitão teria subido o Tietê e feito uma grande arregimentação de índios tupiniquins e carijós.²⁹⁰ A única referência na Câmara sobre esta presumível expedição trata dos preparativos feitos na vila em 15 de novembro de 1580, quando “estavam os mancebos para irem a guerra a Paraíba...”. De qualquer forma, é um nítido sinal de que a vila estava saindo da condição defensiva, predominante nas duas décadas anteriores, e parecia partir para a ofensiva.²⁹¹

Esta teria sido apenas a primeira de uma série de investidas lideradas por este longevo capitão-mor de São Vicente. Durante vinte anos, entre 1572 e 1592, com

²⁸⁹ ACVSP, 25/07/1576. O tema ainda se prolongou e, em 1599, quando o governador Francisco de Souza chegou a São Paulo, os oficiais pediram sua intermediação na demanda pela isenção do dízimo do peixe.

²⁹⁰ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil – séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. Verbete Jerônimo Leitão.

²⁹¹ ACVSP, 15/11/1580.

algumas breves interrupções, foi o lugar-tenente da família Souza na capitania, deixando inclusive descendência, que envolvia um mameluco de nome Simão. O mameluco clamou mercê junto ao Conselho de Portugal em Madri, tendo suas pretensões vetadas por sua origem. *Língua* e chefe de entradas no Maranhão, ele relembria as ações do pai no socorro do Cabo Frio em 1575, nos embates contra os índios inimigos na capitania de São Vicente, na ajuda aos padres no descimento de índios e no socorro à armada de Valdés. Contudo, todas as ações do pai e os testemunhos favoráveis a ele próprio acabaram não sendo suficientes.²⁹²

No que nos diz respeito, as petições de Simão ajudam a esclarecer as ações de Jerônimo, peça chave, com suas entradas ao sertão, da estabilização da vila e no fornecimento de milhares de indígenas, tanto para a conversão empreendida pelos padres, quanto para atender à demanda por mão de obra do núcleo em expansão e necessitado de repor uma população indígena, que morria aos milhares por doenças, violências e trabalhos forçados. O capitão Jerônimo Leitão foi elogiado por Valdés em carta ao rei, na qual o chamou de “hombre de valor y experiencia.”²⁹³ De qualquer maneira, a ida de Jerônimo ao sertão do Guairá em 1581 não havia sido a primeira experimentação de gente da capitania naquelas áreas, frequentadas desde os anos 1550, em maior ou menor grau, por padres, aventureiros e colonos.²⁹⁴ Mas, efetivamente, foi, a figura do capitão Leitão - e sua autoridade na capitania - que serviu de ponte entre a armada de Valdés e a realidade vicentina, litorânea e planaltina.

Homens do império em São Paulo de Piratininga

A presença da armada de Valdés na capitania repercutiu de diversas maneiras em São Paulo. Dentre os acontecimentos que mobilizaram a pequena população alojada no planalto está um assassinato. A morte de um franciscano espanhol perpetrada por um soldado também espanhol, próximo ao regatinho da ermida de Nossa Senhora da Luz, foi uma das faces violentas da presença da armada. Segundo Frei Jaboatão:

Três ou quatro religiosos castelhanos, que consigo traziam, saltaram em terra, e supondo teria o general ali detença larga, arrebatados de veemente impulso, e fortaleza de espírito, com desejos de se empregarem na conversão do gentilismo, deixando os lugares vizinhos a S Vicente, e subindo as fragozas serranias de Piratininga, buscaram a vila de S Paulo.

²⁹² AGS, Secretarias Provinciales. Conselho de Portugal, Libro 1467, fls.497-501. Memorial de Simão Leitão.

²⁹³ AGI, Charcas 41.

²⁹⁴ Uma detalhada análise sobre as relações entre São Paulo e o mundo guairenho e paraguaio será feita no capítulo 3

Os religiosos, durante sua mendicância, teriam encontrado o militar coxo e, segundo o frei cronista, “soldado raso, era por blasfemo ministro do inferno, perjúrio à lei de Cristo, e público difamador do estado eclesiástico...”. Por azar, um deles, um frei nomeado Diogo, “de vida exemplar e tanta simplicidade”, no encontro com o blasfemo em plena vociferação, teria sido ofendido. A reação do frei foi a nobre admoestação do “perdido” soldado, que teria reagido ameaçando de morte o religioso. Mas a tragédia ficaria para o dia seguinte, quando o frei voltava ao recolhimento da Luz. Quase chegando, enquanto passava pelo regatinho do Guaré:

Lhe saiu ao encontro o perverso soldado, e depois de afrontar ao bom religioso com muitas injurias, e oprobios, que ele ouvia alegre, e com os joelhos em terra, e as mãos levantadas ao céu lhe pedia perdão, de que se desse por agravado do que lhe havia dito para seu bem, com repetidos golpes, e mortaes feridas lhe tirou a vida.

O religioso teria sido enterrado no Colégio dos Jesuítas, e, segundo a narrativa de Jaboatão, a comoção na vila foi grande, com grande afluxo de gente a seguir o cortejo. Além disso, sua sepultura tornara-se lugar de peregrinação e pedidos, visto a fama de santo que o pobre frei adquiriu, reforçada pela história de cura de uma mulher com “fluxo de sangue que havia muitos anos a molestava mortalmente”.²⁹⁵ O comunicado formal do ocorrido para o capitão-mor da capitania ocorreu em dezembro de 1583, quando as Atas da Câmara fazem referência a “como Pero Dias o coxo matou cá um frade a punhaladas e o tem a justiça preso”.²⁹⁶ De todo modo, este episódio nos revela um trânsito da tripulação da armada, tanto laica quanto clerical, entre a vila litorânea e a vila do planalto.

Além do pitoresco caso criminal, outro fator de mobilização da vila em torno da armada foi desencadeado pela mais aguda solicitação de gado para o abastecimento das naus de Valdés. Em junho de 1583, os camaristas se queixavam da “grande tormenta de fome” ocasionada pela remessa de gado para a armada de “sua Majestade”. No dia 10 de agosto, registrava-se, nas atas, provisão do capitão-mor, Jerônimo Leitão, ordenando que os habitantes remetessem 200 reses para a armada, estacionada em Santos.²⁹⁷ Em sessão dos camaristas, com a presença dos homens bons da vila, nomeados na ocasião

²⁹⁵ BNP, Microfilmes, F.7101. JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Orbe seráfico novo brasílico*. Livro 2, itens 52,53,54.

²⁹⁶ ACVSP, 09/12/1583.

²⁹⁷ ACVSP, 15/06/1583 e 10/08/1583.

como *povo*, decidiu-se por negar o pedido, visto que já tinha sido entregue gado no ano anterior, em troca do qual não haviam recebido dinheiro, conforme prometido, mas vinho, vinagre e ferro, todos por alto preço. Sem contar que o pouco gado restante estava prenhe e magro. Apesar das queixas das autoridades e dos reforços na solicitação, o pedido não foi atendido e o gado do planalto foi preservado. O sujeito responsável pela cobrança foi o feitor e almoxarife da capitania, Melchior da Costa, que, coincidentemente, quando os galeões ingleses estacionaram em Santos, estava “en la vila de sampablo del campo estudando em mandar hacer bastimentos para la dicha real armada”.²⁹⁸

As Atas deixam claro que, no ano anterior, o gado havia sido, de fato, fornecido sob a condição de que os fornecedores recebessem preço justo em moeda, o que não foi cumprido. Assim, a rejeição do pedido ganhava legitimidade, mediante quebra de acordo de uma das partes. Neste sentido, não representava um ato de rebeldia simplesmente. Conforme versão apresentada nas narrativas de Pedro Sarmiento de Gamboa, Valdés e seu tesoureiro, Diego de la Ribera, estavam mancomunados para se apropriarem do dinheiro da armada. Segundo ele, o tesoureiro trocava os panos, vinhos e ferramentas, que abasteciam os navios, por carne e farinhas em São Vicente, não utilizando, assim, o dinheiro destinado para tal.²⁹⁹

Por outro lado, a documentação sobre a provisão da armada mostra que ela trazia consigo muito pouco dinheiro, prevendo para seu abastecimento a venda de produtos e a compra de mantimentos. Além disso, havia a ressalva do rei de que a armada sempre comprasse tudo pelo preço da terra. Assim, um dos temores apontados pelo Duque de Medina Sidonia se confirmou: as vilas das capitanias do sul, por serem recentes e pouco povoadas, não tinham, portanto, condições suficientes de atenderem uma armada como aquela. Embora, em 1582, a requisição de gado tivesse sido atendida, em 1583, as reais condições de voltar a fazê-lo foram colocadas em dúvida. Além disso, esta solicitação ocorreu em agosto, ou seja, depois da divisão da armada, quando apenas uma parte dela se mantinha nas bandas do sul, aguardando o momento de descer ao Estreito. Neste momento crítico, vários daqueles homens, desamparados de fome e vestimentas, aproveitaram a ocasião para se dispersarem pelas áreas brasileiras, como o Rio de Janeiro e São Vicente, chegando muitos a São Paulo.

²⁹⁸ AGI, Patronato, 266, R.45.

²⁹⁹ GAMBOA, Pedro de Sarmiento. *op.cit...* p.215-216.

Este terceiro impacto - o da presença de castelhanos na vila - é o que mais nos interessa efetivamente. Segundo as atas da Câmara de 09 de outubro, “para o bem do povo e de alguns espanhóis que andam nesta vila e termo dela fugidos”, recomendava-se que Antonio Proença e mais alguns homens fossem buscar “os espanhóis conteúdos no mandato do senhor capitão e governador Jerônimo Leitão.”³⁰⁰ Isso reforça, portanto, a ideia de que homens da armada, estacionados em São Vicente, se deslocavam frequentemente entre o litoral e o planalto. Alguns deles foram considerados desertores. Segundo Francisco de Assis Carvalho Franco, da armada de Valdés teriam fugido em São Vicente “mais de 80 homens”³⁰¹. Tais números foram encampados por Roseli Santaella, que afirmou que “tanto eles quanto seus descendentes se integraram completamente na capitania e se converteram em elementos influentes da vida local”.³⁰²

A tese da deserção foi fundamentalmente baseada em Gamboa. De acordo com o navegador, tanto Valdés quanto Higino não alimentavam os “pobladores” que eram reservados ao Estreito, deixando-os desnudos e famintos. Segundo ele, homens e mulheres perambulavam quase nus por São Vicente, porque haviam vendido as próprias roupas para comprarem seus alimentos. De fato, como vimos, essa foi uma realidade que perpassou toda a trajetória da armada, portanto, não foi exclusiva quando de sua presença em São Vicente. Quanto à fuga e deserção, propriamente ditas, devemos ponderar que estas seriam situações absolutamente corriqueiras. Lembremos que dezenas de marinheiros eram mantidas presas nas próprias naus, em Cádiz, para que não fugissem a qualquer momento, desfalcando a armada. Muitos dos povoadores do Chile, por exemplo, ficaram em Buenos Aires, e as cartas enviadas do Rio de Janeiro mostravam uma tripulação bastante desalentada e reticente em prosseguir ao Estreito. O fato de o general teoricamente perseguir “los pobrecitos”, conforme Gamboa, deve ser relativizado, pois o cenário desencorajador pintado por Pedro Sarmiento ajuda a fortalecer, em seu longo relato, o desmerecimento da figura de Valdés.³⁰³ Os pedidos para que os espanhóis refugiados pelo planalto fossem capturados e devolvidos à armada ocorreram em agosto, portanto quando o próprio Valdés já estava na Bahia. Tratava-se, portanto, de povoadores dispersos, e, diríamos, muito pouco dispostos a acompanhar Sarmiento para o Estreito.

³⁰⁰ ACVSP, 09/10/1583.

³⁰¹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Bartolomeus Buenos”. IN: *Revista Genealógica Brasileira*; ano III, no. 5; 1º Sem de 1942; p.51-60.

³⁰² SANTAELLA, Roseli. *Brasil...op. cit.* p. 73.

³⁰³ GAMBOA, Pedro Sarmiento...*op.cit.* p.240.

De todo modo, vale a pena procurar descobrir quem eram, afinal, estes “pobrecitos” povoadores perseguidos por Valdés. Embarcados, em sua esmagadora maioria, em Sevilha ou Cádiz,³⁰⁴ sem saber exatamente para qual destino ou função, vários destes homens de guerra, marinheiros e povoadores ficaram pelo caminho, espalhando-se por diversas partes da América. Na verdade, através do relato de Pedro Sarmiento, ficamos sabendo que, já em Cabo Verde, pelo menos 50 tripulantes teriam fugido.

Dentre os embarcados, encontravam-se inúmeros portugueses, como os que aparecem na “Relação de estrangeiros residentes em Charcas” mandada fazer pelo licenciado Alonso Maldonado de Torres em 1610, segundo as ordens de Sua Majestade:

*Pedro Gonçaves, de la ysla Tercera, no tiene hazienda, a veinte y ocho que vino em los galleones de Flores Valdés sin licencia de Su Magestad, tiene quarenta anos” e “Domingos Sobrinho, natural de la ciudad de Lisboa, tiene de hazienda un yngenio de moler metales em esta villa, a mas de treinta años que vino en la flota de Diego Flores de Valdés sin licencia de Su Magestad, cinquenta e cinco anos.*³⁰⁵

As Índias, ou mais genericamente “lá para as bandas do Peru”, deveriam fascinar e aguçar a imaginação de alguns destes personagens embarcados nas armadas, pois representavam, no imaginário ibérico, a aventura, a riqueza e a fuga, todas permeadas de uma grande névoa de geografia e sonho. Foi no contexto da armada de Valdés, por exemplo, que Potosí estava no auge em termos de produção, constituindo, efetivamente, um “motor” para o movimento migratório entre os anos de 1570 e 1620.³⁰⁶ Na frota de Valdés, podemos destacar alguns dos embarcados que nos interessam mais detidamente neste capítulo: Bartolomeu Bueno, Josepe de Camargo, Francisco Martins Bonilha, Juan Martins Barragan, Antonio Raposo, Antonio Preto, Marcus Lopez e Diego Sanchez.

Bartolomeu Bueno era carpinteiro da *ribeira* de Sevilha, daí o nome pelo qual ficou conhecido - Bartolomeu Bueno da Ribeira. Segundo Carvalho Franco, em hipótese com a qual concordamos, o Ribeira se associava aos carpinteiros contratados na ribeira (da ribeira), em Sevilha, o que filiava o nome “carpinteiro de ribeira” à construção naval.³⁰⁷ Segundo Pedro Tacques, a chegada de Bartolomeu Bueno em São

³⁰⁴ Alguns embarcaram em Cádiz e outros em Cabo Verde.

³⁰⁵ ANA, Doc.28, fólho 7 e Doc. 30, fólho 10, respectivamente. *Apud*: VENTURA, Maria da Graça. *Portugueses... op.cit.*

³⁰⁶ VENTURA, Maria da Graça. *Portugueses...op.cit* e CHAUNU, Pierre. *Conquista... op.cit.*

³⁰⁷ FRANCO, Francisco Carvalho. “Bartolomeus Buenos...*op.cit.*

Paulo se deu no ano de 1571 e ele teria vindo com seu pai, Francisco de Porrós.³⁰⁸ Versão hoje descartada, visto que pelo menos duas fontes nos permitem inferir a chegada de Bartolomeu Bueno na armada de Valdés, entre 1582 e 1583. A primeira fonte trata-se de um pedido de sesmária feito em 1611, junto com o filho Amador Bueno, na qual ele alegava “estar na Capitania há 30 anos, carregado de filhos”. Na sua concessão, pelo capitão-mor Gaspar Conqueiro, a presença do requerente na capitania há trinta anos foi também reforçada.³⁰⁹ A segunda é a referência ao seu nome na “Relación de capitanes, naos, maestres, e pilotos que Sarmiento levava para a población del estrecho”.³¹⁰ Nela, o nome de Bartolomeu Bueno aparece três vezes: duas, como carpinteiro, e outra como albañil.³¹¹ Identificado como natural de Sevilha, Bueno surge, a primeira vez, numa lista como oficial destinado às fortificações que seriam construídas no Estreito, mais especificamente como carpinteiro com soldo de trinta ducados.³¹² Em seguida, aparece na lista dos embarcados na Nau Santo Estevão de Soroa, que saiu de Cádiz. Por fim, já no Rio de Janeiro, aparece novamente embarcado na mesma nau, mas agora como *albañil*. Depois some das listas, o que nos sugere que Bartolomeu Bueno pode ter embarcado numa das três naus que retornaram a São Vicente e eram capitaneadas por André Higino.

A sua vinda acompanhada do pai só pode ser sustentada até hoje a partir da citação de Pedro Tacques, que afirmou ter visto uma procuração passada por Francisco de Porrós a Bueno em 20 de maio de 1599, quando o pai teria decidido voltar para a Espanha.³¹³ De qualquer modo, podemos deduzir, com base no seu casamento somente em 1590, e no provável ano de sua morte (1629), que ele teria embarcado na armada ainda bastante jovem, talvez como um simples aprendiz de carpintaria.

O autor José Gonçalves Salvador o classifica como sendo da “seiva hebréia”, ligado à família judia Boino, da qual derivaria seu nome.³¹⁴ Para além desta suspeita, até

308 LEME, Pedro Tacques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Tomo I.

309 *Sesmarias*. Volume I. São Paulo: Typografia Paulista, 1921; p.142.

³¹⁰ AGI, Patronato, 33, N.3, R.29. “Relación de capitanes, naos, maestres, pilotos, pobladores que Sarmiento levava para a población del estrecho”.

³¹¹ Segundo o dicionário de Sebastian de Covarrubia, o carpinteiro era o “oficial que labora la madera en general”; já o albañil era o construtor que trabalhava com ladrilhos e adobe. OROZCO, Sebastian de Covarrubia. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Edição digital disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com>;

³¹² “Relación de capitanes, naos, maestres, pilotos, pobladores...*op.cit.* Aqui é interessante apontar como os custos da viagem para as Índias geralmente ficavam em trinta ducados por cabeça: vinte da passagem e dez para arcar com as despesas de alimentação. Segundo John Elliott, os embarcados como trabalhadores nas naus recebiam a medida exata do custo de sua viagem, e esse talvez fosse o caso de Bueno e outros oficiais mecânicos embarcados, todos com salário de 30 ducados. ELLIOTT, John. *Impérios del...op.cit.*

³¹³ LEME, Pedro Taques... *op.cit.* Afirma que o documento fazia parte do livro do 1º Cartório.

³¹⁴ SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos. Povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

aqui difícil de averiguar, podemos, por outro lado, situar seu engajamento na armada no contexto um tanto crítico de Sevilha nos anos 1580. Os arregimentadores de pessoal para a armada apelaram, abertamente, para que os oficiais mecânicos se apresentassem para o trabalho nas fortificações e povoamentos que seriam feitos no Estreito. Assim, poderíamos especular sobre um embarque de pai e filho ocorrido diante de uma situação de carestia e crise, ou de perda e tragédia familiar, em função da peste de 1580, mas estaríamos no campo das hipóteses. Segundo uma genealogia feita no século XVIII em torno do Bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, descendente dos Buenos, Bartolomeu teria padecido de um naufrágio na viagem que fazia para as Índias, com seu pai, Francisco Ramires. Contudo, “salvou-se com ele na costa da capitania de São Vicente da qual subiu a São Paulo com animo de continuar a sua viagem por terra, mas agradando a ele o clima e sendo convidado para casar com a dita sua mulher, ficou vivendo...” De acordo com este relato, Bartolomeu Bueno provavelmente teria escapado do naufrágio da nau Begônia que aconteceu no rebate contra os ingleses. A intenção de continuar, por terra, rumo ao Paraguai revela como o caminho estava aberto, assim como estava a disposição dos moradores em aceitar sangue novo na comunidade.³¹⁵

Outro dos prováveis embarcados em Sevilha foi Josepe de Camargo. Segundo Taunay, ele era também sevilhano, mas, para Carvalho Franco, era natural de Castrogarez, em Burgos. Para os linhagistas Pedro Tacques e Luis Gonzaga da Silva Leme, ele era simplesmente castelhano. Luis Gonzaga nos fala das investigações de um genealogista que identificava os Camargo de São Paulo com o navegador espanhol Afonso de Camargo, que tinha embarcado ao Peru, em demanda do Estreito de Magalhães, em 1539, e localizava em Sevilha a origem de Josepe. Para tanto, e ainda a fim de traçar sua descendência, Leme reporta-se a um manuscrito do século XVIII em posse do genealogista, no qual se afirmaria que Josepe Ortiz de Camargo era filho de Francisco de Camargo e de Gabriela Ortiz, naturais de Castela, e neto paterno de Luiz Dias de Camargo e de Beatriz de la Peña, remetendo-se, todos, à linhagem dos Camargo, originários da Cantábria, nas montanhas de Burgos.³¹⁶

Segundo Carvalho Franco, inspirado no cônego Roque Luiz de Macedo Paes Leme que lera o título “Camargo” da obra de Pedro Tacques – parte hoje desaparecida -, Josepe de Camargo era filho de Francisco de Camargo e Beatriz de la Peña, e natural de

³¹⁵ BNRJ, Pereira Coutinho, Códice 5,3,13, f.127.

³¹⁶ LEME, Luis Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905; Vol.7.

Castrogerez, em Burgos. Sendo natural de Castrogerez ou Sevilha, seu destino, ao que tudo indica, foi traçado nesta segunda cidade, onde teria embarcado na armada de Valdés. Não nos esqueçamos, contudo, que de Burgos advinha uma das comunidades mais numerosas de Sevilha.³¹⁷

O seu embarque na armada também não é dado incontestado. Segundo Azevedo Marques, que teria consultado inventários hoje desaparecidos, Camargo chegara a São Paulo por volta de 1580, o que levou Carvalho Franco a afirmar que “temos como certo que José Ortiz de Camargo veio ao Brasil na armada de Diego Flores Valdés”.³¹⁸ Taunay situa sua chegada nos fins do XVI, e localiza sua primeira aparição em Atas da Câmara quando de sua nomeação como almotacel em 1592. Portanto, é extremamente plausível que Camargo tenha embarcado, senão com Valdés, com Diego de Alcega, capitão de uma armada de quatro navios que viera em socorro de Valdés, em 1582.³¹⁹ Efetivamente, na lista dos povoadores para o Estreito e dos oficiais mecânicos embarcados por Sarmiento de Gamboa, o nome Camargo não aparece, entretanto, a esmagadora maioria dos soldados e marinheiros, bem como dos destinados ao Chile, não são nomeados nem na lista de Sarmiento, nem na de Valdés. Partimos, assim, da hipótese provável, de que Camargo viera na armada de Valdés.

Além de Josepe de Camargo e Bartolomeu Bueno, ali se encontrava o castelhano Francisco de Martins Bonilha, “cunhado do general Diogo Flores Valdés, em cuja armada veio a Santos com sua mulher Antonia Gonçalves, natural de Sevilha, que faleceu em 1616”.³²⁰ De “nobreza provada” segundo Leme, teria vindo com mulher e quatro filhos, como povoador destinado ao Estreito, conforme registro na lista dos “pobladores casados” da “Relação...” de Sarmiento. Ele aparece uma segunda vez na lista dos povoadores embarcados na nau Maria que partiu de Cádiz, mas não deixa de figurar na lista dos embarcados no Rio de Janeiro, o que nos faz levantar a hipótese de que Bonilha tivesse ficado no Rio na primeira parada, em 1582, ou, então, ido com Diego de la Rivera a São Vicente, onde teria permanecido.³²¹ Para além do estatuto nobiliárquico citado por Leme, Bonilha poderia pertencer efetivamente a uma baixa nobreza, o que justificaria, em parte, sua filiação com Valdés. De qualquer maneira, tal

317 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Os camargos de São Paulo. Notícia sobre os representantes dessa linhagem, na capitania vicentina, nos séculos XVI e XVII*. 1937.

318 FRANCO, F. C.. *Os camargos...op.cit.* Aracy Amaral, em trabalho sobre a influência espanhola em São Paulo, acata a hipótese. AMARAL, A. *A hispanidade...op.cit.* MARQUES, Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.

319 TAUNAY, Afonso de E. *São Paulo nos primeiros anos/São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

320 LEME, Luis Gonzaga. *Genealogia...op.cit.*

321 “*Relación de capitanes, naos, maestres, pilotos, pobladores...op.cit.*”

parentesco poderia carrear a Francisco um relativo prestígio na armada. Sua permanência em São Paulo já foi anteriormente citada como exemplo do potencial que Valdés talvez projetasse na região.

Ainda na relação de Sarmiento, surge o nome de Barragan, que muito provavelmente refere-se a João Martins Barregão, ou Juan Martins Barrigã. Ele figura como autor do testamento, lavrado em São Paulo em 1596, de Isabel Félix, que foi casada com o também castelhano Diogo Sanches, e com um mal disfarçado texto cheio de castelhanismos.³²² O letrado Barragan, mais tarde aportuguesado para “Barriga”, aparece como um dos trinta povoadores, nomeados na lista como soldados para o recebimento de soldo, e embarcados em Cádiz. Estes teriam sido arregimentados em Badajoz, por um enviado do próprio Pedro Sarmiento. De fato, o nome parece originário do condado de Niebla, pertencente à Casa de Medina Sidonia e área de arregimentação de gente para a armada de Valdés. De qualquer forma, podemos considerar que tenha se estabilizado na vila, já que, em 1597, se tornou almotacel.

Quanto aos portugueses, citemos, inicialmente, Antonio Raposo, português, natural de Beja, segundo Pedro Tacques, e casado com uma espanhola, Petronilha Peralta, que não o acompanhou e o deixou viúvo, visto que Raposo casou-se em São Paulo com Isabel Goés. Segundo traslado de provisão feito no *Registro Geral da Câmara de São Paulo*, Raposo foi nomeado cavaleiro pelo governador D. Francisco de Souza em 1601, quando então comentou ter chegado a São Vicente com a armada de Valdés, ficando ali para servir no forte de Santo Amaro da Barra Grande, construído entre 1584 e 1590.³²³ Raposo foi, portanto, um dos cem soldados deixados por Valdés. O mesmo Antonio Raposo, vulgo *o velho*, aparece como testemunha no processo de canonização do Padre José de Anchieta, em fase de coleta de depoimentos no ano de 1627, em Santos e São Paulo. Em seu depoimento, afirma ser analfabeto, ter nascido em Mafra e contar com cerca de 70 anos, o que estima seu nascimento por volta de 1557.³²⁴

Outro português, Antonio Preto, também era carpinteiro e foi contratado a “trinta ducados”. Entre Pedro Tacques e Carvalho Franco existem discordâncias quanto ao personagem. Para Franco, este Preto, homônimo de outro povoador mais antigo, foi o sujeito que se instalou em sesmaria no Jaraguá, tornou-se homem importante da vila, ocupando cargos oficiais, e tivera os filhos Manoel, Sebastião e Inocência, todos

322 I&T. Vol.1. Isabel Félix; p.123-182.

323 RGCSP. p.117-118.

324 VIOTTI, Pe. Helio A. “O processo remissorial...*op.cit.*

sertanistas.³²⁵ Para Tacques, só houve um Preto, presente na vila desde 1562. Nos alinhamos, aqui, com Franco.

Além destes, outros nomes podem ter vindo na armada de Valdés, como João de Sant'Anna, castelhano morto em bandeira de 1608, cujo testamento revela um homem cheio de dívidas; o galego Jorge de Barros Fajardo, parceiro de Camargo em negócios e vereança; o albañil Marcos Lopez, natural de Málaga e provável dono da primeira loja de comes e bebes criada para receber a comitiva do governador Francisco de Souza nos anos 1590; o piloto da Nau Saint Nicholas e natural de Triana, Gonçalo Conqueiro, homônimo do capitão-mor da Capitania de São Vicente no início do XVII; ou mesmo os Munhoz (Fernão e Diogo), e os Sanches (Francisco e Diego).³²⁶

Um jovem carpinteiro naval acompanhado do pai, um jovem solteiro provavelmente sem posses, um membro da baixa fidalguia buscando um lugar com a família, um soldado português analfabeto de 26 anos e um povoador letrado do Algarve embarcado como soldado. Temos aqui não só um representativo perfil do diverso e variado universo social de Sevilha, como também da população que foi arregimentada pela tumultuada e multifuncional armada de Valdés. Constituem, portanto, estes castelhanos fixados em São Paulo, os representantes dos estratos mais remediados da população de Sevilha e ponta de lança, improvável, do império filipino em São Paulo.

Numa listagem da população masculina de São Paulo - montada por Nuto Sant'Anna a partir da documentação disponível na década de 1950 -, revela-se, dentre outros, a irrupção, entre 1581 e 1590, dos seguintes nomes de origem castelhana não citados até aqui: André Casado, Francisco Farel, João Bernal, Alonso Pelaez, Antonio de Saavedra e Martim Rodrigues Tenório.³²⁷ Este último, bandeirante ativo no início do XVII, desapareceu em entrada por ele capitaneada em 1608. Devemos lembrar ainda a chegada de Bernardo de Quadros, sevilhano nascido em 1565, que teria se instalado em São Paulo no ano de 1597 vindo do Rio de Janeiro, onde já havia sido almotacel em 1591; e, por fim, Baltazar de Godoy, nascido em Albuquerque, Castela, em 1561, e que se estabeleceu em São Paulo no fim do século XVI, tendo ocupado cargos na Câmara em diversas ocasiões.

325 “*Relación de capitanes, naos, maestres, pilotos, pobladores...op.cit.* Carvalho Franco afirma que existiram dois com o mesmo nome em São Paulo, um vindo com Valdés e outro já residente, pelo menos, desde 1574.

326 “*Relación de capitanes, naos, maestres, pilotos, pobladores...op.cit.* Marcos Lopez aparece na lista de Sarmiento.

327 SANT'ANNA, Nuto. *Metrópole. Histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis*. Volume III. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1953; p.10-12.

Indiscutivelmente, podemos afirmar que a armada de Valdés foi fonte de uma considerável soma de castelhanos que se dirigiu para a vila de São Paulo, ao menos em termos relativos. Além dos portugueses e, possivelmente, milaneses, napolitanos e flamengos, que formavam parte do grande escopo territorial do império de Felipe II. Segundo José Gonçalves Salvador “a esquadra de Diogo Flores de Valdés largou gente desde o Norte”, indicando uma prática de povoamento que se efetuou, intencionalmente ou não, ao longo de praticamente toda a missão do general asturiano.³²⁸ Segundo a *Instrução* de número dezesseis dada a Valdés, apenas os homens que haviam ido com Pedro Sarmiento de Gamboa na sua primeira perseguição a Drake, e que agora voltavam ao Estreito, deveriam ser impedidos de desembarcar em qualquer lugar: “ninguno delles no se quede por ninguna via”.³²⁹

Portanto, quando Bartolomeu Bueno e seus companheiros galgaram as dificultosas, todavia transponíveis, escarpas da Serra do Mar, eles não representavam um mero acidente, tampouco um simples bando de refugiados e desertores, mas a ponta comezinha, mais distante e, àquela altura, profunda da capacidade de se fazer ouvir e afirmar do império filipino. Homens de Castela numa vila portuguesa miúda e cheia de possibilidades. De fato, um império também se faz com homens.

A integração

O ano de 1580 é simbólico. Muito provavelmente foi o ano em que João Ramalho faleceu, segundo testamento divulgado por Frei Gaspar.³³⁰ Bastante decepcionado e enfraquecido desde a dissolução, em 1560, do núcleo de Santo André, quatro anos depois, João Ramalho se colocou definitivamente no ostracismo político, ao recusar a vereança, retirando-se de vez das questões de São Paulo. Na ocasião, alegou velhice e “que estava tão bem em um lugar em terra dos contrários desta vila, digo, dos contrários do paraíba e que estava tão bem como degredado no dito lugar”³³¹. De qualquer forma, foi um dos pioneiros no estabelecimento branco e na formação do primeiro núcleo urbano do planalto – o que o tornava, por outro lado, o pioneiro na rivalidade com os padres em torno da mão de obra indígena. O seu afastamento e,

328 SALVADOR, José. *op.cit.* p.91.

329 AGI, Patronato, 33, N.3, R.5/2, f.5. “*Instruções...*”. Sarmiento já havia perseguido Drake entre 1579 e 1580 a mando do vice-rei do Peru. Na armada de Valdés, voltava como um dos mais experientes naquela navegação e com projetos de povoamento do Estreito. Talvez isso explique porque tentou garantir a integridade de seu grupo original.

330 Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) publicou o testamento, cujo original está hoje desaparecido, em *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*.

331 ACVSP, 15/02/1564.

depois, a sua morte abriram caminho para que outra geração assumisse o comando da vila. Desta geração, fizeram parte alguns de seus companheiros em Santo André, como Jorge Moreira e Salvador Pires.

Além de Jorge Moreira, Salvador Pires e Domingos Luis, já referidos aqui, outro personagem que ganhou relativa projeção na vila naqueles anos foi Antonio Proença, natural de Belmonte. Segundo os genealogistas de São Paulo, ele fora moço de câmara do Infante D. Luis e acusado de raptar uma religiosa de um mosteiro, o que o levou ao degredo no Brasil, conforme previam as *Ordenações*. Em Santos, casou-se com Maria Castanho, em 1565, e lutou contra os franceses e tamoiós, em 1575, no Cabo Frio, provavelmente acompanhando o capitão Jerônimo Leitão. Em 1580, tornou-se capitão-mor da Capitania de São Vicente por menos de um ano. Na vila de São Paulo, para a qual teria se mudado entre 1580 e 1581, foi juiz ordinário e meirinho do sertão, em 1581; juiz ordinário, em 1582 e 1587; vereador, em 1584, 1591, 1593, 1597; além de ouvidor da capitania, mas com residência em São Paulo, em 1601, e capitão da vila na ausência de Diogo de Arias Aguirre, em 1602. Era dono de uma data de chão no Ipiranga, conseguida no ano de 1583. Proença se tornou bastante próximo do governador-geral Francisco de Souza, que fez dele um aliado de primeira hora na vila, colocando inclusive seu filho, Francisco de Proença, a seu serviço.

De qualquer forma, entre 1560 e 1580, a rotatividade nos ofícios da Câmara de São Paulo foi grande, apesar de limitada pelo pequeno escopo humano. O que significa dizer que, nestes primeiros anos, pelo menos um membro de cada uma das famílias de colonos que compunham o cenário do planalto assumiu um dos cargos no concelho.³³² Alguns assumiram várias vezes, como Jorge Moreira e Antonio Proença. Entretanto, diante de uma população bastante reduzida e profundamente imbricada nas relações de parentesco, os cargos na Câmara talvez não chegassem a representar qualquer espécie de hegemonia local, ao menos entre a população de homens livres. Deveria prevalecer, neste período, uma relação intensamente marcada pelos laços comunitários, de preservação de interesses comuns para além dos possíveis grupos de poder. A própria instabilidade da vila, somada à pouca monta populacional, deveria levar a este tipo de relação.

332 Levantamento feito a partir das listas de Nuto Sant'Anna. Há de se considerar, entretanto, que as Atas da Câmara entre os anos de 1565 a 1571, bem como as do ano de 1574, desapareceram. SANT'ANNA, Nuto. *Revista Metrópole...op.cit.*

Efetivamente, nos anos iniciais, as Atas não deixam transparecer conflitos internos entre os principais da vila, e o que parece ter predominado foi uma unidade de ação tanto em relação aos índios, quanto em relação aos padres e às demandas e solicitações das autoridades coloniais. Podemos perceber claramente tal perspectiva acompanhando as sessões dos anos anteriores a 1580, quando as preocupações essenciais estavam na preservação da integridade do núcleo, ao buscar-se a manutenção dos índios no planalto e, para isso, tentar impedir que elementos vindos de fora, principalmente de Santos e Rio de Janeiro, os levassem da vila. O longo e significativo requerimento feito a Estácio de Sá, em que se recusava o envio de gado para a armada que iria ao Rio de Janeiro combater os franceses e tamoios, e ainda cobrava do capitão o envio de ajuda para a luta contra os índios contrários da vila, também revela uma comunidade unida, talvez pelo temor, mas ciosa de sua preservação. Os momentos de conflito, muito esparsos, giraram sobretudo em torno do gado, que, ao ser criado misturado e solto nos campos, facilitava apropriações, enganos, sumiços etc.

O que, de modo geral, chamamos de *homens bons* na vila de São Paulo eram simplesmente aqueles que participavam da governança da terra, e que cumpriam a função de escolha dos governos locais. Para além de qualquer legislação restritiva, o que prevaleceu, nestes primeiros tempos, foi a ampliação desta definição, incorporando-se todo morador, homem livre - branco ou mestiço -, mas reconhecido por seus pares. A princípio, possuir bens de raiz de qualquer valor e ser chefe de família não pareciam constituir condição prévia, mas foram o resultado natural nesta estrutura já denominada de “regime andocrático rude”, essencialmente patriarcal e organizado na rede de relações parentais.³³³

A vila em formação não pôde criar, nesse momento inicial, um sistema excludente para parcelas de seus moradores e, muito menos, prescindir de levas de sangue novo dos elementos adventícios que passaram, gradativamente, a acorrer com mais frequência à vila. Estes poderiam ser personagens “meio aluviais”,³³⁴ que se introduziram em São Paulo de maneira isolada e quase aleatória, muitos, inclusive, vindos do Paraguai; ou levas mais sistemáticas e regulares de colonos, como a dos castelhanos de Valdés, a comitiva do governador Souza a partir de 1599; ou ainda as

333 CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial*. São Paulo: Paz e terra, 2003; p.45. Sobre este tema ver ainda NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo: Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

334 Sérgio Buarque se refere aqui a personagens que transitam pelo espaço colonial de maneira assistemática. HOLANDA, Sérgio B. de. “Movimentos...” *op.cit.*

infinitas figuras que demandavam São Paulo em busca do caminho para Potosí ao longo da primeira metade do século XVII, como o próprio Bueno tentara em 1583.

Estes elementos tiveram suas origens muito pouco questionadas por seus contemporâneos. Afonso Taunay foi obrigado a reconhecer o quanto era impossível não deixar que “entre os homens bons da vila se alistassem muitas pessoas cujo passado não era dos mais límpidos”. Sérgio Buarque de Holanda afirmou que “é notório, aliás, que nem então, nem mais tarde, chegará a ser rigorosamente vedada a ascensão a lugares eminentes de pessoas saídas das classes populares”³³⁵, pois as fronteiras entre “fidalguia” ou “nobreza da terra” e povo eram bastante mal delineadas. O caso de São Paulo parece corroborar a tese de que “não era o estatuto geral delimitado pela legislação, mas sim os usos de cada terra e as relações de força no terreno que definiam o limiar de acesso às nobrezas camarárias”.³³⁶

Numa análise elementar da composição dos oficiais da Câmara entre 1560 e 1590, o que fica evidente é que mamelucos, castelhanos, flamengos, parentes até quarto grau, prováveis cristãos-novos e oficiais mecânicos fizeram parte da governança.³³⁷ O estatuto foi, formalmente, trazido à tona em diversas circunstâncias, mas, tirante o caso nebuloso do Carvoeiro, isso só aconteceu no século XVII e esteve relacionado com formação de facções, disputas pessoais e maior proximidade das autoridades reinóis.

Nestes primeiros tempos, lembremos que, na carta à Rainha Catarina, ainda se solicitava qualquer um que “não fosse ladrão”; que o escrivão, entre 1573 e 1579, Frutuoso da Costa, com provisão do capitão-mor, era um degredado que, depois de se apropriar de terra de viúva e ser encontrado na vila, sumiu; e que, uma das figuras de proa da vila era Antonio de Proença, também degredado e que ali foi parar após ter raptado freira de convento.

Diante deste quadro, a chegada dos novos membros advindos da armada de Valdés deve ter sido mais do que bem-vinda. Quando Bartolomeu Bueno, Josepe de Camargo, Martins Bonilha, Juan Barragan e Antonio Raposo aportaram na vila, foram, de fato, recebidos não como estrangeiros, castelhanos ou intrusos, mas sim como valor

335 *Idem, ibidem*.

336 MONTEIRO, Nuno apud BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do império” in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B. & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo regime nos trópicos..op.cit*, p.204.

337 Além dos castelhanos aqui citados, inclusive o carpinteiro analfabeto Bartolomeu Bueno, podemos citar: o carpinteiro Gonçalo Pires (vereador em 1577, procurador em 1588 e almotacel em 1584, 1587, 1589); o sapateiro Pero Nunes (procurador em 1598, almotacel em 1597 e vereador em 1604); os também castelhanos Francisco Sanches (procurador em 1586) e Martim Rodrigues Tenório (procurador em 1594 e vereador em 1608); o flamengo Francisco Teixeira Cid (almotacel em 1583, 1587, 1588) e o mameluco João Moreira (almotacel em 1598).

humano a ser agregado. Bartolomeu Bueno, por exemplo, se integrou muito rapidamente na vila, sendo incluído no rol dos *homens bons* em 1585, ou seja, apenas dois anos depois de sua chegada.³³⁸ Em 1587 assinou, em sinal de cruz, pois era analfabeto, requerimento da Câmara sobre os índios *tupiaes* que procuravam a vila de livre e espontânea vontade. Assim, antes de casar-se ou de filiar-se a alguma das importantes famílias do planalto, Bueno já participava das decisões comunitárias.³³⁹ Possivelmente antes mesmo de possuir bens de raiz. Somente em 1590, ele enfim “emancipou-se”, visto que se casou com Maria Pires, filha de Salvador, e também registrou sua marca de gado na Câmara, o que bem evidencia qual teria se tornado a atividade preferencial de nosso carpinteiro, como, aliás, de grande parte dos moradores da vila.³⁴⁰

O casamento foi um dos instrumentos primordiais para a inserção do indivíduo junto ao quadro social e, em especial, serviu para integrar o sujeito aos grupos familiares dominantes. No caso de Bartolomeu, o enlace só veio coroar e amadurecer a posição de *homem bom* que, a princípio, já havia adquirido. Foi após o casamento que Bartolomeu entrou para o quadro de oficiais, tornando-se almotacel em 1591, função tipicamente iniciatória das atividades camarárias. Entretanto, suas vereações seriam tardias, ocorrendo somente em 1616 e 1625. Em relação aos bens de raiz, provavelmente o nosso carpinteiro sevilhano tenha conseguido sua primeira terrinha e suas primeiras cabeças de gado via dote. Mas as terras, com o tempo, só tenderam a aumentar. Em junho de 1592, como curador dos órfãos e testador do sogro recém-falecido, solicitou terras para os pequenos cunhados. Em 1599, requereu chãos em *Guarepe* alegando, no estilo convencional, que “era morador e casado na terra com filha de morador antigo de muitos anos a esta parte e tem muitos filhos...”.³⁴¹ Finalmente, em 1611, pediu, em petição, uma sesmaria de 3.000 braças em São Miguel, configurando então a invasão completa da antiga sesmaria da aldeia de Ururaí.³⁴² Ali, em São Miguel, “junto da aldeia de índios” e nova área de expansão agrícola a partir do início do XVII, os Buenos se tornam notáveis produtores, como já assinalou John Monteiro.³⁴³ Em São Miguel, aliás, se concentraram, ao longo dos anos, importantes grupos de castelhanos, como os Munhoz, talvez ainda atraídos pela devoção do santo

338 ACVSP, 19/05/1585.

339 ACVSP, 20/09/1587.

340 ACVSP, 19/01/1590.

341 RGCSP, Volume II, Suplemento, 1919. Ano 1599, p.77

342 Lembremos que a sogra de Bartolomeu era a filha do cacique Piquerobi, antigo chefe da aldeia em São Miguel.

343 MONTEIRO, John. *Negros da terra...op.cit.*

querido de Anchieta, ou pelo papel de destaque que os Buenos, igualmente uma família de castelhanos, tiveram no bairro.

Mesmo assim, o ofício de carpinteiro de Bartolomeu continuou a ser relevante na sua identificação no cotidiano da vila. Em 1588, o também carpinteiro Gonçalo Pires, morador da vila desde os anos 1570 e improvisado na construção do prédio do concelho, queixou-se de que, em uma de suas ausências da vila como juiz do ofício, tivera sua casa invadida e seus padrões de aferimento entregues para o recém-nomeado juiz dos ofícios de carpinteiro Bartolomeu Bueno. Segundo Pires, o castelhano “aferindo ele uma vara, a não soubera aferir, que lhe nem a vara, nem terças, nem sesmas; somente marcava nas cabeças”.³⁴⁴ Mesmo criticado em sua capacidade, isso não impediu que Bartolomeu se mantivesse como juiz do ofício até 1629, função interrompida presumivelmente por sua morte.³⁴⁵ Em 1602 o próprio Bartolomeu seria convocado pela Câmara para averiguar as obras da Igreja Matriz, ainda inacabada e com diversos problemas estruturais. Pelo visto, ele mesmo não resolveu a questão, já que a matriz viria a ser terminada somente no final da década, com o impulso construtor do engenheiro flamengo Cornélio de Arzam, recém-chegado à vila em companhia do então nomeado governador da Repartição Sul, Dom Francisco de Souza.

Em suma, após engajar-se na armada de Valdés em meio à crise dos anos 1580 em Sevilha, Bartolomeu chegou à vila de São Paulo, onde, em menos de dez anos, se firmou como *homem bom*, com bens de raiz e gado, carregado de filhos e tendo acesso a funções na república, apesar de sua condição de analfabeto e oficial mecânico. Dentre seus filhos, dois se casaram com filhos de Josepe de Camargo (Izabel da Ribeira com Francisco de Camargo e Bartolomeu Bueno da Ribeira com Mariana de Camargo); um com uma filha do Carvoeiro (Amador Bueno com Bernarda Luiz) e outro com uma neta de Antonio Preto (Jerônimo Bueno com Clara Parente). Nestes anos iniciais, a origem castelhana parece ter pesado muito pouco na inserção de Bartolomeu no contexto da vila. Seguramente não o atrapalhou, considerando-se a recepção bastante positiva que tiveram, inclusive, outros castelhanos, como o próprio Camargo, os Saavedra, os Godoy e mesmo o “galego de nação Jorge de Barros Fajardo”, genro de João Maciel.

Nosso outro castelhano, Josepe de Camargo, tem uma trajetória um pouco mais lacunar, em termos de documentação. Casou-se com Leonor Domingues, filha do

³⁴⁴ ACVSP, 28/05/1588.

³⁴⁵ A data de 1629 marca não só a última aparição de Bartolomeu Bueno na documentação, mas também a escolha de Fernão Munhoz, igualmente carpinteiro e castelhano, como novo juiz do ofício na vila. Por fim, em 1629 uma epidemia atingiu o planalto, conforme atestam as atas.

Carvoeiro, e sua primeira aparição nas Atas da Câmara se deu em 03/10/1587, quando, diante dos oficiais, denunciou que nove cabeças de gado *vacum* tinham invadido sua lavoura. Reconhecera, para piorar a animosidade, a marca do gado que pertencia a nosso sedutor e raptor de freiras incautas, Antonio Proença. De fato, parece que o trato com o gado, atividade que tanto inspirou os primeiros colonos, não agradava muito a Camargo. No dia 07/04/1601, em sessão que contou com os “homens do governo”, votou-se pela elevação do preço da carne, visto a “criação ser pouca e o milho valer muito...”. Seus companheiros de viagem, Bartolomeu Bueno e Francisco Martins votaram pelo sim, salvaguardando seus interesses como criadores, já Camargo votou pelo não, na verdade, um dos poucos. O que nos leva a pensar que Camargo concentrava seus esforços no plantio e, mais, que seu engajamento bastante intenso contra os padres na questão da mão de obra indígena revelava um homem que acumulou certo cabedal, acompanhando o relativo crescimento econômico da vila a partir da década de 1590.³⁴⁶ Sabemos, pelo inventário do galego Jorge de Barros Fajardo de 1615, que Camargo o utilizou como intermediário em negócios com escravos em Angola.³⁴⁷

De qualquer maneira, Camargo se introduz nos poderes da Câmara como grande parte dos *homens bons* da vila, através da função de almotacel, que exerceu em 1592, em meio às tensões e conflitos com os índios. Foi juiz ordinário, em 1595 e 1612, e vereador, em 1602 e parte de 1603, substituindo outro vereador impedido de assumir naquele momento. No mesmo ano de 1603, acertou casamento – que não se concretizou – de uma de suas filhas com o filho de Alonso Benitez, tenente de governador em Vila Rica do Espírito Santo, no Guairá, esboçando uma articulação familiar entre São Paulo e o mundo paraguaio.³⁴⁸ Ainda seria juiz de órfãos em 1607, com provimento do governador-geral Diogo Botelho. Possuiu casa na vila, sendo vizinho, pelo que nos conta carta de data de chão de 1598, de seu companheiro de viagem Antonio Raposo e do também castelhano João de Santa’Anna.³⁴⁹ Teria, segundo Francisco de Carvalho Franco, ajudado intensamente o governador Francisco de Souza em suas pesquisas minerais. Carvalho Franco, ao citar o cônego Roque Luiz, também estima a morte de

346 ACVSP, 07/04/1601. Sobre a prosperidade econômica após 1590, ver FRENCH, J. *op.cit.* e MONTEIRO, J. *Negros... op.cit.*

347 I&T, Vol. 4, Jorge de Barros Fajardo, p. 63 a 87, 1615.

348 “Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez, por haver metido três portugueses por la via de San Pablo. Año 1616.” In: *Bandeirantes no Paraguai. Século XVII. Documentos Inéditos*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1949; p.37.

349 RGCSP, Volume 1, 18-12-1598. Diogo Fernandes pede um chão vizinho à casa que tinha dado a seu genro Domingos de Góis, limitando com José de Camargo, Antonio Raposo e João de Santa Ana.

Camargo em 1619, tendo sido sepultado na Igreja do Carmo, segundo inventário do neto José Ortiz de Camargo.³⁵⁰

Francisco Martins Bonilha, o *hidalgo* provavelmente empobrecido e cunhado de Valdés, veio, como dito, com sua esposa Antonia Gonçalves, falecida em São Paulo, cujo inventário data de 1613, e quatro filhos. Na vila, nasceu mais um, completando os cinco que tivera até o final da vida.³⁵¹ Também foi almotacel, em 1591, e, em seguida, procurador, nos anos de 1593 e 1594, mas sua participação formal se encerrou aí. Bonilha se empenhou largamente no estabelecimento de sua criação de gado. Nesse sentido, o ano de 1599 lhe foi primordial, pois, além de ter, então, conseguido ampliar suas terras junto aos alagadiços abaixo do Tabatinguera, próximos à Ponte Grande, foi quando obteve o direito de fornecer carne à vila, fato que se repetiu em 1601, mesmo ano da elevação dos preços votada em sessão aberta.³⁵²

Antonio Raposo, almotacel, em 1590, e vereador, em 1594, 1598, 1611 e 1615, tornou-se bastante influente durante a permanência do governador Francisco de Souza na vila. Quando armado e nomeado cavaleiro pelo governador em 1601, suas virtudes e feitos foram elencados, dentre eles o de ter sempre acompanhado o governador com “sua pessoa, armas e escravos”, tanto nas demandas minerais quanto nos embates e artimanhas do governador no litoral. Assim, ancorado em mercês e privilégios recebidos junto ao governador, o já estabelecido Raposo deve ter ampliado seus cabedais, incluindo aí escravos indígenas e sua própria autoridade. Raposo morreu bastante idoso, em 1633, mas antes ainda seria testemunha do processo de canonização de Anchieta. Nele, narrou que conhecera o padre em Santos no ano de 1587, e que, ao encontrá-lo no Rio de Janeiro em 1594, o religioso o havia aconselhado a não embarcar no navio de Jeronimo Perestrelo, que iria para Portugal. Assim o fez e milagrosamente escapou de ser atacado por corsários, que assolaram o navio e depenaram seus tripulantes e passageiros.³⁵³

De modo geral, estes quatro personagens embarcados com Valdés foram bem-sucedidos em sua inserção na realidade econômica, familiar, política e cotidiana da vila. De fato, o núcleo, ainda aberto em sua formação e em pleno processo de estabilização, guardou possibilidades de integração a elementos dos mais variados, independente de suas origens e seu passado. Num espaço de identidades diluídas e dinâmicas, as

350 FRANCO, Francisco. *Os camargos de São Paulo...* op.cit.

351 I&T, vol.3, Antonia Gonçalves; p.160-198. 1613.

352 RGCSP, Volume 1, Data de Terra, 10/4/1599.

353 VIOTTI, H. “O Processo remissorial...” op. cit.

conexões familiares, as alianças em prol da autopreservação, os tratos comerciais, ou até mesmo a condição de cristão, prevaleceram sobre as identidades dos reinos nestes primeiros tempos. Não que estas não tivessem sido importantes, e, nesse sentido Camargo é, em parte, significativo, pois preservou, ao longo de sua vida, relações, proximidades, negócios e parentescos preferencialmente com castelhanos. Mas, nesses momentos iniciais, esta era apenas mais uma, dentre as inúmeras possibilidades de interações e identificações.

Nas décadas seguintes, os filhos de Bartolomeu Bueno e Josepe de Camargo foram efetivamente figuras centrais na trajetória da vila e profundamente imbricadas, inclusive, via casamentos entre si. Para John Monteiro “fica claro que os Camargo e os Bueno tornaram-se as famílias dominantes de São Paulo na segunda metade do século XVII”,³⁵⁴ e esta ascensão, sem dúvida com forte acento e sotaque castelhanos, trouxe alguns desdobramentos importantes para o equilíbrio de forças na realidade de São Paulo.³⁵⁵

No nosso entender, as relações harmoniosas entre os moradores da vila de São Paulo foram típicas dos momentos iniciais de formação do núcleo, quando podemos falar de uma identidade que até mesmo se sobrepôs à condição ibérica, acolhendo franceses (Furquim, Paris, Messer) e flamengos (Felix, Cid) com a mesma receptividade. As composições foram de outra ordem. Por outro lado, o momento que nos propomos a estudar, da união das coroas ibéricas, é exatamente o ponto de virada nestas relações. O mesmo movimento que firmou e radicalizou identidades na península teve reflexos em São Paulo, mas de maneira recomposta e reconfigurada nas questões locais, nas disputas econômicas, nas rivalidades políticas e pessoais que passaram a fazer parte de uma vila que, não por acaso, se desenvolveu economicamente em função das possibilidades abertas com a União Ibérica.³⁵⁶

A união das coroas deu a Felipe II direitos sobre a costa do Brasil. Para além dos desafios estratégicos, elementares numa monarquia pretensamente universal, a própria herança real já justificava a necessidade de legitimar-se nos rincões do império alargado pelas áreas lusitanas. Para tanto, o monarca fez uso de artifícios variados: trasladou-se para Lisboa, afagou egos, enviou cartas, mobilizou exércitos e aprestou armadas. Uma

354 MONTEIRO, John. *Negros...op.cit.* p.200.

355 Este tema será alvo de discussão no Capítulo 4.

356 Nos remetemos ao texto de NOGUEIRA e HESPANHA, “Identidade...” *Op.cit.* e também ao trabalho de VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal, 1640-1680*. Madrid: Junta de Castilla e Leon. Consejería de Educacion y Cultura, 1998.

destas, a multifuncional armada para o Estreito, saiu da efervescente Sevilha e passou pelo Brasil de modo impactante. Rio de Janeiro, São Vicente, São Paulo, Salvador, Paraíba, cobriu, assim, um largo espaço, deixando claro aos colonos que havia um novo rei. Além disso, o contestável almirante Diego Flores elaborou planos, esboçou estratégias e atuou, verdadeiramente, no sentido de inserir o Brasil no território da monarquia. As fortificações, os casamentos, os colonos deitados em terra, as investigações minerais, todas ações que cumpriram o papel de tornar a capitania de São Vicente, onde se localizava a pequena vila de São Paulo, ponto definitivamente reconhecido do império, com vassalos fiéis e alguma função na lógica da monarquia que se estabelecia. Nessa perspectiva, as promessas de riquezas, a posição estratégica da capitania e da vila e, sobretudo, a atuação de um personagem, o sétimo governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, dariam o tom e o formato das relações entre São Paulo e o império na virada do século XVI para o XVII.

CAPÍTULO 2

D. FRANCISCO DE SOUZA E O IMPÉRIO NA VILA DE SÃO PAULO

As questões postas pelo almirante Diego Flores de Valdés sobre a capitania de São Vicente, de certa, forma deram o tom das ações de Madri em relação àquela parte do império. Não que os informes de Valdés tenham inspirado ou interferido diretamente nos procedimentos da Coroa, mas, sem dúvida, revelam a percepção aguçada do almirante quanto à pauta que tornava a região relevante na órbita do império filipino. O papel da capitania na defesa das Índias; a importância de empreender o povoamento conjugado entre castelhanos e portugueses; as possibilidades de integração regional com o interior da América e a existência de prováveis, e desejáveis, riquezas minerais foram – ao lado do assédio das entradas de apresamento na região do Guairá a partir da década de 1620 - os assuntos vicentinos mais tratados ao longo do período da união das coroas ibéricas, tanto em Madri, no Conselho de Estado e no Conselho de Portugal, quanto em Lisboa, pelo vice-rei e suas juntas.

Neste capítulo, pretendemos analisar apenas um destes aspectos - o das supostas riquezas minerais da capitania - e apresentar uma das figuras de maior importância nos empreendimentos a ele atrelados, o sétimo governador-geral do Brasil D. Francisco de Souza. Personagem que também foi fundamental na integração regional, tema que só será desenvolvido posteriormente, no capítulo 3. De todo modo, para compreender os motivos que levaram à presença do governador-geral nos rincões da colônia, não poderíamos nos furtar a uma breve apresentação da vila de São Paulo na década de 1590.

Uma vila em pé de guerra e suas fantásticas minas de ouro

A década de 1590 começou, para a vila de São Paulo, com uma ameaça. Um levante indígena, iniciado no aldeamento de Pinheiros e que levou à destruição da igreja local dedicada a Nossa Senhora do Rosário, alastrou-se rapidamente, tornando-se uma rebelião generalizada. Nesta atmosfera, colonos se deslocavam de suas roças e propriedades rurais para o interior protegido e murado da vila e se preparavam para a guerra. De fato, segundo John Monteiro, desde a década de 1580 que a vila vivia um tempo de conflitividade geral, disseminada entre índios e colonos, ou mesmo entre

índios recém-descidos às aldeias e índios já assentados.³⁵⁷ Rebelados contra a situação de escravidão e violência a que eram submetidos, os indígenas fizeram com que pontuassem, nas Atas da Câmara de São Paulo do ano de 1590, as mortes de João Valenzuela e um índio seu escravo, a de Isaac Dias, perpetrada pelo próprio cacique Cunhambebe, e a de um Luis Grou. Os ataques na região do Jaraguá, por sua vez, levaram os camaristas a decidir por fortalecer ainda mais o forte do Embuaçava, que guardava o rio Geribatiba (Pinheiros).

De São Paulo os oficiais emitiram, na direção de São Vicente, os clamores ao capitão-mor Jerônimo Leitão para empreender uma nova entrada na região do Tietê a fim de punir os índios levantados, entrada esta que se concretizou em agosto. Contudo, os conflitos continuaram ainda pelos anos de 1590 e 1591, quando, então, o capitão empreendeu mais uma entrada em outubro. No fim de 1591, o longo capitão Jerônimo Leitão foi substituído por Jorge Correa que, impossibilitado de prestar socorro, passou provisão a um dos moradores mais antigos da vila, Afonso Sardinha, para que assumisse o posto de capitão da gente de guerra da vila de São Paulo, além de incumbi-lo da obrigação de faltar os moradores em “farinha de guerra” a ser enviada ao governador-geral em Pernambuco.³⁵⁸

Começava, então, um processo de tensão entre a vila de São Paulo e o novo capitão-mor. Os oficiais da Câmara inicialmente se opuseram à nomeação de Sardinha, pois alegavam não ser prática comum na vila possuir um capitão, mas, após algumas deliberações, aceitaram-na diante da condição excepcional de guerra.³⁵⁹ Quanto à farinha, decidiram não enviar, afinal precisariam dela para a própria guerra travada no planalto! Por desejo de retaliação ou mera ingenuidade, Correa decidiu fazer provisão que entregava a administração das aldeias dos índios aos padres da Companhia de Jesus. A reação foi imediata e, no dia 22 de setembro, os oficiais da Câmara expressaram sua contrariedade afirmando que tal ato só poderia ser fruto da inexperiência do capitão, visto que Jerônimo Leitão, durante os vinte anos que permaneceu no cargo, sempre tratou de evitá-lo.³⁶⁰

Para complicar a situação de Correa, o corsário inglês Thomas Cavendish invadiu São Vicente e Santos, no natal de 1591. Os ingleses destruíram casas, igrejas e

³⁵⁷ Uma análise pormenorizada destes conflitos da década de 1590 pode ser encontrada em: MONTEIRO, John. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo” in: *História da Cidade de São Paulo. Volume 1. A Cidade Colonial*. Paula Porta (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

³⁵⁸ FERREIRA, Barros. “Um homem exprime seu tempo”. *Revista do Arquivo Municipal*. N. 182; 1971.

³⁵⁹ ACVSP, 02/05/1592.

³⁶⁰ ACVSP, 22/09/1591.

engenhos, obrigando o capitão a pedir socorro junto aos moradores da vila de São Paulo, que, simplesmente, se recusaram a prestá-lo. Entre os conflitos do mar e do sertão, optaram pelo do sertão, que lhes dizia respeito.³⁶¹

Embora, no planalto, Sardinha tivesse organizado, nos meses de setembro e outubro de 1592, entradas punitivas e estabelecido um sistema de revezamento na vigilância do forte, exemplos de pedidos como os do castelhano João de Santa Anna, que solicitava à Câmara um “chão” no rocio da vila em 1592 por “ser muito necessário recolherem-se os moradores à vila e nela terem casas por respeito de estarmos em guerra”,³⁶² davam mostra de que a situação estava mesmo longe de apaziguar. De fato, apesar de os conflitos serem empurrados para áreas cada vez mais distantes, ainda em 1593 a pressão indígena se fazia sentir, só que agora na área de Mogi, onde atacaram gente de Antonio Macedo e Domingos Luis Grou. Numa única emboscada no rio Jaguari, segundo as Atas, teriam morrido o francês Guilherme Navarro, Francisco Correa, Diogo Dias, Manuel Francisco e Gabriel Pena. Os depoimentos dos sobreviventes assustavam a todos, que, em uníssono, exigiam do capitão Jorge Correa, estante em São Paulo, talvez para acalmar os ânimos, que não voltasse a Santos sem antes dar uma lição nos índios de *Bogi*.³⁶³

Pressionado pelas ameaças dos corsários no litoral e com o apoio da Companhia de Jesus, Correa se recusou a aceitar a intimação e ainda proibiu a guerra intencionada pelos moradores de São Paulo. Os oficiais, então, escreveram para o Rio de Janeiro, solicitando ajuda ao governador-geral e ao próprio rei. Fatos que talvez expliquem a primeira intervenção do governador-geral, D. Francisco de Souza, em São Paulo, quando mandou que se remetesse Correa preso à Bahia e que fosse designado como novo capitão-mor da capitania João Pereira de Souza Botafogo, enquanto o donatário não nomeasse um substituto. Correa acabou absolvido das acusações e retomou o posto na capitania, mas suas relações com os habitantes de São Paulo continuaram azedadas. Em 1597, os moradores reunidos praticamente intimaram o capitão a comparecer à vila para ver *in loco* a situação e, assim, parar de governar somente por cartas enviadas da costa vicentina ou, ainda pior, de querer proibir as entradas ao sertão.³⁶⁴ Em dezembro do ano seguinte, os moradores voltavam a queixar-se de que “não entende o capitão nesta vila”, pontuando que ele, agora, inventara de exigir licenças para que se fizesse

³⁶¹ ACVSP, 03/10/1592.

³⁶² RGCSP. Volume I, p.36.

³⁶³ ACVSP, 03/10/1593.

³⁶⁴ ACVSP, 22/11/1597.

resgate com os índios -“nossos amigos”, segundo os camaristas -, o que tirava “as liberdades dos moradores”.³⁶⁵

De certa maneira, os conflitos de 1590-1593 pareceram encerrar o quadro de ameaças diretas da população indígena das proximidades do planalto ao núcleo da vila. As guerras e entradas passaram a abarcar regiões cada vez mais distantes e limítrofes, representando, por outro lado, a “pacificação” do planalto. Neste processo, uma das figuras de projeção, conforme já destacamos, foi Afonso Sardinha.

Sardinha era, ao que tudo indica, tanoeiro de origem. Não se sabe quando poderia ter chegado ao Brasil, nem mesmo se aqui havia nascido, mas casou-se em Santos em 1550, com Maria Gonçalves, filha de Domingos Gonçalves.³⁶⁶ Transladou-se para a vila de São Paulo em 1565, mas continuou atrelado à vila de Santos, onde tinha casas de aluguel e negócios. Morreu em São Paulo em 1616, portanto bastante idoso. Ao longo de sua trajetória na vila de São Paulo, revelou-se um homem de impressionantes conexões e ilações comerciais. De fato, seu testamento de 1592, produzido às vésperas de sua partida para a guerra, mostra que possuía navios aprestados para Angola, encomendas em Buenos Aires e negócios e dívidas no Rio de Janeiro e Bahia.³⁶⁷ Negociava escravos da Guiné, tecidos, marmelada e gentios. Foi de sua propriedade um dos primeiros trapiches de açúcar no planalto. Entre seus devedores, estavam tanto o antigo capitão-mor quanto o recém-chegado. Por isso, há de se desconfiar quando ele alegava não comparecer a uma sessão da Câmara, como vereador que era, em pleno natal de 1576, pois não tinha botas!³⁶⁸ Na vila, foi almotacel, em 1575, vereador, em 1572, 1576 e 1582 e juiz ordinário, em 1587. Portanto, em 1592, quando foi nomeado capitão da gente de guerra da vila, já apresentava uma longa ficha de préstimos à governança local.³⁶⁹

O que, essencialmente, desconcerta em seu testamento é o grau de conexões possíveis a partir do que sempre foi considerada uma vila isolada, na contramão das relações e dos fluxos comerciais. As ausências constantes de Sardinha de São Paulo, sempre “no mar”, denotam que, da vila litorânea de Santos, ele geria seu comércio e suas encomendas, enquanto, do planalto, ele gerava suas rendas através do plantio de

³⁶⁵ ACVSP, 13/12/1598.

³⁶⁶ FERREIRA, Barros. *Um homem exprime seu tempo...op.cit..*

³⁶⁷ O testamento de 1592, acrescentado do de 1616, foi publicado por Azevedo Marques, que a eles teria tido acesso. Hoje só se conhece a versão publicada por este estudioso, já que os originais se perderam. MARQUES, Azevedo. *Apontamentos...Op.cit.*

³⁶⁸ ACVSP, 24/12/1576.

³⁶⁹ AMARAL, Antonio Barreto. “Afonso Sardinha. Um vereador do século XVI”. *Revista do Arquivo Municipal*. CLXXVIII (178), 1969.

marmelada, criação de gado e também do gentio apresado em entradas cada vez mais constantes. Sardinha já havia participado de uma incursão de Leitão aos Patos, em 1585, e liderado entradas punitivas, entre 1592 e 1593. Todavia, entre 1594 e 1599, sua presença foi atestada em entradas no sertão juntamente com seu filho mameluco, homônimo. Em 1606, oficiais da Câmara ainda reclamavam que Afonso Sardinha, o pai, abrigara certos índios carijós que teriam ido buscar “paz e vassalagem” junto ao donatário da capitania, e que os teria mantido em sua casa, em Carapicuíba, se recusando a remetê-los à Câmara, onde deveriam fazer as tratativas para os préstimos de obediência. Na mesma sessão, buscava-se proibir que Sardinha, nesta altura provavelmente beirando os oitenta anos, empreendesse mais uma entrada ao sertão, como se ouvira dizer na vila.³⁷⁰ Neste sentido, fica claro que Afonso geria uma ampla mão de obra indígena, grande parte concentrada em sua própria aldeia, de Carapicuíba, mais tarde transferida aos padres da Companhia de Jesus através de seu testamento de 1616.

As empreitadas dos Sardinha pelo sertão e pelas redondezas da vila de São Paulo renderam também outros frutos, o que acrescentaria ainda mais funções ao múltiplo Afonso, pai, como as de minerador e fundidor de metais. Não se sabe ao certo a data exata de suas descobertas, mas foram as minas dos Sardinha que despertariam a atenção do governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza.

O filho Afonso Sardinha, o moço, era nascido em São Paulo, residia em Emboaçava, junto do rio Pinheiros, e minerava em Jaraguá. Descobriu minas de ferro em Araçoiaba em 1589, segundo Azevedo Marques, e com seu parceiro, Clemente Alvares, minas de ouro no Jaraguá, Vuturuna (Parnaíba) e Jaguamimbaba (nas proximidades da Serra da Mantiqueira). Sardinha, o moço, ainda teria construído dois engenhos para fundição de ferro em Araçoiaba, sendo um deles doado ao próprio governador em 1600. O moço faleceu em 1604, em pleno sertão, e fez correr fama de que deixara em testamento “oitenta mil cruzados de ouro em pó enterrado num botelho de barro...” Afirmação que foi ironizada por Afonso Taunay, pois segundo ele, depois da conversão aproximada desta quantidade em quilos, Sardinha o moço poderia ser considerado um “Fugger brasileiro”.³⁷¹ O estabelecimento de mineração no Jaraguá era

³⁷⁰ ACVSP, 09/09/1606.

³⁷¹ TAUNAY. Afonso. *Historia Geral das bandeiras paulistas*. Volume V. São Paulo: Typ.Ideal, 1929.

perto das minas localizadas no córrego Santa Fé, já os fornos de fundição de Araçoiaba, que teriam sido criados em 1591, ficavam nas margens do rio Ipanema.³⁷²

A informação corrente entre os historiadores é que o governador Francisco de Souza fora, efetivamente, atraído a São Paulo em função de certas notícias do ouro descoberto pelos Sardinha. Entretanto, Carvalho Franco sugere que o verdadeiro imã teria surgido de algumas amostras levadas por um mameluco que, desdobrado de uma entrada liderada pelo capitão-mor João Pereira Botafogo, chegara até a Bahia. Versão também difundida por Piso e Marcgrave, quando divulgaram os relatos de Willem Von Glimmer, mineiro flamengo inserido na bandeira de Botafogo.³⁷³

Seja como for, as notícias de riquezas minerais em torno da capitania de São Vicente não deveriam ser novidade para o governador, pois já eram bastante recorrentes na colônia; as amostras, contudo, podem, sim, ter despertado a cobiça, ou a curiosidade, de tão ilustre personagem. A crença de que o Brasil - em especial o interior da capitania de São Vicente - encerrasse, em suas entranhas, múltiplas e abundantes riquezas minerais era, de fato, bem antiga. Nesse sentido, os relatos do almirante Diego Flores de Valdés, que asseguravam a Felipe II a existência de metais de prata (mais ricos que de Potosí), cobre e ouro em São Paulo, solicitando o envio de mineiros para “labrar las minas (...) que ali ha y estan descubiertas”³⁷⁴, deveriam soar mais como uma espécie de confirmação do que novidade. E as notícias não pararam por aí. Em seu livro direcionado ao rei Felipe II, Gabriel Soares de Souza também alertava sobre a capitania de São Vicente:

*Não há dúvida se não que há nestas capitanias outra fruta melhor que é a prata, o que se não acaba de descobrir, por não ir a terra quem a saiba tirar das minas e fundir.*³⁷⁵

De acordo com Carvalho Franco, uma das primeiras notícias sobre a existência destas riquezas se deu através de uma carta do bispo Pedro Fernandes Sardinha ao rei, em 1552, comunicando a chegada de um navio que, vindo de São Vicente, trazia a nova de que “era muito ouro achado pela terra dentro”.³⁷⁶ O interior desconhecido da

³⁷² PORCHAT, Edith. *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação*. São Paulo: Iluminuras, 1993.

³⁷³ FRANCO, Francisco. *Dicionário...op.cit.*. PISO & MARCGRAVE. *Historia Naturalis Brasiliae* (1648). Versão digital: http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia

³⁷⁴ AGI, Patronato, 33, N.3, R.4. f.1 e f.2 “*Advertencias de Diego Flores de Valdés ao Rey*”.

³⁷⁵ SOUZA, Gabriel S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Brasília, DF: Ed. Nacional, 1987; p.115.

³⁷⁶ CARVALHO FRANCO. Francisco de Assis. *História das minas de São Paulo. Administradores gerais e provedores (séculos XVI e XVII)*. Conselho Estadual de Cultura/São Paulo; p10.

América meridional, que incluía a região dos rios Paraná e Paraguai, por sua vez, era alvo de notícias de riqueza desde a terceira década do século XVI, como comprovam as cartas de Diego Garcia, em 1526, Sebastião Caboto, Pero Lopes de Souza e do próprio Cabeza de Vaca.³⁷⁷ Os padres jesuítas estacionados no planalto de Piratininga também noticiavam tais possibilidades. Segundo Nóbrega, uma das razões para que Tomé de Souza mandasse fechar o caminho rumo ao Paraguai era o fato da região ter muito ouro e prata.³⁷⁸ Com efeito, em 1559 a rainha regente D. Catarina comunicava ao governador Mem de Sá que enviara o mineiro Luis Martins para averiguar as notícias das minas na capitania de São Vicente.³⁷⁹ Teria acompanhado o mineiro, o capitão-mor Brás Cubas que, conforme carta depois enviada ao governador, dizia ter encontrado algum ouro cerca de 30 léguas de Santos. Afirmava ainda que o mineiro havia entrado mais uma vez na região e, sozinho, localizara seis outros locais com ouro.³⁸⁰ Esta entrada, do prático em mineração Martins, teria percorrido as redondezas de São Paulo, recolhendo algum ouro e pedras verdes, de pouca monta e interesse, na região de Jaraguá e Caatiba.³⁸¹ Segundo Miriam Ellys, a entrada de Jerônimo Leitão ao Paranaguá, em 1585, teria também trazido algum ouro de lavagem da região ao sul. Lembremos, inclusive, que Afonso Sardinha, pai, participara desta entrada.³⁸²

De qualquer maneira, as suspeitas sobre a existência de metais preciosos na Capitania obedeciam a algumas informações concretas e outras tantas marcadas por expectativas e desejos.³⁸³ Além das tais amostras de pouca monta encontradas e remetidas desde a década de 1550, as lendas de origem tupiniquim sobre o Itaberabaçu - a Serra do Sabarabuçu -, ou “montanha resplandecente”, alimentavam a imagem deste interior meio mítico, como que guardando um novo Potosí. Sem contar a no mínimo curiosa “filosofia” da época que também contribuía para aumentar tais expectativas. Embora um pouco mais tardio, encontramos um exemplo dela em um

³⁷⁷ MAFFEI, Lucy; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII”. *Anais do Museu Paulista*, SP, v.20, p.7-135, 1966.

³⁷⁸ CARVALHO FRANCO, Francisco. *História das minas...op.cit.*

³⁷⁹ *Documentos Interessantes*, XLVIII, APESP, p.31.

³⁸⁰ MAFFEI, Lucy; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “O ouro...” *op.cit.*

³⁸¹ ELLIS, Miriam. “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil.” IN. HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1, Volume 1. São Paulo: Difel, 1972.

³⁸² ELLIS, Miriam. “Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no planalto paulista nos séculos XVI e XVII” IN: *Revista de História*, USP, São Paulo: 1(1): 51-71, jan-mar de 1950.

³⁸³ Sobre amostras e notícias de riquezas minerais na capitania desde meados do século XVI, ver FRANCO, Francisco. *História das minas...op.cit.* HOLANDA, Sérgio Buarque. “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” IN: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Livro II. São Paulo: Difel, 1968. MAFFEI, Lucy de Abreu e NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “O ouro...” *op.cit.* ELLIS, Miriam. “Pesquisas...” *op.cit.*

documento da Biblioteca D'Ajuda, cujo título é “Relações das capitanias do Brasil”. Na parte sobre a capitania de São Vicente lê-se que:

*Nos limites desta capitania pela terra adentro obra de quarenta léguas estão as minas de ouro e prata que Dom Francisco de Sousa diz ter descobertas, as quais muitos anos antes se tinha notícia e por boa razão de philosophia esta região do Brasil deve ter mais e melhores minas que as do Peru por ficar mais oriental que ela e mais disposta para a criação de metais.*³⁸⁴

Nesta geografia, uma certa latitude ampliada – a mesma de Potosí – seria, então, favorável à existência de metais, o que incluía a região do Paraguai, São Vicente e mesmo as áreas africanas de Angola e Moçambique, do outro lado do oceano. Para adensar ainda mais este quadro de expectativas, Sérgio Buarque de Holanda nos lembra do inconformismo dos portugueses diante da existência de metais em Potosí, e na América espanhola de modo geral, e da inexistência deles no Brasil. De qualquer modo, tais iniciativas de pesquisa mineral no Brasil são contemporâneas de outras investidas da mesma natureza em outras partes, tanto da África quanto da América, tanto em áreas portuguesas quanto em áreas castelhanas, no contexto da União, todas sob o mesmo manto filipino.³⁸⁵

Mas foi entre os anos 1580 e 1590 que as primeiras notícias mais consistentes começaram a chegar aos ouvidos dos interessados, que incluíam o recém-empossado governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, e o próprio rei Felipe II. Entretanto, os primeiros investimentos da nova monarquia para investigar as minas do Brasil não se voltaram para as da capitania de São Vicente, mas para as da região do rio São Francisco, demandadas por Gabriel Soares de Souza. Este havia, desde meados da década de 1580, se trasladado para Madri, de onde articulou alianças e apoiadores para seu projeto, inclusive junto a D. Cristóvão de Moura, aliado português e braço direito de Felipe II, e conhecedor da realidade portuguesa.

O pedido bem-sucedido de mercês de Gabriel abriu um precedente cobiçoso a futuros postulantes de descobertas e beneficiamento de minas, já que vislumbrava direito de conceder sesmarias e lotes de minas, administração de mão de obra indígena,

³⁸⁴ Biblioteca D'Ajuda. Códice 51-IX-25, f.142, Lisboa.

³⁸⁵ Vale aqui ressaltar que as iniciativas minerais no Brasil desde os anos de 1560 coincidem com notícias, expectativas e iniciativas levadas a cabo também nas “fantásticas” minas de Moçambique, controladas pelo reino de Monomotapa; em Cambembe (Angola) e mesmo na província do Guairá, no Paraguai. Portanto, as investidas minerais devem ser vistas em seu conjunto e, no contexto da união das coroas, sob uma mesma coordenação imperial.

concessão de hábitos e títulos nobiliárquicos, comutação de degredos e até mesmo a criação de povoados.³⁸⁶ Um prato cheio! Mas Gabriel não teria sido o único a postular tais mercês, pois, segundo Pedro Taques, também circulava por Madri, na mesma época, um tal Robério Dias prometendo que havia “mais prata no Brasil do que Bilbao dava ferro em Biscaia”³⁸⁷. Este Robério teria, inclusive, vindo com D. Francisco de Souza como administrador das minas e provedor da fazenda real, e sido ludibriado pelo próprio governador, que se apropriara das supostas informações privilegiadas com a localização das tais minas.

Seja como for, o novo governador trazia a missão explícita de ajudar Gabriel Soares em tudo o que ele precisasse.³⁸⁸ O destino do nosso sonhador é sabido: morreu em suas demandas. Contudo, para Francisco de Carvalho Franco, a escolha do governador Souza, bem como as mercês e apostas de Felipe II em Gabriel Soares só aconteceram depois que o rei abandonou o que ele chamou de “sonho dispendioso das minas de Monomotapa”³⁸⁹. Efetivamente, Felipe II transferiu quase todo o aparato administrativo das sonhadas minas africanas para o Brasil, embora as demandas pelas minas do Monomotapa tivessem continuado ainda no reinado de Felipe III, inclusive pelos caminhos angolanos, como propuseram o governador João Rodrigues Coutinho, entre 1601 e 1606, e Jerônimo de Almeida, em 1609.³⁹⁰

Para a felicidade do governador, coincidindo com o fracasso de Gabriel Soares, chegavam até ele, na mesma época, as tais auspiciosas notícias sobre o ouro em São Vicente e mesmo de esmeraldas no Espírito Santo. Tornou-se, então, urgente que ele fosse, pessoalmente, conferir as tais minas. E deste suposto abandono das praças do norte - capital do Governo Geral e núcleo principal da produção de açúcar -, em função da especulativa existência de metais nas partes do sul, foi que se forjou a imagem polêmica de um governador bastante questionado, por um lado, mas também adorado, por outro.

Idas e vindas de um governador

³⁸⁶ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1466, fls.288-290.

³⁸⁷ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “Informações das minas de São Paulo e dos sertões de sua capitania desde o ano de 1597, até o presente de 1772, com relação cronológica dos administradores delas”. In: *Noticias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980; p.32.

³⁸⁸ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1466, fls.288-290.

³⁸⁹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Dom Francisco de Souza e o início do impulso bandeirante”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. VOL.XXIX, 1932; p. 249.

³⁹⁰ AGS, Secretarias Provinciais - Libro 1461, docs.10 e 11 e Libro 1479, doc.337.

Em junho de 1611, falecia na vila de São Paulo aquele que havia sido o sétimo governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, naquela altura capitão geral das Minas do Brasil e governador da “Repartição Sul”³⁹¹, que incluía as capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente. O fidalgo da Casa Real morria nos rincões das *partes do Brasil* e, segundo a descrição dramática fornecida pelo cronista Frei Vicente de Salvador, quase quinze anos depois, o governador estava “tão pobre, que me afirmou um padre da Companhia, que se achava com ele à sua morte, que nem uma vela tinha para lhe meterem na mão”.³⁹² A pobreza que rodeava o governador no momento de sua morte contrastava com as acusações de desmandos em relação aos recursos da Coroa, que recaíram sobre ele anos antes. É ainda Frei Vicente que nos informa que:

*Muito se receava no Brasil, pelo muito dinheiro que d. Francisco de Souza havia gastado da fazenda de Sua Majestade, que lhe tomassem no reino estreita conta; porém como nada tornou para entesourar, antes do seu próprio gastou (...) não tratou el-rei senão de lhe fazer mercês.*³⁹³

O cronista franciscano foi, assim, um dos primeiros a se posicionar diante da trajetória e da governança de D. Francisco, figura que de fato despertou opiniões, às vezes, bastante opostas. A ala dos apoiadores do governador, de modo geral, ressaltava o que seria um caráter seu extremamente afável e liberal. Para Frei Vicente, Francisco de Souza era, além disso, afeito à religião e um firme aliado dos padres, em especial dos jesuítas. O frei cronista saiu em defesa de Souza que havia, ainda durante a vida, enfrentado inimigos poderosos. Dentre eles, estava o senhor de engenho e capitão da Paraíba, Feliciano Coelho, que o acusara de usar parte da receita do Governo Geral para construir engenhos para si, de se apropriar dos quintos e de não ajudá-lo na defesa da capitania.³⁹⁴ Os dois governadores gerais subsequentes, D. Diogo Botelho e D. Diogo de Menezes, também não foram simpáticos a D. Francisco. Para eles, as aventuras

³⁹¹ Em dezembro de 1606 D. Francisco de Souza já havia sido escolhido para assumir o Governo das minas e da nova Repartição criada neste mesmo contexto para abrigar suas próprias demandas e expectativas. De fato, o Duque de Lerna atropelou os Conselhos de Portugal e da Índia na nomeação, consultando-os apenas para resolver questões de jurisdição e algumas dúvidas quanto aos pedidos de Souza. A nova realidade política destas partes do Brasil só se efetivou em 1609, quando o governador retornou ao Brasil. Os documentos da nomeação de Souza estão transcritos em STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente. Séc. XVI-XVII*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999.

³⁹² SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Curitiba: Juruá, 2007. Livro Quarto, Cap. 46, p.258.

³⁹³ *Idem, ibidem*, p.257.

³⁹⁴ Os conflitos de D. Francisco de Souza com Feliciano Coelho foram destacados por Varnhagen. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo II. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956. 5ª edição integral. De qualquer maneira, Frei Jaboatão, ao comentar sobre esses conflitos já no século XVIII, acentuou como Coelho teria se recusado a obedecer ao governador, quando este promoveu a defesa dos jesuítas e franciscanos nas disputas com os conquistadores da Paraíba em torno da questão indígena. JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Orbe Seráfico...op.cit.*

minerais empreendidas por Souza representaram um desperdício de energia e recursos da Real Fazenda. Nesta direção, bastante eloquente é a carta escrita por Menezes, na qual reforçava que as verdadeiras riquezas do Brasil eram o açúcar e o pau-brasil. Contudo, esta carta também deve ser analisada à luz do despeito, já que o tom geral de seu conteúdo é queixoso em relação à divisão da colônia estabelecida com a criação da “Repartição Sul”, que atingia diretamente a jurisdição de Menezes.³⁹⁵ Ademais, no campo da historiografia, esta carta costuma servir para exemplificar algumas análises do que se deveria entender como uma espécie de oposição entre as voláteis e pouco articuladas experiências minerais e as sólidas bases coloniais dos empreendimentos agrícolas no Brasil dos séculos XVI e XVII.³⁹⁶

Ainda no universo historiográfico, o primeiro a criticar abertamente Dom Francisco seria outro Francisco, o Adolfo de Varnhagen, que, em sua obra *História Geral do Brasil*, demonstrou nítida indisposição com o governador. Segundo Varnhagen, sua personalidade simpática o tornava querido de todos, porém “conseguiu fazer-se querer dos povos e das autoridades, nem sempre em vantagem do serviço público e do da colônia, cujo governo lhe fora confiado”.³⁹⁷ O historiador apontava, essencialmente, o que identificava como certa leniência do governador, que permitia alguns desmandos praticados sob seu governo, aí incluindo a escravização dos índios em São Paulo. O verdadeiro contraste que Varnhagen queria estabelecer era com o governador subsequente, Diogo Botelho, este sim, segundo o historiador, “indivíduo mui distinto pelas suas luzes, probidade, caráter e tino de mando”.³⁹⁸

Esta visão que opunha as práticas governativas de Francisco de Souza às de outros governadores (em geral, os dois subsequentes) também foi adotada, mais recentemente, por Joaquim Veríssimo Serrão. Este historiador português reconheceria algumas virtudes do governo de Souza, basicamente as mesmas elencadas por Varnhagen, como as tarefas ligadas ao descobrimento das minas, a fortificação do litoral

³⁹⁵ “Carta de D. Diogo de Menezes, Governador do Brasil...” 22/04/1609; in: CORTESÃO, Jaime (org) *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*. II Volume (1609-1658). Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1961; p.3-12. Nesta carta, Menezes, demonstrando despeito por Souza, reclamava da perda de jurisdição e de como os “que antes de mim vieram governar (o Brasil), sendo muitos tão inferiores de meu sangue, e partes pelas quais eu merecia avantajados poderes”.

³⁹⁶ Um resumo desta visão pode ser encontrado no trabalho de: HOLANDA, Sérgio Buarque. “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Livro II. São Paulo: Difel, 1968. Nele, surge a análise de que a agricultura, de base sólida e colonial, só surgiu diante da resignação com o fracasso das experiências minerais que mobilizaram autoridades, colonos e conquistadores no primeiro século. Além disso, na eterna comparação e concorrência com a rica e “mineralizada” América castelhana, os portugueses se sentiam inconformados e motivados a aumentar as buscas por minérios.

³⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op.cit.*; p.36.

³⁹⁸ *Idem, ibidem*, p.54.

e a conquista da província do Rio Grande. Mas para além - ou aquém - das ditas virtudes, Serrão faz questão de lembrar que a obsessão de Souza pelas riquezas minerais o levou a desprezar “a administração do Estado nos três últimos anos do seu governo”, deixando, inclusive, as praças do Nordeste à mercê dos inimigos.³⁹⁹ O autor cita Pedro Calmon, que dissera que o governador “era liberal até a prodigalidade e bom até o desleixo”.⁴⁰⁰ Na comparação entre as práticas governativas, Veríssimo Serrão, apesar de não poupar elogios a Botelho, prefere Menezes: “advogado da coesão, da economia de tipo agrícola e com base na exploração da madeira e no comércio do açúcar.”⁴⁰¹ Diogo de Menezes seria um governante seguro que aprendera a contar com a “realidade” e não abria os olhos à “miragem” do ouro e pedras raras...⁴⁰² Visão que, aliás, configura mais um exemplo das interpretações que ressaltam as virtudes da agricultura sobre a mineração.

Acreditamos que duas questões bastante inter-relacionadas atravessaram este tipo de interpretação. De um lado, a econômica e, de outro, a do território nacional prefigurado. Uma perspectiva nitidamente anacrônica marca parte destas análises comparativas entre os governadores, pois, no fundo, ancoradas num olhar retrospectivo, elas estabelecem uma comparação entre o “sucesso” do Nordeste açucareiro e a marginalidade econômica do fraco desempenho mineral de São Vicente. Assim, o governo de Francisco de Souza, aparentemente nulo em termos de resultados econômicos - já que apostara todas as fichas na demanda mineral no sul, além de, pior, abandonar o norte -, perdia largamente na comparação com os governadores subsequentes, envolvidos com a riqueza do açúcar e do pau-brasil. Produtos que seriam os verdadeiros responsáveis pelo hegemônico ciclo econômico da colônia nos séculos XVI e XVII.

Pode-se questionar ainda o quanto as análises teriam sido crivadas por questões de cunho, senão nacionalista, pelo menos lusófono. Acreditamos que o julgamento que se fez do governo de Francisco de Souza não pode ser apartado do momento político em que se realizou, qual seja, o da União das coroas ibéricas. Souza foi um adepto da monarquia filipina de primeira hora, enquanto Botelho, por exemplo, aliou-se ao Prior do Crato até sua derrocada final. Efetivamente, Botelho só se tornou cortesão e foi

³⁹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1979; p. 176.

⁴⁰⁰ *apud* CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol. II, p.413 in: SERRÃO. *História...op.cit.*; p.177, nota 152.

⁴⁰¹ SERRÃO. *História...op.cit.*; p. 213-14.

⁴⁰² *Idem, ibidem.*; p.213. Não obstante, Veríssimo Serrão achava que Francisco de Souza anteviu mais o futuro da colônia que Menezes.

“perdoado” por Madri após a morte de Felipe II. Portanto, entre Souza e Botelho há ainda as questões ligadas à fidelidade e filiação a Portugal, que influenciaram tanto as leituras brasileiras quanto portuguesas.⁴⁰³

Na outra ponta, na fileira dos apoiadores de Francisco, alinha-se uma significativa maioria de historiadores ligados à historiografia paulista. Não pretendemos dissecá-la toda aqui, mas de Washington Luis,⁴⁰⁴ que o chamava de “hábil e pertinaz”, a Afonso Taunay, que o entendia como “superiormente inteligente, atilado, ativo (...) divisador de horizontes longínquos”,⁴⁰⁵ quase todos rasgaram os maiores elogios ao governador, que passara uma parte de sua vida e governança na vila de São Paulo. Taunay, em especial, estava sobremaneira preocupado em conceder a Francisco de Souza a paternidade das bandeiras, e consequentemente qualificá-lo como dilatador do império português, redimindo, talvez, seu espírito filipino. Dentre as análises promovidas sobre sua figura e atuação, cabe destacar as obras de Francisco de Assis Carvalho Franco. Este foi, efetivamente, um dos poucos e, por isso mesmo, um dos principais estudiosos da figura do governador.⁴⁰⁶ Dizia que Souza era um “misto de soldado e grão senhor, já de idade madura e de ânimo decidido, polido e culto, facilmente adaptável a toda convivência e a todos os meios”.⁴⁰⁷ Em sua obra, Carvalho Franco valorizava também a ação do governador na organização das entradas e bandeiras, mas reforçava, sobretudo, seu papel como articulador de um projeto mineral de inúmeras consequências para os séculos vindouros.

Uma grande parte das análises da historiografia paulista sobre D. Francisco carregou nas tintas dos elogios ao governador porque sua presença valorizava e destacava a vila no contexto colonial, reforçando os argumentos políticos e ideológicos desta historiografia tão empenhada em defender o papel de São Paulo no quadro da federação no século XX.⁴⁰⁸ Na visão, em parte destoante, de Sérgio Buarque de Holanda

⁴⁰³ Sobre a relação de Botelho na corte de Madri, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

⁴⁰⁴ LUÍS, W. *Na Capitania de São Vicente*. São Paulo: Livraria Martins Editora; Brasília: MEC, 1976; p. 276.

⁴⁰⁵ TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (1ª Edição 1920/1921); p.397.

⁴⁰⁶ Dentre as obras: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil – séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. FRANCO, Francisco. “Os companheiros de D. Francisco de Souza” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. T.105, v.159, pp.95-136; FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Dom Francisco de Souza e o início...*op.cit.*

⁴⁰⁷ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Dom Francisco...” *Op.cit.*; p.249.

⁴⁰⁸ Exemplos de análises sobre esta historiografia paulista e seu comprometimento ideológico estão em: BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:Fapesp, 2002; e ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

o governador foi considerado como uma espécie de sonhador que acertou no que não viu. Entendia-o como um homem cheio de planos, um tanto megalomaniaco e excessivamente pródigo, mas, por outro lado, suas ações, segundo o historiador, foram cheias de consequências para a dinâmica da vila de São Paulo, e mesmo numa dimensão mais ampla, pois, embora tenha mirado nas minas, acertou na agricultura e nas bandeiras.⁴⁰⁹

Dentre os epítetos e qualificativos dados ao governador ao longo do tempo, o que mais causou controvérsia foi o de Francisco “das Manhas”. A alcunha, associada contemporaneamente, provocou as mais diversas interpretações. Para Frei Vicente, homem que o conheceu pessoalmente, Souza era:

*Chamado já de muito tempo d. Francisco das Manhas, e entendeu que era boa esta para cariciar as vontades dos cidadãos (...) e assim foi o mais benquisto governador, que houve no Brasil, junto com o ser mais respeitado, e venerado.*⁴¹⁰

A visão positiva atrelada ao apelido difere bastante do diagnóstico de Capistrano de Abreu, que afirmou que “o epíteto de *Manhas* dado a D. Francisco tem servido de pretexto para insinuações malévolas contra o sétimo governador do Brasil, a partir de Varnhagen, cuja prevenção é manifesta”.⁴¹¹

O estudioso Washington Luis, ex-presidente da República do Brasil, em trabalho publicado em 1956, sugeriu que Francisco de Souza teria uma espécie de manha hereditária, já que seu trisavô, Ruy de Souza, pedira como mercê, ao rei D. João II, somente o trato carinhoso em público, pois assim conseguiria crédito fácil na praça por ser “amigo do rei”.⁴¹² Para Luis, portanto, o termo *manha* se filiava à malandragem, tema fulcral do pensamento brasileiro em boa parte do século XX. Por outro lado, Baptista Pereira, mais um estudioso da figura de Souza, viu no termo *manha* um qualificativo para um governante cheio de artifícios e habilidades. Para ele, naquela época o termo não carregava o tom necessariamente pejorativo que lhe foi agregado depois.⁴¹³ De fato, o termo *manha* se define, nos dicionários atuais, com uma forte dose de duplicidade, podendo significar, de maneira positiva, *astúcia, esperteza, destreza,*

⁴⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁴¹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. *Op.cit.* Livro IV, Cap.23, p.214.

⁴¹¹ ABREU, Capistrano. “Prolegômenos” a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. Versão on-line da Biblioteca Digital do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Disponível em: http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt-700-Original_WEB.pdf; p.227.

⁴¹² LUIS, W. *Na capitania....op.cit.* Luis ainda afirma que: “a manha era, porém, apanágio dos Souzas.”; p.215.

⁴¹³ PEREIRA, Baptista. *Vultos e episódios do Brasil*. Biblioteca Pedagógica Brasileira-Série V-Brasileana-Vol.VI. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.

habilidade e sagacidade ou, de maneira negativa, *ardil, malícia, tramoia, fraude, rolo, engano*.⁴¹⁴ No mais antigo dicionário da Língua Portuguesa, já do século XVIII, o verbete *manha* foi relacionado à “destreza no manejo dos negócios”, e seu sentido moral derivava da associação ao adjetivo bom, ou mau.⁴¹⁵ Nos parece que o epíteto atribuído a Francisco no século XVI teria maior filiação com artifício e destreza do que com malandragem. Podemos afirmar que Francisco de Souza foi, de modo geral, “servido a gosto do freguês” e sua ação política julgada mais à luz da moral política de historiadores e estudiosos do que da moral do próprio período em que viveu.

Caso exemplar, e de certa forma emblemático, das manhas de Francisco foi o episódio da Urca flamenga *Mundo Dourado*, capitaneada por Lourenço Ditter. As vicissitudes sofridas pelos tripulantes da Urca *Gulden Werelt* foram relatadas por Anthony Knivet, mas também pelo piloto Hendrick Ottsen e pelo próprio Frei Vicente.⁴¹⁶ A história, em sua versão simples, dá conta de uma embarcação mercantil flamenga que se propôs a fazer comércio em São Vicente com a autorização do governador, mas, quando menos se esperava, o manhoso D. Francisco teria aplicado um golpe nos desavisados mercadores que tiveram sua carga apreendida. Segundo Knivet, depois de o governador dar a licença para que a Urca descarregasse as mercadorias, os portugueses se achegaram ao navio cantando e tocando, como que buscando amizade, e, no final, tomaram a embarcação, roubando toda a carga. Para nosso desafortunado marinheiro inglês tudo não passou de uma trapaça do governador, que teria organizado a emboscada de antemão. Afonso Taunay, analisando o episódio em seus pormenores, segue o parecer de Frei Vicente, segundo o qual o governador teria descoberto um plano malicioso dos holandeses e mudado de ideia.⁴¹⁷ Sem querer alongar muito a história, que já desencadeou todo o tipo de interpretação, até mesmo que “faltar-lhe à palavra (ao herege) não era desdoiro. Enganá-lo não passava de ardil de guerra”,⁴¹⁸ acreditamos que, para além de julgar moralmente a ação do governador, ou analisá-la pelo viés do ardil, certos detalhes deste episódio podem nos ajudar a compreendê-la de maneira um pouco mais contextualizada.

⁴¹⁴ As definições foram elencadas juntas, mas retiradas dos dicionários Aurélio, Houaiss e Dicionário da Língua Portuguesa da Folha da Tarde.

⁴¹⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. ; p.192-193. Edição digital: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/manha>.

⁴¹⁶ KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007; OTTSEN, Hendrick. *Corto y verídico relato de la desgarcia navegacion de um buque de Amsterdam*. Buenos Aires: Editorial Huarpes, 1945; SALVADOR, Frei Vicente...*op.cit.*

⁴¹⁷ TAUNAY, Afonso. “Aventuras de dois barcos holandeses no Prata e no Brasil (1598-1600)”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1945, vol. XII; p. 5-36.

⁴¹⁸ PEREIRA, Baptista. *Op.cit.*; p.171.

A armada flamenga que saiu de Amsterdã em 1598 rumava, efetivamente, para a Guiné e planejava, depois, passar em Buenos Aires. Composta de duas urcas, a *Mundo Dourado* e a *Mundo Prateado*, fora montada por comerciantes da cidade flamenga. A viagem parecia promissora, visto que já haviam conseguido carregar marfim e algum ouro ao longo da costa africana. Entretanto, na Ilha do Príncipe, quando desceram para comerciar com autorização do governador, foram todos presos, inclusive Ditter, o capitão da *Mundo Dourado*. Trocados por mercadorias, os flamengos encontraram, então, uma embarcação portuguesa e a sequestraram, acirrando o clima conflituoso que cercou a expedição. Depois de uma verdadeira guerra de nervos com os portugueses, as duas urcas se perderam, e cada uma delas seguiu uma direção. A *Mundo Prateado* foi para o Rio da Prata, onde as promessas de comércio tranquilo do governador D. Diego de Valdes y Banda foram rapidamente substituídas por sequestros de desembarcados, confiscos e ameaças.⁴¹⁹ Segundo o governador platino, só lhe teria restado a astúcia para enfrentar os inimigos flamengos, já que Buenos Aires era carente de homens e armas.⁴²⁰ Enquanto isso, a *Mundo Dourado* foi para São Vicente, onde encontrou Francisco de Souza, envolvendo-se no episódio anteriormente relatado. De todo modo, ao acompanharmos todos os desdobramentos da viagem, bem como o destino da outra urca no Rio da Prata, percebemos que a ação do governador não teve nada de excepcional ou espetacular. Tampouco podemos subestimar o grau de risco da viagem, sendo, portanto, muito improvável que tivessem sido apenas ingênuos comerciantes flamengos ludibriados por maliciosas autoridades ibéricas. Mesmo que eventualmente o fossem, esta ingenuidade já se teria perdido na primeira parte da viagem, ainda na costa africana, quando sequestros, chantagens e ameaças deram o tom das relações. Assim, a prática corrente estava bastante afeita às ações de Francisco, como bem mostrou seu parceiro de ofício, Valdes y Banda, em Buenos Aires. Ademais, a legislação portuguesa estava ao lado do governador, conferindo-lhe não só o direito mas o dever de confiscar e castigar qualquer embarcação estrangeira que navegasse naquelas partes sem a licença devida. Em suma, qualificar as “manhas” de Francisco a partir deste episódio é, necessariamente, revesti-las de uma conotação, seja enfocando a malandragem daninha para a administração pública, seja ressaltando a esperteza de um sujeito que age por conta própria, mesmo que cheio de boas intenções; o que foi bem a gosto da historiografia paulista.

⁴¹⁹ AGI, Charcas 27, “*Relacion de lo que pasó con un navio corsário que llegó a este Buenos Aires...*” 29/07/1599.

⁴²⁰ TAUNAY, Afonso. “Aventuras de dois barcos holandeses...” *op.cit.* p. 32.

Independente do episódio em si, vale aqui referenciar a conclusão de José Hygino Duarte Pereira, para quem “a duplicidade da política daquele tempo faz verossímil esta anedota”.⁴²¹ Pode-se alegar que tempos de Maquiavel eram tempos de dissimulação, o que representa não só uma leitura reducionista da obra do autor florentino, como também ignora a considerável irregularidade de sua difusão e repercussão no mundo imperial ibérico.⁴²² Não é possível comprovar se D. Francisco teria lido a obra de Maquiavel, mas se o fez, efetivamente, pouco absorveu dos perigos da liberalidade ou das vantagens do uso do temor, por exemplo. O aporte de D. Francisco é muito distinto, e suas *manhas* pouco têm a ver com uma prática política dita moderna, pautada no fingimento e na dissimulação, mas sim com tradicionais concepções do poder, que incluíam a habilidade na regência de interesses. No dicionário de Raphael Bluteau, o termo “boa manha” aparece associado à nobreza e ao seu aprendizado nas artes e exercícios que lhe eram característicos, desde que exercidos com a devida astúcia e habilidade, ou seja, *manha*.⁴²³ No mundo do barroco - tão maravilhosamente analisado por Maravall -, a imagem era fundamental, e a destreza nas “artes”, no trato e na capacidade de articular interesses, essencial para a fidalguia ibérica, cada vez mais preocupada com sua presença pública.⁴²⁴ Por fim, nos cabe perguntar se governar não seria uma destas tão apreciadas habilidades da nobreza.

A trajetória de Francisco de Souza e sua chegada em São Paulo

D. Francisco de Souza, sobrinho neto do rei D. Afonso 3º, bisneto do primeiro Conde do Prado e filho de Pedro de Souza, senhor de Beringel, e de D. Violante Henriques, filha do Conde de Bobadela, serviu em Tanger sob as ordens de D. João de Menezes.⁴²⁵ Seu avô paterno, homônimo, foi preso em Beja por ordem de D. Manuel, e, mais tarde, embarcado para a Índia, onde teria endoidecido de paixão. “Dizem que era

⁴²¹ *Apud* TAUNAY, Afonso. “Aventuras...*op.cit.*”, p.34.

⁴²² Não queremos negar o papel importante da duplicidade no pensamento de Nicolau Maquiavel, apenas alertar para os perigos de reduzir seu pensamento político a esta máxima. Sobre a penetração do pensamento de Maquiavel em Portugal, ver: ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante Dom Henrique: 1974.

⁴²³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*; p.192-193. No dicionário de Antonio de Moraes e Silva, de 1813, o termo “boa manha” também aparece atrelado aos aprendizados que “cumprem ao cavaleiro”. SILVA, Antonio de Moraes e. *Diccionario de Língua Portuguesa*. Volume 2; p.260. Edição digital: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/Manha>.

⁴²⁴ MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco*. São Paulo: Edusp, 1997.

⁴²⁵ BNRJ, Manuscritos, Ms553(25). Doc.2 “Memórias sobre a vinda de Ilmo e Exmo senhor Dom Francisco de Souza, 7º governador geral da cidade da Bahia e estado do Brasil, sua passagem para a vila de São Paulo e residência nesta capitania; regresso para o reino; sua volta para São Paulo, com promessa de marquês das Minas, e seu falecimento na mesma vila de São Paulo, em 11 de junho de 1611” São Paulo. Dez. de 1766. Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

muito inclinado a furtar” e tinha outros vícios.⁴²⁶ Já o nosso Francisco, o neto, acompanhou a armada de Dom Sebastião na malfadada batalha de Alcácer-Quibir na conquista do Marrocos, comandando um dos galeões da armada real, cujo almirante era seu tio D. Diogo de Souza.⁴²⁷ Em 24 de agosto de 1578 retornou a Lisboa portando cartas de Belchior de Amaral, que afirmava ter participado do sepultamento do corpo do rei português em Fez. Nosso homem era, portanto, porta-voz de uma das notícias mais ansiosamente aguardadas da história de Portugal: o destino do corpo do rei.⁴²⁸ “Tratava-se de um personagem nobre, com serviços prestados à Casa real desde o tempo de D. Sebastião.”⁴²⁹ Em 1587 já constava no rol dos fidalgos cavaleiros da Casa Real, com 3900 réis de moradia.⁴³⁰ Foi nomeado capitão da Guarda Real com 2000 cruzados pagos com os bens que Felipe II confiscou de D. António, o Prior do Crato. Em 1589 participou ativamente da defesa de Lisboa contra as investidas de D. António e de *sir* Francis Drake, lutando mais precisamente em Sesimbra.⁴³¹ Teria caído nas boas graças de Felipe II, tornando-se cortesão e, depois, sendo nomeado capitão-mor da Comarca de Beja. Casou-se, a primeira vez, com D. Joana de Castro, filha de D. Rodrigo de Castro, o *Hombrinhos*, e D. Ana de Sá; e, uma segunda vez, com sua sobrinha, e homônima de sua mãe, D. Violante de Mendonça Henriques, filha de D. Mecia Henriques e de Jorge de Furtado Mendonça, membro do Conselho Real.⁴³² Além do próprio histórico de serviços prestados, sua inserção na rede de influências do sogro - também tio de sua segunda esposa - deve ter contribuído para sua primeira indicação no ultramar, ao posto de governador da Mina, em Angola.⁴³³ Contudo, esta nomeação acabou não tendo efeito, pois terminou por substituir Francisco Giraldes, que havia sido designado governador- geral do Brasil mas nunca chegara a Salvador.⁴³⁴ Foi, portanto, nomeado

⁴²⁶ BNP, Seção de Manuscritos. *Manuscritos Genealógicos da Real Biblioteca Pública da Corte*. 1806; f.191.

⁴²⁷ SOUZA, Antonio Caetano. *História Genealógica Casa Real Portuguesa*. T.XII, 2ª Parte, Lisboa: Oficina Silviana; p. 930-34.

⁴²⁸ HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. A informação consta em VARNHAGEN, Francisco. *História Geral...op.cit.*

⁴²⁹ VARNHAGEN, Francisco. *História Geral...op.cit.*; p.55.

⁴³⁰ BNP. Série Pombalinos 648; MF 2048, f.185. *Miscelânea. Lista de fidalgos diversos em vários reinados... Fidalgos Cavaleiros em 1587*.

⁴³¹ AGS. Secretarias Provinciais. Libro 1467, f.393. Neste documento, Pero Fialho de Paiva, que combateu na Índia contra os holandeses, afirma que lutou ao lado de D. Francisco na Vila de Sesimbra quando os ingleses tentaram invadir o lugar.

⁴³² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.

⁴³³ TAUNAY, Afonso. *São Paulo...op.cit.*; p.397.

⁴³⁴ Frei Vicente fala da morte de Giraldes, mas se sabe que, de fato, o governador nomeado ao Brasil acabou, por problemas na navegação, desembarcando em Santo Domingo, nas Índias de Castela, de onde voltou a Portugal. AGS. Guerra Antigua, Legajo 317, 05/01/1591. Doc.17. A força e a eficiência das redes familiares na promoção da fidalguia aos ofícios no mundo português, durante e depois da União Ibérica, têm sido muito bem analisadas por Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro. Como exemplo de trabalho conjunto, temos CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: MONTEIRO, Nuno G. F., CUNHA, Mafalda Soares da e CARDIM, Pedro Cardim (orgs.). *Optima Pars*.

substituto de Giraldes em 01/12/1590, tornando-se o sétimo governador- geral do Brasil, o terceiro escolhido já no contexto da União das Coroas.⁴³⁵

A escolha de Francisco de Souza como governador-geral do Brasil não foi fortuita nem acidental. Sua trajetória pessoal, de fato, o qualificava como um dos fidalgos “mais seletos e significativos” da corte portuguesa,⁴³⁶ ademais, sua experiência em armas também o tornava representativo de um perfil de fidalgos que assumiram postos no império português.⁴³⁷ Contudo, a sua nomeação deve ser ainda compreendida pela ótica das relações com a Coroa de Madri, portanto, inserida no contexto do império filipino. D. Francisco de Souza estivera, desde a primeira hora, ao lado das pretensões de Felipe II em torno da coroa portuguesa e, depois, quando este foi bem-sucedido, revelou-se também um importante aliado seu, inclusive nas lutas contra o Prior do Crato. Claro está que, sendo terceiro filho, D. Francisco de Souza não fazia parte da fidalguia mais alta do reino, carecendo, em parte, de largos morgadios, mas sua fidelidade a Felipe II, sua entrada na poderosa e influente rede dos Furtado de Mendonça e seu histórico de serviços, somados à sensível necessidade crescente de fidalgos para os cargos mais significativos das colônias, o tornaram um candidato mais do que apropriado para os postos vacantes no ultramar.⁴³⁸

Numa perspectiva mais estendida, a escolha de Souza é atinente à lógica do império filipino que, apesar do Acordo de Tomar, levava adiante um gradativo processo de integração, em longo prazo, dos territórios portugueses peninsulares e ultramarinos aos espaços filipinos. Efetivamente, a articulação da economia, dos espaços e da nobreza ibérica, durante a União, tem sido apontada por diversos historiadores.⁴³⁹

As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. Um trabalho mais recente está em: CUNHA, Mafalda Soares da. “Títulos portugueses y matrimônios mixtos en la Monarquía Católica” In: CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.). *Las redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*. Madrid: Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009.

⁴³⁵ INTT, Chancelaria de Filipe I, Doações, Livro 23, fol.30.

⁴³⁶ CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)” IN: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005, p.82.

⁴³⁷ CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalves. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: *Optima Pars...op.cit.*;p.234.

⁴³⁸ A dificuldade de encontrar membros da alta nobreza dispostos a aventurarem-se no ultramar, em especial no Brasil, foi apontada por CUNHA, Mafalda e MONTEIRO, Nuno. *Optima...op.cit.*

⁴³⁹ Schaub destaca as continuidades culturais, linguísticas, militares e administrativas entre Portugal e Castela, desde antes da União, e que foram reforçadas durante este período. SCHAUB, Jean Frederic. *Portugal...* Mafalda Soares tem mostrado os estreitos vínculos e as redes costuradas pela nobreza dos dois espaços. CUNHA, Mafalda Soares. “Títulos portugueses....*op.cit.* Uma certa uniformidade administrativa estruturada durante a União tem sido analisada por Fernanda Olival no reinado de Felipe III (II de Portugal): OLIVAL, Fernanda. “Gobierno, crisis del período filipino” in: MILLÁN, José Martínez y VISCEGLIA, Maria Antonieta (dir.). *La monarquía de Felipe III: los reinos (volume IV)*. Madrid. Fundacion Mapfre, Instituto Cultural, 2008; e OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II. Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008. O mesmo tema, mais seus reflexos no Brasil estão em MARQUES, Guida. “O Estado do Brasil na União Ibérica” in: *Penélope. Fazer e desfazer a história*. N.27, 2002, p.7-35.

Assim, ao escolher-se um fidalgo português como governador-geral das partes do Brasil (depois Estado), não se feria frontalmente Tomar, mas, tanto no caso de Giraldes quanto no de Francisco de Souza, tratava-se de fidalgos atrelados às redes de confiança da corte de Madri. A integração foi sem dúvida regulada pelo Acordo de 1581, mas seus artigos eram suficientemente abertos para que, dentro da ordem estabelecida, se atuasse com larga autonomia. Se o rei se comprometia a nomear fidalgos portugueses - para os ofícios de Portugal e suas colônias -, nada do artigo definia nem garantia compromissos e fidelidades destes mesmos fidalgos. Ademais, para além da lei, a realidade cotidiana promovia um intenso intercâmbio de relações comerciais, sociais e culturais entre as partes. Concordamos com Rafael Valladares quanto à ideia de que, em Madri, se projetava uma absorção gradativa dos espaços ibéricos e coloniais, algo que se pensava como natural, pois, na Corte castelhana, prevalecia a noção de legitimidade da posse e do direito natural estabelecidos pela herança. Desse modo, o Acordo de Tomar, compromisso político conjuntural, tendia, com o passar do tempo, a ser efetivamente relegado a um segundo plano.⁴⁴⁰ Como já dissemos, a União das coroas não previa tempo para caducar, tampouco se imaginava como algo temporário. Nesse sentido, a escolha de D. Francisco deve ser analisada sob a racionalidade do império filipino, e não simplesmente sob a do reino de Portugal.

Para Taunay, por exemplo, D. Francisco era “delegado e homem de confiança de Felipe II”; Sérgio Buarque o chamava de homem dos filipes, Carvalho Franco de “cortesão” e “vigia fiel” de Felipe II. Roseli Santaella se perguntou o quanto a sua designação para governador da Repartição Sul, em 1608, teria ferido o Acordo de Tomar, já que a nomeação passou ao largo do Conselho de Portugal. De fato, Souza costurou grande parte de suas alianças e relações na corte espanhola, passando muitas vezes ao largo das redes lusitanas. No próprio Conselho de Portugal, vários dos conselheiros lhe eram desfavoráveis, embora contasse com o constante apoio de Henrique de Souza.⁴⁴¹ A habilidade de Francisco esteve, também, em sobreviver em sua credibilidade apesar das mudanças de rei. Com a morte de Felipe II, em 1598, o ainda governador teve de acionar formas de manter seu posto e seus projetos. Para tanto,

⁴⁴⁰ VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros S.L.; 2000 e VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal, 1640-1680*. Madrid: Junta de Castilla e Leon. Consejería de Educacion y Cultura, 1998. Neste último, a ideia está embutida na reação da Corte de Felipe IV diante da rebelião de Portugal. De fato, o próprio debate Restauração ou Rebelião já denota o aspecto aqui ressaltado.

⁴⁴¹ TAUNAY, Afonso. *São Paulo...op.cit.*; p.397; HOLANDA, Sérgio. *Caminhos...op.cit.*; FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Dom Francisco de Souza...op.cit.”; p.249 e STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente. Séc. XVI-XVII*. São Paulo: Academia Lusfada de Ciências, Letras e Artes, 1999.

algum tempo após o fim de seu mandato, em 1606, voltou a Portugal, e, depois, a Valladolid, para onde havia se transferido a corte de Felipe III, aproximando-se ali do Duque de Lerma, o todo poderoso *valido* do novo rei. Foi neste contexto que conseguiu a divisão da colônia, o consequente novo ofício de governador da Repartição Sul e o governo e administração das minas, com amplas mercês, nos mesmos moldes das obtidas por Gabriel Soares de Souza décadas antes.

Nos preparativos para o que seria este segundo governo de Francisco de Souza, a situação era já muito diversa, mas, ainda assim, ele conseguiria se articular, adaptando-se muito bem à nova realidade. Segundo Fernanda Olival, em análise sobre as influências do reinado de Felipe III sobre Portugal, o início do século XVII refletia uma aguda crise econômica que assolava todo o império, acumulada desde os tempos de Felipe II, e que obviamente ecoava forte no reino lusitano, que também tinha lá sua própria crise. Segundo ela, crises agrícolas, perda de territórios no Oriente, ondas de peste sucessivas e a diminuição abrupta da entrada de capital na aduana de Lisboa fizeram com que a Coroa outorgasse “privilégios y mercedes a quienes pretendian descubrir y explotar minas de metales y piedras preciosas en Brasil...”,⁴⁴² como forma de amenizar os danos financeiros de Portugal. O que ocorreu, diríamos, não só em terras americanas, mas também na África, como mostram os pedidos de mercês contemporâneos aos de D. Francisco, voltados para Angola e Monomotapa. Tal política, estimulada pelo Duque de Lerma, visava tornar Portugal minimamente autossuficiente, o que a autora considera “una de las líneas básicas de todas las directivas sugeridas por Madrid en este tiempo...”⁴⁴³. Lerma projetava reformas das estruturas portuguesas, refletidas nos pedidos de revisão do funcionamento do Conselho de Portugal, muito dispendioso, segundo ele; no questionamento das concessões de pau-brasil; na anistia aos cristãos-novos em troca de ajuda financeira e na crítica à prática corrente em Portugal de solicitar mercês continuamente, mesmo que as causas da primeira solicitação ainda não tivessem sido cumpridas.⁴⁴⁴

Neste sentido, é significativa a consulta do vice-rei do reino português junto ao Conselho de Portugal, em 1606, para reforçar o valor da nomeação do governador-geral, “posto que este governo foi sempre de muita importância grossa parece que se deve fazer mais consideração”. Pesando, sobretudo, que as promessas minerais - melhor

⁴⁴² OLIVAL, Fernanda. “Gobierno, crisis del período filipino...*op.cit.* p.788-789.

⁴⁴³ *Idem, ibidem*; p. 789.

⁴⁴⁴ AGS, Secretarias Provinciais. Libro 1483, 17/11/1608. Doc.241.

dizendo, a “esperança que se tem de serem de efeito as minas de São Vicente”- poderiam acrescentar, em muito, o rendimento da Real fazenda.⁴⁴⁵

Naquele momento, a importância do Brasil ainda guardava a velha razão estratégica. Desde o início do século XVII, os embaixadores da monarquia em França davam conta dos preparativos de D. Manuel, filho de D. António, Prior do Crato, para “ir ao Brasil”.⁴⁴⁶ Tanto que, em 1603, o governador Diogo Botelho enviou carta ao rei comunicando que havia mandado fortificar Olinda para se defender do provável ataque que seria empreendido pelo tal D. Manuel.⁴⁴⁷ Em 1607, D. Manuel ainda gerava notícias de que se armava em França com vistas a um ataque ao Castelo da Mina.⁴⁴⁸ Na verdade, além das novas do herdeiro das pretensões antoninas, ainda circulavam os temores quanto a ataques flamengos na costa do Brasil, em especial em São Vicente. Apenas três anos antes da chamada “Trégua dos Doze Anos” (1609-1621) entre as Províncias Unidas e a Espanha, um tal Gomes Alberto, “flamengo que diz ser casado no Brasil e que reside naquele estado de muitos anos a essa parte e serve de artilheiro na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, fazia chegar ao Conselho de Portugal uma advertência de que aquela cidade estava mal fortificada e que era necessário ter “mais recato porque com a notícia que tem da mina de ouro que dom Francisco de Souza descobriu na capitania de São Vicente (hereges flamengos) mostram grande desejo de ir ali...” Alertava ainda sobre navios que estavam saindo de Duns, Inglaterra, com 300 homens e mulheres, e que de tudo isto sabia pois lá estivera preso. O homem parecia confiável, já que havia apresentado papéis do embaixador D. Pedro de Suniga “em que diz que este homem deu ali mostras de bom católico e de fiel ao serviço de VM”⁴⁴⁹ O Conde de Salinas, alarmado, reconhecia o perigo e dizia que o “intento dos rebeldes é exercitar a mercancia e comercio nas ditas partes (...) e que para este efeito tratam de tomar alguns portos e assentar neles feitorias...” O parecer final sugeria que o governador Diogo de Meneses fosse até ali com dois navios e fortificasse ou reparasse os fortes. Ainda se buscava uma ação global, e, por isso, que se fortificasse também

⁴⁴⁵ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1476. Doc.22.

⁴⁴⁶ AGS, Secretaria de Estado. K1451, Carta de Juan Baptista de Trassis. 1601. Doc.52.

⁴⁴⁷ Biblioteca D’Ajuda. Códice: 51-V-48 – Livro do Governo da Índia de Diogo Botelho. 03/03/1603. Curioso este reencontro: D. Manuel aparecia, em 1581, embarcado com o pai, D. António, em armada feita em Londres para o ataque a Lisboa, na qual ainda figurava o próprio Diogo Botelho, aliado de primeira hora do Prior. AGS, Secretaria de Estado, K1569.

⁴⁴⁸ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1476, doc.401 e 402.

⁴⁴⁹ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463, f.254 e 254v.

Angola e o Castelo da Mina com os novos governadores, mas, ao final, ponderava-se que, embora tudo parecesse muito bom, faltava dinheiro para fazê-lo.⁴⁵⁰

É provável que a dificuldade financeira e os obstáculos logísticos para defender a parte sul da costa do Brasil, agora promissoramente rica e atraente graças às novas minas descobertas, tenham pesado na decisão de repartir a colônia em duas partes. Portanto, Francisco de Souza aproveitou bem a maré, compreendendo que as circunstâncias, e o clima geral, eram favoráveis às suas solicitações.⁴⁵¹

Para isso, as petições deveriam ser feitas, diretamente, junto à corte filipina, e o jogo de influências estabelecido no palco desta corte, já que ela havia, verdadeiramente, se tornado desde a década de 1590:

*El lugar a que debían acudir en busca de mercedes y privilegios, donde presentar los memoriales de servicios prestados en el império, resolver disputas y, fundamentalmente, donde alcanzar los más elevados cargos en la administracion de su reino o el lugar donde liderar una faccion cortesana que pudiese influir en la toma de decisiones.*⁴⁵²

De todo modo, para além da suposta condição de “agente filipino”, deve-se tentar compreender como as ações de Souza se explicam num contexto maior de inserção das partes do Brasil no universo de possessões da coroa filipina. A feição mais

⁴⁵⁰ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463, f.255, 256.

⁴⁵¹ Na segunda ida de D. Francisco ao Brasil, um tal Manuel Vandale, flamengo, que também se dizia morador da Bahia de muitos anos, pediu em Madri para ir com o governador como “morador y poblador de las minas del Brasil y lengua de los mineros estrangeros”. Identificado como cunhado de um mercador rico da Bahia, o tal Manuel foi acusado, num papel anônimo endereçado ao Conselho, desses que “são providenciais e enviados por Deus”, de que suas intenções eram ruins. As acusações davam conta de que ele queria se embrenhar no sertão com seus escravos e passar de engenheiro em engenheiro promovendo levantes de escravos contra seus amos. Por fim, sugeria-se que ele fosse “apertado” para confessar. (AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463). O tal Manuel, sem se dar por vencido, ainda foi a Lisboa, solicitar para ir ao Brasil buscar sua mulher, mas lá também suas pretensões lhe foram negadas (Biblioteca D’Ajuda. Códice 51-VII-15). Seja como for, o postulante embarcou assim mesmo, já que o governador Diogo de Meneses comunicava, em carta ao rei, que remetia a Lisboa, preso, o tal Vandale, conforme sugeria provisão de VM. (Carta de Diogo de Meneses de 22/04/1609 in CORTESÃO..*op.cit.*). Mas nosso sujeito estava longe de esmorecer, pois Paul Mers identifica um tal Manuel Van Dale, vivendo em Santos em 1612, como representante da família Schetz nos pleitos movidos por essa família contra os herdeiros de Jerônimo Leitão em torno do Engenho dos Erasmos. (MERS, Paul. *Engenho dos Erasmos. Vestígios de uma primeira multinacional*. In http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg070/arg070_03.asp. Outros rastros de Vandale estão em Eddy Stols, que fala dele como um flamengo denunciado à Inquisição, mas sem precisar as circunstâncias (STOLS, Eddy. *A pintura flamenga e as riquezas açucareiras na América colonial*; p.376.), e também em Oliveira França, que o identifica como um sujeito que teria auxiliado os flamengos no assalto à Bahia em 1624, o que nos parece bastante razoável e explicaria como ele foi parar em São Paulo – provavelmente fugido -, local onde morreu entre 1626 e 1627, deixando um rico e polpudo inventário. FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. “Um problema: a traição dos cristãos-novos em 1624”. *Revista de História*. O testamento e inventário de Vandale está publicado: I&T. DAESP, Vol. 7, 39-77. Sabendo-se que Cornélio de Arzão, engenheiro flamengo, também veio com D. Francisco em 1608, e depois foi preso pela Inquisição na vila de São Paulo em 1628, pode-se sugerir conexões entre Arzão e Vandale, Além do mais, o governador Meneses, em sua carta, menciona outro flamengo, que lhe teria escapado, chamado Cornelius. Não seria o Arzão?

⁴⁵² ARROYO, Felix Labrador. “La Casa real portuguesa”. In: MILLÁN, José Martín y VISCEGLIA, Maria Antonieta (dir.). *La monarquía de Felipe III: los reinos (volume IV)*. Madrid. Fundacion Mapfre, Instituto Cultural, 2008; p.858.

visível de D. Francisco sempre foi sua “miragem” mineral. Entretanto, é necessário enquadrá-la num imaginário marcado pela busca de metais e pelo sonho aurífero e platino, próprio das coroas ibéricas. Ele foi, portanto, um sonhador que não esteve sozinho. Há de se observar que o que chama a atenção, neste contexto do império filipino, são as amplas possibilidades territoriais também associadas a um desejo mineral bastante difundido. Assim, devemos entender a nomeação de Souza inserida nas demandas minerais que faziam parte dos projetos e sonhos tanto da coroa portuguesa quanto castelhana.⁴⁵³ Além disso, concordamos aqui com Veríssimo Serrão ao afirmar que a vinda de Souza deve ser enquadrada num “plano mais vasto com que a Coroa desejava estimular o crescimento do Brasil”,⁴⁵⁴ o que incluía o alvará régio de 08/12/1590, que estimulava a imigração e ambiciosos projetos minerais ao par com o incentivo às lavouras de açúcar e ao tráfico negreiro, articulados com a África.⁴⁵⁵

D. Francisco não foi nomeado com um regimento próprio. Seguiu ao Brasil no mesmo regimento de Francisco Giraldes de março de 1588 – o primeiro sob a égide dos Felipes -, que complementava o de Tomé de Souza (1548) em diversas questões. Em especial, a defesa e fortificação da costa⁴⁵⁶; o favorecimento às obras de conversão dos índios pela Companhia de Jesus e a defesa dos índios batizados; a regulação das relações entre Bahia e Pernambuco e o estímulo da busca e descoberta de minas. Além disso, o governador vinha com o poder de distribuir mercês e nomear ocupantes para os mais variados ofícios.⁴⁵⁷

Nomeado em dezembro de 1590, Souza permanecia em Portugal em abril de 1591, ainda envolvido no planejamento e organização de sua viagem. Neste mesmo mês, teve atendido o pleito de levar consigo 20 homens ao Brasil e conseguiu, com Luiz

⁴⁵³ Um apanhado sobre esta demanda mineral está em HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” *op.cit.* Fernanda Olival aborda o assunto em sua análise sobre a crise no reinado de Felipe III e as esperanças minerais como forma de resolvê-la. OLIVAL, Fernanda. “Gobierno, crisis...*op.cit.* Sobre as iniciativas em Angola no mesmo período, ver: AMARAL, Ilídio do. *O consulado de Paulo Dias de Novais*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. Em 1600 e 1601, ao par das investidas vicentinas de Francisco de Souza, João Rodrigues Coutinho, governador nomeado para Angola, também ia investido da missão de investigar e beneficiar as ditas minas de Cambembe. AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1461, doc.10 e doc.11. No reinado de Felipe II (I de Portugal), as investidas minerais se acercavam do Brasil e de Moçambique, estas últimas já verdadeiramente controladas pelo reino de Monomotapa.

⁴⁵⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino...op.cit.*; p.57.

⁴⁵⁵ Carvalho Franco acentua como Filipe II não descuidou do nordeste açucareiro enquanto investia nas minas. FRANCO, Francisco de Assis. “Dom Francisco...”*op.cit.* Sobre a formação deste circuito Atlântico que teve no período da União Ibérica um de seus momentos mais importantes, ver o consagrado trabalho de ALENCASTRO, Luís Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁵⁶ A questão da fortificação da costa foi uma das obsessões dos felipes, que do Pará a São Vicente mandaram erguer mais de 20 fortes. D. Francisco, acusado de “abandonar” o Norte, mandou erguer o de Monteserrate (ou de S. Felipe), na Bahia, e o de Santo Antonio da Barra.

⁴⁵⁷ Sobre o regimento de Francisco Giraldes, ver: COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI – XVII): ofício, regimento, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, 2009.

Fernandes Carvalho, o empréstimo de capital suficiente para empreender a viagem.⁴⁵⁸ É uma tarefa difícil recuperar os nomes das pessoas que acompanharam Francisco de Souza na sua primeira ida ao Brasil. Sabemos que o governador foi embarcado com sua comitiva em duas urcas flamengas, conforme se apreende da autorização passada pelo rei para que os provedores e oficiais dos armazéns permitissem que mercadores fretassem as urcas para trazer açúcar e outras fazendas, apesar das disposições contrárias em relação às embarcações estrangeiras.⁴⁵⁹

Alguns dos nomes que, mais tarde, se fixaram na vila de São Paulo, muito provavelmente, vieram com o governador. Segundo Frei Vicente, o primeiro visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça veio na viagem, na qual todos teriam ficado doentes, exceto o governador, que cuidara deles até que, só quando chegou ao Brasil, adoecesse.⁴⁶⁰ Além do visitador, Gabriel Soares de Souza, autor do *Tratado descritivo do Brasil*, teria voltado ao Brasil naquelas urcas, depois de ficar cerca de sete anos na corte pleiteando mercês e apoio para sua empreitada mineral, que teria entusiasmado bastante a D. Francisco.⁴⁶¹ Outro nome importante é o de Diogo de Quadros, homem que esteve com Francisco ao longo de quase toda sua trajetória e extremamente envolvido com a questão mineral, sobretudo com a fundição do ferro em São Paulo. Quadros era cavaleiro fidalgo e detentor do hábito da ordem de Santiago; serviu dez meses em Mazagão, depois foi ao Marrocos para intermediar a libertação de cativos – lá ele mesmo caiu em cativeiro e acabou se libertando por conta própria. Lutou ainda, segundo ele, contra os ingleses nos anos 1580. No seu pleito junto ao rei, afirmava que desejava ir ao Brasil com oito mil réis de tença, em troca da cavalaria de Mazagão, para a qual tinha sido indicado.⁴⁶² As promessas minerais de D. Francisco, alimentadas ainda pelo obstinado Gabriel Soares, devem tê-lo convencido a substituir as honrosas, mas pouco lucrativas praças do Norte da África, pelas acalantadas riquezas das partes do Brasil, onde faria longa carreira.⁴⁶³

⁴⁵⁸ O alvará para levar 20 homens está em: INTT, Chancelaria de Filipe I, Livro 21, fol 176. A petição de mercê para que pudesse transferir os 8 mil réis de sua tença a Luiz Fernandez Carvalho, que fizera adiantamento em dinheiro ao governador e o acompanharia na viagem, está em: AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1458, f.63.

⁴⁵⁹ Biblioteca D'Ajuda, Códice 51-VI-28; f.20v e 21. 06 de maio de 1591, Lisboa.

⁴⁶⁰ Segundo Baptista Pereira, baseado em Monsenhor Pizarro, o próprio Frei Vicente teria voltado ao Brasil, depois dos estudos em Coimbra, em 1591, com o governador. PEREIRA, Baptista. *Op.cit.*

⁴⁶¹ Para Afonso Taunay, seguindo Frei Vicente, Gabriel teria vindo ao Brasil em 1590, portanto antes de D. Francisco. Quem sincronizou as duas vindas, de Gabriel e Francisco, foi Varnhagen. VARNHAGEN, Francisco A. *Op.cit.*

⁴⁶² INTT, Chancelaria de Filipe I, Livro 21, f. 193v. 08 de fevereiro de 1591.

⁴⁶³ Segundo seu memorial feito em Valladolid em 1602, Quadros ainda “foi duas vezes a Pernambuco a cousas do serviço de Vmd e que indo com Feliciano Coelho a guerra dos potiguar foi ferido de uma espingardada em um braço e que há sete anos que serve de capitão da capitania de Sergipe..” AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1463.

Outros nomes prováveis são: o capitão de infantaria Diogo Lopes de Castro; os soldados de origem basca e irmãos Diogo e Pedro Arias de Aguirre; o mineiro alemão Jacques de Oalte; o engenheiro de Guedria, nos Países Baixos, Geraldo Betting; o engenheiro-mor e capitão de artilharia, gentil-homem florentino, Baccio de Filicaya; o açoriano Simão Borges Cerqueira; o secretário particular Pedro Taques; os mineiros Gaspar Gomes Moalho e Manoel Pinheiro Azurara⁴⁶⁴; os cortesãos Paschoal Leite Furtado, Domingos Gomes Pimentel, Mathias Lopes e Jacome Rodrigues Navarro; o sargento-mor Pedro de Oliveira; o alferes Jorge João; o mineiro e fundidor de ferro Domingos Rodrigues; o mineiro Manoel João e Diogo Gonçalves Laço.⁴⁶⁵ Outro nome especulado é o do também engenheiro florentino, Alessandro Massai.⁴⁶⁶ O que sobressai na composição desta lista, um tanto exaustiva, é o nítido aparato militar e seu forte sentido técnico. Ademais, a presença de castelhanos, alemães, flamengos e italianos – além dos portugueses - denota um pouco dos tempos filipinos e a amplitude de seu império.

Afora a própria experiência militar, a atuação e a governança nessa área eram também atributos fundamentais ao ofício dos governadores. No caso de D. Francisco, o regimento que utilizava já trazia reforçada a incumbência de fortificar a terra e empreender conquistas. Além disso, ele vinha imbuído da necessidade de aplicar efetivamente o *Regimento dos Capitães Mores*, feito em 1570 ainda no reinado de D. Sebastião. Inspirado nas Ordenanzas de Carlos V, de 1534, que organizou o modelo castelhano dos *tercios*, o *Regimento* foi aplicado em 1585 na Paraíba por Martim Leitão. O primeiro sargento-mor do Brasil, função já derivada do *Regimento*, foi nomeado em 1588 junto com Giraldes. O segundo, Pedro de Oliveira, veio com D. Francisco, a quem coube uniformizar e formalizar o *Regimento*. Sua implantação teve grandes implicações em São Paulo, onde a disciplina e a organização militar das entradas ao sertão foram resultados diretos da ação do governador.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ Geralmente identificado como castelhano e de nome Miguel pela historiografia. De fato seu nome era Manoel Pinheiro Zurara, nascido em Portugal mas com família residente em Nova Granada, conforme indica os autos de processo contra ele levados a cabo em Assunção, Paraguai, em 1606. ANA, Sección Civil y Criminal, 1549, 4.

⁴⁶⁵ Sobre os acompanhantes de Francisco de Souza: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Os companheiros...” *op.cit.* SALVADOR, Frei Vicente. *op.cit.* TAUNAY, A. “São Paulo...” *op.cit.* .

⁴⁶⁶ Quem tenta provar a atuação deste engenheiro, inclusive em São Paulo, é REIS, Nestor Goulart. *São Paulo, vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Via das Artes, 2004.

⁴⁶⁷ Apesar de polêmico, o quase proscrito trabalho de Ramon Blanco é bastante útil para compreender estas reformas militares castelhanas de Carlos V e sua réplica em Portugal e Brasil. BLANCO, Ricardo Román. *Las “Bandeiras”. Organización táctica que conquistó América y capítulo adulterado de la Historia del Brasil. Nueva formulación de tan importante cuestión*. Universidade de Brasília. Brasília, 1966.

Na perspectiva tecnomineral, a presença de Gabriel Soares, que vinha aquinhado com amplas mercês para possíveis descobertas minerais, permitiu que Francisco de Souza, incumbido de auxiliá-lo, arregimentasse vasto e variado grupo de técnicos, mineiros, engenheiros e fundidores. Segundo a “Lembrança dos oficiais mineiros, fundidores, ferreiros e serralheiros que levaram os governadores...”, D. Francisco de Souza teria levado consigo, para as capitanias de baixo e minas de São Vicente, um mineiro, um certo Fulano Godoy, dois fundidores, o mestre Cristóval lapidário de esmeraldas, um mestre de “adubar” pérolas, e um ferreiro e mestre de fazer e “concertar foles”.⁴⁶⁸ Além deles, os engenheiros militares italianos, trazidos fundamentalmente para a construção das fortalezas de defesa da costa, foram, em parte, deslocados também para as demandas minerais e os diversos levantamentos topográficos e geodésicos. Assim, D. Francisco de Souza fez andar, junto à disciplina, técnica e organização militar, a demanda e pesquisa mineral, procurando cumprir, com eficiência, seu regimento. Portanto, até aqui, nos parece que o governador seguia à risca suas atribuições.

Dom Francisco de Souza tomou posse no Brasil em 09/06/1591, na cidade de Salvador. Não é nossa intenção detalhar sua governança no período em que permaneceu na Bahia, mas, em linhas gerais, podemos dizer que Dom Francisco atuou no sentido de disparar entradas de devassa dos sertões em busca das riquezas minerais, de fortificar a costa, efetivar a conquista do Rio Grande e promover uma série de melhoramentos na cidade de Salvador, dentre eles a reforma das igrejas e o término da murada da cidade. Para conseguir os fundos necessários, o governador teria extrapolado a receita dos dízimos, avançado um cruzado sobre as caixas de açúcar e beneficiado-se de uma parte das rendas advindas dos defuntos; ações que obviamente alimentaram as primeiras queixas em torno de seu governo. Segundo Frei Vicente - sempre a principal fonte para conhecermos o governo de D. Francisco na Bahia -, o primeiro ato de Souza em Salvador foi assistir a um auto de fé. De seu tempo em Salvador, gostaríamos apenas de ressaltar um aspecto que pode revelar um pouco mais da personalidade, e dos interesses, de D. Francisco. Segundo Alice Canabrava “o intercâmbio comercial com o Rio da Prata assumiu tais proporções no primeiro governo de D. Francisco de Souza que se

⁴⁶⁸ Biblioteca D’Ajuda, Códice 51-IX-25, f.11., Lisboa.. O tal “fulano Godoy” é provavelmente Martim Rodrigues Godoy, mineiro de prata que esteve em São Paulo e, depois, foi ao reino com Diogo de Quadros, Manoel João e Manoel Pinheiro solicitar mercês e alguns privilégios para as minas de São Vicente. AGS, Secretarias Provinciais. Libro 1463.

avaliava em 500.000 cruzados o dinheiro vindo de lá para o Brasil naquele período.”⁴⁶⁹ De fato, Marie Helmer, que estudou o comércio de Potosí com a Bahia no século XVI, aponta que seu crescimento teria se acentuado no final do século, justamente o momento do governo de D. Francisco.⁴⁷⁰

Devemos aqui ressaltar que a chegada e os primeiros anos do governo de Francisco de Souza na Bahia coincidem com uma das últimas passagens do bispo de Tucumán D. Francisco de Vitória pela cidade de Salvador.⁴⁷¹ Vitória, chamado de “bispo-mercador”, era português e da ordem dos dominicanos, e assumiu o bispado de Tucumán em 1581. Em 1583, aproveitando os tempos iniciais da União das Coroas, solicitou e conseguiu uma autorização, com a Audiência de Charcas, para fazer comércio com o Brasil via Buenos Aires. Deste ano até 1591-92, o bispo, apesar das críticas e do clima de escândalo, manteve atividade comercial intensa, enviando quantidade razoável de prata ao Brasil. Numa ocasião, esteve, inclusive, em São Vicente, Rio de Janeiro e Bahia. A abertura desta importante rota comercial que atrelava a costa brasileira ao mundo peruano via Buenos Aires e Tucumán, deve muito ao seu pioneirismo, e chegou a beneficiar até mesmo moradores da vila de São Paulo, como Afonso Sardinha. De todo modo, segundo Carlos Assadourian, em Tucumán, a certa altura, teria aparecido um tal de Manuel Pereira, que assinou como procurador de D. Francisco de Souza, em novembro de 1593, um contrato de venda de quatro escravos negros para serem negociados em Potosí.⁴⁷² Parece claro, portanto, que o novo governador foi um dos entusiastas desta nova rota de comércio que ligava as costas brasileiras ao interior da América hispânica, através do Rio da Prata, atingindo Tucumán.

Isso talvez explique porque, em 1594, Hernando de Vargas, o primeiro contador nomeado para o Rio da Prata (que fora obrigado a arribar em Salvador depois de sua nau, a caminho de Buenos Aires, ter sido apresada por corsários franceses), escreveu uma entusiasmada carta para sua irmã, Marianna de Vargas, relatando, dentre outras coisas, como “un caballero governador qui si llama Don Francisco de Souza qui hace me

⁴⁶⁹ CANABRAVA, A.P. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984; p.123.

⁴⁷⁰ HELMER, Marie. “Comércio e contrabando entre a Bahia e Potosí no século XVI”. In: *Revista de História, 15, SP, USP, jul-set 1953*. Helmer historia as empreitadas de Francisco de Vitória e o “caminho” iniciado por ele.

⁴⁷¹ A presença do bispo Francisco de Vitória, em 1591, em Salvador, está registrada em Frei Vicente, que, como ele mesmo narra, o encontrou na cidade quando era ainda bem jovem.

⁴⁷² *Apud*. ASSADOURIAN, Carlos S. “El tráfico de esclavos em Córdoba, 1588-1610” In: Cuardenos de Historia. 32, . Instituto de Estudios Americanistas. 1965, p.7. CALDEIRA, Jorge. “Mulheres no Caminho do Prata” In: *Banqueiros do sertão*. 2 volumes. São Paulo: Editora Mameluco, 2008.

tanta merce...dando me dineros y con tanta voluntad como si yo fuera su heredero...” Na verdade, segundo sua narrativa, vários portugueses haviam sido muito atenciosos, dando-lhe de vestir, de comer, e amenizando as dores e os sofrimentos de tão custosa viagem. Pedia a irmã, ainda, que interviesse junto à corte para que ele pudesse ocupar o posto de tesoureiro ou de contador de Potosí, que, soubera, estavam vagos. Por fim, solicitava à irmã que escrevesse a D. Francisco, agradecendo o tratamento, e a D. Cristóvão de Moura, de quem D. Francisco era devedor, e relatasse tanto as mercês recebidas por ele como também falasse “de su gran nobrez y fidalguia...”.⁴⁷³ Esta carta comprova, de certa forma, as filiações de D. Francisco com D. Cristóvão de Moura, assim como mostra os mecanismos informais de construção de redes de amizade e interesse.

As articulações comerciais da costa do Brasil com o mundo platino ainda eram incipientes quando da chegada de D. Francisco em Salvador. Depois, exatamente durante seu governo, atingiram largas somas e certa regularidade, o que pode denotar o interesse do governador em incrementar esse comércio. Neste caso, o interesse vem acompanhado de mais um exemplo de suas já citadas *manhas*, ou seja, sua destreza para construir relações e atrair parceiros.

De todo modo, as demandas minerais sempre atraíram mais a atenção de D. Francisco. Como dissemos, é provável que ele tenha conhecido pessoalmente Gabriel Soares em Madri e se deixado impressionar com seus relatos e expectativas. Não à toa. As mercês concedidas a Gabriel por Felipe II, incluindo aí o marquesado, bem demonstram que a empolgação não contagiou apenas Francisco. Ressalte-se que, mesmo que o marquesado não fosse novidade, seu caráter distintivo era inegável, visto que somente figuras de grande relevância para as conquistas, como Francisco Pizarro e Hernan Cortes, o haviam recebido da Corte de Castela. Considerando-se, portanto, o regimento de Giraldes e as mercês concedidas a Gabriel, é possível visualizar que a demanda mineral levada a cabo por D. Francisco não foi simplesmente um desejo ou um idiossincrasia pessoal, mas uma de suas atribuições de ofício como governador, delegada diretamente pela Coroa.

⁴⁷³ AGI. Charcas 112. *Carta de Hernando de Vargas*. Bahia. 31 de Julio de 1594. Vargas teria uma tumultuosa carreira em Buenos Aires. Entrou em conflito com os governadores Fernando de Zarate e Hernando Arias por causa de certa leniência deles com o contrabando, mas o próprio Vargas foi envolvido num caso de entrada clandestina de escravos negros pelo porto. A disputa com o todo poderoso Hernando Arias lhe rendeu a prisão e destituição do cargo de tesoureiro em 1606.

Foi ainda sob o cumprimento dessa missão, já depois dos insucessos de Gabriel Soares no sertão do rio São Francisco, que o governador descambou para a parte sul da colônia, em outubro de 1598, deixando em seu lugar, na Bahia de Todos os Santos, o capitão Álvaro de Carvalho. Iniciava, assim, sua viagem rumo à capitania de São Vicente. Como já dissemos, fora para lá formalmente atraído em função das notícias de descobertas de ouro e prata nas minas de Jaraguá, Viraçoiaba e Vuturuna, nas cercanias da vila de São Paulo, todas elas com participação ativa de Afonso Sardinha, pai, e Afonso Sardinha, o moço, por volta de 1595.

A certeza da existência de metais preciosos no Brasil parecia tão grande que, ainda mesmo na Europa, o governador providenciara o provimento de ofícios para o setor mineral, como o de provedor das minas para o castelhano Agostinho de Soutomayor, que já havia estado em Monomotapa; o de feitor das minas para João Correia; o de fundidores para Gaspar João e seu filho Manoel João, e o de operários especializados das minas para Manuel Simão e Manuel Rodrigues.⁴⁷⁴ Além desses, lembremos dos vários mineiros e engenheiros que acompanharam o governador em sua viagem, e podemos perceber que D. Francisco veio ao Brasil com o objetivo bastante claro de encontrar as tais minas, inicialmente inspirado nos projetos de Gabriel Soares e, mais tarde, seguindo os indícios vindos da capitania de São Vicente.

Suspeita-se que, desde as primeiras notícias das descobertas, D. Francisco estivesse predisposto a ir às capitanias do sul, visto que, já em 1595, o governador enviou a São Paulo Sebastião de Freitas, que havia percorrido com Gabriel Soares o sertão do São Francisco, e também o fundidor de ferro Manoel João.⁴⁷⁵ Praticamente ao mesmo tempo, em 1596, fez disparar três entradas conjugadas para o interior partindo de diferentes locais: a de Diogo Martins Cã, que partiu do atual Espírito Santo; a de

⁴⁷⁴FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *História das minas de São Paulo. Administradores gerais e provedores (séculos XVI e XVII)*. Coleção História. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1964.

⁴⁷⁵ “El año de 95 me enbio a esta Capitania a descubrir yerro, y haviendo hallado, y juntamente oro, fue en persona a darle cuenta de lo q havia, y de nuevo me mando volver em companhia de um minero de oro...” In: “Informe de Manuel Juan de Morales de las cosas de San Pablo, 1636.” In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/ Divisão de Obras Raras, 1951; p.182. A identidade deste Manuel Juan ainda é uma incógnita. Não há qualquer Manuel Juan de Morales na documentação coeva, e muitos tentaram identificá-lo com Manoel João Branco, potentado local na época e envolvido com os quintos do ouro na década de 1620. Manoel João Branco já foi identificado como biscaíno, entretanto, seu testamento e inventário, preservados, dão conta de que ele era nascido na aldeia de Rascoia, vila de Avelar no Concelho de Chão de Couce, próximo a Leiria, Portugal, e que era filho de Simão João. De todo modo, em nenhum momento o autor da carta ao rei identifica sua origem, portanto, bem pode ser um português, e o perigo de vida que corria – alerta feito por ele mesmo diante das denúncias que faz – poderia levá-lo a mudar em parte o nome. Sendo Manoel João Branco este Manuel João, assentou-se bem em São Paulo. Casado com a filha de Fernão Dias, tornou-se comerciante – seu inventário é um dos mais ricos de São Paulo –, arrendador do fornecimento de carne para a vila, negociante de escravos negros, plantador e moedor de trigo, além de arrecadador de quintos do ouro e superintendente de aldeamentos. I&T, DAESP, Vol.13, p. 281-370. 1643.

Martim de Sá, do Rio de Janeiro e a do recém-nomeado capitão-mor da capitania de São Vicente, João Pereira de Sousa Botafogo, da vila de São Paulo.

Em fevereiro de 1597, era lida, na Câmara da vila de São Paulo, uma carta do governador comunicando a chegada de Diogo Gonçalves Laço, nomeado capitão-mor, “ao efeito do ouro”.⁴⁷⁶ Na verdade, como afirma Frei Vicente:

*Muitos anos havia que voava a fama de haver minas de ouro, e de outros metais na terra da capitania de São Vicente (...) e já por algumas partes voava com asas douradas, e havia mostras de ouro; o governador se partiu para baixo no mês de outubro de 1598, levando consigo o desembargador Custódio de Figueiredo...*⁴⁷⁷

Diogo Laço foi enviado a São Paulo já como administrador das minas e trazia consigo o primeiro aparato tecno-administrativo para a então pequena vila. Vinha acompanhado do alferes Jorge João, dos mineiros Gaspar Gomes Moalho e Manoel Pinheiro Azurara, e do fundidor Domingos Rodrigues. Laço foi a São Paulo, preparou a vinda do governador e voltou à Bahia para buscá-lo. Entretanto, antes de chegar a São Paulo, Francisco de Souza estacionou em Vitória, na Capitania do Espírito Santo, para averiguar as notícias de esmeraldas que circulavam por ali. De lá, enviou a São Paulo o capitão Diogo Arias de Aguirre, junto com 200 índios de *serviço*. Começavam, assim, a mobilização e a arregimentação de mão de obra indígena para um futuro projeto mineral. O que, de certo, não passou despercebido pela Cia de Jesus, que reclamou, através de seu provincial, deste tipo de transplante. Dizia ele que “os governadores geraes do Brasil pretendem mudá-los de umas capitanias para outras de diversos senhorios como se fez da capitania do Espírito Santo para a de São Vicente”.⁴⁷⁸

De Vitória, D. Francisco se dirigiu ao Rio de Janeiro, onde atendeu a uma série de demandas locais, o que o obrigou a providenciar a vinda do ouvidor-geral da Bahia para continuar a resolver as querelas. Ali teria arregimentado, dentre outros, André de Leão e o boticário-cirurgião João Serrão. Na cidade, D. Francisco deve ter estreitado sobremaneira suas relações com o clã dos Sá. Mesmo porque não nos esqueçamos que Martim de Sá, filho de Salvador Corrêa de Sá, havia liderado uma das entradas solicitadas pelo próprio governador. Segundo Carvalho Franco, Salvador de Sá, o velho, possuía notícias e mercês de minas desde 1578, ostentando, inclusive, o título de

⁴⁷⁶ ACVSP, 08/02/1597.

⁴⁷⁷ SALVADOR, Frei Vicente. *Op.cit...* p.230.

⁴⁷⁸ AGS. Secretarias Provinciais, Libro 1461, Doc.104; fôlio 2. “Petição a VM do provincial e dos religiosos da Companhia de Jesus da Província do Estado do Brasil”c.1602.

superintendente.⁴⁷⁹ Segundo os relatos de Knivet, talvez um tanto fantasiosos, uma carga de nove toneladas de prata, que seria enviada ao reino pelo governador, teria ficado em Pernambuco aos cuidados de Salvador de Sá, ele próprio possuidor de uma caixa com ouro puro. O fato é que, enquanto D. Francisco investigava as minas da capitania de São Vicente, Salvador continuou, através de seu filho, a investigar o território fluminense. A complementaridade dos interesses dos Sá e de Francisco de Souza parece evidente neste caso das minas, visto que, após a morte do governador em São Paulo, seriam eles que herdariam as mercês das minas, primeiro através de Salvador de Sá, depois, dos irmãos Martim e Gonzalo de Sá e, finalmente, de Salvador Correia de Sá e Benevides.⁴⁸⁰

Do Rio de Janeiro, D. Francisco foi à vila de São Vicente, na qual chegou em março de 1599. Foi nessa época que ocorreu o já comentado episódio da urca holandesa. Da vila litorânea, o governador rumou para São Paulo atravessando a Serra do Mar. Lá, as expectativas da sua chegada já se faziam sentir e não tardariam os efeitos de sua presença, que causaram uma série de mudanças no cotidiano da então pequenina vila. Dinamizador da vida local, D. Francisco efetivamente começaria a inserir o vilarejo, povoado de colonos iberos e mamelucos, no mapa do império filipino.

São Paulo: do burel ao libré

A função de governar, tão profundamente associada ao *pater familias*, numa especular relação com o poder doméstico, sofreu algumas importantes transformações ao longo dos séculos XVI e XVII.⁴⁸¹ Paralela à estruturação do Estado moderno, a própria concepção de “governo” foi, por um lado, se alargando e, por outro, se tornando autônoma. As perspectivas medievais relacionavam o governo ao *regnum*, portanto, governar era fundamentalmente reger e conduzir. Para Michel Sennelart, o século XVII assistiu à definitiva transformação desta ideia de governo, que passou, então, a carregar novos sentidos e atribuições, já que Estado e governo começaram a ser vistos cada vez mais como instâncias separadas.⁴⁸² Além das clássicas funções militares e diplomáticas,

⁴⁷⁹ FRANCO, Francisco. *História das minas...op.cit.*

⁴⁸⁰ KNIVET, Anthony...*op.cit.* p.155.

⁴⁸¹ O domínio exercido pelo *pater* se diferencia do poder do *imperium* também porque, neste último, se instaura um direito positivo, uma relação baseada na vontade e no pacto entre seus membros, diferente das relações construídas a partir das relações familiares e domésticas, reunidas por consangüinidade e parentesco, portanto, menos voluntárias e mais regidas por obrigações mais “transcendentais”. Ver CARDIM, Pedro *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Dissertação de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 2000.

⁴⁸² SENELLART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo: Ed.34, 2006.

as chamadas práticas administrativas passaram a compor o rol das funções governativas.⁴⁸³

Governar continuou a ser garantir a ordem, concedendo, a cada um, o que lhe era justo⁴⁸⁴, mas seus mecanismos assumiram novos contornos. A Idade Moderna trouxe novos dispositivos e realidades sociais novas. Neste sentido, a intervenção governativa e administrativa na *polis* e no tecido da vida social, também ganhou mais destaque, já que o universo da *polícia*, ou da vida civil, se tornara nos tempos modernos um dos campos de atuação das funções dos governos.⁴⁸⁵

Portanto, as ações do governante no campo da vida cotidiana, das posturas municipais, da regulação das relações sociais na *urbs* passaram a ser de fundamental importância na análise da governança. Além disso, o exercício do poder não era, de modo algum, um ato mecânico ou uma via de mão única. Na cadeia das relações e subordinações, as ações diretas dos governantes pesavam tanto quanto seus efeitos – diretos e indiretos –, suas homologias e suas “tecnologias” de poder, aí incluídos os mecanismos de autoridade.⁴⁸⁶ No caso específico do governador D. Francisco de Souza, não podemos, em absoluto, minimizar os impactos reais e simbólicos da sua estadia numa pequena vila colonial alojada no ponto mais a oeste da América portuguesa. Antes mesmo dos atos explicitamente impactantes, a própria presença do governador já causou mudanças imediatas na vida local, criando as bases para transformações de longo prazo. Assim sendo, cabe analisar a governança de D. Francisco para além dos campos econômico e político no sentido estrito. Busca-se aqui também analisar as dimensões sociais do poder, suas estratégias de comunicação e a manipulação da imagem de autoridade. Compreender, enfim, as “manhas” do poder!

Na pequena São Paulo, como já dissemos, uma nova rebelião indígena, entre os anos de 1590-1593, colocaria a vila em alerta. Mas, com um núcleo um pouco mais encorpado demograficamente, e quase três décadas de experiência em lutas contra os indígenas, os colonos não só mantiveram a existência do povoamento, como também

⁴⁸³ CARDIM, Pedro: “La jurisdicción real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVIII): reflexiones sobre la historiografía”, em ARANDA PÉREZ, Francisco José, e RODRIGUES, José Damião: *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*. Madrid: Sílex, 2008, pp. 349-388.

⁴⁸⁴ Esta noção de justiça não corresponde, de modo algum, a qualquer tipo de igualdade. Falamos da sociedade do Antigo Regime, portanto, o que competia a cada um era permeado pelo lugar social que ocupava na trama corporativa e hierarquizada da sociedade da época. HESPANHA, António. *Visperas del Leviatán. Instituciones e poder político (Portugal, siglo XVII)*. Madrid: Taurus, 1989.

⁴⁸⁵ SENELLART, Michel. *As artes...op.cit.*

⁴⁸⁶ Esta perspectiva, inspirada nas linhas de análise nascidas dos trabalhos de Michel Foucault, tem questionado o poder visto de maneira tão verticalizada e limitada ao princípio da obediência. CARDIM, Pedro. *O poder...op.cit.*

nos revelaram o momento que pode ser considerado o ponto chave de sua estabilização. Além disso, os moradores assumiram uma postura mais ofensiva, inclusive em relação aos índios mais distantes da vila.⁴⁸⁷ Ensaaiavam-se as primeiras grandes entradas para os espaços contíguos da povoação. Foi, pois, exatamente neste contexto que o governador-geral do Estado do Brasil, D. Francisco de Souza, encontrou a vila.

As Atas da Câmara da Vila de São Paulo - em grande parte maravilhosamente preservadas e editadas ao longo do século XX -, nos fornecem o testemunho da ansiedade vivida pelos moradores da vila diante da proximidade do governador.⁴⁸⁸ Lembremos que, em fevereiro de 1597, Dom Francisco já tinha enviado um representante para São Paulo com correspondência sua. Em maio, chegava nova carta, cujo conteúdo não foi revelado, e, em outubro, mais uma que solicitava à Câmara providenciar a melhora e arrumação do “caminho do mar”, terrível serpenteado de trilhas que partiam da base da serra do mar e subiam até o planalto. O serviço deveria ser feito pela “mão comum”, mas, em março do ano seguinte, os oficiais foram obrigados a cobrar dos próprios moradores as providências quanto a este pedido.⁴⁸⁹

A chegada do governador e de sua comitiva mobilizou as autoridades locais, que tiveram de garantir refeição, abrigo e serviços aos novos personagens. Os oficiais da Câmara se preocuparam em regular os ofícios mecânicos, em especial, controlar o ofício de barbeiro. Em maio de 1598, os oficiais exigiam que não se levasse mais gado para Santos até a vinda do governador, pois poderia criar problemas de abastecimento. Além disso, cada um dos moradores deveria limpar e carpir seu chão de terra. O uso do *tingui* (espécie de veneno indígena) foi proibido como instrumento de pesca, pois extinguiu rapidamente a quantidade de peixes dos rios adjacentes. A igreja matriz, iniciada em 1588, ficara parada durante anos, e a vinda do governador se tornou um pretexto, e uma oportunidade, para encerrá-la. Era ainda necessário criar alguma estalagem ou estabelecimento que vendesse coisas de comer e beber, o que foi feito ao se conceder tal tarefa ao malaguenho Marcus Lopes. A dinâmica local começava, desde antes da chegada do governador, a se alterar em função de sua iminente presença. Contudo, mesmo depois de sua chegada, uma espécie de “febre normatizadora” continuou

⁴⁸⁷ As primeiras entradas punitivas foram lideradas pessoalmente pelo capitão-mor da Capitania, Jerônimo Leitão, em 1585 e 1590, atingindo inclusive a região do Guairá, na Província do Paraguai e Rio da Prata.

⁴⁸⁸ No início do século XX, começaram as primeiras iniciativas no sentido de compilar e transcrever a documentação dos antigos cartórios e da Câmara de São Paulo. Dentre seus principais patrocinadores, estava Washington Luis, prefeito da cidade, presidente estadual e, mais tarde, presidente da República. Em 1915, durante seu governo na prefeitura, foram publicadas as primeiras atas da Câmara e os registros gerais. Mais tarde, publicaram-se os primeiros inventários e testamentos, cartas de doações de terras e os Documentos Interessantes para a História de São Paulo.

⁴⁸⁹ ACVSP. Volume II. 24/05/1597, p.25; 19/10/1597, p.28; 08/03/1598, p.38-39.

atingindo a vida cotidiana da vila, como se pode verificar nas sessões da Câmara, que regulavam o açougue onde se *tallhe* a carne, os juízes telheiros (padrão de telhas) e as caixas de marmelada, principal produto de “exportação” da vila.⁴⁹⁰ A regulação e disciplinarização da vila, diante da chegada do governador, é um dos denotativos do impacto e dos efeitos de sua presença no pequeno povoado.

O homem de idade madura, ânimo decidido, polido e adaptável, como dizia Carvalho Franco, veio acompanhado da comitiva “mais douta, mais operosa e mais luzida que já vira a colônia nascente”.⁴⁹¹ O que deve ter impressionado os moradores da vila de São Paulo que se viram, de repente, alçados à condição de sede e centro, senão do governo - que permanecia em Salvador -, da governança. Segundo Afonso Taunay, a chegada de Francisco de Souza a São Paulo foi um verdadeiro “choque de civilização”. De fato, o historiador paulista fazia esta inferência a partir de Frei Vicente Salvador, para quem, em São Paulo,

*Até então os homens e mulheres se vestiam de pano de algodão tinto, e se havia alguma capa de baeta e manto de sarja se emprestava aos noivos e noivas para irem à porta da igreja; porém depois que chegou d. Francisco de Souza, e viram suas galas, e de seus criados e criadas, houve logo tantas librés, tantos periquitos, e mantos de soprilhos.*⁴⁹²

Lembremos que, cerca de quinze anos antes, em 1583, Fernão Cardim escrevia sobre os paulistas que, vivendo “no meio daquele sertão e cabo do mundo”, “vestem-se de burel, e pellotes pardos e azuis, de pertinas compridas, como antigamente se vestiam. Vão aos domingos à igreja com roupões ou berneiros de cacheira sem capa”.⁴⁹³ Nos inventários paulistas, transparece o aumento, sem exagero, de bens de luxo e objetos como porcelanas, talheres e roupas, entre os arrolados. Houve, como afirmou Alcântara Machado, um maior interesse pelo luxo.⁴⁹⁴ Portanto, nos cabe ponderar o impacto sobre alguns hábitos e padrões de sociabilidade nesta vila de São Paulo, bastante alterados com a chegada do governador.

No campo do vestuário, evocado pelos cronistas aqui citados, por exemplo, a chegada do cortesão D. Francisco - e seu séquito igualmente composto por alguns

⁴⁹⁰ ACVSP, Volume II. Ofício de Barbeiro (04/08/1597, p.26); Gado, *Tingui* e Limpeza dos chãos (30/05/1598, p.41), Matriz (30/05/1598, p.42), casa de comer e beber, telhas, açougues e caixas de marmelada (19/01/1599, p.56).

⁴⁹¹ FRANCO, Francisco de Assis C. *Dicionário...op.cit.*; p.394.

⁴⁹² SALVADOR, Frei Vicente...*op.cit.* p.235.

⁴⁹³ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra...op.cit.*; p.173.

⁴⁹⁴ MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

cortesãos - deve ter trazido a São Paulo a tal “*moda* filipina”, que tanta influência exerceu na Europa neste contexto. Esta estava obviamente associada ao poder do império e sua ascendência, admiração e dinamismo no quadro europeu. Numa leitura quase automática, poderíamos especular se São Paulo não entrou, também através da moda, nas fileiras do império filipino pelas mãos de D. Francisco? É ainda Alcântara Machado, citando Teófilo Braga, que situa, no reinado de Felipe II, a introdução em Portugal de “meias de seda, gabões de raso, que é um tecido de lã tosado, sem felpa, e calções e bragas de veludo na indumentária portuguesa”.⁴⁹⁵ Uma dimensão mais comezinha, cotidiana, atrelada a certos padrões de sociabilidade, mas que, do mesmo modo, adveio da presença de D. Francisco em São Paulo, conectando a vila aos padrões de civilidade difundidos no contexto do império filipino.

A chegada desta comitiva revela outra dimensão fundamental, que é o incremento populacional na vila. Ela deve ter causado verdadeira revolução na dinâmica do povoado, pois interferiu na distribuição de datas e sesmarias, modificou o leque de ofertas de casamentos e alianças, e alterou os padrões de consumo. Em 1589, São Paulo contava com um pouco mais de 170 moradores, passando, em 1600, para 308, portanto um acréscimo de 80% numa década. Importante ressaltar que o padrão se repete na segunda vinda do governador. Em 1605, quando não estava mais em São Paulo, a vila totalizava 374 moradores, mas entre 1606 e 1610, quando voltou, o aumento foi de 160 moradores, compondo um total de 534 nomes. Cerca de 40% de elevação.⁴⁹⁶ Assim, “a comitiva encheu a pequena vila, o que não era difícil, e transformou profundamente os costumes de seus habitantes”.⁴⁹⁷ Diríamos que não só os costumes, mas também a paisagem.

No final de outubro de 1598, é possível identificar um grande processo distributivo de datas. Tratado em sessões da Câmara realizadas em pequenos intervalos, podemos nos perguntar se o assunto tinha ou não relação com as notícias de que o governador se dirigia a São Paulo. Nesse sentido - e isso nos parece bastante provável -, resta-nos saber se esta distribuição responderia a uma necessidade de regularizar e oficializar a situação de ocupação das terras; o que poderia servir tanto para agradar ao governador, quanto para garantir as datas aos moradores mais antigos, antes que os forasteiros da comitiva de D. Francisco pegassem as melhores. Assim, 27 datas foram

⁴⁹⁵ *Idem, ibidem*; p.93.

⁴⁹⁶ Estes números foram retirados do trabalho de Nuto Sant’Anna, que fez levantamento nominal, através da documentação, da população da vila. SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole. Histórias...op.cit.*

⁴⁹⁷ LUIS, Washington. *Op.cit.*; p.225.

distribuídas num pequeno intervalo de três meses.⁴⁹⁸ Em janeiro de 1599, comprovadamente surge o primeiro homem ligado ao governador solicitando datas: Jorge João, alferes da companhia de Diogo Gonçalves Lasso, “e que viera para o descobrimento de minas”.⁴⁹⁹ Em maio deste mesmo ano, Domingos Gomes Pimentel, que viera com o governador, solicitava terras entre os caminhos do Ibirapuera e Pinheiros porque queria trazer a família da Bahia.⁵⁰⁰ Em novembro, o mineiro Gaspar Gomes Moalho requeria terras no caminho de Pinheiros e Piratininga, defronte às de Domingos Dias, este também soldado de D. Francisco de Souza.⁵⁰¹ Entre 1599 e 1600, os acompanhantes de D. Francisco, recém-chegados à vila, se instalavam em regiões próximas ao núcleo, disputavam, portanto, as datas de terra e, de modo geral, se tornavam vizinhos. Padrão que se repete quando da segunda vinda de D. Francisco, acompanhado de nova comitiva, entre 1609 e 1611. John French contabilizou 104 sesmarias concedidas, entre 1606 a 1615, contra somente 11, na década seguinte.⁵⁰²

Para Muriel Nazzari, as terras em São Paulo não tinham grande valor de troca, apresentando baixíssimos preços quando inventariados, mas tinham grande valor de uso, pois, segundo ela, as terras eram a base sobre a qual se explorava um abundante universo de recursos, em especial os índios descidos do sertão.⁵⁰³ Indícios sugerem que foi exatamente neste contexto que as terras passaram a ter um valor monetário maior. French evidencia as primeiras vendas de terras na segunda metade da década de 1590, e Alcântara Machado identificou uma valorização imobiliária iniciada em 1600.⁵⁰⁴ Em consequência do aumento da procura e da ocupação das terras, estava o seu processo de valorização. Portanto, o governador também trazia consigo uma relativa inflação no mercado imobiliário!

Os companheiros de Francisco de Souza se estabeleceram na vila, e conseguiram terras, bons casamentos e ofícios, tanto na Câmara, quanto nas minas e na capitania. Podemos citar aqui os exemplos de Simão Borges Cerqueira, que se casou com Leonor Leme; Pedro Taques, secretário do governador, que foi consorciado com Anna de Proença e assumiu o posto camarário de almotacel e, depois, o ofício de juiz de órfãos;

⁴⁹⁸ RGCSP. Volume II, Suplemento, 1919.

⁴⁹⁹ *Idem, ibidem*; 26/01/1599.

⁵⁰⁰ *Idem, ibidem*; 17/05/1599.

⁵⁰¹ *Idem, ibidem*; 30/09/1599 e 18/11/1599.

⁵⁰² Este importante estudioso da história econômica da vila de São Paulo demonstrou o relativo crescimento da economia local neste contexto, entretanto, não o atrelou à conjuntura política, que era justamente marcada pela presença do governador na vila. FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência, 1596-1625”. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: 45; 195, 1982. 79-107.

⁵⁰³ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote...op.cit.*

⁵⁰⁴ FRENCH, John. *Op.cit...* MACHADO, Alcântara. *Op.cit...*

Gaspar Gomes Moalho, o mineiro, que também foi meirinho das minas e dono de terras em Pinheiros; Sebastião de Freitas, que se casou em São Paulo, foi almotacel, vereador duas vezes e capitão da vila; Paschoal Leite Furtado, que foi almotacel e vereador; Mathias Lopes, mamposteiro de cativos e procurador; Domingos Gomes Pimentel, dono de terras; Geraldo Betting, que se casou com Custodia Dias e foi dono de terras em Parnaíba. Devemos lembrar que os casamentos eram, neste contexto, mais uma das formas de se fazer negócios e alianças.⁵⁰⁵ Ser agraciado com terras e conseguir um bom casamento eram, portanto, condições básicas para que estes recém-chegados pudessem tornar-se membros proeminentes de São Paulo, compondo o rol dos *homens bons* ou da governança da vila, e, assim, serem perfeitamente integrados a ela.⁵⁰⁶

Desse modo, ao que tudo indica, a comitiva de D. Francisco foi muito bem recebida na pequena vila, sendo absorvida pelas famílias que, em São Paulo, já moravam há mais tempo. Tanto que estes homens passaram a fazer parte muito rapidamente da estrutura econômica e política da sociedade local. Além do peso do poder e da autoridade do governador, parte da explicação para isto deve ser associada ao próprio momento da vila, que, naquela altura, ainda encontrava-se bastante carente de gente branca e ansiosa por novas levas de colonos. Embora a situação no final da década de 1590 já se achasse bem melhor que a de 1580, quando até mesmo castelhanos, como Bartolomeu Bueno, foram seduzidos a permanecer na vila, lembremos que a necessidade de novos colonos e um novo *stock* de maridos, *homens bons* e homens de armas ainda pesavam consideravelmente na recepção aos forasteiros. Portanto, aos moradores de São Paulo deve ter soado muito atraente as possibilidades abertas com a presença dessa gente que prometia não só bons casamentos, como bons negócios e ofícios, mesmo porque, além de tudo, acompanhava o governador-geral.

Outro aspecto relevante do impacto da presença do governador na vila de São Paulo é o que poderíamos chamar de urbanístico. De acordo com Nestor Goulart Reis, em sua tentativa de reconstituição da vila a partir de dois desenhos da primeira metade do XVII, junto a Francisco de Souza teriam vindo os engenheiros militares Baccio de Filicaya e Alexandre Massaii.⁵⁰⁷ Segundo Reis, o governador teria realizado o primeiro

⁵⁰⁵ Sobre o papel dos casamentos na organização social paulista ver: NAZZARI, Muriel. *Op.cit.* e CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial*. São Paulo: Paz e terra, 2003.

⁵⁰⁶ Contudo, ainda na década de 80, o sevilhano Bartolomeu Bueno era já arrolado como *homem bom* sem ter casamento nem terra. Além disso, era carpinteiro, ou seja, oficial mecânico, o que evidencia a flexibilidade destes critérios.

⁵⁰⁷ REIS, Nestor Goulart. *São Paulo...op.cit.* Em relação ao primeiro, cartas do próprio dão conta de sua presença em São Paulo. “Carta de Baccio de Filicaya de 30.08.1608”, publicada em PORTO SEGURO, Visconde. *História Geral do Brasil*. Tomo Segundo. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 3 ed.; pp.100-104. Quanto a Massaii, a inferência

esforço para organizar o crescimento urbano – que, no fundo, ele mesmo propiciava -, e, ainda sugere, que algumas ruas haviam sido traçadas por ordem do próprio D. Francisco. Estas já observariam os princípios da legislação filipina: como a chamada rua Direita, que formava um ângulo reto com a rua São Bento, compondo o que ficou conhecido na vila como *Os Quatro Cantos*.⁵⁰⁸ A geometria e a largueza das ruas seriam indicativas da ação de engenheiros em seu desenho e plano. Portanto, estes teriam atuado nas ruas do entorno da Sé, e também na antiga rua conhecida como do Governador, onde D. Francisco provavelmente tinha sua morada. Além disso, pela primeira vez, a vila avançava sobre os muros, tornando-os obsoletos e desnecessários, já que os indígenas do planalto ou estavam aldeados, mortos, escravizados ou haviam migrado das redondezas. A própria área de expansão da vila já havia sido preparada pela Câmara, que, em 1598, formalizou e demarcou em “cinco tiros de besta” a área do rocío, o que tornava estas novas terras disponíveis, e, assim, passíveis de ser, segundo o foral da Capitania, distribuídas pela instituição camarária.

Mas não só à vila de São Paulo ficaram restritas as ações de D. Francisco. Em suas andanças pelas minas de metais descobertas na região, o governador fundou a vila de São Felipe - que não vingou - e, logo depois, estabeleceu pelourinho nas minas de Nossa Senhora de Monserrate, ao redor da ermida de mesmo nome, nas cercanias de Viraçoiaba.⁵⁰⁹ Afora as óbvias influências espanholas em sua toponímia, Dom Francisco ainda incentivou a criação da vila de Mogi das Cruzes e o povoamento de Parnaíba, em torno das minas daquela região. Assim, irradiava, para além do núcleo planaltino, espaços de ocupação basicamente voltados à exploração das supostas minas e à manutenção de fronteiras e caminhos, como foi o caso de Mogi.

A vida na vila de São Paulo definitivamente se tornou mais complexa. Na medida em que o povoamento se consolidou, a presença do governador dinamizou e direcionou o crescimento do povoado. Esta complexidade pode ser percebida através da

foi feita por Nestor Goulart a partir de alguns desenhos encontrados e analisados por ele na Real Academia de História de Madrid, e atribuídos a este importante engenheiro italiano. Contudo, cabe ponderar que, em nossas pesquisas, não nos deparamos, em nenhum momento, com qualquer referência a seu respeito. De qualquer maneira, também não existe documentação que ateste a presença de Baccio, além das cartas publicadas pelo Visconde, ninguém menos que Francisco Varnhagem.

⁵⁰⁸ REIS, Nestor. *Op.cit.* Segundo ele, Francisco de Souza e seus engenheiros já atuavam sob a influência das leis de Felipe II sobre o traçado urbano na América, presentes nas *Leis das Índias* de 1573.

⁵⁰⁹ Quando da iminência da segunda ida de Baccio de Filicaya ao Brasil, com Francisco de Souza, em 1608, o engenheiro narra como D. Francisco “constrói uma nova cidade naquela parte” e como ele ajudaria a construí-la e fortificá-la. Esta passagem permite dupla interpretação, pois tanto pode-se pensar que ele fala de São Paulo, quanto de alguma outra vila mais próxima às minas. “Carta de Baccio...” PORTO SEGURO..*op.cit.* Aracy Amaral referencia a presença de Baccio em Buenos Aires em 1611, onde interferiu na obra do *cabildo* e do hospital; portanto, se foi a São Paulo em 1609, pouco ficou naquelas paragens. AMARAL, Aracy. *Hispanidade...op.cit.* p.51.

expansão da área ocupada, do incremento da diversidade demográfica, da regulação do cotidiano e, até mesmo, da vida religiosa. D. Francisco também foi o grande incentivador do estabelecimento e consolidação dos beneditinos em 1600, que, juntamente com os carmelitas recém-instalados (1594), ajudaram a quebrar o até então monopólio religioso dos jesuítas na vila. Em suma, a presença do governador foi marcante para o desenvolvimento da *polis* paulista, ordenando espaços, regulando a vida cotidiana e organizando famílias e futuros clãs.

Um projeto integrado e integrador: mina, agricultura, indústria e comércio.

O motivo declarado para a ida de D. Francisco à capitania de São Vicente foi o de averiguar as notícias sobre a existência de minas de ouro, prata e ferro na região. Esta demanda, até onde se sabe hoje, teria sido bastante frustrante, apesar de algumas especulações posteriores. De todo modo, derivou daí a imagem de D. Francisco como uma espécie de “Quixote mineral”, que despendeu toda a sua energia e recursos (estes, nem todos seus) nos mirabolantes sonhos de uma nova Potosí inexistente. Por outro lado, na historiografia paulista, a figura de D. Francisco foi louvada em função da paternidade das chamadas *bandeiras*. Mesmo decepcionante na questão mineral, teria sido D. Francisco o verdadeiro promotor do bandeirismo e o grande responsável pelo impulso expansionista paulista. A paternidade foi reconhecida, sobretudo, na sua atuação em organizar e disciplinar o que eram, até então, apenas as caóticas e esparsas entradas punitivas. Neste sentido, o governador teria dado uma direção às entradas do sertão.

Segundo uma parcela importante desta historiografia paulista, as expedições financiadas e organizadas por D. Francisco (dentre elas, as de André Leão, em 1601, e de Nicolau Barreto, em 1602) teriam potencializado certo espírito sertanista do paulista, despertando a tal “vocação para o sertão”.⁵¹⁰ Para além desta perspectiva, a historiografia sobre as bandeiras também foi marcada por uma relativa “visão cínica”. De acordo com ela, os bandeirantes estavam sempre escondendo suas verdadeiras intenções. Na alegada busca por metais, estava o desejo de capturar índios; ou, na busca de índios, estava o verdadeiro desejo de ampliar as fronteiras!⁵¹¹ A dificuldade de

⁵¹⁰ A chamada vocação para o sertão faz parte do imaginário paulista e foi bastante trabalhada, de diversas maneiras, pela historiografia. Afonso Taunay, Washington Luis, Ernani da Silva Bruno, Alfredo Ellis, Jaime Cortesão e mesmo Sérgio Buarque de Holanda tiveram de se haver com este “mito” paulista.

⁵¹¹ A perspectiva territorial das bandeiras é bastante associada a CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

compreender um processo tão multifacetado e heterogêneo como o bandeirantismo talvez ajude a explicar tais reducionismos. O fenômeno das entradas e bandeiras abarcou ampla temporalidade, obedecendo, portanto, a oscilantes conjunturas políticas e variadas necessidades econômicas. O período de D. Francisco foi, por excelência, um destes momentos.

Demanda por minérios, apresamento puro e simples de indígenas, expedições punitivas, caravanas comerciais ao Guairá, ataques às reduções jesuíticas são algumas das dimensões e dos diversos objetivos assumidos pelas bandeiras ao longo do século XVII, papéis que poderiam, ou não, ser conjugados nas jornadas empreendidas. Assim, parece claro que tanto suas funções quanto estratégias foram bastante variáveis, mesmo porque metas diferenciadas requeriam, necessariamente, métodos diferenciados.

De todo modo, em relação ao contexto aqui estudado, pode-se sublinhar de pronto que nenhum documento do período em que D. Francisco de Souza permaneceu em São Paulo sugere algum tipo de expansão territorial com o propósito de assegurar a posse portuguesa. As ações do governador foram direcionadas para a busca de minas e a articulação econômica da região, o que pressupunha muito mais uma colaboração com Castela e com a América castelhana do que uma possível competição. Portanto, neste momento específico, nos parece descabido qualificar quaisquer das entradas empreendidas como de expansão das fronteiras portuguesas. E elas não foram poucas: além das duas anteriormente citadas, Diogo de Quadros teria providenciado as entradas de Belchior Dias Carneiro (1607) e Martim Rodrigues Tenório (1608).

Nilo Garcia foi um dos primeiros a ver outra mentalidade presente nas entradas organizadas e disparadas pelo governador. Segundo o autor, elas representavam “o veículo que transportou para São Paulo uma experiência, uma mentalidade que Castela desde há muito desenvolvia no México e no Peru”.⁵¹² Esta influência castelhana estaria no descimento de índios e no aldeamento deles como reserva de mão de obra *repartida* para as minas. Já numa perspectiva mais ampla, Aracy Amaral sugeriu que as bandeiras faziam parte de um quadro econômico maior, inseridas, pois, num projeto articulado de mina, siderurgia e agricultura.⁵¹³ Na mesma direção, John Monteiro, mais recentemente, viu, na atuação de D. Francisco, um projeto coletivo de desenvolvimento. Em sua explicação econômica, Monteiro mostra como as expedições de apresamento estavam vinculadas a este projeto. O governador “propunha articular os setores de mineração,

⁵¹² GARCIA, Nilo. *A aclamação de Amador Bueno...op.cit.*; p.49.

⁵¹³ AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo...op.cit.*

agricultura e indústria, todos sustentados por uma sólida base de trabalhadores indígenas.”⁵¹⁴ Isso, sem dúvida, sob clara inspiração da América espanhola. Ainda segundo Monteiro – que, nesse caso, segue um pouco os passos de Sérgio Buarque –, embora Francisco de Souza tivesse malogrado em seus objetivos de curto prazo, mesmo assim gerou consequências extremamente relevantes para a história e a dinâmica da vila de São Paulo.

Numa análise detalhada sobre as repercussões econômicas das ações de Souza, Monteiro explicita que a “nova Potosí” não foi encontrada, apesar de certa quantidade de ouro de faiscagem extraída, e que a dimensão industrial (representada nos engenhos de ferro) também teria fracassado em longo prazo, apesar de uma discreta produção das fundições de ferro de Santo Amaro e de Viraçoiaba. Entretanto, as iniciativas de D. Francisco teriam surtido efeito na dinâmica econômica local, com o crescimento da lavoura comercial, de trigo especialmente, e do apresamento de índios para o abastecimento destas. Neste sentido, um dos objetivos de Souza - transformar São Paulo em “celeiro do Brasil”, onde “fazendas de trigo, organizadas no modelo da *hacienda* hispano-americana, abasteceriam as minas e cidades” - teria, em parte, se realizado.⁵¹⁵ Não foi simples coincidência o fato de alguns dos colaboradores diretos de D. Francisco terem sido os pioneiros no plantio e na moagem do trigo, como Pedro Taques (secretário do governador), Manuel João Branco (possível mineiro de ferro) e Cornélio de Arzão (engenheiro-fundidor flamengo). Mais um dado para incrementar a tese do desenvolvimento articulado foi a criação do aldeamento de Barueri (Marueri), fundado pelo próprio Souza e que seria de índios aldeados sob o controle direto do governador, em nome da Coroa, para servir nas minas.⁵¹⁶

A triticultura é atestada em São Paulo desde a década de 1580, conforme as descrições de Fernão Cardim e Gaspar de Souza. Concorria, naquele momento, com outras produções, como a pecuária de gado e de suínos, os vinhedos e as marmeladas. Entretanto, a produção de trigo em muito pouco transcendia a produção local e o consumo regional. Por outro lado, referências a certa exportação de couros e marmeladas a Buenos Aires em 1592 mostram que já havia sim um comércio mais

⁵¹⁴ MONTEIRO, John. *Op.cit.*; p.59.

⁵¹⁵ MONTEIRO, John. *Negros...op.cit.*; p.102.

⁵¹⁶ A fundação da aldeia de Barueri por Francisco de Souza, bem como os indícios de que ele dispunha livremente dela estão em auto mandado fazer pelo Conde do Prado e Marquês das Minas, Francisco de Souza, neto do governador, em 1657, a respeito dos direitos dos herdeiros de Souza sobre a aldeia. BMPE, Códice CXVI/2-13, Documento n. 17.

amplo, mas de pouca monta.⁵¹⁷ De qualquer forma, revelam que São Paulo também se beneficiava das redes comerciais que ligavam a costa do Brasil às províncias do Rio da Prata. A estabilização da ocupação do planalto, o incremento demográfico e a articulação das lavouras com outras iniciativas, em especial, a descida de mão de obra indígena, acabaram por acentuar a produção paulista. Sérgio Buarque já havia percebido o quanto os homens atrelados a D. Francisco estiveram envolvidos na construção dos primeiros moinhos de trigo no planalto, no final da primeira década do XVII. Quando de seu retorno em 1609, então como governador da Repartição Sul, D. Francisco trazia a autorização para importar do Rio da Prata sementes de trigo, cevada e, curiosamente, até mesmo lhamas para o transporte do metal.⁵¹⁸ Ao mesmo tempo, o Duque de Lerma e o Conselho das Índias ordenavam ao governador do Rio da Prata que auxiliasse D. Francisco em tudo que precisasse, fornecendo as tais sementes e lhamas.⁵¹⁹ Em 1610, os oficiais conclamavam os homens bons de vila a deliberarem sobre a hipótese de se obrigar os moradores a plantar bacelos e “semear *muito* trigo”, pois a compra do vinho de fora causava prejuízo à vila.⁵²⁰ Neste mesmo ano, o padre Jacome Monteiro, visitando São Paulo, afirmava que havia “muito bom trigo quase sem nenhuma indústria” e sentia a falta de moinhos, “que já se vão levando”, ou seja, assistia *in loco* a instauração das moendas em São Paulo.⁵²¹ Na década de 1620, com o trigo já estabelecido na região, São Paulo constituía o único lugar onde se colhia desta lavoura.⁵²² Em 1636, aquele que pode ter sido um dos maiores produtores do planalto, e dono de dois moinhos, o mineiro Manuel João Branco (ou Manuel Juan de Morales), falava ao rei da abundância e da riqueza de São Paulo na produção do trigo.⁵²³ John Monteiro, autor do trabalho mais importante sobre o tema, revela as íntimas filiações entre a expansão desta lavoura no planalto e a crescente organização das bandeiras de apresamento. Ao coincidir os dois tópicos, ele mostra, firmemente, como os indígenas capturados e descidos nas entradas não eram necessariamente revendidos a outras capitanias ou vilas, mas, sim, aproveitados, em sua maior parte, na expansão agrícola de

⁵¹⁷ Cf. testamento de Afonso Sardinha, o velho (1592), publicado em MARQUES, Azevedo. *Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

⁵¹⁸ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1466, 17/09/1607.

⁵¹⁹ *Libros Registros - Cedularios del Rio de la Plata*. Buenos Aires, 1991. 14/06/1608.

⁵²⁰ ACVSP, 10/04/1610.

⁵²¹ MONTEIRO, Jacome. “Relação da província do Brasil (1610)”. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. TOMO VIII; Apêndice; São Paulo: Editora Loyola, 2004.

⁵²² BNE. MSS2355. *Libro del sucessos del ano de 1624*; “el trigo se da en todo el Estado (de Brasil), pero solo en los limites de San Pablo se aprovechan del, y aun de dos veces al año”, f.54.

⁵²³ “Informe de Manuel Juan de Morales... CORTESÃO...*op.cit.*”

São Paulo; expansão esta que conectava a economia de São Paulo à economia colonial.⁵²⁴

Assim, além de fomentar a mineração e a siderurgia em si, que serão analisadas com mais vagar nas próximas páginas, o governador Francisco de Souza foi um dos grandes incentivadores e promotores da dinamização econômica de São Paulo, visto que tentou articular agricultura, indústria e mineração num projeto que só seria viável se sustentado pela ampla e cada vez mais abundante mão de obra indígena, descida do sertão e alocada na rede de aldeias, reais e jesuíticas, que pontuavam os espaços contíguos da vila. Conforme o projeto, esta população indígena deveria trabalhar para os colonos tanto nas lavouras quanto na siderurgia, mas principalmente nas minas. Aproveitados num modelo muito semelhante ao da América espanhola, tornariam desnecessários os escravos negros. O aliado do governador, Diogo de Quadros, através de petição ao Conselho da Índia, chegou a sugerir que se repartisse um milhar de escravos da Guiné, em fiança, aos moradores de São Paulo para trabalhar e beneficiar as minas, justificando que havia poucos índios disponíveis na vila. Contudo, em seu parecer sobre o tema, um ano depois, o governador Francisco de Souza, já na Espanha, afirmava ser este um custo desnecessário, visto que o trabalho poderia ser feito “pelos índios naturais da terra que estão afastados de nós, se houver modo para os atraírem...”⁵²⁵

Ao que tudo indica, alguma mão de obra negra foi efetivamente utilizada no trabalho de beneficiamento das minas de ouro. Segundo certidão apresentada em autodefesa pelo mineiro-mor Manoel Pinheiro Azurara, de julho de 1604, num processo criminal movido contra ele em Assunção, os camaristas de São Paulo comunicavam que Azurara tentara alocar gentios para as minas, mas “a pouquidade dos mesmos gentios e outros inconvenientes que não foram seu particular” o impediram. Mesmo assim, as minas de Montesserrate e São Francisco estavam sendo exploradas por moradores de São Paulo e gente de “fora com escravos da guine”.⁵²⁶ Mais de duas décadas depois, em 1630, o sacerdote português e comissário do Santo Ofício em Potosí, portanto, experiente nas questões minerais, solicitava, em memorial, as mercês das minas de São Paulo. Dizia ele da possibilidade de usar os muitos gentios “de paz e conquistados” que existiam na vila, mas também os “muchos negros de Angola” que lá chegavam todos os

⁵²⁴ MONTEIRO, John. *Negros... Op.cit.*

⁵²⁵ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1476, 03/11/1606; f.164v.

⁵²⁶ ANA, Civil y Criminal, 1549, 4, 1606.

anos.⁵²⁷ Os índios, alocados nas várias atividades produtivas, eram consumidos com voracidade e desapareciam na mesma velocidade em que chegavam, já que eram vítimas da violência e das doenças. Apesar de a escravidão negra servir como alternativa para essa reposição, o alvo preferencial sempre foi o descimento de novos índios do sertão.

Contudo, a certidão de Azurara, bem como as queixas repetidas de Diogo de Quadros quanto ao não fornecimento de índios para o beneficiamento de minas e o trato siderúrgico, nesta primeira década do século XVII, dão conta ou de uma real carência de mão de obra indígena, ou de uma simples sonegação de índios para o projeto das minas e seus derivados, permanecendo o grosso deles nas mãos de particulares. Foi em função desta suposta carência de índios que Quadros estimulou as entradas de Belchior Carneiro e Martim Rodrigues, o que lhe rendeu, pelo menos, uma reprimenda do governador Diogo Botelho, e acusações de que seu negócio não era mesmo ferro, mas gentios!⁵²⁸

As suspeitas de que as demandas por minas eram apenas um pretexto para descer índios do sertão e administrá-los atingiam o próprio Conselho de Portugal, que, num dos pareceres sobre pedidos de mercês de minas na Bahia, dizia “as mais das pessoas q fizerão semelhantes ofertas tiverão mais intento de deceer gentio do sertão e aproveitarçe delle q’ do descobimento das minas”.⁵²⁹ Efetivamente, a associação entre empreendimento mineral – como qualquer outro empreendimento neste contexto – e exploração de mão de obra indígena era estreita. Portanto, não foi fortuito que as entradas ao sertão, sob maior organização militar, tenham se difundido e crescido exponencialmente ao longo do governo de Francisco, que via, nestes índios descidos, a reserva de mão de obra fundamental para seu projeto mineral e agrícola. Tanto que ele mesmo criou o aldeamento de Barueri, para onde reduziu indígenas direcionados aos trabalhos em Vuturuna (Parnaíba), nomeando pessoalmente os capitães para administrá-la.⁵³⁰ No parecer sobre a petição feita por Diogo de Quadros, que sugeria utilizar índios das aldeias dos jesuítas, Souza afirmou que estes eram muito poucos, já que “na capitania de São Vicente não tem os ditos padres jurisdição nos índios como nas outras capitanias, e são tão poucos como fica dito”.⁵³¹

⁵²⁷ BNRJ, Coleção Castelo Melhor, 01,02,035, documento 16.

⁵²⁸ A reprimenda está em ACVSP, 27/11/1606. Os preparativos das bandeiras, as queixas dos moradores e as suas próprias estão em ACVSP 15/08/1606; 04/03/1607 e 15/02/1609.

⁵²⁹ AGS, Secretarias Provinciais Libro 1466. Memorial de Domingos de Araujo e Melchior Dias. 17/08/1607.

⁵³⁰ BMPE, Códice CXVI/2-13, Documento n. 17.

⁵³¹ AGS, Secretarias Provinciais Libro 1476, f.165r.

O modelo castelhano de *repartimiento* era referência fundamental nas perspectivas de desenvolvimento econômico estimulado pelo governador. Francisco de Souza, em seu parecer, Diogo de Quadros, em sua petição, e até mesmo o governador-geral Diogo Botelho, em carta ao rei, se referiram explicitamente ao modelo castelhano, remetendo-se ao modo do Peru no trato com os índios.⁵³² Que o modelo castelhano, no que tange à organização da mão de obra e à própria exploração mineral, inspirou Francisco de Souza parece-nos evidente. Não pode ser coincidência que tanto ele quanto seu auxiliar direto tenham usado a mesma comparação. Além disso, um dos exemplos mais citados para lembrar o impacto do modelo castelhano de aldeias e *repartimientos* na América portuguesa é o memorial de Bento Maciel Parente, relativo às suas mercês na conquista do Maranhão, em que pede para “mandar encomendar los pueblos conquistados y los demas que se fueren conquistados asi como se faz e em las Indias de Castella”. Não se deve esquecer – nem ele esqueceu – que, antes de ir para o Maranhão, Parente esteve em São Paulo durante seis anos servindo a Francisco de Souza no “descubrimiento de las minas” e atuando, inclusive, como sargento maior das entradas.⁵³³ Ao trafegar a legislação referente ao trabalho indígena neste período, Francisco de Souza teria sido permissivo em relação à escravização indígena. Não só fez vistas grossas ao alvará de 1595, que proibia terminantemente a escravização do índio (mesmo os capturados sob o princípio da *guerra justa*), como fez valer a lei de 1570, ainda do tempo de D. Sebastião, que a permitia desde que com licença direta do rei ou do governador.

É clara a conveniência da lei de 1570, pois lhe dava ampla margem de manobra para manipular este importante mecanismo de poder e governabilidade. Por outro lado, o governador lançou mão do alvará de 1596 que concedia aos jesuítas o papel de “protetores” dos índios descidos do sertão, pelo menos dos reduzidos nas poucas aldeias jesuíticas.⁵³⁴ Com isso, aplacava as demandas jesuíticas e servia de anteparo às queixas

⁵³² “se devem mandar ir alguns índios do rio de janeiro, espírito santo que revezados possam continuar o serviço como se usa no peru” *idem, ibidem*. Segundo Varnhagen, Botelho era adepto declarado da prática hispano-americana de reduzir os índios nos *pueblos*, a partir dos quais cumpririam os *repartimientos*. Nesse sentido, sua controvertida solicitação de envio a Bahia de um terço (depois mudou para *quinto*) de todos os índios descidos no sertão da Capitania de São Vicente talvez servisse a este propósito. VARNHAGEN. Francisco A. *op.cit.* Sobre a resposta da Câmara a esta solicitação, ver ACVSP, 19/07/1603.

⁵³³ BNRJ, Manuscritos Coleção Castelo Melhor, 01, 02, 035, documento 10 e 7, respectivamente.

⁵³⁴ Os aldeamentos eram administrados sob o princípio do Padroado Real. Neste caso, o poder temporal era exercido pelos capitães de aldeia (mais tarde pela Câmara), mas o poder espiritual exigia a presença de um cura ou vigário, posto que, no caso da vila de S. Paulo, era fundamentalmente ocupado pelos jesuítas. Segundo Petrone, dos 11 aldeamentos na capitania, seis eram do Padroado e cinco eram chamados de “fazendas”, sob controle jesuítico. Destas cinco, Carapicuíba só passou aos jesuítas em 1615, por testamento de seu fundador, Afonso Sardinha. PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

dos colonos, ao mesmo tempo em que empreendia esforços para abastecer a vila de mão de obra indígena, descida do sertão. Não devemos ver como simples acaso o fato de os dois grandes momentos de tensão entre os oficiais da Câmara de São Paulo e os jesuítas, nesta primeira quinzena do século XVII, terem se dado em 1606, quando D. Francisco estava em Madri, e em 1611-12, já após a sua morte. Ambos ocorreram, justamente, a reboque de leis e alvarás que concerniam à questão indígena.⁵³⁵ Assim sendo, podemos problematizar o quanto D. Francisco conseguia, senão dissolver, pelo menos equilibrar as disputas entre colonos e jesuítas.

Os índios descidos eram capturados, resgatados ou mesmo atraídos de diversas maneiras e de variados lugares. Não é nossa intenção aqui detalhar este fenômeno tão controverso conhecido como *bandeirantismo*; mas apenas reforçar a função das iniciativas econômicas e das perspectivas de exploração regional, que fomentaram as entradas, organizadas com a presença do governador, segundo as ordenanças militares.⁵³⁶ Estas *bandeiras* cumpriram um papel múltiplo e se irradiaram em todas as direções. Buscaram minas, índios e aplainaram caminhos. Tornaram alguns dos espaços contíguos à vila bastante frequentáveis e estáveis para a ocupação e trânsito. As bandeiras avançaram, no sentido oeste, para o vulgo *sertão*, em áreas da Província do Paraguai e Rio da Prata; no sentido noroeste, para o sertão do Parauapava; pelo vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira e também para o litoral sul, até a região dos Patos. Até mesmo no litoral fluminense há indícios de que Francisco de Souza tenha mandado

⁵³⁵ A lei de 1611, além de restabelecer o direito à guerra justa em alguns casos (proibida por alvará de 1609, que tornara todos os índios livres), legalizava alguns casos de cativeiro (como o de condenados à morte ou a rituais de antropofagia) e retirava o poder temporal dos jesuítas sobre as aldeias (estabelecido temporariamente pelo mesmo alvará). Criava ainda a figura do capitão de aldeia, leigo, que administrava o poder temporal e repartia os índios aldeados para os trabalhos demandados pelos colonos. As queixas dos moradores de São Paulo em 1606 foram no sentido de contestar o que consideravam poder excessivo dos jesuítas; já as queixas de 1612 acusavam os padres da Companhia de não respeitarem a lei de 1611 e estimularem os índios a desobedecer aos colonos e aos capitães de aldeias. Os embates, neste ano, giraram mais em torno da aldeia de Barueri, onde os padres jesuítas teriam assumido o poder sonhando os índios aos colonos. Lembremos que esta aldeia deveria estar no espólio de Francisco de Souza, e simboliza bem como seu desaparecimento desestabilizou uma relação que já estava tensionada. Segundo Stuart Schwartz, a lei de 1609 causou ameaças de tumultos no Rio de Janeiro, verdadeiras revoltas na Bahia e cartas queixosas na Paraíba, que relatavam ser esta lei muito influenciada por Castela e de pouca aplicação no Brasil. De qualquer modo, isso mostra que a rebeldia nunca foi uma exclusividade de São Paulo. SCHWARTZ, Stuart. "Luso-Spanish Relations in Habsburg Brazil, 1580-1640". *The Americas. Volume XXV. 07/1968. N.1*; p.41.

⁵³⁶ De fato, não era só com o uso da violência que os índios, em especial os carijós, foram descidos e levados a São Paulo. Os métodos persuasórios eram amplamente utilizados: faziam-se promessas de variados tipos, promovia-se a reunião de parentes e formavam-se redes de alianças. Sobre estes métodos, ver: MONTEIRO, John. "Os Guarani e a História do Brasil Meridional" In: CUNHA, M. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1982. p. 475-498. Neste sentido, é famosa a carta do vilariquenho Bartolomeu de Torales, em 1612, comentando como Sebastião Preto, de São Paulo, havia utilizado com os caciques de "puras dádivas" para atraí-los, com suas aldeias, para a vila vicentina. "Carta de Bartolomeu de Torales a Diego Marin Negrón". *Anais do Museu Paulista*, Tomo I, 2ª Parte, p.158. As próprias Atas da Câmara falam da reunião de parentes e de índios que buscavam voluntariamente abrigo na vila, fosse porque fugiam de algo, fosse porque lhes haviam prometido algo. ACVSP de 03/04/1609, por exemplo, fala de carijós que, no caminho rumo a São Paulo, encontraram muitos outros que também iam para a vila, e que, ademais, estavam famintos e doentes. O depoimento de um dos índios ainda menciona como os espanhóis haviam tentado impedi-los e como portugueses tentaram escravizá-los pelo caminho, antes que chegassem à vila.

fazer prospecções na Ilha Grande, local estratégico para os navios que, do Rio de Janeiro e da Bahia, iam resgatar com índios carijós nos Patos.⁵³⁷ Esta região, localizada próxima à atual região de Laguna, em Santa Catarina, era frequentada por portugueses, e castelhanos, desde as primeiras décadas do século XVI. Entretanto, ao final do XVI e primeiras décadas do XVII, os moradores de Cananéia e São Vicente, além de disputar a hegemonia dos resgates, ainda passaram a enfrentar a dura concorrência dos fluminenses e dos moradores da Bahia que, via costeira, também demandavam resgates de cativos na área. Ao lado dos baianos, muitas vezes, andavam interesses dos próprios governadores-gerais.⁵³⁸

Cabe então, por fim, problematizar uma última, mas não menos fundamental questão. O projeto econômico e internamente estruturado não poderia carecer, nem prescindir, das articulações externas. Para o sucesso dos empreendimentos desejados pelo governador era essencial não só articular e vincular o espaço da capitania de São Vicente com outras áreas da colônia, como também com a América castelhana, muito bem representada pela região platina, que incluía Buenos Aires e o chamado Paraguai. Esta região possuía três vilas orbitando no espaço entre Assunção e São Paulo.⁵³⁹ Vale a pena lembrarmos, aqui, da constatação de Canabrava quanto ao crescente afluxo comercial entre o Brasil e o mundo platino durante o governo de Souza; de sua demasiada – e “desinteressada” – simpatia pelo contador de Buenos Aires, e de seu procurador vendendo escravos negros em Tucumã. Parecem, portanto, evidentes o entusiasmo e o interesse do governador em relação a esse trânsito comercial entre a América portuguesa e castelhana. Com sua mudança para São Paulo, estes vínculos tiveram de ser reconstruídos, agora sob uma nova realidade geográfica e sob novas possibilidades. Nesse sentido, podemos citar, dentre as demandas de Diogo de Quadros em Valladolid, o exemplo de uma autorização requerida para que os moradores da capitania de São Vicente “pudessem ir livremente com as suas mercadorias ao rio da

⁵³⁷ INTT, “Carta do governador do Rio de Janeiro. 1681”. Papéis do Brasil. Códice 10, MF695, f.81.

⁵³⁸ As disputas entre castelhanos e portugueses nesta área podem ser exemplificadas pelo processo do governador do Rio da Prata, Diego de Valdez y Banda, contra o capitão Roque Barreto, de São Vicente, que enviara Cristóvão de Aguiar (curiosamente, castelhano) à região para impedir que os carijós resgatassem com os membros da armada do governador. AGI, Charcas 45. Sobre as denúncias feitas a Diogo Botelho, que, ao invés de punir os que traziam cativos resgatados nos Patos, deu licença para moradores da Bahia fazerem tal comércio, ver: Biblioteca D’Ajuda 51-VII-15, 190. Sobre as tensões entre São Vicente, Cananéia, Ilha Grande e Itanhaém em torno dos índios dos Patos já na década de 1630, ver: INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695.

⁵³⁹ As vilas de Ciudad Real, Santiago de Jerez e Villa Rica del Espiritu Santo. Esta região e suas relações com São Paulo serão mais bem analisadas no capítulo 3.

Prata e que não pagassem direitos das mercadorias da terra que tirassem desta capitania de São Vicente ou do rio da Prata para fora do Reino...”⁵⁴⁰

A viabilização dos intentos do governador deveria passar, necessariamente, pela articulação regional. Daí então a nítida mudança de enfoque nas relações entre a América portuguesa e castelhana nesses tempos de União Ibérica, em especial, durante a governança de D. Francisco. Da disputa territorial, predominante no século XVI, passava-se a um processo que predispunha a cooperação entre as partes. Em novembro de 1603, com a presença, naquela altura, do ex-governador, chegaram à vila de São Paulo, e se apresentaram na Câmara, quatro “soldados” de Vila Rica del Espiritu Sancto, com ordens de Antonio de Añasco, lugar-tenente e cunhado do governador do Rio da Prata (o *criollo* Hernando Arias de Saavedra), para estabelecer e regularizar o caminho que ligava o mundo vicentino ao paraguaio.⁵⁴¹ O tal caminho encontrava-se formalmente fechado desde o governo de Tomé de Souza, na década de 1550, tendo sido novamente vedado com Duarte de Souza, na década de 1560. Estes fechamentos iniciais foram iniciativas da coroa portuguesa. Por outro lado, já durante a União das Coroas, parece que a coisa se inverteu e o temor passou a ser mais da Coroa espanhola, que buscava, de todas as formas, impedir os contrabandos e o afluxo de estrangeiros (incluindo, paradoxalmente, os portugueses) ou mesmo de castelhanos sem licença rumo a Potosí.

A preocupação com estas ordens e bandos da Coroa espanhola foi nítida, refletindo tanto na resposta cautelosa dos oficiais da Câmara de São Paulo, quanto em carta de Hernando Arias ao rei.⁵⁴² Mesmo assim, a despeito dos bandos e dos picos de repressão, abriu-se de fato um caminho amplamente utilizado no sentido de servir de ponte para Potosí, e de articular economicamente as regiões da capitania de São Vicente e do Guairá. Apesar de cotidiano e regular, como mostra documentação aferida, seu uso

⁵⁴⁰ Arquivo da Câmara de São Vicente, Livro 8. 19/11/1600. In: INTT *Papéis do Brasil*. Livro 11, MF6745P, 137v. Os pedidos de Quadros são coincidentes com os frequentes pedidos vindos de Buenos Aires para abertura comercial do porto. Entre 1600 e 1603, pedidos de licença comercial de Buenos Aires com a costa do Brasil foram feitos pelos governadores Diego de Valdez y Banda e Hernando Arias de Saavedra (renomeado governador em 1602), pelo bispo de Tucumã, pelo futuro bispo do Rio da Prata, Martim de Loyola, e por Manuel de Frias, lugar-tenente de Hernando Arias que estava em Madri desde 1602.

⁵⁴¹ ACVSP, 22/11/1603.

⁵⁴² ACVSP, 23/11/1603. Decisão da Câmara, com a presença de Souza, foi pela abertura do caminho e envio de gente com os castelhanos para ver a viabilidade dele. Entretanto, ressaltava que “tudo se desse conta ao senhor governador geral para ele avisar a sua majestade...”. Em carta de 05/04/1604, Hernando Arias avisava que “no consentiré se ande aquel camino hasta ver lo que VM es servido...” mas lembrava dos benefícios que ele traria aos moradores do Guairá. In: CARDOZO, Ramón. *La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo*. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez: 1938; p.100.

contou com o apoio tímido das autoridades alocadas nas respectivas regiões, em especial Francisco de Souza e Hernando Arias.⁵⁴³

O quanto essas conexões foram estabelecidas conforme um possível projeto advindo de Castela, para fomentar um espaço trans-fronteiriço mais amplo sob o manto do império, é coisa de difícil aferição. A documentação oficial - emanada dos conselhos reais - parece indicar o sentido inverso, qual seja o de impedir estas conexões.⁵⁴⁴ Tais proibições não eram fruto de qualquer prurido em relação ao acordo de Tomar, ou à defesa das jurisdições dos reinos, mas buscavam, isto sim, garantir os diversos monopólios atrelados ao eixo potosino e aos temores - alguns quase paranoicos - de invasões estrangeiras às ricas minas do interior.⁵⁴⁵ Por outro lado, muito além dos bandos e contrabandos, ocorreu uma articulação real no plano das relações humanas e comerciais. Como disse Joaquim Romero Magalhães, “la vida economica con dificultad se deja aprisionar por el derecho”.⁵⁴⁶ E diríamos que não apenas a vida econômica, mas grande parte das trocas e relações humanas nestes espaços de fronteira. Ao contrário do que é comum, o ideal seria não separar tão radicalmente a instância da legalidade - ou norma - da instância do real - ou prática, como preferem alguns.

Sobre o caminho, e a dúvida quanto a mantê-lo fechado ou aberto, Francisco de Souza se pronunciou formalmente junto ao Conselho da Índia afirmando que “por uma e outra parte não faltam razões”. Nesta ocasião, alegou que daria um parecer pormenorizado sobre o tema, já que a ele, pessoalmente, os castelhanos do Paraguai haviam procurado.⁵⁴⁷ O uso cotidiano do caminho não deve, portanto, ser totalmente apartado de iniciativas de cunho oficial, pois o envolvimento direto das autoridades regionais parece evidente. Assim, entre a lógica imperial e a lógica local, deve-se interpor um espaço regional de articulação e interesses, que relacionava as intenções imperiais às necessidades das elites e grupos locais:

⁵⁴³ Este tema será trabalhado no próximo capítulo. Entretanto, os processos reunidos em Assunção (ANA), Sevilha (AGI), bem como documentação de São Paulo, comprovam o uso regular do caminho, em especial entre 1603 e 1625.

⁵⁴⁴ As proibições quanto ao uso do caminho de São Paulo são, de modo geral, um subproduto das proibições de entradas de estrangeiros e gente sem licença pelo porto de Buenos Aires e no caminho do Peru. As proibições diretamente relacionadas ao caminho iniciaram depois de 1612, quando as queixas às entradas dos “portugueses de san pablo” aumentam de tom, e depois de 1620, quando se encerra a trégua dos 12 anos com os Países Baixos e uma certa paranoia conspiratória que reunia judeus-portugueses-flamengos motivou uma legislação mais proibitiva.

⁵⁴⁵ Ver CANABRAVA, Alice. *op.cit.* MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988. VEIGA, Emanuel Soares da. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, G; CHIARAMONTE, J.C. *Argentina: de la conquista a la independencia*. Buenos Aires: Hispamérica; 1986.

⁵⁴⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Fronteras y espacios: Portugal y Castilla” In: TORRES, Ana Maria C. (org.) *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca; p.97.

⁵⁴⁷ Acreditamos que está passagem atrela formalmente o governador a estas conexões. AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1476.

Podemos entender la ‘monarquía compuesta’ como un mosaico de unidades políticas ligadas en sentido vertical con la corona, también es cierto que entre dichos espacios políticos y sociales se estaba trabando – y en algunos casos existía con antelación – un conjunto de relaciones, sin cuya consideración no se puede entender ni el funcionamiento político del império, ni sus implicaciones y escenario social, cultural y econômico.⁵⁴⁸

As ações de Francisco de Souza referentes ao caminho não podem ser vistas como inteiramente autônomas em relação a Madri e/ou Lisboa, e muito menos como exclusivamente adotadas em função das pressões locais. À autoridade que representava o rei cabia uma larga margem de decisão, mas a capacidade e o talento governativo de nosso personagem talvez estejam exatamente no sucesso em articular as duas instâncias, agregando dinamismo às conexões entre grupos e elites regionais. Naquela circunstância, cumpria, portanto, o papel de um poder *intermédio*. Atender aos desejos do rei, aos ditames de seu regimento e às expectativas locais implicava a necessidade de cooptar grupos, articular interesses e viabilizar a efetiva colonização e exploração de um território. Para isso, D. Francisco agregou aliados e formou parcerias.

Formando elites e redes

Inspirado na tradição teológica do medievo, o governo, ou a direção das almas, na acepção religiosa, deveria realizar-se através da persuasão. A comunidade cristã seria conduzida, ou melhor, regida, no sentido de orientar todos “para um objectivo último, que o pensamento cristão identificava como o próprio Criador”.⁵⁴⁹ A gradativa laicização desta noção atuou a partir do século XIII, construindo uma íntima continuidade entre a “conduta de si, a administração doméstica e a direção do Estado.” Assim, deveria o príncipe governar:

Seu reino da mesma maneira que seus próprios desejos, sua mulher, seus filhos, seus domésticos: trata-se, em cada nível, de conduzir uma multidão para o fim virtuoso que lhe corresponde.⁵⁵⁰

Claro está que as partes envolvidas eram percebidas em sua heterogeneidade, e esta perspectiva era fundamental no contexto da sociedade corporativa do Antigo

⁵⁴⁸ CASALILLA, Bartolomé Yun. (dir.) *Las redes del império...op.cit.*; p.16.

⁵⁴⁹ HESPANHA, Antonio Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder” In: HESPANHA, A. Manuel (coord.). *História de Portugal. Volume 4: O antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1993; p.121.

⁵⁵⁰ Esta noção era inspirada em Tomás Campanella. SENNELART, Michel. *Op.cit.*; p. 31.

Regime, em que cada corpo, relativamente autônomo, se posicionava diante de um poder central muito distante de ser absoluto. O exercício do poder não devia se confundir com a dominação pura e simples, e sim com a capacidade de reger as variadas e diversas forças sociais. Portanto, numa feliz definição, governar era a “arte de conciliar os interesses particulares, de conservar a forma da república ou de realizar a maior soma possível de forças”.⁵⁵¹ E como podemos inserir nosso governador nessa perspectiva?

A capacidade de D. Francisco de “cariciar” os cidadãos, como dizia Frei Vicente, nos parece evidente. Quando partiu de São Paulo, com destino incerto, em julho de 1601, Souza deixou expressa a vontade - transcrita no Registro Geral – de que a então vila:

*Com o divino favor há de ser **cidade** antes de muito tempo e (seus moradores) hão de ter grandes privilégios e mercês que lhe eu hei de procurar com sua majestade porque foi a primeira e principal parte donde mediante o favor de Deus descobri estas minas.*⁵⁵²

A “economia das mercês” cumpria aqui um importante papel, pois servia para retribuir favores e serviços, mas também para cooptar novos aliados. Com elas, Francisco conseguia atrair técnicos, convencer céticos, aplinar o terreno e conciliar o contraditório. O governador teve, desde o princípio, de equilibrar-se num universo de interesses às vezes bastante antagônicos: a começar pela questão indígena, que opunha frontalmente jesuítas e moradores. A prática de preservar os interesses dos colonos sem afrontar a poderosa e utilíssima Companhia de Jesus era um destes delicados assuntos. De modo geral, os jesuítas foram simpáticos ao governador, pois eles contaram com a sua proteção tanto no norte, quando Souza ainda estava na Bahia, quanto no sul. Paradoxalmente – ou convenientemente - foi com D. Francisco que o monopólio espiritual da Companhia em São Paulo foi quebrado, principalmente com a introdução dos beneditinos. As “fazendas” jesuíticas foram mantidas, mas novos aldeamentos reais foram estabelecidos, atendendo assim à demanda de mão de obra em expansão. Além disso, o governador aparelhou os aldeamentos com capitães, juízes e procuradores. A

⁵⁵¹ SENNELART, Michel. *Op.cit.* p.22.

⁵⁵² RGCSP, 19/07/1601. *Grifo meu.*

administração desta mão de obra indígena, sua regulação e distribuição, era peça chave nos projetos de D. Francisco.⁵⁵³

Outra questão fundamental, e que antecedia as demais, era como interferir na dinâmica da vila de São Paulo sem contrariar frontalmente os interesses locais. O governador teve de buscar formas para harmonizar os antigos moradores, relativamente enraizados, com os forasteiros e adventícios que o acompanhavam. A introdução dos aliados e companheiros do governador na teia de casamentos do planalto, bem como o estabelecimento de vários deles em datas e sesmarias, garantiram, é claro, certa perenidade e aliança entre os novos elementos e os antigos. Neste sentido, D. Francisco integrava seus aliados à comunidade de famílias que compunha a vila de São Paulo.⁵⁵⁴ A concessão de terras, bastante difundida durante o segundo governo de Souza, assim como a administração da mão de obra consistiram nos dois principais recursos para a organização e formação de sua rede de apoiadores, ou para a constituição de uma elite local, como já afirmou Rodrigo Ricúpero em recente trabalho.⁵⁵⁵

No leque de recursos para a estruturação de uma rede clientelar na vila de São Paulo, o “canto da sereia” através da concessão de mercês e da nomeação para ofícios diversos foi também peça chave. Quando o governador chegou à pequena vila em 1599, não havia praticamente nenhum ofício que não os atrelados à Câmara. E, aliás, os ofícios disponíveis pela governança da Capitania eram sediados na vila de São Vicente, centro da capitania do mesmo nome. Entretanto, D. Francisco criaria, sob a jurisdição das supostas minas, um aparelho administrativo que serviu também para acomodar os diversos personagens, novos e antigos. Instituiu, por exemplo, mamposteiro de cativos, avaliador, partidor, medidor, avaliador da fazenda, juiz dos órfãos, repartidor de terras, procurador e escrivão do campo, capitão da gente de cavalo, escrivão da ouvidoria, alferes etc., ou seja, uma diversidade enorme de ofícios. E, nestes, alojou seus acompanhantes, muitos deles castelhanos, como Geraldo de Medina, João de Santa Maria e Bernardo de Quadros, ou flamengos, como Geraldo Betting e Cornélio de

⁵⁵³ Regular e intermediar, conforme seus interesses e obrigações, a mão de obra indígena foi desde sempre um problema para a Coroa que, de modo geral, tinha de enfrentar a autonomia dos colonos e de seus agentes coloniais para tentar impor sua soberania. As ações de D. Francisco revelam um pouco dessa questão ao utilizar, ou sonegar, as normas e intenções da Coroa conforme suas contingências e planos. De todo modo, era um mediador entre o poder imperial e realidade local, figura fundamental em qualquer governação e de quem a Coroa, apesar dos conflitos, dependia completamente. Sobre o papel da mão de obra indígena e negra e a criação do chamado *dominium* na implantação da soberania régia, ver: BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico*. Tese de Doutorado. USP, 2010.

⁵⁵⁴ “Até o século XVIII a comunidade foi encarada como um aglomerado de famílias unidas por um pacto...” Assim, pertencer a uma família, era pertencer à rede comunitária ligada por laços de afeto e interdependência. CARDIM, Pedro. *Poder do afecto...op.cit.* p.227.

⁵⁵⁵ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2008.

Arzão, mas também uma boa quantidade de moradores mais antigos, como Antonio e Francisco Proença, pai e filho, ambos aliados importantes de Souza em São Paulo; Geraldo Correa; João Soares, João da Costa, Antonio Camacho, Francisco da Gama, dentre outros. Todos eles, de modo geral, foram, portanto, nomeados para cargos das minas ou das aldeias indígenas, e também ocupantes de ofícios camarários.⁵⁵⁶

A distribuição de ofícios veio acompanhada do poder de nomear cavaleiros, com pelo menos dois casos comprovados em 1601.⁵⁵⁷ Quando o governador voltou a São Paulo, em 1609, carregado ele próprio de mercês, chegou com o direito de conceder 20 hábitos de Cristo e armar cem cavaleiros.⁵⁵⁸ Além disso, vinha com o direito de comutar degredo, o que parece ter usado largamente, pois, apesar de as Atas conterem apenas um caso, uma carta do rei ao governador Gaspar de Souza, em 1613, refere certo uso generalizado da comutação por Francisco e seu filho Luis no Rio de Janeiro.⁵⁵⁹ As nomeações de Francisco, sem dúvida, participaram da estruturação de um aparato jurídico e administrativo para as minas - e também militar -, mas serviram, sobretudo, para a consolidação de uma elite local sobre a qual o governador se assentou. A militarização da vila foi marcante a partir da chegada de D. Francisco que, conforme já assinalado, implantou o Regimento dos Capitães-mores de D. Sebastião e organizou as *bandeiras*, sob formato militar. Aos Proença, aliados de primeira hora, foram concedidas nomeações de capitão da gente a cavalo (na vila e nas entradas), para Antonio, e de alferes, a Francisco.⁵⁶⁰ O governador criou uma rede de aliados, e as terras, a mão de obra indígena, os ofícios e mercês, bem como as promessas afagaram os moradores da pequena vila que foi alçada a uma condição jamais imaginada.

Na relação com a instância basilar de poder local, a Câmara, o governador atuou no sentido de respeitar as decisões dos oficiais e moradores. Na medida do possível, atendeu aos pedidos, mas em pelo menos uma ocasião teve de fazer prevalecer sua vontade. Ao chegar à vila, em 1599, os oficiais daquele ano já tinham preparado uma série de demandas ao governador: solicitavam que não tivessem de ir até Santos para

⁵⁵⁶ Francisco da Gama foi nomeado procurador dos índios forros em 02/1601, Geraldo Correa como avaliador e medidor (27/05/1600), João Soares como capitão da aldeia de São Miguel (25/05/1600), Miguel Alvarez como meirinho do campo (10/05/1600), Antonio Camacho recebeu o direito de advogar na vila (02/1601) e João da Costa foi mamposteiro dos cativos (1608) e repartidor das terras (1609). Todos estes ofícios e muitos outros estão registrados no RGCSP.

⁵⁵⁷ Ele armou cavaleiro a Sebastião de Freitas e Antonio Raposo, os dois também por serviços prestados ao próprio governador. RGCSP, 16/03/1601 e 18/06/1601.

⁵⁵⁸ AGS, Secretarias Provinciais. Libro 1466, 17/09/1607.

⁵⁵⁹ O degredo comutado foi o de João Roiz de Almeida. ACVSP, 05/04/1610 - Cf carta do rei ao governador Gaspar de Souza, in: *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa. (1540-1627)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses. 2001; p.115.

⁵⁶⁰ RGCSP, 15/10/1599; RGCSP, 06/1609.

registrar os índios de serviço; que os moradores fossem isentos do dízimo do peixe (conforme foral ao donatário) e que as férias não caíssem no mês de maio e junho. De pronto, D. Francisco acenou positivamente às petições. Entretanto, os mesmos oficiais alegaram que “parecia bem não ter juiz dos índios” e que o “uso e costume” da terra era que os índios estivessem sob controle do juiz ordinário, ou seja, sob controle dos oficiais da Câmara.⁵⁶¹ Travava-se, assim, um primeiro embate diante de uma parcela importante a qualquer projeto a ser desenvolvido em São Paulo: quem administraria a reserva de mão de obra indígena?

O tema dos *usos e costumes* é bastante controverso na história de São Paulo. Há uma tendência a considerar uma suposta prevalência destes sobre as leis, numa clara bipolarização entre a norma metropolitana e a prática local. Esta leitura casou-se muito bem com as interpretações que reforçaram o caráter autônomo e rebelde dos “paulistas” em relação às autoridades reais. Longe de negar o papel importante dos *usos e costumes*, tanto em sua efetiva força legal, quanto retórica⁵⁶² – aliás, bastante comum na época e utilizada por várias populações coloniais –, deve-se analisar a questão de maneira menos dicotômica. Os costumes locais, as necessidades ocasionais, os direitos particulares e as normas metropolitanas atuaram no jogo constante da negociação entre os grupos de poder local e as autoridades governativas de variados níveis. Trata-se, aqui, simplesmente de recusar a utilização desta retórica para alimentar a mitologia de um povo supostamente rebelde e independente.⁵⁶³

Portanto, seria interessante analisar cada caso específico, e tentar compreender qual perspectiva pode ser considerada “vitoriosa” naquela circunstância. Há de se levar em conta que a norma legal só era rejeitada inteiramente quando desagradava a maioria esmagadora de determinada localidade, caso contrário, estava aberto o espaço para as disputas, conflitos e negociações. No momento que aqui analisamos, a força da lei escrita e da norma legal deve ter pesado bastante, já que D. Francisco de Souza não

⁵⁶¹ ACVSP, 16/01/1599.

⁵⁶² Os costumes antigos locais poderiam, formal e legalmente, prevalecer sobre as leis reais em alguns casos. HESPANHA, Antonio Manuel. “Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro.” IN: PAIVA, Eduardo França (org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁵⁶³ A ideia da sobreposição dos usos e costumes sobre as normas em São Paulo tem sido trabalhada recentemente por Rafael Ruiz e Janice Theodoro, inspirados no clássico trabalho de Richard Morse, que identifica na São Paulo do século XIX as heranças do tempo colonial, de uma sociedade baseada na comunidade rural, familiar, que se desenvolveu sem planejamento, sempre meio ao acaso e assentada nas relações de confiança e informalidade, distantes, portanto, das normas escritas. RUIZ, Rafael & THEODORO, Janice. “São Paulo, de vila a cidade: a fundação, o poder público e a vida política” in PORTA, Paula (org). *História da cidade de São Paulo, v.1....op.cit.*; MORSE, Richard. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

poderia, nem deveria, conforme suas atribuições, confiar somente no “fio do bigode” e na retórica dos “usos imemoriais” de uma vila de 40 anos! A presença de uma comitiva composta de escrivães, tabeliães, secretários, licenciados e outros membros letrados, de certa forma confirmam isso.

Na relação específica aqui apresentada, a presença física e circunstancial do governador pode ter criado uma nova configuração. Ele fez valer sua vontade e a Câmara foi obrigada a aceitar a nomeação de um juiz dos índios. Portanto, no que pode ter sido o primeiro braço de ferro com os interesses locais, em torno de tema tão sensível como a mão de obra indígena, D. Francisco levou a melhor, sem contudo - e isto é importante - ferir demais o orgulho dos moradores contrariados; afinal o escolhido foi Antonio Proença, um dos principais da terra desde a década de 1580.⁵⁶⁴ Em seu segundo governo, boa parte das decisões passou pela Câmara, que parece ter funcionado como uma espécie de órgão consultivo do governador. A resolução de taxar o vinho e plantar trigo, por exemplo, passou pela decisão dos oficiais.

A presença do governador na vila, como já foi dito, fomentou uma espécie de “complexificação” social. John French percebeu que, no início do século XVII, “uma minoria dentro da comunidade local começou a servir de intermediária no comércio entre os residentes do planalto e a economia colonial em expansão...”.⁵⁶⁵ E, mais do que isso, este grupo começou a assumir um papel de destaque nos quadros do poder da vila. Portanto, aos poucos, uma elite econômica, derivada dos empreendimentos agrícolas e da comercialização de um excedente - que não se quer aqui superestimar -, alcançou uma condição de destaque. Entretanto, apesar de vincular a riqueza ao poder na São Paulo deste período, French teve dificuldade em traçar uma relação direta entre as duas partes, visto a heterogeneidade de nomes e a dispersão política refletida na Câmara.

Contudo, há de se ponderar a existência de um rol de cargos e funções que não se vinculavam aos ofícios municipais, mas eram tributários da presença do governador e, nestes, a dispersão foi sensivelmente menor. As funções ligadas às minas e aos aldeamentos apresentaram mais regularidade e sua associação com a elite econômica foi mais evidente. Manoel João Branco é um exemplo bastante claro: mineiro de ferro, em pouco tempo passou a ter navios armados para Angola, moinhos de trigo, e uma rede comercial que chegava até a Bahia; além disso, arrematou os dízimos da vila em 1612 e tornou-se superintendente das minas e das aldeias dos índios em 1625. Fernão Dias,

⁵⁶⁴ Sua nomeação está em: ACVSP, 25/01/1600.

⁵⁶⁵ FRENCH, John...*op.cit.*; p.80.

homem também dos mais afortunados, foi capitão dos índios durante décadas. Antonio Pedroso de Barros e seu irmão Pedro Vaz de Barros, donos dos testamentos mais polpudos, não só possuíram cargos na vila, como também na capitania, da qual foram capitães-mores. Pedro Taques, secretário do governador, casou-se, em São Paulo, com Anna de Proença, selando a aliança de Francisco de Souza com Antonio de Proença e, além dos ofícios de secretário, foi juiz dos órfãos, desempenhando ainda o cargo de almotacel na Câmara. A ligação entre cargos administrativos e patrimônio era, portanto, bastante íntima. No caso de São Paulo, entretanto, um dos recursos utilizados para acomodar esta demanda foi a criação de uma jurisdição paralela ancorada nas supostas minas de metais, celeiro de ofícios, como já especulamos.

Nesta questão do paralelismo das jurisdições, vale uma breve abordagem sobre a relação do governador com a jurisdição do donatário da Capitania. São Vicente era uma capitania hereditária, particular e pertencente aos herdeiros de Martim Afonso de Souza. No tempo de D. Francisco, pertencia a Lopo de Souza, neto do primeiro donatário. As nomeações para os ofícios deveriam provir diretamente do donatário, e ao governador-geral caberia alguma intervenção apenas em caso de denúncias ou delações. Seu poder de nomeação era praticamente nulo, a não ser para ofícios vacantes.⁵⁶⁶ De fato, Francisco de Souza atuou, pela primeira vez, na instância dos ofícios da capitania de São Vicente ainda em 1595, quando mandou que o capitão-mor, loco tenente de São Vicente, Jorge Correa, fosse à Bahia preso para averiguação de algumas denúncias que pairavam sobre ele.⁵⁶⁷ Para seu lugar, o governador-geral nomeou João Pereira de Souza, um dos homens que, mais tarde, lideraria uma das entradas ao sertão a mando do governador. Jorge Correa foi depois inocentado, mas vale ressaltar que, desde 1592, ele e os moradores da vila de São Paulo estavam em conflito, conforme já apresentamos no início do capítulo.

Ainda em 1598, a caminho de São Paulo, o governador nomeou Diogo Arias de Aguirre como capitão-mor da capitania, mas somente até a sua chegada à vila, quando, então, acatou e fez publicar a nomeação de Roque Barreto, designada pelo donatário em 1598.⁵⁶⁸ Roque era irmão de Nicolau Barreto, que foi um forte aliado de D. Francisco e chefe de uma das mais importantes e maiores entradas organizadas por Souza em São Paulo. Ou seja, ao mesmo tempo em que acatava e aliciava as autoridades nomeadas

⁵⁶⁶ SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

⁵⁶⁷ RGCSP, 1595. Este trecho está com a data ilegível, conforme edição dos Registros Gerais.

⁵⁶⁸ RGCSP, 12.05.1598.

pelo donatário, D. Francisco passou a indicar uma série de pessoas para os ofícios em sua jurisdição paralela, justificada basicamente no aparato militar, sob sua alçada como governador, e nas supostas minas de metais.

No Registro Geral da Câmara de São Paulo entre 1599 e 1601 abundam as nomeações. De um lado, os ofícios da capitania de São Vicente e atinentes ao donatário provinham de Roque Barreto; de outro, atrelados ao aparelhamento administrativo, jurídico e militar das minas, e alocados na vila de São Paulo, os ofícios eram instituídos pelo governador. Este paralelismo, contudo, não parece implicar, de nenhum modo, competição ou rivalidade entre as partes, pois tratava-se de posturas conjugadas. Francisco de Souza, por sinal, mantinha o donatário informado das condições da capitania, e especialmente ciente das minas de ouro que se encontravam ou se suspeitavam.⁵⁶⁹

A rede montada por Francisco de Souza em São Paulo se sobrepunha ao governo do donatário, sem que um conflito aparente chegasse a ocorrer. Os próprios moradores de São Paulo aceitaram muito bem as nomeações e oportunidades de ofícios abertas com a vinda do governador. Mas, antes que tendamos a ver nisso um padrão, ressaltemos que o mesmo não se pode dizer do governador subsequente.⁵⁷⁰ As tentativas de Diogo Botelho de intervir na vila e mesmo na capitania, de modo geral, foram barradas. Muito cedo o novo governador ganhou a antipatia dos moradores da capitania, visto que emitia bandos prometendo excomunhões e outras ofensas aos que fizessem entradas ao sertão para o descimento de índios. Por outro lado, ele mesmo demonstrava olhares cobiçosos sobre os tais índios. Tentou fazer valer a cobrança de um terço, depois substituído pelo quinto, através de seu enviado Francisco Sutil da Siqueira, sobre os gentios descidos do sertão, que deveriam ser enviados à Bahia, onde almejava organizar *pueblos* de índios como nas “Índias de Castela”. Denúncias contra ele davam conta de ligações com comerciantes da Bahia, Ilha Grande e Espírito Santo, que resgatavam índios na região dos Patos, área frequentada pelos moradores de São Paulo desde o final do XVI. Portanto, a intervenção de Botelho em São Paulo era também uma competição pela mão de obra indígena.

⁵⁶⁹ Pelo menos numa ocasião, Francisco de Souza escreveu ao donatário Lopo de Souza para comunicar-lhe da situação das minas. Referência em Atas da Câmara da Vila de São Vicente, 19/11/1600, Livro 11, MF 6745P, INTT.

⁵⁷⁰ Guida Marques ressalta que, durante o período Habsburgo, os governadores-gerais tiveram seus poderes ampliados, em especial na jurisdição militar. Em função disso, os conflitos entre estes e os capitães-mores das capitanias aumentaram enormemente. MARQUES, Guida. *Op.cit.* p.19.

O provedor da fazenda Luiz Dalmada Montarroio, nomeado juiz dos índios por Botelho em agosto de 1603, desistiu do ofício depois de ter sua nomeação recusada enquanto não fosse aprovada na Câmara. Ao renunciar, alegou que havia já quem cumprisse o cargo com nomeação de D. Francisco de Souza, que curiosamente ainda estava na vila. Na sequência, em novembro, desistiu também do cargo de ouvidor e capitão-mor, pois apenas acabara de chegar Pedro Vaz de Barros nomeado pelo donatário. Antes mesmo, em julho de 1603, os oficiais da Câmara haviam feito uma carta na qual avisavam ao governador que ele deveria parar de nomear gente para os ofícios, respeitando o foral do donatário. Além disso, nela, questionavam frontalmente a proposta de cobrar o tal *terço* ou o *quinto*, e ainda diziam que os bandos de prisão e excomunhão tinham tornado parte significativa da vila em homiziados. Estes, segundo a carta, perambulavam pelo sertão, temerosos das penas, e ameaçavam fugir todos para o *Piqueri*, nada mais nada menos que as terras do Guairá, já em áreas castelhanas. Em 1606, por meio de outra carta, agora para o donatário da capitania, os oficiais lembravam das tentativas de Botelho e alertavam-no que tanto os capitães-mores enviados quanto os governadores-gerais “outra coisa não entendem nem estudam senão como nos hão de esfolar destruir e afrontar.”⁵⁷¹

Em 1605, D. Francisco foi à Bahia, onde pediu que o governador lhe pagasse os salários devidos para que pudesse então retornar à corte. Por ordem expressa do rei, que ordenou que Botelho providenciasse todo o necessário a Francisco de Souza, este retornou efetivamente a Europa em 1606, indo a Valladolid iniciar suas articulações políticas e série de petições. Além de reverter as suspeitas que incidiam sobre ele, visava implantar seu projeto de criar uma repartição separada em que fosse o governador e tivesse livre ação.⁵⁷² O sucesso das demandas de Souza é conhecido. Teve suspensas as acusações contra ele, suas mercês, atendidas, apesar das ressalvas e desconfianças do Conselho de Portugal, e voltou triunfante ao Brasil, em 1609.⁵⁷³ Ainda

⁵⁷¹ Carta dos oficiais ao donatário: RGCSP, 13/01/1606, p.111. ACVSP, 15/08/1603 e 23/11/1603 (renúncias de Luis de Almada). ACVSP, 19/07/1603 (Carta da Câmara a Botelho avisando-o para não prover mais cargos na capitania, reclamando do terço dos índios descidos e alertando sobre fugas gerais dos homiziados pelos bandos do governador). No Códice 51-VII-15, da Biblioteca D’Ajuda, fólho 190, estão as denúncias e acusações contra Botelho feitas em 1606.

⁵⁷² Biblioteca D’Ajuda. Códice 51-VII-15. 24/04/1606; f.82.

⁵⁷³ A suspensão da residência que se tinha mandado fazer de Francisco de Souza está em Biblioteca D’Ajuda, Códice 51-VII-15, e é de novembro de 1607. O motivo foi que o governador assumiria outro posto, portanto sua residência deveria ser suspensa. Desde 1605, o rei cobrava do vice-rei as providências quanto às residências de D. Francisco de Souza e João Furtado de Mendonça, de Angola. A prática das residências de autoridades que deixaram o posto se tornaria comum na nova política do Duque de Lerma, e não indicava necessariamente alguma suspeita. Apesar disso, parece que uma devassa sobre coisas particulares de D. Francisco foi mandada tirar por Belchior de Amaral no mesmo ano de 1605. Biblioteca D’Ajuda, Códice 51-VIII-07. De fato, recaíram sobre o governador suspeitas quanto a despesas excessivas feitas da fazenda real.

na corte, aproveitou para opinar e contradizer Botelho numa questão sobre a fortificação da Bahia.⁵⁷⁴ A capacidade de Dom Francisco de se conservar influente, convincente, e atuante parece realmente surpreendente. Para tanto, ele provavelmente manteve aberto um canal constante de comunicação com a corte e alimentou uma rede de apoiadores e aliados interessados na sua defesa junto aos Conselhos.

Para concluir esta parte, caberia, no entanto, levantar uma última questão. O retorno de D. Francisco a São Paulo é um período mal compreendido, já que a documentação correspondente é lacunar neste tempo. De todo modo, as repercussões de sua presença e atuação podem ser sugeridas. É certo que a autoridade subjacente à sua função e condição fidalga aplainou o terreno de sua ação, mas foram seus atos *manhosos* que permitiram a costura de uma sólida base política e econômica; tanto que, mesmo após a sua morte, continuaram a ditar os rumos e a participar dos eventos centrais de uma cada vez mais mal acostumada vila de São Paulo.

Poderíamos nos indagar se, orgulhosos de seu tempo com D. Francisco, os moradores da indisposta vila não passaram a ter dificuldades em aceitar qualquer coisa menos significativa que o mundaréu de mercês ofertadas no tempo do governador. Já em 1606, diante das ações de Botelho, e tentando justificar sua rebeldia, os oficiais da Câmara de São Paulo faziam lembrar ao donatário que “se vier informação de que somos indômitos creia vossa mercê que não há quem sofra mais desaforos (...) e não há gente mais humilde e obediente que nós neste estado conforme o que sofremos”.⁵⁷⁵ A fama de rebeldia dos moradores de São Paulo começou a dar seus primeiros frutos no começo do século XVII, para nutrir uma vida bastante longa. Mas a pequena vila alçada a centro da governança, seduzida a peso de mercês, “ouro” e promessas mirabolantes, tendo suas ações perdoadas de todos os pecados, voltaria, após a morte do governador, a uma condição marginalizada nas redes coloniais. Não deve ter sido fácil!

Sobre ouro, ferro e os desejáveis metais.

Uma carta de Salvador Correia de Sá e Benevides ao rei, datada de setembro de 1654, falava que, em relação às minas de São Paulo, os interessados “as avaliam por mais do que são; e os outros por menos do que mostram.”⁵⁷⁶ Dizia enviar amostras a

⁵⁷⁴ Diogo Botelho sugeria a construção de mais uma fortificação na Bahia, mas Souza comunicou ao Vice-rei, Pedro Castilho, que a achava desnecessária, já que os fortes que existiam eram suficientes. Códice 51-VIII-07. 30/10/1606; f.193. Biblioteca D’Ajuda.

⁵⁷⁵ RGCSP, 1606, p.113.

⁵⁷⁶ BPME, Códice CXVI, Doc3. Carta de 02/09/1654.

rainha e remeter quintos que bem poderiam ser maiores “sem os descaminhos”. Naquele momento, ele já incorporava ao seu discurso as minas de Paranaguá, mais tardias, mas fazia questão de pontuar que “depois de todas aquelas diligencias feitas com Dom Francisco de Sousa por el rey de Castela e das noticias das particularidades (...) não acabo de persuadir me a que na realidade aja tais minas”. Por fim, recomendava cautela para não alimentar muitas ambições e solicitava o envio de alguém com desinteresse para as demandas minerais, segundo ele, coisa “difícil de conservar entre ouro e prata em terras tão remotas”, ainda mais com “os ânimos daqueles moradores sediciosos e turbulentos; porque é a Rochela do sul a capitania de São Paulo”. Reconhecia que ia contra a opinião de muitos, mas, assim mesmo, acreditava que valeria a pena o esforço.

O esforço dos Sá em relação às tais minas de São Paulo não era novo. Knivet já havia relatado como participara de uma entrada liderada pelo pai de Benevides, Martim de Sá, em 1599.⁵⁷⁷ Ademais, o avô, Salvador Correia de Sá era próximo de D. Francisco e herdou as mercês do governador após a sua morte, depois de algumas diligências políticas na corte de Madri.⁵⁷⁸ Em 1613, Salvador Correia de Sá recebeu as tais mercês - agora sem a repartição da colônia -, repassando-as, primeiro, para um dos filhos, Martim de Sá, e, depois, para o outro, Gonçalo de Sá. Segundo Carvalho Franco, Benevides viera de Portugal com o avô e o teria acompanhado a São Paulo, onde ficou parte de sua adolescência, por cerca de cinco anos, fazendo ensaios de metal e recolhendo notícias sobre as tais riquezas minerais. Numa carta do avô de 21/07/1616, citada por Carvalho Franco, Salvador Correia alegou que estava averiguando as minas e que havia muito ouro, que a cada dia se descobria mais, mas que os ministros reais teriam empenho em esconder as descobertas, já que atingiam suas jurisdições.⁵⁷⁹ De fato, Salvador Correia chegou a encarregar o filho Gonçalo de empreender uma devassa na vila para apurar a suspeita de que moradores estavam induzindo testemunhas a relatar que não havia ouro algum.⁵⁸⁰

As notícias pareciam - e assim permaneceram - sempre desencontradas. As suspeitas existem até hoje, e pendulam entre a ideia de riquezas minerais extremadas, desviadas, e a de inexistência de metal, tratando-se de um mito alimentado pelos moradores para arrancar privilégios da Coroa. Seja como for, sobre essa riqueza mineral, da qual Taunay, concordando com Capistrano de Abreu, chegou a afirmar que

⁵⁷⁷ KNIVET, *op cit.*

⁵⁷⁸ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1506.

⁵⁷⁹ FRANCO, Francisco de Assis. *História das minas...op.cit.*

⁵⁸⁰ INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695, f.151.

“muito ogó haveria”, sempre recaiu certa suspeita de traquinagem e malícia por parte dos paulistas, tanto na perspectiva do desvio quanto na da inexistência. Uma população mancomunada para ludibriar autoridades e fiscais, como vislumbrou o próprio Gonçalves de Sá.⁵⁸¹

As eternas suspeitas e quase boataria em torno das minas chegaram a esgotar a paciência até mesmo dos membros do Conselho de Portugal. Em 1630, diante de uma nova petição sobre as minas, feita por Martim de Sá, seus membros responderam que D. Francisco de Souza “não fez cousa de consideração nem de que resultasse utilidade” e Salvador Correia de Sá “também não fez nada nem apurado com clareza a importância delas”. Portanto, se não era possível “alcançar a verdade e certeza das minas de ouro do Brasil”, melhor negar novas mercês e deixar que os particulares buscassem livremente o ouro, desde que pagassem o quinto. Neste mesmo ano, o tema parece ter voltado com força, pois o vigário Lourenço de Mendonça, que viera do Peru, das partes de Potosí, e segundo seu memorial “persona mais inteligente em matéria de minas”, também solicitava a mercê para explorar e beneficiar as minas de São Paulo, tudo sob suas custas. Em sua petição, usou um argumento técnico para justificar por que D. Francisco de Souza fracassara e como isso não se repetiria:

Fue pues el dito Dom Francisco a beneficiar las dichas minas y sierras por lavadores y bateas o artesones por el qual modo solamente se cava el oro graúdo y que la vista llega a alcançar y se pierde la maior cantidad que es el menudo y que esta encorporado por la tierra y piedra como es el de las minas de Sarruma del Peru...

Para superar o problema, dizia o padre que adotaria o sistema de azougue,⁵⁸² utilizado no Peru, e que as minas renderiam mais que as de Potosí. Prometia ainda remediar a monarquia com muitos bens e fazer entrar em Lisboa a mesma riqueza que entrava em Castela. Para seu benefício, pedia somente que pudesse trazer para São Paulo gente de Potosí que soubesse beneficiar o ouro e gente para construir engenhos. Por fim, pedia provisões para os capitães e “justicia” de São Paulo, ordenando que ninguém o impedisse, pois soubera que “algumas veces ho an hecho a hombres que a esto venieron del Peru”⁵⁸³. Assim, Lourenço deixa transparecer que existiria uma grande riqueza mineral, não só mal trabalhada, pela exploração na base da faiscagem, como

⁵⁸¹ TAUNAY, Afonso. *Historia Geral das bandeiras paulistas...op cit*, vol. 5, p.141.

⁵⁸² Uso do mercúrio para separar o ouro.

⁵⁸³ BNRJ, Coleção Castelo Melhor, 07,03,003. Doc.17. Memorial do Padre Lourenço de Mendonça.

ainda atravancada por impedimentos promovidos por autoridades, ou seja, um discurso muito semelhante ao de Salvador Correia de Sá anos antes.

Outro documento famoso, anteriormente citado e que pode nos dar mais pistas, é a carta de Manuel Juan Morales ao rei, de 1636. Chamado por Cortesão de “espião castelhano”, numa leitura bastante enviesada, Morales relata sua permanência em São Paulo desde pelo menos 1595, o que tornaria seu “serviço de espionagem” uma tarefa quase vitalícia. De qualquer modo, a carta cumpre bem o papel de denunciar uma série de descabimentos, justificando mercês ao próprio missivista, detentor da solução de uma parte dos problemas. O tema dos metais de São Paulo perpassa seu relato, já que o autor era especialista em minério de ferro. Viera a São Paulo na demanda deste mineral, por mandato de D. Francisco, e atuara juntamente com um mineiro de ouro - que faz questão de desqualificar - e um mineiro de prata. Apesar dos indícios sugeridos, Morales pouco reforça a existência substancial do minério, ressaltando e lamentando apenas o fracasso dos engenhos de ferro, depois que deixaram de ser de “particulares”. Em relação ao ouro, alardeia que, quando foi responsável pela arrecadação dos quintos, fez subir de setenta mil maravedis, em 1603, “hasta el dia de oi, que es de 636, a cantidad de três mil y seiscentos cruzados...” Queixava-se, ainda, que as autoridades enviadas a São Paulo para coibir os abusos, principalmente relacionados ao apresamento de gentios no sertão e aos ataques às reduções jesuíticas, eram compradas com ouro. Mais uma vez, a questão de autoridades corrompidas ou articuladas para boicotar investigações reaparece.

Em 1609, o capitão-mor Gonçalo Conqueiro foi destituído do posto e enviado preso à Bahia pelo governador Diogo de Meneses, sob a suspeita de que ele havia escondido ouro não quintado em sua casa.⁵⁸⁴ A tese de uma população turbulenta e insubmissa que praticava toda sorte de impedimentos, roubos e boicotes deitaria frutos no tempo. Tanto que, em 1692, o governador do Rio de Janeiro, Antonio Paes de Sande, dizia que os paulistas escondiam as verdadeiras informações das minas e teriam sido, inclusive, indiretamente responsáveis pela morte do governador D. Francisco de Souza, já que este morrera de desgosto depois das notícias do assassinato de um mineiro que enviara às minas.⁵⁸⁵

⁵⁸⁴ RGCSP, 03/03/1609.

⁵⁸⁵ O trecho do relatório de Sande que fala destas suspeitas está reproduzido em FRANCO, Francisco de Carvalho. *Dicionário...op.cit.*. De todo modo, a versão de que Francisco de Souza morrera de desgosto prevaleceu no tempo. Para Sande, pela morte do mineiro por colonos, já em documento da Biblioteca de Madri, pela morte do mineiro a mando dos jesuítas. Jesuítas e colonos brigavam até pela autoria da morte de um mineiro alemão! Esse mineiro,

Os trechos aqui analisados dão a entender que, a partir da segunda metade do século XVII, teria predominado uma visão generalista sobre os moradores de São Paulo, de que todos unidos boicotariam as minas; o que substituiria outra perspectiva, que previa a atuação de alguns grupos ou autoridades, como sugeriram Salvador Correia de Sá e Lourenço de Mendonça. À primeira vista, isso poderia fazer pouca diferença, mas circunstanciar tais presumíveis ações impede que alimentemos, nessa primeira metade do século XVII, sobre qual trabalhamos aqui, a imagem de uma população irmanada, conspiratória e unida em torno da proteção e disfarce das ditas minas. Ora, esta visão acachapante apenas eliminaria a possibilidade de buscarmos facções, grupos e redes de interesses em disputa e conflito.

Mas, independente das duas visões, o que podemos aferir sobre a existência efetiva de ouro em São Paulo? Como já dito, as notícias que atraíram o governador davam conta de certo ouro encontrado pelos Sardinha (o velho e o moço), nas cercanias de São Paulo. Em novembro de 1598, na iminência da chegada de Souza, Afonso Sardinha, o moço, encontrava-se em pleno sertão acompanhado de “alguns mancebos e mais de cem índios cristãos” em demanda de ouro e outros metais.⁵⁸⁶ Foi justamente na experiência mineral desta família que D. Francisco se apoiou, reconhecendo, inclusive, sua precedência nas pesquisas minerais. Em 1601, o governador proibiu quem quer que fosse, exceto os Sardinha, de bulir nas minas, enquanto os mineiros que haviam sido solicitados não chegassem para avaliar as descobertas.⁵⁸⁷ As reservas efetivamente exploradas foram de ouro – principalmente de faiscagem - e ferro. A prata, tão sonhada e sondada, aparentemente não foi descoberta em grandes quantidades, apesar de algumas notícias e certa boataria em contrário.⁵⁸⁸ A expedição de André Leão, que possuía a declarada missão de buscar prata, parece ter apresentado, nesse quesito, resultados infrutíferos. Já o ferro de Biraçoiaba e o ouro de Jaraguá, Caativa, Vuturuna e Nossa Senhora de Monserrate eram de quantidade de duvidosa aferição. Entretanto, notícias esparsas, algumas pistas e informações denotam que houve ouro efetivamente retirado das redondezas.

nunca nomeado, parece ter vindo com Francisco de Souza em 1608 e foi instruído pelo Conselho da Índia, conforme solicitação do rei ao vice-rei de Portugal. Biblioteca D’Ajuda. Códice 51-VIII-18.

⁵⁸⁶ ACVSP, 14/11/1598.

⁵⁸⁷ RGCSP, Volume I, 19/07/1601.

⁵⁸⁸ Nos pedidos de mercês de Martim Rodrigues Godoy, mineiro de prata enviado a Espanha por Francisco de Souza junto com Diogo de Quadros em 1602, ele afirmava que queria ir ao Peru, mas o governador o retivera e o mandou a São Paulo. Ali pesquisou e encontrou muitas minas de ouro e “oito minas de prata”, das quais levava algumas amostras; amostras estas confirmadas nos memoriais de Azurara e Quadros. Azurara ainda falava de uma pedra que suspeitava ser prata e que fora deixada com Clemente Alvarez, em São Paulo. AGS, Secretarias Prvovinciales. Libro 1463.

Os inventários mencionam pequenas quantidades relativas de ouro e prata, mas não há registro dos quintos efetivamente pagos, tirante as notícias de Morales em sua carta ao rei.⁵⁸⁹ Uma das raras tentativas de quantificação ou aproximação do montante foi feita por Miriam Ellys. A autora contabiliza, em 470 inventários, do período de 1578 a 1700, pequenas parcelas de ouro e prata, totalizando cerca de 200 quilos de prata e 19 quilos de ouro, presentes, na sua maioria, em peças e ornamentos, como pratos, brincos, cruzes, taças, anéis etc. Eschwege teria indicado, segundo a própria Ellys, cerca de 930 arrobas (15.000 quilos), número que foi encampado por Roberto Simonsen em sua *História Econômica do Brasil*. Para Ellys, a prata viria inteiramente do Peru *in natura* ou em peças já trabalhadas, já o ouro teria procedências variadas, como da Guiné, em moedas e objetos do tempo da expedição de Martim Afonso, e algum ouro local, que era de tão pouca monta que não alteraria a dinâmica econômica da vila. De todo modo, reconhece a existência de ouro em São Paulo, pois atesta a tenda de ourives nos inventários de Maria Pedroso e Maria Gonçalves, que foram mulheres de Cláudio Furquim, contabilizando um pouco mais de um quilo de ouro em pó nos documentos. A princípio, parece negar a existência de alguma prata local.⁵⁹⁰

Uma das primeiras medidas de Francisco, ainda em 1599, foi autorizar que todos pudessem tirar ouro, na tentativa de aumentar e estimular os moradores envolvidos nas investigações e descobertas das minas. Mas, em 1601, dois anos depois, apesar de reforçar a autorização, o governador exigia o pagamento do quinto e proibia a circulação de ouro em pó, que deveria agora ser fundido; o que pode também denotar a retirada e a circulação de certa quantidade deste tipo de ouro que escapava aos canais de fisco e regulação.⁵⁹¹

Em relação às minas existentes, além da mina do Jaraguá, de Afonso Sardinha, e que, segundo Taunay, enriquecera também Braz Esteves Leme,⁵⁹² e Vuturuna, próxima a Santana de Parnaíba, existiam as chamadas “minas do Geraldo”, no caminho para o morro do Jaraguá. Estas minas são comprovadas numa carta apócrifa, e sem data,

⁵⁸⁹ Em consulta do Conselho de Portugal sobre parecer dado por Francisco de Souza a uma petição feita por Diogo de Quadros, afirma-se que Quadros, durante todo o tempo em que esteve em São Paulo como provedor das minas, direcionou à casa de fundição apenas 500 cruzados, sendo enviados como *quintos* ao rei somente 100. AGS, Secretarias Provinciais, 1463, 157v.

⁵⁹⁰ I&T, DAESP, Volume 5.

⁵⁹¹ RGCSP, 27/05/1599. Pagamento do quinto e obrigatoriedade para fundir o ouro em pó: RGCSP, 11/02/1601. Em 1604 entrou em vigência o regimento das minas para São Paulo que apregoava a liberdade das minas; o que também reforçou o Regimento de 1618.

⁵⁹² TAUNAY, Afonso. *História geral...op.cit.*

inserida na publicação do *Livro Segundo do Governo do Brasil*⁵⁹³. Provavelmente direcionada a Francisco de Souza, o sujeito relatava, nesta carta, que, depois de quase ter sido preso por tentar averiguar os quintos na casa de fundição da vila, acabou sendo levado por Simão Alvares para ver amostras de ouro trazidas por Clemente Alvares, que havia descoberto e fundido um ouro “mui finíssimo e limpo” e que, segundo “Claudio” (talvez o ourives Claudio Furquim), tinha vantagem “do de Seraldo”, na verdade Geraldo Correia Sardinha. Sabe-se que, natural de São Paulo, Clemente Alvares era homem empenhado e dedicado aos metais. Parceiro de Afonso Sardinha, o moço, durante suas empreitadas de pesquisa de minas, casou-se com a filha do castelhano Martim Rodrigues Tenório, um dos envolvidos no erguimento do engenho de ferro em Santo Amaro. Tornou-se, assim, cunhado do engenheiro flamengo Cornélio de Arzão, também envolvido, a partir de 1609, com a produção de ferro. Em 1600, ficou como guardião de certo metal que parecia prata, e foi responsável por fazer os testes adequados.⁵⁹⁴ As Atas da Câmara denunciam sua presença no sertão, com sua tenda de ferreiro, resgatando com os índios em pelo menos duas ocasiões.⁵⁹⁵ Em 1606 – estimada data da carta apócrifa - Clemente compareceu à Câmara de São Paulo para registrar algumas minas que tinha descoberto e, desse modo, não perder os direitos sobre elas, observando o que determinava o novo Regimento das Minas de São Paulo.⁵⁹⁶ É provavelmente deste ouro que nosso missivista em questão falava. Portanto, as notícias concretas destas riquezas minerais são mesmo esparsas e fragmentárias, mas ainda assim sugestivas.

Este regimento, supostamente inspirado em D. Francisco, de que fala Clemente, já causou certa dúvida na historiografia quanto à sua efetiva aplicação em São Paulo. Eschwege dizia que ele ficara perdido na Espanha por 50 anos, sendo de fato registrado em São Paulo e Rio de Janeiro apenas em 1652.⁵⁹⁷ Varnhagen, por outro lado, afirmava que ele havia sido registrado em Iguape já em 1605. Pela certidão apresentada por Manoel Pinheiro Azurara, mineiro-mor do Brasil, como peça de sua defesa num processo em Assunção, ficamos sabendo que ele comparecera à Câmara de São Paulo em julho de 1604 com suas provisões e Regimento que trazia do governador Diogo Botelho – que bem pode ser o tal regimento. Assim que chegou a São Paulo, teria

⁵⁹³ *Livro Segundo do Governo do Brasil*. Lisboa: CNDP; “Documento 116. Trespido da carta que veio de Sam Paulo sobre as minas do ouro que se an descuberto”; p.163.

⁵⁹⁴ AGS, Secretarias Provinciais. Libro 1463. Memorial de Manoel Pinheiro Azurara.

⁵⁹⁵ ACVSP, 31/10/1610.

⁵⁹⁶ ACVSP, 16/12/1606.

⁵⁹⁷ Informação retirada de MAFFEI, Lucy; NOGUEIRA, Arlinda. *O ouro...op.cit.*.

começado a usar de seu ofício, e “mandou apregoar a liberdade das minas do ouro e que pagassem os quintos a sua majestade”. Em agosto, acompanhado de padres da Companhia de Jesus e do escrivão e tabelião público Belchior da Costa foi às minas de Monteserrate e São Francisco, e lá fez a repartição das minas entre alguns moradores, e “senalou” as de Dom Francisco, naquele momento um morador “comum” da vila de São Paulo. Pinheiro teria voltado à vila e tentado, conforme seu regimento, arregimentar gentios para serem distribuídos nas minas, mas, como já assinalamos, não foi bem-sucedido devido à “pouquidade do gentio”.⁵⁹⁸ Para além deste regimento de 1603, foram feitos outro, em 1618, e mais um, em 1644. O de 1618, ainda no contexto da União das Coroas, fora elaborado especialmente para as “minas de São Paulo e São Vicente” e, ademais de reforçar a liberdade das minas, versava sobre a administração dos gentios, aldeados segundo a lei de 1611 e repartidos nas minas conforme algumas restrições.⁵⁹⁹

Estes regimentos só reforçam as expectativas e os investimentos feitos em torno das supostas minas. Segundo nos diz Taunay, baseado numa consulta de Salvador Correia de Sá e Benevides realizada pelo Conselho Ultramarino em 1677, o regimento de 1603 teria surgido em função das várias dúvidas existentes em relação às minas, em especial, depois das notícias da morte do tal mineiro alemão que andava com Francisco de Souza e dos boatos de que se fundia ouro do tamanho da “cabeça de um cavalo”.⁶⁰⁰ Seja como for, o tal regimento teria sido trazido pela delegação que o governador mandara para a Espanha, com algumas tarefas, e que retornou à vila em 1604.

Entre 1601 e 1602, o governador enviou a Valladolid, onde estava instalada a corte de Felipe III, os mineiros Diogo de Quadros, Manuel João (o tal Morales, da carta), Martim Rodrigues de Godoy e Manoel Pinheiro (o Azurara). Além das particulares demandas de mercês, eles levavam amostras das riquezas minerais de São Paulo, cartas com pedidos da Câmara da vila e a missão de organizar a extração de metal, o que incluía alguns pontos sensíveis, como a possibilidade de descer gentios, a

⁵⁹⁸ ANA, Civil e Criminal, 1549, 4, 1606.

⁵⁹⁹ BNRJ. Coleção Castelo Melhor, 01,02,035, doc.17.

⁶⁰⁰ TAUNAY, Afonso. *História geral...op.cit.* Esta história do ouro do tamanho de uma cabeça de cavalo aparece em outro documento. No *Libro de los sucessos del ano de 1624*, alocado na BNE (MSS2355), fala-se deste mineiro alemão, só que teria sido assassinado a mando dos jesuítas, que temiam que a notícia da riqueza aumentasse a servidão dos gentios. Conforme o manuscrito, o mineiro descobrira que poderia retirar “tan gran pedazo de oro como el cavallo en que estava”, e tal notícia alarmara tanto os padres, que, na mesma noite, o mineiro foi encontrado morto. Apesar de o livro referenciar o ano de 1624, o documento é posterior a 1640, já que dá conta da Restauração (*rebelión*, conforme seu texto) que parecia ter ocorrido há pouco, e da expulsão dos jesuítas da vila, porque, segundo o manuscrito, não respeitavam os direitos dos moradores. Menciona ainda que os jesuítas tiravam ouro de São Paulo e o enviavam ao Duque de Bragança, para financiar a revolta. O documento é do reinado de Felipe IV, já que nele se fala da prata que nunca foi retirada do Brasil no tempo de Felipe III, “ni en el de su majestade”.

cobrança de quintos e a fundição do metal. A comitiva tinha também a óbvia função de ganhar a simpatia do novo monarca para as questões minerais vicentinas.⁶⁰¹ Pelo visto, a missão destes mineiros saiu a contento. Segundo o próprio Manuel Juan de Morales, ele recebeu mercês de 750 cruzados e tornou-se criado do rei. Manoel Pinheiro voltou como mineiro-mor de todo o estado do Brasil e fidalgo da Casa Real; e Diogo de Quadros com o direito de construir dois engenhos de ferro e a posse deles por “três vidas”.⁶⁰² Além disso, em seu retorno a São Paulo, Quadros trazia consigo uma carta do rei agradecendo aos moradores de São Paulo e supostamente o tal Regimento das Minas, expedido em Madri em agosto de 1603.⁶⁰³ Dentre os pleitos de Quadros, a questão indígena ficou na penumbra, já que ele requereu a venda, em fiado, de 2.000 escravos das Guiné aos moradores de São Paulo para a exploração e entabulamento das minas, e que lhe foram negados.⁶⁰⁴

De fato os enviados retornaram a São Paulo somente em 1604, quando Francisco de Souza já não era mais o governador-geral das partes do Brasil. Em 1602, fora nomeado para o posto o fidalgo Diogo Botelho, antigo aliado do Prior do Crato e recém-promovido à simpatia e perdão real junto a Felipe III. Entretanto, Dom Francisco não voltou imediatamente a Portugal, como era de se esperar, permanecendo em São Paulo e imediações até 1603, época em que sua presença ainda era atestada em Atas da Câmara.⁶⁰⁵ Neste mesmo ano, Botelho enviara a São Paulo ordens para a interrupção das entradas no sertão, e dois mineiros para aferirem certas “contradições” nas minas divulgadas por Souza.⁶⁰⁶ Os dois mineiros, Juan Munhoz de Puertos e Francisco de Villalva, ambos castelhanos, apesar de mandados com a missão de contradizer Souza, foram rapidamente seduzidos e convencidos por ele. Em dezembro tinham ido conferir as minas de Monserrate, e já em 1605 acompanharam D. Francisco a Valladolid para servir de testemunhas oculares em suas petições junto ao rei.⁶⁰⁷ Na verdade, o tal

⁶⁰¹ A respeito da ida destes personagens a Valladolid: ACVSP, 08/01/1606; 22/08/1605; AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463, doc. 41,42 e 110. “Informe de Manuel Juan de Morales de las cosas de San Pablo, 1636.” In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes...op.cit.*

⁶⁰² AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463 e “Parecer do Conselho de Portugal e despacho régio sobre a petição de Manoel Pinheiro Azurara...” In: STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente. Séc. XVI-XVII*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999.

⁶⁰³ FRANCO, Francisco de Assis. *História das minas...op.cit.*

⁶⁰⁴ ACVSP, 08/01/1606. Sobre os escravos da Guiné, ver pareceres do Conselho de Portugal e do Conselho da Índia sobre as petições de Diogo Quadros. Uma parte dos documentos está em STELLA, Roseli *Sobre a capitania...op.cit.*

⁶⁰⁵ Capistrano de Abreu fala que na “última hora faltou-lhe coragem de desprender-se da terra paulista, aonde, ainda depois de deixar o governo, continuou alguns anos.” ABREU, Capistrano. “Prolegômenos...op.cit.” ; p.250. As atas que atestam a presença de Souza são: ACVSP, 22/11/1603 e 23/11/1603 (p.136-139).

⁶⁰⁶ Eles se apresentaram à Câmara da vila em 22/08/1603. ACVSP.

⁶⁰⁷ A ida deles às minas é comprovada em Ata: ACVSP, 24/12/1603. A ida à Espanha é apontada por Capistrano de Abreu, *op.cit* e Carvalho Franco, “Os companheiros...op.cit.

Francisco de Villalva aparece em documentação coeva como Francisco Villalon, conforme registro de gastos do Estado do Brasil, no qual se lê que este mineiro, Villalon, fora mandado a São Paulo, por Botelho, em fevereiro de 1602.⁶⁰⁸

O fato é que tentar compreender a capacidade aurífera das minas de São Paulo através de seus mineiros, além de tarefa inglória, pouco contribui na aferição desta riqueza. O primeiro mineiro alemão, que viera com Geraldo Betting – provavelmente Jacques Oalte -, morreu em São Paulo ainda em 1599; já sobre o segundo, enviado em 1609, existem notícias contraditórias de que teria morrido de maneira misteriosa.⁶⁰⁹ Os dois enviados por Botelho em 1602 foram cooptados por Souza. Gente especialista do Peru fora sabotada por autoridades paulistas, conforme Lourenço de Mendonça. E os nossos quatro amigos enviados a Valladolid tiveram destinos muito distintos.

Manoel Pinheiro Azurara, mineiro-mor e perito em ouro, descambou, em 1606, para o Paraguai, onde foi preso e processado por usar a via de São Paulo. Sobre ele ainda recaíram as denúncias de ter passado mais de cem escravos negros e carregar uma quantidade razoável de ouro. As suspeitas parecem ter sido infundadas, mas o fato foi que Azurara carregou muitos tecidos e adquiriu muita erva no trajeto até Assunção. Entre 1609 e 1612, apareceu em processos judiciais em torno da erva mate em Maracayu, onde estabeleceu negócios. Do ouro ao mate, Pinheiro parecia ter uma bússola apontada para os bons negócios. Não podemos assegurar se ele realmente usou algum ouro de São Paulo como capital inicial, apenas deduzir, visto que, em seu processo, reclamou, diante das desconfianças gerais, que o ouro de São Paulo não era beneficiado como se deveria e que ele mesmo tinha seus salários atrasados.⁶¹⁰

O perito em prata, Martim Rodrigues Godoy, deve ter ficado bastante decepcionado, tanto que, rapidamente, redirecionou seu alvo para Angola, pedindo

⁶⁰⁸ AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1575. Neste mesmo livro de gastos aparece o nosso Manoel Pinheiro, “mineiro de ouro das minas de San Vicente”, que recebeu “quinhentos e trinta e cinco mil reis que venceu de seu ordenado a razão de cem mil reis por ano que começou a vencer em dezanove de janeiro de 1597 e acabou a 25 de maio de 1602...”. O tal Villalon ainda aparece como testemunha no testamento de Diego Martins Machuca, de 1603. I&T, DAESP, Volume 3.

⁶⁰⁹ Por outro lado, nas Atas de 11/09/1611, Baltazar Gonçalves avisa que vai ao sertão, às minas de Caativa, com “o alemão mineiro”, por ordem de Diogo de Quadros. A despeito da proibição dos moradores irem ao sertão, os oficiais dizem que “em matéria de minas não se metiam por não ser de sua jurisdição”, o que reforça a ideia da jurisdição paralela. De qualquer modo, o misterioso mineiro alemão parece ainda estar vivo depois da morte de Francisco de Souza, que ocorrera em junho daquele ano.

⁶¹⁰ ANA, Civil e Criminal, 1549, 4. Azurara, em seu memorial entregue em Madri, dizia que encontrara muitas minas de ouro e prata, tanto quando entrou pelo sertão com Diogo Martins Cão em 1596, quanto nas entradas com Diogo Gonçalves Lasso entre 1599 e 1601. Alegava ainda ter sido alferes de Lasso no povoamento da vila de São Felipe. AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463. O que pode ter causado desconfiança nas autoridades assuncenhas foi o fato de o mineiro-mor do Brasil ter ido embora pelo caminho proibido e aparentemente sem ouro. Já a alegação da falta de recebimento de salários parece ser inverídica para o período 1592 a 1602, conforme o *Libro de Gastos del Brasil* (AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1575). Quanto à tença de vinte mil réis prometida pela Coroa, como mineiro-mor, só seria realizada “se as minas saíssem de tanto proveito” (AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1463).

mercê para explorar minas do metal naquela região.⁶¹¹ Diogo Quadros reclamava pelos peritos em mineração ainda em 1605 e, depois de vários entreveros em São Paulo, acabou findando seus dias na Índia. Quanto a Manuel Juan Morales (vulgo Manoel João Branco), mineiro de ferro e “espião”, ele reclamava de nunca terem sido enviados os peritos solicitados, ainda insistindo na demanda em 1636, enquanto provavelmente desfrutava de sua riqueza baseada no trigo, no tráfico de escravos da Guiné e na criação e venda do gado... e até mesmo em seus empreendimentos minerais. A se confirmar que Manuel Juan seja de fato Manoel João Branco, sabe-se que este se tornou superintendente dos índios e administrador das minas em 1624, conforme provisão do governador-geral Diogo Furtado de Mendonça, e que vinha ainda com a inglória tarefa de remeter certa quantidade de gentios à Bahia.⁶¹² De todo modo, em função de supostas minas descobertas nos “termos da vila de São Paulo”, solicitou sesmária, ganhando-a do capitão-mor Álvaro Luiz do Valle em 1627.⁶¹³

Qualquer que tenha sido a real capacidade aurífera das minas de São Paulo - e a despeito da grande descrença de alguns círculos dos Conselhos reais -, Dom Francisco passou, em apenas um ano, de forte suspeito de desvio e desperdício de verbas a um dos protegidos do Duque de Lerma com abundantes concessões e mercês. Em novembro de 1607, o Duque mandou interromper a tomada de residência que se fazia sobre o governo de Francisco.⁶¹⁴ De fato, desde dezembro de 1606, Lerma já havia decidido por sua nomeação como governador da Repartição Sul e capitão das minas do Brasil, que, depois de algumas dúvidas quanto à jurisdição, incluía até mesmo possíveis minas encontradas fora das três capitanias de baixo.⁶¹⁵ Apesar das indecisões e dúvidas que transparecem nas consultas ao Conselho de Portugal, ao Conselho da Índia e à Junta da Fazenda, Francisco de Souza voltou a São Paulo dotado de inúmeros instrumentos para o controle e administração tanto das três capitanias (Rio de Janeiro, Espírito Santo e São

⁶¹¹ AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1491, doc 196. Também as minas africanas decepcionaram Godoy, que finalmente voltou à carga pelo direito de chegar à Potosí com mulher e filhos em 1620. AGI, Charcas 2, 18/12/1620.

⁶¹² RGCSP, 25/05/1624.

⁶¹³ INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF 695, fólio 82.

⁶¹⁴ Importante ressaltar que, apesar de servir para justificar suspeitas, a ordem de tomada de residência de D. Francisco foi acompanhada da de João Furtado de Mendonça em Angola. A residência se enquadrava na nova normativa imperial que tentava homogeneizar as instituições e a administração, aí incluindo as partes ultramarinas portuguesas. Em 1603, a corte decidira pela tomada de residência de todos os oficiais governativos tanto na Península quanto no Ultramar. OLIVAL, Fernanda. “Gobierno...*op.cit.* Assim, a ordem de tomada de residência de D. Francisco não deve ser lida como excepcional. Ordem de residência: Biblioteca D’Ajuda, Códice 51-VIII-07, f.94, 21/07/1605 e ordem de interrupção, Códice 51-VII – 15, f.178, 26/11/1607.

⁶¹⁵ Na carta de Menezes, nomeado governador em 1606, já citada aqui, ele reclama desta jurisdição. CORTESÃO, Jaime. *Monumentae...op.cit.*; p.6. Nomeação de Souza: AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1466, 23/12/1606.

Vicente) quanto das supostas minas.⁶¹⁶ Ademais, vinha com o poder de distribuir ainda mais mercês, fundamentais para formar sua rede de apoiadores e retribuir serviços e favores. Conseguia amplos poderes jurídicos de perdão a degredos e retornava com condições de dar continuidade a uma série de projetos que já havia iniciado em sua primeira passagem por São Paulo. A perspectiva de que as minas serviam como pretexto para a jurisdição sobre cargos e ofícios tinha sido percebida pelo governador Diego de Menezes, que, a despeito de seu rancor, suspeitava que D. Francisco “há de fazer minas a cada canto das ruas da Bahia ou de Pernambuco, quanto mais nos montes, e assim se vira a estar nelas...”.⁶¹⁷ No final das contas, D. Francisco, de fato, pouco pôde fazer, pois chegou à vila em meados de 1609 e, em junho de 1611, faleceu.

Resta-nos ainda falar dos engenhos de ferro, outro dos empreendimentos alavancados por D. Francisco. Tudo leva a crer que os Sardinha já tinham organizado um primeiro forno de fundição em Viraçoiaba, antes mesmo da chegada do governador em 1599.⁶¹⁸ De todo modo, eles teriam repassado o engenho ao próprio governador. O ferro era de fundamental importância na vila, pois tanto os objetos como as ferramentas feitos deste metal eram amplamente utilizados para o pagamento dos serviços praticados por índios; além disso, era usado para resgate com os próprios índios, em especial os carijós, conforme depreendemos das Atas da Câmara de 1607 e 1610, nas quais se tentam tolher os avanços dos ferreiros com suas tendas para o sertão a resgatar com os índios.⁶¹⁹

Para reforçar a importância do metal no contexto regional, vale lembrar que a moeda de ampla circulação no mundo paraguaio, em especial no Guairá - também usada para resgate com os mesmos carijós -, era a chamada *cuña*, pequena peça de ferro fundida.⁶²⁰ Na América castelhana, o ferro atingia preços elevados, já que a Coroa proibia sua exploração nas conquistas em defesa do monopólio do ferro biscaíno. Em São Paulo, havia uma tabela de preços para o metal vendido na vila e outra para o

⁶¹⁶ A desconfiança quanto a Francisco de Souza pode ser exemplificada na divisão do Conselho de Portugal, quanto à parcialidade das opiniões do ex-governador, em petição de Domingos de Araújo pelas minas da Bahia. AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1466, f.284v. As mercês de D. Francisco estão em: AGS, Secretarias Provinciales, Libro 1466, 17/09/1607, f.298r a 310v.

⁶¹⁷ Carta de Diogo de Menezes...CORTESÃO, Jaime. *Monumentae...op.cit...*p.6.

⁶¹⁸ HOLANDA, Sérgio. *Caminhos...op.cit.*

⁶¹⁹ As atas que tentam frear os ferreiros são: ACVSP, 01/12/1607 e 31/10/1610.

⁶²⁰ A *cuña* supria a carência de moeda na região e, apesar de sua larga utilização no século XVI, foi pouco a pouco abandonada em troca dos *frutos da terra*. Em 1607, foi difícil encontrar alguém em Vila Rica que soubesse precisar quantos *reales* valia a moeda, in: AGI, Contaduría, 1609, *Auto de visita a Vila Rica. 1607*. O ferro era extraído das chamadas minas de Tambó, perto da mesma Vila Rica. Em torno deste ferro e da necessidade de sua fundição, Rui Dias de Melgarejo, fundador da vila, fez uma *probanza* com o sentido de alavancar a atividade, mas com o cuidado de garantir sua nobre condição embora praticasse o ofício. “Probanza hecha em Villa Rica em 1578”. *Apud*: CARDOZO, Ramón. *La Antigua...op.cit.* p. 72-74

resgate com os índios.⁶²¹ Grande parte da alardeada riqueza mineral de São Paulo deve ter advindo efetivamente do ferro, principalmente o extraído das minas de Viraçoiaba. Inventários como os de Cristóvão de Aguiar Girão (1616), com dívidas em “arreteis de ferro”, e de Luiz Eanes (1628), com dívidas em “ferro da terra”, dão conta da utilização do ferro como uma espécie de moeda de troca local.⁶²²

Em 1605, Diogo de Quadros voltou a São Paulo, depois de sua missão em Castela, como provedor das minas e com a licença de construir dois engenhos para “fabricar todo o ferro necessário para este estado”. Quadros fez um levantamento do que havia de aproveitável nos almoxarifados do Rio de Janeiro e São Vicente, encontrando neste último algumas peças de utilidade, provavelmente restos da primeira fundição dos Sardinha.⁶²³ Na vila, participou efetivamente apenas de uma das fábricas, organizando uma sociedade com seu cunhado, Francisco Lopes Pinto, o castelhano Martim Rodrigues Tenório e Clemente Alvares. Mais tarde, já quando da segunda vinda de Francisco de Souza, o flamengo Cornélio de Arzão, genro de Tenório (que havia morrido em bandeira de 1612) e Antonio de Souza, o filho do governador, entraram para a sociedade. As Atas da Câmara insinuam que, depois de um início promissor, Quadros teria, aos poucos, abandonado ou perdido o interesse pela fábrica.⁶²⁴ Suas investidas passaram a ser na direção do descimento de índios, que justificava dizendo que os moradores não lhe cediam os índios necessários para o trabalho na extração de ferro e na fundição. De todo modo, os engenhos de Santo Amaro continuaram a funcionar até pelo menos 1626, visto que, nessa ocasião, os moradores reclamavam que Cornélio de Arzão e Luis Fernandes Aragonês, responsáveis pela fundição do ferro, ao invés de vender o ferro bruto aos ferreiros, transformavam todo o ferro em ferramentas.⁶²⁵ Quando do testamento de Francisco Lopes Pinto, em 1628, o engenho já não existia mais.⁶²⁶ Tudo nos leva a crer que os engenhos de ferro, entretanto, não ultrapassaram seu destino primevo: gerar o suficiente para a produção local de ferramentas e, essencialmente, para o resgate com os gentios.

⁶²¹ REIS, Nestor. *Op.cit.*

⁶²² I&T, DAESP, Volume 4 (Girão) e Volume 7 (Eanes).

⁶²³ INTT, Livro MF 6745P, f.67v.

⁶²⁴ Provisão de Diogo Botelho chegou a ordenar que Quadros não abandonasse mais os engenhos de ferro para ir ao sertão. RGCSP, 27/11/1606. O mesmo Botelho, em carta ao rei, comunicava que Quadros era suspeito de “aplicar os quintos para si”. Códice 51-V-48, f.32. Biblioteca D’Ajuda. Sessão da Câmara convocada por Quadros em 1609 dá conta dos conflitos entre ele e os oficiais. Reclamava que tinha apenas construído um engenho e que, mesmo assim, não produzia porque os moradores não lhe forneciam os índios necessários ao trabalho. ACVSP, 15/02/1609.

⁶²⁵ ACVSP, 21/03/1626. As atas falam, contudo, em “muita” ferramenta.

⁶²⁶ I&T, DAESP, volume 7.

Despojos e heranças

Parece-nos mesmo indubitável que uma quantidade de ouro razoável foi retirada das minas de São Paulo. Mais do que faiscagem, pois incluía minas, e menos do que os boatos alardeiam, parafraseando Benevides. Efetivamente, as minas serviram para alimentar e justificar mercês – a maior parte delas concedida - de diversas autoridades, a começar pelo nosso governador, que talvez tenha percebido o potencial de cobiça que as minas despertavam na Corte para a concessão de privilégios. No mínimo aprendera com Gabriel Soares! Mas é improvável que o governador tenha investido toda a sua energia somente para exercer poder e privilégios sobre uma pequena vila nos rincões da América portuguesa. Alguma riqueza, ou ao menos alguma possibilidade efetiva, deve ter sido vislumbrada por D. Francisco, já que fez questão de ter suas próprias minas demarcadas pelo mineiro-mor Manuel Pinheiro em Montesserrate e São Francisco.

Portanto, por mais que as minas tenham sido superestimadas, as notícias, as promessas, as possibilidades foram, de fato, criadas sobre alguma base real. Segundo Sérgio Buarque, os paulistas se recusavam a revelar toda a verdade sobre elas porque rejeitavam o poder e a restrição à liberdade que poderiam vir com a fiscalização e administração das minas.⁶²⁷ Para Ruiz e Theodoro, as minas de São Paulo encobriam interesses e, ao final, concluem que elas existiriam, mas o trabalho sobre elas, não.⁶²⁸ Seguindo a linha de Sérgio Buarque, acham que o fato de a capitania pertencer a donatário, não à Coroa, alimentaria certa liberdade da qual os moradores não estariam dispostos a abrir mão.

Uma parte dos moradores da vila trabalhou nas minas, extraindo delas o ouro que foi utilizado como moeda e matéria-prima de ornamentos. Pode também ter servido como capital para compra de escravos negros, tecidos e outros produtos que alimentavam relativo comércio local. Provavelmente, os moradores esconderam as reais quantidades, fugindo assim do fisco e do quinto, não raro com a conivência das autoridades, cuja maioria estava diretamente envolvida no beneficiamento das mesmas minas. Mas o “mito das abundantes minas de São Paulo” servia, sobretudo, para construir uma rede de interesses e de poderes. Ofícios, privilégios, redes clientelares e mercês constituíam um excelente instrumento de poder sobre a capitania de São Vicente. E não só. Como as mercês sobre as minas vinham, de modo geral, acompanhadas de privilégios sobre os gentios, elas permitiam o controle e a

⁶²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *O extremo oeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

⁶²⁸ RUIZ, Rafael & THEODORO, Janice. *Op.cit...*

administração da desejável mão de obra indígena. Enfim, seria pertinente afirmar que os interesses acobertados pelas minas se prestavam para construir uma jurisdição e tudo que sobre ela cabia. Mas tal demanda não se formou sobre um “castelo de areia”, e, sim, sob uma “nuvem de fumaça”.

Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha afirmaram que os governadores representaram a “parcela mais imperial do império”.⁶²⁹ Escolhido e atrelado, via trajetória pessoal, ao império filipino, Francisco de Souza foi uma de suas facetas na dita América portuguesa. Nomeado sob a batuta direta de Felipe II, manteve, durante o reinado de Felipe III, seus privilégios e mercês, com influência junto ao válido Duque de Lerma. Para Castela, o início do século XVII coincide com um novo reinado (o de Felipe III), uma nova forma de poder (o papel dos validos) e uma nova política para a economia do império. As medidas em prol das iniciativas minerais, alavancadas por Lerma em diversas partes, tinham para o reino português, na lógica do império, a função peculiar de aliviar o peso de uma estrutura bastante custosa.⁶³⁰ Ou seja, a política de prospecção mineral, que já existia com Felipe II, ganhou um novo impulso, assumindo o caráter de abrandar os altos custos do império, inclusive de sua também deficitária parte portuguesa. Entre 1600 e 1601, as iniciativas que apoiavam os empreendimentos minerais se repetiram, como nos anos de 1580-90, mas sob uma nova inspiração.

Francisco de Souza foi, nesta altura, bastante apropriado às pretensões filipinas. De fato, o governador montou em São Paulo uma rede que conectou a vila ao império. Mercês, honras, títulos, ofícios, terras, mão de obra e promessas, tudo por ele administrado manhosamente, tiveram, sem dúvida, a função de costurar alianças e organizar uma elite que o apoiasse, mas também a função, não menos importante, de dinamizar a vila inserindo-a na teia do império gerido a partir de Castela. D. Francisco permitiu à pequena vila transcender sua limitada e marginal realidade política, pois estabeleceu a ponte entre o centro irradiador e uma das partes que compunham a estrutura imperial. E não só: o governador propiciou e dinamizou a conexão entre São Paulo e a América castelhana, nas típicas relações horizontais da monarquia compósita.⁶³¹

Não se quer defender simplesmente que Francisco de Souza tenha inserido a vila de São Paulo num sistemático e coerente projeto imperial filipino, mas numa rede

⁶²⁹ CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores...” *op.cit.*

⁶³⁰ OLIVAL, Fernanda. “Gobierno, crisis del período filipino.” *Op.cit.*

⁶³¹ CASALILLA, Bartolomé. *Las redes del Imperio..op.cit.*

imperial corporativa, dinâmica e, muitas vezes, contraditória. Os interesses reunidos neste amplo império foram, não raro, sobrepostos e até mesmo antagônicos, e coube ao rei e seus múltiplos conselhos a tarefa efetiva de harmonizá-los. Foi assim que São Paulo fez parte do império, e Francisco de Souza foi, sem dúvida, um dos agentes políticos desse processo.

Além disso, é importante ressaltar que as ações de Souza em São Paulo foram atinentes às noções políticas de seu tempo, não representando, como muitas vezes se quis afirmar, alguma excepcionalidade. Brindava-se a capacidade do governante em conciliar interesses, em harmonizar grupos e forças. Neste sentido, sim, Francisco foi exemplar. Tinha, ele próprio, um objetivo que não estava fora do enquadramento imperial. Não foi um servidor abnegado e desprendido de interesses particulares, mesmo porque aplicar a esta época a noção do eficiente e profissional burocrata moderno, que separa as instâncias públicas e privadas, é puro anacronismo. Atuou com sua autoridade de fidalgo da Casa real, pessoalmente, numa vila nos extremos do mundo português na América, porque aquilo também lhe convinha. De qualquer modo, empreendeu uma série de mudanças na dinâmica da vila. Desenvolveu um embrião de “economia pública”, ao abrir caminhos; organizou mão de obra; incentivou lavouras e atividades; articulou e aparelhou jurídica e administrativamente a vila; fortaleceu e disciplinou o aparato militar. Por fim, deu à vila de São Paulo - e isso não deve de modo algum ser relegado - um *status* bastante raro no mundo colonial: o de sede de governança e base angular de um projeto econômico levado a cabo pelo governador-geral do Brasil.

Os desdobramentos e consequências correspondentes devem ainda ser mais bem analisados, mas o vulgo “orgulho” e rebeldia paulista, a ser sempre relativizados, podem ter na presença e atuação de Francisco em São Paulo uma de suas causas. Além disso, neste período específico, as relações entre São Paulo e o mundo paraguaio ganharam corpo e fluidez. Fato que, por si só, terá desdobramentos dos mais importantes ao longo do século XVII. Não se trata de reduzir a história da vila de São Paulo à presença do governador, nem de torná-la um marco zero, mas de tentar dimensionar devidamente o impacto dessa presença, sem dúvida alguma, marcante.

Dizia Frei Vicente que Francisco de Souza morreu pobre, sem dinheiro para uma vela sequer, num quarto do colégio de São Paulo. Dizia Antonio de Añasco, lugar-tenente de Hernando Arias, que Francisco morreu de tristeza pela notícia da morte de seu filho Antonio, quando este ia a Portugal levando amostras de riquezas minerais ao

rei.⁶³² Dizia Antonio Paes de Sande, governador do Rio de Janeiro em 1698, que D. Francisco morreu de desgosto já que os paulistas escondiam o ouro e teriam matado o mineiro alemão enviado para sondar as minas.⁶³³ Diz certo manuscrito do ano de 1624 que Francisco morreu de desgosto porque os padres da Companhia atuavam contra ele, sabotando as descobertas minerais já que imaginavam a enormidade de índios que seriam necessários à exploração das minas.⁶³⁴ As Atas se calam. Por elas sequer sabemos quando exatamente ele morreu. E não sabemos, ainda hoje, onde foi enterrado. Por aproximação, estima-se que tenha morrido entre 10 e 11 de junho de 1611, em meio a uma epidemia que atingia a vila.⁶³⁵ Ou seja, não sabemos bem quando, nem onde e muito menos de quê morrera o governador. As versões dão conta mais das ansiedades de cada um do que de uma informação legítima. Até mesmo nas versões de sua morte o governador foi apresentado de diversas maneiras. E talvez essa série de versões nos ajude a revelar um pouco mais do que foi a história da região nas décadas posteriores: uma disputa acirrada por hegemonia e pelos despojos do governador, com alianças instáveis, conexões interrompidas e a eclosão de grupos e facções em confronto.

⁶³² AGI, Charcas 112. Apesar destas notícias, colhidas de Pedro Vaz de Barros segundo Añasco, Antonio de Souza, filho primogênito de D. Francisco, não havia morrido nessa ocasião.

⁶³³ Sobre a versão de Antonio Paes de Sande, ver: CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário...op.cit.*

⁶³⁴ BNE. MSS2355. *Sucessos del ano de 1624*; f.54v.

⁶³⁵ ACVSP, as atas de 12/05/1611 falam de uma “má disposição de doença que anda na terra”.

CAPÍTULO 3

CAMINHOS E CONEXÕES NA AMÉRICA MERIDIONAL

Depois da posse e do projeto mineral, o tempo da União Ibérica foi ainda um tempo de conexões. Os contatos que nos interessam aqui são os que se estabeleceram entre a vila de São Paulo e o mundo paraguaio, bacia platina e escala para Potosí, mas também espaço que guardava em seu interior alguns atrativos, dentre eles os gentios que povoavam o Guairá e a erva-mate. Claro deve estar que as relações entre São Paulo e o Paraguai não foram homogêneas nas seis décadas da União, porém sua irregularidade, seus altos e baixos são, acima de tudo, pistas para se entender os vários interesses, instrumentos, alianças e tensões que existiram entre estas duas áreas que, neste tempo, estavam reunidas sob o grande império filipino. Para além das normas, cédulas reais e bandos governamentais, não se constituíram somente ações cotidianas à margem das leis, mas também práticas que agiram, sim, no contrabando, quer na cumplicidade de moradores e autoridades ou na ambiguidade dos textos legais. Portanto, longe de generalizações, busquemos, nas páginas que se seguem, vislumbrar a intensidade destes contatos feitos por duas regiões vistas, quase sempre, como marginais em seus respectivos impérios. São Paulo, sempre à “margem”, encontraria o também marginal Paraguai.

Uma vila conectada

A presença de colonos e de padres para além da serra do mar, em campos planaltinos, desde a década de 1550, denota as potencialidades entrevistas por alguns personagens naquelas paragens. Como se sabe, a experiência portuguesa na América foi, em seus primeiros momentos, eminentemente costeira, representando, a ocupação do planalto da capitania de São Vicente, uma excepcionalidade no século XVI. Esta ação poderia ser encarada como um ato isolado de colonos degredados ou renegados, ou como o resultado do incentivo oficial com intuito estratégico, mas o que mais nos importa aqui é pensar que a fundação destes núcleos – de sentido colonial ou catequético - foram experiências de interiorização, da construção de vínculos e pontes com os espaços internos daquela parte da América.

Duas imagens muito fortes, e interligadas, construídas a respeito de São Paulo colonial são as de sua marginalidade e seu caráter fronteiro. De uma forma ou de

outra, ambas têm sido retomadas e discutidas de novas maneiras nos últimos tempos. A questão da marginalidade foi bastante associada, em seus princípios, à noção de isolamento da vila, no aspecto geográfico e econômico. De textos consagrados a minisséries televisivas, a noção que acabou prevalecendo foi a de rudes e corajosos paulistas isolados e autônomos. Cercados e protegidos pela Serra do Mar, os habitantes da vila de São Paulo controlariam um desconhecido e mítico sertão, onde faziam valer suas vontades e seus conhecimentos adquiridos com a herança indígena. A perspectiva de caminhos pouco conhecidos ou de uso exclusivo de experimentados bandeirantes reforçou a ideia de uma São Paulo na contramão do desenvolvimento colonial, que se voltava para o comércio ultramarino cada vez mais organizado no Atlântico Sul, e fortemente ancorado na *plantation* de cana-de-açúcar e no tráfico negreiro.

Autores consagrados da chamada “historiografia paulista”, produzida essencialmente até a década de 1950, como Afonso Taunay, Alcântara Machado, Washington Luiz e Alfredo Ellis Jr., são unânimes na elaboração de imagens que relacionaram São Paulo ao isolamento do planalto. Única vila que fugiria ao esquema de colonização “caranguejo” referido por Frei Vicente de Salvador, São Paulo, na boca do sertão, teria, como um de seus traços constitutivos, o isolamento. Produzida dentro de um contexto bastante marcado (o dos anos 1920 e 1930), a construção da tese do isolamento reafirmava a prosperidade de São Paulo sucedida de forma autônoma e independente do resto do país.⁶³⁶ Afonso Taunay, em obra de 1919, falava da vila como área “ilhada do universo pela barreira aspérrima da serra marítima”. Paulo Prado, por sua vez, afirmava que “essa independência e isolamento foram os traços característicos do povo de São Paulo durante todo o desenrolar da história do Brasil”.⁶³⁷

Esta noção de isolamento, relacionada, na maioria das vezes, à suposta pobreza e autossuficiência da vila, foi bem contextualizada por Ilana Blaj, que a associou às representações paulistas no cenário das lutas políticas nacionais do Estado Novo:

Assim o que predomina e permanece nos escritos entre 1930 e 1945 é a imagem do isolamento, mas da auto-suficiência. Verdadeira autarquia, que não necessitava da metrópole, portanto do poder central, nem das outras regiões,

⁶³⁶ Para além do contexto de sua produção, a imagem do isolamento ganhou tamanha força que, recentemente, numa história de São Paulo publicada em função das comemorações dos 450 anos da cidade, o título se encarregou de marcar o tom da vila colonial quando a chamou de “capital da solidão”. TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão. Uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; 2003.

⁶³⁷ PRADO, Paulo. *Paulística etc*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; p.87. TAUNAY, Afonso. *São Paulo nos primeiros anos...op. cit.* p.22.

*logo dos outros estados, São Paulo teria sobrevivido galhardamente no período colonial, como sobreviveu heroicamente durante o Estado Novo.*⁶³⁸

Durante boa parte da segunda metade do século XX, uma nova visão mais influenciada pela história econômica e pelas teorias marxistas baseou uma série de trabalhos que colocaram São Paulo de “viés”, pois a excluía do sistema mercantil deixando a economia da vila praticamente fora das grandes análises sobre o sistema colonial.⁶³⁹ Pensada em sua condição de economia de subsistência, com uma pobreza renitente, a vila não participaria do mercado colonial em formação. O trabalho de John French na década de 1960, apesar de reforçar esse caráter subsistente da economia paulista, relativizava, por outro lado, a questão da pobreza (até então vista no seu sentido absoluto), apontando uma relativa prosperidade de São Paulo, a partir do século XVII, que ocasionou uma maior integração com o circuito colonial.⁶⁴⁰ A senda aberta por French seria mais tarde trilhada e desenvolvida por John Monteiro e Luis Felipe de Alencastro. Cada qual a sua maneira, ambos os autores analisaram as relações econômicas que, desde finais do século XVI, se estabeleciam entre a vila e outras regiões. John Monteiro, numa perspectiva mais regional, mostrou o dinamismo econômico e as articulações entre a mão de obra indígena e as lavouras em expansão no planalto. Já Alencastro tentou conectar as atividades econômicas da vila, tanto o apresamento indígena como as lavouras, ao circuito mercantil do Atlântico.⁶⁴¹

Nas interpretações mais recentes, a pobreza paulista tem sido relativizada, seu isolamento bastante questionado e sua inserção nos circuitos mercantis intracoloniais e atlânticos revelada. Entretanto, nestas, ainda se identifica uma marginalidade, ou melhor, uma condição periférica da vila em relação à estrutura colonial. Monteiro nos fala de uma “dinâmica interna que se desenvolvia nos interstícios de uma economia e sociedade voltada prioritariamente para o Atlântico.”⁶⁴² Esta “marginalidade”, com um conteúdo mais periférico do que excludente, tem sido o tom prevalecente nas leituras contemporâneas. De fato, longe de negar este “olhar Atlântico” sobre São Paulo, buscaremos, aqui, somente ampliar o ponto de vista, voltando-o, também, rumo ao interior, às fronteiras denominadas à época como “sertão”.

⁶³⁸ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002; p.59.

⁶³⁹ Tomamos a expressão, “de viés”, emprestada de Ilana Blaj. *Op. cit.*

⁶⁴⁰ FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência, 1596-1625”. *Revista do Arquivo Municipal*, 45; 195, 1982. 79-107.

⁶⁴¹ MONTEIRO, John. *Op. cit.*; ALENCASTRO, Luís Felipe. *Op. cit.*

⁶⁴² MONTEIRO, John. *Op.cit.* p.9.

No que tange à questão fronteiriça, as interpretações trafegaram na direção de ressaltar a vila em sua condição de posto avançado para o interior, pontuando que ela retirava do sertão sua psicologia coletiva, seu modo de viver e seu horizonte. Das leituras regionalistas e laudatórias acerca dos bandeirantes às análises atuais de uma vila estrategicamente situada entre dois impérios, a percepção foi de que a localização de São Paulo - e sua consequente relação com o sertão fronteiriço -, exerceu uma das mais importantes influências sobre o modo de vida dos moradores. Os trabalhos pioneiros de Sérgio Buarque de Holanda, de Caio Prado Jr, Pasquale Petrone e Jaime Cortesão inseriram a vila numa paisagem de entroncamentos de caminhos terrestres e fluviais, marcando a excelente e privilegiada localização da povoação de Piratininga.⁶⁴³ Desse modo, aos poucos, a imagem da vila isolada foi sendo questionada, configurando-se um universo de conexões a partir de uma área atravessada por caminhos, terrestres e fluviais, de origem indígena, que foram rapidamente apropriados e utilizados pelos colonos e aventureiros. Deste conhecimento adquirido e em constante dinamismo, o paulista teria retirado as forças para ampliar suas fronteiras. De qualquer maneira, o interior fronteiriço foi, de modo geral, ainda identificado com um *sertão* bravio, como uma paisagem inóspita, selvagem e imprecisa.⁶⁴⁴

Em síntese, para o que nos importa neste momento, o retrato de São Paulo que se revelou a partir dessas análises foi o de uma vila de fronteira, situada entre o mundo cristão-português e o mundo “selvagem-americano”, desenvolvendo-se no hibridismo cultural e formando o louvado, ou detratado, *mameluco*, a depender da perspectiva.⁶⁴⁵ Neste espaço construído, ergueu-se uma vila que, apesar de tudo, teria sobrevivido economicamente através de uma inserção periférica, porém de alguma relevância, nos mercados coloniais. Ou seja, situada nas margens da colonização portuguesa, mas fazendo perfeitamente parte dela. Todas estas imagens ajudaram sobremaneira a destruir a noção de uma vila simplesmente voluntariosa, inexpugnável e isolada, com uma história absolutamente excepcional em relação às outras áreas da colônia ou mesmo do

⁶⁴³ HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos...op.cit.*; 1994; PRADO Jr., Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo, Brasil: Brasiliense, 1983; CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955; PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos...op.cit.*

⁶⁴⁴ Apesar da referência, não foi possível neste trabalho aprofundar as influências da obra de Frederick Jackson Turner no pensamento sobre a fronteira e o sertão em São Paulo, como Sérgio Buarque e Viana Moog fizeram. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Cobra de vidro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978 e MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelos entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2000.

⁶⁴⁵ Os habitantes da vila tinham a noção de estar na fronteira. Anchieta, em carta ao Provincial Diogo Laiñez de 12/06/1561, afirma que “está Piratininga posta em fronteira destes numerosos índios.” (Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933; p.171. Os oficiais da Câmara lembram-se disso em Ata de 22/06/1572, ao reclamarem daqueles que levavam índios ao RJ: “por ser em prejuízo da terra e estarmos em fronteira e termos notícia dos contrários estarem juntos.” (ACSP, I, 22/06/1572)

império colonial.⁶⁴⁶ A ideia de uma São Paulo na contramão parece, portanto, cada vez mais distante. José Gonçalves Salvador ironizava esta perspectiva ao desdobrar sua rede de cristãos-novos do espaço Atlântico pelos interiores da América.⁶⁴⁷ Charles Boxer comentava como “São Paulo não se achava, de modo algum, tão fora do mundo, e tão completamente alheio ao que se passava no resto da colônia...”.⁶⁴⁸ Os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda já antecipavam, de certa forma, estas conexões, principalmente com a América castelhana pelos caminhos do chamado *sertão*. Ali, ele identificou um espaço comum de colonização, seara depois explorada por Aracy Amaral no âmbito das trocas culturais, em especial a arquitetura. Mais recentemente, Rafael Ruiz e Janice Teodoro também buscaram perceber, sem aprofundamentos, a existência destas conexões e espaços de trocas, entretanto, parecem ainda insistir numa visão de São Paulo marcada pela rebeldia e taciturnidade típicas de uma comunidade rural e fechada, influência do trabalho de Richard Morse de 1954.⁶⁴⁹

Numa perspectiva mais ampla e, por conseguinte, contrária à excepcionalidade, pode-se entender a posição de São Paulo como uma das formas possíveis de colonização na extensa rede colonial portuguesa. A trilha conceitual aberta por Luís Filipe Thomaz sobre o império português no Índico, estruturado numa múltipla e diversificada rede comercial marítima, nos permite ver a vila de São Paulo como um ponto interiorizado de colonização, como uma cunha a rasgar o território apontando para o sertão. Ligada por laços *vassálicos* com Portugal, uma comunidade portuguesa diminuta, resoluta e vivendo entre a aliança e a conquista dos índios; ao mesmo tempo, uma economia articulada de múltiplas formas ao espaço intracolonial e ao Atlântico. Todos estes aspectos inseriram a vila na rede heterogênea dos modos de articulação da presença portuguesa no mundo, que variava da submissão completa aos mais variáveis tipos de negociação.⁶⁵⁰ De qualquer maneira, a expansão portuguesa se fez no encontro

⁶⁴⁶ Pensamos aqui em Sérgio Buarque e seus esforços na tentativa de derrubar uma imagem construída pela historiografia paulista que gravitava em torno de uma suposta excepcionalidade paulista, o que obviamente justificava um “desenvolvimento diferenciado” de São Paulo e todo seu poder político na primeira metade do século XX. Sérgio Buarque direciona suas obras para desconstruir esta imagem da excepcionalidade e qualificá-la como especificidade histórica, neste sentido inserindo a história paulista no contexto maior da colonização. Para esta discussão ver: BLAJ, Ilana. “Pulsões, sangrias e sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII” in: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo do estado; Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

⁶⁴⁷ SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos novos...* op.cit.

⁶⁴⁸ BOXER, Charles. *Salvador...* op.cit., p.42.

⁶⁴⁹ RUIZ, Rafael & THEODORO, Janice. “São Paulo, de vila a cidade...” op.cit.; MORSE, Richard. *De comunidade a metrópole...* op.cit.

⁶⁵⁰ THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

e controle de pontos-chave fundamentalmente costeiros ou próximos da costa, e se desenrolava numa rede de enclaves e feitorias.⁶⁵¹

Esta visão do império português ajudaria a esclarecer o lugar dito periférico de São Paulo. Integrada no que muito apropriadamente foi chamado de um império oceânico, no qual prevaleceu uma descontinuidade espacial, a economia de meios e a coexistência de modelos institucionais, a vila, pois, fazia parte de um sistema cuja geografia era basicamente o mar, “nexo essencial da união dos pontos de apoio”.⁶⁵² Como a geografia da América portuguesa neste contexto era descontínua, de enclaves articulados pelas rotas marítimas, não compunha, obviamente, nenhuma contiguidade territorial ou coerência quanto aos limites fronteiriços. E, nesta rede articulada pelas trocas oceânicas e pelo movimento das embarcações, as filiações e nexos da vila de São Paulo, mais interiorizada, passaram a ser, sob este ponto de vista analítico, naturalmente mais frágeis e menos regulares e sistemáticos.

O império português que passou às mãos da Espanha de Felipe II, durante a União Ibérica, não seria, portanto, meramente extenso, mas articulado sobre bases bastante diferentes das formas imperiais castelhanas. Independente de qualquer semelhança cultural ou histórica entre os reinos ibéricos, houve o predomínio de formas e históricos muito distintos nos mecanismos de submissão de territórios e de imposição de vassalagens. Para António Hespanha o império espanhol era dotado de formas mais tradicionais “de dominar e de organizar politicamente o espaço, já que estava vocacionado para o controlo directo de grandes extensões continentais.”⁶⁵³ Seria, assim, o que chamaríamos de um império clássico na sua organização concêntrica e contígua. A partir do centro procurava irradiar uma expansão territorial sucessiva.

Esta prática imperial se fez fundamentalmente a partir da fundação de cidades. Como apontava Sérgio Buarque de Holanda:

Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: - por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem

⁶⁵¹ ALENCASTRO, Luis Felipe. “A economia política dos descobrimentos”. In: NOVAES, Adauto (org.) *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

⁶⁵² HESPANHA, António Manuel & SANTOS, Maria Catarina. “Os Poderes num império oceânico.” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Lisboa: Editorial Estampa. Não se trata de negar uma crescente territorialização ao redor de determinados núcleos costeiros do império português, processo visível, principalmente, a partir do reinado de D. Sebastião.

⁶⁵³ *Idem, ibidem*, p. 351.

*ordenados. Um zelo minucioso e providente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América.*⁶⁵⁴

As cidades no império espanhol funcionavam como pontos de apoio e de avanço para novas investidas conquistadoras. Parte da historiografia latino-americana percebeu a diferença nos processos de colonização, como José Luis Romero:

*Ciertamente la ciudad no alcanzó en un principio en el Brasil la significación que desde el comienzo tuvo en Hispanoamérica. Allí, y hasta el robustecimiento de las burguesías y de las funciones intermediarias ya en el siglo XVIII, la sociedad agraria impuso su propia imagen de la realidad. Pero en Hispanoamérica – como en Brasil desde el siglo XVIII – fue la ciudad la que elaboro, desde su fundación misma, la imagen de la realidad circundante y el modelo operativo que guiaría la acción del grupo fundador.*⁶⁵⁵

A imagem do império espanhol na América foi, portanto, a de um império ancorado na conquista territorial, contíguo e, de fato, submetido militarmente. Além disso, baseado solidamente numa estrutura urbana que formava uma teia de cidades e vilas em contínua expansão.⁶⁵⁶ Segundo Elliott, o “ideal de la ciudad como una comunidad perfecta estaba profundamente arraigado en la mentalidad hispánica y se consideraba contrario a la naturaleza que los seres humanos vivieran alejados de la sociedad”. Assim, concluía que as “ciudades y las vilas en efecto iban a convertirse en la base del dominio español em America”.⁶⁵⁷

Estruturado a partir dos núcleos, também urbanos, das antigas civilizações pré-colombianas, em especial no México e nos Andes, o império espanhol se dilatou, sucessivamente, do centro do território às suas margens. Ancorada nos padrões da Reconquista, de cunho militar *caudilhesco* e urbanizador, a conquista da América se fez nas ambições e expectativas dos conquistadores e, por conseguinte, no movimento de expansão que se auto-alimentava, à medida que, às levadas de migrantes e conquistadores recém-chegados, só restava ir cada vez mais além, visto que os pólos e centros originais já se encontravam submetidos pelos *encomenderos* estabelecidos há mais tempo. As

⁶⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p.62.

⁶⁵⁵ ROMERO, José Luis. *Latinoamérica. Las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores Argentina, 2005; p.68.

⁶⁵⁶ Não queremos aqui reproduzir a suposta dicotomia entre a cidade colonial desordenada e ocasional dos portugueses *versus* a sistemática e planejada cidade colonial espanhola, sugerida por Sérgio Buarque. Não se trata de pensar o conteúdo das vilas e cidades, mas seu sentido na colonização. De qualquer forma, estas diferenças são direções analíticas que nunca podem ser vistas de maneira absoluta. Um balanço da discussão sobre as cidades na América portuguesa está em: MARINS, Paulo César Garcez. “A cidade colonial na América Portuguesa; morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII)” in: CARVALHO, Margarida M.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos & LOPES, Maria Aparecida. *As cidades no tempo*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho D’Água, 2005.

⁶⁵⁷ ELLIOTT, John. *Imperios...op.cit.* p.76.

vilas e cidades, pivôs da expansão, se multiplicavam nas Índias de Castela: entre 1580 e 1630, elas passaram de 225 a 331. Um crescimento de quase 50% em 50 anos. Para os padrões da época, um crescimento urbano bastante considerável.

É, nesse sentido, muito significativa a análise da trajetória da cidade de Buenos Aires, no rio da Prata. Fundada a partir de uma expedição castelhana comandada por Pedro de Mendoza em 1536, a vila (ou simples porto, para alguns) desapareceu à mingua e foi definitivamente abandonada em troca de Assunção, atrelada, já em 1541, ao mundo boliviano. A vila seria refundada em 1580, dessa vez numa iniciativa bem-sucedida. Neste segundo momento, o processo foi invertido, isto é, não resultou de uma expedição do mar ao interior, mas, ao contrário, do interior – Assunção - em direção ao litoral. Temos aqui, simbolicamente, um exemplo desta diferença de padrões coloniais, que poderia ser tributada a vários fatores: o histórico peninsular de Reconquista, as realidades americanas efetivamente encontradas, as riquezas e suas redes de trocas disponíveis, a capacidade econômica e demográfica dos reinos europeus, o peso do sonho oriental português etc. Em suma, nenhuma razão naturalizada, mas todas explicações inteiramente históricas.

Para Carlos Assadourian, numa excelente análise sobre os circuitos e espaços regionais dentro do mundo colonial, “la segunda Buenos Aires asegurará su existência como pieza de un engranaje sustentado en el Perú”.⁶⁵⁸ Assim, ela foi a conclusão de um processo de irradiação e expansão que, em última instância, recuava ao Peru, resultando das lutas entre conquistadores e da busca de mercês em novas áreas. Funcionou também como alívio das tensões em torno da oferta limitada dos botins, materializados nas *encomiendas* de índios. É ainda Assadourian que apresenta mais um aspecto da cidade colonial fruto deste tipo conquista:

*La urbanización implantada con el hecho de la conquista es reflejo de necesidades vitales. Sin la concentración en estos pequeños núcleos geográficos las reducidas huestes habrían sido devoradas de inmediato por el espacio y las masas indígenas. Las ciudades funcionan como plazas fuertes y guarniciones militares, aseguran la defensa del territorio conquistado y sirven de centro de reunión de hombres y refuerzos que preservarán la continuidad del proceso expansionista. Un emplazamiento concretado es siempre el comienzo de una nueva fundación.*⁶⁵⁹

⁶⁵⁸ ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, G; CHIARAMONTE, J.C. *Argentina: de la conquista a la independencia*. Buenos Aires: Hispamérica; 1986; p26.

⁶⁵⁹ *Idem, ibidem*, p.46.

Assunção, por exemplo, conhecida como “madre de las ciudades”, serviu efetivamente de pivô para um processo de expansão que se espalhou essencialmente nos sentidos leste, oeste e sul. Dela partiram novos conquistadores e homens em busca de *repartimientos*, costurando conexões com o altiplano boliviano, o mundo platino e o universo dos rios Paraguai e Paraná, num processo que tendia claramente a chegar ao litoral. Nesta expansão, fundaram-se Corrientes, Santa Fé, Tucumán, Salta, Santa Cruz de la Sierra, Buenos Aires e Santiago del Estero, todas na segunda metade do XVI. No sentido leste, Ciudad Real do Guairá, Villa Rica del Espirito Santo e Santiago de Jerez compuseram uma teia de núcleos populacionais que, juntamente com as reduções indígenas que pontilhavam o espaço paraguaio, estabeleciam uma rede de trocas e controle sobre uma imensa população guarani.

Esta teia de núcleos interiores, muito comum na colonização castelhana na América, diferia, portanto, do que seria uma estrutura mais pulverizada e fundamentalmente costeira do mundo imperial português. Entretanto, tornando mais complexo o que, até aqui, parecia bastante simples, o próprio Luiz Felipe Thomaz ressaltou que, no final do século XVI, já no contexto da União das Coroas, a interiorização passou também a ser a característica determinante da colonização portuguesa. Tanto ele quanto Sanjay Subrahmanyam perceberam, neste fenômeno identificado por ambos no mundo asiático, o que não poderia ser visto como mera coincidência: a influência da dominação castelhana.⁶⁶⁰ No nordeste brasileiro, onde igualmente ocorreu a interiorização, esta derivaria do avanço das lavouras de açúcar, que triplicaram entre 1570 e 1614, e da necessidade de consolidar o povoamento, estratégia fundamental para a preservação dos territórios coloniais sempre ameaçados pelas outras potências europeias.⁶⁶¹ A configuração deste processo na realidade do novo império filipino foi notada mais recentemente por Guida Marques, que, nele, vê uma política territorial fortemente marcada pelas próprias determinações do império.⁶⁶² De qualquer forma, o processo de conquista de territórios interiores e sua articulação aos centros mais dinâmicos (de modo geral, ainda costeiros) é um fenômeno que atinge grande parte das possessões portuguesas tanto na Ásia quanto no Atlântico, no período da União Ibérica.

⁶⁶⁰ THOMAZ, Luis Felipe. *Ceuta...op.cit.* SUBRAHMANYAN, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700 Uma História Política e Econômica*. Lisboa, Difel, 1993.

⁶⁶¹ MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no 'longo' século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁶⁶² MARQUES, Guida. “O Estado...” op.cit.

Na América meridional, em especial na capitania de São Vicente, pode-se perceber que a vila de São Paulo, enclave interior bastante instável nos primeiros anos, se consolida gradualmente e, mais do que isso, se regionaliza, articulando-se aos espaços contíguos do litoral. Aliás, num primeiro momento, que particularmente nos interessa aqui, articula-se com outros conjuntos regionais. O que significa dizer que, a princípio, se refuta qualquer perspectiva de isolamento da vila de São Paulo. Atrelada a São Vicente e Santos desde o começo de sua colonização e, nesse sentido, perfeitamente compatível com o modelo imperial costeiro português, já para o início do século XVII, a vila se articulou regularmente com os interiores da América, notadamente com o Paraguai, como pretendemos demonstrar.

O contraste entre estes dois modelos – castelhano e português – não deve, portanto, ser absolutizado. Não são verdadeiramente esquemas estanques, mas apontam tendências de desenvolvimento de práticas de colonização dos impérios ibéricos. São Paulo, Moçambique e o próprio Nordeste açucareiro a partir dos anos 1570 contrariam a perspectiva puramente costeira e desterritorializada do império português.⁶⁶³ Assim como as frotas e redes portuárias da Nova Espanha, Nova Granada, Vice-Reino do Peru e Filipinas mostram que o império espanhol era mais do que a mera territorialização. De qualquer forma, as dissonâncias não invalidam uma análise mais sistemática. Contudo, as perspectivas conectadas, propostas por Gruzinski e Subrahmanyam, abrem novos horizontes que possibilitam investigar os pontos de contato, de trocas, de “mestiçagens” e de múltiplos diálogos entre as formas e os sentidos da colonização. Por outro lado, John Elliott, ao adotar a história comparada, mostra inclusive como os processos coloniais dialogavam e se espelhavam.⁶⁶⁴ Neste sentido, podemos ver as histórias de São Paulo e do Paraguai não somente de maneira conectada, mas também comparáveis em inúmeras questões.

A relativamente pobre, pouco povoada e instável vila de São Paulo - como muitas outras espalhadas pelo império - enfrentou suas vicissitudes de diversas formas, mas em absoluto de maneira isolada. Esteve sempre articulada, desde o princípio. Mesmo sendo a única povoação lusa do interior da América portuguesa, relativamente distante do mar, isso não significou afastamento dos pontos povoados da costa. O

⁶⁶³ Quando falamos aqui em Moçambique, falamos da formação das localidades portuguesas do vale do rio Zambeze (Tete e Sena); e as feitorias portuguesas ao longo do vale do Cuanza, como Massangano, na década de 1570.

⁶⁶⁴ O trabalho de Elliott empreende uma comparação entre a América espanhola e a América inglesa, buscando evidenciar, inclusive, como teriam se influenciado. ELLIOTT, John. *Imperios...op.cit.* Uma análise metodológica da questão comparativa está em ELLIOTT, John. *España...op.cit.*. Segundo o autor, fundamental na história comparada é analisar a persistente tensão entre as similitudes e as diferenças.

caminho para São Vicente era parte orgânica da vila, e o movimento de ida e vinda era frequente desde os anos de 1560. Apesar da retórica que permeia as descrições do caminho do mar, toda ela recheada de dificuldades e temeridades, o trajeto sempre foi amplamente utilizado, com relativa regularidade, tanto para levar e buscar notícias, comprar e vender coisas, como para rumar para outras áreas costeiras. O caminho para o Rio de Janeiro era também constante, como mostram as idas não só de índios recolhidos à revelia, como de moradores, raras vezes informadas à Câmara, a exemplo de Domingos Luis que para lá se dirigiu em fevereiro de 1575.⁶⁶⁵

Qualquer levantamento preliminar, a partir de inventários e testamentos, em torno das articulações dos moradores da vila com outras partes da colônia revela como, entre 1570 e 1640, inúmeros eram os sujeitos relacionados com o “mundo exterior”. Afonso Sardinha, como já dissemos, não foi uma aberração. Manoel João Branco tinha um filho morando na Ilha Grande, uma filha e um genro na Bahia, negócios em Angola e terminou seus dias numa visita a Lisboa; Antonio Pedroso de Alvarenga tinha negócios na Bahia, Rio de Janeiro e Buenos Aires; Francisco Godinho tinha devedores em Portugal, Espírito Santo e negócios em Angola; Cornélio de Arzão tinha uma lista enorme de devedores de São Sebastião, Rio de Janeiro, Cananéia e até gente ida ao Peru.⁶⁶⁶ Ademais, São Paulo possuía moradores vindos da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Portugal, Castela, Flandres, Itália, França... Moradores que tinham parentes espalhados por várias partes e filhos sendo ordenados em outros lugares, em especial Angola e Assunção. Enfim, a tese do isolamento só pode ter servido para alimentar uma “mitologia”.⁶⁶⁷

Em relação ao Paraguai, pode-se afirmar que, a este espaço imperial castelhano, no centro da América do Sul, a vila portuguesa de São Paulo atrelou parte dos seus destinos. E aqui, propomos uma primeira inversão de olhar, já que podemos ver a vila paulista e o espaço de fronteira entre os impérios de duas maneiras: como um ponto estratégico do avanço português (numa leitura retrospectiva e fortemente marcada pela lógica anacrônica dos nacionalismos) ou, conforme pretendemos, nas circunstâncias da União Ibérica, como uma vila a ser integrada nos processos de expansão concêntrica,

⁶⁶⁵ ACVSP, 04/02/1575.

⁶⁶⁶ I&T, DAESP, Volume 13 (1643); 44 (1643); 2 (1610), 12 (1638).

⁶⁶⁷ O tema do isolamento também deitou frutos nas análises sobre o século XVIII. Nesta perspectiva, uma vila praticamente despovoada pela migração para as Minas Gerais lutava pela sobrevivência numa economia que havia regredido para a subsistência. Os trabalhos de Ilana Blaj e, mais recentemente, de Maria Aparecida Borrego de Menezes subvertem esta noção revelando os grupos mercantis e as conexões econômicas da vila neste período. BLAJ, Ilana. *Op.cit.* MENEZES, Maria Aparecida Borrego de. *Teias mercantis. Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711 – 1765)*. São Paulo: Editora Alameda, 2010.

que partiam tanto do interior da América castelhana quanto do litoral vicentino. Neste sentido, uma das intenções deste trabalho é entender São Paulo também sob o ponto de vista da América castelhana, e não simplesmente como uma parte da fronteira portuguesa apontada para a América espanhola.

Nesta perspectiva, a vila de São Paulo talvez não deixe de ser periférica, quiçá o seja até duplamente, mas passamos a percebê-la como um lugar que não olhava nem vivia apenas para o sertão como uma *no man's land*, cumprindo um destino expansionista. O chamado sertão se torna assim um interior castelhano que busca atrelar-se gradativamente ao litoral vicentino. São Paulo teria feito parte de uma espécie de *koiné* ibero-americano. A marginalidade e o sentido estratégico de São Paulo foram sempre um ponto de vista português, mas ressaltemos que este contexto ibérico era essencialmente um momento castelhano. Na leitura retrospectiva da expansão das fronteiras da América portuguesa, São Paulo foi considerada sempre uma peça ofensiva contra o mundo espanhol em eterna defensiva, preocupado, confuso e impotente para barrar o inexorável avanço dos valentes e indômitos “mamelucos de São Paulo”.

O que enquadrou o espaço americano, no século XVI e parte do XVII, não foi rigorosamente o território demarcado das metrópoles – apesar da relevância destas demarcações –, mas uma geografia comercial, política e corriqueira, que organizou os espaços de maneiras, muitas vezes, bastante diferentes das intenções peninsulares. Nestes espaços imperiais, que o conceito de *Monarquia Católica* ajuda a entender, o cruzamento de estruturas imperiais lusas e castelhanas foram elas próprias um curioso processo de hibridação, do qual São Paulo pode ser um relevante exemplo. O que era a América portuguesa e castelhana no século XVI senão um espaço em construção? Um espaço aberto, enquadrado por diversos interesses e disputas, não articulado, somente e necessariamente, às partes portuguesas e castelhanas do império, mas eventualmente em circuitos misturados e confusos. “Lo sentimiento de territorio condicionado, donde viven naturales o extranjeros, no tenia ligazón forzosa con la percepción de espacios definidos por soberanías diversas.”⁶⁶⁸ O Brasil não existia em sua totalidade territorial, era um campo de possibilidades no qual São Paulo jogou uma partida dúbia, indecisa e pendular, assim como sua contemporânea Assunção, no interior da América.

“La ciudad madre de las ciudades”⁶⁶⁹

⁶⁶⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Fronteras y espacios: Portugal y Castilla...” *op.cit.* p.91.

⁶⁶⁹ FRETES, Eduardo Amarilla. *Asuncion, ciudad madre de ciudades*. Asuncion: Imprenta Nacional, 1942.

O forte de Nossa Senhora de Santa Maria de Assunção foi criado no ponto final de uma sucessão de fortificações que saíam do rio da Prata em direção aos rios Paraná e Paraguai. Em pouco tempo, inverteu o sentido de sua história, tornando-se ponto de partida da irradiação de cidades na direção dos quatro pontos cardeais. O primeiro assentamento no Prata foi o forte de *Sancti Spiritus*, fundado em 1527 por Sebastian Gaboto. Depois disso, uma série de *capitulações* emitida pela Coroa atraiu uma baixa fidalguia castelhana que empreendeu a conquista gradativa do território. A viagem de Gaboto não só fundou o primeiro dos fortes, mas também engendrou e alardeou os mitos da riquíssima serra do “rei Branco”, que serviram para alimentar um crescente interesse pela região.

Os portos e as fortificações de Buenos Aires, de *Corpus Christi* e de Candelária, fundados em 1536, abriram o caminho para que Juan de Salazar Spinoza e Gonzalo de Mendoza fundassem o de Assunção em 1537, já no rio Paraguai. Cedo, ele se tornou vila, graças à consolidação da presença castelhana e à submissão e aliança com os chamados *karios* (carijós) que habitavam a região. Diante da viabilização da povoação, proporcionada por uma ampla baía fluvial, pelos arredores cultiváveis e por uma abundante população indígena, Domingos de Irala, em 1541, transformou o forte em “cabildo e ayuntamiento con cinco regidores”.⁶⁷⁰ Nascia, assim, “la más pobre ciudad del mundo rodeada de las más fértiles tierras del mundo”.⁶⁷¹ Com moradas de ladrilho cru, adobe e palha, seu crescimento foi considerado desordenado mesmo em sua época, seguindo o padrão urbanístico castelhano para as Índias: “y assi se poblo este sitio de la ciudad de Assunción, mas como los pueblos de España, apretados y con poco sitio, que al modo de las Índias, por quadra”.⁶⁷² Rui Diaz de Guzmán também afirmava, em 1612, que “la trassa desta ciudad no es ordenada por quadros e solares de um tamaño, sino en calles anchas o angostas que cruxam a los principales como algunos lugares de Castilla.”⁶⁷³

⁶⁷⁰ CARDOZO, Efraim. “Asuncion del Paraguay”. In: LEVENE, Ricardo (dir.). *História de la nacion Argentina. Vol.III* Librería y Editorial El Ateneo, Buenos Aires, 1939.

⁶⁷¹ *Idem, ibidem*; p. 201. Expressão bastante anacrônica, mas que revela certa expectativa frustrada de desenvolvimento que acompanhou a história desta cidade e, de resto, de todo o Paraguai.

⁶⁷² “Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá espanhóis, índios e mestiços”. Dezembro de 1620; p. 163. In: CORTESÃO, Jaime. (dir.) *Jesuíta e Bandeirante no Guairá. (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951; 162-174.

⁶⁷³ DÍAZ DE GUZMÁN, Ruy. *Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Rio de la Plata*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2001; Capítulo XIV; p.91. Edição digital disponível em:

http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/68049485989571385754491/p00000003.htm#I_34

Encastelada sobre o rio Paraguai, a vila se valeu da abundância de madeira e dos campos dos arredores que foram rapidamente ocupados pelo gado. Além disso, as lavouras de milho, de cana-de-açúcar e as vinhas proporcionaram aos colonos uma base produtiva para a exploração do trabalho compulsório indígena, sob o título das chamadas *encomiendas*. Entre 1571 e 74, a vila chegou a ter cerca de 300 vizinhos, quase todos *encomenderos*; se bem que, conforme relato de jesuíta anônimo, as *encomiendas* muitas vezes contavam “con 6 o 7 indios e alguns que no tiene dos”. Além do “mucho y bueno vino”⁶⁷⁴ e açúcar - produtos sempre mantidos sob a proteção das autoridades frente aos contrabandos e às importações legais pela costa do Brasil -, a cera e o mel completaram o quadro produtivo da região até o início do século XVII.⁶⁷⁵ A partir deste momento, um outro produto, a erva-mate, ganharia cada vez mais importância, em especial na direção do Guairá. Fornecida inclusive para o Alto Peru, a erva-mate foi inicialmente colhida nos montes próximos a Maracayu e, depois, cultivada para os lados do Paraná, nas proximidades do rio Jejuí. Assim, os *yerbales* apontaram um dos sentidos da expansão assuncencha, mas também formaram o eixo da integração econômica da região. De acordo com Assadourian, o mate foi “a mercadoria que engata a região paraguaia com todo o imenso conjunto do espaço peruano”.⁶⁷⁶

Na paisagem urbana colonial, além da vila trançada, o destaque visual ficava por conta de sua maior edificação: a casa mandada construir pelo governador Cabeza de Vaca, na Plaza Mayor. Aproveitava, em parte, a antiga estrutura da fortaleza inicial, destruída num incêndio que praticamente arrasou o vilarejo em 1543. Foi somente no início do XVII que o governador Hernando Arias de Saavedra, assuncenho, fez terminar as obras do *cabildo* e do cárcere e, principalmente, da Catedral, em 1603.⁶⁷⁷

Para frei Juan de Rivadeneyra, que esteve na vila em 1581, ela era “muy generosa y de muchos hidalgos...”. Nesta paisagem humana, o frei ressaltou também a presença dos *mancebos de garrote*, jovens mestiços que utilizavam o garrote como arma e que, conforme os testemunhos compunham o grosso da população de moradores.⁶⁷⁸ Seria, portanto, uma vila nascida sob a égide do *cunhadismo* indígena e da mestiçagem. Naquele contexto, os jesuítas viram na mestiçagem, resultante do costume dos *encomenderos* de se juntarem com várias mulheres indígenas, a causa principal de certa

⁶⁷⁴ “Informe de um jesuíta anônimo...” CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirante do Guairá...Op.cit.* p.164.

⁶⁷⁵ TISCORNIA, Ruth. *Hernandarias estadista*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1973.

⁶⁷⁶ ASSADOURIAN, Carlos. *El sistema...op.cit.* p.198.

⁶⁷⁷ MACHAÍN, Lafuente. *La Asunción de antaño*. Buenos Aires: Edição do Autor, 1919.

⁶⁷⁸ Apud MACHAÍN, Lafuente. *La Asunción...op.cit.*

índole pecadora e turbulenta dos colonos do Paraguai. Vivendo em suas *encomiendas*, no meio rural, ficavam preguiçosos e “cresciendo, se van haciendo broncos”.⁶⁷⁹ A mestiçagem, que na verdade era uma tônica de todo o espaço platino, chegou mesmo a assustar o tesoureiro da Província do Rio da Prata e Paraguai, Hernando de Montalvo (se bem fosse no sentido oposto ao dos jesuítas), que dizia, em carta ao rei, como os *criollos* e mestiços se tornaram a maioria perante os antigos conquistadores e estavam cada vez mais “desavergonhados”, agrupando-se e assumindo ofícios os mais diversos. Montalvo já antevia o processo que culminaria na ascensão de Hernando Arias de Saavedra, primeiro governador *criollo*.⁶⁸⁰

Além da mestiçagem, outra característica salientada da vila referia-se a seu constante clima de rebeldia e turbulência. Os sucessivos *adelantados* e seus seguidores teriam promovido acirradas e violentas disputas armadas em torno do poder político, que permitiria, afinal, a distribuição de *encomiendas* e o acesso à mão de obra indígena. Estas constantes “guerras civis” constituiriam a tônica dos anos iniciais de Assunção, e ajudam a explicar, em parte, o processo de irradiação das cidades que, de modo geral, serviram para aliviar as tensões políticas, econômicas e sociais no núcleo original.⁶⁸¹ Já em 1544, pouco depois do nascimento da vila, eclodiu a primeira revolta entre os seguidores do governador recém-chegado, Cabeza de Vaca, e o influente Domingos de Irala. Não nos cabe aqui explicar estas revoltas, mas apontar que, no rol de disputas entre os diversos *caudillos*⁶⁸² locais, os vitoriosos foram Irala e seus seguidores, que, até a morte do líder em 1556, praticamente mandaram de forma absoluta na região.

Por fim, ao caráter mestiço e rebelde de Assunção, o historiador Carlos Assadourian acrescentou ainda que “la ciudad paraguaya se constituirá en el nucleo de una sociedad de características singulares, cuyo aislamiento es propicio para la aparición de formas culturales autóctonas y de un ritmo avasalante de mestizaje”.⁶⁸³ Portanto, a imagem tradicional de Assunção colonial foi a de uma vila relativamente pobre, isolada, mestiça e rebelde, o que parece reforçar certa retórica bastante comum no horizonte

⁶⁷⁹ “Informe de um jesuíta anônimo...” CORTESÃO, Jaime (dir.) *Jesuíta e bandeirante do Guairá...op.cit.*

⁶⁸⁰ AGS, Charcas, 38. O preconceito contra o *criollo* atingia o próprio governador Hernando Arias. Nesse sentido é reveladora a frase do governador Diego de Valdés y Banda sobre Arias: “muy honrado cavallero aunque criollo porque no hay regla sin excecion...” Apud. MACHAIN, Lafuente. *Buenos Aires em el siglo XVII*. Buenos Aires: Emece Editores, 1944.

⁶⁸¹ Tirante Ciudad Real, mandada fundar por Irala, Villa Rica e Santiago de Jerez, em Guairá, por exemplo, foram cidades fundadas com membros dissidentes das vilas anteriores e dispostos a formar suas próprias encomendas.

⁶⁸² O termo *caudillo* era utilizado para definir o chefe militar - uma espécie de capitão - de uma tropa. Na América, associou-se ao chefe conquistador, que costumava retribuir o apoio e a lealdade de seus seguidores com a distribuição do botim e das *encomiendas*.

⁶⁸³ ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, G; CHIARAMONTE, J.C. *Argentina...op.cit.*; p.24.

historiográfico da América meridional, como se pode ver especialmente nas análises sobre São Paulo e sua “vocação” independente.

De todo modo, foi de Assunção que partiu um movimento de irradiação e expansão resultante das lutas entre os *caudillos* e seus respectivos seguidores. Cada vez mais coibidos também pela Coroa, que tentou limitar o alcance e a duração das *encomiendas*, muitos destes conquistadores foram obrigados a buscar terras e *mercês* em novas áreas.⁶⁸⁴ Diante das restrições impostas, o alívio das tensões se deu pela expansão das fronteiras e pela fundação de novos *pueblos* e cidades, que se definiam pelo acesso a índios ainda não repartidos. Assim, fruto do contraditório, inorgânico e tumultuoso processo de conquista empreendido pelos *caudillos* e seus interesses privados, surgiram cidades que, de alguma forma, cumpriam a função de ordenar o que era essencialmente instável.⁶⁸⁵

As vilas castelhanas na América eram, portanto, a base da expansão das fronteiras, aliviavam as tensões coloniais e acomodavam, agrupavam e rearticulavam os conquistadores e seus interesses. Na região paraguaia, a leste de Assunção, abriu-se um amplo espaço aos conquistadores que se viram limitados tanto na região da própria capital quanto a oeste, no sentido Potosí.⁶⁸⁶ O chamado Guairá, território impreciso geograficamente, compreendia desde a área entre os rios Paraguai e Paraná, até parte da margem esquerda do rio Paraná, onde se localiza o atual estado do Paraná, no Brasil. No Guairá, habitava uma densa população de *karios*, o que permitia o prolongamento das alianças e rede de subordinações de tribos indígenas levadas a cabo em torno de Assunção, revelando, portanto, um importante potencial para futuras *encomiendas*.⁶⁸⁷ Ademais, o território era praticamente o meio de caminho, na direção leste, para uma saída litorânea ao Paraguai. Ou seja, poderia assentar uma rota terrestre, segura e estável, de tráfico e intercâmbio com o porto, sem passar pelas rotas fluviais do rio Paraguai e rio da Prata. A exata localização deste porto pode ajudar a entender as

⁶⁸⁴ Medidas adotadas pelo vice-rei Francisco de Toledo pretendiam coibir as *encomiendas*, substituídas gradativamente pelos *repartimientos* organizados pelos corregedores de índios. Segundo a leitura mais tradicional deste processo, tratou-se, portanto, da tentativa da Coroa espanhola de subordinar os conquistadores aos interesses coloniais. Sobre isto, ver os textos de ELLIOTT, J. “A conquista espanhola e a colonização da América” e “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII” in: BETHELL, Leslie. *História da América Latina. América Latina Colonial. Volume I*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. Sobre a política de Toledo no sentido de organizar as *mitas* BALDIVIESO, Valentim A. *Mitayos de Potosí: en una economía sumergida*. Barcelona: Tecnicos Editoriales Asociados, 1988.

⁶⁸⁵ ASSADOURIAN, Carlos...*Argentina...op. cit.*; p.46.

⁶⁸⁶ Uma análise muito interessante sobre os rumos da expansão assuncenha, se bem que marcada por certo julgamento sobre as escolhas feitas, é a promovida por HOLANDA, Sérgio Buarque. *O extremo oeste...op.cit.*

⁶⁸⁷ CHAVES, Julio Cesar. *Descubrimiento y conquista del río de la Plata y el Paraguay*. Assuncion: Nizza, 1968. MELIÀ, Bartolomeu. *El Guaraní conquistado y redicudo*. Assuncion: Litocolor, 1986.

tentativas espanholas, em geral malogradas, de consolidar o povoamento e a ocupação do espaço litorâneo entre o rio da Prata e São Vicente.

No sentido leste, assentavam-se os portugueses, e, assim, a expansão castelhana a partir do Paraguai participou também das disputas entre Castela e Portugal pela hegemonia no rio da Prata e nos limites ao sul do Tratado de Tordesilhas. Desenrolava-se, desse modo, uma espécie de “xadrez estratégico” jogado por Domingos de Irala, no Paraguai, e por Tomé de Souza, em São Vicente, na década de 1550. Segundo algumas análises inauguradas por Jaime Cortesão, há de se levar em consideração uma política imperial e colonial, em geral, incorporada pelos governadores e *adelantados*, e que tinha razoável clareza da importância estratégica dos espaços coloniais na América.⁶⁸⁸ Assim, a coincidência entre as ações de Irala, de um lado - que teria chegado, em 1552, no salto do Avandava às margens do rio Anhembi (Tietê) para combater os grupos tupis alertando ao rei da necessidade de consolidar as conquistas do Guairá para barrar um possível avanço português -, e as medidas de Tomé de Souza, de outro - que proibiu o tráfego nas rotas que ligavam Cananéia e São Vicente ao interior paraguaio, tentando transformar a vila de Santo André da Borda do Campo, criada em 1553, em posto avançado e fronteiro do avanço português, essencialmente litorâneo -, faria parte desta disputa colonial. Entretanto, para além dessa suposta política imperial aparentemente coerente e demarcatória, o que parece ter acontecido foi um processo de ocupação marcada pelas conveniências e necessidades locais. Isto explicaria, por exemplo, porque o próprio Irala foi acusado de fornecer índios escravos para São Vicente, em troca de ferro e outras mercadorias, alimentando uma relação teoricamente indesejada⁶⁸⁹, ao mesmo tempo em que moradores da capitania de São Vicente se deslocavam continuamente para o Paraguai, levando, inclusive, as primeiras cabeças de gado para a região.⁶⁹⁰ Foi, essencialmente, a busca de novas *encomiendas* e canais de escoamento que direcionaram a expansão a leste, assim como foram os vínculos marítimos portugueses que barraram o avanço, a oeste, de São Vicente. Como já constatou Sérgio Buarque de Holanda, de maneira irônica, a partir de um suposto acento muito reforçado na visão estratégica da colonização:

⁶⁸⁸ CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo... op.cit.*

⁶⁸⁹ Cf. carta do capitão “Juan de Salazar a los Señores da Casa de Contratacion en Sevilla”. 30/06/1553. Apud: SCHMIDL, Ulrico. *Derrotero y viaje a España y las Indias*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1950.

⁶⁹⁰ A referência direta aqui é sobre os irmãos Góis, portugueses, que partiram para Assunção na década de 1550 e levaram as primeiras cabeças de gado para o Paraguai. PORCHAT, Edith. *Informações... op.cit.*

*Desse jeito a multiplicidade dos pequeninos incidentes históricos não raro discrepantes entre si, passa a adquirir ampla moldura, como convém, e clareados de uma luz que parece vinda de cima recobrem a inteireza, a coerência interna, a inteligibilidade que antes lhes faltavam. E as certezas que acaba por infundir têm o cunho de verdades canônicas, fazendo-se, além disso, altamente contagiosas.*⁶⁹¹

Não se quer atestar, por outro lado, uma ignorância completa das questões estratégicas por parte dos atores principais das jurisdições coloniais, mas apenas relativizar as ações e requalificá-las num jogo que também criou aproximações ditadas por necessidades muito mais mundanas e comezinhas. Como disse Nilo Garcia, “o ambiente e o interesse levavam o conquistador a palmilhar indistintamente aquelas terras. Espanhóis e portugueses se entrechocavam ou se integravam”.⁶⁹²

De qualquer modo, para alguns autores, Assunção teria esmorecido, aos poucos, seu ímpeto expansionista no sentido leste, passando a centrar suas energias no rumo de Potosí, a oeste. Para Sérgio Buarque de Holanda, esta atitude traria graves consequências ao projeto castelhano na região do Guairá, já que esta área, gradativamente abandonada pela capital paraguaia, doravante se abriria à vitalidade expansionista advinda de São Paulo. Na análise de Holanda, as órbitas de expansão de São Paulo e Assunção compartilharam a região na segunda metade do século XVI. À despeito da boa vantagem inicial, a cidade paraguaia, atraída pelo sonho dourado de Potosí e suas riquezas, teria se afastado da direção atlântica, enquanto o gentio reduzido atraía cada vez mais os paulistas. Desta mesma opinião, só que expressada de maneira mais pesarosa, partilha Julio César Chaves.⁶⁹³

Entretanto, observemos que Assunção não tinha de fato condições materiais de projetar uma consistente expansão demográfica e econômica. Em seu auge, seus 300 vizinhos se articulavam com as rotas fluviais platinas e com as rotas terrestres que ligavam a Potosí e ao Guairá (importante centro consumidor do gado e das montarias criadas em Assunção). No início do século XVII, a difusão da erva-mate assim como a disponibilidade de índios atraíram, sim, o interesse da capital paraguaia, como bem prova o fato de Villa Rica, povoação mais a leste, ser a segunda vila mais povoada da região. Contudo, o Paraguai foi se tornando cada vez mais distante e periférico em relação ao centro nervoso da colonização castelhana sul-americana, ou seja Potosí. A bem da verdade, desde o princípio, a região como um todo, aí incluindo o Rio da Prata,

⁶⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Extremo oeste... op.cit.* p.90.

⁶⁹² GARCIA, Nilo... *op.cit.* p.16.

⁶⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Extremos Oeste...op.cit.* CHAVES, Julio César. *Descubrimiento y conquista del Rio de la Plata y el Paraguay*. Assuncion: Ediciones Nizza, Vol 1,1968.

não seduzia muita gente. O *adelantado* Jaime Rasquim, em 1557, por exemplo, já em desespero para angariar colonos para povoar a região, acabou abrindo possibilidade a todos que quisessem ir, tirante “moriscos, mulatos y extranjeros”, mas mesmo a estes fez-se uma exceção, caso fossem marinheiros. Ao final, depois de permitir inclusive que casados fossem sem suas mulheres, conseguiu um pouco menos de 300 colonos, para uma meta inicial de 600! Para completar o fracasso total do empreendimento, nenhum deles chegou ao Paraguai, pois a má navegação acabou levando todos a São Domingos. Num cenário ainda mais desalentador, em 1562, dezenas de colonos de Assunção foram embora da cidade rumo ao Peru. Um êxodo em massa!⁶⁹⁴ De todo modo, mesmo com todos os contratemplos, uma expansão, ainda que lenta e pouco populosa, efetivamente se deu no território guaireño.

O processo de conquista empreendido pelos castelhanos no Guairá se iniciou em 1554, com Garcia de Vergara, que fundou, com 60 espanhóis advindos de Assunção, o povoado de Ontiveros, nas margens do rio Paraná. Dois anos depois, em 1556, o novo governador da Província do Rio da Prata e Paraguai, Gonzalo de Mendoza, enviou Ruy Díaz de Melgarejo para fundar Ciudad Real del Guairá, na foz do rio Piquiri, também às margens do rio Paraná. A vila, situada a dez quilômetros de Ontiveros, foi povoada em 1557, com 100 colonos que acompanharam Melgarejo e pela população de Ontiveros, transferida para Ciudad Real.

O mesmo Melgarejo fundaria, em 1570, Villa Rica del Espiritu Santo, distante 60 léguas de Ciudad Real. Levava com ele mais cavalos que homens: 40 *vecinos* e 53 cavalos.⁶⁹⁵ Em 1575, já com os títulos de tenente-governador, capitão-geral e justiça maior de Ciudad Real e Villa Rica, tentou desenvolver a mineração de ferro e pareceu sonhar com algum ouro ou prata, justificativas que utilizou, aliás, para a fundação do novo povoado. Agindo como típico conquistador, Melgarejo distribuiu solares, *encomiendas* e mandou erguer fortaleza. Fundou a vila entre as nascentes dos rios Piquiri e Ubay, no “camino sabido e andado por donde entro el dicho gobernador Cabeça de Vaca y por onde este testigo guio e traxo con el ayuda de dios nuestro senor al capitan Hernando de Trejo e gente de la armada del governador Juan de Senabria”.⁶⁹⁶ Contudo, Villa Rica, localizada em lugar alto e fértil, sofreria ainda uma mudança de

⁶⁹⁴ KONETZKE, Richard. *La emigracion espanola al rio de la plata durante el siglo XVI*. Instituto Gonzalo Fernandes de Oviedo. Madrid: CSIC, 1952.

⁶⁹⁵ GARAY, Blas. *História del Paraguay*. Madrid: Librería y Casa Editora, 1896.

⁶⁹⁶ “Probanza de los servicios de Ruy Díaz de Melgarejo”. Apud in: CARDOZO, Ramón. *La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espiritu Santo*. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez: 1938.

sítio em 1599, trasladando-se para as proximidades do rio Corumbataí com o Ubay. Villa Rica, como seu nome indica, nascia sob a promessa de uma riqueza mineral da qual se ouvia falar. As minas de ouro, prata, ferro e outros minerais, que teoricamente povoavam o interior, compartilhavam, no fundo, do mesmo espaço sonhado pelos portugueses de São Vicente. O miolo da América deveria ser riquíssimo para aqueles homens.⁶⁹⁷

Mas a ocupação castelhana do Guairá se deu, essencialmente, sob o impacto das disputas entre as facções políticas e caudilhescas, bem como em demanda de terras e dos desejados índios carijós. Dentre as cidades guairenhas, que ainda teria o acréscimo de Santiago de Jerez (fundada por Ruy Diaz de Guzmán em 1580), Villa Rica assumiria um papel de destaque.⁶⁹⁸ Segundo o relato de um padre jesuíta:

Concepción del Bermejo tenía 70 vecinos: de ellos eran encomenderos 25: 6 mil indios frentones de servicio, no labradores, "gente viva y mui vil... colerica". De las otras ciudades se expresa: Corrientes tiene sesenta españoles y pocos indios de paz; Asunción doscientos vecinos y 6 mil indios de paz, los demás alzados, Villarrica, cien vecinos y más de cien mil indios tributarios, sin contar mujeres y niños... El Sp. santo (ciudad Real) 60 vecinos y pocos indios. Jeréz tiene 60 vecinos y muchos indios de naciones distintas de la guaraní y que Santa Fe contaba con muchos indios antes de la peste habida por entonces. Buenos Aires tiene 60 vecinos⁶⁹⁹.

Apenas Assunção parecia concentrar maior população europeia na região, ao passo que Villa Rica tinha à disposição uma abundante população indígena. As duas principais vilas guairenhas apresentaram um desenvolvimento bastante diferenciado: enquanto Villa Rica demonstrou relativa prosperidade, Ciudad Real manteve certa estagnação. A proximidade desta com o centro erval das redondezas do porto de Maracayú, mais bem posicionado e privilegiado pelo monopólio de embarque da erva, deve ter estrangulado economicamente a vila. Além disso, cedo a região foi atingida por grave escassez da mão de obra guarani a sua volta. Segundo o jesuíta anônimo que visitou a região em 1620, Ciudad Real possuía de 25 a 30 *vecinos*, “toda la gente ruin e

⁶⁹⁷ Martim de Orue, em 1573, falava da existência de metais no interior da Província do Paraguai e Rio da Prata. AGI, Charcas 40. O mesmo foi ressaltado pelo tesoureiro Hernando de Montalvo em 1585 (AGI, CHARCAS 38) e por Manoel Frias, em memorial de 1602, que contava como seu sogro, Rui Dias de Melgarejo, havia descoberto minas de ouro, prata e pedras preciosas que não teriam sido beneficiadas por falta de lapidários e mineiros experientes. AGI, Charcas 48.

⁶⁹⁸ Jerez, mais à margem do Guairá, ocupando o sul do atual Mato Grosso do Sul, foi, pouco a pouco, abandonada, e mais uma vez repovoada em 1593. Vivia em estado de tensão, sempre assediada pelos *paiaguás* e *guaicurus*. Mesmo assim, alguns poucos colonos se mantinham na região com a ajuda esporádica e insuficiente dos governadores, que viam na existência da vila um posto avançado para o descimento de populações indígenas mais distantes. No começo do século XVII, chegou a ter somente 15 colonos e foi definitivamente abandonada em 1632.

⁶⁹⁹ Padre Diego de Torres. “Cartas Anuas de 1609 y fechadas en Córdoba del Tucumán”. Apud. PAOLI, Juan Bautista Rivarola. *La economía colonial*. Assunção: Biblioteca Virtual del Paraguay. Edição digital disponível em: http://www.bvp.org.py/biblio_htm/rivarola/riv_iv_vi.htm

la tierra es mal sana”.⁷⁰⁰ Numa leitura um pouco mais simpática, mas igualmente desalentadora, o provincial Nicolas Duran, em 1627, em sua carta ânua, falava que:

*Os espanhóis que vivem nesta cidade são aproximadamente cinqüenta homens, filhos da boa gente que veio de Espanha para o Paraguai, e se consideram muito ricos porque se contentam com sua pobreza. A roupa ordinária é de algodão tingido e raras vezes conseguem alguma roupa de Espanha. Não existem lojas de mercadores e não se encontram oficiais de artes mecânicas porque todos os são, em suas casas... Não tem ambições, nem desejo de obter honra nessa vida, nem de exaltar sua linhagem, porque o ofício mais supremo a que aspiram é o de ser alcaide de seu povoado.*⁷⁰¹

Por outro lado, Villa Rica del Espíritu Santo, que teve uma segunda fundação em 1589, mantendo-se até 1632, parece ter atingido uma maior prosperidade. Segundo estudos de Claudia Parellada, baseados nos vestígios arqueológicos em Nova Cantu, atual Paraná, a cidade teria uma área total de 300.000 metros quadrados e seria cercada por chácaras. De acordo com o modelo codificado urbano da lei de 1573, o povoado era “enxadrezado de ruas retilíneas”. Possuía um centro com uma praça e terrenos ao redor que não poderiam, conforme o regimento, ser cedidos a particulares, mas sim à Igreja, aos edifícios reais e municipais. As ruas tinham de 10 a 12 m de largura e cruzamentos em ângulos retos. Suas quadras tinham a dimensão de 100x100m e eram cercadas por muros de taipa. As casas eram pequenas e de taipa com telhas. No canto sudoeste da praça, situava-se a igreja, também de taipa e com cobertura de telhas, dedicada a São João Batista e pertencente à Companhia de Jesus. Ao lado, existia um cemitério. Na parte leste da vila, dispunham-se as ruínas de casas de alvenaria, com poço para captação de água, e fornos para fundição de metais. As pesquisas arqueológicas encontraram ainda muitas escórias de ferro espalhadas pelas ruínas e casas subterrâneas, provavelmente para os índios guaranis.⁷⁰²

Dentre os moradores da vila desde os seus primeiros tempos estavam Alonso Benitez, Pedro Miño, Francisco Romero, Melchior Moreno, Manuel Duarte (português), Juan Baptista Troche, Hernando de Melgarejo, Juan Pérez de Godoy, Diego González, Francisco de Peralta, Juan de Villalba, Bartolomé de Contreras, Juan Alvear de Zuniga, Antonio Bernal e Gabriel Ponce de Leon, considerados os conquistadores do Guairá.⁷⁰³

⁷⁰⁰ “Informe de um jesuíta anônimo...” CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes do Guairá...op.cit.* p.173.

⁷⁰¹ “Duodécima Carta Anua del P. Nicolás Mastrillo Durán” 1626 Apud: CALDEIRA, Jorge. *Mulheres no caminho do Prata*. São Paulo: Mameluco, 2006.

⁷⁰² PARELLADA, Cláudia. *Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo/Feniz-PR*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Curso de Antropologia Social, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

⁷⁰³ A simples enumeração destes nomes já nos remete a uma série de personagens que iriam se instalar ou construir vínculos com a vila de São Paulo. Dentre eles destacamos Benitez, Miño, Peralta, Torales, Zuniga, Ponce de Leon.

Quanto à relativa prosperidade de Villa Rica, parece ter derivado da fundição de ferro, que foi, ali, uma importante atividade. Segundo Azevedo Marques, as primeiras ruínas da Villa, encontradas em 1771, revelaram restos de telhas, olarias, o traçado dos arruamentos e o “lugar de uma grande ferraria”, em dimensões “maiores que Paranaguá”.⁷⁰⁴ De fato, as justificativas das ações de Melgarejo, que fundara a vila sem capitulação ou autorização formal, passaram pela suspeita das riquezas existentes no local, embora devamos sempre nos acautelar diante da retórica das promessas minerais, bastante comum no período. Sabemos que Melgarejo chegou a fundir pessoalmente o minério de ferro, visto que ele preparou uma *probanza* em Villa Rica para registrar que era “hijodalgo y no artesano”, arrolando inclusive testemunhas, talvez exageradamente preocupado com sua honra.⁷⁰⁵ A mina de ferro e a fundição devem ter gerado ferramentas e material de consumo local, bem como produtos para trocas e resgates com índios. As minas de ferro eram chamadas de Tambó, e aparecem muito ocasionalmente na documentação. Em pelo menos um dos processos para averiguar gente que entrava no Paraguai pelo caminho de São Paulo, menciona-se um português que teria se dirigido para as ditas minas. Segundo testemunho, um tal Enrique Vaz Platero teria chegado em Villa Rica mas, como ninguém lhe deu abrigo nem ajuda, partiu rumo “ao tambo veynte leguas de aqui dezia hiva a hazer algunas cunas para bestirse y que se fue y nunca mas lo vieron...”⁷⁰⁶ As cunhas - moeda de ferro de ampla circulação no Paraguai, e talvez com algum prolongamento em São Paulo – serviam fundamentalmente para resgates com os índios e trocas locais. Basicamente, as transações eram feitas em cunhas ou *lienzos* de algodão, mas, em pouco tempo, foram substituídos pela erva-mate. De qualquer modo, uma cunha valia, segundo Chaves, 50 maravedis,⁷⁰⁷ apesar de o

Não serão propriamente estes os personagens, mas seus descendentes. Citados in: CARDOZO, R. *Op.cit.* e JENSEN, Carlos Ernesto Romero. *El Guairá: caída y éxodo*. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, FONDEC, 2009.

⁷⁰⁴ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos...**op.cit.*; p.304.

⁷⁰⁵ “Probanza hecha em Villa Rica em 1578”. Apud CARDOZO, Ramón. *op.cit.* p.72-74. Uma *probanza* era um atestado, juridicamente validado, de algo que se quisesse provar.

⁷⁰⁶ “Processo obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez, por haver metido três portugueses por la via de San Pablo. Año 1616.”: *Bandeirantes no Paraguai. Século XVII. (Documentos Inéditos)*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1949. Outros documentos mostram que Henrique Vaz era ourives de prata, talvez um dos que vieram para São Paulo acompanhando o sonho mineral de Francisco de Souza. Por volta de 1613, teria ido para Villa Rica, no episódio narrado no texto. Nesta ocasião, inclusive, foi acusado de atravessar de São Paulo ao Guairá praticando “embustes” com os índios. Seja como for, Vaz chegou ao Peru onde, ao que parece, a sorte também não lhe sorriu, já que, em 1623, estava de volta a Assunção, lugar em que ainda residia em 1633, conforme censo feito pelo governador Martim Ledesma Valderrama. Na ocasião foi identificado como alquimista, e que “ha curado y cura enfermedades en esta ciudad”. ANA, *Propiedades e Testamentos*, Vol.484, 8. Nomes do censo de Valderrama estão publicados em JENSEN, Carlos. *El Guairá...* *op.cit.*.

⁷⁰⁷ CHAVES, Julio. *op.cit.*

inquérito feito na região em 1609 não ter conseguido precisar seu valor junto aos vizinhos de Villa Rica.⁷⁰⁸

Porém, a principal riqueza de Villa Rica foi a erva-mate, que, a partir do final do século XVI, se alastrou de tal forma que, já em 1620, se lamentava que grande parte dos índios da região fosse consumida pelos trabalhos nas lavouras de *yerba*. O comércio da erva-mate era assunto importante no Guairá. Em 1603 o *cabildo* de Assunção pôs em leilão o arrendamento dos ervais da zona de Jejuí, e tentou impedir o livre comércio da erva, o que causou a reação imediata do *cabildo* de Villa Rica. Este enviou então um procurador ao rei, queixando-se da arbitrariedade e interferência dos assuncenhos nos ervais guairenhos, inclusive das intenções de que Ciudad Real e Villa Rica levassem obrigatoriamente a erva até a capital para trocar por manufaturas, produtos europeus e sal.⁷⁰⁹ Ainda em 1629, os plantadores guairenhos pressionavam o novo governador da Província do Paraguai, Luis de Céspedes e Xeria, para que suspendesse os trabalhos nos ervais de Maracayú e regulamentasse o tráfico ali “para remediar el estanco que se paga de la yerba en el dicho puerto (de Assunção)”.⁷¹⁰ Em suma, a produção de erva na região do Guairá e seu transporte em balsas, ao longo dos rios da bacia do Paraguai, mobilizaram grande parte das energias regionais.

A *yerba*, como chamavam, era já explorada e comercializada no final do XVI, conforme atesta a proibição de seu embarque em navios pelo porto de Assunção em 1594.⁷¹¹ O bando de Hernando Arias de Saavedra, lugar-tenente nessa altura, expressava uma indisposição deste poderoso *criollo* com a planta. Ao longo de seus sucessivos governos, emitiu bandos para proibir o beneficiamento e a comercialização da erva, porque, segundo alguns autores, além de considerar um mau costume, implicavam uma exploração demasiada dos indígenas.⁷¹² De todo modo, a erva (*ilex paraguayensis*), natural da região, era colhida nos montes do Guairá e então beneficiada, o que incluía tostar ou torrar, moer e transformar em pó. Mais especificamente, era colhida próximo da serra do Maracayú e transportada por índios, em cestos, até o porto do mesmo nome. Lá, era trocada por roupas, ferramentas e outros bens de resgate com os mercadores

⁷⁰⁸ AGI, Contaduría, 1690.

⁷⁰⁹ CARDOSO, Ramón. *Op.cit.* Destes fatos podemos inferir uma tentativa de Villa Rica em utilizar outras rotas e angariar outros mercados, inclusive São Paulo, já que no ano mesmo de 1603 “soldados” da cidade guairenha chegavam à vila paulista para estabelecer contatos comerciais. Os documentos referentes a esta disputa pelos ervais do Guairá estão em AGI, Charcas 48.

⁷¹⁰ “Actuaciones de Luis de Céspedes e Xeria” Doc. 2464, Buenos Aires. Apud: CARDOZO, Ramón. *Op.cit.* p.110.

⁷¹¹ ANA, NE, Libro 381, Vol.46.

⁷¹² VELAZQUEZ, Rafael Eladio. “Navegacion paraguaya de los siglos XVII y XVIII”. *Estudios Paraguayos*. Revista de la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asuncion” Vol.I, n.1, 1973.

locais.⁷¹³ Embarcada em balsas, muitas vezes com duas ou três canoas atreladas, a erva descia o rio Jejuí até o Paraguai, e chegava a Assunção. Dali, seguia as mais diversas rotas, atingindo Santa Fé, onde valia quase dez pesos a arroba, ou Tucumã, onde chegava a valer 20 pesos. O valor crescia à medida que se chegava mais perto da inflacionada Potosí. No mercado local de Maracayú, duas mil libras de erva valiam um vestido, e quinhentas, um chapéu.⁷¹⁴ O transporte demorava muitos dias, tanto pela via fluvial quanto terrestre. Como exemplo, uma balsa, em pleno século XVIII, que saísse de Assunção rumo a Buenos Aires, levaria 116 dias para chegar a Conchas, porto distante seis léguas da cidade portenha e onde se costumava desembarcar a erva naquele século.⁷¹⁵

O processo todo mobilizava ampla mão de obra e atravessadores. Do índio encomendado ao balseiro, diversos eram os personagens que participavam do comércio da erva. A exploração exagerada do índio, no trabalho de colheita, beneficiamento e transporte, foi, como vimos, um dos motivos para que Hernando Arias empreendesse alguma perseguição a esta atividade. Em 1612, o visitador Francisco de Alfaro lançou suas *ordenanzas* que visavam encerrar a exploração da mão de obra indígena na região, a partir do controle das encomendas. As limitações impostas foram variadas e a maioria delas inspirada nos relatos sobre o trabalho nos ervais. Obviamente que a grita foi geral, mas isso não impediu as repentinas visitas de autoridades no porto de Maracayú, para fiscalizar a presença de índios não encomendados nas balsas e até mesmo fazer cumprir a proibição de qualquer embarque de erva naquele porto. Para Alberto Armemi, os trabalhos nos ervais teriam criado o primeiro ponto de tensão mais forte entre os espanhóis e os guaranis no mundo paraguaio, colocando em xeque a rede de alianças construída pelos conquistadores nos primeiros anos. Como afirma John Monteiro, “a perspectiva de alianças estáveis desmanchava-se em face do desenvolvimento de práticas e instituições espanholas que visavam maximizar a exploração da mão de obra nativa.”⁷¹⁶

Apesar de alguns padres afirmarem que a planta era uma “superstición diabólica”, os próprios jesuítas transformaram as lavouras de *yerba* num dos principais

⁷¹³ GADELHA, Regina Maria. *As missões jesuíticas do Itatim Estruturas sócio-econômicas do Paraguai Colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁷¹⁴ GADELHA, Regina. *As missões...op.cit.* e CALDEIRA, Jorge. *Mulheres...op.cit.*. Uma libra equivale a quase meio quilo. Uma arroba, 25 libras, portanto, quase 13 quilos.

⁷¹⁵ VELAZQUEZ, Rafael Eladio. “Navegacion...” *op.cit.*

⁷¹⁶ MONTEIRO, John. “Os guarani e o Brasil Meridional”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, p.483.

recursos em suas reduções de índios.⁷¹⁷ A erva cultivada, que era plantada nas reduções, tinha boa saída, conforme Armemi, mas a preferida mesmo era a nativa, colhida nos montes. Talvez por isso, os *encomenderos* vilarriquenhos controlaram o comércio de erva até 1676, mesmo depois de a vila ter sido transplantada em 1632. Assim, apesar das proibições, prevaleceu a necessidade local, e “muy pronto, conduciendo la fragante hoja paraguay a los rios se colmaron de embarcaciones, y carabanas de carretas partieron hacia todos los rumos”.⁷¹⁸ Considerada uma panaceia, com qualidades farmacêuticas, afrodisíacas e estimulantes, a erva era comercializada até mesmo em Potosí, mas tinha, entretanto, como seu principal mercado, a própria cidade de Assunção, onde era amplamente consumida, segundo documento de 1637, por espanhóis e naturais, ao contrário de outras regiões, em que era consumida sobretudo por índios.⁷¹⁹

Além do ferro e da erva-mate, outras apostas econômicas foram feitas no início do século XVII. No ano de 1603, por exemplo, em que um português chamado Pedro de Acosta era preso por utilizar o caminho proibido de São Paulo, e as vilas guairenhas reclamavam ao rei o monopólio assuncenho da erva, o tenente de governador de Villa Rica, Antonio de Añasco, enviava quatro soldados por aquele mesmo trajeto para abrir a comunicação entre as duas partes. O próprio governador na época, Hernando Arias, em carta ao rei, reconhecia a ordem dada ao seu tenente para o descobrimento do caminho, mas afirmava que “considerando que los portugueses es gente prohibida no consentiré se ande aquel camino hasta ver lo que Vuestra Majestad es servido se haga no emergente que los de Guairá lo desean mucho...”.⁷²⁰ Portanto, os guairenhos não só desejavam a liberdade de produção e o escoamento da erva, como também novas alternativas e rotas econômicas para a região. Dentre elas, fazer bom uso de sua condição geográfica de ponto intermediário entre o litoral e as zonas mineiras do Alto Peru.

Esta posição seria, em parte, aproveitada pelos guairenhos. A passagem regular de portugueses, castelhanos e outros tantos sem licença, pelos caminhos proibidos de São Paulo rumo a Potosí não deixou ter também seu interesse comercial. O transporte destas pessoas em balsas, os confiscos de seus bens e propinas, o abrigo aos passantes e os resgates com os índios sugerem que a rede montada em torno do caminho entre São

⁷¹⁷ ARMEMI, Alberto. *Ciudad de Deus y ciudad del sol. El “Estado” jesuíta de los guaraníes. (1609-1768)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

⁷¹⁸ CARDOZO, Efraim. *El Paraguay Colonial*. Asuncion: El Lector, 1996.

⁷¹⁹ AGI, Charcas 2, 28/01/1637.

⁷²⁰ “Carta de Hernando Arias ao rei” 05/04/1604. AGI, Charcas, 27, R.8, N.22. Disponível integralmente em versão digital: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/ImageServlet>

Paulo e Guairá foi uma alternativa econômica à região. Além disso, a venda e a partilha de gentios para as bandeiras paulistas não devem ser descartadas como mais uma destas alternativas.

Um conjunto de autos e processos feitos em Assunção, Ciudad Real e Villa Rica, entre os anos de 1603 e 1621, visava averiguar e punir gente que havia usado o caminho de São Paulo, bem como quem tinha ajudado estas pessoas. Ademais, censos e perdões gerais fizeram saltar à vista uma série de clandestinos entrados ilegalmente pela via de São Paulo. É, neste universo documental, que acreditamos poder encontrar certos esclarecimentos sobre este trânsito e o intercâmbio comercial.⁷²¹ No sentido São Paulo-Paraguai, temos o caso de Pedro de Acosta, de 1603, preso por passar escondido “en estas balsas de la yerva (que) es delito atroz” e com “negros de Angola”⁷²². Acosta, entretanto, foi libertado e tornou-se potentado local em Maracayú, onde controlava balsas e administrava índios encomendados de outros moradores no transporte da erva. Acabou morto, em 1625, pelos índios payaguás em pleno rio Paraguai.⁷²³ Outro caso é o de Miguel de Moxica Maldonado, preso com “duas molecas escravas” e verdadeiro arsenal de produtos, em especial tecidos e roupas de diversos tipos.⁷²⁴ Era, na verdade, canarino, de Tenerife, e teve de percorrer ampla peregrinação para tentar reaver parte de seus bens confiscados pelos seus apresadores. No sentido inverso, Paraguai-São Paulo, temos a prisão e a investigação, em 1616, do *vecino* de Villa Rica Francisco Benitez, que havia se dirigido a São Paulo com “vino e mercadorias”. No seu inventário, feito quando do sequestro de seus bens, aparece “una vina y três mil sepas, dez arrobas de vino, un trapiche moiliene y corriente”, o que mostra uma produção centrada no vinho paraguaio.⁷²⁵ Todas estas personagens, e mais outras dezenas delas, revelam um trânsito que não era só de desgarrados e aventureiros solitários. Benitez, por exemplo, concentrou sua produção no vinho, principal produto paraguaio, junto com o trigo, até o início do século XVII. Ambos os produtos foram substituídos pela erva em tal dimensão que, já em 1630, não conseguiam nem sequer abastecer o mercado interno. De todo modo, Benitez era um homem voltado para a atividade comercial, conforme atesta uma

⁷²¹ Os documentos aqui analisados fazem parte de duas compilações publicadas: *Bandeirantes no Paraguai. Século XVII. (Documentos Inéditos)*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1949. *Anais do Museu Paulista*, Tomo I, 1922. Além disso, coletamos diversos documentos no Arquivo Nacional de Assunção, que trouxeram vários elementos novos à pesquisa.

⁷²² “Auto sobre averiguacion de un portuquez llamado Pedro Acosta que entro por el camino prohibido de San Pablo. Año 1603.” *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.*; p.19.

⁷²³ ANA, Nueva Encadernacion, Libro 426, 20.

⁷²⁴ “Auto cabesa de processo contra unos portuquezes que vinieron por la via de San Pablo, camino prohibido. Año 1621.” In: *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.* p.45-66.

⁷²⁵ “Proceso obrado (...) contra el capn. Franco. Benitez. Año 1616.” In: *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.* p.23-45.

permissão concedida pelo rei para que Villa Rica exportasse “frutos de la tierra” a Sevilha durante três anos:

*Sepan cuantos qta. carta de poder general viezen como nos el Cab. Justicia y Regimiento de la Villa Rica del Esp. Sto. de las provincias del guayrá asaber el Cap.Yo. Ortiz Melgarejo,Ten. de gobernador y Justicia mayor... otorgamos y conosemos po sta carta que damos y otorgamos poder cumplido libre genero y bastante segun unos o abemos y tenemos vendero mas puede... a favor de Manuel de Frias y al Cap. Francisco Benitez. Dado en Villa Rica del expu. Sto. a 19 de abril de 1621. Posteriormente el Capitán Fco. Benitez, Tte. de la Villa Rica, como procurador desde poder de aquella Villa tengo de que... comparezca ante Vuesa Señoria y digo que su mag. fue servido conceder a estas provincias mi dio permisión por tiempo de tres años pa nabegar los ha las dellas a la Ciudad de Sebilla y porque en razonbien y utilidad dela.*⁷²⁶

Na verdade, esta autorização para o comércio com Sevilha serviu como alento para a desesperançosa região paraguaia. Desde a segunda fundação de Buenos Aires, em 1580, Assunção sofria com certa marginalização das rotas comerciais. Como já mostrava Alice Canabrava, todos os principais caminhos passavam ao largo de Assunção, com exceção da via terrestre e fluvial de São Paulo, cortando o Guairá. Não que a situação de Buenos Aires fosse muito melhor, mas as sucessivas autorizações de comércio, temporárias, dadas à cidade, aliviavam certas tensões e necessidades. Além disso, tinha o contrabando!⁷²⁷ Para Assunção, nem isso! Após uma tentativa, ao que parece bem-intencionada, finalmente separou-se a Província do Rio da Prata e do Paraguai em 1618, contado, cada uma, com quatro cidades. Ao Paraguai, coube Assunção, Villa Rica, Ciudad Real e Santiago de Jerez, todas nas cercanias do Guairá. O que parecia, a princípio, uma autonomia para Assunção, revelou-se o incremento da marginalização, pois, além de dificultar o acesso irrestrito a Buenos Aires, cindiu as populações indígenas. De qualquer forma, a pá de cal sobre as pretensões paraguaias foi posta a partir de uma dupla interferência no acesso à mão de obra indígena, principal recurso regional, a bem da verdade.

A primeira, as *ordenanzas* de Alfaro, já citadas aqui, estabeleceu uma sucessão de dificuldades para os *encomenderos* e para os *repartimientos*. As reduções e aldeias distantes tornavam-se proibidas, os trabalhos nos ervais profundamente regulados, as

⁷²⁶ ANA. S.H. Volumen N°. 17. N°. 2. fs. 29-34”. Apud: PAOLI, Juan Bautista Rivarola. LA ECONOMIA...*op.cit.*

⁷²⁷ CANABRAVA, Alice. *O comércio... op.cit.* MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988. CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c.1680)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2008.

obrigações com os índios amplas.⁷²⁸ Além disso, em 1610, os moradores do Guairá passaram a enfrentar um poderoso concorrente junto à população indígena. Afinal, um novo agente social aparecia: os jesuítas. A presença desta ordem no Guairá se deu entre 1609 e 1610, quando os padres José Cataldino e Simon Maceta organizaram a primeira redução de Nossa Senhora de Loreto. Contudo, o ápice ocorreu entre 1622 e 1628, já sob a direção do Padre Antonio Ruiz de Montoya, quando onze reduções foram então organizadas. A década de 1620 foi marcada por uma forte expansão das reduções jesuíticas, o que significou a incorporação de grande população guarani. Este processo atingiu em cheio as vilas guairenhas, cada vez mais ressentidas com a escassez desta mão de obra. Ciudad Real passou a depender dos distantes indígenas reduzidos em Loreto e San Ignacio; Villa Rica, por sua vez, viu limitado seu crescimento em função da utilização de mão de obra, exatamente no período que sinalizava uma expansão da demanda por erva-mate, a grande riqueza exportável da região.

Além das duas vilas e doze reduções religiosas, a região ainda contava com os chamados “pueblos de naturales”, que funcionavam sob administração de clérigos ou leigos, e eram localizados nas proximidades das *encomiendas*. Eles eram os grandes fornecedores da *mita* e sua preservação foi alvo constante das preocupações dos *encomenderos* guairenhos. No ano de 1629, por exemplo, o procurador de Villa Rica solicitou ao governador a demarcação das jurisdições entre as reduções civis e jesuíticas, e o mestre de campo da mesma localidade, Rodrigo Ortiz de Melgarejo, pedia-lhe que não atendesse à demanda de alguns caciques para se libertarem das *encomiendas* tornando-se “en cabeza de su magestad”. Suspeitava-se, inclusive, da influência dos jesuítas, que tentavam minar as reduções sob controle dos *encomenderos*.⁷²⁹ Em suma, as tensões entre estes e os jesuítas foram aumentando em escala, na mesma medida em que as reduções proliferavam na região, e os ervaís necessitavam de mais mão de obra. Surgiram, assim, acusações de que as reduções dos

⁷²⁸ As *ordenanzas* decretadas pelo visitador e ouvidor da Audiência de Charcas, Francisco de Alfaro, ditavam o fim das *encomiendas* de serviço pessoal, a liberdade total de qualquer escravo indígena, o trabalho nas chácaras por no máximo dois anos, proibiam que qualquer branco ou mestiço vivesse numa redução, não permitiam a existência de estâncias a menos de uma légua das reduções, limitavam a *mita* a 1/12 da produção, mantinham a família indígena unida, impediam que qualquer índio prestasse a *mita* a uma distância maior que 30 léguas, e proibiam o pagamento dos índios com vinho, chicha, mel e yerba. Uma reprodução e análise das ordenações estão em: GANDIA, Enrique de. *Francisco de Alfaro y la condicion social de los indios. Rio de Prata, Paraguay y Tucuman y Peru: siglos XVI y XVII*. Buenos Aires: El Ateneo, 1939.

⁷²⁹ CARDOZO, R. *Op.cit*; p.113-114.

padres eram feitas com os índios dos *encomenderos* e dos *pueblos de naturales*, cada vez mais esvaziados.⁷³⁰

Foi exatamente neste contexto que ocorreram as primeiras investidas violentas dos moradores de São Paulo sobre as reduções. A relação dos guairenhos com estes ataques parece ter sido, também, bastante variável, já que, para muitos, eles serviam para enfraquecer o poder dos padres da Companhia. De qualquer maneira, os ataques paulistas, que aumentaram de intensidade a partir da década de 20, culminando com as grandes invasões de 1628-32, por fim alarmaram os próprios *encomenderos*, que efetivamente tiveram poucos meios para barrar o avanço. Nos termos de Afonso Taunay: “não tardou que os *encomenderos* espanhóis da região guairenha percebessem quanto a arrancada paulista os ameaçava agora, mau grado a simpatia de origem escravista com a qual haviam acompanhado a destruição da obra jesuítica”.⁷³¹

Das esperançosas minas, passando pelas palpáveis plantações de videiras, trigo e principalmente erva-mate, até as amplas populações indígenas, a região do Guairá buscou diversas alternativas, nas quais São Paulo também cumpriu um papel. O Guairá fazia parte de um conjunto regional de intercâmbio comercial com Assunção, de onde chegavam gado, muares e açúcar, e para onde se enviavam erva, cera, mel e vinhos. Em São Paulo, formou-se outro conjunto regional, que incluía a vila e os portos vicentinos, voltados para o Atlântico, mesmo que de forma marginal. Podemos encontrar pontos de intersecção entre estes dois conjuntos? De alguma maneira eles se interligaram num grande conjunto? Podemos vislumbrar, nas relações entre Guairá e São Paulo, algo mais que aventureiros em busca de Potosí e bandeirantes em busca de assaltar reduções? O que também parece se revelar é uma rede de alianças, casamentos, trocas comerciais, cumplicidades e atravessadores. Destes caminhos cruzados na América meridional é que passamos a tratar a partir de agora.

Caminhos que se cruzam

Os pequenos núcleos urbanos guairenhos se articulavam numa série de caminhos e conexões comerciais que os mantinham, de diferentes formas, ligados ao núcleo original. A criação da Audiência de Charcas em 1563 vinculou a vida econômica e social de Assunção ao Alto Peru, reunindo sob uma mesma governação todo o espaço

⁷³⁰ De todo modo, o tempo áureo das reduções jesuíticas paraguaias compreendeu mesmo o final do século XVII e o começo do XVIII. Na primeira metade do século XVII, as reduções eram bastante deficitárias e se mantinham a duras penas. MONTEIRO, John. *Negros... Op.cit.* ARMEMI, Antonio. *Ciudad...Op.cit.*

⁷³¹ TAUNAY, Afonso. *História das Bandeiras Paulistas. Tomo I.* São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975; p.49.

da bacia platina. De qualquer modo, esta medida administrativa visava atrelar a região ao mundo peruano, tornando-a, de fato, o marco dos limites da expansão. Na política do vice-rei Francisco de Toledo (1569-1581), a garantia dos monopólios da prata potosina, bem como a melhor exploração econômica das minas, passavam pela consolidação das fronteiras e pela diminuição das pressões indígenas. Neste sentido, tanto Assunção, quanto Santiago de Estero e Tucumán deveriam cumprir a função de constituir os limites da expansão centrada no mundo peruano, e assentada em Lima e Potosí.

Por outro lado, um circuito regional pressionava no sentido do Atlântico. Buscaram-se, assim, de Assunção, mas também de Tucumán e Santiago de Estero, as conexões com os portos platinos de Santa Fé, fundado em 1579, e de Buenos Aires, re-fundado em 1580. Cabe lembrar aqui que estas duas povoações foram resultado de expedições assuncenhas lideradas por Juan de Garay.

Este segundo movimento de articulação da economia potosina ao mundo Atlântico foi continuamente reprimido pela coroa espanhola e pelas autoridades sediadas em Lima, uma vez que, nesta altura da expansão a leste, os monopólios, circuitos e interesses econômicos que atrelavam Potosí a Lima e Sevilha já estavam muito bem consolidados. Nada disso impediu, entretanto, que uma quantidade significativa de comércio legal e ilegal acontecesse pelas novas rotas, tanto a leste quanto a sul de Potosí. “Resultaron vanos los intentos de la Corona española para canalizar la totalidad de la plata potosina por el circuito del Pacifico hacia Sevilla ya que muy pronto una corriente tomo la dirección del Atlantico”⁷³² De fato, restava à Madri um grande dilema. Se, por um lado, a garantia dos monopólios limenhos assegurava o fluxo de capital constante através de rotas estáveis e o inegável apoio de uma oligarquia já estabelecida a partir do Peru, por outro, permitir certo contrabando ou comércio temporário em Buenos Aires garantia algum povoamento e estabilidade numa importante porta de entrada para a América e ponto de passagem para o Pacífico peruano.⁷³³

Desta forma, o mundo platino, inicialmente parte periférica do Peru, foi construindo uma teia de cidades e um universo de rotas comerciais que vinculavam a

⁷³² CHIARAMONTE. *Op.cit.* p.104. Sobre as rotas comerciais do mundo platino e suas relações com Potosí, ver também os seguintes trabalhos: CANABRAVA. A.P. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984; MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando...op.cit.*; VEIGA, Emanuel Soares da. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

⁷³³ Moutonkias contradiz a análise que interpretava o contrabando como um desvio ou um mundo à parte no sistema econômico colonial. Para ele, o contrabando era parte intrínseca das transações comerciais e os limites entre a legalidade e ilegalidade eram muito tênues. MOUTOKIAS, Zacarias. *Contrabando...op.cit.*

região ao centro nervoso da economia peruana, mas permitiam também uma margem de autonomia e de vínculos com circuitos eminentemente regionais. A formação de mercados internos à margem das rotas peruanas foi uma constante; e estes mercados alimentavam sua própria dinâmica estabelecendo típicas estruturas sociais. As rotas que movimentavam o comércio do Guairá com Assunção, por exemplo, eram marcadas por produtos complementares (como gado e trigo), em termos de sobrevivência, e por formas peculiares de aplicar a *encomienda*, num misto de precedente de conquista com a ascensão de um certo *criollismo* mestiço e cunhadismo irrestrito; os balseiros e a coleta da erva igualmente construíam modos particulares de relacionamento com a mão de obra.⁷³⁴ As próprias *encomiendas* perduraram mais tempo na região platina, pois estavam sendo substituídas pelos *repartimientos* no Peru desde a década de 1580.

Ademais, estes espaços da chamada Província do Rio da Prata e Paraguai logo se vincularam economicamente à América portuguesa, construindo laços comerciais com São Vicente, Rio de Janeiro e Bahia, ambigualmente tratados pela Coroa de Espanha, que, em certas ocasiões, os estimulou, e, em outras, tentou refreá-los.⁷³⁵ Empreendida a partir de Tucumã pelo bispo português Francisco de Vitória, na década de 1580, a abertura da rota platina, via Buenos Aires, articulou a costa brasileira aos interiores da América espanhola através do porto de Buenos Aires. Até mesmo São Paulo, como já demonstrado, participou, em parte, deste intercâmbio, haja vista as relações mantidas com Buenos Aires por Afonso Sardinha, ainda no século XVI, e por Antonio Pedroso Alvarenga, na década de 1630. Além disso, havia um irmão de João Maciel, Melchior Maciel, *homem bom* de São Paulo, que vivia em Buenos Aires, onde se casou; e ainda um irmão de Roque e Nicolau Barreto, Francisco Barreto, que lá se encontrava em 1599.⁷³⁶ Mesmo que efetivamente os benefícios deste comércio atingissem especialmente o Rio de Janeiro, onde Salvador Correia de Sá havia aberto as comunicações, sem dúvida, a capitania de São Vicente também pegava certa carona nestas transações comerciais.⁷³⁷

⁷³⁴ Sobre a formação de circuitos regionais, ver ASSADOURIAN, Carlos. *El sistema...op.cit.* e GARAVAGLIA, Juan Carlos & MARCHENA, Juan. *História...op.cit.*

⁷³⁵ CANABRAVA, Alice. *O comércio... Op.cit.* MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando. Op.cit.*

⁷³⁶ Sobre o Maciel, ver SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira, 1978. Sobre o irmão de Roque Barreto, ver processo movido pelo governador Diego de Valdez y Banda, AGI, Charcas 45.

⁷³⁷ Na esteira das ações do bispo Vitória, em 1586, o vice-rei de Portugal, Cardeal Alberto, ainda valorizava a abertura das relações entre o Brasil e Buenos Aires. Dizia ele ao rei que “mande agradecer a salvador correa capitão do rio de janeiro ser o primeiro que abriu este caminho.” AGS, Secretarias Provinciais, Libro 1550, Doc. 320.

Dentre as rotas de comércio que articulavam a região ao Atlântico, três foram as mais importantes. A primeira, que alimentou um considerável volume de tráfico - e alvo principal dos estudos sobre o comércio platino -, ligava Buenos Aires ao Alto Peru, através de Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán, Salta e Jujuy. A segunda vinculava Assunção ao rio da Prata pelo caminho fluvial. A terceira, considerada o trajeto mais breve, ligava o litoral paulista ao Paraguai por caminhos indígenas antigos. Segundo Beato, os volumes de tráfico na rota de São Paulo são pouco conhecidos, já que “los datos que poseemos al respecto son pocos, ya que el tema no ha sido estudiado profundamente”.⁷³⁸ De fato, o grosso dos estudos sobre o contrabando platino versa sobre o comércio em Buenos Aires, relegando o caminho terrestre por São Paulo a uma alternativa pouco usual. Em parte, esta visão surge no próprio período de auge do contrabando platino, resultado também dos interesses internos pelas vias de comércio e das disputas monopolistas no comércio platino. As informações e notícias pareciam sempre desencontradas. Em 1620, por exemplo, o governador Diego de Góngora dava conta ao rei de que “por la parte de San Vicente y San Pablo puertos de las costas del Brasil entran tierra adentro en todos tiempos del año pasajeros sin licencia de VM a estos reynos del Piru”.⁷³⁹ Mas, alguns anos antes, o licenciado Antonio de Leon y Pinelo, em longa petição ao rei em defesa da autorização limitada de comércio por Buenos Aires, solicitava a separação das Províncias do Rio da Prata e Paraguai, sugerindo o combate às carretas que do Paraguai atingiam Tucumã. Sobre o caminho de São Paulo, dizia que:

*Lo primero para provar que al peru passan mercadorias del Brasil, halla dos caminos, uno por la mar, y outro por la tierra: y para este ultimo haze argumento de que es continuada como Castilla y Aragon: de lo qual la continuacion se concede, pero no el exemplo, que fuera mas próprio en dezir como Castella y la Noruega: pues no es de aquí a ella el camino mas difícil y menos trillado, que del Brasil al Paraguay por tierra. Y baste para prueba, que con averle escrito y dicho tanto de aquel puerto y comercio del Brasil, no se hallará quien aya tocado semejante viagem, ni dicho que por el ayan ido jamas mercaderias. (...) del ultimo pueblo del Brasil, que es S.Pablo, hasta la assumpcion, primera ciudad y cabeza del Paraguay, son casi 400 leguas de despoblado (...) su dificultad fue quien mas le cerro, y el povo provecho de caminarle: pues aun desde Assuncion al Peru restan mas de otras 400 leguas por el camino (...) y si alguno lo ha vencido sera alguno soldado solo y arrojado a passar ou morir; y una determinacion destas mayores dificultades vence, sin que por ello queden faciles para otros. Y asi la única puerta destas mercadorias, es por el viagem de la mar, el puerto de Buenos Aires...*⁷⁴⁰

⁷³⁸ CHIARAMONTE... *Op.cit.* p.141.

⁷³⁹ AGI, Charcas 38.

⁷⁴⁰ AGI, Charcas 33.

Curiosamente, os relatos de assuncenhos na década de 1650 davam conta da informação contrária, isto é, que, para eles, o caminho fluvial via Buenos Aires era pior que o terrestre via São Paulo.⁷⁴¹ Este caminho terrestre - despovoado e perigoso, segundo o licenciado - entre o litoral vicentino e a região do Paraguai se confundia com o chamado *Peabiru*, suposto caminho indígena que ligava os *karios* (carijós) do litoral aos do interior.⁷⁴² Composto de uma infinidade de ramais, ele teria cerca de 1,40 metros de largura e seria recoberto com gramíneas. Alguns historiadores duvidam, porém, da existência dele antes da chegada dos europeus, que, efetivamente, teriam tornado um caminho único e regular em uma teia instável e heterogênea de ramais e de trilhas indígenas.⁷⁴³ Além disso, uma parte importante do trajeto se fazia de fato pelos rios, seguindo o Anhembi (Tietê) até o Paraná, e dali, pelos afluentes, até o mundo paraguaio. Tanto que, no século XVII, em parte da documentação, a referência ocasional é sempre utilizada sob o termo *navegação*, e mesmo Luis de Céspedes e Xeria, que percorreu esse trajeto em 1628 para assumir o governo do Paraguai, o fizera quase todo pelos rios, levando, nas águas, um total de 19 dias.

Ao longo da primeira metade do século XVI, sobretudo, estes caminhos foram percorridos por aventureiros e conquistadores, numa clara demonstração de que, naquele momento, tratava-se ainda de um território a ser explorado e conquistado. Os percursos e experiências de Aleixo Garcia, Cabeza de Vaca, Pero Lobo e do português Diogo Nunes revelam que se poderia chegar ao Peru “por São Vicente atravessando pelas cabeçadas do Brasil, tudo por terra firme, porém há muita terra que andar”.⁷⁴⁴ Também as disputas de jurisdições, entre as coroas de Castela e Portugal, relativas a este espaço denotam o quanto ele era difuso e pouco conhecido.⁷⁴⁵ Foi a partir da década de 1550, quando um universo de vilas começou a se estruturar na região do Paraguai e em São Paulo (processo acompanhado pela fundação de Santo André da Borda do Campo no planalto), que os contatos entre a capitania vicentina e a região se tornaram mais intensos. Segundo Sérgio Buarque, só com a consolidação da presença europeia nestes espaços, o caminho passou a ser frequentado e utilizado regularmente,

⁷⁴¹ AGI, Charcas 33. Instruções do cabildo de Assunção. 1658.

⁷⁴² Uma síntese das análises sobre este caminho está em: GOLÇALVES, Daniel Issa. *O Peabirú: uma trilha indígena cruzando São Paulo*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa do LAP/FAU-USP; s/d.

⁷⁴³ Sérgio Buarque de Holanda defendeu este ponto de vista em diversos trabalhos, mas aqui citamos talvez o pioneiro deles: HOLANDA, Sérgio Buarque. “Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII” In: *Publicações do Instituto de Administração*. 29; junho de 1948; 3-23.

⁷⁴⁴ Apud: HOLANDA, Sérgio Buarque. “Expansão...” *op.cit.*, p.9.

⁷⁴⁵ Sobre estas disputas e seus meandros diplomáticos e geopolíticos ver trabalho recente de RUIZ, Rafael. *São Paulo...Op.cit.*

inclusive com funções comerciais, como prova a renda de cem cruzados da alfândega de São Vicente em 1552, sobre o comércio com castelhanos.⁷⁴⁶

De fato, os anos de 1550 foram bastante profícuos no tráfego entre o litoral e o interior paraguaio. Boa parte dos exilados nos constantes conflitos paraguaios era remetida a julgamento para Espanha via São Paulo, e o próprio fundador de Ciudad Real e Villa Rica, Ruy Dias de Melgarejo, acabou passando por São Vicente em 1553. Juan de Salazar, um dos conquistadores do Rio da Prata, escreveu ao rei de Espanha desde São Vicente; e o governador do Paraguai e Rio da Prata, Domingos de Irala, enviou, em duas ocasiões, gente sua ao litoral vicentino, pelos sertões do Guairá, como Ulrico Schmidl e Juan Molido. Se Jerônimo Leitão alcançou o Paranapanema em 1581, indícios dão conta de que Irala teria chegado já em 1554 até o salto do Avanhandava, no Tietê, ou, pelo menos, até o encontro do Paraná com este último rio, à época chamado de Anhembi. Do lado oposto, o próprio Manoel da Nóbrega preparou-se para empreender viagem por estes caminhos, no que foi demovido pelo governador-geral Tomé de Souza e por outros jesuítas. Em 08 de dezembro de 1579, Marcos Fernandes, alcunhado de “Polaio”, foi proibido pelos oficiais da Câmara de São Paulo de ir ao sertão, ambiente, provavelmente, bastante conhecido por ele, já que deveria tratar-se do mesmo Fernandes que aparecia em padrão feito no Paraguai em 1556.⁷⁴⁷ Ademais, as notícias de portugueses e castelhanos mortos nesse trânsito entre o litoral e o Paraguai, nos anos 1550 e 1560, mostram que, embora muito perigoso, o caminho, sem dúvida, era aberto e efetivamente frequentado.

Este foi um trânsito cheio de possibilidades, mas também fonte de inúmeras tensões. O jesuíta Manoel da Nóbrega, por exemplo, projetou, a partir dele, o avanço missionário para o interior; em contrapartida, os governadores-gerais Tomé de Souza e Duarte da Costa emitiram regimentos na tentativa de proibir seu uso, temendo o aprofundamento das relações luso-castelhanas:⁷⁴⁸

⁷⁴⁶ Sérgio Buarque apresenta uma série de documentos que comprovam o uso contínuo do caminho somente a partir dos anos 1550, naquela altura chamado significativamente de “novo”. Dentre eles: a carta de Mencia Calderon, viúva de Sanabria, que falava em “cierto camino nuevo que se habia descubierto”; o trajeto do jesuíta Antonio Rodrigues entre 1552-54, companheiro de Irala e que se instalou no colégio de São Paulo; a carta de Ruy Diaz de Melgarejo de 1556 sobre a jornada que empreendeu a partir de São Vicente; e mesmo o relato de Ulrich Schnidl de 1553. In: HOLANDA, “Expansão...” *op.cit.*

⁷⁴⁷ ACVSP, 08/12/1579 e FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário...op.cit.*

⁷⁴⁸ O regimento de Duarte da Costa outorgado ao capitão-mor Brás Cubas em 08/05/1556 dizia: “não consentireis que nenhum português e nem castelhano vão pelo campo para o Paraguay, e nem outra alguma povoação de castelhanos...”

*Com o tempo se intensificariam por tal forma (as relações) que o próprio Nóbrega, em uma das cartas agora publicadas, chegou a alarmar-se ante a perspectiva de ver inteiramente despovoada a capitania e pensou na conveniência de conseguir a Companhia alguma entrada em terra de Carijós, “donde se fosse quando de todo São Vicente se despovoasse”.*⁷⁴⁹

O fato de o interior paraguaio representar um poderoso imã ajuda a explicar as ações de Tomé de Souza, que procurou preservar a capitania vicentina mantendo-a vinculada ao mundo marítimo português. Ainda segundo Sérgio Buarque, as proibições surtiram efeito, e o caminho teria sido, gradativamente, abandonado, ou então, eventualmente, utilizado às escondidas. “Durante o meio século que se seguiu a viagem de Salazar e dos Góis, ficou de todo esquecido, segundo parece, o caminho por terra a Assunção”.⁷⁵⁰

De fato, no levantamento nominal que fizemos das pessoas que atravessaram pelo caminho proibido de São Paulo (ANEXO), totalizando 108, nenhuma, daquelas que conseguimos localizar o tempo de entrada (85%), o teria feito no século XVI. Contudo, o trânsito no referido caminho não deve ter desaparecido de todo. Haja vista o caso do “Polaio”, proibido de fazê-lo já na década de 1570; a chegada dos Saavedras e Cañamares na vila, provavelmente vindos com bandeiras de São Paulo, identificáveis somente a partir da década de 1580 e os relatos de Diego Flores de Valdez, falando do caminho que ia ao Paraguai; todos parecem indicar que o caminho estava aberto. Um Gaspar Fernandes, acusado de traficar gentios do Paraguai para São Vicente na década de 1580, e um Manuel Fernandes, casado com uma integrante da família Adorno de São Vicente, que tinha um representante vivendo em Assunção e também frequentava o Guairá nesta década, mostram que mesmo uma incursão mais regular era possível nestes tempos.⁷⁵¹

De qualquer forma, no trajeto, deveriam pesar, sobretudo, as ameaças indígenas. Somente com certa conviência ou anuência dos grupos indígenas, este percurso poderia ser utilizado com o mínimo de regularidade. As redes de alianças feitas com os índios nos primeiros tempos, tanto do lado tupi-português quanto do hispano-guarani, devem ter garantido certa paz, preservando a segurança dos viajantes. O espaço entre o Paraguai e a capitania vicentina era, de fato, mais um território indígena que colonial, e o relato de Ulrico Schmidl denota isso. Depois de atravessar o território dos *karios*,

⁷⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de vidro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978; p.95.

⁷⁵⁰ HOLANDA, Sérgio B. “Expansão...” *op.cit.* p.19. As viagens de Salazar e dos Góis ocorreram em 1556.

⁷⁵¹ FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário dos bandeirantes...**op.cit.*

adentrou a área tupi, dos aliados dos portugueses, e isso bastou em sua precisão descritiva do trajeto. O que realmente demarcava os territórios eram as relações entre as etnias tupi-guaranis, e não qualquer determinação extemporânea vinda das rivalidades entre Lisboa e Madri na América Meridional. Ainda Anchieta, em suas *Informações*, de 1584, mencionava: os “índios carijós que são das Índias de Castela...”.⁷⁵² Nesse sentido, os territórios eram até então demarcados pelo espaço indígena.

Na década de 1560, um clima geral de conflito atingiu a região por onde passava a via. É o que podemos depreender de uma petição feita por Andres de Montalvo, que, ao ser enviado de Castela ao Paraguai para socorrer os castelhanos da região, ficou retido cerca de quatro anos em São Vicente. A razão disso, segundo ele próprio e diversas testemunhas, era que o “camino do Paraguai” estava fechado em decorrência de uma guerra entre índios aliados dos portugueses e índios aliados dos castelhanos. Em 1568, aproveitando uma trégua entre os índios, finalmente solicitou uma licença “por ser castelhano” para passar pelo caminho então proibido.⁷⁵³ Também significativa foi a carta feita pelos oficiais da Câmara de São Paulo à rainha D. Catarina em 1561, na qual se alertava que portugueses haviam sido mortos por índios no caminho do Paraguai;⁷⁵⁴ por fim, havia outra carta do Padre Anchieta ao geral da Companhia, de junho de 1560, que igualmente falava da morte de “alguns portugueses que vinham do Paraguai”.⁷⁵⁵ Os relatos parecem indicar a existência de uma guerra tupi-guaranítica, que, eventualmente, gerava alguma retaliação direta aos europeus, respectivos aliados dos diferentes grupos indígenas. Os europeus atuavam assim como aliados de grupos rivais, e jogavam com isso, como demonstra o caso de Irala, que foi ao rio Tietê para punir os índios tupis, aliados dos portugueses, como forma de também agradar aos seus próprios aliados, os *karios*. Numa ocasião, um grupo de carijós, que viera para São Paulo em busca do padre Manoel da Nóbrega, por exemplo, foi atacado por índios tupis, e alguns castelhanos que acompanham os carijós tiveram de se esconder na mata para não serem mortos junto.⁷⁵⁶ Contudo, algumas vezes os colonos não eram assim tão discriminados. O mesmo Anchieta avisava, em 1577, que os índios carijós, não podendo se “vingar dos castelhanos”, atacavam os portugueses “os quais dizem que todos são uns”.⁷⁵⁷

⁷⁵² SCHMIDIL, Ulrico. *Op.cit. Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta...op.cit.*

⁷⁵³ “Traslado da petição de Andres de Montalvo...” (1568) in: STELLA, Roseli S. *Sobre a Capitania...op.cit.*

⁷⁵⁴ “Carta dos oficiais da Câmara de São Paulo para D.Catarina”. CORTESÃO, J. (comp.) *Pauliceae...op.cit.*

⁷⁵⁵ “Carta de 1560 ao Padre Geral. 01/06/1560” in: *Cartas, Informações...op.cit.*

⁷⁵⁶ Episódio narrado em MOURA. Gentil Assis de. “O caminho do Paraguai a Santo André da Borda do Campo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Tomo 13, São Paulo, 1908.

⁷⁵⁷ “Carta de Piratininga, de 1557” in: *Cartas, Informações...op.cit.*

Por outro lado, relembremos que a vila de São Paulo de Piratininga sofreu violento assédio indígena exatamente nos anos de 1560-1562. Estes ataques enfrentados pelos paulistas não devem ser vistos, contudo, de maneira isolada.⁷⁵⁸ Em 1560, Rui Diaz de Melgarejo também enfrentou um grande levante indígena em Ciudad Real, que o obrigou a pedir a ajuda do governador em Assunção. Portanto, nos anos iniciais, as incursões luso-castelhanas por estes espaços da América meridional pareciam obedecer menos à lógica concorrencial das monarquias peninsulares, do que ao ritmo imposto pelas alianças, parcerias e conflitos entre as diversas etnias indígenas. E é possível até mesmo enxergar certa solidariedade ibérica, já que os próprios castelhanos do Paraguai chegaram a oferecer aos portugueses de São Vicente alguma ajuda para enfrentar os índios, durante os levantes de 1560.⁷⁵⁹

Claro deve estar que, nestes anos iniciais, os embates luso-castelhanos e as disputas territoriais coexistiam com a solidariedade entre os peninsulares. Uma “história comum luso-castelhana de colonização” foi percebida, inclusive, pelo primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa (1549-1553),⁷⁶⁰ que chegou a afirmar que “parece por constelação não se poderem os portugueses em nenhuma parte desapegar dos castelhanos”.⁷⁶¹ Mesmo para as populações indígenas, algumas vezes, o português e o castelhano eram o mesmo, como nos fez lembrar Anchieta. Assim, nesta história comum, obviamente não isenta de conflitos e disputas, foi sendo construído um universo de relações cotidianas, de trocas e intercâmbios, que, muitas vezes, funcionaram às margens das várias tentativas de se legislar de maneira proibitiva e demarcatória. Estas relações refletiam, em parte, os movimentos de identificação e jurisdição ibéricas na própria península, mas também obedeciam a necessidades, desejos e contingências bastante localizadas, principalmente na tensa e instável convivência com os indígenas.

De todo modo, considerando-se teoricamente interrompido o uso regular do caminho nos anos 1560, se tem notícias de novas aventuras nestas paragens em 1581, quando Jerônimo Leitão teria empreendido uma entrada de retaliação pelo Tietê. Na sequência de uma nova rebelião indígena em São Paulo na década de 1590, com repercussão também no Guairá, uma sucessão de entradas punitivas aplainou ainda mais

⁷⁵⁸ Devemos levar em conta que nesta ocasião, até 1667, os indígenas do litoral vicentino e fluminense também estavam levantados, só que contra os portugueses, na famosa Confederação dos Tamoios.

⁷⁵⁹ “Carta de 1560 ao Padre Geral. 01/06/1560” in: *Cartas, Informações...op.cit.*

⁷⁶⁰ GARCIA, Nilo. *A aclamação de Amador Bueno...op.cit.*; p.20.

⁷⁶¹ *Idem, ibidem...* Referência à citação feita por Varnhagen, p.26.

o terreno do sertão e foi estabilizando o caminho que, aos poucos, seria retomado. Os portugueses e suas entradas, de um lado, e os castelhanos e suas *malocas*, de outro, foram reconstruindo uma relação de contato entre as partes, mas agora sob uma nova realidade macropolítica. Na década de 1550, os primeiros contatos foram marcados tanto pela rivalidade ibérica quanto pela necessidade de constantes parcerias impostas pela dura realidade local. Para Sérgio Buarque de Holanda, nesse momento inicial, o contato entre São Vicente e Paraguai era mais desejado pelos castelhanos que pelos portugueses, numa curiosa inversão do que aconteceria a partir das décadas de 1630 e 1640.⁷⁶² Os anos de 1580 trouxeram à tona a nova formatação imperial filipina e transformaram o espaço guaireño-vicentino num único território em processo de formação e integração, já que os limites legais eram teoricamente desaparecidos, a despeito de, ainda no final do século XVI, cédulas reais tentarem restringir estes intercâmbios.⁷⁶³ Contudo, estes pareciam ter mais a ver com a tal preservação dos monopólios comerciais, do que propriamente com um olhar atento às afinidades luso-castelhanas no mundo paraguaio, tema que despertará a atenção somente no final da União Ibérica.

Mas foi no início do século XVII que o uso do caminho reapareceu explicitamente na documentação, tanto castelhana quanto paulista. Foi mais precisamente em 1603 que irrompeu o tema do “caminho de São Paulo”, o que parece ter derivado da política imperial castelhana em relação à presença de portugueses sem licença nos espaços coloniais do império. Foi na sequência da cédula real de 1602, que solicitava aos governadores a expulsão dos portugueses sem licença, que as medidas punitivas e investigativas trouxeram à cena a via de São Paulo. Como efeito imediato da cédula real, o novo governador Hernando Arias promoveu o primeiro grande ímpeto repressor, reembarcando 28 portugueses clandestinos residentes em Buenos Aires.⁷⁶⁴ Nessa mesma ocasião, um auto de investigação foi levado a cabo em Assunção. Nele se condenou “un portugues llamado Pedro Acosta que entro por el camino prohibido de san pablo...” a voltar pelo mesmo, além de terem-lhe confiscado e leiloado o “negro esclavo de angola” que trazia consigo.⁷⁶⁵

⁷⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque. *Extremo...op.cit.*

⁷⁶³ A primeira cédula que tenta impedir o trânsito terrestre entre a América espanhola e o Brasil é de 26/06/1595, na esteira das incursões feitas a partir de Santa Cruz de la Sierra rumo ao Brasil. Somente em 1602, no reboque da autorização temporária do comércio de Buenos Aires, é que se tenta proibir o trânsito pelo Guairá.

⁷⁶⁴ “Auto del embarque de portugueses” Buenos Aires, 15, IX, 1603. Apud: CANABRAVA, Alice...*op.cit.*

⁷⁶⁵ “Auto de Pedro Acosta...” *Op.cit.* 1603. Como já dissemos aqui, Pedro não retornou de fato. Pelo contrário, fez a vida com o transporte de erva-mate no porto de Maracayú.

Curioso notar, contudo, que, ao mesmo tempo em que portugueses eram expulsos de Buenos Aires e Pedro Acosta processado e condenado em Assunção, tudo sob a governança de Hernando Arias, o próprio tenha estimulado a ida de soldados de Villa Rica pelo mesmo caminho de São Paulo para estabelecer contatos.⁷⁶⁶ Nas atas paulistas de 22 de novembro de 1603, ou seja, um mês depois da condenação de Acosta, lê-se que:

*Soldados espanhóis que vieram da Villa Rica do Espírito Santo Província do Paraguai, a saber João Benites de La Cruz, procurador e Pero Minho, Pero Gonsales, Sebastião Peralta despachados pelo major dom Antonio de Andrasque a tratar que sendo-lhes necessário socorro como cristãos e vassalos de sua majestade lhe dessem desta...mas que não se meteriam fazendas de uma parte para outra até sua majestade ser avisado.*⁷⁶⁷

No dia seguinte, o capitão Pero Vaz de Barros, de São Paulo, acertou com o então ex-governador geral do Brasil, D. Francisco de Souza, a decisão de enviar de 12 a 15 homens pelo caminho:

*Para verem a disposição da gente e os sítios e assentos dela e para saberem se está a terra toda segura de inimigos e que tudo se desse conta ao senhor governador geral para ele avisar a sua majestade...pelo proveito que se esperava de se abrir este caminho e comércio*⁷⁶⁸.

O contexto abarcado por estas medidas ainda é ambíguo quanto às relações entre as partes. De um lado, uma política demarcatória, restritiva e persecutória, e, de outro, uma série de aproximações. Para além de certa retórica feita para dirimir qualquer dúvida quanto ao legalismo dos oficiais envolvidos, o fato é que, depois destes quatro soldados, outros tantos personagens fariam o caminho nos dois sentidos, e, apesar de o texto da ata pontuar que, somente após a aprovação do rei, se passaria fazenda, inúmeras mercadorias percorreram o tal caminho proibido. Interessante notar que, ainda em julho de 1603, portanto antes da abertura oficial do caminho, os oficiais da Câmara de São Paulo escreveram uma carta ao governador-geral reclamando de várias coisas, dentre elas a tentativa de Diogo Botelho de cobrar o terço dos índios descidos do sertão. E comunicavam que, se os moradores que estavam no sertão soubessem disso, se meteriam “no caminho do piquiri que he província do rio da prata”, o que reforça a

⁷⁶⁶ A carta de Hernando Arias sobre isso já foi citada aqui. Sua atuação torna-se ainda mais curiosa se considerarmos que a bandeira de Nicolau Barreto, a segunda a atingir a região (a primeira fora a de Jerônimo Leitão em 1585), estava em plena atividade naquelas paragens.

⁷⁶⁷ ACVSP, 22/11/1603.

⁷⁶⁸ ACVSP, 23/11/1603.

hipótese de que o caminho foi trilhado continuamente desde a segunda metade do século XVI.⁷⁶⁹

De fato, a contiguidade entre os territórios era evidente. Diego Flores sugeriu que o rei tomasse a posse da capitania de São Vicente, vislumbrando as relações que área tinha com o interior paraguaio. Em 1610, o Marques de Montes Claros também recomendava que a vila de São Paulo entrasse para a nova governação, que naquela altura se estudava, do Paraguai separado do Rio da Prata.⁷⁷⁰ Hernando Arias, por outro lado, já desesperançoso com a integração das partes, achava que a solução seria despovoar a vila, para garantir a sobrevivência do Guairá. Igual perspectiva, mas menos drástica, teria o vice-rei do Peru, Conde de Chinchón, em 1630, ao sugerir que o rei simplesmente comprasse a capitania, que era mesmo de particular, para botar freio nos assédios paulistas às reduções. O que se pode deduzir destas sugestões, todas castelhanas, senão do ponto de vista da América espanhola, é que São Paulo era, ou deveria ser, parte da governação do Paraguai e Rio da Prata. Com base nesta crença, que nunca desapareceu, foi que a Villa Rica acionou a série de eventos e aproximações que, por algum tempo, tornaria a relação entre as partes bastante integradora e conectada.

Mas, por que isto ganharia relevância justo em 1603? Difícil responder a esta pergunta, mas ressaltamos que a bandeira de Nicolau Barreto, que partira de São Paulo em 1602, já havia passado por aquelas bandas e ajudara, com certeza, a aplainar ainda mais o terreno, visto o notório descimento de gentios que a entrada empreendeu. Ademais, como mostramos no capítulo anterior, poderia já ser o resultado das iniciativas de Francisco de Souza na articulação comercial da vila com os novos espaços. Por fim, talvez não fosse fortuito o fato de que, neste ano, os ofícios da Câmara de São Paulo contavam com um vereador, José de Camargo, e um procurador, João de Sant'Anna, castelhanos, o que pode ter tornado os contatos um encontro regado a lembranças de Castela!

De todo modo, 1603 inaugurou uma nova fase na relação entre São Paulo e o Guairá. A documentação, esparsa entre São Paulo, Assunção e Espanha, mostra, entretanto, que esta relação foi marcada por muitas oscilações. Mesmo porque, obedecendo à política de restrição, continuou-se a fomentar processos judiciais contra os que utilizavam o caminho, conforme atestam diversos autos feitos entre 1603 e 1631,

⁷⁶⁹ ACVSP, 19/07/1603.

⁷⁷⁰ AGI, Charcas, 112.

sendo estes últimos já sob o impacto das invasões paulistas.⁷⁷¹ Através destes processos, podemos não só observar o desenvolvimento das relações entre o mundo paulista e o guaireño nas primeiras três décadas do século XVII; como também perceber de que maneira elas acompanhavam o movimento bastante pendular da política imperial advinda de Madri, as flutuações de interesses regionais, bem como a rede de cumplicidades, gradativamente, costurada entre as vilas das duas regiões. Além disso, pretendemos dimensionar em que medida estas cumplicidades teriam se estabelecido a partir da construção de identidades, inclusive castelhanas.

Laços guaireños em São Paulo...

Os quatro vilariquinhos que chegaram a São Paulo em 1603 aparecem na documentação oficial como *soldados*. Isso, sem dúvida, dava-lhes certo respaldo diante de uma possível acusação futura. Agiam a serviço do lugar-tenente e buscavam instaurar tratos com a vila vicentina, revestidos, portanto, do caráter de uma missão oficial. Conforme processo feito muitos anos depois, sabemos que os quatro procuravam estabelecer “trato y comercio com la costa del Brasil”, mas também alianças com alguns moradores de São Paulo, já que voltaram para Villa Rica com uma proposta de casamento.⁷⁷² O objetivo era, ainda segundo esse processo, “descobrir el camino” ou “la navegacion a la vila” de São Paulo. Na esteira desta primeira viagem, outra expedição partiu de Villa Rica rumo a São Paulo entre os anos de 1604 e 1605, na qual identificamos apenas os nomes de Francisco Benitez e Alonso Moreno, possivelmente tio e sobrinho. Nesta viagem, em que Benitez levava “vino y mercadorias” nas canoas de Moreno, foram tratar também de um casamento com os Camargo de São Paulo. Casamento que não deu certo, apesar de Alonso trazer, de volta ao Guairá, um português chamado Diogo Nunes, que provavelmente chegara a São Paulo com D. Francisco de Souza, e que se casou com sua filha, Ginebra Moreno.⁷⁷³ O sucessor de Añasco como lugar-tenente de Villa Rica, e que providenciara tal viagem, foi Alonso Benitez, pai de Francisco e interessado no consórcio com os Camargo. Enviara, assim, o filho de cerca de 20 anos para as tratativas. Mal sabia ele que Francisco teria longas e custosas relações com os moradores de São Paulo ao longo dos anos posteriores.

⁷⁷¹ Estes autos estão nas mesmas compilações aqui referenciadas e utilizadas. *Anais do Museu Paulista...op.cit.* e *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.* e no Arquivo Nacional de Paraguai.

⁷⁷² “Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez, por haver metido três portugueses por la via de San Pablo. Año 1616.” In: *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.* p.23-45.

⁷⁷³ *Idem ibidem.*

Nascido provavelmente em 1582, Francisco Benitez era natural de Villa Rica do Espírito Santo – Província do Paraguai -, portanto *criollo*, e ali teria vivido praticamente toda a sua existência.⁷⁷⁴ Filho do peninsular Alonso Benitez, membro da governança da terra e um dos pioneiros da região, e de Juana Moreno, filha do conquistador Melchior Moreno, Francisco seria, ele próprio, proeminente figura da comunidade local, mas isso não impediu que fosse alvo de graves suspeitas. Contra ele foi movido um processo que mobilizou uma parcela importante da sociedade vilarriquenha na década de 1630. De certa forma, as conexões de Benitez atravessaram os vários momentos e fases das relações entre moradores de São Paulo e guairenhos.

O fato é que, no dia 12 de agosto de 1631, o tenente de governador e justiça de Villa Rica, capitão Alonso Riquelme de Guzmán, absolveu o capitão Francisco Benitez depois de concluídos os autos de um processo que durou 22 dias.⁷⁷⁵ O perdão soava mais como resignação do que como prova de inocência, pois um dia antes o réu fora condenado a viver recluso no interior dos muros da vila.⁷⁷⁶ Mas, ao final, diante dos atos praticados pelos “portugueses de san Pablo” que assediavam Villa Rica e andavam pela região “haciendo daños a los naturales encomendados y llevandolos a fuerza de armas al Brasil”, foi necessário contar com Benitez, potentado local, dono de uma extensa área de terra na margem oposta do rio Ivaí e de outra no rio Corumbataí, onde mantinha plantações de vinha e milho. De fato, Benitez era um importante membro da comunidade local e consequentemente um baluarte da defesa da vila.⁷⁷⁷ Além disso, seu irmão Alonso era também mercador de erva-mate em Maracayú.

A questão essencial no processo talvez fosse justamente o quanto nossa personagem era confiável para garantir a defesa dos índios contra estes portugueses. Os autos versam sobre uma suposta facilitação que o capitão havia propiciado aos paulistas enquanto era o responsável e *caudilho* da fortificação criada exatamente para barrar o avanço dos assediadores. Na ocasião, Benitez foi acusado de ter abandonado o forte e ter ficado impassível diante de alguns portugueses e tupis que cruzaram as imediações.⁷⁷⁸ Primeiro foi preso em sua casa, porém teria fugido; depois, preso no cárcere da vila, fugiu novamente e se “metio en el cemiterio de la yglesia matriz”, o

⁷⁷⁴ Conforme seu depoimento em 1631, em que alega ser de idade de 49 anos. “Testimonio de autos hechos en la Villa Rica del Espiritu Santo desde el 21 de Julio al 12 de agosto de 1631 contra el capitan Francisco Benitez.” Publicado in: *Anais do Museu Paulista*. Tomo 1; 1922; p.318-353.

⁷⁷⁵ “Testimonio de autos hechos en la Villa Rica...” *op.cit.* p. 352.

⁷⁷⁶ *Idem, ibidem*; p.351.

⁷⁷⁷ *Idem, ibidem*; p.352.

⁷⁷⁸ *Idem, ibidem*; p.332-333. Esta última acusação foi feita pelo *vecino* de Assunção, o soldado Geronimo Martinez.

que, segundo uma das testemunhas, causou “muy grande escandalo a toda esta plaza y gente y soldados”.⁷⁷⁹ Na sequência, nosso acusado teria adentrado pelos montes e arrabaldes da vila, sumindo de vista até se refugiar em sua chácara, onde fez ouvidos moucos aos bandos e apelos emitidos pelo tenente-governador.⁷⁸⁰ Como se tudo isso não bastasse, ainda se negara a fornecer transporte fluvial para as autoridades que o foram intimar em sua propriedade! As testemunhas de acusação foram unânimes em afirmar que Benitez recebera um bilhete dos portugueses e que, depois disso, resolvera, segundo o processo, “solo por su gusto”, abandonar o forte. As testemunhas fazem questão de ressaltar a fragilidade dos “pobres naturales”, deixados à sanha dos portugueses com as ações de Benitez.

A defesa do capitão, tanto no interrogatório quanto na petição, acabou sendo um “desfile” de supostos mal-entendidos e insinuações de que fora acusado maliciosamente. Confirmou que recebera o bilhete e afirmou que, nele, constava a promessa dos portugueses de que a redução de Ytupe seria atacada. Diante da ameaça, segundo Benitez, ele teria ido encontrar o tenente para saber como deveria proceder, bem como para conseguir mais mantimentos e armas. Incompreendido em suas ações, e acusado injustamente, segundo ele, fora preso em sua casa, mas, diante de uma enfermidade do irmão e da necessidade de providenciar um escrivão para o testamento, foi até a sua casa, do outro lado da rua. Ainda segundo Benitez, acusado de ter abandonado a prisão domiciliar, foi encarcerado, mas de lá fugiu por temer o “rigor de la justicia”. Ele afirmava ainda que passara ao largo do cemitério e, mais importante, “caminando”. Em sua chácara, não ajudou os que lá foram por não saber quem eram e não ter canoas disponíveis.⁷⁸¹ Quanto à acusação de não ter tomado providências diante dos portugueses e tupis que passaram pela fortificação, Benitez alegava ser uma “tan perniciosa declaración mentirosa”. Segundo ele, isto nunca ocorreu e quem o acusava era um forasteiro, “sin conocerme ni tener experiencia desta tierra”.⁷⁸²

O réu apresentou algumas testemunhas em sua defesa, de modo geral parentes e compadres, e, dentre elas, figurava Francisco de Villalva, que conhecia o réu desde “que tiene uso de razon por ser como es natural desta vila”.⁷⁸³ Apesar de pouco precisas em seus testemunhos, no que dizia respeito às acusações propriamente ditas, elas foram

⁷⁷⁹ *Idem, ibidem*, testemunho do capitão Diego de Vargas; p.325.

⁷⁸⁰ *Idem, ibidem*; p.323.

⁷⁸¹ “Testimonio de autos hechos en la Villa Rica...” *op.cit.*; p.340-341.

⁷⁸² *Idem, ibidem*; p.345.

⁷⁸³ *Idem, ibidem*; p.348.

unânicos em apontar o passado de Benitez, sua atuação na governança da vila e sua lealdade na “defesa desta terra que es su pátria”. A retórica de Benitez e de sua defesa foi baseada na sua condição de “vecino feudatario” e no passado de proteção da vila e de “leal vassalo de su magestad poniendo su vida y persona em muy grandes peligros y riesgos”.⁷⁸⁴

Por fim, acabou condenado a permanecer preso no interior dos muros da vila, sendo em seguida anistiado.⁷⁸⁵ A situação emergencial, mas, acima de tudo, a rede de relações e de alianças e o poder do acusado devem ter prevalecido sobre as suspeitas. De toda forma, podemos depreender ou comprovar, a partir deste processo, algum tipo de conexão efetiva de Benitez com os portugueses de São Paulo? A princípio não, apesar de obviamente os autos terem sido feitos para aferir essa suspeita. De qualquer modo, este processo pode ser considerado o ápice de uma série de acusações que acompanharam Benitez ao longo de sua trajetória, e todas elas ligadas às suas filiações com os moradores de São Paulo. Ainda no ano de 1631, o padre Francisco Trujillo denunciou o governador Luis de Céspedes e Xeria por ter enviado o próprio Francisco Benitez a São Paulo para buscar sua mulher, Vitória de Sá. O padre alertava ainda que o villariquenho teria ido acertar com os paulistas a invasão das reduções, compactuando com André Fernandes, “uno de los mayores piratas y más cruel y matador de índios que fueron al sertón”.⁷⁸⁶

O que pode nos ajudar a compreender melhor esta questão dos laços de Benitez com São Paulo é outro processo movido contra ele, só que dezesseis anos antes, em 1615. Nele, Benitez aparece sendo preso pela acusação de facilitar a entrada de portugueses pelo caminho do “porto de São Paulo”, cujo trânsito naquela altura estava proibido pela coroa espanhola. Os autos deste segundo processo, levados a cabo entre 1615 e 1616, atingiram não só Benitez, e não ficaram somente em Villa Rica, mas chegaram também a Ciudad Real de Guairá e foram finalizados em Assunção. O objetivo do processo era descobrir e mapear quem tinha utilizado e/ou facilitado a utilização do caminho, mas igualmente quem havia entrado “sem licença” em Buenos Aires e outras partes da América espanhola.⁷⁸⁷ Ou seja, fazia parte de uma repressão

⁷⁸⁴ *idem, ibidem*; p.348.

⁷⁸⁵ *Idem, ibidem*; p.352.

⁷⁸⁶ CORTESÃO, J. *Jesuítas e bandeirantes...op.cit.* “Razões que se contestam ao Governador do Paraguai D. Luis de Céspedes Xeria por haver proibido aos jesuítas a passagem pelo caminho do salto do Guairá. 1631”. p. 389-398.

⁷⁸⁷ “Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez...” *op.cit.*

global à presença de gente sem licença, em especial estrangeiros nas áreas coloniais de Espanha.

No auto levado a cabo em Villa Rica do Espírito Santo a figura de Francisco Benitez, já capitão naquela altura, se destacou. Segundo a acusação, o réu fora a São Paulo cerca de dez ou doze anos antes, com “vino y mercaderia”, e, na volta, trouxera três portugueses pelo caminho vedado, dois deles estabelecidos na vila desde então e um terceiro que fora morar em Assunção. Além dos três portugueses, as testemunhas falam de outro português, que chegara sozinho pelo caminho e morara um tempo numa casa abandonada, e de um soldado castelhano que, junto de mais dois espanhóis e dois portugueses, também fizera o dito caminho.⁷⁸⁸

Em sua defesa, Benitez alegou que, naquele tempo (em 1603), o tenente-governador D. António de Añasco empenhado em descobrir o caminho para São Paulo havia despachado quatro soldados por ele. O empreendimento teve sucesso, como já se atestou pelas atas da Câmara de São Paulo. No ano seguinte, em 1604, Alonso Benitez - pai de nosso acusado e tenente de Villa Rica -, teria enviado mais homens pelo caminho, inclusive o filho, para tratar, dentre outras coisas, de uma possível aliança matrimonial entre os Benitez e os Camargo, de São Paulo. Pretendia-se costurar um casamento entre Francisco e uma das filhas de Josepe de Camargo, castelhano já estabelecido em São Paulo desde 1583. Tal casamento, como já demonstramos, deve ter sido tratado nesta primeira viagem.⁷⁸⁹

Segundo Francisco, ainda em seu testemunho, ele fora a São Paulo sem saber da proibição. Muito pelo contrário, dizia ele, pois acreditava que, naquele momento, a descoberta do caminho e o estabelecimento de relações comerciais entre as duas partes eram algo desejado. A preocupação de Benitez em sua defesa foi sempre alegar que desconhecia qualquer proibição, que, na volta, não estimulou os portugueses a acompanhá-lo, mas simplesmente deixou-os vir junto, e que não havia recebido prata ou qualquer mercaderia para trazê-los. Afirmou que eram tão pobres e ainda teve de alimentá-los, e arrematou dizendo que os portugueses não pretendiam chegar a Potosí - o que seria um agravante importante no processo -, mas sim permanecer em Villa Rica, onde efetivamente se estabeleceram, casando-se e tornando-se “vecinos”. Por fim, num artifício retórico típico do contexto da União das coroas, justificou-se dizendo que “eran todos vassalos de su Magestade”.

⁷⁸⁸ *Idem, ibidem.* p.26.

⁷⁸⁹ “Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez...” *op.cit.*; p.37.

Em seus depoimentos, os portugueses envolvidos, chamados a testemunhar, confirmaram as informações e asseveraram que não pretendiam atingir as minas de Potosí, mas ficar em Villa Rica. Segundo um deles, Pero Gonçalo Barbosa, “em São Paulo teve notícia de que esta era boa terra”.⁷⁹⁰ Por fim, Benitez acabou absolvido também destas acusações, após uma bem-sucedida “romaria” arrolando testemunhas e montando petições de defesa, o que o levou até Assunção. Contudo, este processo e todos os seus desdobramentos nos fazem ponderar se as relações de Benitez com São Paulo não começaram aí e avançaram pelos anos futuros, cobrando seu preço maior quando as entradas paulistas efetivamente submeteram a região.

Os portugueses que acompanharam Benitez em 1604 o encontraram numa aldeia de índios cerca de sete ou oito léguas da vila de São Paulo, enquanto praticavam uma entrada, ou *maloca*, e, segundo Pero Barbosa, “hallo alli comodidad para pasar a ella.”⁷⁹¹ Ressalte-se que, em 1605, ou seja apenas um ano e meio depois dos “primeiros” contatos, o bispo do Paraguai, Reginaldo de Lizarraga, falava em “doceintas léguas por terra poblada y no mal camiño”.⁷⁹² Portanto, num primeiro momento, entre os anos de 1603 e 1607, o caminho esteve bastante frequentado e facilitado, como atesta inclusive a quantidade de clérigos que o utilizaram tanto para se ordenar em Assunção quanto para assumir os vicariatos de Ciudad Real e Villa Rica, que contavam, ambos, com religiosos de São Paulo. O próprio Hernando Arias sugeriu que pelo menos seis padres da Companhia de Jesus partissem de São Paulo, pela via proibida, para atuar no Guairá.⁷⁹³

Além disso, a abertura na prática do uso do caminho permitiu a união, via casamentos, de famílias das duas bandas, como atesta o caso de Baltazar Fernandes que se casou, em Villa Rica, com Maria de Zuniga no início do XVII, e de quem teve uma filha, Maria de Torales. Segundo genealogistas, Baltazar teria permanecido algum tempo em Villa Rica o que teria estreitado ainda mais os laços estabelecidos entre os Fernandes e os castelhanos de Villa Rica e Ciudad Real, laços estes que ficariam bastante claros no contexto das entradas arrasadoras de 1628-32.⁷⁹⁴ Lembremos do próprio Benitez que teria vindo a São Paulo também para trato de casamento. Segundo

⁷⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.33.

⁷⁹¹ “Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez...*op.cit.* p.33-34. Provavelmente trata-se das proximidades da aldeia de Barueri.

⁷⁹² Apud: HOLANDA, Sérgio. “Expansão...” *op.cit.*

⁷⁹³ “Carta de Hernando Arias ao rei”. 05/05/1607. Archiv General de Índias, Charcas, 27, R.8, N.44. Cartas de Gobernadores. Disponível em versão digital: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/ImageServlet>

⁷⁹⁴ ALMEIDA, Luiz Castanho de. “Nossos bandeirantes. Baltazar Fernandes.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol XLII, 1944, p.209-237.

ele, “dieron noticia a mi padre que esta en gloria, el capitan Alonso Benitez, en como un hombre enñado vecino de la dita vila de San Pablo tenia boluntad de criar una hija suya con uno de sus hijos”, mas ele mesmo pontuaria o desfecho, “no abiendo efecto en el casamiento a que fui despachado”.⁷⁹⁵ No testemunho de Bartolomeu de Torales, ficamos sabendo de quem se trata: “por cierto trato de casamiento que uvo entre su dito y Josepe de Camargo vizinho de la dita vila se San Pablo”⁷⁹⁶ Ora, um casamento entre os Benitez e os Camargo não só atrelaria dois espaços coloniais a partir de uma rede de interesses familiares e comerciais, em que a mão de obra indígena era um dos elos – mas não o único -, como se faria num trânsito essencialmente castelhano.

Em 1606, o mesmo tenente Alonso Benitez e o capitão Pedro Garcia providenciaram outra expedição de vizinhos vilariquenhos para São Paulo. Nela ia, dentre outras pessoas não identificadas, um Sebastian Garcia, filho de Pedro. Aos 32 anos, foi o único preso e processado em Assunção por ter “ido de contrabando a las probincias de san pablo”.⁷⁹⁷ O que Garcia foi fazer em São Paulo? Segundo depoimento de Diego de Teva, o acusado “abia hido a san pablo con los que se yban a casar”. Portanto, acompanhava um cortejo de casamento para São Paulo, que, pelo visto, não compreendia apenas um, mas vários consórcios. Em seu testemunho de defesa, Sebastian nada falou de casamento, mas sim que tinha ido a São Paulo “con los demas”, e não entendia ter cometido crime, pois estava entre muitos e desconhecia ser proibido o uso do caminho. Mas, afinal, por que somente ele, dentre tantos, foi preso? Em seu processo, duas informações nos ajudam a responder a esta questão. A primeira é que, ao voltar de São Paulo, trouxe consigo um frei franciscano português, um sobrinho e um primo do clérigo, ajudando-os a passar pelo caminho proibido. Ademais, na ida a São Paulo, havia levado três canoas com índios “tibagibas”, segundo Teva. Em sua defesa, alegou que, tirando um que morreu e dois que resolveram fugir para São Paulo quando voltavam, todos os índios retornaram. De qualquer modo, as três vagas deixadas pelos índios foram, rapidamente, ocupadas pelos portugueses que, muito provavelmente, pagaram por sua jornada. O problema maior não estava, portanto, nas filiações entre as partes, mas nos danos que o caminho trazia ao servir de escala para gente proibida, ou seja, sem licença, que demandava as Índias de Castela, além do trânsito de índios

⁷⁹⁵“Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez...*op.cit.* p.37. Benitez acabou se casando com Francisca Mendez, filha de Amador Mendez.

⁷⁹⁶ *Idem, ibidem*, p.38.

⁷⁹⁷ ANA, Civil y Criminal, 1800, 3, 1607.

encomendados.⁷⁹⁸ Ao final, nada de muito grave aconteceu com Sebastian, pois em 1630 ele podia ser encontrado, com dois filhos, escoltando as balsas de ervas de Manuel Duarte, em Maracayú.⁷⁹⁹

De fato, os tratos entre as duas partes continuavam, mas um clima de clandestinidade pairava no ar. Todos os envolvidos, apesar de negarem terminantemente, sabiam que estavam fazendo algo fora da lei. Intrigante, nesse sentido, foi o incidente, sucedido em dezembro do mesmo ano de 1606, no qual o escrivão do ouvidor da capitania de São Vicente, João Vieira, ao tentar ler uma carta enviada pelo cabildo de Villa Rica, a teve arrancada de suas mãos pelo juiz da Câmara de São Paulo, Domingos Rodrigues, que saiu esbravejando porta afora. A insistência em ler a misteriosa carta ainda levou à prisão do juiz, que reclamava da pouquidade das razões. Este episódio levanta algumas suspeitas sobre as conexões que se estabeleciam entre as regiões, já que denota certa cumplicidade que ia além das relações pessoais entre moradores, envolvendo também oficiais das Câmaras e *cabildos*.⁸⁰⁰ Quando Manoel Pinheiro Zurara se dirigiu para Assunção em 1605, disse, em depoimento, que “aviendo ydo três veces gente de la vila rica y Guairá a la Villa de san pablo” todos lhe asseguraram que o caminho era “mui llano y no proibido”.⁸⁰¹ Ou seja, em 1605 pelo menos três expedições de villariquenhos já tinham ido até São Paulo.

As prisões de Sebastian Garcia e Manoel Pinheiro, em 1607; de Juan Torres Florencio, natural de Tavalera (Tucumã), por ter ajudado um português a fugir de uma cadeia em Assunção, em 1606; e de Gregorio de Ostos e Pedro Franco, em 1609, por terem vindo pelo caminho proibido e ameaçarem fugir com balsas escondidas, revelam que, entre o final de 1606 e 1609, o cerco das autoridades castelhanas deve ter apertado em torno da presença dos “clandestinos” no Guairá.⁸⁰² Era o tempo da governança de Hernando Arias, que, se cedo tinha permitido a abertura do caminho, cedo também voltou atrás, perseguindo, eventualmente, os portugueses que se espriavam por sua governação, entre Buenos Aires e Assunção.

Segundo o próprio Francisco Benitez, no período do capitão Juan Baptista Corona como tenente-governador, por volta de 1609, este “llebo comisiones del dito sor

⁷⁹⁸ *Idem, ibidem.*

⁷⁹⁹ ANA, Nueva Encardenacion, Volume 130.

⁸⁰⁰ ACVSP, 16/12/1606.

⁸⁰¹ ANA, Civil y Criminal, 1549, 4.

⁸⁰² Sobre o caso de Gregório de Ostos e Pedro Franco (ANA, Civil y Criminal, 2154/9). Sobre Juan Torres Florencio, que ajudou Cristóvão Sanchez (ANA, Civil y Criminal, 1532/3). Este Florencio foi condenado a desterro de seis meses, mas no ano seguinte já andava por Assunção. Isso acabou rendendo um processo ao balseiro Miguel Garcete de Villa Rica, por tê-lo transportado uma vez e, por isto, condenado (ANA, Civil y Criminal, 1677, 8, 1607).

governador para despachar a todos los hombres como portugueses y castellanos que hallase en las provinsias de Guayra y Villa a la de San Pablo por donde avian benido”⁸⁰³. Segundo testemunho de Corona, “salio este testigo con quarenta hombres da dita Villa Rica”⁸⁰⁴. A informação, portanto, dá conta de uma espécie de deportação em massa nas vilas de Ciudad Real e Villa Rica, abarcando cerca de 40 homens, o que, na paisagem demográfica da região, correspondia a quase uma Ciudad Real inteira em termos de *vecinos*.

Entretanto, gente continuou a fazer o caminho proibido, ao longo das décadas seguintes, e muitos se estabeleceram no Paraguai, ou em Assunção, ou em Villa Rica e Guairá. Ocasionalmente, processos, prisões e autos colocavam algum freio ou criavam certo clima de apreensão, mas, como veremos, isso não impediu o trânsito nem sequer o comércio com esses homens que alcançavam o Guairá. O próprio Juan Corona chegou a ser processado por Manoel Pinheiro, em 1612, por ter-lhe tomado mil e quinhentas libras de erva e enviado a Assunção sob título de doação para a cidade.⁸⁰⁵

Ademais, mesmo nos momentos mais tensos das relações entre os moradores de São Paulo e do Guairá, ou seja, de ataques sucessivos das bandeiras às reduções, estes laços saltaram aos olhos. A pequena vila de Santiago de Jerez, por exemplo, no atual Mato Grosso do Sul, às margens do rio Aquidauana, teve, desde o princípio, uma vida difícil. Assediada constantemente pelos índios paiaguás e guaicurús, chegou a ter somente 15 moradores no início do século XVII. Com a chegada dos jesuítas e a formação das reduções do Itatim, a vila ganhou um pequeno fôlego, que durou até o assédio dos bandeirantes a partir do final da década de 1620. Para os jesuítas, os habitantes renderam-se ao cerco dos paulistas e acabaram abandonando a vila em 1632, trasladando-se, todos, para a vila de São Paulo. Mas, segundo Felix de Azara, que esteve na região no século XVIII, os “desgustados del gobierno [por causa das *ordenanzas* de Alfaro] se fueron establecer em San Pablo...”⁸⁰⁶ Qualquer que tenha sido o motivo, sempre foram alegados o abandono da vila e a fuga para São Paulo.

Como elemento ainda mais revelador destes vínculos, devemos ponderar que quase a totalidade dos hispano-paraguaios que foram para o planalto depois do abandono de Villa Rica e Guairá, na esteira dos ataques paulistas, se assentou

⁸⁰³ “Proceso obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez...*op.cit.* p.42.

⁸⁰⁴ *Idem, ibidem*, p.43-44.

⁸⁰⁵ ANA, Civil y Criminal, 1946, 7, 1612.

⁸⁰⁶ *Apud* “Colecion de documentos sobre los conquistadores y pobladores del rio de la plata”. RIHM, San Isidro, 2001. Jorge F Lima Gonzales Bonorio y Hernan Carlos Lux; p. 259.

definitivamente em Santana de Parnaíba, núcleo distante oito léguas de São Paulo. A ponte desta migração foi a família Fernandes; e o assentamento de uma parte desta população de castelhanos se fez em torno dos parentes de Baltazar Fernandes: sua filha (Maria de Torales), que lá ficara mesmo depois da morte da mãe, seu genro (Gabriel Ponce de Leon), seu irmão (Barnabé de Contreras) e seu cunhado (Bartolomeu de Torales). Mas também participaram do grupo outros moradores da região, com outros vínculos com o planalto, dentre eles Simão de Miño e Sebastião Peralta, provavelmente filhos ou parentes daqueles soldados vindos pelo caminho em 1603.⁸⁰⁷ Segundo testemunhos colhidos pela Audiência de Charcas sobre o despovoamento de Jerez, alguns moradores de São Paulo tentavam atingir o Maranhão, quando foram convencidos, por Don Diego de Orrego y Mendoza (neto de portugueses) e Gabriel Ponce, entre outros, a assediar os índios do Itatim e forçar o despovoamento da vila.⁸⁰⁸ Mendonza - assim como Ponce - se trasladou para Santana de Parnaíba, casando-se com uma das filhas de Baltazar Fernandes, Mariana Proença.

Outros documentos comprovam ainda estas relações. Em testamento feito em Santana de Parnaíba por Ângela de Campos e Medina, lê-se “sou natural da Villa Rica, Província do Paraguai, filha legítima de João Baptista Troche e Joanna de o Campo, os quais me casaram com Diogo Guilherme (...)”⁸⁰⁹ Ângela era irmã do padre vilariquenho Juan del Campo y Medina, cuja trajetória se encerrou em Santana do Parnaíba onde se tornara vigário.⁸¹⁰ Além disso, seu marido Diogo também lá se assentara.

Em 1639, numa Real Cédula se lamentava que “a província del Paraguay esta arriesgada pues de quatro ciudades que tenia le faltan las tres y solo a quedado la Assumpcion”. Recomendava-se, naquela ocasião, a prisão e o envio para Madri dos portugueses Antonio Raposo Tavares e Federico de Mello Coutinho, principais responsáveis pelo despovoamento da região. Entretanto, nesta cédula, surgia também uma rede de cúmplices que atingia, além dos clérigos Juan de Campo Medina, Francisco Xorxe e Salvador de Lima que “las fomientan...”, alguns castelhanos ou portugueses que foram vizinhos “del Paraguai por que servem de guia a los que van a las entradas”, dentre eles Sebastião de Peralta, Diego Guillermo, Diego Dorexo, Fulano

⁸⁰⁷ Os dois aparecem no inventário do capitão João Missel Gigante, feito em Santana do Parnaíba, em 1645. I&T, DAESP, vol.32. Simão teve seu próprio inventário feito em Santana de Parnaíba, em 1649. I&T, DAESP, vol.40.

⁸⁰⁸ AGI, Escribania da Câmara, 892A

⁸⁰⁹ I&T, DAESP, Vol.13. 1641.

⁸¹⁰ Juan e Angela eram pertencentes à família Troche, de *conquistadores* do Guairá. Ele, como vigário, fez o testamento, em castelhano, da matriarca dos Fernandes, Suzana Dias. Sua condição de castelhano servirá, em parte, de argumento nos ataques de Antonio Raposo Tavares, e outros, à igreja e aldeia de Barueri em 1633.

Ponce, Francisco Sanches, Fernando Melgarejo, Gabriel Brite, Amador Gonçalves, Pedro Domingues.⁸¹¹ Grande parte tratava-se de moradores de Santana de Parnaíba.

Efetivamente o caminho para Villa Rica continuou a ser frequentado mesmo depois do abandono do núcleo original da vila, como atesta, por exemplo, o inventário de Felipe Nunes, que, em 1636, “vindo para esta vila no caminho da Villa Rica o mataram os índios”.⁸¹² Este Nunes já era morador antigo do Guairá, pois, em 1630, quando Xeria mandara fazer um levantamento de quem ali havia entrado pelo caminho proibido de São Paulo, lá estava o sujeito. Além disso, num suspeito processo de 1621, ele aparecia recebendo um tacho de cobre, parte dos bens confiscados de um mercador chamado Moxica Maldonado.⁸¹³

Retomando o processo de Benitez de 1631 e o tal “bilhete” que teria sido enviado pelos portugueses, encontramos um trecho bastante significativo em que Cristóvão Diniz, morador de Parnaíba e cunhado de André Fernandes, alertava o “amigo” Benitez que eles apenas desejavam os índios (do *pueblo* de Ytupe, portanto, não era uma redução jesuítica) e avisava que o lugar seria atacado “com quarenta brancos de que me pesa muito de minha parte mas o que me consola é que nenhuma pessoa dos de Parnaíba estão cá, que todos somos recolhidos.”⁸¹⁴ O fato de Diniz ressaltar o comportamento dos moradores de Parnaíba em contraste com os de São Paulo, nos revela relações e procedimentos não necessariamente consensuais por parte dos paulistas, mas que exprimem um grau de cumplicidade que já tinham com os circuitos guairenhos. E as conexões não eram recentes. Concluí-se, também, que os vínculos de Benitez se fizeram, principalmente, com os moradores de Parnaíba, dentre eles o próprio Diniz e, muito provavelmente, André e Baltazar Fernandes, nomes sempre presentes no trânsito pela via proibida. De fato, quando as bandeiras paulistas, lideradas inclusive por André, começaram a destruir as reduções jesuíticas entre os anos de 1628-1631, o espaço era já velho conhecido dos moradores, e muitos deles tinham parte de seus ganhos atrelados a este trânsito.

Trânsitos e intercâmbios pela via proibida

⁸¹¹ *Anais do Museu Paulista*, V.13, 1949, p.446-455, “Real Cédula al Gobernador del Paraguay. 16/09/1639”.

⁸¹² I&T, DAESP, Vol.10.

⁸¹³ Este documento faz parte da defesa de Xeria em meio às acusações das quais era alvo. No total, ele teria localizado 19 pessoas que utilizaram o caminho proibido, dentre elas Gaspar Fernandes, João Nunes Cardoso, Francisco de Miranda, Francisco Fernandez, Francisco de Saavedra, Amado Gomes Sardina, Felipe Nunes, Gonçalo Gomes. “Bando do Governador proibindo que estes saiam de Guairá a Assunção...” Apud: CARDOZO, Rubens. *Op.cit.*

⁸¹⁴ “Testimonio de autos hechos em la Villa Rica...” *op.cit.* p. 319.

O processo de Francisco Benitez, de 1615, trouxe à tona algumas informações importantes sobre seus laços com São Paulo, mas igualmente outros tantos dados sobre os transeuntes do caminho proibido. De pronto, é curioso notar como os três portugueses que acompanharam o villariquenho acabaram ficando no Guairá, casando-se e estabelecendo família. Pedro Gonçalo Barbosa, vianense, casou-se com Catalina de Barrios e teve quatro filhos; Diogo Nunes, açoriano, casou-se com Ginebra Moreno e teve um filho, que sustentava com uma chácara onde produzia vinho; e Nicolau Machado, ficou em Villa Rica, mas, depois, foi levado para Jerez e Assunção pelo capitão Francisco Rasquin, e as notícias posteriores deram conta de que havia morrido.⁸¹⁵ Além deles, lembremos que Pedro de Acosta, um dos primeiros processados ainda em 1603, fez a vida na região.

No processo de Benitez, outros clandestinos foram lembrados pelas testemunhas. Dentre eles, o caso do “soldado castellano” Martim de Franco, preso e processado em Villa Rica em 1615. Nascido em Soria, Castela *la Vieja*, declarava que “no tiene oficio mas que de soldado y que sirvio su magestade de soldado caballero de armas”. Teria partido de Espanha na armada de Juan Munhos de Arambulo que ia para as Filipinas. Perdidos, aportaram na Bahia e desembarcaram com licença do general, dali foram a São Paulo, pensando em rumar para Assunção. Dizia ele que veio com “Julio de Moya y Pero de Albardo y dos portugueses llamados el uno por mal nombre ‘El Cautivo’ y al otro marinero... y todos passaram a la ciudad de Assuncion”. Depois foi para Ciudad Real e Villa Rica onde, por fim, pousou numa casa vazia e casou-se com Catalina Guillen, com quem já tinha um filho.⁸¹⁶ Outro caso lembrado foi o do embusteiro Enrique Vaz, do qual já falamos aqui. Também terminou seus dias em Assunção, como curandeiro e alquimista.

Na documentação paulista, são poucas as citações sobre gente que ia para as “partes do Peru”. Além do caso emblemático de Antonio Castanho, que teve seu testamento lavrado naquela localidade e trasladado para São Paulo, temos os de Manoel Pinheiro, que aparecia em carta de data de chão dada ao padre João Pimentel, e dois sujeitos que deviam dinheiro a Cornélio de Arzão.⁸¹⁷ Estes eram Sebastião Gomes

⁸¹⁵ Nicolau Machado pode ter sido soldado, ou sertanista com alguma experiência, e ajudado Rasquin nos combates contra os guaicurus e paiaguas em torno de Santiago de Jerez. De fato, Machado aparece no inventário de Manoel de Chaves, em 04 de abril de 1603, feito no sertão do Paracatu, na bandeira de Nicolau Barreto. I&T, DAESP, Vol.1.

⁸¹⁶ “Processo obrado en la Villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez...*op.cit.* p.35.

⁸¹⁷ Sobre Antonio Castanho, ver I&T, DAESP, Vol.6. A ref. sobre Manuel Pinheiro: “chãos devolutos que os anos passados deram a um Manuel Pinheiro que desta vila se fora para o reino de Peru, nos quaes chãos até hoje não eram feitas benfeitorias algumas.” Carta de data de chão ao vigário João Pimentel. 21/7/1608. In: RGCSP, Vol. 1. O inventário de Cornélio de Arzão está em I&T, DAESP, Vol. 12.

Alves, do qual não conseguimos notícias, e Miguel Gonçalves Correa, a quem Arzão emprestou 16.000 réis. Este último figurava no censo feito pelo governador Luis de Céspedes e Xeria em Maracayú, em 1629, como casado em Assunção. Quanto ao capital de Arzão, provavelmente virou erva-mate.⁸¹⁸ De todo modo, estes dados parecem indicar que uma parcela importante dos proibidos capturados pela documentação acabava, de fato, permanecendo no mundo paraguaio, e atrelando suas vidas às possibilidades locais, em especial à erva-mate. As partes do Peru, na verdade, revelam uma imprecisão geográfica, identificando-se, grosso modo, com as Índias de Castela na América do Sul.

O caso de Manoel Pinheiro Zurara, rapidamente esboçado no capítulo precedente, merece um pouco mais de atenção aqui. Trata-se, sem sombra de dúvida, do mesmo que aparece na data de chão dada ao vigário João Pimentel, em São Paulo, no ano de 1607. Sabemos que, apesar de ter sido identificado como Miguel Pinheiro Azurara e castelhano por alguns autores, era, de fato, português e seu primeiro nome Manoel.⁸¹⁹ Conforme seu depoimento dado em Assunção, era “avencidado” há mais de trinta anos no reino de Nova Granada, onde tinha mulher e filhos. Os processos de 1606 não apresentavam a sua idade, mas, em suas petições, sempre alegava ser “viejo y mui enfermo”. Devia, portanto, ter chegado ainda jovem às Índias de Castela, por volta de 1570. É provável que tenha vindo ao Brasil em 1590 por mandato de D. Francisco de Souza, pois era mineiro de ouro, e seguido para São Paulo, juntamente com Manuel Juan, a fim de averiguar os indícios do minério na região. Ele permaneceu longos anos na vila, já que, em 1600, escreveu o testamento de Gaspar Fernandes - genro de Antonio Preto e sujeito, por sinal, bastante assíduo na região paraguaia.⁸²⁰ Entre 1602 e 1604, esteve no reino, passando por Valladolid, Madri e Lisboa com Diogo de Quadros, Manuel Juan e Martim Rodrigues Godoy, na série de pleitos encomendados por D. Francisco de Souza.⁸²¹ Zurara retornou com uma licença para entrar no reino de Nova Granada, onde residia sua mulher e filhos, uma autorização para levar com ele dois criados, e uma mercê da nomeação como mineiro-mor das minas de São Paulo, pelo tempo de dois anos, com salário de 1.500 cruzados sacados dos rendimentos das minas.

⁸¹⁸ *Colecion Gaspar Viñas*. Buenos Aires. *Apud*. JENSEN, Carlos R. “Los Bogado y el aporte portugués al Paraguay” in: *História Paraguaya*. Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia. Vol. XLVII, 2007, p. 240- 241.

⁸¹⁹ Como exemplo, citamos o *Dicionário...* de Carvalho Franco.

⁸²⁰ FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário...op.cit.*; p.159.

⁸²¹ AGS, Secretarias Provinciais. Libro 1463.

Ao final dos dois anos, Zurara poderia voltar a Nova Granada por seis meses para trazer sua família para a vila vicentina.⁸²²

Efetivamente, Manoel Pinheiro não cumpriu os seus dois anos. Em maio de 1605, conseguiu uma carta dos oficiais da Câmara que o autorizava a buscar sua família seguindo o caminho do Paraguai, que, conforme os villariquenhos que tinham passado por São Paulo, era o “mellor camino” e “estaba muy llano y no proibido”. Na carta, os oficiais atestaram que Pinheiro havia exercido bem suas funções, buscando aplicar o regimento e distribuindo as minas. A princípio, cumprido seu prazo, tinha permissão para partir. Tudo estaria, portanto, dentro do razoável, se Pinheiro simplesmente fosse ao reino de Nova Granada para buscar sua família. Entretanto, eis que repentinamente ele foi preso em Assunção junto com um Jerônimo de Vega, português como ele. O inventário de seus bens, feito na ocasião de sua prisão, mostrava, dentre outras coisas, um negro de 17 anos, 18 cestas de erva-mate, tecidos de variados tipos, relógio de sol, taças de prata, um astrolábio e alguns livros.

Depois de preso, Pinheiro fez a primeira de uma série de petições, escritas por conta própria, que serviam como peças de sua defesa. Nela, dizia que era “alcaide maior das minas de oro” e que seguia para o reino de Nova Granada para buscar sua família. Dizia ter licença e não ser dos proibidos. Além disso, em função de sua condição de saúde, pedia fiança para responder em liberdade. Com o parecer de um médico, foi afiançado em mão comum por Antonio de Martim e Cristovan Hernandez. Em outra petição, feita depois de libertado por fiança, narrava a mesma história e assegurava que toda a mercadoria que trouxera resumia-se a “vestidos de mi persona y algunos cochillos y contaria para rescatar entre los yndios do que avia de comer”. A erva-mate justificava dizendo que fora produto de troca por algumas roupas, modo como se sustentou. Argumentava ainda que as armas que portava eram para defesa pessoal; e o negro - somente um - era seu criado, e que lhe tinha sido tomado em Ciudad Real, leiloado e ele mesmo teve de amealhar de volta. As acusações que se faziam contra sua pessoa, de estar fugindo com a renda das minas de São Paulo, eram mentirosas, segundo sua petição, já que ele nunca fora oficial de fazenda, mas somente alcaide-mor das minas. E mesmo estas não renderam tanto, “por falta de gente no se an beneficiado e havido poco en que entender”.⁸²³

⁸²² ANA, Civil y Criminal, 1549, 4.

⁸²³ ANA, Civil y Criminal, 1549, 4, 1606.

O responsável pelo processo, nomeado por Hernando Arias, foi Pedro Dure, que respondeu à petição desmontando os argumentos de Pinheiro e alegando ser notório que não trazia apenas roupa para uso pessoal. Além disso, a licença não era da Casa de Contratação de Sevilha, como deveria ser, mas do Conselho de Portugal. Percebe-se que as suspeitas em torno de Pinheiro, conforme o andamento do processo, eram as de que ele trazia ouro roubado das minas de São Paulo e muitos negros da Guiné, e de que não buscava o reino de Nova Granada, mas sim fazer comércio pelo caminho proibido. Acusações sérias. As testemunhas de acusação diziam, portanto, que a licença dele não era válida, que trazia algum ouro, um negro e muitas mercadorias. Diego de Teva, baseado em notícias de segunda mão, dizia, por exemplo, que Pinheiro trazia muita fazenda, pano e algum ouro, “doze ducados o mas”. Manoel retrucou apresentando seus documentos pessoais: licenças, mercês e mais alguns conhecimentos de vizinhos de Ciudad Real e Villa Rica, em que constava a troca da erva por tecidos. Por fim, providenciou um interrogatório com testemunhas sugeridas por ele mesmo. Todas o abonavam, dizendo que não havia fugido de São Paulo, já que muita gente da vila dele se despedira, o que atestava como era um sujeito honrado. Pero Ribeiro, que conhecia Zurara há oito anos de “trato”, disse ainda que, enquanto estavam no Guairá, “venieron por dos veces gente dela capitania moradores y vecinos de san pablo” que trataram Pinheiro muito bem, o que não aconteceria se fosse um fugitivo. A informação atesta, outrossim, a frequência dos moradores de São Paulo por aquelas partes, já que Zurara ficou poucos meses em Maracayú, negociando vestes e erva. Sebastião Pinto, mercador, também testemunhou em favor de Pinheiro, dizendo que o conhecia de seis anos por “trato e aribersasion” e que viera com ele do reino, no navio, e que todos o tratavam com muita deferência.⁸²⁴

Pedro Dure contestou, naturalmente, todos os testemunhos, já que, para ele, se referiam também a clandestinos entrados pelo caminho proibido. O processo continuou por mais algum tempo, com Pinheiro desqualificando o depoimento de Diego de Teva, “enemigo de mi nacion y la pasion que nos tiene a los potugueses” e achando descabida uma nova acusação de que, com ele, “avia entrado sientos y tantos portugueses”. Por fim, Manoel Pinheiro foi condenado a perder todos os bens e voltar para São Paulo. Mas isto não se deu de imediato, pois alegou doença, sendo “sangrado tres veces y xaropeado y

⁸²⁴ ANA, Civil y Criminal, 1549, 4, 1606.

purgado”, o que representaria perigo de vida, caso voltasse pelo caminho perigoso, ou “carnisaria”, como ele mesmo dizia.

Embora, o processo tenha se encerrado sem um desfecho claro, Manoel Pinheiro reaparece, em 1609, numa causa contra o português Manuel Duarte e outros credores, gente que lhe devia “cierta cantidad de prata y yerba y canoas” de mais de três anos. Reaparecia, portanto, para cobrar dívidas antigas. Mais que isso, apresentava ordens de Hernando Arias e Añasco que proibiam seus devedores de fazer negócios, ou seja, o temível ex-governador, seu antigo acusador em 1606, lhe dava então o direito de cobrança de dívida.⁸²⁵ Em 1612, Pinheiro torna a aparecer, como “mercador estante no puerto de Maracayú”, cobrando certa quantidade de erva que lhe foi tomada por Juan Baptista Corona, enquanto andava enfermo e ocupado em cobrar dívidas e negócios. Corona alegou que a erva tinha sido dada em doação para a cidade de Assunção, o que obviamente Pinheiro negava.⁸²⁶

Podemos depreender desta sequência que Manoel Pinheiro provavelmente nunca quis chegar a Nova Granada. Na carta dos oficiais da Câmara de São Paulo já se mencionava que Zurara iria buscar sua família na Bahia, e não nas Índias de Castela. A quantidade de negócios que fez com suas vestes em troca de erva contradiz qualquer alegação de que carregava roupa somente para seu uso pessoal. Além disso, os depoimentos de Pero Ribeiro e Sebastião Pinto, que diziam conhecer Pinheiro de trato, denunciam a atuação de muito tempo do mineiro-mor no ramo do comércio. Enfim, parece claro que Manoel Pinheiro Zurara foi a Maracayú fazer comércio com tecidos em troca de erva-mate, negócios que ainda o entretiveram pelos seis anos seguintes. E não foi sozinho! Além de Jerônimo de Vega, preso com ele, os depoimentos sugerem que os seus depoentes favoráveis, Sebastião Pinto, Pablo de la Queba e Pero Ribeiro, o teriam acompanhado, junto com Domingo Garcia, residente de Villa Rica em “cuya compania (Pinheiro) vino desde san pablo” e de quem alugou canoas. Novamente um Garcia aparecia envolvido no trânsito guairenho. Jerônimo de Vega, na verdade, Jerônimo da Veiga, era morador de São Paulo, onde se casara com Maria da Cunha, e figurava como devedor no inventário de Antonio da Fonseca de 1619, que, por sua vez, era devedor de Felipe Nunes, morador do Guairá. Veiga aparecia ainda como testemunha no testamento de Henrique da Cunha, seu cunhado, que morreu no “sertão

⁸²⁵ ANA, Civil y Criminal, 1944, 4, 1609.

⁸²⁶ ANA, Civil y Judicial, 1946, 7, 1612.

dos carijós” em 1624. Portanto, Veiga era também um assíduo frequentador do caminho proibido.⁸²⁷

Podemos comprovar incontestavelmente que Pero Ribeiro acompanhou Manoel Pinheiro. Diante das suspeitas quanto ao episódio do negro confiscado - e depois resgatado pelo próprio dono -, Hernando Arias ordenou uma visita às caixas reais de Ciudad Real e Villa Rica em 1607. Na cabeça das investigações estava o “apaixonado” antilusitano Diego de Teva. A visita e os autos mostraram que as caixas reais das duas cidades tinham parte da cera, ferro e pólvora retirada ilegalmente pelos moradores ou mesmo com mandatos do bispo e outras autoridades. Dentro delas, restava somente alguma ametista, ferro, cera, e alguns documentos antigos. O histórico dos dízimos estava todo calculado em *cuñas*, cujo valor correspondente o inquérito não conseguiu precisar. Os envolvidos eram os falecidos Diego de Zuniga e Juan Merino, respectivamente contador e tesoureiro, e os seus sucessores Blas de Almada e Bartolomeu de Torales.

Torales aparecia, nos depoimentos, como aquele que havia mandado confiscar os negros da Guiné, ao mesmo tempo em que deixara passar a grande quantidade de tecido trazida pelos mercadores, sem registro. Eram dois escravos: um de Manoel Pinheiro e outro de Pero Ribeiro. Cobrados os dízimos, que aparentemente nunca foram para a caixa real, os escravos foram leiloados, sendo um arrematado pelo próprio dono e o outro arrematado por um terceiro, mas que, conforme depoimento de Antonio Aresco, que demonstrava conhecer os mercadores pelo nome, também foi parar na mão do dono original. No fundo, uma operação corrupta travestida de legalidade.⁸²⁸

Pouco mais de uma década depois da viagem de Pinheiro, em 1620, um Antonio Monteiro, português de Beja, era preso juntamente com um frei franciscano chamado João Gabriel, um Manuel Rodrigues, português sem ofício, e outro sujeito chamado Francisco Mendes Cardoso. Todos foram acusados de entrar pelo caminho proibido trazendo mercadorias. No seu depoimento, Monteiro alegava que parte da sua fazenda tinha sido tomada pelos outros companheiros. Cardoso afirmou ter vendido tudo que trazia ainda em São Paulo para Manoel Rodrigues, que, por sua vez, alegou ter entregado tudo ao frei. O caso parecia mesmo sem solução, pois ninguém reconhecia a posse dos bens e o frei não havia dado mais notícias.⁸²⁹ O próprio Manoel Rodrigues,

⁸²⁷ I&T, DAESP, Vol. 27 (1629) e Vol. 1 (1624).

⁸²⁸ AGI, Contaduría. 1690.

⁸²⁹ ANA, Civil y Criminal, 1800, 3, 1620.

conforme tomamos conhecimento, anos depois, acabou se evadindo para o Peru, já que seu fiador, Francisco Vallejo, aproveitou um Perdão Geral em 1628 para se desculpar pela atitude de seu afiançado.⁸³⁰

Por fim, um outro processo levado a cabo em 1621, nas proximidades de Villa Rica, pode nos trazer mais alguns elementos de análise.⁸³¹ Segundo este processo, bastante suspeito aliás, o tenente Juan Barba de Añasco, ao visitar as reduções do Paranapanema, encontrou certos portugueses com contrabando e com a intenção de “passar a los reynos del Peru”. Os ditos “portugueses”, Miguel de Moxica Maldonado (na verdade, canarino), Diego Vaz, Antonio Dutra, Manuel Azevedo e Gaspar Fernandes, traziam duas escravas “negras de Angola” e muitos panos, roupas e adereços. Ao longo do processo, ficamos sabendo que uma parte grande dos produtos pertencia a Maldonado, e que todos tinham a informação de que se passava livremente pela via. Significativo, inclusive, saber que Gaspar Fernandes viera da Bahia e Manoel Azevedo do Rio de Janeiro, e que pensavam que “libremente pasava sin licencia como en otras muchas partes entran e salen libremente sin licencia como vassallos de su Real Magestad”. Azevedo, entretanto, ressaltou que ouviu dizer em São Paulo “a algunas personas que todos gozaban dos que benian por la dicha via”, sugerindo, talvez, alguma prática de apropriação das cargas. De todo modo, os testemunhos deixavam transparecer que se tinha conhecimento do confisco das peças escravas, mas não das mercadorias, e que, mesmo assim, “el capitan Manoel de Frías le disse que todos pasaban los que veniam por la dita...”. Portanto, apesar das ameaças e das leis proibitivas, se imaginava uma passagem usual e comum, com a anuência formal do capitão Frias, braço direito de Hernando Arias e futuro governador do Paraguai.⁸³²

Mas são os desdobramentos do processo que levantam suspeitas. Pelos autos, descobre-se que Cristóvão Barba, mais tarde identificado como irmão do tenente, foi o denunciante dos “portugueses”, o que lhe rendeu uma gorda recompensa. Os bens foram todos confiscados e leiloados, mas via pregão revelou-se um pequeno grupo (dentre eles o próprio tenente e seu irmão) que se apossou dos bens de maneira bastante duvidosa, mesmo porque a parte que cabia ao rei (um terço) acabou sendo utilizada para pagar os soldados que acompanhariam os portugueses de volta a São Paulo, incluindo dois

⁸³⁰ ANA, Nueva Encardenacion, 360.

⁸³¹ “Auto cabesa de processo contra unos portugueses que vinieron por la via de san pablo, camino prohibido. Ano 1621.” *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.* p.20-23. (45-66).

⁸³² “Auto cabesa de processo contra unos portugueses...1621.” *op.cit.* p. 51.

arrematantes de bens.⁸³³ As escravas, por exemplo, foram leiloadas e arrematadas por 615 pesos, ficando 205 para a caixa real, dinheiro usado para pagar os soldados, 205 para o denunciante Cristóvão Barba e 205 para o juiz, ou seja, Juan Barba. O adendo feito ao processo em 1623, para precisar o destino das mercadorias, faz saber que as escravas acabaram com o próprio Juan Barba, que se valeu de um terceiro para ganhar o leilão. As desconfianças em torno do processo propiciaram uma nova investigação dois anos depois. Naquela altura, em 1623, Manoel de Frías era o governador e mandou abrir um processo para “saber o que aconteceu com os bens de Moxica”.⁸³⁴ Ali se vê que grande parte dos bens terminou nas mãos de Cristóvão Barba e do próprio tenente, além de suspeitar-se de um acordo entre os arrematantes Antonio Rodrigues Cabral, Miguel Gonzáles e Lucas Garcia. Juan Barba teria desaparecido com parte da carga, que não foi inventariada, e distribuiu de presente algumas coisas. O curioso é que Barba fez chegar ao próprio Moxica alguns tecidos, através do padre Josep Cataldino, da redução de Santo Inácio, o que pode sugerir que a carga nem mesmo pertencesse a Moxica, mas sim a Frias, e que os mercadores teriam participado do golpe. Uma das preocupações ao tomar-se os testemunhos era saber se algum deles tinha visto com Moxica alguma “candena de oro y doblones de oro”. O fato foi negado por todos, apesar de alguns alegarem que Moxica bem poderia ter escondido tais peças, como tentou fazer com um objeto de ouro que acabou caindo de sua montaria, no rio, à vista de todos. Como no caso de Pinheiro, as suspeitas em torno dos mercadores que vinham de São Paulo recaíam sobre algum ouro trazido de maneira clandestina.

Tudo leva a crer que a captura dos portugueses e o confisco das mercadorias tenham sido um ato isolado e premeditado. Nos testemunhos de defesa, aparecia o nome do capitão Manoel de Frías, governador do Paraguai a partir 1621 e que, juntamente com Francisco Benitez, fora contemplado, no mesmo ano, com certa concessão de comércio válida por três anos. Deve-se lembrar que foi o próprio Frias que solicitou a investigação para descobrir o destino dos bens. Cabe, portanto, a dúvida se o governador não era dono do carregamento e os mercadores não estavam agindo a serviço dele. Além disso, outro nome citado foi o de André Fernandes. Segundo Moxica Maldonado - em sua defesa e para justificar porque utilizara a via -, André tinha acabado de atravessá-la com provisão do ainda governador Hernando Arias e dissera que o caminho estava livre. Informação esta bastante interessante, pois revela que as

⁸³³ *Idem, ibidem*, p.58.

⁸³⁴ *Idem, ibidem*, p.59.

conexões de Fernandes chegavam até Hernando Arias, o maior perseguidor de clandestinos no Paraguai e Rio da Prata.

João Cardoso foi mais um destes. Natural de Lisboa, entrou pelo caminho proibido em 1619. Casou-se em Assunção com Luiza Pollo e era frequentador de Maracayú, já que, quando houve o perdão geral de 1628, ele se encontrava naquele porto fazendo comércio. Ele se apresentava como “tratante de mercadorias” e, em 1638, apareceu em São Paulo junto com Bartolomeu Fernandez de Faria, ambos “homens de negócio e mercadores”, para declarar seus produtos para a Câmara.⁸³⁵ Por fim, ainda temos as denúncias dos jesuítas contra o governador Luis de Céspedes e Xeria, em 1630, que envolviam o fato de a mulher dele, D. Vitória, ter ido a Assunção pelo caminho proibido acompanhada de André Fernandes e vários portugueses, todos carregando negros e mercadorias que foram vendidos pelo caminho. Voltaram com índios: mais um sinal de que as bandeiras tinham também a feição de caravanas comerciais.⁸³⁶

Os casos de Manoel Pinheiro, Pedro de Acosta e também o de Miguel Moxica Maldonado revelam que o trânsito pelo caminho com o intuito de praticar um comércio de cunho regional era comum. E uma parte desse comércio, possivelmente, se fazia em função da própria erva-mate. Foi um dos filhos de Baltazar Fernandes, Manoel Fernandes Abreu, que deixou em testamento uma “cuia para beber congonha”, justamente um dos nomes do recipiente para a ingestão do mate. Não conseguimos aferir a penetração da erva na realidade de São Paulo, mas pode-se imaginar que o hábito da ingestão do mate deve ter prevalecido, senão entre os colonos, entre uma população indígena cada vez mais atraída da região guairenha, onde o consumo era irrestrito. Portanto, nos parece muito provável que parte do comércio e das relações entre São Paulo e Guairá passava exatamente pela erva, grande produto exportável da região. Ademais, relatos de viajantes do século XIX ainda atestavam o hábito do consumo de erva entre os paulistas, principalmente em Sorocaba.⁸³⁷

Os casos dos comerciantes aqui apontados podem ser considerados excepcionais, à medida que se desdobraram em processos de investigação, que envolveram ou suspeitas mais graves, como o exemplo de Pinheiro, ou tentativas de

⁸³⁵ ANA, NE, 360; e RGCSP, 24/07/1638.

⁸³⁶ Sobre as denúncias contra Xeria. “Lo que el governador del Paraguay a dicho y hecho contra la compania y el rresumen de las causas que contra el sigue el fiscal de su magestade de la audiensia charcas” in: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá...op.cit.* p. 409.

⁸³⁷ Sobre isto, ver: BRUNO, Ernani da Silva. *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira. Alimentação.* São Paulo: Edusp, 2000; p.69.

apropriação da carga, como o de Moxica; mas têm em comum a tentativa de atravessar o caminho com escravos negros. Miguel de Moxica também entrou com uma escrava indígena, de nome Blanca, que, segundo ele, havia sido resgatada entre os “canibais”, o que tornava legítima a sua posse, conforme se praticava “nas partes do Brasil onde se aceita vender”. Em 1628, anos depois, Moxica ainda tentava reaver a índia que estava com a viúva de Juan Cavallero de Bazan, em Assunção.⁸³⁸

De todo modo, um escravo negro, adulto, em plena força produtiva, poderia atingir em Assunção o valor de 900 pesos, ou seja, capital suficiente para a inversão em erva-mate ou outras mercadorias.⁸³⁹ Temos condições de até levantar a hipótese de que certos escravos negros, chamados *tapanhumos* em São Paulo, poderiam ser comprados em Angola para ser vendidos como peças avulsas para mercadores e gente que pretendia seguir o caminho do Paraguai. Não nos esqueçamos que alguns moradores de São Paulo tinham tratos em Angola, como Manuel João Branco ou mesmo José de Camargo, sócio de Barros Fajardo no carregamento de um navio. Alguns destes escravos negros devem ter sido usados nas minas, como dissemos no capítulo 2, mas outros bem poderiam servir para alimentar esse mercado regional. Em última instância, este escravo negro poderia chegar, multiplicando seus proprietários, até Potosí, atravessando uma rede comercial sucessiva que teria, em São Paulo, sua primeira ponta. Assim como o tecido, que virava mate, o escravo poderia virar mate ou moeda e continuar o percurso até Santa Fé, Tucumã ou Corrientes, e seguir os caminhos potosinos.

Além da passagem de mercadorias e escravos, o caminho proibido alimentava ainda outras oportunidades. Poucos ficavam realmente presos e a maioria respondia em liberdade sob fiança. O pagamento de fiança dos presos que haviam usado o caminho proibido era bastante comum, e ainda mais usual era o sujeito desaparecer depois de libertado. Tirando o caso dos remetidos a São Paulo, citado por Benitez, e de outros portugueses enviados a Buenos Aires entre 1624 e 1625, a maior parte dos presos ou se estabeleceu nas próprias cidades paraguaias, ou desapareceu rumo ao Peru.⁸⁴⁰ Dentre os presos, havia padres, oficiais mecânicos, lavradores, ourives, mercadores, mulheres, portugueses, castelhanos, flamengos...Uma variedade bastante ampla.

⁸³⁸ ANA, NE, 360.

⁸³⁹ Valor retirado de um contrato de compra e venda praticado em Assunção. ANA, NE, 19.

⁸⁴⁰ A informação sobre a expulsão de portugueses entre 1624 e 1625 está no pedido de perdão de Melchior Marrecos, lisboeta que se estabeleceu em Assunção, onde se casou com filha de conquistadores. Virou estancieiro, criando vacas, ovelhas e cavalos.

Impressiona a quantidade de membros do clero, em especial franciscanos, como, por exemplo, o que foi trazido por Sebastian Garcia, em 1607, e um ermitão franciscano que entrou escondido em Assunção, em 1624, fugindo da cidade com alguns índios pelas balsas. Ainda na demanda da “salvação” das almas, temos o frei franciscano e o eremita que entraram com outros portugueses em 1620. Francisco Bernal, villariquenho, foi processado em 1617, por ter levado em sua balsa, de Maracaryú a Assunção, três portugueses, sendo um deles o “ingeniero” Gonzalo Peres, e os outros dois freis de São Jerônimo, todos vindos pelo caminho de São Paulo.⁸⁴¹ Os mercadores, ou “tratantes e contratantes”, Juan de Matos, entrado em 1622, e o estremenho Pedro Durán Rocha, entrado em 1619, revelam que não só do campo espiritual vivia o caminho.⁸⁴² Os plateros Diego Diaz, galego que entrou em 1625, e Ascensio Martim Solis, canarino que entrou em 1619, mostram também que a prata estimulava o desejo de alguns destes viajantes. Além disso, barbeiros como Luis Barbosa, que entrou em 1623, ou carpinteiros como Cristovão Ferraz de Azevedo, que entrou 1625, confirmam que sempre havia espaço para oficiais mecânicos, mesmo que Azevedo acabasse virando balseiro em Maracayú. O caminho era lugar para solteiros e aventureiros, mas pelo menos uma família, completa, percorreu o trajeto: Isabel Correa, mulher de João Batista Pedrosa, que veio acompanhada da filha, Catarina da Silva. Até o inimigo herege Pedro Sause, flamengo “criado em Castela”, segundo ele mesmo, teria adentrado o território pelo caminho.⁸⁴³

Mas, tirando o emblemático e recorrente caso do embusteiro Enrique Vaz, que teria vindo sozinho, praticando todo tipo de trapaça para chegar a Villa Rica, a maioria dos que vieram ou o fizeram em grupos, ou acompanhados de gente especializada no transporte pelas rotas fluviais e terrestres. Todos deveriam adquirir alguma “contaria”, como se dizia, para resgatar com os índios do caminho, o que lhes facilitaria o trajeto. Tanto Pinheiro como Moxica, que tiveram seus bens inventariados, carregavam contas, tesouras e facas para resgate com os índios. Não sabemos se os homens que tentavam fazer o caminho do Guairá adquiriam, em São Paulo, os objetos de resgate ou os tecidos, que trocariam por erva em Maracayú, mas alguns inventários paulistas, como os de Cristóvão de Aguiar Girão, sertanista, e Manuel Fernandes Sardinha, genro de

⁸⁴¹ Processo de Garcia (ANA, Civil y Criminal, 1800, 1, 1607); do ermitão (ANA, História, 17,4), dos padres de em 1620 (ANA, Civil y Criminal, 1800, 3) e de 1617 (ANA, Civil y Criminal, 1685, 5).

⁸⁴² “*Auto do Governador Martim Ledesma Valderrama*” AGI, Escribania da Câmara, 892A *apud* JENSEN, Carlos R. “Los Bogado...” *op.cit.*

⁸⁴³ ANA, NE, 360. Perdão de 1628.

Bartolomeu Bueno, tinham uma quantidade anormal de roupas e acessórios em seus arrolamentos.⁸⁴⁴ Portanto, pode-se sugerir que os objetos de resgate e as roupas bem animassem um agitado comércio local e regional. O jesuíta Antonio de Montoya relatava, em uma de suas obras, a atuação dos *pumberos*, ou *palomares*, para os castelhanos, que eram índios que trocavam outros índios capturados por vestidos, machados, facas etc., formando uma verdadeira “aduana e mesa de cambio” em pleno sertão. A demanda indígena por tais objetos não deveria ser satisfeita somente com a troca por índios, mas também por alimentos, abrigo e transporte.⁸⁴⁵

Os processados, de modo geral, eram acusados em conjunto e revelavam alguma ajuda recebida. Já falamos aqui de Juan Florencio, Miguel Garcete, Francisco Bernal, Sebastian e Domingos Garcia, o próprio Francisco Benitez e Alonso Moreno, como gente guairenha que havia auxiliado pessoas que vinham pelo caminho. Essa ajuda incluía passar de São Paulo a Maracayú, e deste porto, nas balsas, até Assunção ou pontos mais adiante, como Tucumã. Num processo movido em 1616 contra os portugueses Álvaro de Carvalho, Gonçalo Borídio, Andres Vieira e Antonio Fernandes, estes apontaram os “mancebos hijos de Baltasar Godoy natural de dita villa de San Pablo” como os guias em grande parte do caminho, que forneciam orientação em troca de *patacones* e roupas.⁸⁴⁶ Os quatro acusados foram unânimes em afirmar que não sabiam das proibições em torno do uso do trajeto, mas dois deles disseram que “dieron notisia en San Pablo que los prendiam a los portugueses que por ali beniam”.⁸⁴⁷ Chama a atenção a presença do castelhano Baltazar Godoy, estremenho instalado em São Paulo desde o final do século XVI e que, através de seus filhos, parece ter utilizado o conhecimento adquirido nas entradas pelo chamado *sertão* para algo mais que “descer índios”. Segundo Carvalho Franco, um dos filhos era “perito” na navegação do Tietê.⁸⁴⁸ Assim sendo, mais uma das famílias castelhanas de São Paulo ligava, portanto, parte de seu destino às relações entre estas duas regiões.

Os quatro investigados desnudam o que parecia ser uma estrutura montada para passar gente pelo Paraguai. Segundo Borídio, os Godoy cobraram 125 *patacones* para levá-los até o salto, no rio Paraná, e ali ensinavam-lhes os caminhos que deveriam seguir. Recebiam ainda orientação para procurar os índios, que os ajudariam e lhes

⁸⁴⁴ I&T, DAESP, Vol.4, 1616 e Vol. 8, 1633.

⁸⁴⁵ MONTOKA, Antonio Ruiz. *La conquista espiritual del Paraguay*. Asuncion: El Lector, 1996; p.253.

⁸⁴⁶ “Auto cabeça de processo para la averiguación de quien dio alimento, ajuda, y favor a quatro portugueses que dentran a esta por la via de San Pablo contra lo prohibido. Año 1616.” *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.* p.20-23.

⁸⁴⁷ “Auto cabeça de processo para la averiguación...Año 1616.” *Bandeirantes no Paraguai...op.cit.* p.22-23.

⁸⁴⁸ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário...op.cit.*

dariam de comer em troca de pagamento. Não encontramos nenhum rastro destes quatro portugueses em documentação posterior, sugerindo que, muito provavelmente, ou foram obrigados a voltar para São Paulo ou se internaram de vez no *Peru*.

De qualquer maneira, a ideia de que existia uma rede montada pelos negócios que envolviam esse caminho não nos parece descabida. Dentre os tais proibidos, encontramos alguns nomes originários de São Paulo. Gente nascida na capitania, como Antonio Preto, lavrador de São Paulo e casado em Assunção; Amador Gomez Sardinha, que tinha mulher em São Paulo, contudo vivia em Maracayú; Francisco de Saavedra, casado em Villa Rica; Felipe Nunes, já citado aqui e que tinha uma neta em São Paulo; e Sebastião de Freitas, natural de São Paulo, dono de uma chácara em Salinas e viúvo depois de dez anos de casamento.⁸⁴⁹ Freitas fora aliado de Francisco de Souza e viera ao Brasil junto com Gabriel Soares. Mais um, portanto, que do ouro havia migrado ao mate! Além disso, Freitas reapareceu como um dos integrantes da grande bandeira de 1628 contra o Guairá, o que mostra que ainda preservou seus vínculos com São Paulo. Todas estas pessoas mantinham, a partir do Paraguai, contatos com a vila paulista, e bem poderiam servir como agentes na rede comercial - e familiar - que foi montada em função deste trajeto. Rede esta que objetivava levar gente, estabelecer pontas e elos no comércio de erva e mercadorias, ou de descimento de gentios, e que tinha amplo sentido territorial. Tal rede não era, contudo, exclusivamente portuguesa, mas compreendia nitidamente elementos castelhanos.

Já em 1628, durante os primeiros assédios dos paulistas às reduções do Guairá, um dos engajados, Luiz Eanes, fez seu testamento em pleno sertão. Por ele, ficamos sabendo que um de seus índios “de serviço” era, na verdade, filho de um espanhol do Guairá, chamado André Ortiz, e que uma parte da fazenda do irmão, Ascenso Luis Grou, fora roubada pelos espanhóis, mas ele não tinha culpa alguma nisso.⁸⁵⁰ Muito provavelmente, Eanes e Grou participavam do intercâmbio comercial guairenho, tanto com fazendas quanto com gentios, e foram vítimas e, ao mesmo tempo, algozes do tensionamento das relações. Em janeiro de 1607, ano de intensas trocas entre as partes, uma ata da Câmara referia que Manoel Preto, vindo de Villa Rica, encontrara índios *Temiminós* e os trouxera para suas terras em São Paulo.⁸⁵¹ Seu irmão, Sebastião Preto, andava em 1612 por aquelas partes, portanto, nos parece claro que os Pretos, que

⁸⁴⁹ ANA, NE, 360 e “*Auto do Governador Martim Ledesma Valderrama*” AGI, Escribania da Câmara, 892A *apud* JENSEN, Carlos R. “Los Bogado...” *op.cit.*

⁸⁵⁰ I&T, DAESP, Vol.7, 1629.

⁸⁵¹ ACVSP, 07/01/1607.

contavam inclusive com um representante da família domiciliado em Assunção, participavam desta rede. Manoel também figura - como líder, para alguns - na bandeira de 1628. É ainda interessante ressaltar que um dos filhos de Sebastião Preto, Antonio Preto, homônimo, iria se casar com uma Saavedra, em São Paulo. Estes entrelaçamentos familiares, que envolveram também os Fernandes e quase os Camargo, podem ter funcionado como uma aliança entre os moradores das vilas, contribuindo para formar um território integrado.

O caminho proibido trazia, conforme vimos, algumas importantes oportunidades de ganhos. Desde o comércio propriamente dito até uma estrutura de transporte, abrigo, afiançamento e resgate com os passantes. Mas havia outra oportunidade, mais uma forma de angariar vantagens, nestes intercâmbios presentes entre o Guairá e São Paulo: uma enorme massa de índios carijós, partilhados, compartilhados e, finalmente, disputados entre as duas regiões. Verdadeiramente, as relações entre as partes sobreviveram bem às políticas repressivas, mas não às acirradas disputas pela mão de obra indígena a partir da década de 1620. Contudo, não devemos separar necessariamente as famosas bandeiras das expedições e “caravanas” comerciais que avançavam pelo sertão na direção do Guairá. As atividades se misturavam. Lembremos de Jerônimo da Veiga, Nicolau Machado ou mesmo dos sertanistas mais afamados, como André Fernandes e Manoel Preto. Uma pista desta complexidade está num processo movido contra Antonio Cardoso, em Assunção, por este ter dirigido palavras ditas ofensivas a algumas pessoas.

O processo, de 1613, fala de um Cardoso, “poco temente de Deus”, que denunciava o tenente de governador Tomas Martins de Yante, que, ao ir repelir portugueses que haviam roubado uma redução, teria sido abordado pelo capitão deles que, “arrodelo ante sm llorando”, lhe deu um presente (que serviu como suborno ao tenente). Segundo Bartolomeu Garcia, testemunha, Cardoso contou que o tenente e outros moradores voltaram com muitos dos “despojos robados y tratos robados dos portugueses”. O presente dado ao tenente teria sido um vestido e, dentre os moradores que mais trouxera coisas, estava Felipe Romero, assuncenho com longa trajetória na região.⁸⁵² O episódio lembra muito o ocorrido, um ano antes, com Bartolomeu de Torales, que também encontrou Sebastião Preto, em pleno sertão, descendo gentios “con puras dádivas”. Torales afirmava que, apesar de perseguir Preto, conseguira trazer

⁸⁵² ANA, Civil y Judicial 1685/2/1613.

apenas uma parcela dos índios para perto de Villa Rica, pois outra parte teria seguido com Preto.⁸⁵³ De todo modo, foi o mesmo tipo de história contada por Romero, em seu depoimento no processo do presente-suborno.

As bandeiras aqui parecem também ter um papel multifuncional. O que os portugueses da entrada de Yante faziam com roupas? Muitos poderiam aproveitar as entradas, que objetivavam em última instância o descimento de índios, para seguir a rota guairenha e praticar algum comércio ou tomar a rota potosina. Neste sentido, Sérgio Buarque uma vez pontuou: “observei então como as primeiras monções do Cuiabá deveriam recrutar a mesma gente rude que formara as bandeiras do século XVII”.⁸⁵⁴ E poderíamos, então, sugerir que a ruptura entre bandeiras e as monções é menor do que pode parecer à primeira vista. O tipo comerciante das monções do XVIII não substituiu simplesmente o tipo aventureiro, apresador, do século XVII, mas eles se entrelaçaram.

De qualquer forma, a década de 1620 assistiu a uma modificação profunda nas relações, agudizando tensões acumuladas nos anos anteriores, o que daria às bandeiras seu sentido violento e expansivo. A disputa pelo gentio, cada vez mais necessário na economia em expansão de São Paulo, e a nova realidade geopolítica imposta pelo fim da trégua dos doze anos acirraram também certa retórica militante e paranoica. Em 1628, em função do nascimento da infanta de Felipe IV, foi oferecido um Perdão Geral aos presos de Assunção e vilas adjacentes, que tivessem cometido crimes mais brandos. A esmagadora maioria dos pedidos era de gente que havia feito o caminho proibido, alguns casos ocorridos muitos anos antes, por exemplo, o de Gonzalo Perez, que havia entrado em 1616. Mas o que chama a atenção é a ampla utilização da retórica dos solicitantes, de que eram naturais dos “reinos de España”, como o português Luis Fróes Ferreira, ou vassalos “del rei phelipe nuestro senior natural de su real corona del reino de Portugal”, como o açoriano Andrés Gonzales. A retórica ainda trabalhava com relativa indiferenciação entre as partes, tirando proveito das ambiguidades das jurisdições.⁸⁵⁵ Entretanto, a política geral parecia indicar outra direção, uma vez que se exigia cada vez mais a demarcação de espaços e fronteiras. Mas isso será tema para o próximo capítulo.

Os disputados carijós

⁸⁵³ “Carta de Bartolomeu de Torales a Diego Marin Negrón”. *Anais do Museu Paulista*, Tomo I, 2ª Parte, p.158.

⁸⁵⁴ HOLANDA, Sérgio...*Caminhos e fronteiras*...p.136.

⁸⁵⁵ ANA, NE, 360.

Desde cedo os moradores de São Paulo viram, na abertura do caminho, uma ampla possibilidade para o acesso às Índias de Castela, mas também para se aproximar das extensas populações de carijós que povoavam o espaço guaireño. Em termos de jurisdição, o espaço já era bastante impreciso em meados do século XVI, e a União das coroas só tornou a situação ainda mais nebulosa. Por outro lado, era também possível tirar proveito deste quadro de indefinições, visto que nenhuma das partes tinha promovido qualquer esforço mais sistemático de ocupação do território, utilizando o lugar como um corredor de passagem e de aproximação com as comunidades carijós.

Em 1606, os oficiais da Câmara, liderados pelo juiz castelhano José de Camargo, enviaram uma carta ao donatário da capitania de São Vicente. Nela, os camaristas de São Paulo lembravam que, naquela terra, “há grande meneio e trato para Angola e Peru e outras partes”, e que era possível colocar em campo trezentos portugueses juntamente com mil e quinhentos índios, “gente usada ao trabalho do sertão que com bom *caudilho* passam o Peru por terra e isso não é fábula”. A localização perfeita de São Paulo, entre o mundo africano e as minas potosinas, foi muito bem percebida pelos oficiais que, de pronto, colocavam ao donatário uma alternativa comercial. O caminho poderia ser trilhado e aplainado com uma boa liderança – *caudilho*, como provavelmente lembrou o castelhano Camargo, ao usar um termo pouco comum no mundo português – e homens bem armados. O caminho até o Guairá já estava aberto, e dali até Potosí seria questão de tempo e vontade.

Na mesma carta, ainda se justificava a necessidade de descer índios “principalmente do gentio Carijó que está 80 léguas daqui por mar e por terra e se afirma que podem ser 200.000 homens de arco”.⁸⁵⁶ Portanto, no olhar sobre o mundo paraguaio, o trato comercial e o descimento de índios andavam parelhos, não sendo incompatíveis.

De fato, os *karios* (carijós) não eram novidade para os paulistas. Os jesuítas do colégio, recém-fundado na década de 1550, já projetavam a conversão dos carijós, tidos como mansos e propensos ao cristianismo. A primeira redução de carijós estabelecida no entorno do planalto teria sido a aldeia de Barueri, na porta de entrada do caminho para o Guairá.⁸⁵⁷ Os colonos também “descobriram” os carijós muito cedo, em especial na região litorânea dos Patos em Santa Catarina, onde praticavam resgates desde 1550.

⁸⁵⁶ RGCSF. Vol.II - Suplemento, 1919; p.112-14. Lembremos que a entrada de Nicolau Barreto, empreendida entre 1602 e 1604, contou com 300 moradores, além do corpo indígena.

⁸⁵⁷ MONTEIRO, John Manuel. “Os guarani e a história do Brasil Meridional. Séculos XVI-XVII” in: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp, Cia das Letras, SMC.

Ali, os carijós intermediavam o fornecimento de cativos aos portugueses. No caminho do Guairá, também contataram os guaranis, motivados ainda pela lógica das disputas indígenas do interior. A grande entrada punitiva de 1585, liderada por Jerônimo Leitão, por exemplo, tinha a intenção de atacar os carijós, ansiosamente aguardados como cativos pelos colonos, sempre abrigados no guarda-chuva da *guerra justa*.⁸⁵⁸

John Monteiro mostra como até 1610 os grupos *Temiminós*, do ramo Tupi, teriam sido as vítimas preferenciais das expedições de apresamento dos paulistas, conforme revelariam o botim da entrada de Nicolau Barreto (1602-1604) e os índios trazidos por Manoel Preto em 1607, na volta de Villa Rica. Mas, segundo este autor, entre 1610 e 1640 é que se daria o período fundamental do descimento dos carijós em São Paulo.⁸⁵⁹ Coincidiria, basicamente, com o período das relações com o Guairá: da abertura dos contatos e intercâmbios frequentes à destruição das reduções guairenhas. Na verdade, uma parte importante das mudanças nas relações entre as duas regiões se concentrou exatamente na disputa sobre essa massa indígena. Contudo, este descimento não foi, como se imagina, simplesmente violento e arbitrário. São várias as referências a índios descidos pacificamente ou migrações voluntárias para São Paulo nas atas da Câmara, como o episódio de Afonso Sardinha, que não quis apresentar certos carijós à vila. Muitos vinham atraídos pelas mercadorias, outros fugidos dos castelhanos do Paraguai ou ainda alguns em demanda por parentes e membros da tribo.

Em 1607, o vereador Domingos Luiz reclamava que muitos moradores iam ao sertão, com tendas de ferreiro, fazer resgate com os carijós. Estes se deslocavam do interior por canoas até o “piassava”, onde faziam as trocas, principalmente, com objetos de ferro, visto que, por exemplo, Belchior Rodrigues pediu autorização para montar ali sua forja.⁸⁶⁰ Três anos depois, Clemente Alvares montou sua tenda de ferreiro em Pirapitingui, no salto do Tietê, provável lugar do “piassava”.⁸⁶¹ Neste mesmo ano, Diogo de Quadros, o provedor das minas, organizou uma entrada para o sertão, gerando protestos da Câmara que pedia que ninguém o acompanhasse. De todo modo, os carijós eram já abundantes em 1615, tanto que, no retorno de uma bandeira do próprio Quadros, eles foram matriculados e partilhados entre 78 moradores.⁸⁶² Em 1616, Martim de Sá, em carta ao governador Luís de Souza, propunha um plano de defesa da

⁸⁵⁸ Essa expedição de Leitão foi memorável, já que Añasco se lembrou dela em 1611, ao enviar uma carta ao governador: “por el ramo que entro Jeronimo Leiton habia trinta anos” AGI, Charcas, 112.

⁸⁵⁹ MONTEIRO, John. *Os negros da terra...op.cit.*

⁸⁶⁰ ACVSP, 11/02/1607 e 01/12/1607.

⁸⁶¹ ACVSP, 31/10/1610.

⁸⁶² MONTEIRO, John. *Negros...op.cit.*

costa do Rio de Janeiro com aldeias de índios colocadas em pontos estratégicos. Estes índios viriam de São Paulo, “dos índios carijós que de paz desceram os Pretos, principalmente Manuel Preto e seu irmão José Preto, e outros muitos que estão tomados da aldeia de Marueri que mandou descer Dom Francisco de Souza para as minas”.⁸⁶³ A abundância de carijós teria permitido até mesmo relativo comércio para outras capitanias, sobretudo depois do resultado dos ataques de 1628-31. Montoya chegou a afirmar que um índio comprado pelos paulistas, junto aos *pumberos*, por 4 pesos era revendido, no Rio de Janeiro, a 40 ou 50 cruzados.⁸⁶⁴

As rivalidades com os moradores do Guairá em torno dos carijós também começou cedo. Em 1608, já se protestava na Câmara que “algumas pessoas que vinham a essa vila se apoderavam de índios que pelo caminho achavam aposentados como seja ao longo deste rio Anhembi”, o que era prejudicial para as boas relações com eles, que vinham em paz “se meter conosco mais razão era ajudá-los a vir que não fugeá-los nem agravá-los...”.⁸⁶⁵ No mês de março do ano seguinte, alguns carijós se apresentaram à Câmara. Eram, segundo notícias, índios muito “maltratados e faltos de mantimentos”. Vinham voluntariamente, e encontraram, pelo caminho, outros grupos que também se dirigiam à vila. Relatavam como os “espanhóis” não queriam deixá-los vir, buscando, inclusive, atrair uma parte dos índios para eles mesmos. No final, um dos índios narrava que, chegando ao porto, em São Paulo, se depararam com alguns moradores que, ao tomar conhecimento de sua chegada, os capturaram e tentaram cativá-los.⁸⁶⁶ Tais relatos mostram uma população razoável de carijós que se deslocava para as proximidades da vila de São Paulo, onde era, de modo geral, tomada como cativa e distribuída entre os moradores e para os trabalhos nas minas. E o afã com que os moradores caíam sobre estes carijós era impressionante. Esta chegada em levadas sucessivas coincidia com as iniciativas de D. Francisco de Souza, embora, em 1609, uma nova lei proibisse a guerra justa e desse, aos jesuítas, maior poder na administração destes novos carijós recém-chegados.

Neste mesmo ano, os jesuítas começaram suas ações missionárias e a formação de reduções na região do Guairá. Atraída e estimulada pelo governador Hernando Arias, que via na presença dos padres uma forma de garantir o controle do território, já que não havia recursos humanos para o povoamento e conquista da região, a Companhia de

⁸⁶³ *Livro 2º do Governo do Brasil*. Lisboa: CNDP; São Paulo: Museu Paulista/USP, 2001; p.51

⁸⁶⁴ MONTOKA, Antonio Ruiz. *La conquista...op.cit.*

⁸⁶⁵ ACVSP, 05/10/1608.

⁸⁶⁶ ACVSP, 28/03/1609.

Jesus, muito brevemente, passou a disputar com os colonos, dos dois lados, a proeminência sobre os carijós. O padre Diogo Torres comentava, em carta de 1609, que as reduções aumentavam rapidamente, pois os carijós fugiam do litoral por causa da escravização dos moradores de São Paulo.⁸⁶⁷ De fato, a presença das reduções traziam uma nova peça ao, até então, equilibrado – mas, assim mesmo, tenso – processo de disputa pelos carijós. Em carta de 1610, do padre Diego Gonzáles ao padre Diogo Torres, ele referia dois missionários que atuavam com muito sucesso no campo, no Guairá, porém, não conseguiam descer os índios para as reduções porque “el governador nuevo Don Francisco de sosa de s.pablo, lo prohíbe.” O padre pedia para que Torres fizesse pleitos para tentar dirimir as dúvidas que surgiam em torno da jurisdição sobre os índios. Havia um “recelo que se tiene que aquellas misiones son para sacar la gente al Brasil”.⁸⁶⁸ Portanto, em 1610, a posse sobre os índios da região começava a criar os primeiros atritos e contava com um novo elemento que também desagradava aos próprios encomendeiros guairenhos.

É o próprio Pastells que afirmava em nota:

*Muy contentes estaban los padres en sus reducciones...cuando el demonio irrita los animos de dos pueblos pequenos de espanoles que estan en aquella tierra contra los indios, haciendoles muchos agravios y llevandolos por fuerza a servir y el atrevimiento llevo a tanto que de las mismas reducciones de los padres lo sacaban...(...) en este mesmo tiempo y aun anos antes incito a unos portugueses que estan en las minas de SPablo, unas ciento y cinquenta léguas delos pueblos de Guairá, para que salizen a caza destos indios como si fueren bestias para llevar-los por fuerza y por enganos a labrar unas minas que tienen en aquel pueblo...*⁸⁶⁹

Os índios, disputados então por três forças diferentes, se escondiam, às vezes, pelas matas e montes da região. Ainda em 1609, o tenente Añasco emitiu uma proibição explícita para que nenhum morador do Guairá fizesse *malocas* na região do Paranapanema, com a intenção de facilitar a aproximação dos padres. O que, de alguma maneira, deve ter arrefecido os ânimos, mas, por outro lado, podemos sugerir que uma nova aproximação entre moradores guairenhos e de São Paulo tenha se dado no sentido de partilhar os índios.

Entre 1611 e 1612 alguns acontecimentos simultâneos mudaram o cenário regional de forma bastante intensa. As “Ordenações de Alfaro”, já citadas aqui,

⁸⁶⁷ Conforme transcrição de original datilografado de Rafael Eladio Velazquez sobre o Guairá e arquivado na Academia Paraguaia de História.

⁸⁶⁸ PASTELLS, Pablo. *História de La Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Tomo I. Madrid: Libreria General de Vistoriano de Preciados, 1912; nota da p.145.

⁸⁶⁹ PASTELLS, Pablo. *História de la Compañia...op.cit.* 1609-11-26/ 74/06/29.

tornavam o acesso aos índios ainda mais problemático no Paraguai, o que gerou uma série de cartas e petições de protesto dos cabildos locais pedindo a revisão das medidas. Nestas, os moradores de Assunção, Villa Rica e Ciudad Real solicitavam também o direito de guerrear contra os *paiaguas* e *guaicurus*, num conflito que chamavam de “justo y necesario”, já que estes deixavam os moradores sempre em estado de alerta pois eram acusados de serem “comedores de carne humana”. O objetivo era repor, com *guaicurus* e *paiaguas*, o que perdiam, com os *karios*. Promover novas *malocas* contra aqueles índios era uma forma de conseguir novas levas de encomendados e os princípios de uma guerra justa pareciam o universo ideal de justificativas.⁸⁷⁰ Os moradores do Guairá bem poderiam ter se inspirado na nova lei de 1611, registrada em São Paulo, que tornava legal, depois de apenas dois anos de proibição, a *guerra justa*, e dava aos colonos o poder temporal sobre as aldeias, através de um capitão. O cenário era, de fato, bastante desequilibrado: enquanto os guairenhos se viam cada vez mais limitados, os paulistas tinham sua margem de ação alargada. Curiosamente, o próprio Alfaro estimava, em 1614, que entre cinco e seis mil índios tinham ido para São Paulo, onde se tornaram escravos.⁸⁷¹ Um pouco antes, os ministros da Audiência de Charcas comentavam como, em função das ordenanças de Alfaro, mal os índios ficaram livres, iam para São Paulo e eram cativados. Os ministros falavam em seis ou sete mil.⁸⁷² De qualquer forma, as ordenanças efetivamente desestabilizaram o acesso aos índios pelos encomenderos e deixaram o caminho livre para os moradores da capitania de São Vicente.

Ainda em 1611, morria, na vila de São Paulo, o governador Francisco de Souza e seu filho, Luis de Souza, herdava o governo. Este emitiu uma comissão para que os caciques do Guairá, que quisessem ir a São Paulo aldear-se com seus parentes ou trabalhar nas minas, fossem autorizados a seguir o capitão Pedro Vaz de Barros, enviado à região. Pedro Vaz e Antonio de Añasco se encontraram em Itanguá-Mirim, próxima à atual Sorocaba, depois que o tenente guairenho seguiu os índios e seus caciques, que atenderam à comissão e migraram em massa a São Paulo. Curioso como Añasco praticamente chegou às portas da vila de São Paulo, justo na região das minas de Montesserrate e Araçoiaba. O tenente, que já devia conhecer Pedro Vaz, senão pessoalmente, de nome (pois, em 1603, quando enviou os quatro soldados a São Paulo,

⁸⁷⁰ AGI, Charcas 112, Carta do *cabildo* de Assunção de 1613.

⁸⁷¹ AMP, TII, Parte Segunda.

⁸⁷² AGI, Charcas 112

Pedro Vaz era capitão da vila), endereçou uma carta ao governador Diego Negrón em que relatava o encontro. Nela, comunicava, com pesar, o falecimento de D. Francisco, dando como motivo o desgosto pela morte do filho D. Antonio, e também contava como havia seguido os caciques e suas tribos até as proximidades com São Paulo. Segundo Añasco, Pedro Vaz dizia que fora buscar os caciques com ordem dos padres jesuítas de São Paulo, mas diante da força de seus argumentos, sem, contudo, precisá-los, o capitão português acabou apresentando a comissão do governador Luis de Souza. Añasco ainda voltaria ao Guairá com uma parte dos caciques e índios, mas os encontros entre guairenhos e paulistas pelos sertões não terminaram aí.⁸⁷³

O guairenho Bartolomeu de Torales havia seguido, pelos sertões, o morador de São Paulo Sebastião Preto, em 1612.⁸⁷⁴ Segundo seus próprios relatos, alguns índios rebelados fugiam para São Paulo e outros se metiam pelas matas e montes. Na demanda atrás desses índios, ele teria encontrado índios que seguiam o tal Preto e conseguiu trazer alguns deles de volta, para serem reduzidos à aldeia de Piquiri, distante oito léguas de Ciudad Real. A questão interessante de sua carta é que, no final, se justificava dizendo que, como os padres jesuítas não foram capazes de mantê-los nas reduções, o aldeamento sob controle dos colonos serviria para que “no se atreban otros a hacer otro tanto (...) y para que estas pobres almas no se pierdan y se mueram por los montes...”. Uma carta do cabildo de Ciudad Real, de dezembro de 1612, traz a questão à tona. Segundo ela, desde 1611 os portugueses de São Paulo entravam “de roldon” sacando e levando os índios. Dizia que, com isso, já tinham ido embora mais de três mil índios, e que, não fossem as ações de Torales e de Añasco, que mantinha alguns caciques presos, a região já teria se despovoado. De fato, São Paulo estava atraindo grande quantidade de índios inclusive encomendados, mas a carta não deixa de trazer, em seu final, mais uma crítica aos padres jesuítas, porque “ellos nunca fueron poderosos para aquietar los dichos índios y traer-los a su reducion...”.⁸⁷⁵ Sem dúvida, tanto as ordenações de Alfaro quanto os privilégios dados aos padres jesuítas bloqueavam as ações dos guairenhos. Entretanto, estes bem poderiam, numa hipótese não de todo descartável, ter usado a liberdade dos moradores de São Paulo nesse apresamento para partilhar os índios.

Apesar de certa retórica belicosa, os encontros no sertão nesses primeiros tempos não parecem ter sido tão violentos nem conflituosos. Torales mesmo teve,

⁸⁷³ *Anais do Museu Paulista*, Tomo I, 2ª Parte, 1922, p.153.

⁸⁷⁴ “Carta de Bartolomeu de Torales a Diego Marin Negrón”. *Anais do Museu Paulista*, Tomo I, 2ª Parte, p.158.

⁸⁷⁵ AGI, Charcas 112, 20/12/1612.

depois, seu destino atrelado a São Paulo, onde seu filho terminou seus dias.⁸⁷⁶ Era necessário angariar mão de obra, de maneira legal, e estes supostos encontros no sertão, pelos quais se tomavam de volta índios levados pelos paulistas, posteriormente reduzidos em aldeias próximas à vila, conforme Alfaro, ou fora da jurisdição das reduções jesuíticas, podem ser visto como uma boa solução. A sensação de que estavam todos contra as reduções jesuíticas parece-nos mais pertinente, e partilhar índios carijós de lá e de cá deveria ser algo comum. Numa visita às balsas de Maracayú em 1614, para averiguação do bom cumprimento das ordenações de Alfaro, foi constatado, por exemplo, que o português Pedro de Acosta tinha pelo menos dois índios, de mesmo nome (Lorenzo), naturais de São Paulo, sendo um de Itanguá, justamente o lugar onde Anãso encontrara Pedro Vaz.⁸⁷⁷ Portanto, os índios eram aparentemente partilhados e negociados em pleno sertão. Mesmo no auge dos ataques paulistas às reduções, o padre Domenech informava, em 1630, que alguns espanhóis tinham ido a São Paulo com cartas e índios e, avisados de que os paulistas iriam atacar a região, voltaram com a notícia e foram esperar os bandeirantes para dividir os cativados. Como os paulistas não chegavam, os espanhóis, impacientes, resolveram eles mesmos atacar uma das reduções.⁸⁷⁸

O autor Jaime Cortesão, em seu clássico trabalho sobre Raposo Tavares, constrói um cenário de rivalidade luso-castelhana que bem serviu para sua argumentação final. Nesse sentido, cita uma carta do padre Diogo Torres (o mesmo que tivera de enfrentar o problema colocado por D. Francisco de Souza quanto aos índios pertencentes ao Brasil), em que alegava que “castellanos y lusitanos viven aqui (no Guaira) em suma discórdia con no poco escândalo y daño de los indios”. Mencionava a prisão de tupis e até mesmo de lusitanos. Entretanto, a carta de Torres também falava dos “tigres españoles”, moradores do Guairá que roubavam índios das reduções jesuíticas, coisa que, como bem lembra o próprio Cortesão, os paulistas só teriam coragem de fazer 15 ou 16 anos depois (visto que a carta era de 1613).⁸⁷⁹

⁸⁷⁶ O filho de Torales, homônimo, acabou, na década de 1630, se mudando para Santana de Parnaíba, onde se casou com Maria de Góis em 1636. De qualquer maneira, sua primeira esposa já denunciava vínculos com São Paulo, pois Ana Rodrigues Cabral era filha do paulista Antonio Rodrigues Cabral, que fora casado em Villa Rica com Joana de Escobar.

⁸⁷⁷ ANA, Civil y Criminal, 1685, Visita das balsas feitas pelo general Francisco Gonzales de Santa Cruz em 1614.

⁸⁷⁸ AGI, Charcas 7, *Apud.* JENSEN, Carlos. *El Guairá...op.cit.* p.216.

⁸⁷⁹ Não que os portugueses não tivessem seus próprios problemas com os jesuítas. Lembremos que, em 1612, houve certo entrevero entre colonos e jesuítas em torno da lei de 1611 e da aldeia de Barueri, herança indefinida de D. Francisco de Souza. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares...op.cit.* p.156.

Alguma ciúmeira “nacional” deveria mesmo existir. Lembremos de Pinheiro falando do apaixonado antilusitanismo do guairenho Diego de Teva, ou mesmo da retórica contra castelhanos que, na década de 1620, começava a despontar em São Paulo. Contudo, nesses primeiros tempos, os contatos familiares e intercâmbios comerciais permitiam mais aproximação que conflito. Claro que estes contatos não eram, necessariamente, generalizados, pois eles se faziam através de algumas famílias e personagens. Além disso, a presença de portugueses no Guairá e de castelhanos em São Paulo tornava qualquer demarcação de cunho “nacional” um tanto simplista. Óbvio nos parece que Torres abria aqui um caminho que seria brilhantemente trilhado pelos jesuítas nos anos posteriores, qual seja, a ampla utilização da retórica das nacionalidades e de suas respectivas jurisdições, como forma de colocar os castelhanos do Guairá, bem como a Coroa, contra os “portugueses de san pablo” na defesa das reduções. Tratava-se, pois, de usar a indefinição territorial de fato a favor de seus interesses. No fundo, a retórica identitária, neste momento, permitia um pouco essa manipulação.

Em São Paulo, as queixas do Guairá ecoaram pelo menos uma vez nas Atas, que referiram, em 01/02/1612, uma carta do “general das províncias do Paraguai em que se queixa dos brancos e índios que de cá lá foram dizendo que lhe usurparam seus *repartimientos* e sobre isto tem mandado um procurador que esta nesta vila com suas queixas e cartas...”. Por fim, os oficiais ainda recomendavam que ninguém tocasse nos índios.⁸⁸⁰

Contudo, as investidas paulistas sobre os índios do Guairá dariam mais munição para um discurso mais firme quanto à separação das províncias do Paraguai e Rio da Prata, proposta desde os anos de 1590, pelo tesoureiro Hernando de Montalvo.⁸⁸¹ Ainda no final do governo de Hernando Arias, em 1609, começaram os pedidos mais sistemáticos nesse sentido. Em 1610, o vice-rei do Peru, Marques de Montes Claros, escrevia ao rei sugerindo a divisão, com quatro cidades para cada uma, e ainda recomendava que se comprasse São Paulo para inseri-la na nova província do Guairá, que incluiria Assunção, sede, Villa Rica, Santiago de Jerez e Ciudad Real.⁸⁸² O governador Diego Marin Negron foi outro entusiasta da separação. Em janeiro de 1612, escrevia dizendo que os moradores de São Paulo entravam no Guairá “de ordinario”, e que o caminho entre Villa Rica e Buenos Aires era “mui mal camino”, o que impedia o

⁸⁸⁰ ACVSP, Vol.II, 01/02/1612, p.310.

⁸⁸¹ AGI, Charcas 38, Carta de 20/03/1590.

⁸⁸² AGI, Charcas 112. Carta de Montes Claros 08/03/1610.

socorro aos índios, tanto assim que apenas o governador Hernando Arias havia, até aquele momento, visitado a região. O governador voltaria à carga em julho deste mesmo ano e em maio de 1613, quando alegou as dificuldades de punir os *guaicurus* e *paiguas* que atacavam as reduções da região. Espremidos entre os moradores de São Paulo e os ferozes índios *guaicurus* e *paiguas*, as reduções não conseguiam se defender. Segundo Negron, os próprios jesuítas queriam que os índios fossem combatidos com “hierro y sangre”, e haviam autorizado os colonos a cativá-los, tornando-os escravos. A alternativa parecia, então, sedutora!⁸⁸³

O visitador Alfaro também daria sua contribuição, lembrando das agruras que se colocavam para se ir de Buenos Aires ao Guairá, tanto assim que somente Hernando Arias e o próprio Negron haviam visitado a área e “yo vi las dificultades de subir rio arriba no me espanto”. Alfaro sugeria a partilha, ressaltando que Corrientes deveria ficar com o Paraguai.⁸⁸⁴ Os pareceres do Conselho das Índias, do vice-rei e dos bispos viriam entre 1617 e 1618 e confirmavam a necessidade de separação. Alegavam não só que o isolamento do Guairá em relação à Buenos Aires era um problema, mas que também era necessário frear as investidas paulistas e proteger as reduções. Com isso, Manoel de Frías, que estava na Espanha como procurador das províncias, acabou nomeado como primeiro governador da nova província do Paraguai, fato que só se efetivaria em 1622.⁸⁸⁵ Frías andava pela Espanha tentando obter mais liberdade comercial para Buenos Aires e o direito aos paraguaios de comprar armas para a própria defesa, em troca de produtos da terra; além disso, aproveitou para fazer uma crítica a Alfaro, que tornara, com suas ordenações, os índios inquietos e indispostos a obedecer aos espanhóis.⁸⁸⁶ O estremenho Frías, nascido em 1568, se encontrava nas Índias desde pelo menos 1597, quando apareceu em Santa Fé, onde chegou a ser tenente de governador. Depois foi a Buenos Aires, tornando-se aliado de Hernando Arias. Casou-se com a neta de Ruy Diaz de Melgarejo, e foi, desde sempre, um fervoroso defensor da liberdade comercial na região.⁸⁸⁷ Frías conseguiria, tempos mais tarde, uma licença de três anos para o Paraguai comercializar com Sevilha, e seria, ele próprio, um animador de certo tráfico de mercadorias pelo caminho proibido de São Paulo.

⁸⁸³ Diego Negron foi bastante insistente na necessidade de separação, enviando cartas em 08/01/1612, 03/07/1612 e 31/05/1613. AGI, Charcas, 112.

⁸⁸⁴ AGI, Charcas 112, 13/02/1613.

⁸⁸⁵ AGI, Charcas 1, 14/09/1617 e 20/01/1618.

⁸⁸⁶ AGI, Charcas 112, “Memorial do procurador Manuel de Frías”. 1617.

⁸⁸⁷ DABBS, Jack Autrey. “Manuel de Frías and rioplatine free trade”. RHA, num.48, Diciembre de 1959.

Nesse sentido, a separação das províncias se tornaria o resultado natural das ações de Hernando Arias, que, durante seus dois governos anteriores (1602-1609/1615-1618), promovera as mais duras perseguições aos proibidos que entravam tanto pelo Paraguai quanto por Buenos Aires.⁸⁸⁸ É difícil acreditar que Arias fizesse isso por excesso de zelo. Alguns autores enxergam nas ações do governador *criollo* a tentativa de controlar um comércio fugidio e clandestino, por meio do qual pretendia também exercer seus ganhos e impor alguns privilégios. Era um monopolista, pois sempre procurou preservar alguns monopólios e certa restrição de importação para o Paraguai, preocupado em não desmontar a precária economia local, baseada no açúcar, cera, mel e vinho. De todo modo, parece ter, aos poucos, perdido a paciência com São Paulo. Se no começo do século XVII ainda propunha uma conexão, em 1616 escrevia ao rei sugerindo simplesmente que se despovoasse a vila, pois achava que era a única forma de fazer cessar as investidas paulistas ao Guairá e impedir a entrada de gente proibida pelo caminho.⁸⁸⁹

A criação da nova governação do Paraguai, pela qual Arias tanto lutara, não poderia mais, segundo sua perspectiva, incluir São Paulo como porto natural ou saída atlântica.⁸⁹⁰ Alguns anos antes, ele já havia proposto a criação de um porto mais ao sul, nas proximidades de Santa Catarina. Por outro lado, a governação subsequente de Manoel de Frías não poderia prescindir do caminho pela via proibida, já que estava formalmente apartada do comércio por Buenos Aires. De fato, a separação só sacramentou uma situação marginal de Assunção – e do Guairá – em torno das rotas de contrabando.

Nas conexões entre o Guairá e São Paulo, costurava-se, portanto, uma teia intrincada de interesses que ia das rotas comerciais à disputa pelos carijós, o que explica, em parte, a ambiguidade das posturas e das relações das autoridades. Em São Paulo, em 1615, as atas da Câmara reforçavam as proibições com uma carta do capitão Martim de Sá recomendando que “ninguém vá ao sertão nem a Villa Rica”.⁸⁹¹ Em Assunção, a proibição de “entrar portugueses espanoles extranjeros por el puerto de san Pablo” rendia processos e prisões.⁸⁹² Entretanto, quando olhamos a tabela com as entradas de

⁸⁸⁸ Uma rápida conferida nos autos mostra que, em sua maior parte, as perseguições se deram entre 1603 e 1609 e entre 1615 e 1616.

⁸⁸⁹ TISCORNIA, Ruth. *Hernandarias...op.cit.* e MOLINA, Raul. *Hernandarias. El hijo de la Tierra. 1560-1631*. Buenos Aires: Editorial Lacestremes, 1948.

⁸⁹⁰ “Carta del gobernador del Rio de la Plata Hernandarias de Saavedra a Su Magestad sobre la conveniência de despoblar la Villa de San Pablo...” *Anais do Museu Paulista*. Separatas. Parte Segunda, 1923, p. 9.

⁸⁹¹ ACVSP, 22/08/1615.

⁸⁹² “Auto cabeça de processo para la averiguación de quien dio alimento...*op.cit.*”

pessoas pelo caminho, vemos que um número bastante grande entrou exatamente entre os anos de 1614-1617, ou seja, no meio da governação de Hernando Arias e no auge das proibições.⁸⁹³ Praticamente neste mesmo período, localizamos, da parte de São Paulo, as partidas de duas grandes bandeiras que avançam pelo Anhembi rumo aos carijós: a do bem relacionado André Fernandes (1613-1615) e a de Antonio Pedroso de Alvarenga (1615-1618). Devemos ver isso como mera coincidência?

As filiações e parcerias não foram desmontadas tão rapidamente. Os interesses pela escravização dos carijós, em detrimento das ordenações de Alfaro e das reduções jesuíticas, animaram certa convivência, e até cooperação, entre guairenhos e paulistas. Além, é claro, de certa complacência que sempre permeou as punições aos poucos aprisionados e processados por terem feito o caminho. O que talvez possamos visualizar é uma relação cindida dentro das próprias sociedades. É de se imaginar que nem todos os paulistas tivessem alguma simpatia ou conexão com o mundo guairenho, assim como nem todos os guairenhos fossem adeptos da entrada de gente proibida e da tomada de carijós. Tais cisões apenas entrevistas podem, contudo, ajudar a explicar algumas posturas ambíguas.

Neste sentido, vale a pena pensar de que forma as relações entre as partes se alteraram profundamente a partir da década de 1620. Esta foi a década de crescimento acentuado das reduções jesuíticas no Guairá, o que aumentou o nível de tensão local entre *encomenderos* e padres na região. De certo modo, foi também o momento em que as relações com São Paulo, que até então funcionavam numa espécie de complementaridade, atravessaram uma nova fase. O caminho ainda era bastante utilizado, mas o fluxo de forasteiros parecia incomodar uma parte da vila vicentina. Tanto que as atas da Câmara falavam em forasteiros que “passavam por aqui (São Paulo) para a Villa Rica, frades em trajes de leigos, leigos em trajes de frades e clérigos, mulheres em trajes de homem...”.⁸⁹⁴ No ano de 1623, aliás, mês a mês, as atas reclamavam dos forasteiros que viviam em grande escândalo e desonravam os moradores. Pelo menos um deles foi nomeado, Gonçalo Meri Soares, “convidado” a se retirar da vila por acusações infundadas, segundo o procurador.⁸⁹⁵ No ano seguinte, no entanto, o reforço à proibição foi ainda maior:

⁸⁹³ Pessoas que entraram pelo caminho mas não foram presas. Aparecem, pois pediram perdão ou foram recenseadas nos anos posteriores.

⁸⁹⁴ ACVSP, 01/04/1623.

⁸⁹⁵ ACVSP, 01/07/1623.

Por serem informados que vinham algumas pessoas para as partes do Peru Coroa de Castela sendo caminho proibido por sua majestade e por acordo dos desembargadores e ouvidores gerais que a esta via tem vindo ordenaram que fosse posto quartéis pelos lugares públicos e costumados que nenhuma pessoa usasse de tal passagem nem para o tal efeito lhe não dessem poder nem ajuda sob pena de incorrer nas penas.⁸⁹⁶

A frequência de forasteiros em São Paulo parece, portanto, ter aumentado neste contexto, e, de fato, o cerco aos descaminhos platinos se ampliou no mesmo período, culminando com a criação da alfândega de Tucumã em 1622. Ademais, a década de 1620 foi marcada pelo fim da Trégua dos Doze Anos com os Países Baixos, e, com isso, reativaram-se os temores de uma invasão flamenga ao Peru. A retórica paranoica construía supostas relações entre flamengos, judeus e portugueses, numa conspiração contra a coroa espanhola, o que acirrava, na América, uma tendência de perseguição aos portugueses. Foram, pois, os tempos da Inquisição do Peru, de Cartagena e de propostas da instalação de um tribunal em Buenos Aires. Ao par desse cerco religioso, houve também o cerco das rotas clandestinas, em especial em Tucumã. O que deve ter estimulado muitos a procurar rotas menos visadas que a de Buenos Aires. Isso talvez explique a chegada de tantos forasteiros em São Paulo, pois, quando olhamos novamente a tabela de proibidos, vemos como uma parcela enorme deles entrou exatamente entre os anos de 1621-1624. (vide ANEXO)

De qualquer forma, o caminho continuou a ser utilizado por moradores em suas atividades rotineiras, mesmo que as tensões estivessem nitidamente mais exasperadas. Aproveitando a ida de Gaspar de Brito, morador de São Paulo, para a cidade de Assunção a “ordenar-se de missa por estar lá o bispo”, os oficiais da Câmara pediram para que se avisasse o governador do Paraguai “em como os inimigos holandeses andavam nestas partes do Brasil fazendo muito dano” e “poderia muito bem tomarem derrota para Buenos Aires ou para Chile”. Por fim, escreveram para o *cabildo* de Villa Rica e “para as mais partes que por este rio abaixo estão povoados de espanhóis”, queixando-se de como “vai muito gentio (de São Paulo) para as aldeias dos padres da Companhia deixando aqui suas mulheres e filhos o que é contra o serviço de Deus e de sua majestade”.⁸⁹⁷ O movimento dos gentios parecia ter se invertido. Se, nos primeiros anos, os carijós debandavam em grandes quantidades para São Paulo, nos anos posteriores, o sentido se inverteu e não foi propriamente para as mãos dos

⁸⁹⁶ ACVSP, 21/12/1624.

⁸⁹⁷ ACVSP, 16/09/1626.

encomenderos guairenhos que eles se dirigiram.⁸⁹⁸ Mas não se apelava somente à jurisdição religiosa. Um ano depois, uma nova carta elevava o tom trazendo à tona questões dos limites entre reinos, “de como os espanhóis de Villa Rica e mais povoações vinham dentro das terras da coroa das terras de Portugal e cada vez se vinham apossando mais delas descendo todo o gentio que esta nesta coroa para seus *repartimientos* e serviços de que resulta a esta capitania grande dano”.⁸⁹⁹

Este argumento dos limites entre reinos, pouco usual desde os anos 1550, foi então retomado e não veio sozinho. Como veremos no capítulo 4, o reforço das identidades reinóis e das jurisdições alimentou tensões e constituiu uma escalada de conflitos que atingiram até mesmo o seio da comunidade da vila de São Paulo. Entretanto, cabe aqui ponderar que os moradores de São Paulo consideravam, cada vez mais, o interior guairenho como parte da jurisdição da capitania e, por conseguinte, os índios que ali habitavam. De todo modo, é indiscutível o fato de que os anos de 1624 a 1628 foram tensos na vila de São Paulo. A disputa sobre o espólio de Martim Afonso de Souza criou uma curiosa duplicidade na capitania. A Condessa do Vimiero e o Conde Monsanto, diante de uma indefinição quanto à posse como legítimo donatário, concorriam em nomeações e tentativas de ingerências na vila, instaurando certo partidatismo na comunidade. Em 1624, Antonio Raposo Tavares e Paulo Amaral, duas figuras proeminentes na vila, foram presos por entradas no sertão, aumentando os queixumes em meio às notícias das invasões flamengas na Bahia. Em 1625, a criação da vila de Santana de Parnaíba, sob protestos de São Paulo, oficializou um novo núcleo de pressão e concorrência sobre os gentios do sertão. Em 1626, Manoel Preto foi proibido de assumir a vereança de São Paulo por ter sido considerado muito violento nas entradas que promovera entre 1623 e 1624. Enfim, a maneira pela qual cada uma destas questões interferiu na dinâmica da vila exigiria uma investigação minuciosa, que, por si só, mereceria algumas reflexões.⁹⁰⁰

De todo modo, em meio a estes eventos, o processo de formação das entradas para o sertão continuou a funcionar. No ano de 1628, uma das grandes entradas estava sendo montada em São Paulo. Organizada com quatro companhias, sob o comando de um capitão geral, mobilizou cerca de 900 colonos brancos e mamelucos e 1.200 índios.

⁸⁹⁸ Aliás, esse seria um dos grandes argumentos para as expedições de 1628-1631. Afinal, certos índios teriam migrado para as reduções, em especial o cacique Tamacauna, que fora cativo de Simão Alvares e fugira para uma das missões dos padres.

⁸⁹⁹ ACVSP, 02/10/1626.

⁹⁰⁰ Jaime Cortesão tentou articular as disputas entre Vimiero e Monsanto a certa rivalidade entre pró-filipinos e lusitanos nacionalistas. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares...op.cit.*

Bem aprestada e armada, visava o sertão dos carijós e, segundo algumas versões, as reduções jesuíticas em plena expansão na região. Demandavam, oficialmente, reaver carijós que fugiram dos horizontes de São Paulo rumo às decantadas reduções dos padres. A liderança maior já foi motivo de controvérsia, mas, de modo geral, tem-se aceito Manuel Preto, frequentador do Guairá desde o início do século, como o grande chefe da expedição.⁹⁰¹

A trajetória de Manuel Preto na região é uma prova dos acirramentos das tensões. Desde o começo do século ele frequentava o caminho do Guairá, visto que, em 1607, ele figurava nas atas trazendo *temiminós* pelo trajeto de Villa Rica. Um provável seu parente, Antonio Preto, morava na região. Em 1619, ele apareceu em Ciudad Real, com mais vinte homens armados, para cobrar “pacificamente” índios seus que teriam fugido e se refugiado nas reduções de San Ignacio y Loreto. O caso atestava a sangria dos índios de São Paulo rumo às reduções. O cabildo, solidário com Manuel, encarregava Garcia Moreno de providenciar a devolução dos índios, enquanto o morador de São Paulo solicitou a elaboração de um atestado formal de que ele não havia usado de nenhuma forma de violência. Fato, todavia, que não é inconteste. Segundo o escrivão Salvador Bernal, Preto, morador da “vila de san pablo, districto y jurisdiccion de Portugal” entrou em Pirapó atirando para o alto e levou alguns índios que os padres diziam não ser deles.⁹⁰² O próprio Bernal, contudo, dias depois, negou tudo, dizendo que os paulistas não tinham cometido nenhum agravo. Segundo ele, Antonio Ruiz de Montoya, de Loreto e Pirapó, teria entregado espontaneamente alguns deles, mas em San Ignacio, o padre Cataldino havia se recusado, e Manuel Preto, conformado, teria ido embora.⁹⁰³

Este processo revela uma presença dos paulistas ainda regulada por certos pruridos e parcerias. Mas, em 1624, outra bandeira paulista iria assediar a região. Segundo Carlos Jensen, são poucas as notícias desta entrada. Uma delas estaria numa carta escrita por Manoel de Frías, na qual narra como 600 moradores de São Paulo teriam descido entre oito e dez mil índios *tayaobas*, com grande dano aos *repartimientos* dos moradores de Villa Rica.⁹⁰⁴ Segundo ele, lideravam essa entrada Frederico de Mello e Manuel Preto. Em São Paulo, em 1623, o capitão-mor João

⁹⁰¹ TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas...op.cit.* Cortesão, por outro lado, considera Raposo Tavares o verdadeiro chefe da expedição. CORTESÃO, Jaime. *Raposo...op.cit.*

⁹⁰² ANA, Civil y Judicial, 2183, 6. Apud JENSEN, Carlos E. *El Guairá...op.cit.*

⁹⁰³ *Idem, ibidem.*

⁹⁰⁴ *Carta de Manuel de Frías, no Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia, CaCh810. Apud JENSEN, Carlos Ernesto Romero. El Guairá, caída y éxodo. Asunción: Academia Paraguaya de História/FONDEC, 2009, p.199.*

Fogaça havia reforçado a proibição para que os moradores da vila não fossem ao sertão, e reclamava como não era obedecido.⁹⁰⁵ O curioso é que Montoya referia, em sua obra, um ataque feito por cerca de 70 espanhóis e 500 índios exatamente contra os *tayaobas*. Narrava como tinha tentado reduzir aquela tribo pela fé, mas, como fora repellido, resolveu voltar com os espanhóis armados. A derrota teria sido acachapante e os espanhóis só sobreviveram por um milagre.⁹⁰⁶ Podemos ponderar em que medida esta entrada de 1624 empreendida pelos moradores de São Paulo não teria sido uma encomenda dos moradores do Guairá – com sua participação inclusive.

De qualquer forma, Preto, uma das lideranças principais das bandeiras de 1628, já circulava com naturalidade pela região. Uma das companhias tinha maciça presença de Parnaíba, sob a liderança de André Fernandes e com a participação de Cristóvão Diniz, cunhado do fundador de Parnaíba e missivista para Benitez em pleno sertão. O núcleo de Santana de Parnaíba foi fundado em 1625, com autorização do capitão-mor Alvaro do Valle. Próximo a São Paulo, este núcleo constituía um importante centro de pesquisa mineral desde o tempo de D. Francisco. Na boca do sertão, era ponto de saída de entradas, e teve, ao longo do tempo, suas famílias atreladas ao mundo guairenho. Seus fundadores foram os Fernandes, nascidos em São Paulo, que têm sua imagem profundamente vinculada às expedições militares ao Guairá.

André nasceu por volta de 1578 e, antes de liderar a companhia, teve, junto com seu irmão Baltazar, relações bem menos violentas e hostis com o mundo guairenho. Baltazar, já citado aqui, casou-se em Villa Rica. André fez seu único filho legítimo ordenar-se no Paraguai. Lembremos que um dos mercadores presos em 1621 havia falado de uma autorização que André obtivera para fazer o caminho. De qualquer forma, a criação da vila de Parnaíba, nos arredores de onde também viviam os Godoy, foi motivo de protesto na Câmara de São Paulo, que alegou a proximidade (menos de 8 léguas) como elemento proibitivo.⁹⁰⁷ Efetivamente, os conflitos giraram mais em torno dos direitos sobre a aldeia de Barueri do que sobre a vila em si. Em 1626, Pedro Vaz de Barros dizia na Câmara que “bem que se fizesse vila na Parnaíba”, mas reforçava que a aldeia de Barueri deveria ficar sujeita a São Paulo.⁹⁰⁸

Nas outras companhias, figuraram Pedro Vaz de Barros, velho conhecido nas relações guairenhas, Brás Esteves, sujeito que enriquecera com as minas de ouro, e

⁹⁰⁵ RGCSP, 05/05/1623.

⁹⁰⁶ Montoya. Antonio Ruiz. *La conquista...op.cit.*

⁹⁰⁷ ACVSP, 15/11/1625.

⁹⁰⁸ ACVSP, 19/01/1626.

Antonio Raposo Tavares, sobre o qual tanto a lenda negra jesuítica quanto certa historiografia nacionalista ajudaram a forjar a imagem do herói lusitano dilatador de fronteiras.⁹⁰⁹ De qualquer modo, enquanto eles se preparavam para a partida, o novo governador do Paraguai chegava à vila de São Paulo para iniciar seu périplo para Assunção. Escolhera para tal o “caminho proibido”. O quanto ele estava meramente de passagem é outra história...

O governo do Paraguai passa por São Paulo

Luis de Céspedes Xeria, nomeado governador do Paraguai em 1625, embarcou em Lisboa no ano de 1626, passando pela Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo antes de tomar posse em 1628. Segundo sua pequena biografia apresentada para pleitear o ofício:

*27 anos q passo al Peru y el de 603 al reyno de Chile donde serviu de soldado sargento alferes y capitan hallandose em todas las poblaciones que se hizieron enel de fuertes y reducciones de indios y en los recuentros que se tuvieron conellos peleando en las dichas ocasiones con mucho valor que assi lo certifico el maestre de campo Pedro Cortes de Monrroy y que por dos abisos quedo en nombre de su capitan al campo real se escuso de ponerse en mucho peligro de perderse pasando para este efeto por el de enemigo con mucho riesgo de vida.*⁹¹⁰

Enquanto esteve no Rio de Janeiro, o governador paraguaio filiou-se intimamente com a poderosa família Sá, casando-se com uma sobrinha do governador português, chamada Vitória de Sá.⁹¹¹ Tratava-se já de seu segundo casamento, e este não resultou em prole, mas sim em gordo dote de dois engenhos de açúcar. Em 1651, seu filho, homônimo, fazia constar em seu próprio testamento como o pai havia morrido, há pouco tempo, no Rio de Janeiro deixando “cantidad de criados y dos ingenios con muchos esclavos”.⁹¹²

O estreitamento dos laços entre os Sá e Xeria é bastante sugestivo. Apesar de certa opinião recente na historiografia ressaltar que a economia do açúcar, no Rio de Janeiro, fez a cidade voltar as costas às entradas e ao apresamento indígena, mergulhando de cabeça no tráfico de escravos negros e no mercado clandestino com Buenos Aires (ou seja, o famoso circuito atlântico), algumas pistas sugerem que essa “virada” não foi, de modo algum, tão rápida. As associações com o tráfico negreiro

⁹⁰⁹ Sobre a riqueza de Brás Esteves Leme, ver TAUNAY, Afonso. *História Geral das Bandeiras...op.cit.*

⁹¹⁰ AGI, Charcas 2, 15/12/1624.

⁹¹¹ Sobre a ida de Salvador Côrrea de Sá e Benevides ao Guairá, bem como as relações de Xeria com os Sá, ver BOXER, Charles. *Salvador Côrrea de Sá...op.cit.*

⁹¹² ANA, NE, 172, 1659.

constituíam uma das portas de entrada dos Sá, que, desde o final do século XVI, também eram frequentadores dos Patos, onde resgatavam com os carijós. E, embora as associações dos Sá com as empresas das bandeiras de São Paulo pudessem parecer menos evidentes, não eram menos válidas. A própria “obsessão” da família com as mercês minerais da capitania revelava seu forte interesse na jurisdição sobre São Vicente e São Paulo.

O padre Antonio Ruiz de Montoya, quando passava pelo Rio de Janeiro a caminho de Madri para levar suas demandas contra os paulistas, escreveu uma carta, em que relatava a ida do bandeirante Antonio Raposo Tavares à cidade para averiguar a situação dos engenhos de Xeria.⁹¹³ Uma das acusações correntes feitas pelos padres jesuítas contra o governador Xeria era a de que ele esteve mancomunado com os bandeirantes nos ataques ao Guairá, inclusive, porque teria acertado o fornecimento de milhares de cativos para seus próprios engenhos no Rio, os tais “criados” do testamento do filho.⁹¹⁴ O padre Lourenço de Mendonça, bispo do Rio de Janeiro, em seu memorial ao rei, falava abertamente das entradas dos paulistas e dos fluminenses, ressaltando sempre como os moradores do Rio de Janeiro eram partícipes destas.⁹¹⁵ O governador de Buenos Aires, D. Pedro D’Avila relatou, em carta ao rei, como havia presenciado, de passagem pelo Rio de Janeiro, os moradores de São Paulo vendendo índios do Guairá como escravos na praça fluminense.⁹¹⁶ A trajetória de Salvador Correia de Sá e Benevides atesta esta perspectiva. Ele próprio acompanhou Xeria ao Paraguai e lá permaneceu empreendendo campanhas militares contra indígenas, inclusive em Tucumã, onde acabou ganhando uma bela *encomienda* de índios. O casamento de Xeria com os Sá consolidava, na verdade, as redes de contatos desta influente família fluminense. Detentora de beneficiadas relações em Angola e Buenos Aires, com importantes aliados e privilégios em São Paulo – alguns serão contestados depois –, a ponta paraguaia e de Tucumã fechava, assim, sua inserção no amplo circuito de contrabando, das trocas no mercado regional platino e vicentino, dos engenhos de açúcar, do ouro paulista, do fornecimento de escravos negros e do apresamento de cativos indígenas. Um empreendimento diversificado e articulado.

⁹¹³ “Carta do padre Antônio Ruiz de Montoya ao Padre João de Ornos dando-lhe notícias do Rio de Janeiro e do que ali soube em relação às bandeiras paulistas. 1638” In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Tape.(1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

⁹¹⁴ Um dos exemplos é a carta ao rei do governador eclesiástico da diocese do Paraguai, o licenciado Mateo de Espinosa, de 1631. Publicada em CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá...op.cit.*

⁹¹⁵ BNE, Manuscritos, 2369, Microfilme 5968.

⁹¹⁶ Carta inserida em MONTROYA, Antonio R.. *La conquista espiritual...op.cit.*

Xeria optou por chegar ao seu posto pelo caminho terrestre e proibido de São Paulo, o que não deixou de chamar a atenção dos jesuítas nos anos posteriores. O governador, temendo que sua entrada por São Paulo fosse mal interpretada – como de fato foi – justificou que somente foi por ali, porque o governador-geral do Brasil, Diogo Luis de Oliveira, havia colocado todo tipo de obstáculo em sua viagem, e os Sá, os únicos que o receberam bem, tinham lhe recomendado a via planaltina.⁹¹⁷ De qualquer forma, os jesuítas andavam bastante tensos com as frequentes investidas paulistas no Guairá, cada vez mais regulares e ousadas.⁹¹⁸ A recente filiação matrimonial do governador paraguaio, a reputação de que descia índios para seu engenho no Rio de Janeiro e o relativo prestígio concedido aos portugueses no Paraguai renderam a Xeria graves acusações, por parte dos jesuítas, de que era cúmplice e “sócio” dos bandeirantes e dos “portugueses” de São Paulo, que, não coincidentemente, haviam empreendido as mais intensas e vorazes entradas no Guairá exatamente durante seu governo.

As relações de Xeria com os moradores de São Paulo valem algumas indagações. Numa carta ao rei, o governador traçou o pior cenário possível em torno dos paulistas, acusando-os de operar as “maiores maldades, traições e velhacarias”.⁹¹⁹ Segundo o padre Pastells, ele “describe con muy vivas colores la perversidad de los moradores de San Pablo del Brasil y sus *malocas*”. Quando ali passou a caminho do Paraguai, tomou algumas precauções que serviriam, mais tarde, como álibis. Contudo, talvez este fosse o problema dos sócios incômodos: estar sempre cercado de garantias. Xeria fez com que o ouvidor-mor da capitania, Amador Bueno, registrasse a seguinte proibição: “soy informado que algunas personas pretenden ir al dicho mi gobierno y por ser en perjuicio de la corona de Castilla y contra lo que su magestad tiene mandado en aquellas partes de mi gobierno...”, mandava que ninguém passasse, “salvo quem vmerced y o capitão maior mandarem y nomearem que me levem por paga”.⁹²⁰ Colheu ainda um testemunho junto aos padres da Companhia de Jesus, em São Paulo, assegurando que o governador não iria ao Paraguai acompanhado de ninguém mais,

⁹¹⁷ AMP, TII, 1925. *Relacion de los sucesos de Luiz de Céspedes e Xeria*.

⁹¹⁸ Apesar de a historiografia paulista falar em ataques às reduções jesuíticas desde 1623, os próprios jesuítas sugerem que os “portugueses de São Paulo” nunca haviam ousado atacar diretamente as reduções dos padres, ultrapassando esse limite somente em 1628-29. As entradas visavam os tais “índios infiéis”, ainda dispersos ou vivendo em suas aldeias.

⁹¹⁹ “Carta de Luis de Céspedes Xeria ao rei. Guairá. 08/11/1628”. Archivo General de Índias, Charcas, 30, R.1, N.1. Disponível integralmente em versão digital:

http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/ControlServlet?accion=4&txt_accion_origen=2&txt_id_desc_ud=3398

53

⁹²⁰ “Requerimento ao ouvidor da Capitania de São Vicente”. *Anais do Museu Paulista*. Tomo I, 1922; p.172-179.

além de seus criados.⁹²¹ Um deles, de um total de quatro, era um português de Évora chamado Miguel de Villallobos, que, por sinal, rapidamente se casou e se tornou chacareiro em Maracayú.⁹²²

A resposta da Câmara de São Paulo foi automática, solicitando ao “governador do Paraguai que nesta vila esta para passar mandasse saber se trazia ordem para passar por este caminho por ser proibido e os ditos oficiais mandassem se soubesse a ordem que trazia de sua majestade para passar por aqui”.⁹²³ Talvez alertado pelos Sá, Xeria vinha a São Paulo buscar contatos muito específicos. Gente aliada e relacionada ao Guairá, o que pressupõe já uma divisão interna na própria realidade de São Paulo.

Por fim, o governador foi levado até o rio Paraná, em julho de 1628, por Manuel Preto, onipresente frequentador da área. Vale ressaltar que é improvável que Xeria não tenha percebido os preparativos para a grande bandeira que partiria dois ou três meses depois. Por outro lado, a imagem de um governador disposto a entregar toda a sua governação aos “predadores paulistas” parece um tanto tendenciosa. Xeria provavelmente tinha suas próprias intenções e planos, e devemos nos perguntar também se não lhe restava, em São Paulo, apenas minimizar danos.

Em seu relato de viagem, feito no tempo de sua ida, ele conta como permaneceu algumas semanas no porto de partida do Anhembi, que batizou de Nossa Senhora da Atocha. Ali, deve ter estabelecido contatos com os moradores de Parnaíba, com quem manteve um relacionamento mais estreito e para onde enviou Francisco Benitez, um ano depois, para acertar a vinda de sua esposa. Ao longo do trajeto de 16 dias, produziu um mapa e demarcou o encontro do Anhembi com o Paraná.⁹²⁴ As ações de Xeria indicavam nitidamente a tomada de posse: nomear, mapear, demarcar. O governador tinha consciência de que assumiria uma província que sempre se soubera isolada e que, desde a separação de Buenos Aires, era ainda mais marginalizada. Os contatos com São Paulo e Rio de Janeiro abriam uma clara oportunidade aos paraguaios, tanto de extensão comercial quanto de desafogo portuário, e isso não lhe passou despercebido. Não devem restar dúvidas de que essas possibilidades foram minimamente estudadas pelo governador. A contiguidade territorial e as proximidades familiares e mesmo identitárias entre as partes facilitariam esse encontro. Sobrava a questão indígena, mais facilmente solucionável não fosse a presença crescente dos jesuítas.

⁹²¹ AMP, vol 1, 20/07/1628, p.179. Testemunho dos padres Salvador da Silva, José de Acosta e João de Almeida.

⁹²² JENSEN, Carlos E. “Los Bogado...” *op.cit.*

⁹²³ ACVSP, 08/07/1628.

⁹²⁴ AGI, MP-Buenos Aires, 17, 1,1.

A chegada do governador ao Guairá provocou relativa euforia nos *encomenderos*, que viram nele a esperança para barrar o crescimento dos jesuítas. Não à toa, assim que chegou, recebeu procurações e requerimentos solicitando certa regularização entre as reduções dos jesuítas e as dos colonos espanhóis. O procurador de Villa Rica, Francisco Villalba, fez duas petições em nome do cabildo para que os índios encomendados, que tivessem se refugiado nas reduções jesuíticas, fossem devolvidos.⁹²⁵ Na verdade, a situação de Xeria não era das mais confortáveis, pois ele tinha de administrar as expectativas dos *encomenderos*, dos jesuítas e também de parte do mundo português, ao qual se viu atrelado no decorrer de sua viagem.

Já sob os efeitos dos primeiros ataques diretos dos paulistas às reduções, Xeria, para agradar aos *encomenderos*, ao mesmo tempo em que parecia resolver um problema dos jesuítas, enviou o língua Felipe Romero para solicitar ao padre Antonio Ruiz de Montoya que trouxesse os índios das reduções destruídas por paulistas para mais perto de Villa Rica; e ainda sugeriu um controle maior dos *encomenderos* sobre eles, já que poderiam assim defendê-los melhor.⁹²⁶ O mesmo Felipe Romero recomendou aos padres que expulsassem os índios de procedência vicentina para impedir uma represália paulista.⁹²⁷ Além disso, Xeria proibiu que se armassem os índios e que os jesuítas utilizassem o caminho de São Paulo.⁹²⁸ Os padres obviamente se recusaram. Ainda em 1631, o cabildo de Ciudad Real reclamava das “malocas” dos paulistas e dos jesuítas que abrigavam os índios fugidos de São Paulo, o que justificava os ataques, e também se negavam a trazer as reduções para as proximidades das vilas castelhanas.⁹²⁹

Os ataques geraram mais um problema, até certo ponto inesperado ao governador. Desde 1626 que Francisco de Céspedes, governador do Rio da Prata, autorizara os jesuítas a promoverem a formação de reduções ao longo do rio Uruguay, que seriam as reduções do Tape. Com a destruição das reduções do Guairá, uma parte dos padres e milhares de índios migravam para outras reduções. A possibilidade alarmava os *encomenderos* e também o governador Xeria. Este, enquanto ainda estava em Maracayú regularizando e facilitando o beneficiamento e a venda de erva-mate, emitiu um bando proibindo os padres de descerem pelo Paraná, “sacando y

⁹²⁵ Requerimento do procurador Francisco de Villalba, reproduzido em PASTELLS, Pablo. *História da Companhia...op.cit.* 74-4-15.

⁹²⁶ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes...op.cit.* p.361-63.

⁹²⁷ TAUNAY, Afonso. *História das Bandeiras...op.cit.* p. 41.

⁹²⁸ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes...op.cit.* “Razões que se contestam ao Governador do Paraguai D. Luis de Céspedes Xeria por haver proibido aos jesuítas a passagem pelo caminho do salto do Guairá. 1631”. p.389-398.

⁹²⁹ ABNB, CACH919, 29 de outubro de 1631. *Apud*: JENSEN, Carlos Romero. *El Guairá...op.cit.*

desnaturalizando” os índios na direção do rio da Prata, Tucumã, Peru e Chile. O governador instalava um *pueblo* de índios no salto do Guairá, onde passavam “cuatro caminos”, para que impedissem tal trânsito que, segundo Xeria, era feito pelos próprios jesuítas com o intuito de contrabandear.⁹³⁰

Tais medidas não passaram em branco junto aos padres da Companhia, que iniciaram um processo intenso de acusações ao governador. Neste processo, até o nosso conhecido Benitez apareceu como intermediário do governador com São Paulo e como prova de que Xeria estimulava o uso do caminho proibido. Segundo carta do padre Francisco Vasquez Trujillo, o zelo do governador em fazer cumprir as cédulas reais que proibiam o uso do caminho era falso, pois ele, além de tê-lo utilizado, não deveria ficar “embiando como ha embiado desta sua província del Paraguay a la del Brasil tantos despachos facilitando esse camino que por lo menos ha sido dos o tres y el ultimo fue este verano com Francisco Benitez y Fulano Carballo....”⁹³¹ De fato, na ocasião em que fez um recenseamento dos portugueses que moravam em Maracayú, Xeria mandou de volta ao Brasil um clérigo português e outros tantos. Contudo, uma parte grande dos portugueses que ele levantou em Maracayú já estava absolvida pelo Perdão Geral de 1628 e, dentre os clérigos portugueses, Gaspar de Brito, provavelmente ordenado, estaria voltando, como previsto, à vila de São Paulo.

Entre outras denúncias de jesuítas, em especial o *Memorial* do padre Francisco Diaz Taño, Xeria foi acusado de ter permitido que André Fernandes passasse o caminho, acompanhando sua esposa, e voltasse com “quinhentas peças” destinadas ao seu engenho no Rio de Janeiro.⁹³² Trujillo chegou a falar em 3000 índios levados aos engenhos cariocas. Este episódio é denotativo da multifuncionalidade das bandeiras. Oficialmente André foi ao Paraguai acompanhando a mulher de Xeria, portanto, cumprindo a função de passar gente ao mundo paraguaio. Mas levava consigo muitas mercadorias e negros escravos, que foram vendidos pelo caminho. Além disso, portava uma “bandeira”, portuguesa, que teria sido cravada na praça de Assunção, numa afronta aos brios castelhanos. No retorno, trazia milhares de índios, muitos deles para os engenhos de Xeria. Para além da reunião de crimes praticados, segundo o tendencioso relato do padre, nos parece bastante factível que a entrada de Fernandes fosse mesmo

⁹³⁰ PASTELLS, Pablo. *História da Companhia...* op.cit. 74-4-15.

⁹³¹ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá...* op.cit. “Razões que se contestam.... 1631”. p.394.

⁹³² CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá...* op.cit. “Memorial em direito apresentado pelo padre Francisco Dias Taño da Companhia de Jesus contra o governador D. Luis de Céspedes Xeria na causa que se lhe move pelos delitos cometidos no seu governo. 1631” p.403.

uma bandeira, que cumpriu o que cabia a uma naquelas circunstâncias: levar gente e mercadorias e trazer índios.

De todo modo, as acusações sobre Xeria acabaram resultando na prisão e condenação do governador, que foi retirado do posto pela Audiência de La Plata em 1631. De fato, no equilíbrio político pretendido por ele, a balança de seus atos pesou, sobretudo para o lado dos moradores de São Paulo. Na verdade, a própria balança das relações entre São Paulo e o Guairá começou a pender decisivamente para o lado paulista. A região guairenha viu uma de suas principais riquezas, os gentios carijós, sendo interdita, primeiro, pelas ordenações de Alfaro e, depois, pelas reduções jesuíticas. Por fim, os ataques paulistas combinados com a fuga maciça para outras províncias anularam qualquer viabilidade econômica.

Ao que parece, as bandeiras de 1628-1631 foram múltiplas e sucessivas, e não apenas uma de grande porte. Segundo algumas versões, os paulistas andaram cerca de cinco meses nos arredores das reduções, aprisionando índios dispersos e “infieis”. Os próprios jesuítas frequentavam os pousos dos paulistas, com quem mantinham conversação e até certo intercâmbio. Mas um episódio teria desencadeado a série de acontecimentos que levaram ao ataque sistemático das reduções: o apresamento de alguns índios cristãos, supostamente pertencentes à aldeia de um cacique que estivera cativo de Simão Alvares em São Paulo e que se refugiara nas reduções. Os protestos dos jesuítas e as recusas na entrega de Timacaúna teriam despertado a ira dos bandeirantes, em especial de Raposo Tavares e Manoel Preto, líderes da expedição.⁹³³ Os ataques bandeirantes, a partir daí constantes, são, de modo geral, estudados com base nos relatos dos padres jesuítas, principalmente nas cartas de Simão Maceta e Justo Mansilla, que seguiram os índios cativados até São Paulo e relataram as mais terríveis barbaridades cometidas pelos paulistas. Francisco Diaz Taño, Francisco Trujillo e, por fim, Antonio Ruiz de Montoya completam o quadro de narrativas das maldades do verdadeiro anti-cristo travestido de morador de São Paulo. A “*legenda negra*” paulista, junto à imagem de rebeldia, renderia aqui também seus frutos. Violentos, bárbaros, devassos e de fé duvidosa, avançavam famintos sobre os índios. Nos relatos para o final da década de 1630, Raposo Tavares aparecia destruindo igrejas, pisando em santos, matando padres e alegando a posse de Portugal. A versão de um cristão-novo ressentido com a igreja, ou de um agente pró-lusitano, foi amplamente utilizada na época, e deve, acima de tudo,

⁹³³ Relatos pormenorizados, com visões opostas, da presença dos bandeirantes nas proximidades das reduções estão em PASTELLS, Pablo. *História da Companhia...op.cit* e CORTESÃO, Jaime. *Raposo...op.cit*.

ser vista sob a ótica do próprio contexto, ou seja, de apelo às identidades como forma de despertar paixões e reações. Como exemplo, Taño citou um encontro com o bandeirante Francisco Rendom, em que o chamou de português, quando, de fato, era notório castelhano, com fidalguia.

O que nos importa aqui é reafirmar que a destruição das reduções inviabilizou, em definitivo, a região guairenha. Diante do cenário desalentador para a sobrevivência das vilas ali alocadas, os moradores de Villa Rica e Ciudad Real optaram pelo abandono das praças, e alguns deles participaram da mudança de Villa Rica para outro local mais próximo das nascentes do rio Jejuí, porto de embarque da erva-mate. Segundo relatos feitos posteriormente por jesuítas - bastante influenciados pela “lenda negra” paulista -, Villa Rica se viu cercada e assolada pela fome no ano de 1632. Na ocasião:

*El señor bispo D. Frei Cristóvão de Aresti, ali, que o acometeram a la dicha villa, salio com um Cristo en las manos y acompañado de clérigos animando a los espanoles todas las veces que acometieron a la dicha vila y viendo lo peligro y que no podian resistir a enemigo tan poderoso, el sr bispo recogio toda la gente de índios, espanoles, mugeres, y niños, que pudo, y los retiro desta parte del Parana.*⁹³⁴

Entretanto, o grau de cumplicidade e vínculo de alguns grupos com São Paulo deve ter prevalecido na ocasião dos ataques à região, tornando o abandono das cidades, provavelmente, menos traumático e dramático, a exemplo de Santiago de Jerez. A probabilidade de uma saída negociada, e até consentida, não deve ser de todo descartada. Para atestar este ponto de vista, levemos em consideração o número razoável de *vecinos* destas cidades que se dirigiram a São Paulo e lá passaram a residir. A população se dividiu entre manter-se presa às atividades nos ervais, cujas encomendas eram transferidas para as novas áreas, e optar pela migração para São Paulo, em especial nas proximidades de Santana de Parnaíba e, depois, nos núcleos de Sorocaba e Itu, fundações dos irmãos Domingos e Baltazar Fernandes.

Os movimentos de aproximação sistemática entre São Paulo e o interior paraguaio, que se efetivaram no momento mesmo da União das coroas - quando eram todos “cristãos e vassalos de um mesmo rei” -, ocorreram por uma conjunção de motivos e interesses. Corredor para Potosí, trocas comerciais no mercado regional, partilhas sobre a mão de obra indígena são os motivos mais evidentes. Entretanto, estas

⁹³⁴ CORTESÃO, Jaime. *Bandeirantes e jesuítas...op.cit.* “Sobre os motivos que levaram os padres da companhia de Jesus a mudar as reduções do Guairá e aprovação oficial dessa mudança”.1666; p. 397.

relações foram atravessadas por circunstâncias políticas, regionais e imperiais, por redes de interesses, vínculos familiares (muitos deles castelhanos) e cumplicidades. Além disso, ao longo do período da União Ibérica, estas relações viveram diversas fases, indo do intercâmbio equitativo ao esgarçamento absoluto.

As relações também podem, e devem, ser vistas pela ótica do conflito de jurisdições, questão que sempre se colocou como pano de fundo naquele espaço. Desde o século XVI, antes mesmo da União, o tema emergia aqui e ali para justificar determinadas ações. Enquanto foi conveniente, nas primeiras décadas do século XVII, o assunto se dissolveu no manto do império filipino, até ser recuperado com uma virulência cada vez maior. De fato, a questão da jurisdição ganhou um novo ingrediente, isto é, a própria jurisdição eclesiástica, tema caro aos paulistas desde o final do século XVI. Portanto, as indefinições entre as jurisdições de Castela, Portugal, Espanha, do Padroado ou do Papado não só geraram muito discurso, como também legitimaram inúmeros atos.

Concluindo...

São Paulo pode ainda ser tomada como “periferia” do sistema econômico centrado em Potosí. Aproveitou uma “rebarba” do comércio ilegal que passava pelo Rio de Janeiro e São Vicente desembocando em Buenos Aires, mas também soube fazer bom uso das rotas terrestres que atravessavam o Guairá e o Paraguai para atingir os contrafortes andinos. A vila paulista poderia estar duplamente marginalizada ou, se invertermos o ponto de vista, tirando algum proveito de ambas as rotas. O limite econômico de São Paulo era evidente, e a riqueza comercial não foi, de fato, uma realidade, mas a vila participou de um circuito econômico regional, que, muitas vezes, nem chegou a Potosí. Nas relações, interligadas pelo sertão do Guairá, entre São Paulo e o Paraguai, os governadores Francisco de Souza, Hernando Arias, Céspedes e Xeria enxergaram, em algum momento, a alternativa tanto para uma quanto para a outra parte. E isso só foi possível em meio às indefinições identitárias da União Ibérica.

Claro que, em última instância, tudo girava em torno da prata peruana, mas circuitos regionais de trocas e circulação de produtos aconteciam para além, ou aquém, das grandes rotas que convergiam para Potosí. Se, de São Paulo, partiam bandeiras de apresamento e gente proibida para o Peru, não se pode dizer categoricamente que se tratava de ações desconectadas. Como seriam possíveis mundos paralelos numa vila de tão modestas dimensões?! Dela partiam caravanas comerciais, bandeiras e entradas,

num aspecto multifuncional que antecipou, em parte, o sentido das monções do século XVIII. Apresamento, convencimento, passamento e comércio. Seria fortuito o fato de que a reativação do trânsito guairenho, ocorrido em 1603, viesse na esteira das grandes bandeiras de André Leão e Nicolau Barreto? A “pacificação” do caminho foi somente um resultado inesperado do verdadeiro desbastamento que a presença destas incursões armadas deve ter causado nos sertões? A frequência constante do caminho mostra que estava aberta uma relação. Vinho veio e tecido foi! Se a erva, produto que tirou o Paraguai da mais extrema miséria, chegou a São Paulo, não pudemos aferir, mas que os Pretos, os Saavedras e os Freitas tinham parentes alocados no comércio e transporte da erva, no circuito Vila Rica-Maracayú-Assunção, não nos resta dúvida. Parentescos casuais ou redes familiares? Os Godoy iam e vinham...Os Camargo quase se aliaram, via casamento, com os Benitez...Garcia assistiu a casamento em São Paulo...Felipe Nunes morreu no caminho, depois de longa vida guairenha...os Iannes perderam mercadorias no Guairá...os Fernandes eram presença constante no mundo paraguaio e suas conexões, o abrigo para muitos castelhanos nos anos 1630.

O gentio, também ele, foi peça chave! Apresado, trocado, atraído, ele foi o personagem que mobilizou entradas, ataques, cumplicidades, suspeitas e cobiça. Mas, tudo se resumiria ao gentio, como tudo teria se resumido a Potosí? Levantamos com relativa precisão 108 nomes, entre portugueses e castelhanos entrados num prazo de 30 anos. Todos com algum nível de detalhe. Sabemos quando e como entraram, o que faziam, do quê viviam; todos rastreados pelos censos e levantamentos mais variados. De qualquer maneira, representavam uma ínfima parte do que realmente deve ter entrado e passado direto. Estes foram os que restaram! Não buscaram atingir Potosí ou o acaso os teria obrigado a ficar. Para eles, o passaporte, muitas vezes, foi o negro de Angola - a peça que permitiu o primeiro capital. A entrada no circuito de trocas sucessivas que os conduziu a Potosí ou os fez deitar raízes pelo caminho. O negro virava erva, e assim os levava a Assunção, Corrientes ou Tucumã. Um escravo da Guiné equivalia a novecentos pesos em moeda da terra: erva, açúcar, vinho ou as cuñas de ferro retiradas das misteriosas minas de Tambó. Este escravo, na maioria das vezes, solitariamente, se abrigava na condição de criado do licenciado para passar às Índias. Pinheiro usou esta desculpa, e talvez servisse mesmo como atenuante. Isto quiçá explique uma parte dos esparsos escravos negros presentes em poucos inventários paulistas.

A cumplicidade e a rede de escolta e proteção montada no percurso de São Paulo a Assunção renderam alguma coisa, como os panos e *patacones* aos Godoy. Em São

Paulo eram abrigados, se capitalizavam, compravam seu “passaporte” pelos rios e sertões, com as bandeiras, com os “*coiotes*”. No trajeto, alimentavam, muito provavelmente, algum resgate com os índios aliados. Comida e salvo-conduto por pentes, camisas, contas, facas. Em Vila Rica, uma nova rede, pois, dali, o Paraguai se abria a Assunção ou aos caminhos marginais rumo a Potosí. A erva era a moeda! Comprada com o que se trazia de São Paulo, seu embarque nas balsas garantia-lhes também o transporte. Daí em diante esta pesquisa os perde... Os poucos presos, com bens sequestrados, tinham seus panos, linhos, lenços, e demais pertences, repartidos com gana. Serviam de propina, de agrado, de moeda de troca. Surgiu, de fato, um circuito regional que unia São Paulo ao Guairá! O gentio, cobiçado e disputado por guairenhos, paulistas e jesuítas, também foi repartido com gana. Gana tal que levou à ruína das reduções e, finalmente, das vilas guairenhas.

CAPÍTULO 4

IDENTIDADES E CONFLITOS

Neste quarto e último capítulo pretendemos problematizar as identidades possíveis naquele contexto e os inevitáveis conflitos surgidos no bojo de suas definições e demarcações. Um trabalho sobre a influência castelhana em São Paulo demanda discutir o que significava, afinal, ser castelhano, ou português, ou espanhol, em terras americanas, bem como ponderar as várias possibilidades de compor, mesclar e agregar estas, e outras, identidades. É, portanto, também uma tentativa de entender como as identidades podiam ser manipuladas e utilizadas, inclusive no campo retórico, para fomentar ações e reações. De qualquer forma, a partir da década de 1620, os partidarismos e as identificações passaram a ser cobrados, e defini-los gerou, por conseguinte, vários atritos, desconfiças e realinhamentos. Na São Paulo de inúmeros castelhanos, por exemplo, a notícia da chamada “Restauração” de Portugal, em 1641, teria engendrado aclamações, tumultos e conspirações. Como em outras partes, também na pequena vila, pareceu mais fácil aceitar Felipe II em 1580 que D. João IV em 1640. O que propriamente havia mudado nestes tempos?

O fim do Guairá e o início da “lenda negra” dos moradores de São Paulo.

Grande parte de nossa identidade se faz no contato com o *outro* e também na forma pela qual este mesmo *outro* nos vê. O jogo especular, e dinâmico, da formação das identidades é uma das principais características deste fenômeno.⁹³⁵ Neste sentido e para o que nos interessa aqui, os moradores de São Paulo foram particularmente identificados no contexto dos ataques às reduções jesuíticas do Guairá.

Depois das entradas iniciais, entre 1628 e 1629, nas quais os paulistas atacaram as primeiras reduções, os padres Justo Mancilla e Simão Masseta seguiram os bandeirantes e índios arregimentados e capturados por caminhos e rios, que acabaram levando-os até São Paulo. Eles tentariam de todas as formas, ao longo do trajeto, angariar a simpatia das autoridades locais para reaver os índios. Mas, diante das sistemáticas negativas, acompanhadas de intimidações, eles resolveram ir ao Rio de Janeiro e, depois, a Salvador, onde encontrariam pessoalmente o governador-geral Diego Luis de Oliveira, que lhes deu uma provisão ordenando aos moradores de São

⁹³⁵ TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. V.1. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

Paulo a devolução dos índios apresados. Dali, iniciaram uma eficiente campanha missivista. Cartas foram direcionadas ao rei, ao provincial da Companhia Francisco Vazquez Trujillo, ao padre Francisco Crespo e ao padre Diego Boroa, entre os anos de 1629 e 1630. Estes, por sua vez, acionaram as redes de governança, gerando uma série de cartas e bandos dos governadores do Rio da Prata e Paraguai, inclusive, do então idoso e alquebrado Hernando Arias.⁹³⁶

As cartas de Masseta e Mancilla narram, com maior ou menor quantidade de detalhes, as ações de “algunos vecinos y moradores de la vila de San Pablo de Piratininga de la capitanía de S Vicente del estado del Brasil” contra as reduções instaladas no Guairá.⁹³⁷ Não vamos aqui descrever as minúcias dos ataques, mas somente analisar a retórica utilizada em função deles. Na carta escrita ao rei, quando estavam na Bahia, os padres afirmaram que os ataques significavam uma ofensa às “leys del Rey nuestro señor” e de Deus. Segundo eles, os “portugueses” de São Paulo – termo recorrente ao longo da carta – atacavam usando “vanderas, como se fueran lebandados y amutinados contra su real corona”. Usavam outras bandeiras, que não a de Castela, e, pior, diziam que os índios que vinham buscar pertenciam à Coroa de Portugal, já que estavam em território sob jurisdição portuguesa. A argumentação de que as ações dos moradores de São Paulo ofendiam questões de soberania e limites cumpria obviamente uma função política, pois construía um cenário de conflitividade que permitia transcender a questão do apresamento indígena. O que poderia ser um problema de cunho local, ou regional, tornava-se assim um assunto de amplitude imperial. Mesmo diante disso, os padres diziam que “aunque los españoles entienden con mas fundamento que no son sino de la Corona de Castilla, por estar junto a Guayra y Villa Rica, que son dos pueblos de españoles, y por otras razones, pero que no nos fundamos nosotros en esto, ni nos metemos en averiguar términos, ni divisiones de reynos (...) no los llevamos de una corona para la outra...”, como faziam os próprios portugueses. Ademais, diziam que pouco importava se se era de uma ou outra Coroa, já que ambas “teniam la misma fe y Rey”. Assim, os portugueses de São Paulo instauravam, para os padres, a divisão no que deveria ser, teoricamente, uma unidade.

⁹³⁶ Uma sucessão de cartas dos padres Mancilla e Masseta está em *Separata dos Anais do Museu Paulista. Parte Segunda. Documentação Hespanhola*. São Paulo: Museu Paulista, 1923.

⁹³⁷ “Relação feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta, quer ao rei, quer ao provincial Francisco Vasquez Trujillo sobre os estragos causados pela grande bandeira de Raposo Tavares às missões do Guairá nos anos de 1628-1629.” Salvador. Bahia de Todos os Santos. 10/10/1629. In CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá...op.cit.*

Além da questão dos limites, que os padres reafirmavam, para, em seguida, tentar dissolver – o que, em parte, reproduz a fluida situação da União Ibérica –, o outro tema sensível, e sobre o qual os padres possuíam amplo recurso retórico, era a questão da fé. Um incrível e assustador rol de maldades praticadas pelos portugueses (e seus aliados índios tupis) reforçava certo sentido herético das ações paulistas. Os padres narravam como os *vandoleros* não respeitavam as coisas santas, ridicularizavam a pobreza “santa” dos padres, roubavam coisas da missa, “hechando por el suelo el vaso con agua bendita”. Além disso, “no puede aver duda, que entro ellos no faltarian herejes y judios, y que tenga mucho fundamento la fama que corria, de que avia entre ellos, quien llevaba en los zapatos las estampas de N Señora, de S Juan y de N Santo Padre Ignascio”. No trajeto até São Paulo, os padres contavam como os paulistas largavam velhos e doentes pelo caminho, abandonavam crianças sozinhas nas matas e castigavam com violência os índios. Nas “40 jornadas”, tempo que durou a viagem, os padres viveram em penitência e provação diante da fome, frio e doenças, e suportaram o tratamento que recebiam dos paulistas, que os consideravam não como sacerdotes, mas como “pícaros y infames”. O clima de heresia, infidelidade e blasfêmia dava o tom do comportamento dos moradores de São Paulo, que sobrepujava, nesse sentido, até mesmo “nações” reconhecidamente infiéis, pois “ni turcos, ni moros, ni infieles se atrevien hazer contra las leyes de su Rey con tanta libertad...”. Portanto, nas cartas dos padres, os paulistas eram retratados como desrespeitadores das leis da Coroa e da Igreja, o que poderia configurar crime de lesa-majestade e motivo de excomunhão. Aos padres, impressionava que, entre portugueses, nação, segundo eles, tão fidelíssima e que tanto serviço cumprira na propagação da fé no Oriente, este comportamento prevalecesse.

Para eles, a explicação disso estava que, em meio aos portugueses de São Paulo, existiam hereges, judeus e estrangeiros; sem contar alguns *vandoleros*, que viviam anos nos sertões, tornando-se praticamente bárbaros, amancebando-se continuamente com indígenas. Masseta e Mancilla citavam Ascenso Ribeiro que, segundo eles, teria ficado dezoito anos percorrendo os sertões e cativando índios. Por fim, os padres identificavam certa cumplicidade e conivência das autoridades, que não só acobertavam as traições dos paulistas, como delas se beneficiavam. O próprio governador, além de não punir, ainda ajudava e mandava cobrar o *quinto* sobre os índios, como se fossem metais.⁹³⁸ Por

⁹³⁸ Aqui se faz uma referência à provisão do governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, de 25 de maio de 1624, que autoriza o descimento de gentios para as minas de São Paulo – mas proíbe sua venda – e ordena que “hei por bem que todos os moradores daquela vila que forem ao sertão paguem o quinto das peças que trouxerem o que se fará por ordem do capitão e oficiais da câmara dela assistindo a isso Manuel João Branco (...) metade do dito quinto reformem

fim, numa espécie de ameaça velada, os padres afirmavam que se o papa soubesse o que se passava, com certeza acudiria com prontidão. O *Padroazgo* tornava as questões religiosas, em seu caráter institucional, atreladas à jurisdição do rei, portanto os castigos tinham que partir da Coroa, como eles mesmos esperavam e clamaram no final da carta.

De qualquer modo, para além da evidente violência perpetrada pelos paulistas, os artifícios retóricos contribuía para a mobilização de identidades e de ações na defesa das jurisdições comprometidas. Da parte dos paulistas, um dos argumentos costumeiros, em seus embates com os jesuítas, concernia ao dilema da jurisdição da Coroa e da Igreja sobre os índios. O *Padroado* tornava a soberania e o *dominium* sobre estes povos uma questão real, subordinando, assim, a esfera clerical.⁹³⁹ Obviamente a argumentação era conveniente aos paulistas para impedir o controle temporal dos padres sobre os índios, mas isso talvez explique, no fundo, porque eram os moradores de São Paulo que chamavam os padres de “hereges e infames”, invertendo, num aparente paradoxo, a situação, conforme narrava Antonio Montoya.⁹⁴⁰

O próprio discurso da jurisdição de Coroas também respondia a certas conveniências. A questão, confusa desde sempre, visto que os espaços interiores daquela parte da América eram já bastante imprecisos, se tornou ainda mais embaralhada no contexto da União. É claro que a vassalagem comum, todavia de coroas diferentes, de portugueses e castelhanos diante de um mesmo rei gerava uma dubiedade, facilmente manipulável frente às mais diversas situações, como bem provam as alegações dos portugueses “proibidos” no Paraguai que se justificavam sob o argumento de que eram vassalos do mesmo rei. Já na década de 1610, os padres Diego Gonzáles e Diego Torres debatiam se os índios das reduções pertenciam ao Brasil ou ao Paraguai, conforme colocara em pauta o governador D. Francisco de Souza ao proibir o descimento dos índios de São Paulo para as reduções do Guairá.⁹⁴¹ No ano de 1619, Manoel Preto percorreu a região para recuperar os índios que lhe pertenciam, ou a outros moradores de São Paulo, que haviam fugido para as missões.⁹⁴² Este mesmo tipo de argumento legitimou Simão Álvares para atacar as missões do Guairá em 1629: a posse privada de índios. Na década de 1630, conforme depoimentos de moradores da

as ditas aldeias e a outra metade se [envie] a esta cidade (Salvador) em um navio que se tomará por conta da fazenda de sua majestade para aqui se situar uma aldeia na parte que for mais a propósito” RGCSP. 25/05/1624.

⁹³⁹ RUIZ, Rafael. *São Paulo... op.cit.* e BONCIANI, Rodrigo. *O dominium...op.cit.* A lei de 1611, de qualquer forma, sacramentava a opinião dos paulistas, já que permitia a nomeação de um leigo como capitão de aldeia.

⁹⁴⁰ MONTOYA, Antonio Ruiz. *La conquista...op.cit.*

⁹⁴¹ PASTELLS, Pablo. *História de la...op.cit.*

⁹⁴² *Apud* JENSEN, Carlos E. *El Guairá...op.cit.*

vila de Santiago de Jerez, os moradores de São Paulo que assediaram a vila diziam que aquela região pertencia à jurisdição da capitania de São Vicente, e, para tanto, citavam nominalmente o donatário Conde de Monsanto.⁹⁴³ Estes exemplos nos permitem subentender que as jurisdições não eram necessariamente confundidas com territórios “nacionais”, ou mesmo reinóis, já que poderiam justificar demandas pessoais, locais ou regionais. Efetivamente, a demanda por índios sempre foi a pedra de toque da presença de moradores de São Paulo no Guairá, mas, para além de certo essencialismo econômico que esta visão guarda, outras questões atravessavam este desejo, e os conflitos entre bandeirantes e jesuítas dele resultantes.

Segundo relatos do Provincial padre Francisco Vazquez Trujillo, de 1631, Raposo Tavares alardeava, enquanto assediava as missões do Guairá, que a região pertencia à Coroa de Portugal e, diante dos incrédulos padres, ainda se embasava no “libro de Moisés”.⁹⁴⁴ Ou seja, isto já configurava uma mistura explosiva de disputa jurisdicional com forte carga judaica e herética. Prato cheio! Entretanto, como mostra Patrícia Seed, o *Deuteronomio*, parte do Velho Testamento geralmente utilizado nas justificativas de guerras, tinha uma larga tradição na Península Ibérica, fundamentando, inclusive, Palácios Rubios, autor do famoso *requerimiento*, instrumento fundamental na conquista espanhola na América e que legitimava, ou tornava justa, a guerra contra o índio.⁹⁴⁵ Assim sendo, poderia bem significar mais um *castelhanismo* que uma prática propriamente judaica.⁹⁴⁶ De qualquer forma, Trujillo deixava a presença dos paulistas ainda mais afrontosa ao narrar um diálogo mantido com Antonio Pedroso e Francisco Rendon (este, curiosamente, um castelhano), “que hacian esta guerra por mandado que les tenia dado en el Brasil, y que su intento de ellos es traer de Holanda el hijo de D. Antonio al Estado del Brasil y levantarle por Rey”.⁹⁴⁷ O que parecia uma ameaça puramente jurisdicional, com Mancilla e Masseta, ganha ares de sublevação judaico-flamengo e crime de lesa-majestade, com Trujillo. O padre manipulava e mobilizava os maiores medos da monarquia!

⁹⁴³ AGI, Escribania da Cámara, 892A

⁹⁴⁴ “Declaracion jurada en la informacion acerca de los daños hechos por los portugueses de san pablo en las reducciones del Guaira”. In: PASTELLS, Pablo. *História de la Compañía...op.cit.*

⁹⁴⁵ SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Unesp, 1999.

⁹⁴⁶ A condição de “cristão-novo” de Raposo Tavares já despertou alguma atenção. Conforme processo inquisitorial sofrido por sua madastra, em Portugal, seu pai, Fernão Vieira Tavares, era cristão-velho. De qualquer modo, Novinski acredita que Tavares alimentava um ódio especial contra os jesuítas, já que estes cumpriam papel central na Inquisição na América. Processo em INTT, *Tribunal do Santo Ofício*, 11992. NOVINSKI, Anita. “Paulistas cristãos-novos contra os jesuítas” In: *Revista USP*, São Paulo, 65, 96-104, março/maio 2005.

⁹⁴⁷ “Carta do Padre Francisco Vazquez Trujillo de 25/02/1631” in: PASTELLS, Pablo. *História de la...op.cit.* 74-3-31.

Na perspectiva de São Paulo, as atas da Câmara de 1626 faziam referência à entrada de moradores de Vila Rica que “vinham dentro das terras da coroa das terras de Portugal e cada vez se vinham apossando mais delas”.⁹⁴⁸ Este clima aparente de disputa entre coroas já redundou, aliás, em um trabalho de fôlego de Jaime Cortesão, no qual se tentou traçar, através de uma grande capacidade de articular informações esparsas numa coerente rede com forte sentido retrospectivo, um cenário de conflito “nacionalista” em pleno interior da América.⁹⁴⁹ Efetivamente, certo “sentimento nacional”, mais que “nacionalismo”, parece ter estimulado algumas ações e mesmo servido como instrumento de mobilização e justificativa. Mas não acreditamos que este tenha sido o motor principal das ações dos paulistas, nem que compusesse um sentimento coeso e sólido. Quando o padre Francisco Taño promoveu sua ampla acusação ao governador paraguaio Luiz de Céspedes e Xeria, frisou como o acompanhante de sua esposa, André Fernandes, tinha cravado uma bandeira do reino de Portugal em plena praça central de Assunção. Que os paulistas carregavam bandeiras, já o haviam revelado os padres Masseta e Mancilla, mas quanto a estas serem das armas de Portugal foi a única referência explícita, mesmo porque, de modo geral, se falava em bandeiras com brasões e sinais privados.⁹⁵⁰

O próprio Montoya reconhece, na vila de São Paulo, a presença de inúmeros castelhanos, portugueses e italianos, e, na bandeira de Antonio Raposo Tavares, por exemplo, participavam vários castelhanos, inclusive o fidalgo D. Francisco de Rendon, que manteve conversações diretas com Trujillo, sem jamais ser referido pelo jesuíta como castelhano.⁹⁵¹ Portanto, denotar certo conflito entre coroas e jurisdições como elemento central das bandeiras retirava-lhes seu conteúdo privado, local ou regional, dando-lhes um sentido maior, englobador, que possibilitaria, aos jesuítas, estimular uma reação mais aguda da Coroa. Ainda nesta linha, o padre Diogo Boroa, no contexto das invasões do Tape, em 1636, falava de como Raposo Tavares e seus companheiros haviam levantado bandeira e juntado exército a toque de caixa para fazer guerra não contra o inimigo do rei, mas sim contra a própria Coroa, profanando igrejas, terras e vassalos, e, assim, demonstrando ser mais “inumanos que alarbes, hereges, calvinistas o huguenotes...”.⁹⁵² Curioso contraponto é fornecido por uma carta de Juan Baptista de

⁹⁴⁸ ACVSP, 02/10/1626.

⁹⁴⁹ CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares...op.cit.*

⁹⁵⁰ Sobre as “bandeiras” dos paulistas, ver BLANCO, Ramon. *Las Bandeiras...Op.cit.*

⁹⁵¹ A lista parcial dos bandeirantes que assediaram o Guairá em 1629 está em: PASTELLS, Pablo. *História...op.cit.*

⁹⁵² “Carta do provincial padre Diogo de Boroa ao rei”. 1637. CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Tape...op.cit.*

Ivarraçaval, que visitou Maracayú em 1633 e denunciou os espanhóis por usarem o pretexto das bandeiras portuguesas para realizar suas próprias *malocas*. Mancomunados com os moradores de São Paulo, eles repartiam os índios “como si fueran sardina q se van sacando de un cesto”. Segundo Juan Baptista, os espanhóis entregavam espontaneamente parte dos índios aos portugueses, o que o espantava, já que, em relação às bandeiras, o certo seria “ampliarlas e estenderlas a la corona de Castilla”, e não praticar a “traição”, como faziam.⁹⁵³ Embora buscasse sentido na demarcação das Coroas, Juan Baptista nos faz ver que a realidade não se encaixava nesta perspectiva.

Os padres Mancilla e Masseta escreveram ainda outras cartas sobre os ataques dos paulistas às reduções, mas numa delas, dirigida ao procurador da Companhia de Jesus, denotam como a causa das jurisdições poderia não ser verdadeiramente o assunto principal:

*Mi padre procurador, en que tierra estamos? Que vassalos de la Magestad Catolica hagan guerra a vassalos de la misma magestad y catholicos no por outro titulo o causa sino para que los hagan sus esclavos y captivos, en que terra estamos? Que ni entre herejes ni moros si hiziera esto.*⁹⁵⁴

Por outro lado, o padre Francisco Crespo, em memorial de agosto de 1631, declarava que os paulistas usavam os caminhos proibidos, escravizavam os índios sob força das armas e atuavam contra “Dios Nuestro Señor y contra Vuestra Magestad y contra los mismos indios y su conservacion a la fe catholica...”. Por fim, agiam de má fé “abriendo coronas...”. Crespo ainda fazia alarmar a Coroa sobre o risco dos inimigos hereges, flamengos, aproveitarem a comunicação aberta pelos portugueses, “por la maior parte foragidos y castigados del Brasil y otras partes, cristianos nuevos”, para chegar a Potosí.⁹⁵⁵ O padre usava todos os recursos disponíveis para identificar os moradores de São Paulo como: contrabandistas, hereges, desleais e aliados dos inimigos flamengos.⁹⁵⁶ Bem cumpria, como procurador da Companhia, o papel de despertar reações na Corte para a reparação dos danos.

⁹⁵³ AGI Charcas 120. 20/05/1633

⁹⁵⁴ “Carta del Padre Justo Mansilla de la Compañia de Jesus al padre Francisco Crespo de la misma Compañia.” 1630. In: *Separatas dos Anaes...op.cit.*

⁹⁵⁵ AGI, Charcas 2. “Memorial de Francisco Crespo”, 22/08/1631.

⁹⁵⁶ A ideia de que São Paulo era lugar de reunião de fugitivos é bastante persistente. Os jesuítas, autores da “lenda negra”, assim sustentaram-na ao longo do século XVII. Na historiografia, Pedro Taques confirmava que alguns criminosos envolvidos com crimes de lesa-majestade escolheram a vila como refúgio. Rodrigo Bentes acha que congregava também “bandos rebeldes espanhóis”. José Salvador e Luis Felipe de Alencastro acham que uma parte importante deles tratava-se de cristãos-novos fugindo do Santo Ofício. Boxer cita uma obra do século XVIII, *Vanish Arcádia*, de Cunningham Graham, que falava de um “ninho de piratas e valhaçouto de todos os valentões do Brasil e do Paraguai.” BOXER, Charles. *Salvador...op.cit.* (p.38) Esta reunião especial de marginais, bandidos, rebeldes e

De qualquer forma, recuperar estas questões, em especial, as dos limites jurisdicionais, só fazia sentido numa circunstância em que elas tivessem alguma relevância. Assim sendo, este conteúdo era um dos ingredientes retóricos possíveis, e disponíveis no contexto.⁹⁵⁷ Outro era a ofensa à religião. O padre Masseta já havia inaugurado o expediente ao chamar o bandeirante Frederico de Mello, português *vecino* de Villa Rica durante anos, de “demônio encarnado”; mas, neste quesito, o padre Antonio Ruiz de Montoya foi imbatível.⁹⁵⁸ No seu famoso trabalho intitulado *La Conquista espiritual del Paraguay*, a retórica dos ataques paulistas como sinônimo do juízo final é uma constante. A narrativa é permeada de milagres e atos valorosos dos padres na conversão do gentio e sua redução, que são repentinamente interrompidos pelos bandeirantes, insurgentes portadores da mensagem do demônio. Conforme ele narra, um índio tivera a visão profética do demônio que se apresentava “en figura de un hombre alto y bien dispuesto, con una escopeta al hombro, al modo con que andan hoy los maloqueros que andan a debelar indios”.⁹⁵⁹ Impressionava ao padre o fato de os paulistas, cristãos, fazerem guerra à fé de Cristo, e chamava, nominalmente, aos paulistas de “anti-Cristo”, que haviam promovido verdadeiro *apocalipse* sobre as reduções.

A retórica anti-paulista, surgida neste momento, sobretudo, pela pena dos padres jesuítas, daria origem ao que ficou conhecido como a “lenda negra”. Esta, dotada de conteúdo variado ao longo do século XVII, apresentou feições bem determinadas na primeira parte do século, já que apontava na direção da heresia e do desrespeito à vassalagem real. Os paulistas instalavam, segundo as narrativas, a desarmonia e a desunião, num império que se projetava cada vez mais unido. Na década de 1650, o padre Francisco Dias Taño, em suas cartas e memoriais, também alimentaria a lenda, agregando-lhe o conteúdo *rebelde*.⁹⁶⁰ No contexto das guerras peninsulares iniciadas

hereses favorece uma explicação fácil ao caráter rebelde da vila e alimenta a “lenda negra”. Uma parte consistente dos homiziados da vila, o eram exatamente pelas idas ao sertão, agindo contra os bandos da Coroa. Assim, a criminalização dos moradores da vila foi um fato dado pelas circunstâncias internas, e não pela reunião fantástica de contraventores sem freios acantonados numa vila inexpugnável. Os próprios oficiais da Câmara, no ano de 1637, protestaram contra essa visão feita “com falsa informação e dada por homens delinquentes fascinados”. Diziam os oficiais que “havendo nela (vila) passante de seiscentos vizinhos não são bastantes trinta homens delinquentes e solteiros e forasteiros e não serem os mais deles da republica...” RGCSP, Vol. II, 1637.

⁹⁵⁷ O próprio Cortesão reconhece como as cartas de Masseta e Mancilla tinham diferenças significativas, comparando-se a enviada ao rei ao provincial. A primeira era mais passional e mais assertiva nas afrontas à Coroa. A segunda, mais sóbria, ressaltava o bom cumprimento da missão pelos padres e os prejuízos trazidos pelos moradores de São Paulo. Um confronto entre as duas, publicadas lado a lado, está em: CORTESÃO, Jaime. *Bandeirantes e jesuíta no Guairá...op.cit.*

⁹⁵⁸ *Separata dos Anais do Museu Paulista...op.cit.* “Carta de Simon Masseta ao Padre Crespo. 13/09/1629.”

⁹⁵⁹ MONTAYA, Antonio Ruiz de. *La conquista...op.cit.*, p.100.

⁹⁶⁰ AGI, Charcas 33, 14/03/1658. O Padre Francisco Taño fala em índios “robados y llevados a la corona de Portugal por los rebeldes de SanPablo del Brasil...”

com a chamada “Restauração” de Portugal, os ataques paulistas ganhariam uma nova dimensão, pois espelhavam no interior da América um conflito dinástico. Não que qualquer desobediência paulista já não fosse tema de queixas dos jesuítas. Mancilla relatava como os moradores de São Paulo cooptavam autoridades com ouro e índios, reservando àqueles que eram incorruptíveis ameaças diretas, como teriam feito com o desembargador Antonio Mesquita, sobre o qual atiraram “unas flechas a su ventana, con un escrito, que aquellas iban a la ventana, pero que otras le avian de ir al corazon, si no desistia de apretar el negocio”.⁹⁶¹ Aliás, fora o próprio Masseta um dos primeiros a caracterizar São Paulo como uma “Rochela”, pois, além de seu conteúdo herético, carregava forte dose de inexpugnabilidade. Entretanto, o questionamento de ordens e as práticas de cooptação de autoridades não eram exclusividade da vila de São Paulo. O que daria a marca peculiar à “lenda negra” paulista seria sua sobrevivência no tempo, resultante da forte e persistente propaganda jesuítica e de sua capacidade de se atualizar em novos contextos e situações.⁹⁶² Adriana Romeiro identifica exatamente em Masseta e Mancilla, Montoya e Taño os arquitetos das representações do paulista como vassalos indômitos e rebeldes, ciosos de sua vida como “homens livres e avessos às normas da vida política do Antigo Regime”.⁹⁶³ Entretanto, ela sugere que a “lenda negra” passou do caráter bárbaro e herético, que recusava os valores cristãos, para um conteúdo de natureza política, transformando os paulistas em homens livres e avessos às normas. De fato, na primeira metade do século XVII, as questões do barbarismo e da heresia eram conteúdos fundamentais, mas, desde o princípio, vinham igualmente acompanhadas do atentado às leis e jurisdições da Coroa. Na retórica que se construiu contra os moradores de São Paulo no contexto da União Ibérica, a partir da década de 1620, predominou a identificação destes como “portugueses”, heréticos, vassalos desleais, afrontadores das leis e jurisdições da Coroa e de costumes violentos e bárbaros. A “demonização” do inimigo deveria demarcar bem as posições e mobilizar o a maior quantidade de recursos possíveis contra ele. Nesse sentido, apelar para a retórica de portugueses contra a coroa de Castela era bastante conveniente.

⁹⁶¹ “Carta do Padre Justo Mansilla de 02/10/1629”. PASTELLS, Pablo. *História...op.cit.* p.189.

⁹⁶² Os trabalhos de Adriana Romeiro e John Monteiro fazem um bom apanhado da lenda negra, em especial, no século XVIII, já relacionada ao contexto das Minas Gerais. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*, Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

⁹⁶³ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas...op.cit.* p.228.

Um último tema seria ainda agregado aos paulistas, todavia de maneira mais irregular. A identificação dos moradores com os *mamelucos*, curiosamente, aparece pouco nas missivas jesuíticas deste tempo. De modo geral, nestas, remete-se aos “portugueses” e “tupis” como seus asseclas. Já o governador do Paraguai, Martim de Ledesma Valderrama, em 1637, afirmava com todas as letras as “insolencias y atrevimientos de los portugueses mamelucos del puerto de San Pablo que en desacato de S magestade desde el ano de vinte y ocho anentrado a usurpar la real jurisdicion y terras desta província”.⁹⁶⁴ Pedro Taques também comentava sobre a obra do jesuíta Francisco Xarque de Almeida, publicada em 1687, que tratava os paulistas como “mamalucos e lobos carniceiros contra os índios”.⁹⁶⁵ Por fim, numa carta do governador de Buenos Aires, relata-se o caso de Juan de Peralta, morador de São Paulo que chegou à cidade na década de 1630, depois que sua vila natal, Villa Rica, “fue embadida por los mamelucos”.⁹⁶⁶ Por outro lado, mesmo Montoya, que chegou a promover uma comparação entre os moradores de São Paulo e os de Assunção em 1643, chamava os paulistas de “gente mui belicosa y bestial, es cierto”, mas nada falava sobre os mamelucos. Estes, se comparados aos *mancebos da tierra* do Paraguai, deveriam carregar certa visão negativa, como já referenciamos no capítulo 3. Para Efraim Cardozo, os *mestizos* do Paraguai, ou mancebos da terra, eram “soberbos y inquietos”, e associados, de modo geral, com a delinquência e excessiva liberdade, mesma tônica reconhecida por John Monteiro e, aliás, atribuída aos mamelucos que acompanhavam os paulistas nas Minas Gerais no século XVIII.⁹⁶⁷ Na clássica obra fomentadora da “lenda negra” paulista no século XVIII, do padre Charlevoix, os mamelucos eram considerados geração perversa, e tinham tal nome “por causa da sua semelhança com os antigos escravos dos soldões do Egito”.⁹⁶⁸

A associação do morador de São Paulo ao *mameluco* não parece ter sido, portanto, tema fundamental da retórica jesuítica no tempo da União, sendo desdobrada mais fortemente na segunda metade do século XVII. O que, sim, nos parece claro é que, entre o final da década de 1620 e o fim da União Ibérica em 1640, a retórica sobre o morador de São Paulo tentava acentuar sua condição de “português”, que afrontava a Coroa e a fé. Daí Antonio Ruiz de Montoya ter resolvido, inclusive, acionar uma série

⁹⁶⁴ AGI, Charcas 56, 07/10/1637.

⁹⁶⁵ LEME, Pedro Taques de Almeida P. *Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do colégio de São Paulo*. p.178-179

⁹⁶⁶ AGI, Charcas 260. “Carta do governador de Buenos Aires de 1679.”

⁹⁶⁷ CARDOZO, Efraim. *El Paraguay Colonial*. Asuncion: El Lector, 1996. MONTEIRO, John. *Tupis...op.cit.*

⁹⁶⁸ *Apud* MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias...op.cit.*

de mecanismos para contra-atacar os paulistas.⁹⁶⁹ Montoya foi à Madri, onde tentaria conseguir uma autorização para armar os índios das reduções⁹⁷⁰; enquanto o padre Francisco Taño se dirigiu a Roma, para pleitear uma bula papal pela excomunhão dos escravizadores dos indígenas. O tema do armamento dos índios era polêmico e assustava os próprios moradores do Guairá, que tudo fizeram para tentar impedir tal prática.⁹⁷¹ Assim mesmo, Jaime Cortesão acredita que, desde os primeiros ataques, os índios já estavam armados e disciplinados para a guerra, visto que ex-soldados faziam parte dos quadros da Companhia no Paraguai.⁹⁷² De toda forma, os índios então armados imprimiram uma importante derrota aos paulistas na batalha de M' Bororé, em 1641. Depois dela, durante alguns anos, os paulistas deixariam a região do Guairá “em descanso”, voltando suas atenções para outras áreas. Coincidentemente, ou não, a batalha ocorreu no mesmo contexto do fim da União das coroas.

Montoya, natural de Lima, foi soldado e “homem de mocidade estúrdia e dissoluta”, segundo o julgamento nada imparcial de Cortesão. Antes de viajar para Madri, passou pelo Rio de Janeiro, onde permaneceu entre 1637 e 1638. Ficou no colégio dos jesuítas por quatro meses, e sobre o Rio de Janeiro escreveu que era “um canto de arrabalde de sua cidade natal” (Lima) e a maioria dos habitantes composta por judeus que se matavam uns aos outros.⁹⁷³ Ali, junto com o prelado da cidade, Lourenço de Mendonça, e em articulação com o padre Francisco Crespo, pleiteou a criação de um bispado no Rio de Janeiro, pois todos eles identificavam nesta ausência uma liberdade maior para os paulistas afrontarem a Igreja e, inclusive, passarem gente disfarçada de padre para os sertões com o intuito de enganar os índios.⁹⁷⁴ De qualquer forma, em 1638, Montoya já se encontrava em Madri tentando uma consulta com o Conde Duque

⁹⁶⁹ Usamos o termo “paulista” por comodidade. De fato, ele só surge na segunda metade do século XVII, das prováveis mãos do Padre Antonio Vieira.

⁹⁷⁰ AGI, Charcas 2, 17/01/1641.

⁹⁷¹ Luis de Céspedes Xeria reclamava abertamente de tal perspectiva, e proibiu terminantemente que os jesuítas armassem os índios, já que lhe cabia a defesa das reduções. Além disso, demonstrou indignação, pois os portugueses eram “cristianos vassallos del rey nuestro señor, y portugueses del reyno de Portugal, de quien esta siendo rey el de Castilla y de Leon, el rey nuestro señor.” Postura que, aliás, foi vista como mais uma peça incriminadora nas acusações contra ele. *AMP*, TI, Segunda Parte, 202-205. O cabildo de Assunção, ao protestar formalmente contra isso em abril de 1637, alegava que “se va introduzindo en aquellos indios armas de fuego de que usa el espanhol cosa que jamas se a visto en las indias y con las que ellos ansido sujetos....”. Alertava sobre o perigo para as Índias de Castela de tal medida. AGI, Charcas 33, 11/04/1637. De todo modo, um auto feito pelo próprio *cabildo* revelou o amplo uso de armas de fogo pelos índios e o treinamento militar que lhes foi dado pelos padres. AGI, Charcas 33, 1639.

⁹⁷² CORTESÃO, Jaime. *Raposo...op.cit.*

⁹⁷³ “Carta do Padre Antonio Ruiz de Montoya ao Padre João de Ornos” *op.cit.*

⁹⁷⁴ Cartas do padre Francisco Crespo e de Lourenço de Mendonça estão em *Separatas dos Annaes do Museu Paulista*. Parte Segunda. Documentação Hespânica, 1923. Sobre os pleitos para a criação do bispado, ver RUPERT, Arlindo. “O Prelado Lourenço de Mendonça. O 1º bispo eleito do Brasil” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. 311, 1976, p.13-33. Mendonça já reivindicava a criação da diocese do Rio de Janeiro desde 1631. Neste sentido, as demandas de Montoya e Crespo eram mais um argumento para reforçar seu pedido.

de Olivares para arrancar alguma providência mais rigorosa contra os paulistas.⁹⁷⁵ Requeria, além da condenação destes, o direito de armar os índios e um controle mais rigoroso sobre as capitanias do sul do Brasil através de um bispado e de um aparato inquisitorial.⁹⁷⁶ Ainda no ano de 1638, o comissário do Santo Ofício no Paraguai, o jesuíta Diego de Alfaro, organizava um auto para investigar os “portugueses y otras personas da costa do Brasil y de otras provincias e naciones...”, em especial os membros da família Fernandes, de Parnaíba.⁹⁷⁷

O sucesso da missão de Montoya se revelou a partir das providências iniciais emitidas com a Real Cédula dada ao governador do Paraguai em 1639. Claramente demarcatória em seu espírito, ela reproduzia o tom e as acusações das cartas jesuíticas. Alegava que, esgotados os índios da jurisdição de Portugal, os “portugueses” passaram a levantar bandeiras e atacar as áreas de Castela, tanto nos Patos quanto no Paraguai. Reforçava a crueldade dos ataques e a utilização de padres falsos. Acusava os moradores de São Paulo de profanar e vilipendiar igrejas, “como luteranos (...) la mayor parte demas de ser delinquentes fascinerosos desterrados de Portugal por sus delitos son christianos nuevos”. A prova apresentada era a de que os índios apresados e repartidos recebiam nomes do Velho Testamento. Recomendava ainda a pena de lesa-majestade a todos, tanto de Portugal quanto de Castela, que participassem, sob qualquer pretexto, nestes empreendimentos, condenando a todos os que vendessem ou comprassem índios. Exigia a devolução dos índios ao Paraguai e mandava que se enviassem presos a Madri, “sin alarde”, os acusados, Raposo Tavares e Frederico de Mello. Exigia a saída do Brasil de todos os “castellanos o portugueses que ubiesen sido vecinos del Paraguay”, que poderiam servir de guias nas entradas. E, por fim, mandava despachar, por Portugal, uma lei determinando que os portugueses “del Brasil no puedan pasar de la línea de la demarcacion que ay entre aquella corona y la de Castilla ni entrar en ella”, nem para sacar índios nem para contratar coisa alguma.⁹⁷⁸

⁹⁷⁵ AGI, Charcas 2, 1638. Não houve parecer sobre o tema “por los muchos afazeres”, mas foi enviado ao Conselho de Portugal.

⁹⁷⁶ A Inquisição no Rio de Janeiro seria uma forma de vigiar mais de perto as heresias que, segundo Montoya, frutificavam em São Paulo e nas capitanias adjacentes. Montoya chegou a fazer uma lista das heresias dos paulistas. Enorme. De fato, como mostrou Bruno Feitler, a Inquisição tornou-se, durante o reinado dos Felipes, um importante instrumento repressor de amplo uso político, especialmente entre 1621 e 1640. FEITLER, Bruno. “Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El periodo filipino.” In: *Hispania Sacra*. Vol 59, No 119 (2007): 269-291. A Inquisição chegou mesmo a processar, em 1628, um morador de São Paulo, Cornélio de Arzão, no alto do planalto. A acusação foi de luteranismo. I&T, DAESP, Vol.12.

⁹⁷⁷ “Auto do comissário do Santo Ofício Diego de Alfaro... 1638.” IN: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Tape... op. cit.*

⁹⁷⁸ *Anais do Museu Paulista*. 1949, vol.13. “Real Cedula al gobernador del Paraguay”. De 16/09/1639.

Na verdade, não se tratava mais simplesmente de proibir o caminho ou o contrabando, mas de confinar cada Coroa à sua demarcação, impedindo intercâmbios e cruzamentos. Demarcavam-se territórios, e, assim, identidades. Claro que isto não se deu de maneira isolada e repentina, mas resultou de um lento processo de acirramento de ânimos e de cobranças de fidelidades. E elas não tardariam a pagar seu preço. Ainda em 1640, o Padre Francisco Dias Taño voltava ao Brasil com a bula papal que reforçava a proibição da escravização indígena e condenava os apresadores à excomunhão. A revolta dos colonos se generalizou pelo Rio de Janeiro, São Vicente, Santos e São Paulo.⁹⁷⁹ Nesta última vila, os padres foram botados pra fora sob intensa ameaça, mas sobre isto trataremos mais adiante.

Finalmente, a cédula ainda decidia pela instauração do bispado do Rio de Janeiro. Seu primeiro nomeado foi D. Lourenço de Mendonça, o mesmo que recebera Montoya em sua passagem pelo Rio de Janeiro. Mendonça não chegou a assumir o bispado, pois, antes de vir ao Brasil, foi surpreendido pela “Restauração” em dezembro de 1640. Mas Lourenço é um bom personagem para falarmos de identidades neste contexto.

***“Um típico produto da Monarquia Católica”*⁹⁸⁰**

O padre Lourenço de Mendonça nasceu em Sesimbra, Portugal, em 1585.⁹⁸¹ Filho de Álvaro de Mendonça e Inés Mendes, teria ingressado na Companhia de Jesus em 1602, mas, após uma viagem que empreendeu para as Índias Orientais, teria sido expulso da ordem.⁹⁸² Estudou Direito e Teologia e, depois de cair nas graças das redes de governança atreladas a Madri, tornou-se juiz do Tribunal da Legacia Apostólica de Lisboa e, em seguida, foi nomeado Comissário do Santo Ofício de Lima. Segundo Diogo Ramada Curto, Mendonça já estava na América desde 1616, permanecendo cerca de dez anos como cura e vigário.⁹⁸³ Teria atuado junto às minas de Tatasi, Chorolque,

⁹⁷⁹ O relato de Taño sobre o impacto da bula no Rio de Janeiro está em: CORTESÃO, Jaime. *Bandeirantes e jesuítas no Tape...op.cit.*

⁹⁸⁰ Subtítulo extraído de um texto de CARDIM, Pedro. “De la nación a la lealtad al Rey. Lourenço de Mendonça y el estatuto de los portugueses en la monarquía española de la década de 1630”. Cópia em PDF. O mesmo texto, com o mesmo título, foi recentemente publicado IN: CRUZ, David González (org.), *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: La visión del otro. Del Imperio Español a la Guerra de la Independencia*, Madrid, Sílex, 2010, p. 57-88.

⁹⁸¹ Os dados biográficos aqui apresentados foram retirados de RUPERT, Arlindo. “O prelado Lourenço de Mendonça: 1º bispo eleito do Rio de Janeiro” IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol.311, 1976, pp.13-33; e de CARDIM, Pedro. “De la nación...” op.cit.

⁹⁸² CARDIM, Pedro. “De la nacion...” *Op.cit.*

⁹⁸³ CURTO, Diogo Ramada. “O Padre Lourenço de Mendonça: entre o Brasil e o Peru (c.1630-c.1640)” in: *Topoi*, v.11, n.20, jan-junho 2010, p.27-35.

Chocaya e Sorocaya e se achava responsável direto pelo sucesso delas. Demonstrou, inclusive, algum conhecimento de mineração, pois havia elaborado um memorial sobre a melhor forma de transporte da prata.⁹⁸⁴ Considerava-se protetor dos índios nas minas e, em função disso, recebeu um agradecimento formal do Conselho das Índias.⁹⁸⁵ Segundo Rupert, nessa época teria vivido alguns anos entre os índios *chichas*.⁹⁸⁶ Já na década de 1620, se tornou Comissário do Santo Ofício de Potosí. Nesta função, entre 1624 e 1625, empreendeu uma visita às províncias do Sul, percorrendo também o Paraguai. Sabemos que, em 1622, era licenciado e cura das minas de Potosí, já que passou uma certidão atestando a morte de Antonio Castanho - português natural de Tomar e casado na vila de São Paulo – naquelas minas. O inventário de Castanho foi efetivamente aberto em 1624, tendo-lhe sido agregada a certidão assinada por Lourenço. Pode-se, assim, pensar se Mendonça não chegou até as proximidades de São Paulo, ou à Villa Rica, de onde teria despachado a certidão.⁹⁸⁷

O vigário português estabelecido nas Índias de Castela emergia, portanto, na rede de relações entre a capitania de São Vicente e a província do Paraguai. Os anos de 1629 e 1631 foram decisivos para Mendonça. Em memorial de 1629, estimulou a cobrança dos donativos ao clero e, num outro texto, tratou do eficiente processo de recolha do ouro de aluvião, reforçando seus conhecimentos da área mineral.⁹⁸⁸ De fato, Mendonça parecia desejar alçar voos mais altos, já que neste mesmo ano pediu o bispado de Conceição, no Reino do Chile, que teria sido abandonado com o assédio dos índios araucanos. Em 1631, já prelado do Rio de Janeiro, sugeriu a criação do bispado nesta cidade. A prova de suas ambições é que, em 1630, enviou um memorial ao Conselho de Portugal demandando o direito de explorar as minas de São Paulo. O documento, já analisado no Capítulo 2, revelava um homem conhecedor das práticas minerais e confiante no sucesso do empreendimento que planejava na vila planaltina.⁹⁸⁹ Possivelmente, deve ter conhecido as famas das minas com Antonio Castanho e outros prováveis moradores de São Paulo que passaram por Potosí. Além disso, em suas visitas ao Guairá, pode ter tido mais contato com a realidade da vila vicentina. De qualquer

⁹⁸⁴ CURTO, Diogo. “O Padre...” *Op.cit.* O memorial, citado por Curto, é: British Library, 1324.i.5 (8), *Memorial a sv Magestad que Dios guarde, en razon de la seguridad de su plata, y armada del Piru, y de los galeones de Tierra Firme*.

⁹⁸⁵ CURTO, Diogo. “O Padre...” *Op.cit.*

⁹⁸⁶ RUPERT, Arlindo. “O Prelado...” *op.cit.*

⁹⁸⁷ I&T, DAESP, Vol. 6, 31/08/1624.

⁹⁸⁸ CURTO, Diogo. “O Padre...” *Op.cit.* O memorial em questão, citado por Curto, é British Library (BL), 1324.i.2 (24) Lourenço de Mendonça, *Senõr. El Doctor Lorenzo de Mendoça presbitero, dize: Que ha seruido a V.M...* [Madrid, 1629].

⁹⁸⁹ BNRJ. Manuscritos do Códice Castelo Melhor, 07,03,003. Doc.17.

forma, o vigário demandava sempre numa dupla direção: mercês de minas ou um bispado. Ademais, seu percurso é bastante sugestivo. Do centro nervoso das Índias, Potosí, Mendonça escorregou para as capitanias do Sul do Brasil, primeiro, por São Paulo e, depois, Rio de Janeiro. E pelo caminho proibido, visto que, em seu memorial, relatava “veniendo ahora del Peru por el Brasil estuvo enaquellos puertos a concluir negócios del Santo Oficio”.⁹⁹⁰

Esta filiação aos espaços coloniais portugueses pode ter alguma relação com a situação vivida pelos lusos no contexto potosino, e mesmo no quadro geral do império Habsburgo. Em 1629, Mendonça produziu uma *Suplicación a su Magestad Católica del Rey nuestro señor, que Dios guarde, ante sus Reales Consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses*. Neste memorial, que Pedro Cardim chamou de “obra literária”, o vigário promoveu uma denúncia sobre o tratamento dado aos portugueses como se fossem estrangeiros, obrigados, que eram, a pagar a *composición*, imposto reservado aos adventícios. A obra, segundo a análise de Cardim, traz dados interessantes para a reflexão sobre o tema das identidades naquele contexto.⁹⁹¹ Diogo Curto, que não se deteve no documento, chamou a *Suplicación* de 1629 de um memorial de defesa dos portugueses “ostracizados” em Potosí.⁹⁹²

Neste texto, Mendonça tinha duas tarefas: contradizer a fama dos portugueses na região, a pior possível, pois eram considerados contrabandistas, caçadores de índios e de fé duvidosa; e tentar provar que os portugueses eram tão espanhóis quanto os castelhanos. A necessidade de discutir o assunto tinha como pano de fundo uma situação nova na realidade do império, já que muita coisa havia mudado ao longo da década de 1620. Mudança que não foi, obviamente, espontânea, mas sim fruto de novas conjunturas e acúmulos de tensões.

Stuart Schwartz divide o período da União das Coroas em dois grandes momentos. O primeiro, de 1580 a 1622, teria se caracterizado pelo maior beneficiamento de Portugal em função da União, resultado do lucro considerável obtido através dos *asientos*, da abertura das Índias de Castela aos mercadores lusos, do fim das barreiras alfandegárias na península e da extração de vantagens da sólida estrutura marítima e militar de base castelhana.⁹⁹³ Entretanto, o processo de desilusão foi

⁹⁹⁰ BNRJ. Manuscritos do Códice Castelo Melhor, 07,03,003. Doc.17.

⁹⁹¹ CARDIM, Pedro. “De la nacion...” *op.cit.*

⁹⁹² CURTO, Diogo. “O Padre...” *op.cit.*; p.4.

⁹⁹³ SCHWARTZ, Stuart. “Luso-Spanish Relations in hapsburg Brazil, 1580-1640.” *The Americas. Volume XXV. 07/1968. N.1.*

simbolizado pela perda de Ormuz, no Oriente, em 1622, pela criação da alfândega em Córdoba, em 1623, e pelos ataques holandeses à Bahia, em 1624. Para Rafael Valladares, existiu uma espécie de “cronologia del desencanto”, marcada pelos “lapsos de ilusiones”, até 1609; por um certo “ahondamiento de la decepcion”, até 1630; e pela fase de “sublevacion”, até 1640.⁹⁹⁴ O marco fundamental teria sido a retomada do conflito nos Países Baixos, em 1621, após o fim da Trégua dos Doze Anos. Este também foi o ano da ascensão de D. Gaspar de Guzmán, o todo poderoso Conde-Duque de Olivares, que chegava à posição de *valido* do recém-coroadado rei Felipe IV. Para Valladares, a retomada do conflito com os flamengos levou Olivares a impor férreo controle sobre o comércio luso, já que as relações portuguesas com o comércio flamengo marcavam ou propiciavam certo clima de desconfiança.

Segundo Eduardo D'Oliveira França, “por ocasião da rendição da Bahia, foram os cristãos-novos acoimados de traidores, de coniventes com os hereges”.⁹⁹⁵ Certa fama de “perfídia” contribuía para fixar uma imagem – já antiga - de uma grande conspiração envolvendo cristãos-novos, hereges e “rebeldes de Holanda”. Segundo França, o próprio teatro de Lope de Vega reforçava tal imagem. Por outro lado, os portugueses foram sendo, ao longo do século XVII, associados aos cristãos-novos, em especial na América. E uma associação quase direta entre conversos e portugueses tornava todo lusitano suspeito aos olhos das autoridades castelhanas.⁹⁹⁶ Para Canabrava, depois da invasão holandesa na Bahia, uma série de cartas alarmistas falava da presença de portugueses de origem cristã-nova na região platina. “Proliferaram depois da invasão holandesa no Brasil, sob a alegação de que os judeus-portugueses estavam em conivência com os invasores para arrancar o Peru ao domínio espanhol.”⁹⁹⁷ Mas não era só na América. Segundo Pedro Cardim, a obra do espanhol Francisco Quevedo, de 1640, relatava esta associação entre o judaísmo e os portugueses na própria Espanha.⁹⁹⁸ De modo geral, uma parte dos castelhanos sempre desconfiou dos portugueses independentemente das questões religiosas, e mesmo comentaristas de outros reinos

⁹⁹⁴ VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal. 1640-1680*. Madrid: Junta de Castilla y Leon. Consejería de Educacion y Cultura, 1998.

⁹⁹⁵ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira.. “Um problema: a traição dos cristãos-novos em 1624”. *Revista de História*. São Paulo: USP, 41, 21-71, 1970, p.21.

⁹⁹⁶ SALVADOR, José. *Cristãos novos...* “A dispersão alcançara tal vulto que, em determinadas regiões como na América espanhola, todo português era considerado da estirpe hebréia e olhado com suspeita.” p. 45. O padre Antonio Vieira chegou a afirmar, no século XVII, que “na língua popular, na maioria das nações européias, ‘português’ confunde-se com ‘judeu’”. *Apud*. WACHTEL, Nathan. *A fé na lembrança. Labirintos marranos*. São Paulo: Edusp, 2009.

⁹⁹⁷ CANABRAVA, Alice. *Comércio...* *Op.cit.* p.177

⁹⁹⁸ CARDIM, Pedro. “De la nacion...” *op.cit.*

desconfiavam dos portugueses. Juan Gil reproduz o trecho de um texto do Conde Antonio Sherley, inglês, que dizia como Portugal “es diverso en lenguaje, se diferencia lo más que puede em su trage y costumbres en todo. Es antiguo enemigo y inzierto vasallo y mudable de fe, con facultad, pues no puede, aun que abassalado, encubrir su ódio”.⁹⁹⁹ No Conselho de Portugal, em Madri, no ano de 1624, se discutia a entrada maciça de cristãos-novos em Castela fugidos da Inquisição portuguesa, que o faziam “por poder judaysar con, mas libertad”.¹⁰⁰⁰

A desconfiança, somada à associação “explosiva” entre judeus e portugueses, servia bem aos interesses de grupos que visavam diminuir a forte influência portuguesa nas redes comerciais da América espanhola. Segundo Daviken Studnicki, estudioso destas redes, foi nesta mesma época que começaram a circular alguns panfletos anti-lusitanos em cidades e vilas da América castelhana.¹⁰⁰¹ De Buenos Aires, o procurador Manuel de Frías, mais tarde governador do Paraguai, solicitava ao Conselho das Índias a instauração de um tribunal da Inquisição na cidade platina para impedir o livre acesso de conversos, judeus e hereges. O pedido foi negado em 1623, pois geraria muito custo, mas a paranoia permaneceu.¹⁰⁰² Em 1630, o Conselho das Índias se reunia para discutir as notícias enviadas pelos inquisidores do Peru, reportando que um soldado teria achado no porto de Buenos Aires um “pliego cerrado” com um escrito que trazia ameaças dos hereges para perturbar “la paz publica y unidad en la religion de que gozan los reynos y provincias”.¹⁰⁰³ Portanto, as desconfianças em torno dos lusitanos atingiam em cheio seu pertencimento à comunidade católica da monarquia e questionavam sua identidade no império. Lembremos, aqui, das indagações e da retórica dos jesuítas acerca da “absurda” ação dos moradores de São Paulo atacando vassalos do mesmo rei e da mesma fé.

A Inquisição, como já falamos, respondia também às demandas de controle político e era um eficiente instrumento de poder e unidade. Valladares entende o acirramento das ações da Inquisição no império como uma estratégia deliberada de Olivares na vigília e controle.¹⁰⁰⁴ Segundo Elliott, “en 1625 y 1626 circuló por la Monarquia el rumor de que el objetivo de Olivares era establecer ‘un Rey, una ley, una

⁹⁹⁹ *Apud.* GIL, Juan. “Balance de la Union Iberica. Exitos y fracasos” In VENTURA, Maria das Graças (coord.). *União Ibérica... op.cit.* p377.

¹⁰⁰⁰ ANE, Consejo de Portugal, Libro 728. Madrid, 19/05/1624.

¹⁰⁰¹ GIZBERT, Daviken Studnicki. *A Nation upon the Ocean Sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640.* Oxford: Oxford University Press, 2006.

¹⁰⁰² O pedido de Frías está em AGI, Charcas 07; e a recusa do Conselho está em AGI, Charcas 02, 25/07/1623.

¹⁰⁰³ AGI, Charcas 7, 09/10/1630.

¹⁰⁰⁴ VALLADARES, Rafael. *La rebellion... op.cit.*

moneda””. O temor, legítimo e fundado, de acordo com este autor, levava a supor que, se o rei era castelhano, o resto deveria sê-lo também.¹⁰⁰⁵ O dilema central do Conde-Duque era equilibrar as exigências da conservação com “las obligaciones de la reputacion”¹⁰⁰⁶. Tinha, diante de si, a necessidade de enfrentar a difícil situação fiscal e econômica do império e ainda manter as frentes militares geradas pela retomada dos conflitos em Flandres e pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). O espírito “modernizador” e centralizador de Olivares tornava seu cerco às dissidências quase uma obsessão. Buscava-se uma unidade do império, e isso passava pelo reforço da unidade religiosa e pela definição mais clara do que eram a Espanha e o espanholismo.

Segundo Pablo Fernandez Albaladejo, Olivares propôs, em 1624, que Felipe IV deveria “hacerse Rey de España”. O que não era exatamente uma novidade, para esse autor, pois o próprio Felipe III pensara em reunir toda a Espanha sob as mesmas leis. Mas, agora, o Conde-Duque retomava a questão e buscava reduzir o império ao “estilo y la leyes de Castilla”, pelo menos no campo do governo. A proposta era mesclar os vassallos da monarquia através, inclusive, da “Unión de Armas.” O debate, segundo Albaladejo, se fez no âmbito da preservação das identidades dos reinos e dos seus vassallos, que seriam mantidas sob uma identidade comum, universal, concretizada pela benevolência e magnanimidade do rei de Castela.¹⁰⁰⁷ Segundo Elliott, os planos de Olivares eram retirar o peso desmedido do império dos ombros de Castela, distribuindo uniformemente taxas e obrigações por todos os seus domínios, ao mesmo tempo em que se castelhanizava a sua estrutura.¹⁰⁰⁸

Cabe, todavia, ponderar o que significava a “Espanha” de Olivares naquele contexto. Definição em aberto, segundo Xavier Gil Pujol. O Conde-Duque falava de “toda España” e “españoles”, numa referência unitária, mas se referia essencialmente aos habitantes de Castela e Aragão.¹⁰⁰⁹ Nesse sentido, o papel de Portugal, na lógica do império, continuava um assunto dúbio e indefinido. Entretanto, se certa ambiguidade pôde ser mantida ao longo dos reinados de Felipe II e III, nestes anos de 1620 a 1640, a questão se tornou urgente.

¹⁰⁰⁵ ELLIOTT, John H. *España en...op.cit.*

¹⁰⁰⁶ ELLIOTT, John H. *España en...op.cit.* p.149.

¹⁰⁰⁷ ALBALADEJO, Pablo Fernández. “Unión de almas, autonomia de cuerpos: sobre los lenguajes de unión en la Monarquía Católica, 1590-1630” In: HURTADO, Manuel Reyes Garcia (coord.). *Modernitas: estudios en homenaje al profesor Baudilio Barreiro Mallón*. Universidad de Coruña, 2008.

¹⁰⁰⁸ ELLIOTT, *El mundo de los validos...op.cit.*

¹⁰⁰⁹ PUJOL, Xavier Gil. «Un rey, una fe, muchas naciones. Patria y nación en la España de los siglos XVI y XVII», en ALVARIÑO, Antonio Álvarez-Ossorio & GARCÍA, Bernardo García (eds.), *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes y Universidad Autónoma de Madrid, 2004. Cf. CARDIM, Pedro. “Las naciones...” *op.cit.*

Sobre os portugueses, suspeitos de instaurar a divisão no seio do império, pesaria, portanto, forte carga de desconfiança e perseguição. A reunião do império, neste momento, com as nítidas ciúmeiras econômicas que marcavam a presença lusa na América castelhana, deixava, de fato, a situação difícil. A Inquisição havia apertado o cerco às redes portuguesas em Cartagena, desde a década de 1620, e no Peru, a partir de 1630, resultando na chamada *Gran Cumplicidad de Lima*, que, em 1639, desmontou o que seria uma tentacular rede luso-judaica de comerciantes e mercadores.¹⁰¹⁰

Foi, portanto, neste contexto geral, e particular, que o vigário Lourenço de Mendonça constituiu uma interpretação sobre o significado do ser português em Espanha. Preocupado com a situação dos portugueses no Vice-Reino do Peru, estendeu o debate para as fronteiras do império. Conforme Pedro Cardim, sua visão se distanciava bastante daquela que tomava a Espanha como a reunião de Castela e Aragão. Mendonça julgava que todos que eram vassallos da Coroa de Castela deveriam ser considerados iguais. Achava que “siendo Portugal parte de España, y los Portugueses tan naturales, y tan verdaderos Españoles, y tan naturales y leales vasallos de Su Magestad”, não deveriam ser tratados como “extrangeros sospechosos”. Numa interessante argumentação, o padre colocava Portugal dentro da lógica múltipla do império eminentemente castelhano:

No son, Señor, los Portugueses tan Españoles como los Navarros, Prouincianos de Guipuzcoa, Vizcaínos, Aragoneses, Valencianos, y Catalanes? Que aunque estos dichos son Españoles, como nosotros los Portugueses, también como nosotros no son Castellanos. Son por ventura los dichos más Españoles, y más leales vassallos de Vuestra Magestad, que los Portugueses?

Como vassallos do mesmo rei, e parte da mesma Espanha, os portugueses não deveriam, portanto, ser tratados de maneira diferenciada, como estrangeiros, já que, de fato, não o eram. O que o indignava era também o fato de que flamengos, ingleses, napolitanos, milaneses, sicilianos e alemães, estrangeiros todos, não pagassem o tal imposto da *composición*. Ademais, os portugueses, em suas possessões ultramarinas, costumavam tratar bem os castelhanos, por isso, fazia sentido certa reciprocidade. Como mostra Pedro Cardim, Mendonça chega a inverter a argumentação, e tenta mostrar como os portugueses eram mais espanhóis que certos habitantes de outros reinos, mesmo porque a entrada de Portugal na Monarquia ibérica representava, acima de tudo, a

¹⁰¹⁰ VENTURA, Maria Graças. *Os portugueses...* Tomo I, Volume I. *op.cit.*

restauração de uma unidade quebrada séculos antes. Além do mais, para Lourenço, a “españolidad” se definia também pela ajuda numa causa comum, constituída pela conquista da América, que contou, desde o princípio, com a presença de portugueses.¹⁰¹¹

Outra parte de sua argumentação girava em torno da defesa das acusações que atingiam a comunidade portuguesa. A respeito dos que entravam pela via de São Paulo, dizia que não era um assunto preocupante, pois a maioria queria chegar ao Paraguai e Tucumã, onde não existia riqueza significativa. E, os que chegavam estavam tão desgastados, empobrecidos e distantes que não poderiam representar perigo algum. Ainda segundo Cardim, Mendonça aproveitava “también para refutar las acusaciones de que los moradores de São Paulo, con sus entradas en tierras de Castilla, estaban introduciendo herejes en el interior del territorio español”, criticando a tese da associação de portugueses com cristãos-novos.¹⁰¹²

De todo modo, Mendonça tentou construir uma argumentação que inseria o português na lógica do império, naturalizando-o. Tal discussão se conectava perfeitamente aos debates e tensões em torno das cobranças sobre fidelidades e lealdades. É ainda Cardim, citando Xavier Pujol, que afirma como:

*Las décadas de 1630 y 1640 llevó a los vasallos de Felipe IV a pensar con vehemencia en sus pertenencias y lealtades correlativas. En esos años el debate se torno especialmente intenso, y los argumentos esgrimidos, los usos retóricos y propagandísticos, dan cuenta de una gran complejidad e inestabilidad de vinculaciones, algo propio de un ambiente muy plural y de un mundo de múltiples lealtades: la lealtad a la familia, la lealtad corporativa, la lealtad a la comunidad local, la lealtad a la comunidad regnícola, la lealtad al Rey.*¹⁰¹³

De fato, a instabilidade das filiações e opiniões marcava o período. E o próprio Lourenço não escaparia dessa sina. Suas instâncias e demandas lhe renderam a nomeação como administrador eclesiástico do Rio de Janeiro em 22 de julho de 1631. E, assim, transplantava-se para territórios coloniais portugueses, onde tomou posse em 06 de setembro de 1632. Ainda em 1631, antes de assumir sua prelazia, fez uma consulta ao Conselho das Índias com uma longa e precisa descrição da costa do Brasil e, principalmente, das capitanias do Sul. Buscava provar a viabilidade, e a necessidade, de

¹⁰¹¹ CARDIM, Pedro. “De la nacion...”, p.11.

¹⁰¹² CARDIM, Pedro. “De la nacion...” p.22.

¹⁰¹³ *Apud* PUJOL, Xavier. «Un rey, una fe, muchas naciones...» CARDIM, Pedro. “De la nacion...” *op.cit.* p. 79.

criar-se um bispado na populosa, carente, mas auspiciosa jurisdição eclesiástica que incluiria o Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente.¹⁰¹⁴ Contudo, o tempo que permaneceu como prelado do Rio de Janeiro foi marcado por diversos tumultos e embates com a população local. Com apenas quatro dias, foi vítima de um atentado que explodiu a residência eclesiástica. Ademais, sua fama na cidade era das piores.

Segundo Vivaldo Coaracy, Mendonça era “supostamente intolerante contra mestiços e cristãos-novos”, e cedo arranhou problemas com um cura de origem judaica apelidado de *Arremessa Toucinho*.¹⁰¹⁵ Conforme carta de Mendonça, o primeiro prelado do Rio de Janeiro, Bartolomeu Simões Pereira, morreu envenenado no Espírito Santo; o segundo, João de Costa, foi perseguido em São Paulo; o terceiro, Mateus da Costa Abori, teria sido morto com peçonha. Ele mesmo teve seu aposento privado explodido no quarto dia.¹⁰¹⁶ Além disso, botaram fogo na casa de sua gente de serviço, colocaram panela com imundície em sua porta e distribuíram panfletos contra ele, em que o chamavam de “velhaco, infame, herege, ladrão, sodomita, sacrílego e simoníaco”.¹⁰¹⁷ Os relatos de Lourenço concordavam com as opiniões de Montoya, que passara pela cidade e atestava a existência de muitos judeus e de gente violenta, que se matava nas ruas. De qualquer forma, o prelado comprou briga ao mandar embarcar de volta a Portugal 26 colonos bígamos e ao combater vigários “acoitados com negras” e blasfemos de toda espécie. As tensões tiveram seu ponto alto quando uma “formosa cruz, que estava na rua direita, adonde se faz o altar da procissão dos passos da paixão, que com grande dor de todos os fiéis, e dos novos cristãos, e grande nota dos forasteiros do Peru e Rio da Prata, e mofa de tantos holandeses, amanheceu feita em pedaços”.¹⁰¹⁸ Não foi esta a única vez que Mendonça deixou transparecer a presença de inúmeros castelhanos do Peru e Rio da Prata, bem como de estrangeiros, na cidade do Rio de Janeiro.¹⁰¹⁹

Entretanto, seria essencialmente a questão indígena que traria ao prelado suas maiores inimizades. Curioso perceber como Mendonça rapidamente mudou de opinião em relação aos portugueses que entravam pela governação de Castela. No seu longo

¹⁰¹⁴ *Separatas dos Anais do Museu Paulista...op.cit.* 30/09/1631. CURTO, Diogo Ramada. “O Padre...” *Op.cit.* Curto analisa detalhadamente este documento que está também em RUPERT, Arlindo. “O Prelado...” *op.cit.* Uma cópia do memorial está, segundo Curto, em British Library, C62.i 19 (56) *Por la administracion y prelacia eclesiástica del rio de janero em el estado del Brasil*.

¹⁰¹⁵ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

¹⁰¹⁶ BNE, Manuscritos 2339, Microfilme 5968.

¹⁰¹⁷ RUPERT, Arlindo. “O Prelado...” *op.cit.*

¹⁰¹⁸ BNE, Manuscritos 2339, Microfilme 5968.

¹⁰¹⁹ *Idem, ibidem*. Diz Mendonça que, quando acusaram um seu ajudante, muitos destes se emocionaram e escandalizaram.

memorial, apresentado em Madri em 1638, já refugiado do Rio de Janeiro, de onde partira corrido em 1637, argumentava no sentido de revelar como os moradores de São Paulo e outras capitânicas (inclusive o Rio de Janeiro) entravam nas áreas de Castela apresando e cativando índios, acompanhados de estrangeiros, judeus e hereges que ameaçavam Potosí. Portanto, em 1638, seu universo de argumentos em relação aos portugueses das capitânicas do Sul era totalmente inverso ao de sua *Suplicación* de 1629. Conforme seu novo relato, as ações dos colonos poderiam levar:

*A perda do estado do Brasil, e inquietarle, e peligrar muito do reyno do Peru, e Potosí, e províncias de Tucuman, rio da Prata, e Paraguai, e ainda do reyno do Chile (...) he em relação das entradas que com tão notáveis danos tantos moradores da dita sua diocesi do Rio de Janeiro, assim dos lugares da Costa, como das vilas da terra dentro fazem entrando por terra por várias partes das ditas províncias das índias de Castela, e chegando já a de Santa Cruz de la Sierra, que he no Peru. E o que he pior, e mais danoso, que com eles vão muitos estrangeiros das nações do norte nossos inimigos, e de algumas do levante. E tirão os indios que estão já feitos cristãos, e sujeitos a VM...trazendo os tantos centos de léguas fora de seu natural, e com os excessos que se verão. Os vendem, sendo livres, como se foram escravos, no dito Rio de Janeiro que he na costa do mar do Brasil.*¹⁰²⁰

Os argumentos de Mendonça coincidiam, pois, com os relatos dos jesuítas, reforçando os clamores por providências. O prelado também falava das batalhas contra os *vecinos* do Paraguai e religiosos, e da profanação de igrejas. Mas estas, segundo Lourenço, eram ações mais de “gente estrangeira das ditas nações do norte”. As cenas dantescas de violência se repetiam e ele mesmo dizia ter visto, em 1625, nos Patos, “trezentos homens nossos (cativarem) mais de sete mil indios, de que não chegaram vivos mil”.¹⁰²¹ Estes índios chegavam à Bahia e até a Lisboa, mas a maior parte era vendida no Rio de Janeiro. Ele apontava que alguns castelhanos do Paraguai também traziam índios e muitos moradores do Rio de Janeiro iam comprá-los em São Paulo, com a conivência de ministros da justiça, que, ao invés de corrigir o mal, se aproveitavam dele. Esse grau de violência e arbitrariedade gerava um perigo maior, pois Lourenço achava que os índios “suspiravam pelos holandeses”, o que intensificaria o receio de certo “quinta-colunismo”.

Em São Paulo, ecos de suas ações também se fizeram sentir. Os oficiais da Câmara de 1634 determinavam que se pusesse “cobro na venda das peças porquanto se

¹⁰²⁰ BNE, Manuscritos 2339, Microfilme 5968.

¹⁰²¹ *Idem, ibidem*

vendiam muitas”, e as pessoas pareciam não temer as excomunhões ordenadas pelo prelado.¹⁰²² Mas os oficiais da mesma Câmara, do ano seguinte, já mandaram “juntar os bons homens da republica” para repudiar a tentativa de Lourenço de Mendonça de se “entremeter na jurisdição real de sua majestade sobre a venda e compra de peças do gentio”. Exigia-se que o juiz ordinário defendesse a jurisdição real e fizesse lembrar ao prelado de um sermão que ele mesmo havia feito na vila, em que afirmara que não se meteria na jurisdição real.¹⁰²³ De fato, Mendonça parecia ter um discurso para cada situação.

Por fim, Francisco Teixeira de Neiva, ouvidor no Rio de Janeiro, acusou Lourenço de Mendonça de abuso de poder, simonia, arbítrio e violência, o que o levou a fugir da cidade em março de 1637. Depois de uma passagem por Lisboa, o prelado se dirigiu a Madri para efetuar sua defesa. Segundo Roseli Santaella, documentos do Arquivo de Simancas mostram que o caso de Mendonça aturdiu jurisdições. Sua ida a Madri levou a Mesa de Consciência e Ordens de Lisboa, e até mesmo a vice-rainha Princesa Margarida, a solicitar ao rei que o caso fosse analisado em Lisboa. Contudo, o Conde-Duque repassou o caso para a Junta de Portugal, recém-criada e que substituiria o Conselho daquele reino.¹⁰²⁴

Nosso prelado foi bem-sucedido em sua defesa, e, além de ter sido absolvido das acusações que chegaram até ao Tribunal do Santo Ofício, tornou-se prior da Ordem de Avis.¹⁰²⁵ Em 1639, finalmente seus pleitos foram atendidos, e, no dia 07 de outubro, Felipe IV escreveu a Roma para solicitar a criação da diocese do Rio de Janeiro, indicando Lourenço de Mendonça como seu primeiro bispo. O autodenominado “bispo eleito do Rio de Janeiro”¹⁰²⁶ não chegaria, porém, a tomar posse, já que a “Restauração” de Portugal o pegou ainda em Lisboa. Na nova dinastia, discutia-se o grau de fidelidade de Lourenço aos recém-coroados Bragança, e, no Tribunal da Relação de Lisboa, o “bispo do Rio de Janeiro” foi, em 12/04/1642, considerado traidor. Ao que parece, Lourenço, nesse momento, já tinha fugido para Toledo. Na nomeação do novo bispo do Rio, D. Antonio Mariz Loureiro, o rei D. João IV fez constar que Mendonça fora acusado de “conspirar contra minha pessoa e reino, passando a seguir o de Castela.”¹⁰²⁷

¹⁰²² ACVSP, 15/07/1634.

¹⁰²³ ACVSP, 14/03/1635

¹⁰²⁴ SANTAELLA, Roseli. *O domínios filipino...op.cit.*

¹⁰²⁵ CURTO, Diogo Ramada. “O Padre...” *Op.cit.*

¹⁰²⁶ CARDIM, Pedro. “De la nacion...” *op.cit.* Conforme Cardim, embora o pleito junto à Santa Sé tenha demorado para ser respondido, Mendonça logo incorporou a função.

¹⁰²⁷ RUPERT, Arlindo. “O Prelado...” *Op.cit.*

Dentre as razões para a grave acusação, estariam sua filiação aos jesuítas do Paraguai e sua proximidade com Montoya, de acordo com Curto.¹⁰²⁸

Em Castela, conforme ficamos sabendo por meio de uma justificação ao rei, Lourenço de Mendonça tentou conseguir mercês em troca de sua lealdade.¹⁰²⁹ Ele reforçou, em memorial entregue ao rei, seus juramentos e protestos de fidelidade a Felipe IV e narrou como:

Há quarenta años, señor, que sin descansar sino trabajando siempre sirvo a V Mag en varias provincias desta su monarquia en todas las quatro partes del mundo, Asia, Africa, Europa, y America, ayudando a traer a la obediência de VM varias naciones(...) he navegado mas de veinte y dos mil léguas, y caminando por tierra mas de três mil..

Depois de tudo isso e do “levantamiento de Portugal”, deixou sua casa e fazendas para se passar a serviço de Castela. Afirmava ter sido decisivo na defesa de Cádiz, pois havia alertado sobre o eminente ataque que soubera através de confidentes. Foi nomeado para o bispado de Yucatan, posto que, depois, lhe foi negado, já que o rei não achou por bem ter portugueses nesta função. Nessa ocasião, protestou que “esta regla no podia correr en mi, ni hazer yo exemplar para otros, lo menos por ser yo tan proximo originario de Castilla”. Por fim, ficou sem mercê, sem bispado e sem recursos para se manter. Seus parentes foram presos e humilhados em Portugal, ele próprio foi obrigado a vender sua carruagem, sua cruz peitoral e até o anel de prelado. Tinha então sessenta anos e, há quatro, estava na Espanha tendo pedido mercês em 29 ocasiões. Cansado do silêncio real, pedia por fim licença para ir a Roma, onde tinha pensões a receber e poderia conseguir algumas rendas eclesiásticas.¹⁰³⁰ Seu destino, a partir daí, é desconhecido.

O caso de Lourenço é interessante para se pensar sobre o destino dos portugueses que permaneceram fiéis a Castela. De qualquer modo, este não é um tema do qual trataremos.¹⁰³¹ Aqui, depois dessa apresentação do personagem, nos interessa mais refletir sobre uma trajetória que se revela tão representativa das mobilidades, trânsitos, dilemas, ambiguidades e percursos irregulares, próprios das identidades no contexto da União das Coroas Ibéricas. Para Diogo Curto, é impossível ver sua trajetória como

¹⁰²⁸ CURTO, Diogo Ramada. “O Padre...” *Op.cit.*

¹⁰²⁹ BNE, Manuscritos 2376. *Justificacion y satisfecho del obispo del Rio de Janeiro, en razon de su ida para Roma. Que humilmente presenta a su magestad, Dios le guarde, señor. 1644*

¹⁰³⁰ BNE, Manuscritos 2376. *Justificacion...op.cit.*

¹⁰³¹ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo...op.cit.* Neste livro, Bouza analisa brevemente, num capítulo, estes fidalgos portugueses que se mantiveram fiéis aos Felipes.

exemplar, ou mesmo significativa de “um homem português nos trópicos”. Para ele, Lourenço é atípico.¹⁰³² O oposto da visão de Pedro Cardim, que o reputa, num sentido mais amplo, um “típico producto de la Monarquía Católica de las primeras décadas del Seiscientos”.¹⁰³³ De fato, pode ser considerado um daqueles personagens caros a Serge Gruzinsky, que revelam o grau de nomadismo e conexão dos impérios ibéricos, se bem que não devemos desprezar certa definição que, nas variadas conjunturas políticas, lhe foi cobrada.¹⁰³⁴ Para nós, Lourenço é realmente exemplar, pois sua vida representa, de acordo com o jogo de escalas proposto por Jacques Revel, todas as dimensões e contradições de um sujeito atravessado pelos dilemas e possibilidades de seu tempo e de sua condição social.¹⁰³⁵ No que tange às identidades, trafegou entre a defesa e a condenação dos portugueses; reconheceu e renegou sua própria condição lusitana, mas assumiu-se como espanhol, no sentido lato do termo. Cabe, por fim, perguntar-se sobre sua condenação amparada na acusação de traição. Quem trai, trai algum compromisso, algum laço de fidelidade. Mas, diante da lógica confusa e mutante das jurisdições, das demarcações voláteis, do militantismo religioso, das fronteiras fluidas, da preservação de autonomias sob o manto da centralização, ficava mesmo difícil manter-se fiel. As redes identitárias eram múltiplas e instáveis. Neste sentido, sabendo como a nova dinastia bragantina perdoou tão facilmente antigos “castelhanistas”, torna-se custoso aceitar o epíteto de traidor, a não ser que este fosse igualmente volátil.

Castelhanos, portugueses e espanhóis

Traição é o título de um livro recente sobre outro dos personagens do século XVII que também apresentou “múltiplas identidades”.¹⁰³⁶ Manoel de Moraes, mameluco de São Paulo, foi um jesuíta que pegou em armas contra os holandeses e, depois, contra os portugueses. Abnegou o catolicismo e converteu-se ao calvinismo, mas existem indícios de que praticou certo “cripto-catolicismo”. Casou-se, enviuvou, casou de novo, foi queimado em auto de fé – em esfinge – e, então, retornou ao Brasil, voltando a ser católico e a lutar, mais uma vez, contra os holandeses. Enfim, como afirma Vainfas, um homem que passou a vida “rompendo barreiras e fronteiras”. Tal

¹⁰³² CURTO, Diogo Ramada. “O Padre...” *op.cit.*

¹⁰³³ CARDIM, Pedro. “La nación...” *op.cit.* p.32.

¹⁰³⁴ GRUZINSKI, Serge. *O centauro, o macaco...* *op.cit.*

¹⁰³⁵ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social” In: REVEL, Jacques (org.). *Jogo de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

¹⁰³⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

homem, num mundo assim, poderia ser tomado como traidor? Mameluco, ele transitou entre diversas identidades culturais, políticas e religiosas, inclusive com inúmeras idas e vindas autorizadas por sucessivos perdões. É considerado ainda um “exemplo magnífico de mediação cultural”.¹⁰³⁷

Não que certos padrões, comportamentos, identidades modelares não fossem provenientes ou ditados pelas instituições e centros “responsáveis” pela unidade do império e da religião. Se havia heresia, havia dogma. Entretanto, no campo político ou religioso, as normas e condutas eram mediadas pelas mais diversas circunstâncias, com relativa tolerância às ambiguidades, indecisões e interpretações peculiares. Schwartz, ao analisar o que chama de “tolerância religiosa”, faz saltar vários exemplos de homens e mulheres dos séculos XVI e XVII que elaboraram peculiares interpretações sobre a salvação - um dos temas mais fulcrais e dogmáticos do catolicismo vigente. O autor relata como se surpreendeu ao constatar que, em meio a um dos momentos mais ortodoxos da religiosidade católica, tenham surgido, nos ambientes populares e letrados, concepções de “salvação” bastante diversas da recomendável. E chega a se questionar, metodologicamente, sobre a plausibilidade de generalizar o que encontrou em casos julgados pela Inquisição, representantes, portanto, de uma amostragem limitada e, possivelmente, excepcional.¹⁰³⁸ Lourenço de Mendonça e Manoel de Moraes talvez também o fossem. Ao lado do nomadismo e da fluidez, convivia gente que nunca se transladou. Gente enraizada! Contudo, assim como as discussões sobre o Absolutismo têm apontado que, embora tendesse à centralização, o Estado Moderno efetivamente governava mediando autonomias, o estudo de Schwartz revela que a ortodoxia era obrigada a conviver com múltiplas interpretações dos dogmas. E estas não eram, necessariamente, frutos de heréticos ou infiéis contumazes, mas, sim, de gente nascida no seio do tradicional cristianismo. Mesmo no bojo da chamada heresia e infidelidade, vicejava forte “relativismo religioso”, como bem mostrou Nathan Wachtel ao analisar os “labirintos” marranos na América ibérica. As tensões entre o judaísmo e o catolicismo, cuja expressão máxima era o “cristão-novo”, geravam negação, confusão, dogmatismo ou relativismos, e construía retratos de indivíduos nada fechados ou coesos, mas atravessados por cruzamentos múltiplos e contraditórios.¹⁰³⁹

¹⁰³⁷ *Idem, ibidem*, p.334.

¹⁰³⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei. Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras. Bauru: Edusc, 2009.

¹⁰³⁹ WACHTEL, Nathan. *A fé na lembrança. Labirintos marranos*. São Paulo: Edusp, 2009.

No contexto, uma das identidades informadas era a “nação”. Wachtel, preocupado com a compreensão do termo como sinônimo de comunidade judaica ou cristã-nova, afirma que ele era usado, desde os séculos XIV e XV, para designar colônias mercantis em cidades portuárias. Aos poucos, segundo ele, a “nação” portuguesa se associou com cristãos-novos ou elementos judaizantes, já que, principalmente em Amsterdã, o grosso da comunidade de origem portuguesa era mesmo cristã-nova. As perseguições empreendidas pela Inquisição portuguesa teriam levado muitos cristãos-novos a fugirem para Castela, onde eram chamados de “portugueses da Nação”. De todo modo, surgia, segundo Wachtel, uma “entidade nova e paradoxal”, a “nação”, pois era essencialmente composta de membros dispersos que não estavam incluídos num território. Logo, sentido oposto ao contemporâneo Estado-Nação, definido por um território bem demarcado e tendente à homogeneização. Pedro Cardim ressalta como a “historiografia reciente ha llamado la atención sobre el hecho de que, en la Edad Moderna, las identidades estaban mejor definidas cuando sus portadores estaban fuera de los territorios de los que eran naturales”.¹⁰⁴⁰ A “nação” e a “naturalidade” eram, portanto, formadas no distanciamento de um território supostamente original, como bem demonstra a importância da legislação sobre as permissões de entrada na América para definir quem era, ou não, natural.

Assim, o termo “nação” carrega uma dificuldade neste contexto, pois pode implicar forte anacronismo. Frederic Schaub debateu sobre a pertinência de utilizar-se, no âmbito do Antigo Regime, o conceito de “nacionalismo” ou de “sentimento nacional”.¹⁰⁴¹ Para ele, são dois conceitos bem distintos, já que nacionalismo remete às identidades nacionais fechadas e forjadas sob intenso conteúdo de violência nos séculos XIX e XX. No Antigo Regime, e na monarquia hispânica em especial, as identidades eram múltiplas e marcadas por fronteiras indecisas. Entretanto, o fato de a identidade “nacional” não estar inscrita numa Constituição, nem definida num corpo legal, não significava que os homens do Antigo Regime não se afirmassem identitariamente. Desse modo, o “sentimento nacional” é um conceito mais pertinente, suficientemente aberto para fazer revelar as comunhões e convivências de identidades deste tempo, como as de reinos, comunidades cívicas, comunidades espirituais etc... A própria noção de *hispanidade*, que ultrapassa a de “nação”, referia-se a um sentimento que buscava

¹⁰⁴⁰ CARDIM, Pedro. “De la nacion...” *op.cit.* p.32.

¹⁰⁴¹ SCHAUB, Jean-Frederic. “Le sentiment national est-il une categorie pertinente pour comprendre les adhesions et les conflits sous l’Ancien Régime?” In: TALLON, Alain (ed.). *Le sentiment national dans l’Europe méridionale aux XVI et XVII siècle (France, Espagne, Italie)*. Madrid: Casa de Velazquez, 97, 2007.

reunir os reinos da Península Ibérica, e que teve amplo uso político nas tentativas de centralização monárquica. Schaub ressalta a força desse conceito que permaneceu ativo em Portugal mesmo depois de 1640.

Para Antonio Feros, eram três os suportes da monarquia hispânica: Deus, a Pátria e o rei.¹⁰⁴² Todos eles informavam as identidades fundamentais do império, entretanto, segundo Feros, os contemporâneos tinham clareza do dinamismo político de seu próprio tempo, e desconfiavam de entidades fechadas. No século XVII, principalmente, de crise, os ventos mudavam rápido de direção. Para aquele autor, quando se falava de “pátria”, se falava ora de Espanha, de Castela, ora da *patria chica*.¹⁰⁴³ Esta confusão revelava, na verdade, uma questão fundamental daquela época: a identidade espanhola, durante certo tempo, não foi a negação das demais, mas, através dela, buscava-se afinar o direito da monarquia com os direitos dos vários reinos. As tentativas pouco consistentes de centralização e uniformização, que, de modo geral, esbarraram nas queixas “patrióticas”, não ameaçavam a unidade imperial. Isto mudaria com Olivares! Dessa forma, retomamos a ideia essencial de que o momento da União das Coroas foi fundamental para a definição e demarcação de algumas identidades. Justamente, das soluções imperiais adotadas no bojo da unidade peninsular, emergiram, mais claras, as filiações e lealdades, como efeito e reação da empresa uniformizadora e centralizadora.

Vale a pena, ainda, refletir um pouco sobre os sentidos dos termos *castelhano* e *espanhol*, neste contexto, já que, com tais identidades, Portugal e suas possessões tiveram de interagir e se posicionar, tanto em 1580 quanto em 1640. No dicionário de Sebastian de Covarrubia, editado em 1610, o *castelhano* foi definido simplesmente como aquele que era “natural de Castilla”; bastante fiel ao sentido estrito da palavra, localizava-o numa “de las provincias principaes de nuestra España”.¹⁰⁴⁴ Assim também o *espanhol*, apresentado como “natural de España”.¹⁰⁴⁵ Parecia, pois, seguir uma definição que inseria Castela num universo maior, chamado então de *Espanha*. Entretanto, a questão não deve ser vista de maneira tão simples. É notório como, gradativamente, os termos *castelhano* e *espanhol* se tornaram quase sinônimos, mas poderíamos pensar se este processo também não revelaria uma forte “castelhanização”

¹⁰⁴² FEROS, Antonio. “Por Dios, por la Patria y el Rey: el mundo político en tiempos de Cervantes”. In: FEROS, Antonio y GELABERT, Juan (dirs.). *España en tiempos de Quixote*. Madrid: Taurus, 2004.

¹⁰⁴³ Referência identitária associada a províncias, regiões, ou mesmo vilas e *pueblos*.

¹⁰⁴⁴ OROZCO, Sebastian de Covarrubia. *Tesoro de la lengua castellana o espanola*. Edição digital disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80250529545703831976613/index.htm>; f. 142v.

¹⁰⁴⁵ *Idem, ibidem*; f.263r.

da entidade política e geográfica chamada de Espanha. Tal duplicidade figura no próprio título da obra de Covarrubia, que identificava, mesmo que somente no campo linguístico, a confusão entre castelhano e espanhol.¹⁰⁴⁶

Trata-se aqui da demarcação das diferenças entre a antiga *Hispania*, sonhada e projetada como ideal de unidade em diversos momentos da história da Península Ibérica, e a *Espanha*, transformada em corpo político e fortemente centrada no reino de Castela a partir do final do século XV. Uma espécie de mistura entre *Hispania* e *Espanha* se prolongaria, pelo menos, até o século XVII. Segundo Rafael Valladares, foi entre os séculos XVI e XVII “cuando se decidió si España volveria a ser Hispania o unicamente una parte de ella”.¹⁰⁴⁷ Este papel ambíguo de Espanha na *Hispania* se refletiu ainda mais profundamente na relação do reino de Castela dentro da Espanha, algo que, de diversas maneiras, acompanhou a trajetória de formação do império.

O império de Felipe II (1556-1598) foi, em grande parte, herdado de seu pai, o imperador Carlos V (1516-1556), e se constituiu tendo como núcleo o reino de Castela, que, conjuntamente com o vizinho Aragão, formavam o embrião da *Espanha*, quando do casamento dos reis católicos Fernando I de Aragão e Isabel de Castela, ainda no último quarto do século XV. Segundo Bernard Vincent, que analisou o ano chave de 1492, o lançamento da gramática castelhana de António Nebrija - a primeira em língua vernácula - não deve ser visto como mera coincidência. Efetivamente, para o autor, o próprio Nebrija identificava, na consolidação da língua, uma parte fundamental do projeto de unidade política empreendido pelos reis católicos. Assim, a língua, “companheira do império”, prenunciava a hegemonia castelhana. Ainda segundo Vincent, “é forçoso constatar que, no fim do século XV, nenhuma das outras línguas da Península Ibérica tinha condições de resistir à pressão do castelhano”, que havia se tornado uma língua nobre, praticada inclusive pelas cortes de Portugal e mesmo na Catalunha.¹⁰⁴⁸ Contudo, esta força de Castela não repercutia apenas na língua, mas também em outras áreas.

O perfil econômico e demográfico de Castela no seio da União era, portanto, desde o início, vantajoso: com uma população calculada entre cinco e sete milhões e um animado comércio marítimo com a Europa

¹⁰⁴⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁴⁷ VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros S.L.; 2000; p.9.

¹⁰⁴⁸ VINCENT, Bernard. *1492. Descoberta ou invasão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992; p.57.

*setentrional, constituía-se com facilidade no Estado dominante na península.*¹⁰⁴⁹

A hegemonia de Castela e de sua língua na formação da Espanha só se acentuou, na medida em que o século XVI avançava e o Estado monárquico se consolidava. Assim sendo, o vasto mundo dos Habsburgo possuiu, de fato, um centro de comando que foi essencialmente castelhano. De modo geral, foram concedidos, a esta parcela, os maiores privilégios e uma proeminência dentro do corpo imperial. As análises sobre o império espanhol no século XVI mostram, sobretudo, que a partir da produção de Castela e de seu excedente demográfico o império se estruturou. Portanto, o extenso mundo dos Habsburgo era, efetivamente, sustentado por uma base castelhana.¹⁰⁵⁰

Carlos V não chegou a se estabelecer numa capital fixa. Ao longo de seu reinado, percorreu os espaços do império, constituindo praticamente uma “monarquia ambulante”. Para Jean-Pierre Dedieu, na verdade, Carlos V ainda considerava a *Espanha* apenas um fragmento do Império.¹⁰⁵¹ Felipe II, por outro lado, adotou uma fixidez e centralidade maiores, inicialmente, em Valladolid, depois, em Toledo, e, finalmente as sacramentou, quando ergueu o Escorial e transformou Madri em capital no ano de 1561. Efetivamente, Felipe II centrou a monarquia na Península Ibérica, e assumiu, ao lado do epíteto de Rei Católico, o de Rei da Espanha ou Rei das Espanhas, títulos usados, inclusive, na documentação diplomática.

Segundo Elliott, Madri, “centro matemático de Espanha”, representou para o reinado de Felipe II a ideia de um governo “fijo, hecho de enormes implicaciones para el futuro de sus territorios”.¹⁰⁵² Ao formalizar o centro político da monarquia imperial numa cidade castelhana, rodeado de conselheiros e cortesãos castelhanos e fundamentalmente dependente dos recursos de Castela, Felipe II tornou seu reinado essencialmente castelhano. “La monarquia de Felipe II no era ni siquiera, en el pleno sentido de la palabra, una monarquia española. À medida que transcurría el tiempo su carácter se iba haciendo cada vez más castellano.”¹⁰⁵³

Conforme dissemos, a confusão entre “ser castelhano” e “ser espanhol” não era só de natureza linguística ou semântica, mas apresentava forte conteúdo político, já que

¹⁰⁴⁹ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; p.61.

¹⁰⁵⁰ Citamos aqui o próprio ANDERSON, Perry. *Linhagens...op.cit.*, mas também as obras de John Elliott, em especial ELLIOTT, John. *España y su mundo. 1500-1700*. Madrid: Taurus historia; 2007; e VILLAR, Pierre. *Historia de España*. Barcelona: Ed. Crítica, 1978.

¹⁰⁵¹ DEDIEU, Jean-Pierre. “Comment l’Etat forge la nation. L’Espagne’ du XVIe au début du XIXe siècle.” In: TALLON, Alain (ed.). *Le sentiment...op.cit.* TALLON, Alain (ed.). *Le sentiment...op.cit.*

¹⁰⁵² ELLIOTT, J. H. *La España Imperial. 1469-1716*. 6ª ed. Barcelona: Vicens-Vives; 1998; p.275.

¹⁰⁵³ *Idem, ibidem*, p.276.

era marcada pela gradativa hegemonia de Castela no processo de transformação de uma “utopia hispânica” em Espanha. Assim, é compreensível que, de modo geral, os embaixadores, mercadores e humanistas que se referiam, em suas correspondências e obras, ao mundo ibérico submetido aos Habsburgo se identificassem como *espanhóis* simplesmente. No próprio mundo ibérico, aliás, o caráter castelhano da monarquia não passava despercebido. Para catalães e aragoneses, Felipe II era um monarca “castelhanizador” com um vasto plano de submissão da *Hispania* a serviço de uma crescente arrogância castelhana. Segundo Kamen, “el logro de la unificación peninsular alimento la ilusión en los castellanos de que eran los dueños de España”.¹⁰⁵⁴

Numa determinada realidade europeia, mas também no mundo colonial, o termo *castelhano* foi sendo identificado com aqueles que eram naturais de Espanha, mesmo que a contragosto de outros reinos e povos da península. Esta associação ainda foi juridicamente conformada a partir de uma legislação que procurou demarcar, dentro do próprio império, os que deveriam ser considerados *naturais*. Nas leis que tentavam impedir o acesso dos chamados *extranjeros* às Índias, conseguimos acompanhar a evolução desta noção: “Excepto por un breve período entre 1526 y 1538, por ejemplo, el viaje estuvo prohibido legalmente a los extranjeros, pero la definición de quién lo era distaba de estar clara”.¹⁰⁵⁵

Segundo Francisco Company, embora Carlos V tendesse a permitir a entrada de qualquer membro do império na América, a tese restritiva castelhana acabou prevalecendo.¹⁰⁵⁶ Entretanto, de acordo com Tamar Herzog, que estudou cuidadosamente a política de naturalização na monarquia hispânica, os critérios para demarcar a naturalidade eram, até o início do século XVII, bastante largos e flexíveis.¹⁰⁵⁷ No princípio, o nativo assim podia ser considerado tanto por nascimento, vassalagem, educação, título de cavalaria, casamento, herança, libertação do cativo, emancipação, conversão ao cristianismo, ou residência prolongada. Contudo, segundo a autora, a partir do século XVII, a problemática do comércio transatlântico começou a interferir na questão, e “distinguir os nativos dos estrangeiros residia no direito de imigrar e de comerciar no Novo Mundo”.¹⁰⁵⁸ Ocorria o que ela chamou de institucionalização dos mecanismos de naturalização, que passaram a ser mediados pela

¹⁰⁵⁴ KAMEN, Henry. *Felipe de España*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A.; 1998; p.243.

¹⁰⁵⁵ ELLIOTT, John H. *Impérios del Mundo...op.cit.*; p. 92.

¹⁰⁵⁶ COMPANY, Francisco Domingues. “Condición Jurídica del Extranjero en América”. RHA, n.39. jun.1955.

¹⁰⁵⁷ HERZOG, Tamar. “Être Espagnol dans un monde moderne et transatlantique” In: TALLON, Alain (reun.) *Le sentiment national...op.cit.*.

¹⁰⁵⁸ HERZOG, Tamar. “Être...” *op.cit.* p.8 e 9

Casa de Contratação de Sevilha e a demandar uma cédula de naturalização. Claro deve estar, contudo, que a prática comum de simples residência e integração comunitária ainda se fez prevalecer sobre a burocratização do processo por longos anos, e os portugueses naturalizados na América castelhana demonstraram isso, já que a perseguição a eles se iniciou somente a partir da segunda década do século XVII. De qualquer modo, Herzog, ao problematizar a naturalidade dos conceitos, discutiu como as comunidades se forjam nas interações cotidianas, através de uma multiplicidade de agentes, cada um defendendo seu ponto de vista. No fundo, a naturalidade resultava das relações complexas entre as normas e os interesses, tornando as definições bastante flexíveis e atravessadas por questões diversas.

Em relação à América de Castela, ou de Espanha, a legislação também pode nos dizer algo. No início do século XVI, eram considerados naturais apenas aqueles nascidos em Castela, filhos legítimos de pais nascidos nesta região ou lá residentes há, pelo menos, dez anos. Na medida em que o século avançou, o conceito foi se alargando. Em cédulas reais de 1553 a 1581 aparecem como *naturais* os nascidos em Castela, Leão e admitindo-se os de Navarra. Já, em 1596, definia-se estrangeiro como “todo aquele que não for natural de Castela, Leão, Aragão, Valência, Catalunha, Navarra, ou da ilhas de Maiorca e Minorca”.¹⁰⁵⁹ Ou seja, a definição do que compreendia a Espanha também se revelava na legislação que tentava demarcar as identidades dentro do próprio império. Para Sérgio Buarque de Holanda “variou na Espanha, através do tempo, o conceito de estrangeiro que foi de início aplicado até aos espanhóis não castelhanos e que continuou adiante a discriminar portugueses mesmo após a unificação de 1580”.¹⁰⁶⁰

No que nos interessa aqui, a condição dos portugueses talvez tenha sido um dos maiores problemas de definição de identidade na Península Ibérica. Ao longo de todo o tempo da União das Coroas, os portugueses foram considerados *extranjeros*, sendo incorporados, na maioria das vezes, apenas pela permissividade cotidiana e pela ambiguidade legal, embora esta tenha variado bastante no período. Lembremos, por exemplo, do debate de Lourenço de Mendonça sobre a condição de estrangeiro do português na órbita da monarquia. A formação autônoma portuguesa a partir do século XII, o histórico de conflitos entre Portugal e Castela, bem como a acirrada competição

¹⁰⁵⁹ *Recopilación de leyes de los reynos de las Indias, mandados imprimir y publicar por la Magestad Católica del Rey Don Carlos II. 3 tomos. Madrid, por la viuda de D. Joaquim Ibarra, 1791. Apud. VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica... op.cit. Volume I; Tomo I.; p.64.*

¹⁰⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque; PANTALEÃO, Olga. “Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral...op.cit..* Tomo I, Volume I. p. 179.

na expansão ultramarina ajudaram a delimitar as diferenças entre os dois reinos, apesar das enormes aproximações tanto fronteiriças quanto culturais. O sonho hispânico e ibérico, que se manteve em Portugal, assim como em Castela, fomentou uma série de projetos de unificação que, embora vislumbassem a reunião da península, intencionavam diferentes hegemonias. Quando da União Ibérica, este *background* veio à tona, alimentando tanto pontos de concórdia e unificação quanto de discórdia e desagregação.¹⁰⁶¹

Fernando Bouza analisa brevemente os dois momentos-chaves da União, ou seja, os anos de 1580 e 1640. Segundo ele, a argumentação, em 1580, se estabelecia para refutar certo sentimento anti-castelhano¹⁰⁶² (fundamental nestes processos de identidade), reforçando as identificações entre castelhanos e portugueses, “todos compreendidos debaixo de nome de espanhóis”.¹⁰⁶³ Confirma, nesse sentido, a operacionalidade política do termo *espanhol* para os projetos de unificação e integração imperial.¹⁰⁶⁴ Já no contexto de 1640, os opositores da “Restauração” portuguesa identificavam o *espanhol* com o *ibérico*, usando o conceito de Espanha como uma unidade geográfica que englobava os portugueses. O que gerava a desconfiança dos bragantinos, que enxergavam nisso uma manobra inserida no contexto de centralização de Olivares.

De toda forma, exemplos da operacionalização do conceito de *espanhol* também podem ser encontrados na América. Num impresso produzido para a renovação da licença comercial para Buenos Aires, na segunda década do século XVII, o procurador Antonio de León diluía a problemática do comércio com o Brasil tratando todos como “españoles”, e precisava, inclusive, numericamente os moradores de Pernambuco e Bahia.¹⁰⁶⁵ Em contraste com a demarcação identitária jesuítica, este constituía um curioso exemplo das conveniências dos usos dos termos e identidades.

No dicionário português de Rafael Bluteau, já do século XVIII, castelhanos são os naturais de Castela, com a ressalva de que “assim costumamos chamar qualquer espanhol que não é português porque Castela é o reino que reside a Corte dos espanhóis,

¹⁰⁶¹ Schaub procurou ressaltar as ambiguidades de interesses presentes neste processo. SCHAUB, Jean Frederic. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros do Horizonte, 2001.

¹⁰⁶² VALLADARES, Rafael. *La rebelion...* O autor comenta deste persistente sentimento anti-castelhano presente em Portugal e resultado de antigas rivalidades e temores. De qualquer forma, ele o considera um sentimento difuso e de conteúdo basicamente cultural. Mas somente no contexto da distensão, ou “sublevación” como prefere chamar, este sentimento teria sido catalisado pelas forças políticas.

¹⁰⁶³ BOUZA ALVARES, Fernando. *Portugal no tempo...op.cit.*

¹⁰⁶⁴ SCHAUB, Frederic. “Le sentiment...” *op.cit.*

¹⁰⁶⁵ AGI, Charcas 33. *Impresso solicitando licença para comércio por Buenos Aires*.

que não são portugueses”. Para justificar a razão de não haver colocado Portugal na descrição de *Hespanha*, Bluteau afirmava “porque tem seu rei particular”.¹⁰⁶⁶ Quando da União Ibérica, portanto sem rei próprio, talvez um dos maiores pontos de conflito não tenha sido a inserção de Portugal na *Hispania*, mas na Espanha “castelhanizada”. Conforme uma nota marginal na “Coleção de Memórias do Tempo del rey Philipe 2º de Castela Primeiro de Portugal”, do Códice Castelo Melhor, a associação do termo castelhano como sinônimo de espanhol recebe o seguinte parecer:

*Castellano: necesidad o malicia de quien separa portugués de español; q el castellano no es mas español que las demas naciones de España para que por nombre próprio se entienda por español, castellano, antes se apudiera porenel en duda quando dicen español con que de las naciones de españa hablan.*¹⁰⁶⁷

Na América, os espaços que pertenciam à coroa espanhola eram, para os portugueses, áreas de castelhanos; no fundo, uma acertada percepção de jurisdição, afinal as Índias tinham sido muito rapidamente atreladas à coroa de Castela, ainda com Isabel. As conquistas na América se tornaram naturalmente parte de Castela, como um prolongamento, também, devido ao papel proeminente deste reino no processo de expansão. Como afirma Elliott, “tecnicamente iba a ser una America castelhana más que espanola”.¹⁰⁶⁸

Assim sendo, não podemos concordar inteiramente com Fernando Serrano Mangas quando este diz:

*Frente a los términos de portugués o luso, utilizamos el de castellano y el menos correcto de español. Englobaba este a todos los peninsulares y se hallaba desprovisto del significado político que, precisamente, a partir de 1668, se le endosó. Como ajustadamente dice Kamen, ‘llamarse español era un sistema cómodo de identificarse, pero poco más que esto’. La identificación se empleaba exclusivamente de cara a los extranjeros, de maneira que en realidad los pueblos de la Península no se sentían tanto españoles entre sí cuanto a otros pueblos.*¹⁰⁶⁹

¹⁰⁶⁶ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. VIII Volumes. Coimbra: 1712; p.185. Versão digitalizada e disponível em CD-Rom. Instituto de Estudos Brasileiros: 2008.

¹⁰⁶⁷ BNRJ. Códice Castelo Melhor, I, 13-3-16. Ao longo do documento, percebe-se certo espírito contestatório da União Ibérica, tendo em vista a alegação de que “los portugueses aun que de coraçõ es del alma enemigos de castellanos, no huzieron por eso gran prueba de valor”; p. 26.

¹⁰⁶⁸ ELLIOTT, John. *Imperios... op.cit.*; p.194.

¹⁰⁶⁹ MANGAS, Fernando Serrano. *La encrucijada portuguesa...op.cit.*; p.10-11.

Nossa discordância refere-se à opinião do autor de que a utilização de termos como *castelhano* ou *espanhol* só assume sentido político a partir de 1668. Efetivamente, a hegemonia política e cultural de Castela foi fundamental ainda no século XVI, e suas implicações, em termos de posicionamentos, filiações, alianças e negociações dentro do império, agregaram ao processo um forte cunho político. Chamar os reinos reunidos em torno do poderio castelhano de espanhóis se constituiu, de fato, numa forma cômoda, fácil mesmo de se identificar um espaço e uma população para além dos Pirineus; mas foi também o reconhecimento de que o projeto de identificação e legitimação de Castela, como herdeira e representante de *Hispania*, estava sendo bem-sucedido. Portanto, trata-se de identidades inscritas em relações de poder.

A historiografia que abordou o tema das identidades foi, de modo geral, bastante influenciada pela questão da formação dos Estados nacionais. Em busca da especificidade do chamado caráter nacional, reforçou-se a noção de identidade pela ótica de uma essência, de uma unidade primordial. O resultado predominante foi o de uma identidade unidimensional, tanto na Europa quanto na América. No caso das realidades coloniais, a maior parte dos trabalhos trafegou na busca de uma “originalidade” identitária, de modo geral, encontrada a partir do século XVIII, pois só então teria se formado uma gradativa especificidade do mundo americano, em suas diversas partes, em relação às metrópoles europeias. A identidade nos espaços coloniais era peça substantiva no prenúncio das independências.¹⁰⁷⁰ Mesmo trabalhos como os de Anthony Pagden e Greene procuram uma identidade específica que teria se formado essencialmente no século XVIII, quando os destinos das colônias começaram a ganhar autonomia. Segundo Greene, foi, a partir daquele século, que um senso de lugar, uma identificação dos objetivos e uma compreensão de história comum permitiram a formação de uma identidade.¹⁰⁷¹ Os séculos XVI e XVII foram fundamentalmente, nesta ótica, os de reprodução da identidade europeia, transplantada para a América, cujos frutos somente se dariam nos oitocentos.

Na contramão desta espécie de “sombra nacional” das identidades, estudos mais recentes enfatizam o que seria um movimento de fragmentação destas no mundo

¹⁰⁷⁰ O tema das identidades específicas do mundo colonial é bastante recente, e surgiu na esteira das reflexões sobre aculturação, mestiçagem e encontros culturais. Até então, o tema era, fundamentalmente, marcado pela historiografia pós-independência que buscou, de forma incessante, as origens das nações no passado colonial. Portanto, as identidades na colônia eram resultantes de um olhar retrospectivo e legitimador dos mais diversos nacionalismos e regionalismos.

¹⁰⁷¹ Os trabalhos de Pagden e Greene fazem parte da coletânea: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony (Eds.). *Colonial Identity in the Atlantic world*. Princeton University Press, 1987.

contemporâneo. Priorizando a fluidez, a instabilidade, e as múltiplas possibilidades de composição e mistura, esta visão tem o mérito de transformar as identidades num fenômeno multidimensional. Claro que esta diluição é muitas vezes percebida em sua negatividade, como uma crítica à sociedade contemporânea, mas também devemos ressaltar a libertação da identidade dos grilhões do nacionalismo, o que permitiu novas formas de abordar o tema.

Apesar de pensar sobre a identidade e as mediações culturais nos processos de diásporas pós-coloniais, Stuart Hall nos pode ser bastante útil. Ao focar as identidades nas sociedades caribenhas, compostas por múltiplas temporalidades e afluências, foi obrigado a refletir sobre a identidade num ponto de vista mais histórico, se comparado, por exemplo, às reflexões sobre um mundo fluído tal como colocado por Zygmund Baumann.¹⁰⁷² A análise de Hall sobre os impérios como instâncias necessariamente multiculturais, mas não multiculturalistas, assim como a sua ideia de que são âmbitos onde ocorrem identidades múltiplas, compostas e moldáveis, nos permite a projeção de suas perspectivas no tema das identidades no império filipino.¹⁰⁷³ Além disso, Hall não prescinde da questão fundamental referente à identidade, isto é, sua íntima relação com esferas de poder.

Hall elabora ainda a importante noção de “jogo de identidades”, por meio da qual defende que o agente histórico pode mudar sua identidade de acordo com a forma em que é interpelado ou representado. Assim, toda identidade seria inscrita num “espaço e no tempo simbólicos”, portanto, nesta margem relativamente ampla, o sujeito constrói suas filiações e identificações, muitas vezes conforme as circunstâncias.¹⁰⁷⁴ Ora, no contexto globalizado, tais identificações atuam num espaço necessariamente amplo e as possibilidades se estendem ainda mais. De certa forma, o contexto do Antigo Regime ibérico, espacialmente vasto e liberto da “coesão nacional”, permitia, também sob o guarda chuva da monarquia católica, ampla margem de identificações, inclusive circunstanciais.

¹⁰⁷² BAUMANN, Zygmund. *Europa: uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. BAUMANN, Zygmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

¹⁰⁷³ HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. A distinção, aqui, é que um império multicultural abriga múltiplas identidades sob seu poder, mas não necessariamente promove políticas multiculturalistas ou de integração entre elas. Assemelha-se, assim, à diferença entre multicultural e intercultural proposta por Walter Dignolo. A segunda é, efetivamente, a política do diálogo, dos contatos, dos encontros entre culturas e identidades distintas. MIGNOLO, Walter D. *La Idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

¹⁰⁷⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006., p.71

Ressalvemos, outrossim, a questão fundamental da identidade no mundo contemporâneo referente à chamada “descentração” do sujeito. No contexto dos séculos XVI e XVII, contudo, não faz muito sentido elaborar uma oposição entre identidades coletivas e identidades individuais. Acreditamos que, nestes séculos, ver o indivíduo significa ver um sujeito atrelado a identidades coletivas e comunitárias variadas. Neste sentido, não se trata de um ser orgulhoso de sua individuação e diferença, mas sim de um ser que partilha, dialoga e maneja as identidades e afinidades disponíveis com vistas a melhor se inserir numa comunidade.¹⁰⁷⁵

Por fim, as observações de Serge Gruzinski sobre os mundos conectados da “Monarquia Católica” são um excelente parâmetro, à medida que ele mesmo buscou analisar as redes de trocas e intercâmbios de ideias, homens, mercadorias, plantas e identidades. Os fenômenos da mestiçagem e do hibridismo neste mundo colonial, temas tão caros ao historiador, devem ser levados em conta desde que articulados aos exercícios do poder; e o sentido múltiplo e moldável das identidades deve ser relacionado às suas possibilidades de circulação nos espaços de um império de escala cada vez mais ampla.¹⁰⁷⁶

Aqui, devemos, pois, perceber a identidade nestas múltiplas possibilidades e formatações, e não seguir a tradicional escola das origens da identidade nacional. No contexto do império filipino, de maneira sobreposta ou interposta, a também imprecisa identidade universalista católica e hispânica foi atravessada por uma infinidade de identidades regionais, familiares, de classe, dentre demais formas de identificação. O que chamamos de identidade *castelhana*, *espanhola*, *portuguesa* não é, portanto, um bloco coeso, ou um perfil psicológico e nacional definido, mas uma identidade dinâmica e ela própria híbrida, como preferem alguns, efetivamente transpassada por ambiguidades e outras identificações. Quando falamos do mundo colonial, devemos ainda considerar a intensa experiência de alteridade, proporcionada pelas conquistas, e as novas, algumas até mesmo improváveis, composições que surgiram naquela peculiar paisagem física e humana. Por isso, visualizar as identidades como múltiplas não as torna menos sujeitas às ingerências do poder, e muito menos às diversas tentativas de fixação ou de demarcação de seus limites. O que pode ser ainda mais verdadeiro, se

¹⁰⁷⁵ Uma análise breve sobre o tema está em TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros. Para além do choque das civilizações*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

¹⁰⁷⁶ Em relação ao pensamento de Gruzinski, citamos aqui: GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001; e GRUZINSKI, Serge. “Mondes meles de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’”. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 Année; no 1; Janvier-Février 2001; p. 85- 117. (Este último publicado em português na revista *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p.175-195).

pensarmos nesta monarquia ibérica em processo de centralização e consolidação, imersa na cultura *massiva* e espetacular do barroco.¹⁰⁷⁷

Portugal, por exemplo, chamado a se posicionar diante do sonho de unidade *hispânica*, inserido nos projetos da monarquia universal católica do império filipino (que mal conseguia esconder a busca de hegemonia castelhana), acabou por fortalecer, de modo aparentemente paradoxal, suas identidades regionais e reinól, o que colocou maiores dificuldades aos planos de unificação. Assim, a identidade portuguesa no século XVII se fez diante da ancestral e quase mítica identidade peninsular, ao mesmo tempo em que tinha sua especificidade “nacional” reforçada, inclusive ancorada num forte anti-castelhanismo.¹⁰⁷⁸

No quadro da União Ibérica, momento chave para a formação da identidade lusa, a legislação espanhola no tocante aos portugueses concorreu, involuntariamente, para um reforço imenso desta mesma identidade. Foi na relação com o *outro* castelhano (*outro* também porque assim se colocou) que o português fortaleceu seus laços de identificação, mostrando uma das faces mais relevantes da formação de identidades, seu sentido “relacional”¹⁰⁷⁹. Segundo Ana Nogueira Silva e António Hespanha, o contexto da União Ibérica tanto em sua implantação quanto em sua distensão:

*Dispara, porventura, a primeira reflexão metódica sobre o que é Portugal e o que é ser português. O reconhecimento de uma identidade lusa foi quase unânime; mas já não o foi o modo como ela era concebida – identidade de uma região natural, de uma natio, ou de um Reino.*¹⁰⁸⁰

Por outro lado, ainda segundo estes autores, “o sentimento de identidade hispânica era muito mais forte, aflorando, nomeadamente, no apoio que, pelo menos até aos finais do primeiro quartel do século XVII, tiveram os projetos de (uma certa) união ibérica”.¹⁰⁸¹ De qualquer maneira, como já dissemos, a identidade na península era sobreposta e perpassada por identidades regionais, municipais, familiares, de classe e de grupos sociais. Estas relações apresentaram ainda novos padrões fora do reino, em especial nas áreas coloniais, pois, nelas, em geral, prevaleciam diferentes e novas

¹⁰⁷⁷ Referimo-nos à obra clássica de MARAVALL, José António. *A cultura do Barroco*. São Paulo: Edusp, 1997.

¹⁰⁷⁸ Hespanha e Nogueira da Silva se referem à identidade “nacional” como elemento *passivo* em meio às formas de identificação vigentes em Portugal no século XVI. SILVA, Ana Cristina Nogueira da & HESAPANHA, Antonio. “Identidade portuguesa.” In: HESAPANHA, Antonio (coord.) *O Antigo Regime (1620-1807) História de Portugal*. Dir. José Mattoso; Volume IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

¹⁰⁷⁹ A perspectiva relacional das identidades, sob o viés da antropologia, está em BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. T. Lask (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

¹⁰⁸⁰ SILVA & HESAPANHA, “Identidade...” *op.cit.* p.20.

¹⁰⁸¹ *Idem, ibidem*. p. 22

condições locais. Esta “fluidez de identidades” abriu um campo ainda maior de possibilidades de composição e identificação multifacetadas de grupos e indivíduos, num império que, apesar de sua centralidade castelhana e católica, já era bastante vasto e diversificado.¹⁰⁸² Em meio às filiações religiosas, reinóis, ibéricas, familiares, regionais, sociais, estes colonos ibéricos buscaram e construíram caminhos de identificação, o que os levou a estabelecer laços, estreitar relações, descobrir afinidades etc.

Portanto, buscar os *castelhanos* de São Paulo implica encontrar indivíduos articulados às possíveis redes *castelhanas* (e também espanholas), às afinidades culturais e linguísticas, mas igualmente atrelados a determinantes questões locais, refletidas em seus casamentos mamelucos, seus parentes portugueses, suas conexões com o mundo paraguaio e suas necessidades comerciais. De qualquer forma, uma população eminentemente *castelhana* foi identificada e, até certo ponto, confrontada em São Paulo, ao longo da União Ibérica, especialmente nos seus momentos finais. O quanto os “sentimentos nacionais” teriam, efetivamente, pesado em todo esse processo resta como uma das dúvidas da historiografia sobre as repercussões da “Restauração” de Portugal na vila de São Paulo. Entretanto, ressaltamos que ser *castelhano* carregava, além da intrínseca associação à Espanha, todo o peso de uma política imperial, independente de uma suposta naturalidade de seus agentes.

Castelhanos, identidades e partidarismos em São Paulo

O aventureiro Anthony Knivet reconhecia em torno da capitania de São Vicente certa mistura entre “espanhóis” e portugueses.¹⁰⁸³ Montoya falava de uma vila de São Paulo com castelhanos, portugueses e italianos.¹⁰⁸⁴ O navarro Juan Mongelos Garcês, por sua vez, contava como, em 1649, de passagem por São Paulo, lá teria resolvido ficar, já que encontrara muitos espanhóis casados, tendo ele mesmo se casado com a filha de um assuncenho morador de Itu.¹⁰⁸⁵ Portanto, aos olhares dos contemporâneos, parecia marcante a presença de castelhanos em São Paulo.

Muitos tinham se estabelecido ainda no tempo da armada de Valdés, como os Buenos, os Camargo, os Munhoz, os Fajardo, os Sanches, os Martins Bonilha, os

¹⁰⁸² STOLS, Eddy. “Convivências e conivências luso-flamengas na rota do açúcar brasileiro”. *Ler Histórica*, 32, 1997.

¹⁰⁸³ KNIVET, Antonio. *As incríveis aventuras...op.cit.*

¹⁰⁸⁴ MONTOYA, Antonio Ruiz. *La conquista...op.cit.*

¹⁰⁸⁵ FRANCO, Francisco de Assis de Carvalho. *Dicionário de bandeirantes...op.cit.* p.178-180.

Tenórios, os Godoy, entre outros. Somavam-se aos ocasionais Cañamares e Saavedras, vindos alguns anos antes. Muitos deles casaram-se entre si, moravam próximos e praticavam sociedades em negócios e vereanças. Não funcionavam como *gueto* obviamente, pois também se casaram com mamelucas e filhas de portugueses, tiveram cunhados flamengos e italianos, e compartilharam ofícios e tratos com outras pessoas. Mais alguns castelhanos vieram com D. Francisco de Souza, como os Santa Maria, os Aguirre e os Quadros. Mas, com Francisco, vinha também uma efetiva política imperial. O caminho com o Paraguai permitiria ainda um afluxo constante de castelhanos, que usavam a “via proibida”, além de “hispano-paraguaios”, que acabaram por se transladar para São Paulo. Muitos se conectavam com o espaço paraguaio através de casamentos e alianças. Ademais, elementos que Sérgio Buarque de Holanda chamaria de “aluviais” se instalavam na vila, ao longo de todo o período, em busca de alguma riqueza mineral, de acesso a Potosí, de refúgio por crimes cometidos, ou simplesmente por certa identificação com um lugar habitado por outros conterrâneos. A vinda destes castelhanos, contudo, foi facilitada pelo contexto específico da União das coroas, já que não existia, efetivamente, nenhuma proibição à presença deles em terras portuguesas.

As leis de 1606, que proibiam terminantemente a entrada de estrangeiros no Brasil, excluía dessa condição os castelhanos. E, apesar de prevalecer certa imagem de que a presença de castelhanos nas colônias portuguesas era diminuta, acreditamos que o tema ainda careça de maior aprofundamento. Juan Gil foi um dos que acharam que “las Indias espanolas acogieran de tapadillo a una activa minoria portuguesa, mientras que la India portuguesa y el Brasil apenas fueran hollados por espanoles”.¹⁰⁸⁶ Por outro lado, Rafael Valladares vislumbra uma população de castelhanos nas Índias portuguesas – em especial em Macau - que não era assim tão insignificante; além do mais, a existência de castelhanos em São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia denota uma presença espreiada pelos vários espaços do império português, inclusive, muito provavelmente, nas costas africanas.¹⁰⁸⁷ Para Schwartz, as semelhanças de religião, cultura e atitudes, bem como as contingências impostas pela realidade colonial

¹⁰⁸⁶ “GIL, Juan. “Balance de la Union...” *op.cit.* p.374.

¹⁰⁸⁷ VALLADARES, Rafael. *Castilla y Portugal em Asia (1580-1680)*. Leuven Universitiy Press, 2001. A presença de uma população de castelhanos no Rio de Janeiro é atestada por Lourenço de Mendonça. Fernando Mangas também refere um alicantino que estava no Rio de Janeiro quando da “Restauração”, e queria fugir para Assunção pela via de São Paulo com outros castelhanos, que, depois, não quiseram ir com ele. MANGAS, Fernando. *A encrucijada...op.cit.* Além disso, os próprios confiscos feitos no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia em 1641 comprovam que existiam alguns mercadores castelhanos efetivamente relacionados ao comércio platino. A presença de castelhanos no Maranhão é sugerida por SCHWARTZ, Stuart. “Luso-Spanish...*op.cit.*”

permitiram uma efetiva integração dos “espanhóis” nas colônias portuguesas.¹⁰⁸⁸ Portanto, nos parece claro que a evidente presença castelhana em São Paulo não deve ser vista de maneira isolada e extraordinária. Pode-se, e deve-se, pensar em outras comunidades de castelhanos (e espanhóis) forjadas nas colônias e espalhadas pelo império português durante a União das coroas, aproveitando-se das circunstâncias peninsulares e das afinidades culturais e religiosas. Os níveis de tensão e harmonia entre estas comunidades e os portugueses só podem ser aferidos por uma pesquisa histórica específica, pois devem variar em função de questões locais e conjunturais. De qualquer forma, nossa hipótese é que certo nível de tensão, originado na Península Ibérica, se irradiou, em ondas, pelos impérios, atingindo os portugueses nas colônias castelhanas, mas também os castelhanos, e espanhóis, nas colônias portuguesas.

Neste sentido, relevante ressaltar como vêm sendo produzidos diversos trabalhos sobre a presença de portugueses no universo colonial espanhol. Estes estudos buscam desvendar as redes familiares e comerciais utilizadas por esta população na formação de verdadeiras comunidades de interesses e de negócios, na maioria das vezes, com ramificações no continente europeu, especialmente em Lisboa, Sevilha e nas praças flamengas. De modo geral, prevalece, nestas análises, o tema dos cristãos-novos como elementos estruturantes destas comunidades portuguesas, mas, mesmo quando a condição de conversos não é preponderante, o que as unifica é a conclusão inequívoca de que estes portugueses atuavam para articular seus interesses, estabelecendo conexões a partir de seus laços identitários.¹⁰⁸⁹ Devemos, contudo, ser cautelosos na comparação entre a presença portuguesa na América espanhola e a presença de castelhanos na América portuguesa, pois as condições econômicas, as possibilidades de inserção e os mecanismos de controle eram bem diferentes. De qualquer forma, se foi comum “oir castellano con acento portugues” neste período, ouviu-se também, ainda que com menos intensidade, um português com sotaque castelhano.

Em relação propriamente aos castelhanos de São Paulo, Frei Gaspar da Madre de Deus, no século XVIII, já os associava ao contexto da União Ibérica. Em resposta à interpretação constante da obra do beneditino francês José Vaissette, em 1753, que dizia que a vila de São Paulo concentrava estrangeiros degredados e criminosos, ele alegava que:

¹⁰⁸⁸ SCHWARTZ, Stuart. “Luso-Spanish...”op.cit. p.37

¹⁰⁸⁹ Dentre os trabalhos pioneiros sobre a presença de portugueses na América castelhana citamos MACHAIN, Lafuente. *Los portugueses em Buenos Aires, siglo XVII*. Buenos Aires: Libreria Cervantes, imp. 1931. Quanto aos mais recentes temos os de MANGAS, Fernando S. *Encrucijada...Op. Cit.* e VENTURA, Maria. *Portugueses...Op.cit.*

*Os sobrenomes estrangeiros excepto os Adornos não vieram no princípio porém muito depois da união da Monarchia Portuguesa com a Castelhana e não é de admirar q além de portugueses viessem hespanhois holandeses e italianos estabelecerem-se num país onde seus habitantes desfrutão as comodidades apresentadas (...)porque SM Catholica neste tempo era soberano de Espanha Portugal Napoles Milão e Países Baixos e os vassallos deste príncipe podiam habitar em qualquer parte dos seus domínios.*¹⁰⁹⁰

Frei Gaspar dialogava, na verdade, com a “lenda negra”, que deitava frutos e ganhava desdobramentos em obras europeias, como a do próprio Vaissette e a do padre Charlevoix, que falava em “quadrilha de bandidos”. De qualquer modo, Frei Gaspar localizava uma presença balizada pela conjuntura política. Esta população castelhana na vila de São Paulo também foi percebida em sua densidade por alguns nomes da historiografia, mas constituiu foco principalmente dos estudos de genealogistas. Os trabalhos pioneiros foram os textos, de cunho mais linhagista, de Francisco de Assis Carvalho Franco, dos anos 1930 e 1940, sobre as famílias Bueno e Camargo. Nos anos 1950, o mapeamento populacional realizado por Nuto Sant’Anna revelou inúmeros nomes castelhanos. Ainda na mesma década, Nilo Garcia ressaltou uma presença castelhana que, embora remontasse a Martim Afonso de Souza, teria se incrementado no período da União. Garcia reconhecia a dificuldade de definir exatamente quem era castelhano e quem era português, visto que os sobrenomes eram semelhantes e as grafias muito variáveis. Assim mesmo, buscou desvendar as possíveis “influências espanholas” em São Paulo, centrando suas análises em Francisco de Souza, Luis de Céspedes e Xeria e na aclamação de Amador Bueno.

Ainda nos anos 1950, foram produzidos os artigos do genealogista Carlos da Silveira, que tentava remontar as origens e as filiações de alguns “troncos genealógicos espanhóis” em São Paulo. Por fim, nos anos 1970, José Gonçalves Salvador apresentou 42 “indivíduos de origem espanhola”, a maioria, segundo o autor, da “seiva hebréia”, seu eixo explicativo para compreender as redes e os circuitos do mundo colonial ibérico.¹⁰⁹¹ Todavia, as interpretações do sentido social da presença castelhana e

¹⁰⁹⁰ INTT, Manuscritos do Brasil, Livro 48, f. 31-32. Versão manuscrita da obra de MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

¹⁰⁹¹ FRANCO, Francisco Carvalho. “Bartolomeus Buenos”. In: Revista...*op.cit.*; FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Os camargos...op.cit.*; SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole...op.cit.* GARCIA, Nilo. “Aclamação... *op.cit.* SILVEIRA, Carlos da. “Troncos genealógicos espanhóis em São Paulo”. In: Revista do Instituto. Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol.59, pp. 419-435. SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos Novos...op.cit.* Pode-se citar também o trabalho de Tito Ferreira, nos anos 70. FERREIRA, Tito Lívio. «O Elemento Espanhol na Capitania de São Vicente», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 69, São Paulo, 1971, pp. 151-166.

espanhola são ainda muito raras. Tirante a obra de Garcia, há uma ou outra inferência na tentativa de associar a esta presença certos traços da “psicologia paulista”. Citamos aqui, por exemplo, os trabalhos de Ernani da Silva Bruno, que, a partir dos relatos de Saint-Hilaire, definia a utilização da viola e do poncho como traços herdados dos castelhanos; ou ainda de Afonso Taunay, que afirmou que “a essa afusão abundante de sangue castelhano atribuem escritores a gravidade e a reserva reinante entre os antigos paulistas que bastante os diferenciavam dos demais brasileiros, o sotaque especial característico do seu falar pausado e uma mentalidade de feição muito sua”.¹⁰⁹²

Dissonante desta perspectiva, colocou-se, sem dúvida, o trabalho de Aracy Amaral sobre a hispanidade em São Paulo, temática que, segundo ela própria, causava “espécie entre os historiadores”. Sua intenção foi perceber a vila de São Paulo compartilhando uma história comum com as regiões espanholas do Paraguai, do Prata e do altiplano boliviano. Vista, portanto, como uma área de intercâmbio humano e cultural, que a autora destrinchou ao analisar as técnicas e os padrões construtivos, principalmente das capelas e casarões rurais. Nisto ela encontrava o que seria a originalidade de São Paulo: uma história comum com os espaços espanhóis na América.¹⁰⁹³ De fato, esta história comum já havia sido notada por Sérgio Buarque de Holanda, embora a presença dos castelhanos na vila não tenha sido alvo específico de seu interesse. Outra perspectiva, embora um tanto proscrita dos trabalhos acadêmicos, foi adotada por Ricardo Román Blanco, nos anos 1970, em seu estudo sobre a influência espanhola na militarização das bandeiras.¹⁰⁹⁴

Mais recentemente, Rafael Ruiz, ao trabalhar com a vila de São Paulo no período da União Ibérica, promoveu a valorização do que seria um plano imperial para São Paulo, principalmente sob o viés estratégico. Contudo, apesar de uma excelente análise sobre a influência da legislação castelhana no trato com os índios em São Paulo, dedicou pouco espaço para uma abordagem mais social da população castelhana na vila, dissolvendo-a, em suas conclusões, num universo hipoteticamente multicultural. Sobre as relações na vila, o autor concluiu que:

Não foram de antagonismos, nem de enfrentamentos nacionalistas, mas de convívio e intercâmbio, às vezes tenso e conturbado, a maior parte das vezes tranqüilo, criando um elo econômico e social

¹⁰⁹² BRUNO, Ernani da S. *Histórias e Tradições da cidade de São Paulo*. Volume 1. São Paulo: Hucitec; 1984. TAUNAY, Afonso de E. *São Paulo nos primeiros anos...op.cit.*, p.372.

¹⁰⁹³ AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo...op.cit.*

¹⁰⁹⁴ BLANCO, Ricardo Román. *Las Banderas...op.cit.*

*que procurou fazer da cidade um conjunto de nações desde o começo da União.*¹⁰⁹⁵

Esta percepção multiculturalista, que sugere uma cidade cosmopolita *avant la lettre*, corre o risco de cair em certo anacronismo, da mesma forma que a baseada na busca de nacionalismos. De todo modo, o grande valor da conclusão supracitada reside na ótica de que não é possível estabelecer um padrão único de relacionamento entre castelhanos e portugueses nesta São Paulo da União Ibérica. Ressalte-se, entretanto, que tais relações foram, muitas vezes, marcadas e influenciadas pelas questões peninsulares, imperiais e regionais, e, portanto, não devem ser analisadas em caráter meramente fortuito. Em outra obra, conjunta com Janice Theodoro, Rafael Ruiz afirma que:

*A historiografia tem tratado com ‘muitos dedos’ a delicada questão dos espanhóis em São Paulo. A preocupação com definir as nacionalidades diluiu o que nos parece ser a questão decisiva para essa época: como uma população constituída por mamelucos, índios, espanhóis, portugueses, flamengos, ingleses e franceses, naquelas condições, soube dar conta não só de sobreviver, mas de desenvolver-se de forma tão desmedida numa região colocada no limite do império?*¹⁰⁹⁶

Há, aqui, a significativa concordância dos autores com o melindre que o tema causa junto à historiografia. Ademais, eles asseveram que buscar nacionalidades não deve ser o objetivo fundamental, mesmo porque se trata de conceito bastante questionável. A colocação é, aliás, uma referência direta a diversos trabalhos anteriores, que efetivamente procuraram traçar origens nacionais no período colonial, em especial os da linha genealógica, tão preocupados em recuperar as origens de São Paulo e de suas famílias ditas tradicionais. Nesse sentido, os castelhanos foram, não raro, tratados com certa naturalidade, e vistos, de modo geral, como mais um dos contributos (ou afluentes) incorporados à herança lusa. Uma historiografia paulista mais tradicional produziu, assim, inúmeras páginas tentando reconstituir nacionalidades e tipos psicológicos europeus que teriam contribuído na formação de São Paulo, num olhar bastante marcado pelo nacionalismo e eurocentrismo.¹⁰⁹⁷

¹⁰⁹⁵ RUIZ, Rafael. *São Paulo...op.cit.*; p.193.

¹⁰⁹⁶ RUIZ, Rafael; THEODORO, Janice. “São Paulo de vila a cidade” In: *História da cidade de São Paulo. A cidade colonial. 1554-1822*. Paula Porta (org.) São Paulo: Paz e Terra, 2004; p.99.

¹⁰⁹⁷ Na vertente oposta - na senda aberta por Sérgio Buarque, e explorada por Pasquale Petrone e, mais recentemente, por John Monteiro -, o indígena foi gradativamente incorporado na formação histórica da vila, de forma ativa e contributiva. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos...op.cit.*. PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos...op.cit.*. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra... op.cit.*. MONTEIRO, John. *Tupis...op.cit.*

Em nossa perspectiva, em especial neste capítulo, longe de definir nacionalidades, buscamos perceber a vila imersa num contexto de definições e demarcações de identidades, que acompanhavam as tessituras e os intercâmbios propiciados pelo império e suas múltiplas esferas de poder; portanto, questões com fortes implicações para a vida local. Compreender, enfim, de que maneira estas identidades ajudaram a compor esferas de influência, conexões econômicas, alianças diversas e conflitos variados.

Mas, assim, ver o castelhano em São Paulo significaria buscar um grupo, uma comunidade coesa, monolítica, agindo em uníssono e em consonância perfeita com as determinações do império? Claro que não. Por outro lado, seriam simplesmente sujeitos dissolvidos numa “geléia geral” de identidades coloniais fragmentárias? Também não. Através de alguns indícios, constatamos que os castelhanos de São Paulo procuraram se aproximar sem que isso se traduzisse em um tipo de isolamento ou gueto. A exemplo dos portugueses em Buenos Aires ou em Potosí, casavam-se também com portuguesas, mamelucas e outras possíveis esposas. Negociavam e partilhavam num mundo que girava em torno de outras questões, além destas instáveis afinidades.

De qualquer modo, os casamentos entre os Camargo e os Bueno, os negócios e vizinhanças entre Camargo, Sant’Anna e Fajardo, a vizinhança entre Bueno e os Munhoz, além dos casamentos do Guairá costurados também com castelhanos, mostram filiações identitárias em seu sentido *castelhano*. Manuel Fernandes Sardinha, cunhado de Bueno, tem como agente no Rio de Janeiro um castelhano que viveu em São Paulo, Juan Romero. Os Godoys transitavam no Guairá; os Pretos, de origem portuguesa, eram, contudo, gente próxima dos castelhanos, desde os tempos da vinda de Valdés e do patriarca Antonio. Joanna de Castilho, filha do castelhano Francisco Bonilha, era vizinha de Munhoz e casou uma das filhas com o castelhano Pedro de Carassa. Este, por sua vez, casou uma de suas filhas com Paulo Marques Catalão – senão castelhano, espanhol recalcitrante.

Dos mais aluviais dos castelhanos chegados a São Paulo temos os irmãos Rendon. Francisco Rendon de Quevedo, Juan Matheus Rendon, Pedro Rendon de Quevedo e Jose Rendon de Quevedo tinham origem fidalga, nascidos em Coria, Castela. Eram filhos de D. Pedro Mateus Rendon e de Magdalena Clemente de Alarcão Cabeça de Vaca. D. Pedro fora alcaide e regidor da vila de Ocanha, em Castilla-la-Mancha. Jose, Francisco e Juan teriam vindo ao Brasil engajados na armada do general Fradique

de Toledo Ozorio, que trazia a missão de expulsar os holandeses da Bahia em 1625.¹⁰⁹⁸ Cada um portava três escudos de vantagem no “soldo de sua praça e atenção à sua qualidade”.¹⁰⁹⁹ Segundo Francisco de Carvalho Franco, os irmãos teriam vindo na armada obrigados, por terem cometido um crime em Castela: o assassinato a facadas de um franciscano.¹¹⁰⁰

Ainda em 1625, Juan e Francisco passaram para São Paulo, enquanto D. Pedro teria voltado para Coria. D. Francisco casou-se com Ana Ribeira, filha de Amador Bueno, e D. Juan com Maria Bueno da Ribeira, outra de suas filhas. Assim, mais uma família tipicamente de origem castelhana se constituía no planalto. A vinda de alguns desgarrados em função das invasões holandesas na Bahia não foi, porém, um fato tão esporádico. Além dos irmãos Rendon, o castelhano Juan Paez Florian, capitão de um *tercio* espanhol, também foi a São Paulo onde ficou até 1639, quando se engajou no *tercio* de paulistas que foi socorrer Pernambuco.¹¹⁰¹

Em São Paulo, Juan Matheus teria levantado uma companhia de infantaria à sua própria custa destinada ao socorro de Pernambuco, participando ativamente da mobilização empreendida para a expulsão dos holandeses. Tornou-se *homem bom* da vila e teria sido um dos agitadores da suposta “Aclamação” de Amador Bueno, seu sogro, no contexto da “Restauração” portuguesa. De todo modo, permaneceu em São Paulo, onde sua esposa faleceu em 1646. Alguns anos depois, em 1651, ele se mudou, juntamente com um de seus filhos, para a Ilha Grande, onde seu irmão Francisco tinha, inclusive, uma sesmaria.¹¹⁰²

D. Francisco Rendon de Quevedo também alçou-se, rapidamente, à condição de homem eminente na vila de São Paulo. Foi juiz de órfãos, dono de chãos e extremamente ativo nas bandeiras, em especial nas do Guairá de 1628-1631. Como o irmão, engajou-se na mobilização de tropas para socorrer Pernambuco no final da década de 1630. Francisco foi ainda, pessoalmente, encarregado de levantar um dos chamados *tercios* espanhóis em São Paulo, depois de ter sido convocado por Salvador Correia de Sá e Benevides, responsável pela organização das tropas nas capitanias do sul. Também foi suspeito de ter participado na tal “Aclamação” de seu sogro Amador Bueno, em 1641. O fato é que, assim como seus irmãos, D. Francisco era próximo de Sá

¹⁰⁹⁸ BNRJ - 5,3,13 (baseado numa justificação de D. José Rendon de Quevedo, feita em Madrid em 27/06/1639)

¹⁰⁹⁹ *Idem ibidem*

¹¹⁰⁰ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário...op.cit.*

¹¹⁰¹ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. “Um problema...” *op.cit.*, cf. nota. 207.

¹¹⁰² LEME, Pedro Tacques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

e Benevides. D. José, o irmão que ficara na Espanha, veio ao Brasil, em 1640, e se instalou no Rio de Janeiro, onde se casou com uma viúva herdeira de um engenho de açúcar em Irajá. Mais tarde, trocaria este engenho por outro em Itacuruça, que pertencia a Sá e Benevides. Instalado na vizinhança encontrava-se já D. João, até que, por fim, na década de 1650, D. Francisco também se mudou para Angra dos Reis pedindo terras devolutas em Itacuruça, justo em áreas que pertenciam a Salvador Correia de Sá e Benevides.¹¹⁰³ A família Rendon, depois de uma passagem marcante por São Paulo, se transladaria em peso para o Rio de Janeiro, consolidando os vínculos que possuíam com os Sá.

O envolvimento de Francisco e Juan, juntamente com outros castelhanos, na suposta “Aclamação” de Amador Bueno não é fato comprovado, mesmo porque nem a própria aclamação o é. Mas este episódio, do qual falaremos mais adiante, é denotativo de um possível conflito de identidades naquele contexto. Independente de uma rivalidade ou oposição “nacionalista” entre castelhanos e portugueses, o que nos parece realmente importante é comprovar um forte processo de partidarização que teria ocorrido na vila de São Paulo a partir da década de 1620. Efetivamente, em 1633, surgiu o primeiro indício de que o tema da identidade peninsular poderia servir como pretexto para embates. No dia 20 de agosto, os oficiais da Câmara de São Paulo, daquele ano, fizeram um termo e o levaram até a aldeia de Barueri para expulsar os padres que ali estavam. Alegavam, na ocasião, que os jesuítas, ao se apossar da aldeia, agiam contra a jurisdição real, pois a lei de 1611 garantia o poder temporal aos capitães, reservando-se a um clérigo somente o atendimento espiritual. O termo conclamava os “moradores desta vila e mais estantes e habitantes com seus negros vão a aldeia de marui ajudar a defender a jurisdição real porquanto os padres da companhia queriam usurpar fazendo conservador fora do direito e clérigos castelhanos forasteiros...”.¹¹⁰⁴ O clérigo castelhano, em questão, era Juan de Medina y Ocampo, villariquenho com família estabelecida em Santana de Parnaíba e homem próximo de André Fernandes.

A ação dos oficiais Antonio Raposo Tavares, Pedro Leme, Lucas Fernandes Pinto, Paulo do Amaral e Sebastião Ramos de Medeiros era, na verdade, impulsionada pela disputa em torno dos índios da aldeia de Barueri, que, muito provavelmente, ainda servia para abrigar uma parte da grande quantidade de índios descidos das reduções do Guairá. Segundo provisão do próprio Felipe IV, os oficiais agiram com “excesso

¹¹⁰³ *Idem, ibidem*. p. 238.

¹¹⁰⁴ ACVSP, 22/08/1633.

temerário e extorsão”, e quebraram “as portas de seu recolhimento profanando a igreja e as cousas sagradas a que acresce veemente suspeita de que o intuito principal dos ditos oficiais e mais povo daquela capitania é cativar os índios”. As verdadeiras razões não passaram despercebidas nem mesmo ao rei, que ordenou a punição dos envolvidos e confirmou a posse da aldeia para a Companhia de Jesus.¹¹⁰⁵ Além disso, em torno de Barueri, existia uma antiga rivalidade entre os habitantes de Santana de Parnaíba e os de São Paulo, originada das mal definidas jurisdições locais. Neste sentido, Juan de Medina, o clérigo castelhano próximo do potentado parnaibano André Fernandes, reunia ainda mais motivos para sofrer os desafetos dos oficiais de São Paulo. Assim mesmo, a perspectiva da naturalidade soaria estranha, já que, entre os nomes da vila de São Paulo assinados no termo de expulsão dos padres, estavam os castelhanos Francisco de Lemos, Francisco Rendon, Bernardo de Quadros, Juan Romero e membros da família Bueno. Até mesmo o flamengo Cornélio de Arzão chegou a registrar seu protesto contra o que seria uma afronta à jurisdição real.¹¹⁰⁶ A questão da naturalidade não poderia, portanto, ter um papel tão decisivo, apesar de o ouvidor-geral Miguel Cisne de Faria, que se apresentou na vila para investigar o caso, ter exibido uma provisão na qual se dizia que “não entrasse em ofício da república nem governança dela estrangeiro algum que não seja natural destes reinos e senhorios por ser assim conforme a direito e leis de sua majestade”.¹¹⁰⁷ Nesse sentido, nos parece que, no leque de motivos disponíveis, a questão da naturalidade era apenas mais um deles. A aplicação de uma das cláusulas do Acordo de Tomar, de 1580, na vila de São Paulo recheada de estrangeiros em 1633, parece, assim, confirmar uma tentativa de demarcar posições em territórios embaralhados, mesmo porque castelhanos não eram considerados estrangeiros em domínios portugueses. De todo modo, o tema não desapareceria da pauta. Em 1638, o procurador da Câmara de São Paulo exigia que se guardasse a lei de sua majestade, que mandava que não se nomeasse ninguém que não fosse natural do reino de Portugal como oficial de justiça, todavia o alcaide de São Paulo, Antonio de Queiros, era castelhano.¹¹⁰⁸ O episódio só atesta a presença de castelhanos em posição de comando e governança na vila, coisa que, até então, ocorrera sem contrariedades. Camargo, Bueno, Bonilha, Quadros, Godoy foram juízes e vereadores sem nenhuma oposição nas primeiras décadas do século, mas, repentinamente, o tema surgiu nas disputas internas.

¹¹⁰⁵ RGCSP, 07/06/1634.

¹¹⁰⁶ ACVSP, 21/08/1633.

¹¹⁰⁷ ACVSP, 24/09/1633.

¹¹⁰⁸ ACVSP, 05/06/1638.

Esta reivindicação parece não ter se desdobrado para além do registro da queixa em si, pois Queiros continuou como alcaide até o final do ano, quando foi acusado de “cortar carne” na vila sem autorização.

As acusações contra Queiros bem poderiam ter sido geradas por questões ou picuinhas pessoais, mas o que nos chama a atenção é que, neste momento, as atas faziam saltar aos olhos este tipo de situação. Acusações, cobranças, broncas públicas, mandatos de prisão revelam uma vila que se fragmentava em partidos e linhas de força. Conforme já dissemos, os primeiros anos da década de 1620 foram marcados pelos conflitos de jurisdição e herança entre o Conde de Monsanto e a Condessa do Vimieiro. As duas partes reivindicavam a herança como donatários da capitania; ambos nomearam procuradores para agir em sua defesa. De um lado, Fernão Vieira Tavares e, de outro, João Fogaça praticaram nomeações e confirmações, de parte a parte, gerando confusões nas lealdades, até que o Conde de Monsanto saiu vitorioso ao englobar, em sua capitania, as vilas de São Paulo, São Vicente e Santos.¹¹⁰⁹ De qualquer forma, instalaram-se, na vila, os partidarismos e as redes de alianças. No tempo em que se tornou capitão-mor, substituindo Fernão Vieira e o poderoso Martim de Sá, Fogaça tentou impedir as entradas para o sertão, nomeou André Fernandes capitão de infantaria da vila de São Paulo, e apoiou a causa de Manoel João Branco, que pretendia administrar todos os índios das aldeias de São Paulo conforme provisão obtida junto ao governador-geral.¹¹¹⁰ Após a nomeação de Álvaro do Valle, pelo Conde de Monsanto, Fernandes acabou se desvinculando de São Paulo com a criação da vila de Santana de Parnaíba, mas Manoel João Branco ainda enfrentaria a resistência dos oficiais em relação às suas demandas.

Branco, sobre quem já falamos aqui, era um dos homens mais ricos da vila. Provável mineiro do tempo de D. Francisco, ele se tornou comerciante, plantador de trigo e criador de gado. Em 1624, Branco, apesar da queda de Fogaça, não se deu por vencido e insistiu em fazer valer sua provisão que o converteria em superintendente das aldeias de índios e das minas de ouro; poderia, assim, obrigar todos os moradores a lhe cederem metade dos índios para o trabalho nas minas e ainda ficava responsável pela cobrança dos quintos. Restava-lhe, contudo, uma tarefa difícil: o governador mandava

¹¹⁰⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. O estabelecimento de Antonio Raposo Tavares em São Paulo, filho de Fernão Vieira, é explicado, em parte, por causa das funções do pai na capitania. Nesse sentido, Raposo já foi visto como uma espécie de agente do Conde de Monsanto. Para Cortesão, era o principal instrumento de uma política estratégica pró-lusitana vislumbrada pelo conde, na qual as bandeiras cumpriam um papel essencial. CORTESÃO, Jaime. *Raposo...op.cit.*

¹¹¹⁰ RGCS, 12/1623.

que enviasse alguns casais de índios à Bahia para repovoar as aldeias de lá. Como retribuição, Manoel João apresentaria uma carta geral de perdão para os moradores de São Paulo que tivessem feito entradas no sertão.¹¹¹¹ O fato é que Manoel João acabou promovendo uma cena quase patética, quando, mais de um ano depois de apresentar a provisão e não ter sido provido nos ofícios, ajoelhou-se defronte ao Mosteiro de São Bento e gritou que ninguém o obedecia. Tudo isso diante de “três telhas” que lhe serviram de testemunha! A Câmara do ano de 1624 havia interferido na jurisdição das minas e nomeado provedor e tesoureiro, o que não cabia ao concelho. Manoel reivindicava que fosse empossado conforme provisão do governador, mas acabou empossado somente na jurisdição sobre os índios, e não na das minas. O impasse se estendeu para a própria Câmara, já que os oficiais de 1624 avisaram aos de 1625 que não poderiam agir contra a vereança do ano anterior.¹¹¹²

A Câmara se tornava, cada vez mais, a caixa de ressonância dos conflitos internos. Em 1624, o procurador ordenou que lhe fosse apresentado o “Livro da finta da gente da nação hebreia”, que deveria estar com o fintador Gaspar Gomes, mas se encontrava em posse do ouvidor-geral. Gomes não conseguia se lembrar dos nomes, de memória.¹¹¹³ Em agosto do mesmo ano, o procurador voltou à carga e exigiu de Gaspar o livro, porque “se murmurava por esta vila que haviam alguns homens da nação mais do que já tem declarado”.¹¹¹⁴ Ele não respondeu, e, na mesma sessão, foi condenado a pagar multa por ter levado gado para Santos, apesar das proibições que existiam nesse sentido. Gomes continuou nesta atividade, mas, em 1626, foi novamente pressionado, só que, desta vez, por levar gado para o sertão. Sofreu perseguição do alcaide Antonio Vaz, mas como era conhecedor das Ordenações, conclamou o Livro 2, Título 5 ameaçando o mandato do alcaide por não ser casado. Este, por sua vez, ameaçou o mandato do vereador Custódio Luiz Pinto também apelando para as ordenações. Diante das sucessivas ameaças, ao final todos acabaram se acertando.¹¹¹⁵ Gaspar e seu filho, Domingos, continuaram a descer gado para Santos, o que lhes renderia ainda novas multas no ano de 1638. De qualquer forma, o episódio demonstra que certos critérios de exclusão dos ofícios começaram a ser utilizados como instrumento, provavelmente, de ações políticas. Em 1633, Gaspar foi mais uma vez chamado para conferir se havia

¹¹¹¹ RGCSP, 13/01/1624

¹¹¹² RGCSP, 02/07/1625.

¹¹¹³ ACVSP, 03/02/1624.

¹¹¹⁴ ACVSP, 03/08/1624.

¹¹¹⁵ ACVSP, 09/05/1626.

algum oficial da Câmara daquele ano que era “da nação”. Diante da negativa, perseguiram somente Geraldo da Silva, que tinha histórico como oficial mecânico.¹¹¹⁶ De qualquer forma, Geraldo já havia sido vereador em ocasiões anteriores.

Em 1622, os oficiais da Câmara exigiram do capitão-mor que as leis do reino fossem cumpridas. Elas incluíam a proibição de parentes, cristãos-novos e oficiais mecânicos nos ofícios dos Concelho.¹¹¹⁷ Isso quase comprometeu o mandato de Amador Bueno no ano seguinte, que conseguiu se safar apesar do parentesco com outro membro do Concelho. O inusitado era o fato de uma vila com fama de rebelde e contumaz na ilegalidade exigir tão estritamente o cumprimento das leis. A Câmara tornara-se, de todo modo, um dos espaços privilegiados de disputa política, e suas eleições passaram a ser consideradas suspeitas. O procurador Luiz Furtado quis proibir, em 1623, que qualquer um que tivesse ido ao sertão pudesse assumir ofício na Câmara, o que, provavelmente, desqualificaria a quase totalidade dos postulantes.¹¹¹⁸ Acreditava que as eleições por pelouros protegiam os delinquentes, pois eram todos parentes, e favoreciam “gente baixa”, “pelos muitos subornos que há”.¹¹¹⁹ Efetivamente, em 1637, o ouvidor Pantoja da Rocha contestou a eleição daquele ano, pois fora informado de que elas haviam sido feitas para “dannados intuitos dos subornadores e fazerem eleitos os eleitores pessoas de sua facção usurpando com isso aos que de direito podiam ser eleitos”. O ouvidor embargou a eleição.¹¹²⁰ Os autos falavam claramente em “facção”, ou poderíamos utilizar aqui o conceito de “bando”.¹¹²¹ De fato, vislumbra-se o surgimento gradativo de facções das elites locais que disputavam o controle da Câmara para interferir na lógica econômica local. A questão do sertão e, por conseguinte, da posse e formas de administração do gentio, e, em menor escala, a questão das minas (as duas não eram necessariamente separadas) deviam pautar grande parte destas disputas internas. As vinganças pessoais, as mercês e ofícios, as redes comerciais, a produção agropastoril também, mas a virulência dos embates cercava efetivamente a questão indígena. Paulo Prado, em estudo sobre a briga entre as famílias Pires e Camargo de 1641, sugere que tudo começara em 1640 - mesmo ano da expulsão dos padres da vila

¹¹¹⁶ ACVSP, 14/05/1633.

¹¹¹⁷ ACVSP, 12/12/1622.

¹¹¹⁸ ACVSP, 28/10/1623.

¹¹¹⁹ ACVSP, 03/06/1623.

¹¹²⁰ RGCS, 30/12/1637.

¹¹²¹ FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos”. *Revista Tempo*. N.15, Vol.8, julho-dezembro de 2003.

em função da questão indígena -, depois de uma disputa em torno das eleições para a Câmara.¹¹²²

Estas disputas de cunho local se acirravam em função de uma prosperidade maior da vila de São Paulo e, por conseguinte, a rivalidade se pautava pelo melhor posicionamento no aproveitamento deste relativo desenvolvimento e nos mecanismos de inserção de São Paulo na lógica imperial que o momento propiciava. John Monteiro mostrou como a vila de São Paulo prosperou – relativamente – a partir da década de 1620, com a expansão das lavouras de trigo e também das lavouras para abastecimento. Neste sentido, Alencastro ressaltou como a região se aproveitou da situação crítica e de constante mobilização militar, imposta pelas invasões holandesas no Nordeste da colônia, para fornecer produtos alimentares. E esta expansão agrícola associava-se intimamente à necessidade de maior apresamento indígena.¹¹²³ A população da vila também havia crescido, atingindo entre 600 e 700 fogos nas décadas de 1630 e 1640. O que representava cerca de 3.000 moradores, tirante a população de índios cativos.¹¹²⁴ Não é, portanto, à toa que a vila passasse a receber forasteiros e personagens sazonais. O próprio Concelho reagiu defendendo-se desse afluxo, como na vereação de outubro de 1635, quando se decidiu pelo despejo de “muitos vadios forasteiros” que andavam pela vila, ou se tentou fiscalizar a atuação de oficiais mecânicos sem licença e forasteiros.¹¹²⁵ Mas a ameaça se configurava de fato, quando alguns destes levavam gentios para fora da vila.¹¹²⁶ Os tempos de calorosa recepção aos forasteiros tinham passado!

De todo modo, dentre os conflitos expressados nas atas e registros da Câmara, os que envolviam a mão de obra indígena prevaleceram. E envolveram não só facções e grupos internos, mas também disputas entre vilas. Barueri serve como bom exemplo deste tipo de rivalidade, que transcendeu as facções internas e tornou-se um problema de concorrência entre vilas. Nos anos de 1635 e 1636, as atas da Câmara de São Vicente revelam trocas de acusações entre São Vicente, Santos, São Paulo, Itanhaém e Cananéia em torno dos índios da região dos Patos. Os protestos vinham de Cananéia e Itanhaém quanto à ação de moradores de São Paulo, São Vicente e até do Rio de Janeiro que iam

¹¹²² PRADO, Paulo. *Paulística...*

¹¹²³ MONTEIRO, John. *Negros da terra...op.cit.* ; ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato...op.cit.*

¹¹²⁴ Dados reproduzidos de HOLANDA, Sérgio Buarque.. *Expansão...op.cit.* Sérgio Buarque projeta entre 4 e 5 membros, em média, para cada fogo.

¹¹²⁵ ACVSP, 20/10/1635 e 29/11/1636. Notifica Pero Jorge, alfaiate, e Custodio de Souza Tavares, que curava na vila sem licença.

¹¹²⁶ ACVSP, 11/06/1633.

até os Patos resgatar e cativar índios que pertenciam à jurisdição das vilas de baixo. Um dos acusados era, inclusive, Francisco Bueno, irmão do ouvidor da capitania de São Vicente na ocasião, Amador Bueno.¹¹²⁷

Mas o maior conflito em torno da questão indígena foi mesmo o sempre presente, e cada vez mais agudo, embate entre colonos e jesuítas. Barueri fora um momento radical deste conflito, que teria lances ainda mais extremados nos anos posteriores. O debate sobre a posse e controle dos índios descidos do sertão se arrastava desde a década de 1580, quando o capitão-mor Jorge Correia tentou passar a administração das aldeias aos padres, gerando revoltas entre os moradores da vila. A questão avançou pelos anos seguintes, com idas e vindas, mas, até 1611, teve uma mediação proporcionada pelo governador Francisco de Souza. Sua atuação apaziguadora conseguiu manter os ânimos sob controle. Mas, em 1611 - mesmo ano da lei que retirava dos padres a administração temporal das aldeias e da morte do governador -, os freios sobre os colonos desapareceram, e a briga se tornou cada vez mais aberta, inclusive, com a participação crescente dos padres das reduções paraguaias. Entretanto, nada indica que o descimento irrestrito de índios, e sua escravização, fosse um ponto consensual entre os próprios colonos. Os jesuítas com seus prováveis aliados, e mesmo gente contrária à escravização – ou *administração*, eufemismo usado em São Paulo -, mas favorável a certa gestão nos moldes castelhanos, poderiam tornar o processo ainda mais irregular e atravessado por embates, oposições e articulações políticas. Em 1621, os padres da Companhia fizeram constar dos registros gerais da Câmara uma certificação de que nunca “venderam peças de gentio da terra nem trocaram nem descambaram antes foram sempre contra os moradores desta vila”.¹¹²⁸ As acusações que pairavam sobre os jesuítas eram, no fundo, as mesmas que pairavam sobre os colonos: o uso dos índios para o benefício próprio.¹¹²⁹

Os milhares de índios entrados na vila em função do ataque às reduções do Guairá, a partir de 1628, muito provavelmente, acirraram sobremaneira os ânimos. Além do mais, os jesuítas do Paraguai reagiram prontamente às ações paulistas, repercutindo na própria vila suas queixas. No ano de 1629, ou seja, na esteira das primeiras grandes levas descidas do Guairá, o procurador do Concelho fez constar que o povo andava reclamando que os índios não obedeciam aos capitães, pois os padres “se

¹¹²⁷ INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF 695, fólios 50 e 51.

¹¹²⁸ RGCSP, 1621.

¹¹²⁹ BONCIANI, Rodrigo. *O dominium...op.cit.*

asenhoravam das ditas aldeias”. Afirmava o oficial que os índios estavam obrigados a servir aos moradores em troca de pagamento.¹¹³⁰ No ano seguinte, a aldeia de Barueri já surgia como ponto de tensão. Os informes são de que os índios ali aldeados estavam em alvoroço e sendo estimulados à desobediência pelos próprios padres. Ademais, não se conseguia, ali, cumprir as ordens do rei de se colocar um capitão de aldeia e retirar o poder temporal das mãos dos jesuítas.¹¹³¹ As pressões da Câmara aumentavam e, com isso, faziam uso de alguns recursos como a chantagem. Aproveitavam espertamente o clima de instabilidade proporcionado pela invasão holandesa do Nordeste, e diziam que as ordens e provisões emitidas contra os moradores de São Paulo tinham como resposta imediata o aumento de homiziados e gente fugida que não se prestaria a socorrer o norte.¹¹³² Portanto, antes mesmo dos eventos de 1633, já existiam rusgas entre os padres e os colonos de São Paulo em torno da aldeia de Barueri.

Certos colonos também corriam o risco de cair nos maus grados de alguns moradores e oficiais. Manoel Fernandes Sardinha - rico comerciante de São Paulo e genro de Amador Bueno - foi, por exemplo, intimado a não dar guarida aos padres Mancilla e Masseta, impedidos de se abrigar no mosteiro da Companhia de Jesus da vila, pois tentavam fazer cumprir a provisão do governador-geral e levar os índios de volta ao Guairá.¹¹³³ Ainda nestes anos de 1632 e 1633, um colono chamado Manoel Homem da Costa surgia nas atas como autor de uma revolta.¹¹³⁴ Manoel aparecia na vila por volta de 1610, provavelmente na segunda vinda de D. Francisco de Souza, já que havia solicitado terras no caminho para Ibirapuera juntamente com Pascoal Delgado, este sim da comitiva de Souza. Alguns anos depois, em 1618, João Homem da Costa, um irmão seu casado com filha e neta de conquistador, também solicitou terras “onde se achar”.¹¹³⁵ Ao que parece, Manoel Homem da Costa e um tal de Francisco Jorge possuíam ainda uma “escritura” relacionada aos índios e que assustava aos oficiais da Câmara, visto que eles os alertavam para que não a colocassem em prática.¹¹³⁶

Em março de 1633, João da Cunha se apresentou na Câmara para avisar que ganhara “poucas peças do gentio da terra” de dote pelo casamento com uma filha de

¹¹³⁰ ACVSP, 05/08/1629.

¹¹³¹ ACVSP, 08/06/1630.

¹¹³² ACVSP, sessões de 09/06; 16/06 e 06/07 de 1630.

¹¹³³ ACVSP, 06/07/1630.

¹¹³⁴ ACVSP, 04/12/1632. “Sobre a revolta de Manoel homem da costa o que visto pelos ditos oficiais...”

¹¹³⁵ *Carta de Datas de Chão*. 03/03/1610 e 30/11/1618.

¹¹³⁶ ACVSP, 25/06/1632, “não use da escritura que lhe fizeram com a dita pena de seis mil réis porquanto não quer desistir dela.” 07/11/1632 Notificação a Francisco Jorge que não usasse de um escrito que tinha dos índios por ser contra esse povo... 13/11/1632 – “que não dessem cumprimento a uma escritura que tinha Francisco Jorge dos índios...”

Baltazar Soares. Contudo, dizia ele, os índios não apareceram, pois foram induzidos por “mateos (sic) homem da costa” a irem para a aldeia com ordem dos padres da Companhia.¹¹³⁷ Ao que parece, Manoel agia ao lado dos padres tentando reduzi-los nas aldeias controladas por eles. Carregava, portanto, alguma ordem ou provisão que assim o autorizava. Na mentalidade dos oficiais, a ação de Manoel era, acima de tudo, uma “revolta”. A presença destes personagens leigos, eventuais, nos faz pensar nas dissidências e discordâncias. Neste mesmo ano, os oficiais mandaram despejar da vila Antônio Roiz Pacheco, “homem prejudicial a este povo”, e multaram pesadamente Clemente Alvares por abrigá-lo em sua casa.¹¹³⁸ As razões não nos são apresentadas, mas sabemos que Roiz Pacheco era o procurador da mãe de Manoel Fernandes Sardinha, que havia morrido naquele mesmo ano. Talvez estivesse ali para cobrar dívidas.¹¹³⁹

Ainda naquele contexto, os oficiais da Câmara tentaram aplicar junto à vila de Santana de Parnaíba “os capítulos da correição e lei del rei nosso senhor” para que ninguém fosse ao sertão. As notícias davam conta de que Ascenço Quadros, Pero de Oliveira e João Missel planejavam exatamente isso. Estranho era que os oficiais de São Paulo quisessem mandar prender João Missel por tal intenção. Justamente a vila que mais empreendia entradas!¹¹⁴⁰ As rivalidades, portanto, não atingiam somente os colonos e padres, mas também os próprios colonos, tanto na vila de São Paulo quanto em Parnaíba.

De qualquer forma, as tensões com os padres se estenderam ao longo do tempo. Em junho de 1633, a querela foi em torno das terras de Cotia e Carapicuíba, que, segundo os oficiais, estavam sendo usurpadas pelos padres.¹¹⁴¹ Em 20 de agosto finalmente os oficiais irromperam em Barueri; mas, mesmo depois, a situação não se acalmou. Os índios se rebelaram e os oficiais ordenaram o envio de uma “dúzia de mancebos solteiros com trinta índios das aldeias” para “cessarem os abusos e se castigarem os cabeças”.¹¹⁴² O tema da jurisdição real servia, pois, como amplo pretexto, para boicotar o padre vigário da vila de São Paulo nos casamentos, para convocar o

¹¹³⁷ ACVSP, 12/03/1633.

¹¹³⁸ ACVSP, 10/09/1633; 17/09/1633 e 01/10/1633.

¹¹³⁹ I&T, DAESP, volume 8, 1633.

¹¹⁴⁰ ACVSP, 02/07/1635.

¹¹⁴¹ ACVSP, 18/06/1633.

¹¹⁴² ACVSP, 05/06/1634.

ouvidor-geral e para recusar a intromissão de Lourenço de Mendonça, prelado do Rio de Janeiro.¹¹⁴³

Mas os tempos de radicalismos ainda não haviam se instaurado por completo. Os partidarismos, facções e conflitos entre padres e colonos, entre colonos e colonos, e até mesmo certa sugestão de rivalidade entre castelhanos e portugueses ganhariam vulto num pequeno intervalo de dois anos. Nestes, incrementado pelo contexto imperial, o clima de acirramento de tensões, de cobranças de lealdades e de demarcações de jurisdições e identidades, que já vinham se articulando ao longo das duas décadas anteriores, emergiria com toda a força.

Anos tumultuados

A sessão da Câmara de 16 de abril de 1639 trazia um requerimento alarmante do procurador Sebastião Gil junto a outros oficiais a respeito de algumas cartas que circulavam pela vila. Nelas, lia-se que o rei D. Sebastião, desaparecido em Álcacer-Quibir em 1578, estava voltando, e que o papa ameaçara de excomunhão todo aquele que lhe impusesse qualquer resistência. Dizia ainda o procurador que, nas ruas de São Paulo, as tais cartas causaram algum alvoroço e muitos saíram aos “gritos dizendo viva el rei dom Sebastião”.¹¹⁴⁴ O oficial fazia questão de reforçar o quanto tais notícias ameaçavam o rei Felipe e perturbavam os urgentes e necessários preparativos para a arregimentação de tropas de socorro para Bahia e Pernambuco. Finalmente, o oficial exigia uma devassa do caso, para apurar e punir os responsáveis!

No Concelho daquele ano, as ditas notícias devem ter soado mesmo muito mal. O juiz ordinário era Amador Bueno, filho de sevilhano e sogro de castelhanos. Um dos vereadores era Pero Fernandes Aragonês, de Aragão, e que tinha alguns parentes castelhanos vivendo na vila, como seu primo Berrando Sanches de La Pimenta. Por fim, o *alcaide* era o questionado castelhano Antonio de Queiros. O Concelho de 1639 não era, definitivamente, o que poderíamos chamar de português castiço. Neste sentido, a ameaça sebastianista, além de seu sentido mítico, carregava forte perspectiva política, já que trazia consigo um espírito autonomista do reino português.

Em Portugal, o sebastianismo alimentou, desde o final do século XVI, o surgimento de algumas personagens que sustentavam a aura do rei desaparecido. De forte conteúdo messiânico, bem a gosto do século, o sebastianismo era um movimento com forte carga “nativista”, já que resgatava na figura de Sebastião – em última

¹¹⁴³ ACVSP, 18/02/1634, 05/02/1634 e 14/03/1635.

¹¹⁴⁴ ACVSP, 16/04/1639.

instância, o responsável pelo fim da autonomia portuguesa com a União Ibérica – o desejo de independência do reino perdida em 1580. Claro deve estar que tal fenômeno não foi, de modo algum, linear e homogêneo, mesmo porque uma parte da sociedade portuguesa, como já afirmamos, saudou a União das coroas. Além de uma fidalguia prontamente cooptada e atrelada a Madri, parcelas da população portuguesa também louvaram a nova condição. Ainda que se leve em conta um renitente anti-catelhanismo das chamadas classes populares, uma parte delas via na coroação dos poderosos Felipes uma solução para os tempos angustiantes representados pelo desaparecimento do rei e pelo signo da decadência que pairava sobre Portugal.¹¹⁴⁵

Como contraponto, durante as primeiras décadas do século XVII, os jesuítas também teriam alimentado e reeditado as crenças sebastianistas no sentido de legitimar e aumentar a oposição aos Habsburgos.¹¹⁴⁶ Segundo Charles Boxer, eles teriam fomentado deliberadamente o mito messiânico em torno da figura de D. Sebastião. Se bem que, para o autor, “o verdadeiro motivo pelo qual os jesuítas deram apoio ao movimento de independência dos portugueses nunca foi explicado satisfatoriamente; mas o fato é que eles assim fizeram”.¹¹⁴⁷ O próprio Boxer ensaiou uma resposta que reforçava a tese de um estado forte espanhol, pois alegou que, aos projetos jesuítas, deveria ser mais conveniente uma instável e fraca monarquia lusitana que a “forte monarquia castelhana”. De qualquer modo, para Rafael Valladares, os jesuítas portugueses foram ganhando, ao longo do tempo da União, uma série de razões para se opor a Madri. A primeira delas seria uma política cada vez mais complacente com os cristãos-novos, adotada por Madri, seguida do que ele chama de “retrocesso” das missões na Etiópia, Ásia e mesmo no Brasil. Por fim, uma rígida política fiscal em relação às igrejas portuguesas (inserida numa ampla reforma tributária), teria colocado o clero, em especial os jesuítas, no campo oposto ao da monarquia castelhana. A exceção seria a Inquisição, fortemente favorecida pelos Felipes e sempre alinhada com Madri. Assim, na visão de grande parte dos autores, os jesuítas portugueses eram fortes opositores da monarquia filipina e utilizavam o sebastianismo como instrumento de mobilização e legitimação. Mas como essa oposição jesuítica no reino poderia repercutir nas colônias?

Nos eventos de abril de 1639, ocorridos em São Paulo, os jesuítas não foram acusados diretamente, contudo, algum tempo depois, quando novos episódios acabaram

¹¹⁴⁵ VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa...op.cit.*

¹¹⁴⁶ Sobre o fenômeno do sebastianismo, ver HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado... op.cit.* VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória – a batalha de Alcacer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; GODOY, Marcio Honório. *Dom Sebastião no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹¹⁴⁷ BOXER, Charles. *Salvador...op.cit.* p.156.

levando à expulsão dos padres da vila, os camaristas se justificaram, em parte, com base no fato de que os jesuítas “dizem que temos outro Rey vivo dizendo que o he D Sebastião q Deus tem persuadindo isto a muito grande parte destas vilas...”¹¹⁴⁸ Provavelmente uma referência àquelas cartas de 1639. O argumento, verdadeiro ou não, relacionava os jesuítas à oposição e deslealdade à monarquia filipina e, como os próprios padres haviam feito com os moradores de São Paulo, se valia de supostos traços identitários para desqualificar as ações do outro. No contra-ataque às afirmações jesuíticas, os paulistas alegavam que os padres, além de sebastianistas, promoviam levantes indígenas e tinham histórico de traição junto aos invasores flamengos, citando como prova a figura do jesuíta mameluco paulista Manoel de Moraes. Assim, se os jesuítas espanhóis acusavam os paulistas de rebeldia contra o rei e a fé, além de conluio com os inimigos flamengos, no caso dos ataques do Guairá, os paulistas, na rivalidade com os jesuítas de São Paulo (em nítida aliança com os do Paraguai), também manejavam o argumento da rebeldia e da aliança com os inimigos contra os próprios padres. As jurisdições, identidades e traições eram, portanto, amplamente manipuladas pelos grupos em contenda. De qualquer forma, o requerimento da Câmara parecia condensar, por trás das cartas sebastianistas, duas questões candentes: os conflitos entre colonos e jesuítas, e as possíveis rivalidades entre lusitanos e castelhanos. Imbricadas, ambas pareciam ser então relacionadas de acordo com as circunstâncias e os interesses.

Os conflitos com os jesuítas tiveram ainda um novo e decisivo capítulo em 1640. O padre Francisco Dias Taño, jesuíta do Paraguai que fora a Roma pleitear uma bula papal que punisse com excomunhão todo aquele que cativasse ou vendesse gentios, retornava, de sua missão, bem-sucedido. Trazia consigo o solene documento, que caiu como uma “bomba” sobre os moradores das capitanias do Sul, todos eles envolvidos até o pescoço no cativeiro e comércio dos gentios descidos do sertão. O *Commissium Nobis* punia com excomunhão os que cativassem e comercializassem índios, até mesmo os membros do clero que se envolvessem nestas atividades. Assim que se soube da bula, iniciaram-se, no Rio de Janeiro, motins, tumultos e ameaças que colocaram a vida dos padres em perigo. Dentre as justificativas para a rebeldia dos colonos, estava o fato de a bula não ter passado pela Chancelaria de Portugal, onde deveria ser traduzida e encampada pela Coroa, o que teoricamente feria tanto o Padroado Régio quanto os Acordos de Tomar.¹¹⁴⁹ Apelando para o governador Salvador Correia de Sá e

¹¹⁴⁸ INTT, *Papéis do Brasil*, Códice 10, MF695; 191v e 192.

¹¹⁴⁹ BOXER, Charles. *Salvador...op.cit.*

Benevides, aliado dos jesuítas, Taño conseguiu apaziguar a população, mas teve de assinar um compromisso de que não levaria a bula adiante. A “Transação e amigável composição...” assinada pelo superior dos jesuítas em 22 de junho de 1640 simplesmente mantinha em suspenso as medidas para uma decisão posterior.¹¹⁵⁰ De qualquer modo, o padre Taño preferiu se garantir elaborando uma carta de retratação, na qual afirmava que desistira de publicar os “breves de proteção aos índios” somente porque o fizeram assinar a “transação” sob ameaças de “que me queriam matar violentamente y com veneno, si tratase seguir los dichos”. Dizia que várias eram as testemunhas de tal afronta, inclusive o próprio Benevides.¹¹⁵¹

As notícias da existência dos breves alcançaram São Vicente, Santos e, finalmente, São Paulo, e os rebuliços se repetiram. Conforme as atas da Câmara de 1640, as notícias vindas de São Vicente causaram um enorme alvoroço na vila de São Paulo, onde o clima entre jesuítas e colonos já era especialmente ruim. É necessário aqui ponderar que os eventos de 1640 não podem ser analisados sob a luz exclusiva da realidade da vila de São Paulo. Eles se associam diretamente às expedições sucessivas do Guairá desde o final da década de 1620, ao acúmulo de indefinições e ambíguas decisões sobre o caráter da mão de obra indígena e suas jurisdições, e também à longa campanha missivista e política empreendida pelos padres das missões contra os paulistas. A isso, se some, é claro, certo nível de tensão local. Diante de tudo isso, as notícias da bula e dos breves eram o verdadeiro estopim de um barril de pólvora. Os moradores se dirigiram à porta do mosteiro dos jesuítas, dando-lhes o seguinte comunicado:

*Ao reverendo padre reitor Nicolau Botelho que dentro de seis dias despejassem esta vila e se recolhessem ao colégio do Rio de Janeiro para segurança de suas vidas honras e fazendas contra os levantamentos do gentio de que não vivem seguros como a experiência tem mostrado e para segurança e defesa de todas estas vilas e que o inimigo não tinha entrado nelas lhe convém e é coisa muito necessária que os reverendos se saiam fora destas capitânicas fundadas em outras muitas coisas razões que davam a SM e a seus ministros ou a quem de direito pertencer...*¹¹⁵²

¹¹⁵⁰ LEME, Pedro Taques de Almeida P. *Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do colégio de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

¹¹⁵¹ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Tape..op.cit..*

¹¹⁵² ACVSP, 02/07/1640. No ano anterior, de 1639, o juiz era Amador Bueno e um dos vereadores Pero Fernandez Aragonês.

Vemos, então, que os moradores alegavam que os padres promoviam o levante dos índios e ameaçavam a segurança da região, já que poderiam estimular os rebeldes flamengos. Os argumentos sobre um levante vinham também de Santana de Parnaíba, que desde abril falava de tensões e rebuliços entre os índios. Muito provavelmente, as notícias dos breves papais causaram certa agitação entre os índios, o que efetivamente pode ter gerado uma demonstração de força dos moradores de São Paulo ao expulsar os jesuítas.¹¹⁵³ De qualquer forma, a Câmara de 1640 era dominada por Fernando de Camargo, vulgo o “Tigre”, filho do castelhano José de Camargo, e, dentre os camaristas, estava Juan de Matheus Rendon, por sinal bastante ativo na expulsão.

Em 23 de maio de 1640, pouco antes da expulsão dos padres, a Câmara do Rio de Janeiro escreveu à Câmara de São Vicente recomendando que as vilas da capitania não publicassem a bula. Alegava que feria a jurisdição real e sugeria a eleição de procuradores para a defesa dos interesses dos colonos na Corte.¹¹⁵⁴ De toda forma, as cartas e articulações se sucediam entre o Rio de Janeiro, Santos, São Vicente e São Paulo. A capitulação do Rio de Janeiro em junho esfriaria um pouco os ânimos e quebraria a unidade de ação, mas assim mesmo os procuradores das vilas da Capitania de São Vicente se reuniram em maio de 1640, em Santos. Como procuradores de São Paulo foram enviados João Fenandez Saavedra, castelhano, e Francisco Rodrigues Guerra, que, junto com outros tantos, decidiram em uníssono pela expulsão dos padres.¹¹⁵⁵ Em São Paulo, a decisão começou a ser posta em prática no dia 02 de julho, quando os padres foram intimados pela primeira vez, ganhando seis dias de prazo para deixar a vila. Ao fim destes, lhes deram mais três, mas, somente no dia 13/07, os padres foram efetivamente obrigados a se retirar. Nas atas sucessivas da expulsão, as assinaturas aumentavam a cada ultimato, confirmando que as adesões cresciam entre os moradores. Dentre estas assinaturas, revela-se uma presença notória de castelhanos, como os Camargo, os Bueno, os Munhoz, os Martins Bonilha, Canamares, Godoy, Saavedra, Cañamares e os Rendon. Mas não só. Mais de duzentos moradores assinaram o termo de notificação final, o que incluía membros de quase todas as famílias da vila.¹¹⁵⁶

Contudo, a expulsão dos padres traria desdobramentos importantes. A radicalização na defesa dos interesses – e direitos – dos colonos junto ao que se entendia

¹¹⁵³ INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695, f.209.

¹¹⁵⁴ *Idem ibidem*...f.12v

¹¹⁵⁵ LEITE, Serafim. *História...op.cit.* T.6, p255.

¹¹⁵⁶ ACVSP, 07/07, 10/07 e 13/07/1640. No dia 14/07 os moradores tomam posse da aldeia de Barueri.

como ofensa à jurisdição real e às necessidades dos moradores geraria uma série de reações e debates. Estes vinham tanto da Companhia de Jesus, articulada aos poderes constituídos, quanto de personagens mais locais. Logo depois da expulsão efetiva dos padres, em setembro de 1640, o prelado do Rio de Janeiro, Pedro Gomes Albernás, avisava que não poderia acudir pessoalmente nas vilas, mas ressaltava que os moradores de São Paulo e São Vicente não eram “juizes de clérigos nem religiosos” e que não deveriam confiar nas penas de “letrados apaixonados”.¹¹⁵⁷ Por fim, como bom religioso, conclamava todos à reflexão, admissão de culpa e busca do perdão da Igreja, aceitando os padres de volta. Albernás, de fato, não parecia muito disposto a intervir na questão. Em janeiro de 1641, ele ainda não tinha ido à vila de São Paulo para tentar mediar o conflito, e mandava na sua frente o capitão-mor Antonio Raposo Tavares com cartas e provisões do vice-rei que censuravam os moradores de São Paulo, mas abriam a possibilidade de perdão desde que aceitassem de volta os padres. Para Charles Boxer, Albernás “não era de tempera de que são feitos os mártires”, e pouco atuou no sentido de intervir em São Paulo.¹¹⁵⁸ Os tumultos do Rio de Janeiro e a fama dos moradores de São Paulo devem ter colocado freio no ânimo do prelado. O fato de ter confiado a Antonio Raposo Tavares a missão de demover os paulistas guarda mesmo certa ironia, visto que Raposo era contumaz apressador de índios e sujeito notoriamente acusado de heresia e virulência desmedida junto aos padres do Guairá.

O vice-rei Marques de Montalvão também tentou intervir na querela. Da Bahia, buscava se equilibrar diante de uma séria revolta contra os padres, ao mesmo tempo em que tinha de contar com os moradores das capitanias do Sul para incrementar tanto as tropas de resistência ao inimigo flamengo quanto o abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Óbvio deve estar que os habitantes do Rio de Janeiro e de São Vicente sabiam tirar proveito destes interesses cruzados. De qualquer forma, depois de enviar cartas às capitanias do Sul, em que fazia lembrar o grave crime que se cometia contra o rei e o papa, “porque chegar a não obedecer ao Papa é faltar nas obrigações dos cristãos e não dar comprimento as provisões de El Rey é mostrar desobediência”, Montalvão ordenava aos moradores que aceitassem os padres de volta e não mais cativassem os índios, autorizando-os, contudo, a se “servirem” dos gentios. Dizia, pois, que esperava de “partes tão remotas” a plena obediência, ainda mais num momento

¹¹⁵⁷ INTT. Papeis do Brasil, Códice 10, MF695, f.15. Albernás, em outra carta, de julho de 1641, aproveita a nova realidade política para tentar convencer os moradores de São Paulo, falando que as bulas eram coisas do tempo de Castela e coisas que “os padres castelhanos alcançaram contra eles.” INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695.

¹¹⁵⁸ BOXER, Charles. *Salvador...op.cit.* p.145.

difícil como aquele, em que eram assediados por inimigos hereges. Montalvão, entretanto, delegou, plenamente, ao governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, a incumbência de resolver a questão.¹¹⁵⁹

Em Santos, os habitantes acabaram recuando da decisão estabelecida e fizeram um acordo com os padres, o que contrariou os moradores de São Paulo, que chegaram a mandar tropas para a vila litorânea.¹¹⁶⁰ Em São Vicente, Salvador Correia de Sá e Benevides costurou um acordo com os moradores ao longo do mês de dezembro. Os termos eram praticamente os mesmos do Rio de Janeiro. Os padres voltavam e as coisas continuavam a trafegar nas ambiguidades das leis e interpretações. Benevides chegou a cobrar dos moradores de São Vicente mais “madureza e menos precipitação”, pois para resolver este tipo de questão “temos um Rey”.¹¹⁶¹ Ao final, somente São Paulo se mantinha firme em sua decisão. A “botada pra fora dos padres” de fato traria ainda mais combustível à fama de rebeldes dos paulistas. Certamente, a revolta dos moradores de São Paulo contra os jesuítas não foi a única deste tipo no período colonial e, a bem da verdade, mesmo nos episódios de 1640, ocorreram motins e tumultos disseminados pelo Rio de Janeiro, São Vicente e Santos. Mas, em São Paulo, a recusa pelo acordo iria prolongar-se até 1653. De qualquer forma, a participação de Benevides em todo este processo só traz um novo ingrediente a uma trama de interesses bastante nebulosa.

Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688) era herdeiro da família Sá e de seu amplo leque de ofícios, empreendimentos, redes e interesses. Herdeiro das mercês das minas de São Paulo, dono de engenhos de açúcar e trapiches, ligado ao comércio ilegal do Rio da Prata, ao comércio legal de escravos negros de Angola, e frequentador do caminho proibido ao Paraguai, Benevides era, como Lourenço de Mendonça, um típico homem da monarquia filipina. Apesar de ter seu destino atrelado à capitania do Rio de Janeiro, parte do império luso, era filho da espanhola D. Maria de Mendonza y Benavides, filha do governador de Cádiz, e de Martim de Sá, governador no Rio de Janeiro. Teria estudado no colégio jesuítico de Lisboa e, depois, vindo ao Brasil com seu avô, Salvador Correia de Sá. Neste tempo, por volta de 1615, foi a São Paulo, vila na qual também estudou com os padres do colégio e adquiriu conhecimento sobre as minas da região. Entre 1624 e 1625, participou ativamente na luta contra os holandeses na Bahia, onde provavelmente travou relações com os irmãos castelhanos Rendon. Em

¹¹⁵⁹ INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695.

¹¹⁶⁰ LEITE, Serafim. *História...* T.6.

¹¹⁶¹ INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695.

1630, desceu ao Paraguai com negros, mercadorias e bandeirantes, acompanhando sua prima D. Vitória, que se casara com o governador Luis de Céspedes. Por lá permaneceu cerca de cinco anos, enfrentando os *paiaguás*, *guaicurus* e outras tribos indígenas de Tucumã. Casou-se com uma *criolla* rica chamada D. Catalina Ugarte de Velazco e ganhou as encomendas e *repartimientos* de índios de *Filipa*, *Laqueme*, *Paqui* e *Lingasta*, todas de Tucumã, em novembro de 1636.¹¹⁶² No ano seguinte, foi nomeado governador do Rio de Janeiro, mas manteve a posse sobre as encomendas, conforme memorial feito à Junta de Portugal, que assistia no quarto do Conde-Duque, para que pudesse nomear “escudero” nos ditos *pueblos* enquanto estivesse governando no Rio de Janeiro.¹¹⁶³ Apesar de se compreender as ações governativas de Benevides como mais articuladas ao comércio Atlântico e ao tráfico negreiro, Francisco de Souto Maior, governador do Rio de Janeiro em 1646, reclamava que D. Catalina mantinha os índios descidos à época de Martim de Sá sob sua administração, no trabalhos dos engenhos da família Sá, e que, pior, os índios não obedeciam a mais ninguém a não ser ela.¹¹⁶⁴ Se somarmos a isso os vínculos de Sá com o Paraguai e suas encomendas, veremos que o circuito Atlântico, na pessoa de um de seus maiores personagens, não se opunha ao apresamento de índios nem à administração com índios aldeados nos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro. Ser contrário à escravidão do indígena não implicava, necessariamente, a defesa irrestrita da liberdade do gentio, sequer abdicar da exploração de sua força de trabalho; nem mesmo a pura e simples substituição pela mão de obra negra. O modelo castelhano, como bem sabia Benevides, assim o dizia.¹¹⁶⁵

Benevides não era um estranho à lógica estabelecida na vila de São Paulo, e devia conhecer muito bem as facções da vila planaltina. O fato é que sua lealdade aos jesuítas e a necessidade de agraciar os paulistas para tê-los como parte das tropas de socorro ao Nordeste criavam uma situação de ambiguidade e partilha de interesses que, em algum momento, lhe seria cobrada. O momento chegou com a expulsão dos padres e a “Restauração” de Portugal. Sua tentativa de apaziguar os ânimos na vila, como fizera no Rio de Janeiro e São Vicente, não daria certo e as razões para isso podem ser apenas especuladas.

¹¹⁶² AGS, Secretaria de Estado, DGT, Inventario 1, 1635-1636, Legajo 10.

¹¹⁶³ AGI, Charcas 2, 12/11/1636.

¹¹⁶⁴ AHU-ACL-CU-017-CX2-Rio de Janeiro. Rolo 2/D.135

¹¹⁶⁵ A melhor análise sobre a figura de Salvador Correia de Sá é ainda o trabalho de BOXER, Charles. *Salvador...op.cit.*

A animosidade em relação à Salvador poderia derivar somente de sua aproximação com os jesuítas, mas, ao considerarmos que os acordos basicamente buscavam resgatar uma situação anterior à própria bula papal, o que demonstrava um grande nível de flexibilidade do governador, essa tese parece pouco convincente. Benevides já passara por São Paulo; e junto com seu pai, tio e avô tentaram interferir na lógica mineral da vila de São Paulo. As mercês atreladas à Superintendência das minas eram um atrativo grande para quem buscava manter, e alargar, uma rede de governança e negócios que abarcasse espaços amplos. Os tentáculos da família Sá, instalados verdadeiramente no Rio de Janeiro, bem poderiam não ser vistos com bons olhos na vila de São Paulo. De qualquer forma, Benevides manteve ligações com São Paulo, em especial com os Fernandes, Pretos, Rendon e mesmo com Raposo Tavares, todos, não à toa, frequentadores das paragens paraguaias.¹¹⁶⁶ Nesse sentido, soam estranhas as tentativas de Sá em coibir as entradas ao sertão e o cativeiro indígena. Ou, talvez, o problema não estivesse nas entradas ao sertão, mas simplesmente no cativeiro indígena. De qualquer maneira, foi somente em 1642, já em tempos de realeza bragantina em Portugal, que as animosidades entre a vila de São Paulo e Salvador afloraram em documentos. Mas voltaremos a isso mais adiante.

Em São Paulo, no ano de 1640, depois de expulsos os padres, e desaparecidos os intermediários jesuíticos, a problemática da aldeia de Barueri e sua jurisdição retornou como tema central. Os camaristas de São Paulo tentaram fazer valer a demarcação entre as duas vilas e impor a soberania sobre a aldeia. O parnaibano João Missel, que havia sido tolhido em suas andanças pelo sertão em 1633, voltaria a ser pressionado, desta vez por se apropriar de índios da aldeia. Tais eventos nos fazem pensar se a aldeia de Barueri, que provavelmente reunia índios descidos das bandeiras do sertão antes de serem repartidos pelos moradores, não teria condensado em si todas estas tensões entre jurisdições. As leis de 1609-1611, passando pelos ataques às reduções do Guairá, entre 1628-1632, a invasão da aldeia de Barueri, em 1633, e a expulsão dos padres, em 1640, constituem, no fundo, uma linha contínua de tensões, que se acumularam e eclodiram na chamada “botada pra fora”.

Mas São Paulo ainda guardava mais potencial de conflito e violência. Outro episódio polêmico desse tempo foi o início de uma rivalidade entre duas famílias do

¹¹⁶⁶ Fernandes demonstrava esse vínculo ao acompanhá-lo ao Paraguai em 1630. Os Rendon foram nomeados pelo próprio Benevides como capitães de *terço* castelhanos para a luta em Pernambuco. Tavares frequentou o engenho de Xeria, casado com prima de Sá.

planalto. Os Pires e os Camargo protagonizaram uma briga de famílias que se prolongou até a década de 1650, quando um acordo foi então costurado no sentido de alternar a governança da Câmara entre os aliados e parentes das respectivas famílias. Este conflito familiar já gerou diversas interpretações da historiografia. Azevedo Marques via, nele, uma disputa por cargos na República, ou uma disputa camarária, sem, entretanto, explicitar para quê.¹¹⁶⁷ Paulo Prado concordava, em parte, com essa visão, ao entendê-lo como “politicagem de aldeia, agravado pela rudeza dos costumes e pela índole insofrida dos homens desse tempo”.¹¹⁶⁸ Mas este autor acrescentava-lhe certo conteúdo de honra, já que na origem do conflito estaria um possível caso de adultério. Taunay já enxergaria no episódio uma nítida disputa entre castelhanos e portugueses. Dois partidos que se digladiaram ainda no rescaldo das rivalidades que atravessaram o processo de “Restauração” de Portugal. Os Pires, família de potentados portugueses, enfrentariam os Camargo, família de potentados castelhanos.¹¹⁶⁹ Outros pretenderam ver nisso, inclusive, o resultado de um longo processo de conflitos entre castelhanos e portugueses, que teria igualmente marcado a expulsão dos padres, a disputa Pires e Camargo e a suposta aclamação de Amador Bueno. Os Pires, aliados dos jesuítas, teriam conflitado com os Camargo, defensores do apresamento indígena. O próprio Taunay chegou a costurar tal interpretação, mas depois desatreou a expulsão dos padres deste suposto conflito “nacionalista”, já que identificou, nas assinaturas das atas de notificação de expulsão dos padres, nomes das duas famílias. Neste sentido, Taunay ainda trabalhava com uma noção identitária nacional coesa e fechada. Mas as ambiguidades destruíam o argumento!

Luis Costa Pinto também analisou o incidente, interpretando-o como um típico conflito de família numa “sociedade de parentes”, como era São Paulo.¹¹⁷⁰ Vislumbra algum ingrediente político, mas acha mesmo que o conteúdo essencial é familiar, resultado de uma *vendetta* no sentido clássico. Um caso de vingança e de luta entre famílias, típicas das sociedades rurais. Os documentos sobre o episódio são verdadeiramente escassos, mas, segundo Paulo Prado, tudo teria começado com problemas na eleição para a vereança de 1640. Este autor não explicita a razão do conflito, mas, pelo clima que atravessava a vila, não é difícil imaginar que a questão

¹¹⁶⁷ MARQUES, Azevedo. *Apontamentos...op.cit.*

¹¹⁶⁸ PRADO, Paulo. *Paulística...op.cit.* p.111.

¹¹⁶⁹ TAUNAY, Afonso. *História seiscentista da vila de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1929.

¹¹⁷⁰ PINTO, Luiz Costa. *Lutas de família no Brasil. Introdução ao seu estudo*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/INL/MEC, 1980.

jesuítica fosse o cerne da divisão. As desavenças teriam desembocado na morte de Pedro Taques, na porta da Igreja Matriz, com uma facada pelas costas. O assassinio teria sido perpetrado por Fernando de Camargo, juiz ordinário do ano anterior. Taunay chegou a ver, nesta morte, uma retaliação de Camargo a Taques, por este não ter participado da reunião de moradores que expulsaram os padres. Taques seria considerado, assim, aliado dos jesuítas.

Contudo, entende-se ainda este incidente como um dos lances de um conflito familiar anterior. Nele, Alberto Pires teria matado sua esposa Leonor de Camargo, depois de surpreendê-la em adultério com Antonio Pedroso de Barros. A versão colhida em Pedro Taques Paes de Almeida dá conta de uma morte acidental de Leonor, e uma história de adultério inventada por Pires para justificá-la. Independente disso, Pires teria sido preso à revelia de sua mãe, uma matriarca ciosa de suas crias, D. Inês Monteiro, e levado à Bahia para ser julgado na Relação. Teria, contudo, sido morto no trajeto, na altura de Ilha Grande. A dor da morte, acompanhada do desejo de vingança, teria motivado D. Inês a incitar a continuidade da luta. De fato, no termo de perdão e acordo feito entre as famílias pelo Conde de Autogüia, em 1655, se fala abertamente de uma luta mantida pela “porfia de uma só mulher”, mas afirma-se também que o motivo para tanta briga tinha sido a “eleição para os ofícios da Câmara”.¹¹⁷¹

Parece-nos que o conteúdo da *vendetta* entra a reboque, ou como instrumento de perpetuação de uma contenda que era, acima de tudo, marcada pela hegemonia de facções e bandos. Estes disputavam os ofícios e a direção política da vila, o que significava enfrentar, ou não, os jesuítas na sensível questão da mão de obra. Questão que começara a se delinear na década de 1610, mas se prolongou pelas décadas. Os ânimos acirrados e a partidarização da vila eram coisas que já vinham se configurando ao longo dos anos anteriores. O conteúdo escravista, a questão das identidades e mesmo as tramas pessoais costuraram todos estes conflitos num único cenário. Devem, sem dúvida, ser vistos sob um olhar que os enlacen, mas não necessariamente os homogenizem. Não nos parece que exista um único motivo explicativo, mas vários; contudo, o posicionamento em torno da mão de obra indígena descida do sertão do Guairá precipitou e radicalizou a situação, cobrando uma maior nitidez de fidelidades, redes, jurisdições e partidarizações. E estas, a partir daí, seriam marcadas pela questão

¹¹⁷¹ LEME, Pedro Taques. *Nobiliarquia...op.cit.* PRADO, Paulo. *Paulistica...op.cit.* p.115 e INTT, Papéis do Brasil, Livro 11, MF6745P.

fundamental do direito dos moradores aos gentios e, especialmente, a forma pela qual este direito se daria.

Em meio a esses tumultuados anos, que também o foram na Península, ocorreu a chamada “Restauração de Portugal” em dezembro de 1640. Ou seja, a autonomização da coroa portuguesa da monarquia filipina e a ascensão de uma nova dinastia no Reino de Portugal: a de Bragança. Este movimento importante irradiou-se rapidamente para as colônias lusas, que, de uma maneira ou de outra, responderam à nova realidade política peninsular. Em São Paulo, a resposta já rendeu muita história e especulação.

Sobre aclamações

Entre março e abril de 1641, o problema da expulsão dos padres, da posse do gentio e as negociações abertas em torno de um possível retorno dos jesuítas seriam incrementados e modificados pela nova realidade política da Península Ibérica que se fazia repercutir nas colônias. Os levantes anti-fiscais de Évora, em 1637, foram considerados um dos movimentos decisivos para a articulação das forças políticas que promoveriam a chamada “Restauração” de Portugal em dezembro de 1640. Na ocasião, a nobreza portuguesa pouco atuou no sentido de punir os levantados contra o sistema fiscal de Olivares, assistindo, como meros espectadores, os desdobramentos da revolta. De fato, uma parte da nobreza portuguesa estava bastante descontente com os rumos da União e as ameaças que as novas políticas de Olivares representavam para seus privilégios e mercês. O caso é que, no contexto de 1640, aproveitando-se de um momento tumultuado da monarquia, que também começara a enfrentar um levante na Catalunha, diversos grupos sociais portugueses se uniram à rebelião que levaria à autonomia de Portugal no seio do império filipino e a ascensão da nova dinastia de Bragança. Ao eterno descontentamento dos jesuítas e ao renitente sentimento anti-castelhano entre as camadas mais populares, somou-se a insatisfação de parcelas da nobreza e uma família, ainda que hesitante, com razoável grau de legitimidade como era a Casa de Bragança.

As notícias da “Restauração”¹¹⁷² chegaram à Bahia em fevereiro de 1641. Desconfiava-se, na ocasião, do vice-rei D. Jorge de Mascarenhas, o Marquês de Montalvão, que apresentava fortes vínculos com a monarquia filipina. No entanto,

¹¹⁷² Usamos o termo “Restauração”, pois é assim consagrado na historiografia lusitana e brasileira. Embora carregue em si a ideia da União como um intervalo indesejável e um forte sentido retrospectivo, faz parte da “mitologia” da nação portuguesa. Uma parte da historiografia espanhola, por outro lado, prefere chamar de Rebelião, ou até mesmo Golpe de Estado. VALLADARES, Rafael. *La rebelión...op.cit.*

segundo relatos, o vice-rei agiu muito rapidamente colocando as tropas portuguesas para cercar os *tercios* castelhanos estacionados na cidade. Feito isso, e desarmados os possíveis resistentes, ele promoveu a aclamação oficial do novo rei D. João IV. As desconfianças sobre Montalvão eram, contudo, pertinentes, já que seus filhos haviam se transladado para Madri e sua esposa, Marquesa Francisca, era favorável à Castela. Para a corte de Madri, as ações de Mascarenhas foram surpreendentes. Sua provável lealdade à monarquia filipina e a presença de tropas castelhanas e napolitanas em Salvador faziam crer que o Brasil permaneceria fiel aos Filipes. Schwartz mostra como a surpresa tomou conta de Madri com as notícias da “traição do Brasil”¹¹⁷³. Uma série de cartas foi preparada para a Câmara de Salvador, a sede do bispado e diversas autoridades, em que se relatava como “pessoas sediciosas” haviam inquietado Portugal, clamando a todos que se mantessem fiéis ao verdadeiro rei, Felipe IV.¹¹⁷⁴ Na ótica castelhana, obviamente, não havia nada de natural, nem de coerente, na adesão das partes do Brasil à sedição e revolta dos Bragança no reino de Portugal. A herança de Felipe IV era legítima, portanto, tudo que contrariasse esta legitimidade deveria ser considerado sedição e crime de lesa-majestade.

De todo modo, as notícias da Aclamação foram enviadas ao Rio de Janeiro através do jesuíta Manoel Fernandes. O clérigo chegou à cidade no dia dez de março e levou as novas ao governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Se Montalvão gerava dúvidas, Benevides era ainda mais suspeito à nova monarquia. Filho de castelhana, casado também com uma, tinha parte de sua vida econômica atrelada às Índias de Castela. Os relatos sobre o comportamento do governador revelam que ele teria, muito prontamente, promovido a aclamação de D. João IV. Sabedor da desconfiança que despertava, encomendou um livreto junto a Jorge Rodrigues para fazer a relação da aclamação feita no Rio de Janeiro. Neste documento, o autor deixa clara a surpresa causada pelo novo acontecimento, “se bem que desejado”, e se esforça em demonstrar a lealdade e prontidão de Salvador de Sá que, apesar de possuir grande riqueza no “Reino do Peru”, convocou todos a jurarem o novo rei. Benevides teria obrigado os moradores a decorar suas casas e contribuir com os festejos e procissões feitos em homenagem a D. João IV. Os que não o fizessem seriam acusados de “apaixonados de Castela”. Benevides teria ainda despachado avisos para as vilas da

¹¹⁷³ SCHWARTZ, Stuart. “Pânico nas Índias: a ameaça portuguesa ao Império espanhol, 1640-1650” in: *Da América portuguesa ao Brasil, Estudos Históricos*. Lisboa: Difel, 2003.

¹¹⁷⁴ BNE, Manuscritos, MSS3014, fls.333 a 343.

capitania de São Vicente e para Buenos Aires. A esta última, o texto fala misteriosamente em “algum aviso de importância, que reservou o governador só pra si”.¹¹⁷⁵ Segundo Charles Boxer:

*Enviava a Buenos Aires despachos secretos ao governador local, dele próprio, e do marquês de Montalvão. Infelizmente, nada se sabe a respeito desses despachos; mas, diante do número de portugueses existentes naquele porto, e de uma nota, antes enigmática, encontrada no livrinho do cabildo de Buenos Aires, parece provável que o seu objetivo era persuadir a colônia espanhola a romper com o vice-rei do Peru, unindo a sua sorte à do Brasil, do qual ela era, em não pequena escala, economicamente dependente.*¹¹⁷⁶

Ao mesmo tempo em que Benevides aclamava o novo rei, ele não hesitou em articular alternativas para solucionar o evidente prejuízo que as novidades peninsulares lhe trariam. Nessas alternativas, Buenos Aires (onde Salvador tinha um primo distante como governador), Paraguai, Tucumã e mesmo a capitania de São Vicente cumpriam um papel fundamental na manutenção das redes familiares, clientelares e de negócios, custosamente, costuradas pela família ao longo dos anos anteriores. O acirramento das identidades e as demarcações de jurisdições só poderiam prejudicar os negócios. Foi, portanto, na sequência da aclamação do Rio de Janeiro, que Sá enviou seu primo Artur de Sá à capitania de São Vicente com as novas do novo rei. Em São Vicente, o rico comerciante e notório escravista Luis Dias Leme, casado com Catarina Pelaes, filha de castelhano, aclamou D. João IV e fez chegar tais notícias à vila de São Paulo.¹¹⁷⁷

Sobre o que aconteceu na vila, só temos relatos desencontrados. De efetivo, sabemos que o novo rei foi aclamado na vila em 03 de abril de 1641. O vereador Paulo de Amaral, mais antigo, teria arvorado o pendão por três vezes aclamando o rei “dom João o quarto de Portugal”, com muitos vivas e júbilos de todos os que assistiam à cerimônia. Fizeram a menagem e juraram que não se “entregaria (a capitania) senão a sua real majestade ou a seu certo recado”. Na lista de assinaturas, nenhum sinal dos Camargo, Bueno ou Rendon, mas surgem, aqui e ali, alguns castelhanos como Godoy, Quadros, Lemos, Saavedra e Martins. A lista é pequena se comparada à lista de

¹¹⁷⁵ “Relaçm da aclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro do estado do Brasil, e nas mais do sul, ao senhor Rey D. João IV por verdadeiro Rey, & senhor do seu reyno de Portugal, com a felicíssima restituição que dele se fez a Sua Majestade que Deus guarde” Lisboa. Por Jorge Rodrigues, Anno de 1641.

¹¹⁷⁶ BOXER, Charles. *Salvador...op.cit*; p.161.

¹¹⁷⁷ A notícia de que foi Luis Dias Leme que aclamou D. João IV em São Vicente está em Pedro Taques (*Nobiliarquia...*) e Frei Gaspar (*Memórias...*). Sobre seu envolvimento com o apresamento de índios na região dos Patos, ver queixa da Câmara de Conceição junto à Câmara de São Vicente, 10/04/1635. INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695, f.48.

moradores que assinaram pela expulsão dos padres, o que pode denotar alguma desarmonia maior.¹¹⁷⁸

Mas o que constitui motivo de polêmica e dúvida é o que teria transcorrido entre a chegada da notícia e a aclamação de fato na vila de São Paulo. Em relação a isso, os memorialistas Pedro Taques e Frei Gaspar Madre de Deus elaboraram, no século XVIII, a versão de uma espécie de “sublevação” espanhola que teria resultado numa aclamação. Não de D. João IV, mas de um eminente filho de sevilhanos e figura poderosa de São Paulo, Amador Bueno. Segundo a versão de Frei Gaspar:

*Chegando a S. Paulo a noticia de que Luiz Dias Leme havia aclamado Rei na Villa Capital de S Vicente ao Sereníssimo Senhor Duque de Bragança com o nome de D João IV, por ordem, e recomendação, que para isso lhe dirigira em carta particular D. Jorge Mascarenhas, Marquez de Montalvão, e Vice-Rei do Brasil; foi esta inesperada novidade um golpe sensívelissimo aos hespanhois, que se achavam estabelecidos, e casados na dita vila de S. Paulo, para onde tinham concorrido não só da Europa, mas também das Índias Ocidentais. Elles desejavam conservar as povoações de serra acima na obediência de Castella; e não se atrevendo a manifestar seu intento, por conhecerem, que seriam vitimas sacrificadas à cólera dos paulistas, se lhes aconselhassem, que permanecessem debaixo do aborrecido jugo hespanhol, resolverão entre si usar de artifício, esperando conseguir por meio da industria, o que não haviam de alcançar, se fossem penetrados seus intentos.(...) Tinhaõ por certo, que a Capitania de S Vicente, e quase todo o sertão brasílico, antes de muitos anos tornariam a unir-se às Índias de Hespanha, ou pela força das armas, ou pela industria, se os paulistas cahissem no desacordo de se desmembrarem de Portugal, erigindo um governo separado, qualquer que ele fosse, suposta a comunicação, que havia por diversos rios entre as villas de serra acima e as províncias da Pratta e Paraguay. Com estas vistas, fingindo-se penetrados de amor do paiz, onde estavam naturalizados, e do zelo do bem comum, propuseram aos seus amigos, parentes, alliados, e a outros um meio, que lhes pareceu o mais seguro, para conseguirem seus intentos.*¹¹⁷⁹

O tal meio, ainda conforme o cronista, foi aclamarem o filho de sevilhano Amador Bueno como rei. Os espanhóis teriam também alimentado o orgulho paulista e estimulado maiores ambições, o que, ao final, não daria certo, até porque o próprio aclamado recusou a coroa. Pasmado com a suposta traição à pátria, Bueno teria saído de sua casa furtivamente, pois chegou a ser ameaçado de morte caso não aceitasse a coroa, e se refugiou no mosteiro de São Bento. De dentro do mosteiro, articulou, com os padres, uma maneira de acalmar a massa exaltada, e, quando saiu de lá, foi para aclamar

¹¹⁷⁸ RGCSP, Suplemento, Volume II, 1919. 1641.

¹¹⁷⁹ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias...op.cit.*; p.240-241.

D. João IV. Em menor escala, o rocambolésco episódio está reproduzido em Pedro Taques:

*Não podendo estes castelhanos suportar a gloriosa e feliz aclamação do Sr. Rei D. João IV de Portugal, e 2º do nome entre os sereníssimos duques de Bragança, formaram um corpo tumultuoso, e as vozes aclamavam por seu rei a Amador Bueno, intentando vencer com este bárbaro e sacrílego atentado a constância do honrado vassalo Amador Bueno, para d'este modo evitarem a obediência e o reconhecimento de que se devia dar ao legítimo rei e natural senhor, ficando S. Paulo com a voz de Castela, assim como estiveram os moradores da ilha Terceira até o ano de 1583 com a do Sr. D. Antonio, prior do Crato...*¹¹⁸⁰

Nos dois autores, a suposta aclamação de Bueno surgiu como um movimento articulado por castelhanos contra a população de São Paulo. Como um grupo apartado, de interesses particulares, e movido por certo espírito nacionalista, os castelhanos de São Paulo teriam organizado um plano em que previam a separação de São Paulo e sua futura articulação ao império castelhano na América. Os mentores do referido plano seriam os parentes mais próximos de Bueno, que, inocente, não poderia imaginar que tal perfídia fosse confabulada debaixo de seu próprio teto. Pedro Taques nomeou abertamente os irmãos Rendon, genros de Bueno, D. Francisco de Lemos, que curiosamente assinou a aclamação de D. João IV, os hispano-paraguaios D. Gabriel Ponce de Leon, Bartolomeu de Torales, André de Zuniga, Bartholomeu de Contreras e João de Espínola Gusman entre “outros muitos hespanhois da Europa, etc...” como os responsáveis pela sublevação.¹¹⁸¹

Para além das questões pessoais que motivaram Taques e seu primo Frei Gaspar na elaboração de suas obras, devemos levar em conta o quadro de instabilidade da capitania de São Paulo ao longo do século XVIII para compreendê-las melhor. A capitania, neste tempo, perdia partes de seu território: em 1720, Minas, em 1738, as áreas abrangidas hoje pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, em 1748, os atuais estados de Goiás e Mato Grosso. Neste mesmo ano, sofreria o golpe fatal com a extinção e anexação ao Rio de Janeiro. Apenas em 1765, a capitania retomou sua autonomia, quando foi, finalmente, adquirida pela coroa portuguesa junto aos herdeiros dos antigos donatários. Neste quadro, os paulistas tiveram de repactuar sua relação dentro do império português, reforçando seu papel como súditos da coroa portuguesa.

¹¹⁸⁰ LEME, Pedro Taques. *Nobiliarquia...op.cit.* Título: Bueno da Ribeira.

¹¹⁸¹ *Idem, ibidem*; p. 77.

Coube, então, aos cronistas de São Paulo refutar a herdada “lenda negra”, que tratava os paulistas como rebeldes, autônomos, violentos, mestiços e traidores. Imagem que colocava em dúvida a fidelidade e a fidalguia por serviços prestados ao reino de Portugal. Acusada desde o século XVII de servir como “covil de bandidos e bárbaros, renegados e excomungados”, a capitania de São Paulo, antes refratária à coroa, deveria provar sua função e fidelidade dentro do Império. Neste sentido, as obras de Taques e Frei Gaspar são legitimadoras da fidelidade e fidalguia de uma possessão, que, neste contexto, não quer se fazer rebelde, mas útil. Demonstrar, portanto, a aclamação de Amador Bueno como fruto de uma conspiração castelhana, abortada pela quase unânime reação de lealdade dos moradores de São Paulo era uma forma inequívoca de refutar a imagem de rebeldia. Taques ainda escreveria uma obra tentando justificar a expulsão dos padres e outra sobre as minas de São Paulo. O conjunto de seu trabalho é um imenso esforço de redimir e enobrecer São Paulo no império lusitano do século XVIII. De qualquer modo, o fato de tais autores, imbuídos deste espírito, se sentirem motivados a abordar espontaneamente um espinhoso e polêmico tema pode denotar que eles não foram meros inventores desta história, simplesmente, criada de suas “fêrteis imaginações”.

A ausência de qualquer documento comprobatório do episódio da Aclamação de Amador Bueno gerou reações e alinhamentos os mais diversos. Ao longo do século XIX, como contraponto, mas também em franca oposição às pretensões políticas de São Paulo nos quadros iniciais da Primeira República, autores como o maranhense Cândido Mendes de Almeida, Moreira de Azevedo e Silvio Romero atacaram Pedro Taques e Frei Gaspar, acusando-os de criarem “uma falsa aristocracia” e “inventarem uma mitologia” de São Paulo.¹¹⁸² Por outro lado, Varnhagen abraçou o episódio como verídico e chegou a elaborar uma peça teatral, verdadeiro “drama épico”, em torno do acontecimento. Nela, o historiador valorizou a fidelidade de Bueno à dinastia portuguesa de Bragança como um ato patriótico.¹¹⁸³ No século XX, os trabalhos de pesquisa de Afonso Taunay resgataram uma carta de patente passada, em 1700, pelo governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, a Manuel Bueno da Fonseca. O documento, que falava claramente da descendência do agraciado e de como Amador recusara ser coroado rei, passou a ser o único que referenciava o acontecimento sem ter

¹¹⁸² AZEVEDO, Moreira de. *RIHGB*, vol75, 2 parte, 1887. ALMEIDA, Cândido Mendes. *RIHGB*, Tomo 40, Parte II

¹¹⁸³ VARNHAGEN, Adolpho de. *Amador Bueno. Drama Épico e histórico-americano*. Lisboa. Imprensa Nacional/Edição Particular, 1847.

saído da pena de Taques ou Frei Gaspar. Mas se não poderia ser encarado como prova indubitável, servia, ao menos, para conformar a historiografia paulista da veracidade do ocorrido.¹¹⁸⁴ A partir daí, para a historiografia paulista, o foco deixou de ser se Amador havia sido ou não aclamado, para se concentrar na realização de um julgamento de sua atitude. Parecia claro que um levante castelhano ocorrera na vila de São Paulo, e que o eminente sujeito escolhido para representar o novo reino simplesmente recusara a coroa. Ato que, dependendo do ponto de vista, poderia ser encarado como covardia ou lealdade. Vale lembrar, aqui, de certa polêmica levantada por Alfredo Ellis, que identificou no comportamento de Amador Bueno certos traços de covardia e acomodação, que seriam, para ele, típicos de mercadores ou comerciantes, principalmente judeus. As respostas não tardariam: tanto Taunay quanto Aureliano Leite trafegaram essencialmente na defesa do personagem, visto como exemplo de bom senso e lealdade. De toda maneira, o episódio constituía um símbolo de uma São Paulo autônoma, todavia leal à federação, construção típica dos debates e conflitos advindos da década de 1930.

Charles Boxer, por outro lado, estranhava, nos anos 1960, que, no Brasil, fosse “gasto uma despropositada quantidade de tinta com o caso em questão, aliás relativamente insignificante”.¹¹⁸⁵ Nas análises empreendidas nesta direção, o episódio, se verdadeiro, tinha um significado bastante reduzido e localizado. Opinião da qual compartilha Pacca Wright, que ponderou que:

*Não há dúvida de que toda a argumentação dos que pretendem ver na aclamação de Amador Bueno uma ‘manobra’ espanhola contra a Restauração portuguesa na América carece de fundamentos históricos mais sérios. O problema é local, não tem a amplitude e a significação que alguns lhe pretendem emprestar.*¹¹⁸⁶

Sérgio Buarque de Holanda também preferiu não entrar na contenda da veracidade do incidente, mas sim minimizar a sua importância ao se alinhar com aqueles que viam “na aclamação de Amador Bueno um simples episódio da acerba pendência entre os partidos dos Pires e dos Camargo que, por sua vez, também teria origem nos mesmos

¹¹⁸⁴ “Carta patente de Artur de Sá e Meneses” Livro de Registro do Arquivo da Câmara de São Vicente de 1684 a 1702, fl125, transcrito no Livro III da Coleção Governadores do Rio de Janeiro, fl82. *Anais do Arquivo Nacional*, T XI, p.91 Serviços de Manuel Bueno da Fonseca, “neto de Amador Bueno que sendo chamado pelo povo para o aclamarem Rei, obrando como leal e verdadeiro vassalo, com evidente perigo de sua vida, exclamou dizendo que vivesse El-Rey D.João IV”.

¹¹⁸⁵ BOXER, Charles. *Salvador...op.cit.* nota 66, p.161.

¹¹⁸⁶ WRIGHT, Antonio Pacca de Almeida. “O Brasil no período dos Filipes (1580-1640)”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral...op.cit.* p. 189.

ciúmes de nacionalidade”.¹¹⁸⁷ Holanda, entretanto, alinhava todos os embates transcorridos neste período e os compreende como facetas de um conflito marcado por questões de poder pessoal e rivalidades familiares. Ademais, reconhece que “ciúmes nacionais ou dinásticos teriam exercido sem dúvida certo papel na áspera contenda, um pouco à maneira de palha deitada no braseiro de uma disputa pessoal”.¹¹⁸⁸ Desse modo, Sérgio Buarque parecia enquadrar o evento numa série de outros acontecimentos e também distinguia certa questão identitária atravessando os conflitos, sem que fossem, assim mesmo, decisivos.

Na linha de análise que reforça certo “nacionalismo” castelhano, Nilo Garcia, na década de 1950, havia historiado a “presença espanhola” em São Paulo para tentar compreender a Aclamação como ato de um movimento nativista. Mais recentemente, e infelizmente sem aprofundamentos, o historiador espanhol Francisco Solano, em trabalho sobre as fronteiras hispano-portuguesas na América meridional, sugeriu certa influência *comunera* no levante de São Paulo em 1641. A presença castelhana em São Paulo traria consigo certa tradição de revolta das comunidades contra a coroa, cujos precedentes poderiam ser encontrados tanto nas revoltas *comuneras* de Espanha como nas da América, como provava a de Gonzalo Pizarro ainda no século XVI.¹¹⁸⁹ De qualquer forma, Solano lança uma luz interessante ao vislumbrar, na Aclamação, um movimento atrelado a certa tradição castelhana, retirando do episódio seu sentido puramente ocasional e circunstancial.

Luis Felipe de Alencastro, em poucas páginas, chegou, por sua vez, a ironizar o episódio, e o contestou a partir do silêncio da documentação da época. Sua argumentação, coerente, afirma que certo sentimento nacional e rivalidade entre portugueses e castelhanos deve ter mesmo existido, mas, daí, acreditar nas narrativas dos comprometidos Frei Gaspar e Pedro Taques, e seus tumultos, fugas, brados de espadas, considera que seria um exagero. A maior contraprova da tal aclamação era justamente: “Como explicar, entretanto, que um acontecimento desse alcance, sucedido numa capitania rebelde, num momento difícil para a metrópole, não tenha sido registrado pela documentação coeva?”¹¹⁹⁰ Longe de encampar a noção de capitania

¹¹⁸⁷ *Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Mosteiro de São Bento, 1977. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda.

¹¹⁸⁸ *Idem ibidem*; p.XXIV.

¹¹⁸⁹ SOLANO, Francisco. “Contactos hispanoportugueses em America a lo largo de la frontera brasileña.” IN. BERNABEU, Solano & SOLANO, Francisco. *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*. Anexos de Revista de Indias, vol.4. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. CEH, 1991.

¹¹⁹⁰ ALENCASTRO, Luis Felipe. *Trato dos viventes...op.cit.* p.368.

rebelde, vale ponderar, com este autor, que efetivamente o rei D. João IV foi aclamado na vila em 03 de abril. Os detalhes da trama, ou do suposto levante, deveriam ter muito pouca importância para uma corte que ainda se firmava e tinha graves problemas de legitimidade a enfrentar. Neste sentido, a “marola” paulista, rapidamente abafada, seria, de fato, de mínima relevância. Frente ao contexto geral da legitimação de uma nova monarquia, um levante malsucedido numa vila do interior da América, que, ao final, jurou o novo rei, não deve mesmo ter despertado a menor atenção.

Além disso, não devemos desprezar a ação de alguns personagens, em especial Salvador Correia de Sá e Benevides, mais tarde conselheiro do Ultramarino, em minimizar e abafar qualquer notícia de rebeldia de cunho dinástico em São Paulo, sobre a qual, aliás, poderia lhe pesar graves suspeitas de envolvimento. Rodrigo Bentes Monteiro ressaltou, ainda mais recentemente, que, se o episódio de fato não aconteceu, poderia ter perfeitamente acontecido, visto o clima geral de conflitividade na vila neste contexto. Bentes procurou ainda relacionar todos os fatos conflituosos no período para demonstrar a alta tensão que percorria a vila e seus grupos de interesses, que, muito plausivelmente, poderiam ter, sim, levado a cabo uma sedição separatista. Diz o autor:

*Portanto, é na confluência de todos os fatores mencionados – a questão da mão de obra, do conflito com os religiosos, entre famílias ou com autoridades governantes, sua posição no império – que buscamos o sentido da aclamação de Amador Bueno em 1641; não com o intuito de mesurar sua importância para a história política do Brasil, mas sim de entendê-la como elemento capaz de expressar um contexto histórico, simbolizando, ele também, algo.*¹¹⁹¹

A análise de Bentes procura dissolver o fato em si, sua repercussão política e seu eco na historiografia de cunho laudatório, mas demarca bem o significado, possível, de um evento como este num pedaço do império português incorporado à monarquia filipina. Seu sentido, expressão da forma pela qual São Paulo deveria entrar no império, só poderia ser vislumbrado na cadeia de eventos que marcava a trajetória da vila nestes tempos. Claro deve estar que não necessariamente um derivava do outro, mas o clima de tensão, os partidarismos, as redes de interesses e as identidades dos grupos em litígio atravessaram todos os eventos. De qualquer forma, Bentes, ao promover a articulação da Aclamação ao processo de inserção de São Paulo na lógica do império, também lhe retira de um sentido puramente local e acidental.

¹¹⁹¹ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho...op.cit.* p.70.

Na sequência da “Restauração”, Stuart Schwartz analisou os movimentos articulados a partir de Madri e como a corte filipina teria se preocupado em aferir os níveis de lealdades no império depois dos levantes portugueses. A dúvida básica era o que fazer com as comunidades de portugueses nas Índias de Castela. Cita a preocupação do jurista espanhol Juan de Solórzano, que achava desproporcional a presença de portugueses na América espanhola, bem como a de castelhanos na América portuguesa. De qualquer maneira, certo “pânico” teria tomado conta da corte de Madri - já envolvida com seus conflitos na Catalunha e França -, diante das ameaças portuguesas e dos problemas econômicos que poderiam advir da interrupção do fornecimento de escravos negros.

Algum tumulto ocorrido no importante porto de Cartagena das Índias parecia reforçar a perspectiva de um levante de portugueses em áreas espanholas. Segundo Schwartz, era “difícil distinguir os receios espanhóis da pura realidade”; mas, ao que tudo indica, um grupo de portugueses teria mesmo planejado uma conspiração para separar o porto do império filipino, contando, de última hora, com o apoio do Conde de Castelo Melhor, que se desviou da armada que viera socorrer o Brasil e ancorou na região.¹¹⁹² Preso, o Conde acabou sendo resgatado por corsários holandeses a mando de D. João IV.¹¹⁹³ Em Buenos Aires, com ampla população portuguesa e frequentada por navios vindos do Brasil, o medo também era grande. Muitos moradores expressaram a preocupação de uma revolta ou de um ataque português, como Guillermo Franquelin que escreveu um memorial ao rei pedindo ajuda e alertando sobre os “rebeldes” do Brasil, que poderiam tomar a cidade.¹¹⁹⁴ De qualquer forma, este medo levaria ao recenseamento e desarmamento de portugueses na cidade em 1642.¹¹⁹⁵ As mesmas medidas seriam tomadas, em 1644, no Paraguai, local onde a retórica em relação aos paulistas também incorporaria o termo *rebelde*, demarcando bem o sentido conspirador que as entradas passariam a ter nesse contexto.

Mas, se havia certa desconfiança em Madri, em Lisboa ela também deveria encontrar um terreno fértil para frutificar. Segundo Luciano Figueiredo, se, no reino, a “Restauração” foi recebida com júbilo, no império, ela o seria com cautela, tendo que

¹¹⁹² SCHWARTZ, Stuart. “Pânico nas Índias...” *op.cit.* e VALLADARES, Rafael. *La rebellion...op.cit.*

¹¹⁹³ BNE, Manuscritos. Microfilme “Rebellion de Portugal” fls. 607-630. Vários documentos sobre os “levantes” em Cartagena.

¹¹⁹⁴ AGI, Charcas 7.

¹¹⁹⁵ MACHAIN, Lafuente. *Los portugueses...op.cit.*

enfrentar dezenas de revoltas entre 1640 e 1680.¹¹⁹⁶ Em Macau, a autoridade local vislumbrou a possibilidade de anexar o território às Filipinas. Uma revolta local e a morte do governador asseguraram a fidelidade do entreposto chinês, mas recomendações explícitas de Lisboa recomendavam a dissimulação do caso.¹¹⁹⁷ Em Celta, origem da expansão portuguesa no século XIV, os moradores permaneceram fiéis aos Felipes e na Ilha Terceira a fidelidade ao novo rei só foi garantida em 1642. O processo estava, portanto, em aberto. Figueiredo mostra como os anos imediatamente posteriores à “Restauração” foram instáveis e “apurados” para a nova monarquia bragantina. As mais diversas partes do império procuraram repactuar sua relação dentro da nova lógica política e imperial, o que dava margem a algumas manifestações de descontentamento, inclusive com a deposição de governadores e uma série de revoltas. Cita casos no Oriente, África e América. Na verdade, segundo o autor, nestes momentos iniciais, a insegurança da metrópole portuguesa, assim como as pressões exercidas pelas potências inimigas aguçaram o senso de oportunidade das elites locais do império, favorecendo levantes e revoltas para angariar privilégios, destituir lideranças questionadas etc. As rebeliões eram, neste sentido, um importante mecanismo de negociação.

De qualquer forma, levando em conta que cada revolta, sublevação ou levante tem sua trajetória e história particular, cabe, aqui, essencialmente inserir a suposta “Aclamação” de São Paulo num contexto de indefinições, novas fidelidades, realinhamentos e elaboração de novos pactos políticos, tão comuns ao período. O momento era, portanto, propício para um levante desta natureza, e devemos tirar dele seu caráter atípico e excêntrico. Além disso, vale a pena ponderar certo nível de articulação de São Paulo com outras áreas, considerando o envolvimento delas neste processo.

Em especial, analisemos o caso de Salvador Correia de Sá e Benevides. Sobre ele recaía, como já falamos aqui, uma grande desconfiança. Apesar de ter enviado uma carta suspeita para Buenos Aires, que bem poderia ser uma tentativa de atrair a cidade para a nova monarquia, o governador demonstrou pronta fidelidade a D. João IV. O que não esvaneceria totalmente as suspeitas sobre ele. Em 1642, os camaristas de São Paulo

¹¹⁹⁶ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII” FURTADO, Junia (org.). *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

¹¹⁹⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “O império em apuros...” *op.cit.*

reagiam à possibilidade de a nova monarquia confirmar as mercês das minas à Benevides, acusando-o de:

*Vender e alhear todos seus bens no Rio de Janeiro e com sua casa e família passou-se a esta capitania trazendo em sua companhia homens delinquentes e facinorosos que têm cometido delictos gravíssimos, castelhanos levantados e naturais da parte do Peru para com eles passarem á Coroa de Castella...*¹¹⁹⁸

As suspeitas ecoaram no Conselho Ultramarino de Portugal, e levaram Salvador a Portugal, em 1644, para articular sua defesa e dirimir dúvidas. Foi amplamente bem-sucedido. Conseguiu a mercê das minas de São Paulo e o comando das recém-criadas frotas do comércio.¹¹⁹⁹ Benevides fora também acusado de corrupção, tributação ilegal e favorecimentos pelo então governador-geral Antonio Telles da Silva. Uma parte da munção de Telles, que discordava da separação das repartições, provavelmente vinha dos paulistas. Ainda em 1643, a Câmara de São Paulo escrevia à Câmara de São Vicente reclamando da postura desta em reconhecer tão prontamente Salvador que: “hé notório de q o dito vem com desígnio e intenção de se passar com sua casa mulher e família a Coroa de Castela sem embargo de lhes termos dado a Vmerces bastantes avisos de clara prova...”. Os oficiais de São Paulo ainda comentavam como Benevides queria deixar as capitanias “assoladas e desbaratadas”. Ofereciam-se para prendê-lo e enviá-lo ao governador-geral. No topo das assinaturas, figurava a de Paulo de Amaral, vereador mais velho que liderara a aclamação de D. João IV em abril de 1641.¹²⁰⁰ As rivalidades com Sá se agudizaram com o apoio dado por ele aos jesuítas, e também se refletiam na questão das minas, porta de entrada para a influência nos cargos de governança da vila de São Paulo. Antes de conseguir as tais mercês em 1644, Salvador emitiu um bando de prisão contra um Manoel Coelho. Segundo o bando, este havia fugido da Bahia por uma série de crimes e ido a São Paulo onde teria assumido diversos cargos na república, inclusive o de tesoureiro das minas. Considerado por Benevides como o “cabeça dos desaforos e pouca obediência” dos moradores da vila de São Paulo, Coelho lideraria um processo de desrespeito em relação aos:

¹¹⁹⁸ RGCSP, Suplemento. Volume II, 1919. 1642.

¹¹⁹⁹ INTT, Manuscritos de Portugal. *Assumptos* do Brasil, Livr 1104, f.291. Sobre as mercês das minas, de 08/06/1644, ver LEME, Pedro Taques. *Informação das minas...op.cit.*

¹²⁰⁰ INTT, Papéis do Brasil, Códice 10, MF695; f.148-149.

*Mandados e ordens de S Mag el Rey nosso senhor D João o 4º , acumulandose com estrangeiros destes reynos a evitar o bem comum deste reyno de Portugal e destas capitanias, impedindo o descobrimento e entabolamento das minas de ouro, e prata, dando conselhos e fazendo firmas falsas para irritar os ânimos da gente popular obrigandoos por este caminho a serrarem os que vão aquela Villa em guardas.*¹²⁰¹

Salvador mandara o clérigo Francisco Coimbra subir a serra para negociar com a vila, mas este fora barrado por guardas alocados no caminho. A beligerância entre São Paulo e Salvador Correia de Sá e Benevides era, de lado a lado, alimentada pela retórica da traição, tanto dos paulistas desobedientes e alinhados com estrangeiros (aí incluídos os castelhanos) quanto do governador, que queria fugir para as Índias de Castela. A hipótese de Benevides contar com o apoio de alguns castelhanos, num possível projeto de sublevação das capitanias do Sul, não pode ser, de fato, inteiramente descartada. Estes castelhanos poderiam ser tanto da comunidade que vivia no Rio de Janeiro, atrelada a Buenos Aires, quanto da que vivia em São Paulo, atrelada ao Paraguai. E mais provavelmente as duas.

Rafael Valladares trouxe à luz dois interessantes documentos. Um alocado no Arquivo de Simancas e outro, na Real Academia de História de Madri. Ambos são memoriais apresentados pelo padre Francisco Paes Ferreira e entregues junto ao Conselho de Estado da Corte de Madri. No primeiro, de 1646, Ferreira - sacerdote português formado em Évora e teólogo -, levou ao Conselho de Estado uma proposta feita em nome dos colonos de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo o padre, ele fora enviado ao Rio de Janeiro como comissário geral do Santo Ofício como uma forma de punição pelo seu anti-bragancismo. Promoveu uma visita a São Paulo, e constatou os ânimos exaltados dos moradores dali contra a nova monarquia e a disposição para a sublevação. Quando Lisboa soube de seu envolvimento nas conspirações, foi enviado, mais uma vez, como forma de punição, a Luanda. Os moradores de São Paulo, indignados com sua transferência, encomendaram-lhe a proposta que ele agora fazia junto à corte de Madri depois de fugir de Angola.

Nela, os moradores constavam a intenção de “sublevar el sur del Brasil – o lo mas que se pudiere de elle – en favor de la Casa de Austria”.¹²⁰² Em troca, segundo Ferreira,

¹²⁰¹ *Idem, ibidem*, f.83v. Santos, 18 de setembro de 1641.f.48. Carta do livro que serviu de registro de provisões desde o ano de 1640 até ao de 1646 a f.75 e f., o qual existe na executoria de S Paulo.

¹²⁰² RAMIREZ, Rafael Valladares. “El Brasil y las indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1658)” In: *Cuaderno de Historia Moderna*. N. 14, Madrid: Editorial Complutense, 1993; 151-172; p.158. Como acessamos a informação sobre este documento depois de nosso retorno ao Brasil, estamos usando as referências trazidas por Valladares neste texto. O documento original está em AGS, ESTADO (E), Legajo 2523.

os colonos somente solicitavam ao rei a posse plena dos índios e a confirmação da expulsão dos jesuítas realizada em 1640. Nem sequer apoio militar seria necessário. Por mais fantasiosa que possa soar tal proposta, ela faz todo o sentido no contexto em questão. O tema disparador da sucessão de conflitos se atrelava justamente à questão indígena, que representou verdadeiro divisor de águas nas relações estabelecidas entre colonos e padres, colonos e colonos, portugueses e castelhanos e colonos e autoridades coloniais. As idas e vindas destes posicionamentos, atravessados também por dissidências, tornam factível a proposta de Ferreira. A política pró-jesuítica de D. João IV bem poderia ter convencido os recalcitrantes apoiadores da nova monarquia em São Paulo a mudar de lado ou rever sua posição. Seria uma ótima oportunidade para refazer pactos e relações. E o retorno ao império filipino, com os benefícios sugeridos, poderia ser o melhor dos mundos aos paulistas. Na ocasião, contudo, o Conselho de Estado negou a proposta por falta de garantias.¹²⁰³ Mas Ferreira voltaria à carga, reeditando sua petição, em 1656. Logo após a morte de D. João IV, o teólogo reforçou o pedido sugerindo a boa oportunidade oferecida pela morte do rei português. Neste segundo pedido, surgiu, entretanto, a figura de Salvador Correia de Sá e Benevides como líder do processo de sublevação, haja vista sua notória afeição à monarquia filipina.¹²⁰⁴

Embora trafegassem na temática das fidelidades às coroas, as propostas de Ferreira não referiam a oposição entre portugueses e castelhanos. A identidade dos grupos parece menor diante dos benefícios decorrentes das respectivas coroas, ao engajar-se em determinada jurisdição. Contudo, o clima de sublevação só reforça a hipótese de que, em abril de 1641, grupos da vila de São Paulo teriam vislumbrado imediatamente possibilidades de negociação com a nova realidade política, que se afirmava tanto com a insegura e instável monarquia bragantina quanto com a assustada monarquia filipina. Não devemos descartar também a probabilidade de que o corpo central dos apoiadores da corte filipina fosse constituído de castelhanos, ou personagens filiados às redes organizadas no contexto filipino.

Não obstante, o papel de Salvador Correia de Sá e Benevides ainda não fica muito claro. Mas podemos conjecturar. Teria feito ele um jogo duplo? Diante de uma nova possibilidade insinuada com a “Restauração”, o governador poderia ter assumido uma postura pró-bragantina na realidade fluminense e cortesã, afirmando publicamente sua

¹²⁰³ RAMIREZ, Rafael Valladares. “El Brasil y las índias...” *op.cit.*

¹²⁰⁴ Este segundo memorial, segundo Valladares, está na Real Academia de História (Madrid). Colección Salazar e Castro, Ms K-9, fls 81-86, “Discurso sobre el Brasil”, Apud: RAMIREZ, Rafael V. “El Brasil...” *op.cit.*

fidelidade a D. João IV e buscando acionar suas redes platinas em Buenos Aires. Tentava-se tirar os melhores frutos de uma situação instável. A nova monarquia poderia permitir a construção de um novo território colonial coincidente com as redes comerciais e de interesses do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Por outro lado, Benevides bem poderia procurar manter, em São Paulo, os espíritos em ebulição, para, quem sabe, garantir ainda a opção pró-filipina. Lembremos que, dentre os envolvidos na suposta aclamação, estavam os irmãos Rendon, atrelados a Benevides no contexto das lutas de socorro ao Nordeste, e posteriormente nas terras fluminenses. Estes castelhanos ligados aos interesses e redes do governador poderiam ter acionado um “plano paralelo” na vila de São Paulo. Essencialmente, as esperanças do governador consistiam em preservar suas redes de governança e comerciais, que vinculavam os espaços das capitanias do Sul do Brasil com as províncias platinas. Tanto na perspectiva bragantina quanto filipina, tal projeto tinha alguma viabilidade, e, na janela de indefinições que se abriu na sequência da “Restauração”, ele talvez tenha jogado com as duas possibilidades. Contudo, seu apoio aos jesuítas, durante as rebeliões de 1640, pode ter comprometido sua rede de apoiadores na vila de São Paulo, que, mesmo assim, continuaria forte. Em 1661, em meio às revoltas do Rio de Janeiro que o tiraram da governança, sob acusações de conspiração com Sevilha e Buenos Aires, Benevides foi a São Paulo encontrando nos paulistas seus apoiadores contra os “sediciosos” do Rio de Janeiro.¹²⁰⁵

Por fim, a título de referência, vale mencionar que a hipótese de um levante com a participação de castelhanos também pode ter tido motivação nas notícias que, vindas de outras capitanias, davam conta do confisco de bens de alguns comerciantes naturais de Castela. No Espírito Santo, na Bahia e no Rio de Janeiro, alguns deles tiveram seus bens confiscados na esteira da “Restauração”.¹²⁰⁶ Tal rumor pode ter aumentado o clima de tensão e servido para incitar os indecisos.

Ao analisar o que chamou de “Rebellion” de Portugal, em 1640, Rafael Valladares diz que este processo efetivamente não:

fue ni principal, ni esencialmente, un enfrentamiento horizontal (nacional) entre españoles y portugueses, sino más bien vertical entre los distintos

¹²⁰⁵ FIGUEIREDO, Luciano. “Império...” *op.cit.* BOXER, Charles. *Salvador...op.cit.*

¹²⁰⁶ Os documentos que dão conta das notícias de confisco estão em: AHU-Espírito Santo, cx. 01 doc. 17 A. “1642, Abril, 12, Espírito Santo. Bens de Marcos Monsanto e D. Diego Ximenes de Vargas.” AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 126. “c.1641. confisco dos bens de Pedro Boeça e castelhanos”. AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 8. “1641, Julho, 10; notícias da Bahia do sequestro dos bens dos castelhanos”.

*grupos sociales lusos sometidos a una corona solo circunstancialmente encarnada por los Austrias de Madrid entre 1580 y 1640.*¹²⁰⁷

Devemos, desse mesmo modo, ver a série de conflitos que assolaram São Paulo, a partir da década de 1630, não como uma disputa exclusiva entre portugueses e castelhanos, ou seja, de cunho nacionalista, mas sim marcada pela rede de múltiplos interesses e alinhamentos que partidarizaram a vila exatamente neste período. Nestes conflitos, o “sentimento nacional” entrou como mais um dos elementos possíveis nas demarcações de identidades. Foi usado como recurso retórico, mobilizador de paixões e ações, que tinha, como pano de fundo, a questão essencial da disputa pela mão de obra indígena. Com a conjuntura estabelecida pelo aumento das discordâncias e dissidências à corte filipina e, finalmente, pela sublevação de Portugal, os colonos de São Paulo (assim como os demais dos impérios envolvidos) buscaram, em função de suas circunstâncias peculiares, renegociar e repactuar sua relação dentro da nova realidade política. As dissidências internas também afloraram premidas pelas circunstâncias, portanto, um levante de grupos castelhanos e portugueses pró-filipinos, mesmo como uma possibilidade em aberto, era perfeitamente factível. Como Alencastro, concordamos que os detalhes de Frei Gaspar e Taques bem podem ter sido animados pelos exageros da tradição oral ou pela imaginação dramática dos cronistas. Contudo, entendemos que agitações, conflitos, rebuliços e até mesmo certa animosidade mais generalizada tiveram palco na São Paulo de 1641, chamada a se posicionar diante da nova monarquia portuguesa.

Longe de ser excêntrica e isolada, a possibilidade da controversa aclamação era perfeitamente ajustável ao contexto, como mostravam os diversos pontos de rebeldia espalhados por ambos os impérios. A narrativa detalhada do suposto incidente não deveria mesmo interessar à burocracia portuguesa, pois efetivamente a vila havia jurado o novo rei; ademais, divulgar os rebuliços no planalto não interessava nem à Metrópole nem a Salvador Correia de Sá. Por outro lado, a fama de sediciosos e rebeldes, principalmente na questão da expulsão dos padres, teria sim repercussão na documentação coeva.¹²⁰⁸ Apesar das várias iniciativas, os colonos de São Paulo

¹²⁰⁷ VALLADARES, Rafael. *La rebelion...* op.cit. p.57.

¹²⁰⁸ Em 1650, o Conselho Ultramarino analisou uma proposta de enviar 30 casais de irlandeses católicos para São Paulo. A proposta foi recusada, dentre outras razões, porque São Paulo era de “natureza fortíssima e inespugnável é q confina com a província de Quito sogeita a el Rey de castella (...) também há minas de ouro e de lavagem (...) e q os poucos moradores q ali há derão e dão ainda cuidados nos procedimentos q tiverão com os religiosos da companhia (...) será muito maior o dano, entregandoa a estrangeiros em numero q a posão povoar e fortificar mais, e levantar-se com a terra de VMde.” BNP, MF2526, MsCód 7627.

resistiram até o limite, tanto na reincorporação dos padres quanto na pacificação do planalto em nome das litigantes famílias Camargo e Pires. A “Rochela” do Brasil assim o era, mais por sua persistência do que por sua inexpugnabilidade e isolamento. De qualquer forma, em São Paulo foi mais fácil jurar Felipe II que D. João IV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos preliminares desta pesquisa foi tentar mapear o que seria uma comunidade castelhana inserida numa vila da América portuguesa durante o período da União Ibérica. Imaginávamos ainda uma população coesa, agindo em conjunto, formando redes coerentes e influentes. Ledo e doce engano. A documentação vasculhada revelou, sim, uma extensa presença castelhana em São Paulo, que muitas vezes pareceu articulada entre si, mas de modo nenhum de maneira una ou tampouco exclusiva. De fato, a pesquisa acabou apontando mais na direção das influências da monarquia filipina em São Paulo. E esta, apesar de ser marcadamente castelhana, jamais se limitou à inequívoca presença de castelhanos na vila paulista.

Nesse sentido, o trabalho ganhou corpo ao trilhar a perspectiva de investigar as influências diretas, e indiretas, do contexto imperial, macro-político, da União das Coroas ibéricas, numa vila portuguesa na América, uma parte de seu micro-cosmo. A pergunta que se impunha era como um império multifacetado, *polissinodal* nos dizeres de Hespanha, se fez sentir nas margens mais distantes e improváveis de sua espacialidade? Claro estava que essa relação era muito mais complexa que a simples e direta ordenação. As normas e leis emanadas constituíam apenas uma ponta de um processo que era atravessado pelas múltiplas instâncias de poder e interesses, tanto na própria península quanto na colônia. Além disso, as práticas, os ajustes, as adaptações das normas, na outra ponta, davam uma nova história. Mas, de modo nenhum, se quis, aqui, fazer duas histórias: a das normas e das práticas. Pretendeu-se fazer uma história relacionando sempre as normas e as práticas, bem como as instâncias intermediárias que atravessaram esta relação.

Além do verticalismo implícito nas emanações do centro do império em direção às suas partes, buscou-se também capturar as relações horizontais, as que se construíram e se dinamizaram entre as partes do império. Este trabalho tencionou, no fundo, promover uma história da vila de São Paulo de maneira alargada. Não se buscou fazer uma história do sistema absoluto impondo padrões, nem das negociações impostas pela “tirania” dos poderes locais, mas a da conversa necessária e intrínseca entre um efetivo centro que emanou, e uma realidade local que obedeceu, sofreu, adaptou ou negou. Como dissemos em algum ponto do trabalho, somente a história resolveria este dilema.

O centro, de qualquer modo, era acima de tudo a corte dos Filipes. Foi, pelo menos, o nosso centro. No primeiro capítulo, tentamos desvendar a efetiva posse

empreendida pela monarquia nos rincões do império. A capitania de São Vicente e a vila de São Paulo entraram para a órbita da monarquia filipina não só porque cumpriam papel estratégico nas defesas de Potosí, mas também porque eram parte da herança de Felipe II, e guardavam, em si, suas próprias possibilidades de integração regional e descobertas minerais. Valdés, o contestado almirante, foi a ponta do império que se projetava na capitania de São Vicente. Através dele, e de sua missão, São Paulo foi inserida no mapa da monarquia e se tornou palco da presença de castelhanos largados pelas naus da grande armada.

O segundo capítulo, centrado na figura do governador D. Francisco de Souza, procurou desvelar uma efetiva política filipina para São Paulo. A monarquia compósita se fazia pelos seus agentes, e Souza foi um de seus mais diletos. Sua ação, marcada pela lógica da governança do Antigo Regime, tentou articular poderes, interesses e projetos num grande empreendimento que visava, junto à sua honra e lucro pessoal, alavancar as explorações minerais – o grande sonho seu, e da monarquia – e tantos outros processos de desenvolvimento econômico. Sua presença em São Paulo mimou seus habitantes, agora verdadeiramente parte da burocracia e chancelaria imperial. Além disso, a criação pelo governador de uma jurisdição das minas ajudou a fortalecer a “mitologia” em torno das riquezas minerais, e também as redes alternativas de governança em São Paulo.

No terceiro capítulo, buscamos as conexões. Portanto, quisemos negar uma história de São Paulo isolada, inexpugnável e marginal, voltada para um sertão selvagem e inóspito. As relações intensas e contínuas estabelecidas com o mundo paraguaio revelaram uma história que iria muito além das bandeiras de apresamento. Portugueses em áreas de Castela e castelhanos em áreas de Portugal relacionavam-se, de lado a lado, numa troca comercial, numa cumplicidade, numa rede de caminhos e passagens, que atrelaram horizontalmente estes espaços da monarquia filipina. Numa relação dúbia e casuística com as normas, os caminhos proibidos foram assim mesmo frequentados com considerável regularidade. O tempo ajudou. O contexto de indefinições das jurisdições abriu uma brecha muito bem aproveitada por todos. Talvez, menos pelos índios, sempre disputados. Não obstante, ver a integração regional como um simples intervalo histórico só faria sentido pelo viés retrospectivo. De fato, aos contemporâneos, o contexto presente guardava em si várias possibilidades, que foram durante certo tempo principalmente de conexão, não de demarcações claras e fronteiras definidas.

No quarto capítulo, visamos enquadrar a distensão. Não sob o ângulo naturalizado. Ela não era óbvia. O acirramento dos conflitos, das identidades e das demarcações foi um processo *pari passu* na península e nas colônias. O que não parecia uma questão, no início da União, tornou-se peça chave nas queixas, nas cartas, nas petições e nos clamores, a partir do reinado de Felipe IV e do governo do todo-poderoso Conde-Duque de Olivares.

De qualquer modo, as identidades ainda se definiam múltiplas, fluídas e instáveis, já que eram marcadas por diversas alternativas e composições. O coeso catolicismo e a unidade imperial eram muito mais uma aspiração que uma realidade. Assim mesmo, as identidades e jurisdições foram manipuladas nos embates que a vila de São Paulo presenciou entre as décadas de 1630 e 1640. No bojo da disputa pela mão de obra indígena, limites, rivalidades, nativismos, reis renascidos e até *vendettas* alimentaram as motivações dos conflitos e eventos que tornaram a realidade da vila bastante agitada. Neste processo, os castelhanos, presentes com Valdés, com D. Francisco de Souza, com as relações paraguaias, se fizeram ouvir, junto a outros moradores leais aos filipes, nas possibilidades abertas com a nova realidade peninsular imposta pela “Restauração”. Procuramos, enfim, cobrir da posse à distensão, porque desejávamos, neste trabalho, abarcar alguns dos impactos da União em São Paulo, que evidenciassem como o império efetivamente se fez presente numa vila vulgarmente chamada de isolada e marginal.

Por fim, sabíamos que discutir a história de São Paulo da virada do XVI para o XVII significava, sobretudo, dialogar com uma linhagem incrível de historiadores de diferentes matizes e vertentes, mas todos de refinada pena. Sabíamos também que era sondar um território de temas espinhosos e, muitas vezes, cristalizados. Nesse sentido, o trabalho buscou somar algumas peças, ou propor alguma alternativa, mesmo que mínima, ao olhar sobre temas como as bandeiras, o ouro de São Paulo, os castelhanos, a rebeldia e a aclamação, por exemplo. Longe de simplesmente negar as visões clássicas ou já consagradas, se quis aqui primordialmente dialogar com elas.

Além do mais, nossa pesquisa guardou sempre o que poderíamos chamar de certo “retorno ao fato”. Um desejo incontido de desvendar alguma lacuna, esclarecer uma data, um nome, personagem ou acontecimento... No emaranhado de documentos aqui utilizados, acreditamos – e esperamos – que alguns sejam inéditos. No cipoal de fatos e genealogias trabalhadas, acreditamos ainda, com inegável prazer, ter informado uma ou outra questão, data, origem ou acontecimento. Ao lado de um olhar ampliado da

história de São Paulo, procuramos fazer valer igualmente uma mirada sobre os detalhes, sobre o micro. Esperamos que, nessa interconexão, a pesquisa também tenha logrado um sentido pertinente, e minimamente bem-sucedido, para estabelecer o diálogo com a própria realidade paulista.

ARQUIVOS E FUNDOS CONSULTADOS

Arquivo da Cúria Metropolitana/São Paulo:

Dispensas matrimoniais e Livro de Casamentos.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/São Paulo:

Inventários e Testamentos.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro:

Manuscritos da Coleção Castelo-Melhor.

Arquivo General de Índias/Sevilha:

Charcas (1, 2, 7, 27, 33, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 56, 57, 112, 119, 120, 260).

Contaduría (1609). *MP-Buenos Aires* (17). *Patronato* (255, 266, 33).

Arquivo General de Simancas/Simancas:

Guerra Antigua (109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 129, 130, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 155, 157, 165, 173, 190, 227, 228, 233, 235, 244). *Guerra y Marina* (Libros 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10). *Secretaria de Estado* (K1447, K1451, K1559, K1569, K1571, K1584, K1601, DGT). *Secretarias Provinciales* (Libros 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1483, 1484, 1485, 1487, 1488, 1489, 1491, 1492, 1494, 1495, 1496, 1497, 1499, 1506, 1509, 1510, 1512, 1513, 1521, 1524, 1531, 1532, 1550, 1574, 1575, 1481. Legajos: 2634, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651).

Archivo Nacional de España/Madrid:

Consejo de Portugal (Libros 728, 729, 730)

Biblioteca Nacional de España/Madrid:

Manuscritos (2339, 2345, 2355, 2369, 2376, 3014, 3043, 7121, 18192)

Biblioteca Nacional de Portugal/Lisboa:

Reservados (436, 597, 894, 7251). *Microfilmes* (2526, 7101, Série Pombalinos 648: MF 2048)

Instituto Nacional da Torre do Tombo/Lisboa

Chancelaria de Filipe I, Assumptos do Brasil, Manuscritos do Brasil, Papéis do Brasil (Códice 10 e Livro 11), Tribunal do Santo Ofício.

Biblioteca D' Ajuda/Lisboa:

Códices 49-X-2, 49-X-5, 49-X-10, 51-V-48, 51-V-48, 51-V-71, 51-VI-28, 51-VII-15, 51-VIII-07, 51-VIII-18, 51-VIII-19, 51-VIII-21, 51-IX-25, 51-X-2.

Arquivo Ultramarino/Lisboa:

Reino, Documentos de Avulsos de Serviços de Partes, Ultramar, Paraguay, São Paulo, Rio de Janeiro, Livros referentes ao Brasil.

Biblioteca Pública Municipal de Évora/Évora:

Códices CXVI/2-13 e CV/1-7.

Archivo Nacional de Asunción/Assunção:

Civil y Criminal (1304, 1362, 1377, 1384, 1435, 1439, 1451, 1531, 1532, 1533, 1549, 1596, 1597, 1599, 1602, 1604, 1651, 1677, 1685, 1744, 1800, 1812, 1855, 1944, 1946, 1963, 2128, 2129, 2154, 2183); *História* (1, 2, 3, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 45, 436).

Nueva Encardenacion (19, 102, 130, 144, 158, 160, 172, 177, 216, 284, 286, 287, 291, 295, 297, 312, 348, 360, 381, 425, 426, 547, 548, 575).

FONTES E DOCUMENTOS PUBLICADOS

Actas da Câmara da Cidade de São Paulo. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico; Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura. 2ª Edição; 1967. Volume 1 a 5.

Anais do Museu Paulista. Tomo I, 2ª Parte, São Paulo: Museu Paulista. 1922.

Anais do Museu Paulista. Tomo II, São Paulo: Museu Paulista. 1925.

Anais do Museu Paulista. Tomo II, 2ª Parte, São Paulo: Museu Paulista. 1923.

Anais do Museu Paulista. V.13, São Paulo: Museu Paulista, 1949.

Bandeirantes no Paraguai. Século XVII. (Documentos Inéditos). São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1949.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. VIII Volumes. Coimbra: 1712. Versão digitalizada e disponível em CD-Rom. IEB, 2008.

BONORIO, Jorge F & LUX, Hernan Carlos. *Coleccion de documentos sobre los conquistadores y pobladores del rio de la Plata*. RIHM, San Isidro: 2001.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa. (1540-1627). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNDP), 2001.

Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

CORTESÃO, Jaime (org) *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*. II Volume (1609-1658). Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1961.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

DÍAZ DE GUZMÁN, Ruy. *Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Rio de la Plata*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2001; Edição digital disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com>.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume XLVIII. São Paulo: Departamento do Arquivo, 1929.

GAMBOA, Pedro Sarmiento de. *Los viajes al estrecho de Magallanes*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

Inventários e testamentos. Volumes 1 a 47. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (DAESP).

KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LEME, Pedro Taques de Almeida P. *Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do colégio de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “Informações das minas de São Paulo e dos sertões de sua capitania desde o ano de 1597, até o presente de 1772, com relação cronológica dos administradores delas”. In: *Noticias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

Libros de Registros - Cedularios del Rio de la Plata. Buenos Aires, 1991.

Livro 2º do Governo do Brasil. Lisboa: CNDP; São Paulo: Museu Paulista/USP, 2001.

Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo. Mosteiro de São Bento, 1977. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MONTOYA, Antonio Ruiz. *La conquista espiritual del Paraguay*. Asuncion: El Lector, 1996.

OROZCO, Sebastian de Covarrubia. *Tesoro de la lengua castellana o espanola*. Edição digital disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com>;

OTTSEN, Hendrick. *Corto y verídico relato de la desgarcia navegacion de um buque de Amsterdam*. Buenos Aires: Editorial Huarpes, 1945.

PASTELLS, P.P. *El descubrimiento del estrecho de Magallanes*. Parte Segunda. Biblioteca de Historia Hispano-Americana. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1920.

PASTELLS, Pablo. *História de La Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Tomo I. Madrid: Libreria General de Vistoriano de Preciados, 1912.

PISO & MARCGRAVE. *Historia Naturalis Brasiliae* (1648). Versão digital: http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo. Vol. I e II. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917.

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo. Vol. II - Suplemento; Publicação Oficial do Archivo Municipal de São Paulo, 1919.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brazil*. Curitiba: Juruá, 2007.

SCHMIDL, Ulrico. *Derrotero y viaje a España y las Indias*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1950.

Separatas dos Anais do Museu Paulista. Parte Segunda. Documentação Hespânica. São Paulo: Museu Paulista, 1923.

Sesmarias. Volume I. São Paulo: Typografia Paulista, 1921.

SILVA, Antonio de Moraes e. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Volume 2; p.260. Edição digital: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/Manha>.

SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil*. 1587. São Paulo, Brasília, DF: Ed. Nacional, 1987.

STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente*. Séc. XVI-XVII. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz. "O solo de Piratininga" in BUENO, Eduardo (org.) *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro; 2004.

ABREU, Capistrano. "Prolegômenos" a *História do Brazil* de Frei Vicente do Salvador. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. Versão on-line da Biblioteca Digital do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Disponível em: http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt-700-Original_WEB.pdf;

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ALBALADEJO, Pablo Fernández. "Unión de almas, autonomia de cuerpos: sobre los lenguajes de unión en la Monarquía Católica, 1590-1630" In: HURTADO, Manuel Reyes Garcia (coord.). *Modernitas: estudios en homenaje al profesor Baudilio Barreiro Mallón*. Universidad de Coruña, 2008.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante Dom Henrique: 1974.

ALENCASTRO, Luis Felipe. "A economia política dos descobrimentos". In: NOVAES, Adauto (org.) *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luiz Castanho de. "Nossos bandeirantes. Baltazar Fernandes." In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol XLII, 1944, p.209-237.

AMARAL, Antonio Barreto. "Afonso Sardinha. Um vereador do século XVI". *Revista do Arquivo Municipal*. CLXXVIII (178), 1969.

AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo: Livraria Nobel, [1981?].

AMARAL, Ilídio do. *O consulado de Paulo Dias de Novais*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

ARMAS, Antonio Rumeu de. “Una carta inédita del apostol del Brasil, beato José de Anchieta, al rey Felipe II” in *Anuário de estudos Atlânticos*. Madrid/Las Palmas, 1997, 43, p.469-500.

ARMEMI, Alberto. *Ciudad de Deus y ciudad del sol. El “Estado” jesuíta de los guaraníes. (1609-1768)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ARROYO, Felix Labrador. “La Casa real portuguesa”. In: MILLÀN, José Martínez y VISCEGLIA, Maria Antonieta (dir.). *La monarquia de Felipe III: los reinos (volume IV)*. Madrid. Fundacion Mapfre, Instituto Cultural, 2008.

ASSADOURIAN, Carlos S. “El trafico de esclavos em Córdoba, 1588-1610” In: *Cuardenos de Historia*. 32, . Instituto de Estudios Americanistas. 1965.

ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, G; CHIARAMONTE, J.C. *Argentina: de la conquista a la independência*. Buenos Aires: Hispamérica; 1986.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economia colonial: el mercado interior, regiones y espacio econômico*. México: Editorial Nueva Imagem, 1983.

BALDIVIESO, Valentim A. *Mitayos de Potosí: en una economia sumergida*. Barcelona: Tecnicos Editoriales Asociados, 1988.

BARROS, José Miguel. *Pedro Sarmiento de Gamboa. Avatares de un caballero de Galicia*. Santiago do Chile: Editorial Universitaria, 2006.

BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. T. Lask (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUMANN, Zygmunt. *Europa: uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BAUMANN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENASSAR, Bartolomé. *La España del siglo do oro*. Barcelona: Crítica, 2001.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina. América Latina Colonial. Volume I*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Antigo regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Junia Ferreira & SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

BLAJ, Ilana. “Pulsações, sangrias e sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII” in: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo do estado; Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Fapesp, 2002.

BLANCO, Ricardo Román. *Las “Bandeiras”. Organización táctica que conquistó América y capítulo adulterado de la Historia del Brasil. Nueva formulación de tan importante cuestión*. Universidade de Brasília. Brasília, 1966.

BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico*. Tese de Doutorado. USP, 2010.

BOSCHI, Caio C. *Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1986.

BOUZA ÁLVARES, F. *Portugal en la Monarquía hispánica (1580-1640)*. Madrid: Universidad Complutense, 1987.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos. 2000.

BOUZA, Fernando. *D.Filipe I. Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, Edusp, 1973.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico nos tempos de Felipe II*. Rio de Janeiro, Ed. Martins Fontes, 1984.

BRUNO, Ernani da Silva. *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira. Alimentação*. São Paulo: Edusp, 2000.

BRUNO, Ernani da Silva. *Histórias e Tradições da cidade de São Paulo. Volume 1*. São Paulo: Editora Hucitec; 1984.

BUCHANAN, Allan & MOORE, Margaret (Ed.). *States, nations and borders. The ethnics ok making boundaries*. Cambridge Univesity Press, 2003.

CALDEIRA, Jorge. *Mulheres no caminho do Prata*. São Paulo: Mameluco, 2006.

CAMAÑES, Porfírio Sanz (coord.). *La monarquía hispánica en tiempos de Quixote*. Madrid: UCLM-Silex, 2005.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial*. São Paulo: Paz e terra, 2003.

CANABRAVA, A.P. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984.

CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony (Eds.). *Colonial Identity in the Atlantic world*. Princeton University Press, 1987.

CARDIM, Pedro *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Dissertação de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 2000.

CARDIM, Pedro. “De la nación a la lealtad al Rey. Lourenço de Mendonça y el estatuto de los portugueses en la monarquía española de la década de 1630”. In: CRUZ, David González (org.), *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: La visión del otro. Del Imperio Español a la Guerra de la Independencia*, Madrid, Sílex, 2010, p. 57-88.

CARDIM, Pedro: “La jurisdicción real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVIII): reflexiones sobre la historiografía”, In: ARANDA PÉREZ, Francisco José, e RODRIGUES, José Damião: *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*. Madrid: Sílex, 2008, pp. 349-388.

CARDOZO, Efraim. “Asuncion del Paraguay”. In: LEVENE: Ricardo (dir.). *História de la nacion Argentina. Vol.III* Librería y Editorial El Ateneo, Buenos Aires, 1939.

CARDOZO, Efraim. *El Paraguay Colonial*. Asuncion: El Lector, 1996.

CARDOZO, Ramón. *La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo*. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez: 1938.

CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.). *Las redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*. Madrid: Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009.

CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c.1680)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2008.

CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos*. Rio de Janeiro: Editora Pioneira.

CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980.

CHAVES, Julio Cesar. *Descubrimiento y conquista del rio de la Plata y el Paraguay*. Assuncion: Nizza, 1968.

CHAVES, Julio Cesar. *Historial General del Paraguay. Vol. 1*. Assuncion: Nizza, 1968.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

COMPANY, Francisco Domingues. “Condición Jurídica del Extranjero en América”. RHA, n.39. jun.1955.

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI – XVII): ofício, regimento, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, 2009.

CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

CURTO, Diogo Ramada. “O Padre Lourenço de Mendonça: entre o Brasil e o Peru (c.1630-c.1640)” in: *Topoi*, v.11, n.20, jan-junho 2010, p.27-35.

CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.

D’AVILLA, Alfonso. *Felipe II y la sucesion de Portugal*. Madrid: Calpe, 1956.

DABBS, Jack Autrey. “Manuel de Frías and rioplatine free trade”. RHA, num.48, Diciembre de 1959.

DEDIEU, Jean-Pierre & CASTELLANO, Juan Luis (dir.). *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*. Paris: CNRS, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério & SILVA, Luiz Geraldo. *Facetas do império na História. Conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo&Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ELLIOT, J.& BROCKLISS, L. (Orgs.) *El Mundo de los Validos*. Madrid: Taurus, 1999.

ELLIOT, John. *La España Imperial (1469-1716)*. Barcelona: Vicens-Vices, 1984.

ELLIOTT, John H. *España en Europa. Estudios de historia comparada*. Col Lecció Honoris Causa. Valencia: Universitat de Valencia, 2003.

ELLIOTT, John H. *Impérios del Mundo Atlântico. Espana y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006.

ELLIOTT, John. *España y su mundo. 1500-1700*. Madrid: Taurushistoria; 2007.

ELLIS, Alfredo. *A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina*. São Paulo: Editora Obelisco, 1967.

ELLIS, Miriam. “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil.” IN. HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1, Volume 1. São Paulo: Difel, 1972.

ELLIS, Miriam. “Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no planalto paulista nos séculos XVI e XVII” IN: *Revista de História*, USP, São Paulo: 1(1): 51-71, jan-mar de 1950.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FEITLER, Bruno. “Usos políticos del Santo Oficio português en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El período filipino.” In: *Hispania Sacra*. Vol 59, No 119 (2007): 269-291.

FEROS, Antonio. “Por Dios, por la Patria y el Rey: el mundo político en tiempos de Cervantes”. In: FEROS, Antonio y GELABERT, Juan (dirs.). *España en tiempos de Quixote*. Madrid: Taurus, 2004.

FEROS, Antonio. *El Duque de Lerma. Realeza y Privanza en la España de Felipe III*. Madrid: Marcel Pons, 2002.

FERREIRA, Barros. “Um homem exprime seu tempo”. *Revista do Arquivo Municipal*. N. 182; 1971.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As bandeiras do Parauapava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977.

FERREIRA, Tito Lívio. «O Elemento Espanhol na Capitania de São Vicente», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 69, São Paulo, 1971, pp. 151-166.

FIGUEIREDO, Luciano. “O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”. In: FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: HUMANITAS, 2001; pp. 229-244.

FOLGUERA, José Miguel Morales. *La construcción de la sociedad utópica. El proyecto de Felipe II (1556-1598) para América*. Madrid: Biblioteca Nueva/Universidad de Málaga, 2001.

FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos”. *Revista Tempo*. N.15, Vol.8, julho-dezembro de 2003.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira.. “Um problema: a traição dos cristãos-novos em 1624”. *Revista de História*. São Paulo: USP, 41, 21-71, 1970.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC; 1997.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Bartolomeus Buenos”. IN: *Revista Genealógica Brasileira*; ano III, no. 5; 1º Sem de 1942; p.51-60.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Dom Francisco de Souza e o início do impulso bandeirante”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. VOL.XXIX, 1932.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Os companheiros de D. Francisco de Souza” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. T.105, v.159, pp.95-136.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil – séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil – séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *História das minas de São Paulo. Administradores gerais e provedores (séculos XVI e XVII)*. Coleção História. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1964.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Os camargos de São Paulo. Notícia sobre os representantes dessa linhagem, na capitania vicentina, nos séculos XVI e XVII*. 1937.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais: novos estudos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência, 1596-1625”. *Revista do Arquivo Municipal*, 45; 195, 1982.

FRETES, Eduardo Amarilla. *Asuncion, ciudad madre de ciudades*. Asuncion: Imprenta National, 1942.

GADELHA, Regina Maria. *As missões jesuíticas do Itatim Estruturas sócio-econômicas do Paraguai Colonial – séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GANDIA, Enrique de. *Francisco de Alfaro y la condicion social de los indios. Rio de Prata, Paraguay y Tucuman y Peru: siglos XVI y XVII*. Buenos Aires: El Ateneo, 1939.

GARAVAGLIA, Juan Carlos & MARCHENA, Juan. *História de America Latina de las origens a la independência (I). América Latina y la consolidacion del espacio colonial*. Barcelona: Editorial Critica, 2005.

GARAY, Blas. *História del Paraguay*. Madrid: Librería y Casa Editora, 1896.

GARCIA, Nilo. *A aclamação de Amador Bueno. A influência espanhola em São Paulo*. Tese de Livre Docência; Universidade do DF, Rio de Janeiro; 1956.

GIZBERT, Daviken Studnicki. *A Nation upon the Ocean Sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GLEZER, Raquel. *O chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

GODOY, Marcio Honorio. *Dom Sebastião no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOLÇALVES, Daniel Issa. *O Peabirú: uma trilha indígena cruzando São Paulo*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa do LAP/FAU-USP; s/d.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos mistos – Liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo, Annablume, 2004.

GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

GRUZINSKI, Serge. “Mondes meles de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’”. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 Année; no 1; Janvier-Février 2001; p. 85- 117.

GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e o centauro: a história cultural no novo milênio”. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, vol.17; n.49, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GUEDES, João Alfredo Libanio. *União Ibérica: administração do Brasil holandês*. Brasília: UNB, 1983.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

HELMER, Marie. “Comércio e contrabando entre a Bahia e Potosí no século XVI”. In: *Revista de História*, 15, SP, USP, jul-set 1953.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERZOG, Tamar. *Defining Nations. Immigrants and citizens in early modern Spain and spanish America*. New Haven & London: Yale University Press, 2003.

HESPANHA, Antonio (org.) *Poder e instituições na Europa do antigo regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel & SANTOS, Maria Catarina. “Os Poderes num império oceânico.” In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Lisboa: Editorial Estampa. 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder” In: HESPANHA, A. Manuel (coord.). *História de Portugal. Volume 4: O antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1993.

HESPANHA, Antonio Manuel. “Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro.” IN: PAIVA, Eduardo França (org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar*. São Paulo: Annablume, 2006.

HESPANHA, Antonio. “O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa” IN: *Penélope. Fazer e desfazer a história*. No. 2; fev.1989.

HESPANHA, António. *Visperas del Leviatán. Insituciones e poder político (Portugal, siglo XVII)*. Madrid: Taurus, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos de população na São Paulo do século XVIII” in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, no.1: 55-111, São Paulo: 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; PANTALEÃO, Olga. “Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial*. Tomo I, Volume I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “A mineração: antecedentes luso-brasileiros” In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Livro II. São Paulo: Difel, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII” In: *Publicações do Instituto de Administração*. 29; junho de 1948; 3-23.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Cobra de vidro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O extremo oeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

IMÍZCOZ, José Maria Beunza (dir.). *Elites, poder y red social: las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna (estado de la cuestión y perspectivas)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996.

JENSEN, Carlos Ernesto Romero. *El Guairá: caída y éxodo*. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, FONDEC, 2009.

JENSEN, Carlos R. “Los Bogado y el aporte portugués al Paraguay” in: *História Paraguaya*. Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia. Vol. XLVII, 2007.

KAMEN, Henry. *Felipe de España*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A.; 1998.

KEATING, Vallandro & MARANHÃO, Ricardo. *Caminhos da conquista*. Banco Volkswagen, 2008.

KELSEY, Harry. *Francis Drake: el pirata de la reina*. Barcelona: Ariel, 2002.

KONETZKE, Richard. *La emigracion espanola al rio de la plata durante el siglo XVI*. Instituto Gonzalo Fernandes de Oviedo. Madrid: CSIC, 1952.

LADURIE, Emmanuel. *O Estado Monárquico. França. 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEBRERO, Rodolfo González. *La pequeña aldeã. Sociedad y economía en Buenos Aires (1580-1640)*. Buenos Aires: Biblos; 2002.

LEITE, Aureliano. “Amador Bueno (primeiros pruridos da nacionalidade)” *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, CLXIX, 1963.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugalia, 1938.

LEME, Luis Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905; Vol.1-7.

LUIS, Washington. *Na Capitania de São Vicente*. São Paulo: Martins Editora S. A; 1976.

LUXÁN MELENDEZ, Santiago de. “A Colónia portuguesa de Sevilha. Uma ameaça entre a Restauração Portuguesa e a Conjura de Medina Sidónia?” in: *Penélope. Fazer e desfazer a História*. No. 9/10; 1993; p.127-133.

LYNCH, John. *España bajo los Austrias*. Barcelona: Editorial Península, 1984.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

MACHAIN, Lafuente. *Buenos Aires em el siglo XVII*. Buenos Aires: Emece Editores, 1944.

MACHAÍN, Lafuente. *La Assunción de antaño*. Buenos Aires: Edição do Autor, 1919.

MACHAIN, Lafuente. *Los portugueses en Buenos Aires, siglo XVII*. Buenos Aires: Libreria Cervantes, imp. 1931.

MAFFEI, Lucy; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII”. *Anais do Museu Paulista*, SP, v.20, p.7-135, 1966.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Fronteras y espacios: Portugal y Castilla” In: TORRES, Ana Maria C. (org.) *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

MANGAS, Fernando Serrano. *La encrucijada portuguesa. Esplendor y quiebra de la Unión Ibérica em las Indias de Castilla. (1600-1668)*. Badajoz: Diputación de Badajoz; 2001.

MARANHO, Milena. *O moinho e o engenho. São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português. 1580-1720*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2006.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco*. São Paulo: Edusp, 1997.

MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*. Tomo I, Madrid: Alianza Editorial, 1986.

MARINS, Paulo César Garcez. “A cidade colonial na América Portuguesa; morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII” in: CARVALHO, Margarida M.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos & LOPES, Maria Aparecida. *As cidades no tempo*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho D’Água, 2005.

MARQUES, Guida. “O Estado do Brasil na União Ibérica” in: *Penélope. Fazer e desfazer a história*. N.27, 2002, p.7-35.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal, séculos XIII a XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MELIÀ, Bartolomeu. *El Guaraní conquistado y redicudo*. Assuncion: Litocolor, 1986.

MENEZES, Maria Aparecida Borrego de. *Teias mercantis. Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711 – 1765)*. São Paulo: Editora Alameda, 2010.

MERIDA, José L. Mora. *História Social de Paraguay. 1600-1650*. Sevilla: CSIC-EEHA, 1973.

MIGNOLO, Walter D. *La Idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MOLINA, Raul. *Hernandarias. El hijo de la Tierra. 1560-1631*. Buenos Aires: Editorial Lacestremes, 1948.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONTEIRO, John. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo” in: *História da Cidade de São Paulo. Volume 1. A Cidade Colonial*. Paula Porta (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MONTEIRO, John. “Os guarani e o Brasil Meridional”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*, Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

MONTEIRO, Nuno G. F., CUNHA, Mafalda Soares da e CARDIM, Pedro Cardim (orgs.). *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)” In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Lisboa: Instituto Camões, 2000; p.127-148

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelos entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no ‘longo’ século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORSE, Richard. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

MOURA. Gentil Assis de. “O caminho do Paraguai a Santo André da Borda do Campo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Tomo 13, São Paulo, 1908.

MOUTOUKIAS, Zacarias. “Narracion y analisis en la observacion de vínculos y dinâmicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica.” IN: BJERG, M. & OTERO, H. (Ed.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina*

Moderna. Tandil, Argentina: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA), 1995.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

MYRUP, Erik & SCHWARTZ, Stuart (orgs.). *O Brasil no império marítimo português*. Bauru, SP: Edusc, 2009.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo: Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Guilherme Pereira das; SANTOS, Georgina Silva dos e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVAL, Fernanda. "Gobierno, crisis del período filipino" in: MILLÀN, José Martínez y VISCEGLIA, Maria Antonieta (dir.). *La monarquía de Felipe III: los reinos (volume IV)*. Madrid. Fundacion Mapfre, Instituto Cultural, 2008.

OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II. Reis de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

OLIVAL, Maria Fernanda de. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Antônio. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino, 1580-1640*. Lisboa: Difel, 1990.

OTTSEN, Hendrick. *Corto y verídico relato de la desgarcia navegacion de um buque de Amsterdam*. Buenos Aires: Editorial Huarpes, 1945.

PADGEN, Anthony. *Spanish imperialism and the political imagination*. New Haven & London: Yale University Press, 1990.

PAOLI, Juan Bautista Rivarola. *La economía colonial*. Assunção: Biblioteca Virtual del Paraguay. Edição digital disponível em: http://www.bvp.org.py/biblio_htm/rivarola/riv_iv_vi.htm

PARELLADA, Cláudia. *Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo/Fenix- PR*. Dissertação de Mestrado. Curso de Antropologia Social, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

- PARKER, Geoffrey. *La gran estratégia de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- PARKER, Geoffrey. *Philip II*. Open Court Publishing Company, 1995.
- PEREIRA, Baptista. *Vultos e episódios do Brasil*. Biblioteca Pedagógica Brasileira-Série V-Brasiliana-Vol.VI. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.
- PINTO, Luiz Costa. *Lutas de família no Brasil. Introdução ao seu estudo*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/INL/MEC, 1980.
- PORCHAT, Edith. *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação*. São Paulo: Iluminuras, 1993.
- PORTO SEGURO, Visconde. *História Geral do Brasil*. Tomo Segundo. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 3 ed..
- PRADO Jr., Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO, Paulo. *Paulística*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- PREZIA, Benedito A. *Os indígenas do Planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII”. In: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. Edições Cosmos, n.6, 1991; p.119-143.
- PUJOL, Xavier Gil. «Un rey, una fe, muchas naciones. Patria y nación en la España de los siglos XVI y XVII», In: ALVARIÑO, Antonio Álvarez-Ossorio & GARCÍA, Bernardo García (eds.), *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes y Universidad Autónoma de Madrid, 2004.
- PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte. A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RAMIREZ, Rafael Valladares. “El Brasil y las índias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1658)” In: *Cuaderno de Historia Moderna*. N. 14, Madrid: Editorial Complutense, 1993; 151-172.
- REIS, Nestor Goulart. *São Paulo, vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Via das Artes, 2004.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social” In: REVEL, Jacques (org.). *Jogo de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2008.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

ROMERO, José Luis. *Latinoamérica. Las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores Argentina, 2005.

RUBIO, Julian Maria. *Felipe II de España. Rey de Portugal*. Madrid: Cultura Espanhola, 1939.

RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2004.

RUIZ, Rafael; THEODORO, Janice. “São Paulo de vila a cidade” In: *História da cidade de São Paulo. A cidade colonial. 1554-1822*. Paula Porta (org.) São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RUPERT, Arlindo. “O Prelado Lourenço de Mendonça. O 1º bispo eleito do Brasil” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Vol. 311, 1976, p.13-33.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Alges, Portugal: DIFEL, 1998.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Fluxos de emigração”. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Vol.1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira, 1978.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos. Povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole. Histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o*

Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis. Volume III. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1953.

SANTOS, Ricardo Evaristo dos. *El Brasil filipino: 60 años de presencia española en Brasil, 1580-1640*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1993.

SCHAUB, Jean Frederic. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros do Horizonte, 2001.

SCHAUB, Jean-Frederic. “Le sentiment national est-il une catégorie pertinente pour comprendre les adhésions et les conflits sous l’Ancien Régime?” In: TALLON, Alain (ed.). *Le sentiment national dans l’Europe méridionale aux XVI et XVII siècle (France, Espagne, Italie)*. Madrid: Casa de Velazquez, 97, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. “Luso-Spanish Relations in hapsburg Brazil, 1580-1640.” *The Americas*. Volume XXV. 07/1968.

SCHWARTZ, Stuart. “Pânico nas Índias: a ameaça portuguesa ao Império espanhol, 1640-1650” in: *Da América portuguesa ao Brasil, Estudos Históricos*. Lisboa: Difel, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei. Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras. Bauru: Edusc, 2009.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista europeia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Unesp, 1999.

SENEILLART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo: Ed.34, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. “Do Brasil filipino ao Brasil de 1640” in TORRES, Ana Maria Carabias (Ed). *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Colibri, 1994.

SHAW, Carlos Martinez (direc). *Sevilha, século XVI. De Colombo a D. Quixote, entre a Europa e as Américas – o coração e as riquezas do mundo*. Lisboa: Terramar, 1992.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da & HESPANHA, Antonio. “Identidade portuguesa.” In: HESPANHA, Antonio (coord.) *O Antigo Regime (1620-1807) História de Portugal*. Dir. José Mattoso; Volume IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SILVEIRA, Carlos da. “Troncos genealógicos espanhóis em São Paulo”. In: Revista do Instituto. Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol.59, p. 419-435.

SOLANO, Francisco. “Contactos hispanoportugueses em America a lo largo de la frontera brasileña.” IN. BERNABEU, Solano & SOLANO, Francisco. *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*. Anexos de Revista de Indias, vol.4. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. CEH, 1991.

SOUZA, Antonio Caetano. *História Genealógica Casa Real Portuguesa*. T.XII, 2ª Parte, Lisboa: Oficina Silviana; p. 930-34.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

STELLA, Roseli Santaella. “Brasil e Espanha: do Tratado de Tordesilhas ao governo dos Felipes, rumo às novas fronteiras sul-americanas” in: *Brasiliana na Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español, 1580-1640*. Madrid: Fundación Hernando de Larramendi, 2000.

STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente. Séc. XVI-XVII*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999.

STOLS, Eddy. “Convivências e conivências luso-flamengas na rota do açúcar brasileiro”. *Ler Histórica*, 32, 1997.

SUBRAHMANYAM, Sanjay “Du Tage au Gange au XVI Siècle: une conjoncture millénariste à l’échelle eurasiatique” IN: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56 Année; no 1; Janvier-Février 2001; p.51- 84.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. *The portuguese empire in Asia (1500-1700)*. Longman Sc & Tech, 1992.

SWEET, David G. e NASH, Gary B. (Comp.) *Lucha por la supervivencia en la América colonial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

TAUNAY, Afonso de E. *São Paulo nos primeiros anos/São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TAUNAY, Afonso E. “A aclamação de Amador Bueno e a controvérsia a esse respeito.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 40, 1942.

TAUNAY, Afonso. “Aventuras de dois barcos holandeses no Prata e no Brasil (1598-1600)”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: vol. XII, 1945.

TAUNAY, Afonso. *Amador Bueno e outros ensaios*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1943.

TAUNAY, Afonso. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975.

TAUNAY, Afonso. *Historia Geral das bandeiras paulistas*. Volume V. São Paulo: Typ.Ideal, 1929.

TAUNAY, Afonso. *História seiscentista da vila de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1929.

TELESCA, Ignacio. (ed.) *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus & Santillana, 2010.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

TISCORNIA, Ruth. *Hernandarias estadista*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1973.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. V.1. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros. Para além do choque das civilizações*. Petrópolis,RJ: Editora Vozes, 2010.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão. Uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; 2003.

TORGAL, Luis R. *Ideologia política e teoria do estado da restauração*. Lisboa: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-82.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição. Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória – a batalha de Álcacer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VALLADARES, Rafael. *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptacion*, Leuven: University Press, 2001.

VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal. 1640-1680*. Madrid: Junta de Castilla y Leon. Consejería de Educacion y Cultura, 1998.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros S.L.; 2000.

VARNHAGEN, Adolpho de. *Amador Bueno. Drama Épico e histórico-americano*. Lisboa. Imprensa Nacional/Edição Particular, 1847.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo II. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956. 5ª edição integral.

VEIGA, Emanuel Soares da. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VELAZQUEZ, Rafael Eládio. “Navegacion paraguaya de los siglos XVII y XVIII”. *Estudios Paraguayos*. Revista de la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asuncion” Vol.I, n.1, 1973.

VENTURA, M. da Graça A. M. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*. V. I e II. Lisboa: Imp. Nac.- Casa da Moeda, 2005.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (coord.). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

VILLAR, Pierre. “O Tempo de Quixote” in *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Presença, 1982

VILLAR, Pierre. *Historia de España*. Barcelona: Ed. Crítica, 1978.

VINCENT, Bernard. *1492. Descoberta ou invasão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

VIOTTI, Hélio Abranches. “O processo remissorial de 1627-1628 em São Paulo relativo à canonização de Anchieta” in: *Revista do Arquivo Municipal São Paulo*, CLIX (159), 1957.

WACHTEL, Nathan. *A fé na lembrança. Labirintos marranos*. São Paulo: Edusp, 2009.

WRIGHT, Antonio Pacca de Almeida. “O Brasil no período dos Felipes” In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Época Colonial*. Tomo 1, Vol.1. São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1968.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil : les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVI^{ième}-XVII^{ième} siècles)*. Thèse de Doctorat (“Histoire et Civilisations”) présentée à L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, 1998.

ANEXO

(Tabela com “proibidos” que entraram no Paraguai pela via de São Paulo)

NOME	Entrada	Naturalidade	Observações	Fontes
“El cautivo”	1614	Portugal	Entrou com Martim Franco. Foi para Assunção. Sem nome no processo.	ANA, Historia, 36; <i>Bandeirantes no Paraguai</i> .
Alejandro Du xará (Durano)	1614		Alega ser muito pobre no Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360
Alonso de los Reyes	1626?		No perdão de 1628 alega ter fiança de dois anos. Foge para Assunção.	ANA, SNE, 360
Alonso Piçaño			Censo em Maracayú de 1629. Alega ser casado em Assunção.	In: Jensen, C. Ac. Paraguaia.
Alvaro de Carvalho	1616	Ilha da Madeira	Lavrador de 41 anos (1616). Entrou com os “mancebos de SP” (Godoy)	ANA, Hist, 36, 22
Álvaro Diaz			Censo de Maracayú de 1629. Era casado em Vila Rica.	In: Jensen, C. Ac. Paraguaia
Amador Gomez Sardiña			Censo de Maracayú de 1629. Casado em São Paulo.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguaia
Andrés Vaz	1623	Viana – Portugal	No perdão de 1628 foi chamado de “delinquente”. Em 1633 já estava casado em Assunção, tinha um filho e chácara.	ANA, SNE, 360.
Andres Biera (Vieira)	1616	Ilha Terceira	Em 1616 era um Lavrador de 25 anos. Pagou com patacones e roupas para usar o caminho.	ANA, Historia, 36, <i>Bandeirantes no Paraguai</i> .
Andrez Gonzales	1623	São Miguel/ Portugal.	Se dizia “vassalo del rei phelipe nuestro señor natural de su real corona del reino de Portugal” Foi a Ciudad Real e casou-se em 1628 com filha de conquistadores. Quando preso, foi solto por fiança. Depois tornou-se tesoureiro da Bula da Santa Cruzada.	Auto do Governador Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Antonio Carnero			Censo de Maracayú de 1629	In: Jensen, C. Ac. Paraguaia
Antonio Castanho da Silva		Tomar – Portugal	1622. Certidão de Óbito passada em Potosi Tinha terras em Santana de Parnaíba.	I&T, Vol.36.
Antonio de Sosa	c.1617	Portugal	Entrou com Gonzalo Perez e dois frades de San Jeronimo. Teve ajuda do paraguaio Francisco Bernal.	ANA, Civil y judicial. 1685, 5
Antonio de Ultra	1621	Portugal	Entrou com carregamento de roupas. Tinha 28 anos.	ANA, VOL36, 20 (Bandeirantes no Paraguai)
Antonio Duarte Capaseno	c.1624	Portugal	Entrou com o “Ermittão”. Fugiu de Assunção e roubou uma canoa e “índios”.	ANA, História, 17, 4
Antonio Fernandes	1616	Viana – Portugal	Oficial de fazer açúcar. Aprendeu no Brasil. Pagou com roupas e patacones para fazer o trajeto.	ANA, Hist, 36, 22 (Bandeirantes no Paraguai)
Antonio Garcia	c.1627	Lisboa	Mestre de fazer sombreros de 58 anos (1633). Casado com filha de conquistador. Dois filhos.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Antonio López	1620		Perdão de 1628	ANA, SNE, 360.
Antonio Marques	1621		Se diz “natural de Portugal em españa vassalo del Rey Don Felipe”. Casado com filha de conquistador. Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360.
Antonio Montero	c.1617	Beja/Portugal “vassalo del Rey”	Perdão de 1628. Teria entrado com Francisco Mendes Cardoso, um franciscano, um ermitão e outros (processo de 1620) “Tratante”. Faz viagens a Maracayú. 46 anos. Em 1620 tinha 34 anos e sem ofício. Casou-se em Assunção	Auto do Governador Ledesma Valderrama. 1633. AGI.Civil y judicial, 1800, 3
Antonio Prieto	1622	Santos/Brasil São Paulo	Perdão de 1628. Lavrador de sua chácara. 40 anos. Casado com três filhos. Perdão de 1628. Morador em Assunção. Saiu com fiança.	Auto do Governador Ledesma Valderrama. 1633. AGI.ANA, SNE, 360.
Antonio Rodriguez de la Paz			Censo de Maracayú de 1629. Solteiro.	In: Jensen, Carlos. Academia Paraguaia

NOME	Entrada	Naturalidade	Observações	Fontes
Antonio Velasquez	c.1630	Villa Real (Portugal)	Sustenta sua casa com sua industria e trabalho (?). Casado	Auto do Governador Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Ascencio Martin Solis	c.1620	Ilhas de Gran Canária (Tenerife)	Platero e cura aos enfermos. 34 anos. "vassalo del rei Don phelipe" Casado com filha e neta de conquistadores. 3 filhos. Perdão de 1628.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI. ANA, SNE, 360
Baltazar Sequera			Censo de Maracayú de 1629. Casado em São Paulo.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguaia
Carlos Reinaldo	1614		Pobre, entrou com Gaspar de La Rocha, Marcos Galvan e Alexandre Durano. Foi preso duas vezes.	ANA, SNE, 360
Cristóbal de Mora			Censo de Maracayú de 1629. Casado, vive em Maracayu.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguaia
Cristóbal Ferrás de Acevedo	c.1625	Vindo de Portugal.	Perdão de 1628. Em 1630, em visita às balsas de Maracayú, Ferraz apareceu levando consigo um espanhol, e alguns índios da encomenda de Diego de Vega e Frias. Era casado e morava em Assunção. Era oficial de carpintaria de "ostra" branca.	ANA, SNE, 360.
Cristóvão Sanchez	1606	Chamado de português e "espanhol"	Fugiu da cadeia de Assunção com a ajuda de Juan Torres Florencio.	Civil y Criminal: 1532, 3 Civil y Criminal, 1677, 8, 1607.
Diego Baez (Vaz)	1621	Portugal	Entrou com roupas. Tinha 30 anos.	ANA, VOL36, 20 (Bandeirantes no Paraguai)
Diego de Villanueva			Censo de Maracayú de 1629. Solteiro.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguaia
Diego Díaz	c.1625	Santiago de Galicia/Cavo de Finisterra.	Perdão de 1628. Entrou no Brasil com um sobrinho. Platero, de 24 anos, aprendeu o ofício em Lisboa, com Miguel de los Reyes, que o levou da Galicia a Portugal quando tinha 10 anos. Era casado há seis anos e tinha dois filhos em 1633.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI. ANA, SNE, 360
Diego Hernandez	1624	Triana (Andaluzia)	Diz que foi às Índias com Pedro de Escobar Melgaje (1598) e ficou até 1621 em Acapulco. Depois em Los Reyes até 1621 e depois entrou no Paraguai. Acusado de ser português, se defende com a intenção de preservar sua <i>encomienda</i> . Auto de defesa em 1641.	NE, 547, 1 ANA, História, 17,4 (2)
Diego Vaez	1617	Ilha de São Miguel	Sustenta-se de uma chácara sua, onde planta viña. Trabalha pessoalmente com seu suor. 50 anos. Casado com <i>criolla</i> filha de conquistadores. 3 filhos. Perdão de 1628	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Diogo Nunes	c.1605	Alter do Chão (altr de ochaomi)	Francisco Benítez e Alonso Moreno (ajudou a atravessar). Labrador. 50 anos Estava há 6 anos em SP (1599). Casado com Ginebra Moreno (filha de Alonso) Um filho.	ANA hist, 36,23 (bandeirantes no Paraguai)
Enrique Vaez Serrano			Censo de Maracayú de 1629. Solteiro	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguaia
Eremita	1624	Portugal	Eremita franciscano Escondeu-se no convento franciscano de Assunção. Foi de São Paulo a Assunção, de onde fugiu com canoa e índios	ANA, SH, 17,4 (MGraça Ventura, p.317)
Felipe Nuñez			Censo de Maracayú de 1629. Aparece nas listas de vizinhos de Vila Rica e também no processo de Barba de Anasco, confisco de bens de Moxica Casado em Villa Rica Morre no caminho Vila Rica – São Paulo. Índios o mataram. Tinha uma neta em SP.	In: Jensen, Carlos. Academia Paraguaia I&Tvol 10, p.269
Francisco de Couto	c.1624	Portugal	Morador em Assunção	ANA, SNE, 360

NOME	Entrada	Naturalidade	Observações	Fontes
Francisco de Miranda			Censo de Maracayú de 1629. Veio com a mulher. Vive em Assunção.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Francisco de Saavedra			Censo de Maracayú de 1629. Casado em Villa Rica.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Francisco Fernandez			Censo de Maracayú de 1629. Casado e vive com a mulher em Maracayu.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Francisco Mendes Cardoso	1620	Portugal	Entrou junto com um frei franciscano e um ermitão. Entrou sem mercadoria, pois tudo que tinha vendeu no Brasil. Sem ofício, 27 anos.	Civil y judicial, 1800, 3
Gabriel da Silva			Censo de Maracayú de 1629. Estava em Vila Rica, casado "en la dicha villa" de São Paulo.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Gaspar de La Rocha	1614		Entrou com Carlos Reinaldos, Marcos Galvan e Alexandre Durano.	ANA, SNE, 306
Gaspar Fernandes	1621	Portugal	Entrou com roupas	ANA, VOL36, 20 (Bandeirantes no Paraguai)
Gaspar Fernandez	c.1618	Ilha das Flores/Portugal	Chácara em Campo Grande. Casado há onze anos em Assunção. Três filhos (1633)	Auto do Gov.Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Gaspar Fernandez Gato			Censo de Maracayú de 1629. Casado em Assunção	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Gonsalo Boridio	1616	Villa de Machico/Ilha da Madeira	Sem ofício, 40 anos.	ANA, Hist, 36, 22 (Band.no Paraguai)
Gonzalo Francisco	c.1624	"natural de los reinos de España"	Perdão de 1628. Morador em Assunção.	ANA, SNE, 360
Gonzalo Gomez			Censo de Maracayú de 1629. Solteiro.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Gonzalo Perez	c.1613	Braga. Portugal	Sapateiro. Casado há onze anos, sem filho. (1633).	Auto do Gov.Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Gonzalo Peres	c.1616	"reinos de España"	Fiscal de canteria. Com casa <i>poblada</i> . Como "escanero y ingeniero", todos deixaram ele passar por causa de seu ofício. Morador em Assunção e casado a "vinte" anos (1633).	ANA, SNE, 360 CIVIL y Criminal., 1685, 5
Gregorio de Ostos	1609		Quando foi preso, tinha duas cestas de erva, com 3 arrobas cada. Carpinteiro de 35 anos.	CIVIL y Criminal. 2154, 9
Henrique baez (Vaz) PLatero	c.1612	Lisboa	Ref. a Henrique Vaz, ourives de prata, em testamento de Melchior Afonso (1623), feito em Assunção. Platero (1633) "há curado y cura enfermedades em esta ciudad" (1633) – Alquimista. Quando entrou, se apossou de uma casa vazia em Ciudad Real. Foi ao Peru e voltou a Assunção.	ANA hist, 36,23 (bandeirantes nono Paraguai) ANA, Prop e test. Vol.484, 8. (Maia da Graça Ventura, p.183)
Jerônimo de Vega	1605-1606	Portugal	Veio com Manuel Pinheiro, com algumas peças de roupa. Morador de São Paulo.	ANA, Civil e Judicial – 1549/04/1606
Jorge Ferreira			Alvaro Rabelo, de São Paulo, devia a Jorge Ferreira, que era "ido ao Peru".	Inventário de Álvaro Rabelo, 1639.
Juan Alonso de Torres	s/d	Espinosa de los Monteros (Burgos, Castela)	Perdão de 1628. Casado e morador em Assunção. "Nunca tebe noticia (que era proibido) por ser como soy castellano"	ANA, SNE, 360.
Juan Baez			Censo de Maracayu de 1629. Estava em Ciudad Real. Casado	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Juan Baptista Valle	c. 1600?	"de los reinos de España"	Buscava alimento em Maracayú. Petição (Perdão de 1628) feita pela filha, Mariana Baptista Valle. Casado em Assunção.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai ANA, SNE, 360
Juan Bautista de Pedrosa	1620		Perdão de 1628. Vem com a mulher Dona Isabel Correa, que faz a petição. Viúva em 1628. Veio com a filha Catalina de Silva. Filho do casal: Antonio Correa de Sá.	ANA, SNE, 360

NOME	Entrada	Naturalidade	Observações	Fontes
Juan Bogado	c.1621	Alhambra /Portugal	Lavrador de 40 anos. Casado duas vezes. Dois filhos varões. Perdão de 1628	Auto do Gov.Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Juan de Almeida	1618	Natural de Lisboa.	Casado com e neta de povoador. Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360
Juan de Frias		Alfaya		
Juan de Matos	1622	Porto/Portugal	Tratante e contratante. 35 anos. Casado há 10 anos. Uma filha. Perdão de 1628	Auto do Gov.Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Juan de Ulivarri Alvia			Censo de Maracayú de 1629. Esteve várias vezes em Assuncion onde iria se casar	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai
Juan Fernandez Gato			Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360
Juan Nunez Cardoso	c.1619	Lisboa, "natural dos reinos de España"	Perdão de 1628, Censo de 1629 e Auto de 1633. Tratante de mercadorias. Sem fazendas e chácaras. 28 anos. No perdão de 28, feito pela mulher Lusía Polo, ele estava em Maracayú.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguai Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Juan de Moya	1614	Castela	Entrou com Martim Franco. Foi para Assunção.	ANA hist, 36,23 (bandeirantes no Paraguai)
Luis Barbosa	c.1623	São Gonçalo de Marante (Portugal)	Maestro do ofício de "barbero y espadero". 38 anos (Perdão de 1628). Casado há sete anos. 2 filhos. Já viúvo. Morador em Assunção.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.ANA, SNE, 360
Luis Fróes Ferreira	1623	"reinos de España"	Residente em Assunção	ANA, SNE, 360
Luis Pereira	c.1622	Ilha Terceira "vassalo del rei Don Felipe"	Oficial de carpintaria. Casado há três anos. Filhos	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI. ANA, SNE, 360.
Manuel Azevedo	1621	"Portugal"	Entrou com carregamento de roupas. Tinha 27 anos.	ANA, VOL36, 20 (Bandeirantes no Paraguai)
Manuel Barbosa	c.1619	Porto/Portugal	Passou às Índias, para Panamá, depois Lima e Chile, onde foi soldado. Voltou à Espanha e depois Brasil. Casado duas vezes. Perdão de 1628.	Auto do Gov.Ledesma Valderrama. 1633. AGI.ANA, SNE, 360
Manuel Carlos	1605-1606		Mineiro. Depoimento de Diego de Tevar, que encontrou este Manuel Carlos em Vila Rica. Disse que Manoel Pinheiro lhe pedira para guardar 12 ducados em ouro.	ANA, Civil e Judicial (1549/04/1606)
Manuel de Castro	1623		Perdão de 1628	ANA, SNE, 360
Manuel Fernandez	1620	Portugal	Aparece em Auto de 1620.	ANA, Civil y judicial, 1800, 3
Manoel Rodrigues	c.1623	Portugal	Afiançado por Francisco Vallexo que pede perdão (1628) porque o dito se evadiu rumo ao Peru.	ANA, SNE, 360
Manuel de Sosa	1619	Porto	Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360
Manuel de Sosa	1601		Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360
Manuel Pinero Zurara	c.1605	Portugal	"criado del Rey alcaide maior das minas de ouro novamente descobertas em san pablo". Em 1612, chamado de "mercador estante no porto de Maracayu. Entrou com um negro e várias roupas.	AGI, CONTADURIA, 1690. RGCSP, 21/7/1608 ANA, Civil e Judicial, 1549, 4 CIVIL Y JUDICIAL, 1944, 4 (1609) CIVIL Y Judicial, 1946, 7, 1612
Marcos Galván	1614		O primeiro processo é com Marcos Galvan, Carlos Reinaldo e Gaspar de la Rocha, mas depois some junto com Galvan. Pobre	ANA, SNE, 360

NOME	Entrada	Naturalidade	Observações	Fontes
"Marinheiro"	1614	Portugal	Com Martim Franco. Foi para Assunção.	ANA Hist, 36,23 (bandeirantes no Paraguai)
Matias Ferreira	1620-1628	Portugal	Perdão de 1628. Referido na petição de Ascencio Martin que foi seu fiador	ANA, SNE, 360
Melchor Marecos Hipolito	c.1621	Lisboa	"não entendia que estava proibido como via entrar outros que vinham dos reinos de espanha" (1628) Estancia de "gado vacuno, éguas e obejas". Chacara de sementeras. 37 anos. Ofício de sdereçar arcabuzes e escopetas Casado com filha e neta de conquistadores. 2 filhos. Ref. a envio de portugueses que entraram por SP, para Buenos Aires, em 1624/25, e que ele não foi. O cabildo pediu que ficasse.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI. ANA, SNE, 360
Miguel de Moxica Maldonado	1621	Castelhano, conforme sua petição Gran Canaria. Pai era natural de Viscaya	30 anos em 1621. Segundo ele, é "hijo de algo notório y no de los prohibidos de passar a las Indias". Levava uma índia escrava como nas partes do Brasil, pois foi salva da morte. Vários bens. 2 escravos negros e muitas roupas. Suspeita de levar ouro.	ANA, VOL36, 20 (Bandeirantes no Paraguai)
Miguel de Villalobos	1628	Évora.	Veio em companhia de Luis Xeria, que trouxe permissão para trazer 4 criados. O pai e um irmão servem naquele reino. Servia na encomenda de Lorenzo de Avalos, seu cunhado. Administra chácaras e fazendas que deixou o sogro. 32 anos	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Miguel Gonzalez Correa			Casado em Assunção No Inventário: dívida de 16.000 réis com Arzão "é ido para as parte do Peru" (1628)	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguaia Inventário de Cornélio de Arzão
Martim de Franco	1614	Bunirsers/ Soria, Castela la Vieja	Soldado, Caballero de armas. 33 anos. Veio de Cidade Real com Juan de Miranda. Saiu na armada de Juan Arambulo para Filipinas. Bahia, SP. Entrou por Ciudad Real...Pousou em casa vazia e se casou com Catarina Guillen (um filho).	ANA hist, 36,23 (Bandeirantes no Paraguai)
Nicolau Machado	c.1604 ou 1606		Francisco Benitez e Alonso Moreno (ajudou a atravessar) Aparece no Inventário de Manoel de Chaves, feito no sertão do Paracatu, em 04/04/1603. Francisco Requin o levou a Jerez e depois a Assunção c.1611	ANA hist, 36,23 (Bandeirantes no Paraguai)
NN	c.1622	Laguna/Canarias	Casado há 15 meses. Um filho de peito. Labrador	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Pablo de la Queva	1605-1606		Mercador. Depõe a favor de Pinheiro, que o conhecia de 4 anos, por trato, em São Paulo.	ANA, Civil e Judicial (1549/04/1606)
Pedro Acosta	1603(?)	Portugal	Pedro de Acosta aparece várias vezes em vários documentos em Maracayu e Ciudad Real, até 1625, quando teria sido morto pelos paiaguas, no rio Paraguay. Entrou escondido numa balsa, com um escravo negro, em 1603. Virou balseiro.	ANA, Hist, 36, 17. Bandeirantes no Paraguai
Pedro Correa de Mesquita	1625	Portugal		ANA, SNE, 360
Pedro Durán Rocha	c.1619	Pueblo de Garrovillas, Caceres, Extremadura.	Foi e voltou de Assunção. Solteiro. Continua solteiro em 1633. Mercador ,tratante e contratante. Perdão de 1628.	In: Jensen, Carlos. Ac. Paraguaia. Auto do Gov. Valderrama em 1633. AGI
Pedro Fernandez	c.1618 1620 (8 anos do perdão)	Puente de la Varca. Braga. "vassalo del Rey Don phelipe"	Mestre de Carpintaria (perdão) Casado há sete anos com <i>criolla</i> de Assunção. Uma filha. Casa e terras em 1633.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.

NOME	Entrada	Naturalidade	Observações	Fontes
Pedro Fernandez Velazco	1620	Castelhano (cf. Roberto Quevedo)	Tinha vários delitos acumulados, entre eles tentar matar com uma lança a Sebastião de Leão. Carpinteiro. Morador em Assunção e casado com filha e neta de conquistadores. Acusado de assassinar a primeira mulher.	ANA, SNE, 360.
Pedro Franco (Fulano Franco)	c.1608-1609		Seu fiador foi Gaspar Nunes (Assunção)	ANA, Civil y Criminal, 2154, 9
Pedro Franco Torres	1607-1608	Mancanilla, Soria, España.	Tem chácaras y haciendas. Casado em Assunção há 20 anos. Tem filhos.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Pedro Sause	s/d	Cambray-Flandres. "Vassalo de S Majestade"	Casado em Assunção com filhos. Com dez anos foi a Castela onde se criou e de lá foi ao Brasil e dali a Assunção via SP. Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360.
Pero de Alabarado	1614	Castela	Com Martim de Franco. Foi para Assunção.	ANA hist, 36,23 (Bandeirantes no Paraguai)
Pero Gonçalves Barbosa	c.1605	Viana - Portugal	65 anos em 1616. Francisco Benitez e Alonso Moreno (ajudou a atravessar) Casou em Vila Rica com Catalina de Barrios (4 filhos).	ANA hist, 36,23 (Bandeirantes no Paraguai)
Pero Lopes		"castelano" de Jerez de La Frontera	Casado com gente nobre da cidade. Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360
Pero Ribeiro	c.1605		Entrou com um negro. Acompanhou Manoel Pinheiro	AGI, Contadoria, 1690
Salvador Nierva	1624	Guimarães	Veio com Manoel de Sosa. Perdão de 1628.	ANA, SNE, 360
Sebastian de Fretes	c.1620	São Paulo y "puerto vedado"	Possuía estância e chácara em Salinas. Fretes é Freitas. Viúvo. Ficou casado por dez anos. Processo de 1633.	Auto do Gov. Ledesma Valderrama. 1633. AGI.
Sebastião Gomes Alves			Dívida com Cornélio de Arzão, no inventário de 1628	Inv de Cornélio de Arzão
Sebastião Pinto	1606	Portugal	Mercador. Testemunho de Manoel Pinheiro.	ANA, Civil e Judicial (1549/04/1606)